**Mineração**
Energia limpa, reservas expressivas e situação de equidistância geopolítica favorecem a posição brasileira **Valor Setorial**

Valor
SETORIAL
MINERAÇÃO

**Eleições**
Mudanças na legislação fazem o número de candidatos cair pela primeira vez em 20 anos no país **A14**

**Educação**
Entidade busca R$ 60 milhões para expandir bolsas de estudo a brasileiros no exterior, diz Stephanie Passos **A2**

Quarta-feira, 19 de agosto de 2026
Ano 27 | Número 6571 | R$ 10,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

# Aumentam os casos de conversão de recuperação extrajudicial em judicial

**Empresas** Opção mais rápida e menos onerosa muitas vezes é insuficiente para garantir a continuidade dos negócios

**Fernanda Guimarães**
De São Paulo

A recuperação extrajudicial ganhou terreno no Brasil como uma opção mais rápida e menos onerosa para a renegociação de dívidas, mas tem aumentado o número de casos em que o alívio com a medida não é suficiente para garantir a continuidade da operação. Casas Bahia, InterCement, Unigel e St. Marche estão entre as empresas que recorreram depois à recuperação judicial em busca de uma reestruturação mais ampla. Para especialistas, a expectativa é de que haja mais casos semelhantes, num cenário de juro alto por tempo prolongado.

A medida extrajudicial pode alongar dívidas e reduzir o custo financeiro, mas nem sempre consegue prover o capital novo e as mudanças operacionais necessárias para assegurar a continuidade da empresa. Quando o acordo se limita ao passivo financeiro, o risco pode ser de só adiar uma crise alimentada pelo consumo de caixa.

O caso mais recente é o da Casas Bahia, que pediu recuperação judicial no domingo, com R$ 17,3 bilhões em dívidas, pouco mais de dois anos depois de ter renegociado R$ 4,1 bilhões em uma reestruturação extrajudicial. O acordo alongou prazos, diminuiu o custo financeiro e, em uma etapa posterior, levou à conversão de cerca de R$ 1,5 bilhão em créditos de Bradesco e Banco do Brasil em ações. Mesmo assim, prejuízos e dificuldades de geração de caixa continuaram a pressionar a empresa.

Levantamento do Observatório Brasileiro de Recuperação Extrajudicial (Obre) identificou 35 casos de empresas que passaram da recuperação extrajudicial para a judicial desde 2005, mas com o número de casos crescendo recentemente. Em seis, houve a conversão do próprio processo. Juliana Biolchi, diretora do Obre, observa que a Lei de Recuperação de Empresas estabelece restrições temporais para pedidos de recuperação sucessivos, mas não impõe uma trava para a reestruturação judicial apresentada depois da extrajudicial. Como os acordos extrajudiciais em geral alcançam apenas parte do passivo, mais empresas poderão seguir o caminho quando a situação de caixa mostrar que a primeira medida foi insuficiente, diz ela. **Páginas B1 e B3**

## Inadimplência piora, e bancos veem risco elevado de crédito

**Álvaro Campos e Lais Godinho**
De São Paulo

O cenário de juros altos por período prolongado tem afetado a inadimplência bancária. Ela está em nível recorde na pessoa física, e, na pessoa jurídica, nos piores patamares desde 2018. Milton Maluhy Filho, CEO do Itaú Unibanco, disse, na divulgação de resultados, que o comprometimento da renda das famílias continua alto.

No Banco do Brasil, a inadimplência no cartão de crédito saltou de 7,12% em março para 14,58% em junho, em função de política de parcelamento automático da fatura. Bradesco e Santander também relataram risco maior de crédito. No agro, apontado como um dos setores mais pressionados, a queda do preço das commodities agravou a situação de produtores já endividados. O número de recuperações judiciais no campo vem batendo recordes. **Página C1**

## Alíquotas do Imposto Seletivo serão estabelecidas por MP

**Jéssica Sant'Ana**
De Brasília

O governo decidiu que as alíquotas do Imposto Seletivo — cobrado sobre produtos nocivos à saúde ou ao meio ambiente — serão propostas por meio de medida provisória (MP) ao Congresso Nacional, para garantir que a cobrança possa ser iniciada em 1º de janeiro, como previsto na reforma tributária. A intenção do Ministério da Fazenda, conforme apurou o **Valor**, é encaminhar a MP junto com o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027, no dia 31 deste mês, ou no início de setembro.

As alíquotas que serão propostas deverão manter a mesma carga tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que incide hoje sobre os setores afetados. As exceções deverão ser cigarros e bets, que provavelmente pagarão a alíquota mais alta possível. **Página A5**

## Tesouro realiza maior leilão de NTN-B desde abril

**Gabriel Caldeira**
De São Paulo

O Tesouro Nacional realizou ontem o maior leilão de NTN-Bs (títulos públicos atrelados à inflação) desde abril. Todo o lote ofertado de 1,2 milhão de papéis foi vendido, movimentando mais de R$ 5 bilhões. Desde meados de junho, a insatisfação dos investidores com a política fiscal, o nível elevado dos juros e as incertezas externas reduziram drasticamente a demanda por NTN-Bs. O sucesso do leilão refletiu o fato de, na segunda-feira, ter ocorrido o vencimento recorde de cerca de R$ 260 bilhões desses papéis, o que devolveu muito dinheiro ao mercado. Além de toda a oferta ter sido absorvida, os investidores aceitaram taxas abaixo da expectativa de consenso para o vencimento de prazo mais curto. **Página C2**

## Luto na dramaturgia

ACERVO/TV GLOBO

**Uma das maiores protagonistas da teledramaturgia brasileira, Glória Menezes morreu ontem, em seu apartamento no Rio de Janeiro, aos 91 anos. A atriz construiu uma trajetória de mais de seis décadas nos palcos, no cinema e principalmente na TV, onde se tornou um dos rostos mais populares do país, atuando em cerca de 40 produções.** Página A8

MARCOS ALVES/AGÊNCIA O GLOBO

**Morreu ontem, aos 98 anos, a atriz Laura Cardoso, um dos maiores nomes da dramaturgia nacional. Começou a atuar aos 15 anos e, aos 25, estreou na TV Tupi. Participou de mais de 60 novelas, sendo a atriz com o maior número de trabalhos no país. Fez sua estreia na TV Globo em 1981. Sua última atuação na TV foi em "A Dona do Pedaço", de 2019. Em 2025, atuou no filme "Dona Rosinha".** Página A8

## Destaque

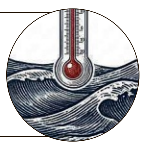
**Braskem Idesa no Chapter 11**
O acordo firmado pela petroquímica mexicana Braskem Idesa com seus acionistas e principais credores inclui, além de um aporte de recursos por parte da Braskem, a conversão de dívida em ações, com redução da participação da controladora brasileira dos atuais 75% para cerca de 58%, segundo cálculos do **Valor** com base nas informações enviadas à Justiça dos EUA no pedido de recuperação (Chapter 11). **B5**

## Indicadores

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Ibovespa** | 18/ago/26 | -0,27% | R$ 21,8 bi |
| **Selic (meta)** | 18/ago/26 | 14,00% ao ano | |
| **Selic (taxa efetiva)** | 18/ago/26 | 13,94% ao ano | |
| **Dólar comercial (BC)** | 18/ago/26 | 5,2037/5,2043 | |
| **Dólar comercial (mercado)** | 18/ago/26 | 5,2210/5,2216 | |
| **Dólar turismo (mercado)** | 18/ago/26 | 5,2414/5,4214 | |
| **Euro comercial (BC)** | 18/ago/26 | 6,0254/6,0271 | |
| **Euro comercial (mercado)** | 18/ago/26 | 6,0429/6,0435 | |
| **Euro turismo (mercado)** | 18/ago/26 | 6,1085/6,2885 | |

## Clima faz preço do açúcar atingir maior nível em mais de um ano

### El Niño



**Camila Souza Ramos**
De São Paulo

O fenômeno climático El Niño já começa a afetar os principais polos globais de produção de açúcar, fazendo o preço da commodity disparar, para alcançar o maior nível em mais de 15 meses. Tailândia e Índia têm sido os mais impactados; no Brasil, a região centro-sul é a mais exposta. Ontem, os contratos mais negociados na bolsa de Nova York do açúcar demerara fecharam a 17,47 centavos de dólar a libra-peso. Até 31 de julho, a cotação ainda estava abaixo de 15 centavos, patamar que vinha rondando nos últimos 12 meses.

Na Tailândia, segundo maior exportador de açúcar, atrás apenas do Brasil, o receio é que o El Niño interrompa as chuvas na próxima semana, no momento de crescimento da cana. Analistas também têm destacado o risco de produções menores em outros países da Ásia e na Europa. No centro-sul brasileiro, o El Niño deve começar a ter efeito na produção a partir de agora. **Página B8**

## Fachin lança cartilha sobre salário de juízes

**Giullia Colombo**
De Brasília

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Edson Fachin, lançou ontem uma cartilha com perguntas e respostas frequentes sobre a remuneração na magistratura. O tema tem sido enfrentado pela Corte, especialmente em relação aos chamados penduricalhos, como são conhecidas as verbas indenizatórias que superam o teto salarial do funcionalismo público.

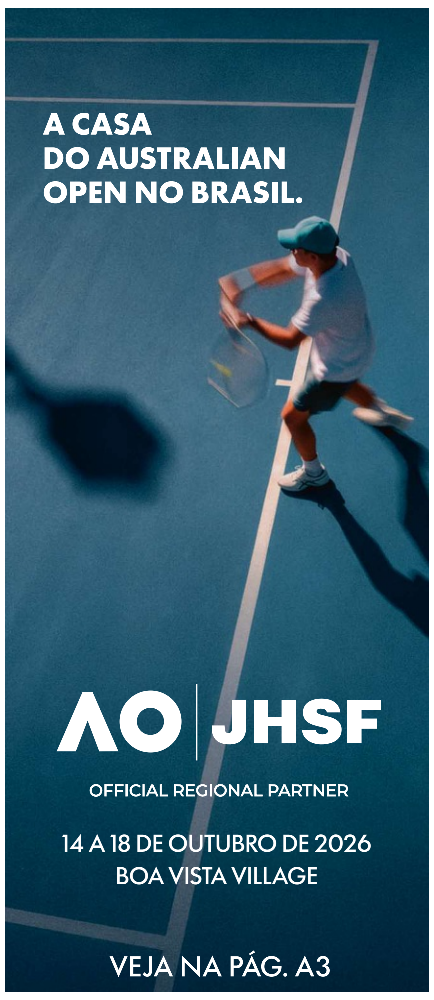
O ministro afirmou ter "orgulho" da atuação das instituições e dos magistrados brasileiros, mas disse que o tema é "complexo" e que é preciso "separar o joio do trigo". Durante sessão plenária do CNJ, Fachin também disse que o Judiciário está aberto à crítica e ao escrutínio público, mas que não pode aceitar uma "campanha sistemática de descredibilização". **Página A15**

### Quem é o eleitor 'desconfiado' que poderá decidir o pleito

**Cila Schulman A14**

### Endividamento público crescente e mais curto é o mais preocupante

**Márcio Garcia A19**


A CASA DO AUSTRALIAN OPEN NO BRASIL.
AO | JHSF
OFFICIAL REGIONAL PARTNER
14 A 18 DE OUTUBRO DE 2026
BOA VISTA VILLAGE
VEJA NA PÁG. A3

Ines249

# Carbono Oculto faz um ano e trabalha em silêncio

**Lu Aiko Otta**

Está contratado para o ano que vem um salto no cerco à lavagem de dinheiro. O Brasil começará a receber do exterior informações sobre operações de brasileiros com criptomoedas e as cruzará com dados que já existem na Receita e no Banco Central. "Vai ser bastante legal", antecipa uma pessoa a par do processo. Além disso, os dois órgãos saberão, finalmente, quem são as pessoas físicas donas do dinheiro que circula nas fintechs sob a forma de fundos que pertencem a outros fundos.

Se ocorrerem como o planejado, serão duas voltas vigorosas no aperto ao cerco do dinheiro do crime.

Segundo um integrante do governo, isso é algo que só se tornou possível após a grande repercussão da operação Carbono Oculto, que completará um ano na próxima semana. Antes dela, o governo apanhou feio quando tentou obrigar as fintechs a fazer o mesmo que os bancos: informar movimentação de recursos e os respectivos CPFs. No início de 2025, essa medida foi empacotada em fake news e virou uma tentativa de taxação do Pix. Diante do desgaste, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) escolheu recuar.

A medida só furou o cerco dos interesses contrários, da desinformação e do cálculo político de alas do próprio governo depois que a avenida Faria Lima, centro financeiro na capital paulista, amanheceu tomada por viaturas policiais no dia 28 de agosto passado. Era a Carbono Oculto, que marcou de forma espetacular a entrada do Fisco no combate ao crime organizado.

Entre os endereços visitados, estava o do Reag, agora liquidado, suspeito de lavar dinheiro. Esse mesmo fundo, e outros que foram alvo na operação, aparecem em outro grande escândalo: o do Banco Master.

Se há entrelaçamento entre eles, é algo ainda sob investigação. Alguns personagens se repetem nas apurações da Polícia Federal, da Receita Federal e do Ministério Público de São Paulo. Há troca de informações entre esses órgãos, mas tudo é feito com máxima prudência para não dar base a alegações de nulidade do processo, explica um participante.

Pela legislação atual, a Receita só pode enviar dados ao Ministério Público, por meio de representação. Não pode fazer intercâmbio diretamente com autoridades policiais, por exemplo. "Estamos tomando muita cautela nesse compartilhamento de informação para que passe sempre pelo Judiciário e pelos Ministérios Públicos, dentro de cada competência", diz fonte.

Ainda que cercado de cuidado, há diálogo constante entre órgãos e entre esferas da Federação. Esse é o maior legado da Carbono Oculto, avalia.

Integração federativa de forças de segurança e intercâmbio de informações são o centro da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, que aguarda votação no Senado.

As informações sobre transações de brasileiros com criptomoedas no exterior passaram a ser exigidas a partir de uma norma editada em novembro passado, que alinhou o país à prática da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Na ocasião, a subsecretária de Fiscalização da Receita, Andrea Chaves, disse a este jornal que não se trata de uma medida arrecadatória, e sim de "garantir que ninguém fique fora do radar dos compromissos fiscais".

Os dados começarão a chegar no fim de janeiro. "O nosso sistema de inteligência é muito bom em cruzar", disse um integrante do Ministério da Fazenda. "Pega literalmente bilhões de dados, cruza tudo, consegue ver os padrões de comportamento e dizer: 'esse cara aqui'."

A outra medida, que vai identificar os donos do dinheiro em fundos, já gera o envio de informações à Receita Federal, mas apenas dos clientes de instituições criadas após sua edição. Dos antigos, os dados serão enviados ao fim deste ano.

Também como parte do cerco à lavagem em fintechs, o Banco Central bloqueou o funcionamento das contas-bolsão, por onde transitava o dinheiro vivo do crime que chegava Faria Lima. Além disso, foi encurtado de dezembro de 2029 para maio de 2026 o prazo para que as fintechs obtivessem autorização para operar. Aquelas que foram alvo da operação não tinham o OK da autoridade monetária, nem por isso se encontravam irregulares.

Fintechs eram a "fratura exposta" da lavagem de dinheiro, disse uma fonte. Mas o grosso da legalização do dinheiro sujo se dá em empresas do setor de combustível e no contrabando, que foram alvos de operações posteriores.

No caso do setor de combustíveis, a Carbono Oculto foi desdobrada na Cadeia de Carbono, na qual foram apreendidas cargas inteiras de navios petroleiros, e a Poço de Lobato, que mirou o maior devedor contumaz do país, segundo a Receita Federal. Não cita nome, mas o alvo foi a Refit.

A própria lei que tipifica o devedor contumaz é efeito da Carbono Oculto. A matéria, que estava parada havia anos, foi aprovada pelo Senado poucos dias depois da operação.

Em um ano, muito se avançou no cerco ao dinheiro do crime. Dificilmente todas as brechas serão fechadas, mas essa linha de ação deveria ser reforçada como uma política de Estado.

**Lu Aiko Otta** é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.
**E-mail** lu.aiko@valor.com.br

**Educação** Entidade se inspira em modelo popularizado por universidades americanas de elite e busca atrair doadores

# Brasa quer fundo para bolsas e incentivo à volta de formados ao país

**Vinícius Lucena**
De São Paulo

A Brasa, rede global de brasileiros no exterior que organiza e reúne estudantes por diversos campi ao redor do mundo, busca captar R$ 60 milhões até 2030 e expandir seu programa de bolsas destinadas a jovens de baixa renda que pretendem estudar fora.

Atualmente, a entidade sem fins lucrativos já apoiou, em seis anos e por meio de mais de 40 doadores, 60 bolsistas vindos de todas as regiões do Brasil. Além disso, a rede já está presente em mais de 125 locais, incluindo Estados Unidos, Canadá, Europa e Ásia, conectando estudantes brasileiros no exterior.

"E a gente está mudando um pouco a nossa forma de enxergar o investimento, porque agora queremos construir um fundo que vai de fato financiar a Brasa nos próximos dez anos. A gente não vai depender mais de todo ano buscar doações ou fechar um contrato corporativo novo: estamos propondo um fundo que vai garantir que vamos conseguir operar nos próximos dez anos", explica a CEO da Brasa, Stephanie Passos.

A ideia é fazer com que novos aportes de empresas e doadores individuais sejam feitos por meio de um fundo endowment (ou fundo patrimonial), que foi popularizado por universidades americanas de elite. No caso, o fundo da Brasa tem inspiração no endowment do Instituto de Tecnologia e Liderança (Inteli), faculdade sem fins lucrativos fundada em 2019 pelos empresários André Esteves e Roberto Sallouti.

Com a nova estrutura, em vez de gastar as doações recebidas anualmente, o fundo investe esse patrimônio para que a Brasa utilize apenas parte dos rendimentos gerados para financiar suas atividades. Hoje, para funcionar, a organização precisa de cerca de US$ 400 mil (cerca de R$ 2 milhões) ao ano, além dos aportes para o programa de bolsas.

A partir de um jantar promovido em São Paulo nesta quinta-feira (18), para cerca de 60 CEOs de diferentes empresas convidadas, a Brasa busca 20 executivos que se comprometam a doar o montante de R$ 3 milhões até 2030 para constituir o fundo. Para além do financiamento das bolsas, a entidade quer parcerias com a iniciativa privada para incentivar o retorno dos estudantes ao Brasil.

"Percebemos que estávamos fazendo um bom trabalho em levar as pessoas lá para fora e conectá-las com o Brasil, mas que isso não é suficiente. A gente ainda vê muitas pessoas que não são bem formadas, não são bem servidas e não são preparadas para voltar e ocupar posições muito interessantes nas maiores empresas do Brasil", diz a CEO da Brasa.

A entidade já tem relacionamento com grandes empreendimentos, como BTG Pactual, Stone, Itaú e iFood, que, segundo Passos, já promovem programas de estágio para a rede de estudantes. Agora o objetivo é criar oportunidades ainda mais atraentes para colocar no mercado nacional talentos que seguem no exterior, no intuito de combater a chamada "fuga de cérebros".

"Só 30% das pessoas recém-formadas de fato voltam. Então onde está essa lacuna? A gente quer justamente ser essa ponte, tanto entre o estudante e a oportunidade, como entre a empresa e o estudante", afirma Passos.

O jantar com CEOs para captar os recursos será realizado na residência de Diego Barreto, CEO do iFood. O executivo também é um dos conselheiros da Brasa. Ele destaca que uma estrutura de financiamento a longo prazo é fundamental para fazer o programa de bolsas chegar a outro patamar. "Essa perspectiva de longo prazo vai gerar um volume de recursos que vai me permitir sonhar ao longo do tempo em chegar não em dezenas, mas em centenas e em milhares", afirma

> "O que a gente tem visto é que a volta tem sido cada vez menor"
> *Gabriela Onofre*

ARQUIVO PESSOAL

Stephanie Passos, do Brasa: nova forma de enxergar o investimento

"É importante que a empresa que vai doar perceba que está criando um fluxo de talentos maior e que pode ser aproveitado para a própria empresa. Então, a gente acredita que essa ligação com empresas é mais forte para a causa", afirma. O executivo corrobora a ideia de que aproximar o setor privado à entidade filantrópica ajuda a incentivar os formados no exterior a retornar ao país.

"Eles vão buscar apoio na universidade americana, que tem lá suas bolsas, e no momento em que ele ganha parte daquela bolsa o vínculo dele moral e psicológico fica com a instituição. Isso não é um problema, via de regra. Só que a gente precisa fazer o chamado para essa pessoa voltar e vir impactar o Brasil, porque a relação sentimental dele está aqui, o senso de pertencimento dele", diz.

A conselheira da Brasa e também CEO da Publicis Brasil, Gabriela Onofre, avalia que faltam incentivos no Brasil que permitam o retorno desses talentos. Por isso, ela destaca a vontade de reunir empresas nacionais e internacionais para incentivar programas e iniciativas que ajudem brasileiros capacitados no exterior a retornar.

"O que a gente tem visto é que a volta tem sido cada vez menor, porque eles não têm a mesma segurança sobre o futuro da carreira aqui. Ao mesmo tempo, o estudante quer voltar e existe muita possibilidade nas empresas do Brasil. Sejam empresas internacionais e globais, que têm filial aqui, sejam as empresas brasileiras, que também têm muita oportunidade. Então, a gente quer reunir um grupo interessante de empresas internacionais e empresas brasileiras."

# Academia LED lança edital para maratona de IA nos Estúdios Globo

**Rafael Rosas**
Do Rio

A Academia LED lança nesta quarta-feira (19) edital para seleção de estudantes universitários para uma maratona de inteligência artificial nos Estúdios Globo. Serão quatro etapas que vão definir 15 estudantes que participarão da fase final, em dezembro.

O evento de lançamento do edital será realizado no campus da UFRJ, na Ilha do Fundão, zona norte do Rio. O auditório do Centro de Tecnologia da universidade, com capacidade para 500 pessoas, vai receber uma aula aberta com a participação dos jornalistas Ben-Hur Correia, especialista em IA, e Bruno Natal, documentarista e especialista em tecnologia; de José Almeida Jr., head de VFX (efeitos visuais) da Globo; e de Camila Achutti, fundadora e CEO da Mastertech, empresa responsável por fazer a gestão técnica da plataforma contratada pela Globo para gerenciar o projeto.

Depois do lançamento, a iniciativa será divulgada nas plataformas da Globo e poderá ser acessada por estudantes de todo o Brasil. Para participar, basta ser aluno universitário de qualquer curso, ter mais de 18 anos e acessar o site do Movimento LED para realizar a inscrição, cujo prazo vai até 20 de setembro. "O projeto não é apenas para estudantes de tecnologia. Entendemos que o assunto permeia todos os cursos. Queremos formar grupos multidisciplinares. Estamos muito abertos a qualquer escola", diz Viridiana Bertolini, gerente sênior de valor social da Globo, que esta à frente do Movimento LED.

A executiva ressalta que não há expectativa ou meta de número de inscritos. Além de preencher a ficha de inscrição, os interessados deverão utilizar IA para produzir um vídeo de demonstre a familiaridade prática com as ferramentas.

> "É fundamental a identificação e atração de talentos"
> *Viridiana Bertolini*

A etapa seguinte é uma seleção inicial com duas fases. Na primeira, entre 21 e 25 de setembro, acontecerá a validação e triagem das propostas, enquanto de 28 de setembro a 9 de outubro os trabalhos serão avaliados por um grupo que dará pareceres sobre os vídeos. Após esse período, 80 pessoas passarão ao ponto seguinte, quando haverá um workshop prático, em 20 de outubro, com um case real e "gabarito" de referência.

Apenas os 15 melhores vão para a mentoria on-line, entre 27 de outubro e 13 de novembro, que terá como objetivo fazer com que os selecionados conheçam como a Globo trabalha com a IA, de forma a prepará-los para a maratona.

O evento final acontecerá na semana entre 14 e 18 de dezembro e os 15 finalistas serão divididos em cinco times de três pessoas. Cada um dos três ganhadores vai receber um prêmio de R$ 10 mil.

Bertolini explica que não há um compromisso de contratar um determinado número de participantes, mas conta que, em outros eventos semelhantes a Globo aproveitou talentos identificados ao longo do processo. O projeto é feito por três setores da área de Valor Social da Globo. Além da Academia LED, que é a frente do Movimento LED responsável pelo relacionamento com o mundo acadêmico, participam a tecnologia e o RH. "O RH está envolvido porque é fundamental a identificação e atração de talentos. Estamos muito atentos", diz Bertolini, lembrando que só serão utilizadas IAs chanceladas e utilizadas pela Globo e que apenas a maratona, em dezembro, será presencial. Todas as outras fases do projeto serão remotas.

A executiva também ressalta que durante todo o processo serão considerados, além da excelência dos participantes, critérios de diversidade regional, de raça e de gênero. E os 15 finalistas terão passagem, hospedagem a alimentação custeadas pela Globo.

## Índice de empresas citadas em textos nesta edição

4D Infrastructure **C6**
ABC **B7**
Aberdeen **C6**
Absolute **C6**
ADM Investor Services **B8**
AlphaKey **C6**
American Airlines **B3**
Anthropic **B6**
Aon **B4**
Apex Partners **C3**
Archer Consulting **B8**
Avianca **B3**
Azul **B3**
B3 **C6**
Banco do Brasil **B1, C1**
BGC Liquidez **C2**
BNDES **A4**
BNP Paribas **A4**
Bocom BBM **A4**
Bradesco **B1, C1**
Braskem **B3, B5**
Braskem Idesa **B5**
BTG Pactual **B3**
Casas Bahia **B1, B3**
Cedro Participações **C5**
Cetesb **B4**
Citi **B7**
Collected Strategies **B7**
Cosan **B3**
Dengo Chocolates **B4**
FG/A **B8**
Fleury **B4**
Forest Holding Financeira **C5**
General Motors **B4**
Genial Investimentos **C1**
GitHub **B6**
Gol **B3**
HSI Logística **B3**
Hugging Face **B6**
Hyundai **B4**
Idesa **B5**
Íntegra **B1**
InterCement **B1, B3**
Irregular **B6**
Itaú **C6**
Itaú Securities **C6**
Jalles Machado **B8**
JBS **B7**
Kia **B4**
Kroll **C5**
L Catterton **B3**
Lojas Renner **C6**
Mapa Capital **B3**
Master **A10, A15**
Meta **B6**
Morgan Stanley **A4**
Nasdaq **B7**
Nordex **B4**
Nubank **C1**
OpenAI **B6**
Pemex **B5**
Petrobras **A9, A11**
Pharos Consultoria **B8**
Pilgrim's Pride **B7**
Playtype, **B7**
Pontal-Thopen **B2**
Refit **A4**
Robeco **C2**
S&A Studio **B7**
Safras & Mercado **B8**
Santander **C3, C6**
Saudi Aramco **A17**
St. Marche **B1**
Stellantis **B4**
SulAmérica **A4**
TS Lombard **C2**
Unigel **B1, B3**
Vanguard **C6**
Vontobel Asset **C2**
Walt Disney Co. **B7**
Wells Fargo **C2**
White & Case LLP **B7**
Yardeni Research **C2**

Conquiste o mercado com o principal veículo de economia e negócios do Brasil.
Acesse valor.globo.com

Ines249

**Mineração**
Energia limpa, reservas expressivas e situação de equidistância geopolítica favorecem a posição brasileira Valor Setorial

**Eleições**
Mudanças na legislação fazem o número de candidatos cair pela primeira vez em 20 anos no país A14

**Educação**
Entidade busca R$ 60 milhões para expandir bolsas de estudo a brasileiros no exterior, diz Stephanie Passos A2

Quarta-feira, 19 de agosto de 2026
Ano 27 | Número 6571 | R$ 10,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

# Aumentam os casos de conversão de recuperação extrajudicial em judicial

**Empresas** Opção mais rápida e menos onerosa muitas vezes é insuficiente para garantir a continuidade dos negócios

**Fernanda Guimarães**
De São Paulo

A recuperação extrajudicial ganhou terreno no Brasil como uma opção mais rápida e menos onerosa para a renegociação de dívidas, mas tem aumentado o número de casos em que o alívio com a medida não é suficiente para garantir a continuidade da operação. Casas Bahia, InterCement, Unigel e St. Marche estão entre as empresas que recorreram depois à recuperação judicial em busca de uma reestruturação mais ampla. Para especialistas, a expectativa é de que haja mais casos semelhantes, num cenário de juro alto por tempo prolongado.

A medida extrajudicial pode alongar dívidas e reduzir o custo financeiro, mas nem sempre consegue prover o capital novo e as mudanças operacionais necessárias para assegurar a continuidade da empresa. Quando o acordo se limita ao passivo financeiro, o risco pode ser de só adiar uma crise alimentada pelo consumo de caixa.

O caso mais recente é o da Casas Bahia, que pediu recuperação judicial no domingo, com R$ 17,3 bilhões em dívidas, pouco mais de dois anos depois de ter renegociado R$ 4,1 bilhões em uma reestruturação extrajudicial. O acordo alongou prazos, diminuiu o custo financeiro e, em uma etapa posterior, levou à conversão de cerca de R$ 1,5 bilhão em créditos de Bradesco e Banco do Brasil em ações. Mesmo assim, prejuízos e dificuldades de geração de caixa continuaram a pressionar a empresa.

Levantamento do Observatório Brasileiro de Recuperação Extrajudicial (Obre) identificou 35 casos de empresas que passaram da recuperação extrajudicial para a judicial desde 2005, mas com o número de casos crescendo recentemente. Em seis, houve a conversão do próprio processo. Juliana Biolchi, diretora do Obre, observa que a Lei de Recuperação de Empresas estabelece restrições temporais para pedidos de recuperação sucessivos, mas não impõe uma trava para a reestruturação judicial apresentada depois da extrajudicial. Como os acordos extrajudiciais em geral alcançam apenas parte do passivo, mais empresas poderão seguir o caminho quando a situação de caixa mostrar que a primeira medida foi insuficiente, diz ela. **Páginas B1 e B3**

## Inadimplência piora, e bancos veem risco elevado de crédito

**Álvaro Campos e Lais Godinho**
De São Paulo

O cenário de juros altos por período prolongado tem afetado a inadimplência bancária. Ela está em nível recorde na pessoa física, e, na pessoa jurídica, nos piores patamares desde 2018. Milton Maluhy Filho, CEO do Itaú Unibanco, disse, na divulgação de resultados, que o comprometimento da renda das famílias continua alto.

No Banco do Brasil, a inadimplência no cartão de crédito saltou de 7,12% em março para 14,58% em junho, em função de política de parcelamento automático da fatura. Bradesco e Santander também relataram risco maior de crédito. No agro, apontado como um dos setores mais pressionados, a queda do preço das commodities agravou a situação de produtores já endividados. O número de recuperações judiciais no campo vem batendo recordes. **Página C1**

## Alíquotas do Imposto Seletivo serão estabelecidas por MP

**Jéssica Sant'Ana**
De Brasília

O governo decidiu que as alíquotas do Imposto Seletivo — cobrado sobre produtos nocivos à saúde ou ao meio ambiente — serão propostas por meio de medida provisória (MP) ao Congresso Nacional, para garantir que a cobrança possa ser iniciada em 1º de janeiro, como previsto na reforma tributária. A intenção do Ministério da Fazenda, conforme apurou o **Valor**, é encaminhar a MP junto com o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027, no dia 31 deste mês, ou no início de setembro.

As alíquotas que serão propostas deverão manter a mesma carga tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que incide hoje sobre os setores afetados. As exceções deverão ser cigarros e bets, que provavelmente pagarão a alíquota mais alta possível. **Página A5**

## Tesouro realiza maior leilão de NTN-B desde abril

**Gabriel Caldeira**
De São Paulo

O Tesouro Nacional realizou ontem o maior leilão de NTN-Bs (títulos públicos atrelados à inflação) desde abril. Todo o lote ofertado de 1,2 milhão de papéis foi vendido, movimentando mais de R$ 5 bilhões. Desde meados de junho, a insatisfação dos investidores com a política fiscal, o nível elevado dos juros e as incertezas externas reduziram drasticamente a demanda por NTN-Bs. O sucesso do leilão refletiu o fato de, na segunda-feira, ter ocorrido o vencimento recorde de cerca de R$ 260 bilhões desses papéis, o que devolveu muito dinheiro ao mercado. Além de toda a oferta ter sido absorvida, os investidores aceitaram taxas abaixo da expectativa de consenso para o vencimento de prazo mais curto. **Página C2**

## Luto na dramaturgia

ACERVO/TV GLOBO

**Uma das maiores protagonistas da teledramaturgia brasileira, Glória Menezes morreu ontem, em seu apartamento no Rio de Janeiro, aos 91 anos. A atriz construiu uma trajetória de mais de seis décadas nos palcos, no cinema e principalmente na TV, onde se tornou um dos rostos mais populares do país, atuando em cerca de 40 produções.** Página A8

MARCOS ALVES/AGÊNCIA O GLOBO

**Morreu ontem, aos 98 anos, a atriz Laura Cardoso, um dos maiores nomes da dramaturgia nacional. Começou a atuar aos 15 anos e, aos 25, estreou na TV Tupi. Participou de mais de 60 novelas, sendo a atriz com o maior número de trabalhos no país. Fez sua estreia na TV Globo em 1981. Sua última atuação na TV foi em "A Dona do Pedaço", de 2019. Em 2025, atuou no filme "Dona Rosinha".** Página A8

## Destaque

**Braskem Idesa no Chapter 11**
O acordo firmado pela petroquímica mexicana Braskem Idesa com seus acionistas e principais credores inclui, além de um aporte de recursos por parte da Braskem, a conversão de dívida em ações, com redução da participação da controladora brasileira dos atuais 75% para cerca de 58%, segundo cálculos do **Valor** com base nas informações enviadas à Justiça dos EUA no pedido de recuperação (Chapter 11). **B5**

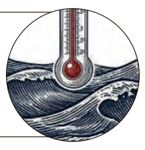
## Indicadores

| | | |
|---|---|---|
| **Ibovespa** | 18/ago/26 | -0,27% R$ 21,8 bi |
| **Selic (meta)** | 18/ago/26 | 14,00% ao ano |
| **Selic (taxa efetiva)** | 18/ago/26 | 13,94% ao ano |
| **Dólar comercial (BC)** | 18/ago/26 | 5,2037/5,2043 |
| **Dólar comercial (mercado)** | 18/ago/26 | 5,2210/5,2216 |
| **Dólar turismo (mercado)** | 18/ago/26 | 5,2414/5,4214 |
| **Euro comercial (BC)** | 18/ago/26 | 6,0254/6,0271 |
| **Euro comercial (mercado)** | 18/ago/26 | 6,0429/6,0435 |
| **Euro turismo (mercado)** | 18/ago/26 | 6,1085/6,2885 |

7 898937 880054

## Clima faz preço do açúcar atingir maior nível em mais de um ano

**El Niño**



**Camila Souza Ramos**
De São Paulo

O fenômeno climático El Niño já começa a afetar os principais polos globais de produção de açúcar, fazendo o preço da commodity disparar, para alcançar o maior nível em mais de 15 meses. Tailândia e Índia têm sido os mais impactados; no Brasil, a região centro-sul é a mais exposta. Ontem, os contratos mais negociados na bolsa de Nova York do açúcar demerara fecharam a 17,47 centavos de dólar a libra-peso. Até 31 de julho, a cotação ainda estava abaixo de 15 centavos, patamar que vinha rondando nos últimos 12 meses.

Na Tailândia, segundo maior exportador de açúcar, atrás apenas do Brasil, o receio é que o El Niño interrompa as chuvas na próxima semana, no momento de crescimento da cana. Analistas também têm destacado o risco de produções menores em outros países da Ásia e na Europa. No centro-sul brasileiro, o El Niño deve começar a ter efeito na produção a partir de agora. **Página B8**

## Fachin lança cartilha sobre salário de juízes

**Giullia Colombo**
De Brasília

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Edson Fachin, lançou ontem uma cartilha com perguntas e respostas frequentes sobre a remuneração na magistratura. O tema tem sido enfrentado pela Corte, especialmente em relação aos chamados penduricalhos, como são conhecidas as verbas indenizatórias que superam o teto salarial do funcionalismo público.

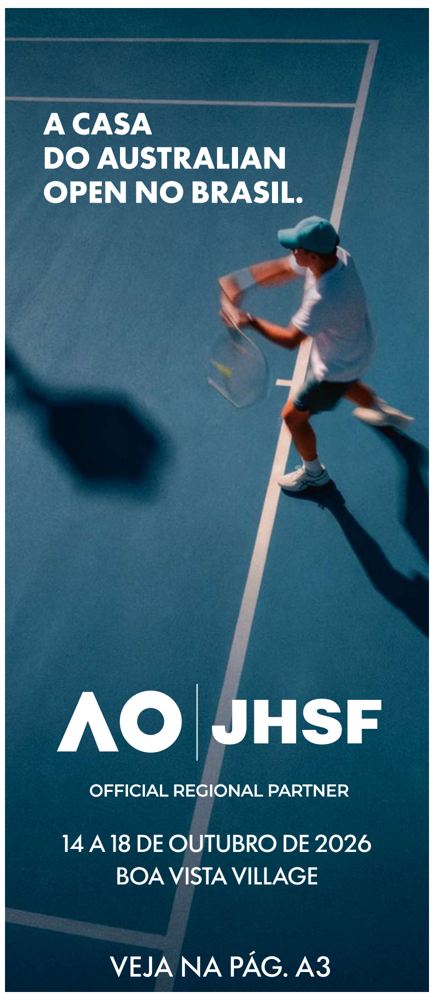
O ministro afirmou ter "orgulho" da atuação das instituições e dos magistrados brasileiros, mas disse que o tema é "complexo" e que é preciso "separar o joio do trigo". Durante sessão plenária do CNJ, Fachin também disse que o Judiciário está aberto à crítica e ao escrutínio público, mas que não pode aceitar uma "campanha sistemática de descredibilização". **Página A15**

## Quem é o eleitor 'desconfiado' que poderá decidir o pleito

**Cila Schulman A14**

## Endividamento público crescente e mais curto é o mais preocupante

**Márcio Garcia A19**



A CASA DO AUSTRALIAN OPEN NO BRASIL.
AO | JHSF
OFFICIAL REGIONAL PARTNER
14 A 18 DE OUTUBRO DE 2026
BOA VISTA VILLAGE
VEJA NA PÁG. A3

Ines249

# Carbono Oculto faz um ano e trabalha em silêncio

**Lu Aiko Otta**

Está contratado para o ano que vem um salto no cerco à lavagem de dinheiro. O Brasil começará a receber do exterior informações sobre operações de brasileiros com criptomoedas e as cruzará com dados que já existem na Receita e no Banco Central. "Vai ser bastante legal", antecipa uma pessoa a par do processo. Além disso, os dois órgãos saberão, finalmente, quem são as pessoas físicas donas do dinheiro que circula nas fintechs sob a forma de fundos que pertencem a outros fundos.

Se ocorrerem como o planejado, serão duas voltas vigorosas no aperto ao cerco do dinheiro do crime.

Segundo um integrante do governo, isso é algo que só se tornou possível após a grande repercussão da operação Carbono Oculto, que completará um ano na próxima semana. Antes dela, o governo apanhou feio quando tentou obrigar as fintechs a fazer o mesmo que os bancos: informar movimentação de recursos e os respectivos CPFs. No início de 2025, essa medida foi empacotada em fake news e virou uma tentativa de taxação do Pix. Diante do desgaste, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) escolheu recuar.

A medida só furou o cerco dos interesses contrários, da desinformação e do cálculo político de alas do próprio governo depois que a avenida Faria Lima, centro financeiro na capital paulista, amanheceu tomada por viaturas policiais no dia 28 de agosto passado. Era a Carbono Oculto, que marcou de forma espetacular a entrada do Fisco no combate ao crime organizado.

Entre os endereços visitados, estava o do Reag, agora liquidado, suspeito de lavar dinheiro. Esse mesmo fundo, e outros que foram alvo na operação, aparecem em outro grande escândalo: o do Banco Master.

Se há entrelaçamento entre eles, é algo ainda sob investigação. Alguns personagens se repetem nas apurações da Polícia Federal, da Receita Federal e do Ministério Público de São Paulo. Há troca de informações entre esses órgãos, mas tudo é feito com máxima prudência para não dar base a alegações de nulidade do processo, explica um participante.

Pela legislação atual, a Receita só pode enviar dados ao Ministério Público, por meio de representação. Não pode fazer intercâmbio diretamente com autoridades policiais, por exemplo. "Estamos tomando muita cautela nesse compartilhamento de informação para que passe sempre pelo Judiciário e pelos Ministérios Públicos, dentro de cada competência", diz fonte.

Ainda que cercado de cuidado, há diálogo constante entre órgãos e entre esferas da Federação. Esse é o maior legado da Carbono Oculto, avalia.

Integração federativa de forças de segurança e intercâmbio de informações são o centro da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, que aguarda votação no Senado.

As informações sobre transações de brasileiros com criptomoedas no exterior passaram a ser exigidas a partir de uma norma editada em novembro passado, que alinhou o país à prática da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Na ocasião, a subsecretária de Fiscalização da Receita, Andrea Chaves, disse a este jornal que não se trata de uma medida arrecadatória, e sim de "garantir que ninguém fique fora do radar dos compromissos fiscais".

Os dados começarão a chegar no fim de janeiro. "O nosso sistema de inteligência é muito bom em cruzar", disse um integrante do Ministério da Fazenda. "Pega literalmente bilhões de dados, cruza tudo, consegue ver os padrões de comportamento e dizer: 'esse cara aqui'."

A outra medida, que vai identificar os donos do dinheiro em fundos, já gera o envio de informações à Receita Federal, mas apenas dos clientes de instituições criadas após sua edição. Dos antigos, os dados serão enviados ao fim deste ano.

Também como parte do cerco à lavagem em fintechs, o Banco Central bloqueou o funcionamento das contas-bolsão, por onde transitava o dinheiro vivo do crime que chegava Faria Lima. Além disso, foi encurtado de dezembro de 2029 para maio de 2026 o prazo para que as fintechs obtivessem autorização para operar. Aquelas que foram alvo da operação não tinham o OK da autoridade monetária, nem por isso se encontravam irregulares.

Fintechs eram a "fratura exposta" da lavagem de dinheiro, disse uma fonte. Mas o grosso da legalização do dinheiro sujo se dá em empresas do setor de combustível e no contrabando, que foram alvos de operações posteriores.

No caso do setor de combustíveis, a Carbono Oculto foi desdobrada na Cadeia de Carbono, na qual foram apreendidas cargas inteiras de navios petroleiros, e a Poço de Lobato, que mirou o maior devedor contumaz do país, segundo a Receita Federal. Não cita nome, mas o alvo foi a Refit.

A própria lei que tipifica o devedor contumaz é efeito da Carbono Oculto. A matéria, que estava parada havia anos, foi aprovada pelo Senado poucos dias depois da operação.

Em um ano, muito se avançou no cerco ao dinheiro do crime. Dificilmente todas as brechas serão fechadas, mas essa linha de ação deveria ser reforçada como uma política de Estado.

**Lu Aiko Otta** é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.
**E-mail** lu.aiko@valor.com.br

**Educação** Entidade se inspira em modelo popularizado por universidades americanas de elite e busca atrair doadores

# Brasa quer fundo para bolsas e incentivo à volta de formados ao país

**Vinícius Lucena**
De São Paulo

A Brasa, rede global de brasileiros no exterior que organiza e reúne estudantes por diversos campi ao redor do mundo, busca captar R$ 60 milhões até 2030 e expandir seu programa de bolsas destinadas a jovens de baixa renda que pretendem estudar fora.

Atualmente, a entidade sem fins lucrativos já apoiou, em seis anos e por meio de mais de 40 doadores, 60 bolsistas vindos de todas as regiões do Brasil. Além disso, a rede já está presente em mais de 125 locais, incluindo Estados Unidos, Canadá, Europa e Ásia, conectando estudantes brasileiros no exterior.

"E a gente está mudando um pouco a nossa forma de enxergar o investimento, porque agora queremos construir um fundo que vai de fato financiar a Brasa nos próximos dez anos. A gente não vai depender mais de todo ano buscar doações ou fechar um contrato corporativo novo: estamos propondo um fundo que vai garantir que vamos conseguir operar nos próximos dez anos", explica a CEO da Brasa, Stephanie Passos.

A ideia é fazer com que novos aportes de empresas e doadores individuais sejam feitos por meio de um fundo endowment (ou fundo patrimonial), que foi popularizado por universidades americanas de elite. No caso, o fundo da Brasa tem inspiração no endowment do Instituto de Tecnologia e Liderança (Inteli), faculdade sem fins lucrativos fundada em 2019 pelos empresários André Esteves e Roberto Sallouti.

Com a nova estrutura, em vez de gastar as doações recebidas anualmente, o fundo investe esse patrimônio para que a Brasa utilize apenas parte dos rendimentos gerados para financiar suas atividades. Hoje, para funcionar, a organização precisa de cerca de US$ 400 mil (cerca de R$ 2 milhões) ao ano, além dos aportes para o programa de bolsas.

A partir de um jantar promovido em São Paulo nesta quinta-feira (18), para cerca de 60 CEOs de diferentes empresas convidados, a Brasa busca 20 executivos que se comprometam a doar o montante de R$ 3 milhões até 2030 para constituir o fundo. Para além do financiamento das bolsas, a entidade quer parcerias com a iniciativa privada para incentivar o retorno dos estudantes ao Brasil.

"Percebemos que estávamos fazendo um bom trabalho em levar as pessoas lá para fora e conectá-las com o Brasil, mas que isso não é suficiente. A gente ainda vê muitas pessoas que não são bem formadas, não são bem servidas e não são preparadas para voltar e ocupar posições muito interessantes nas maiores empresas do Brasil", diz a CEO da Brasa.

A entidade já tem relacionamento com grandes empreendimentos, como BTG Pactual, Stone, Itaú e iFood, que, segundo Passos, já promovem programas de estágio para a rede de estudantes. Agora o objetivo é criar oportunidades ainda mais atraentes para colocar no mercado nacional talentos que seguem no exterior, no intuito de combater a chamada "fuga de cérebros".

"Só 30% das pessoas recém-formadas de fato voltam. Então onde está essa lacuna? A gente quer justamente ser essa ponte, tanto entre o estudante e a oportunidade, como entre a empresa e o estudante", afirma Passos.

O jantar com CEOs para captar os recursos será realizado na residência de Diego Barreto, CEO do iFood. O executivo também é um dos conselheiros da Brasa. Ele destaca que uma estrutura de financiamento a longo prazo é fundamental para fazer o programa de bolsas chegar a outro patamar. "Essa perspectiva de longo prazo vai gerar um volume de recursos que vai me permitir sonhar ao longo do tempo em chegar não em dezenas, mas em centenas e em milhares", afirma

"É importante que a empresa que vai doar perceba que está criando um fluxo de talentos maior e que pode ser aproveitado para a própria empresa. Então, a gente acredita que essa ligação com empresas é mais forte para a causa", afirma. O executivo corrobora a ideia de que aproximar o setor privado à entidade filantrópica ajuda a incentivar os formados no exterior a retornar ao país.

"Eles vão buscar apoio na universidade americana, que tem lá suas bolsas, e no momento em que ele ganha parte daquela bolsa o vínculo dele moral e psicológico fica com a instituição. Isso não é um problema, via de regra. Só que a gente precisa fazer o chamado para essa pessoa voltar e vir impactar o Brasil, porque a relação sentimental dele está aqui, o senso de pertencimento dele", diz.

A conselheira da Brasa e também CEO da Publicis Brasil, Gabriela Onofre, avalia que faltam incentivos no Brasil que permitam o retorno desses talentos. Por isso, ela destaca a vontade de reunir empresas nacionais e internacionais para incentivar programas e iniciativas que ajudem brasileiros capacitados no exterior a retornar.

"O que a gente tem visto é que a volta tem sido cada vez menor, porque eles não têm a mesma segurança sobre o futuro da carreira aqui. Ao mesmo tempo, o estudante quer voltar e existe muita possibilidade nas empresas do Brasil. Sejam empresas internacionais e globais, que têm filial aqui, sejam as empresas brasileiras, que também têm muita oportunidade. Então, a gente quer reunir um grupo interessante de empresas internacionais e empresas brasileiras."

ARQUIVO PESSOAL

Stephanie Passos, do Brasa: nova forma de enxergar o investimento

"O que a gente tem visto é que a volta tem sido cada vez menor"
*Gabriela Onofre*

# Academia LED lança edital para maratona de IA nos Estúdios Globo

**Rafael Rosas**
Do Rio

A Academia LED lança nesta quarta-feira (19) edital para seleção de estudantes universitários para uma maratona de inteligência artificial nos Estúdios Globo. Serão quatro etapas que vão definir 15 estudantes que participarão da fase final, em dezembro.

O evento de lançamento do edital será realizado no campus da UFRJ, na Ilha do Fundão, zona norte do Rio. O auditório do Centro de Tecnologia da universidade, com capacidade para 500 pessoas, vai receber uma aula aberta com a participação dos jornalistas Ben-Hur Correia, especialista em IA, e Bruno Natal, documentarista e especialista em tecnologia; de José Almeida Jr., head de VFX (efeitos visuais) da Globo; e de Camila Achutti, fundadora e CEO da Mastertech, empresa responsável por fazer a gestão técnica da plataforma contratada pela Globo para gerenciar o projeto.

Depois do lançamento, a iniciativa será divulgada nas plataformas da Globo e poderá ser acessada por estudantes de todo o Brasil. Para participar, basta ser aluno universitário de qualquer curso, ter mais de 18 anos e acessar o site do Movimento LED para realizar a inscrição, cujo prazo vai até 20 de setembro. "O projeto não é apenas para estudantes de tecnologia. Entendemos que o assunto permeia todos os cursos. Queremos formar grupos multidisciplinares. Estamos muito abertos a qualquer escola", diz Viridiana Bertolini, gerente sênior de valor social da Globo, que esta à frente do Movimento LED.

A executiva ressalta que não há expectativa ou meta de número de inscritos. Além de preencher a ficha de inscrição, os interessados deverão utilizar IA para produzir um vídeo de demonstre a familiaridade prática com as ferramentas.

A etapa seguinte é uma seleção inicial com duas fases. Na primeira, entre 21 e 25 de setembro, acontecerá a validação e triagem das propostas, enquanto de 28 de setembro a 9 de outubro os trabalhos serão avaliados por um grupo que dará pareceres sobre os vídeos. Após esse período, 80 pessoas passarão ao ponto seguinte, quando haverá um workshop prático, em 20 de outubro, com um case real e "gabarito" de referência.

Apenas os 15 melhores vão para a mentoria on-line, entre 27 de outubro e 13 de novembro, que terá como objetivo fazer com que os selecionados conheçam como a Globo trabalha com a IA, de forma a prepará-los para a maratona.

O evento final acontecerá na semana entre 14 e 18 de dezembro e os 15 finalistas serão divididos em cinco times de três pessoas. Cada um dos três ganhadores vai receber um prêmio de R$ 10 mil.

Bertolini explica que não há um compromisso de contratar um determinado número de participantes, mas conta que, em outros eventos semelhantes a Globo aproveitou talentos identificados ao longo do processo. O projeto é feito por três setores da área de Valor Social da Globo. Além da Academia LED, que é a frente do Movimento LED responsável pelo relacionamento com o mundo acadêmico, participam a tecnologia e o RH. "O RH está envolvido porque é fundamental a identificação e atração de talentos. Estamos muito atentos", diz Bertolini, lembrando que só serão utilizadas IAs chanceladas e utilizadas pela Globo e que apenas a maratona, em dezembro, será presencial. Todas as outras fases do projeto serão remotas.

A executiva também ressalta que durante todo o processo serão considerados, além da excelência dos participantes, critérios de diversidade regional, de raça e de gênero. E os 15 finalistas terão passagem, hospedagem a alimentação custeadas pela Globo.

"É fundamental a identificação e atração de talentos"
*Viridiana Bertolini*

## Índice de empresas citadas em textos nesta edição

4D Infrastructure **C6**
ABC **B7**
Aberdeen **C6**
Absolute **C6**
ADM Investor Services **B8**
AlphaKey **C6**
American Airlines **B3**
Anthropic **B6**
Aon **B4**
Apex Partners **C3**
Archer Consulting **B8**
Avianca **B3**
Azul **B3**
B3 **C6**
Banco do Brasil **B1, C1**
BGC Liquidez **C2**
BNDES **A4**
BNP Paribas **A4**
Bocom BBM **A4**
Bradesco **B1, C1**
Braskem **B3, B5**
Braskem Idesa **B5**
BTG Pactual **B3**
Casas Bahia **B1, B3**
Cedro Participações **C5**
Cetesb **B4**
Citi **B7**
Collected Strategies **B7**
Cosan **B3**
Dengo Chocolates **B4**
FG/A **B8**
Fleury **B4**
Forest Holding Financeira **C5**
General Motors **B4**
Genial Investimentos **C1**
GitHub **B6**
Gol **B3**
HSI Logística **B3**
Hugging Face **B6**
Hyundai **B4**
Idesa **B5**
Íntegra **B1**
InterCement **B1, B3**
Irregular **B6**
Itaú **C6**
Itaú Securities **C6**
Jalles Machado **B8**
JBS **B7**
Kia **B4**
Kroll **C5**
L Catterton **B3**
Lojas Renner **C6**
Mapa Capital **B3**
Master **A10, A15**
Meta **B6**
Morgan Stanley **A4**
Nasdaq **B7**
Nordex **B4**
Nubank **C1**
OpenAI **B6**
Pemex **B5**
Petrobras **A9, A11**
Pharos Consultoria **B8**
Pilgrim's Pride **B7**
Playtype, **B7**
Pontal-Thopen **B2**
Refit **A4**
Robeco **C2**
S&A Studio **B7**
Safras & Mercado **B8**
Santander **C3, C6**
Saudi Aramco **A17**
St. Marche **B1**
Stellantis **B4**
SulAmérica **A4**
TS Lombard **C2**
Unigel **B1, B3**
Vanguard **C6**
Vontobel Asset **C2**
Walt Disney Co. **B7**
Wells Fargo **C2**
White & Case LLP **B7**
Yardeni Research **C2**

Conquiste o mercado com o principal veículo de economia e negócios do Brasil.
Acesse valor.globo.com

Ines249

**Tributação** Alíquotas do tributo que vai incidir sobre cigarros e refrigerantes serão apresentadas pelo governo ao Congresso Nacional por meio de medida provisória

# Imposto seletivo tem próximos passos definidos

**Jéssica Sant'Ana**
De Brasília

A equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu que as alíquotas do Imposto Seletivo serão propostas via medida provisória (MP) ao Congresso Nacional, para garantir que a cobrança possa ser iniciada em 1º de janeiro de 2027, conforme prevê a reforma tributária do consumo. O Ministério da Fazenda, apurou o **Valor**, trabalha para que a proposta seja enviada junto com o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027, no dia 31 deste mês, ou no início de setembro.

A reforma tributária prevê que o Imposto Seletivo vai incidir sobre: veículos; embarcações e aeronaves; cigarros; bebidas alcoólicas; bebidas açucaradas (refrigerantes); bens minerais; e concursos de prognósticos e apostas esportivas (bets). Esse tributo foi criado para desincentivar o consumo de bens e serviços que fazem mal à saúde ou ao meio ambiente. O ministro da Fazenda, Dario Durigan, tem dialogado com os setores.

As alíquotas que serão propostas vão manter o mesmo nível de carga tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que incide atualmente sobre esses setores. Ou seja, a alíquota do Seletivo que será cobrada sobre veículos, por exemplo, manterá o mesmo nível de receita que o IPI arrecada hoje com esse setor. Dessa forma, não haverá aumento de carga tributária para o setor devido ao Seletivo.

A solução foi encontrada para diminuir a resistência de empresas afetadas pelo novo imposto. O governo alega que não haveria como aprovar alíquotas mais altas para o Seletivo em ano eleitoral. A ideia é retomar o debate ao longo de 2027 ou 2028, caso Lula seja reeleito.

No caso dos produtos que hoje não têm cobrança de IPI, ainda está em discussão se a alíquota do Seletivo ficará zerada ou se haverá a taxação. Se houver, será na menor alíquota possível. É o caso de bens minerais, que hoje não pagam IPI e podem ser taxados pelo Seletivo a uma alíquota teto de 0,25%.

A exceção ficará por conta das bets e dos cigarros. A ideia da equipe econômica é taxar esses produtos com a maior alíquota possível, por serem setores considerados prejudiciais à saúde e com grande potencial contributivo.

Há uma preocupação da ala política do Executivo com o envio da proposta, porque entende que ela pode ofuscar a apresentação do PLOA, que terá como foco a manutenção de políticas sociais para 2027. Além disso, há um temor de que a MP possa inflamar a narrativa de governo "taxador", mesmo que a criação do Seletivo esteja prevista desde o fim de 2023. O Palácio do Planalto chegou a defender a ideia de que o Seletivo fosse enviado apenas após as eleições.

Contudo, a equipe econômica segue defendendo que o Seletivo seja enviado tão logo que possível, porque não há como fugir desse debate, sob risco de gerar um limbo jurídico nos primeiros meses de 2027 e de aumentar a alíquota da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que vai substituir os tributos federais que incidem sobre o consumo. Ao contrário do Seletivo, a CBS é cobrada sobre todos os bens e serviços, ou seja, uma alíquota maior oneraria toda a população.

Há a possibilidade de que o envio da MP atrase e aconteça na primeira quinzena de setembro, segundo uma fonte. Mas isso não seria devido às preocupações da ala política, e sim às dificuldades para concluir a elaboração da proposta orçamentária de 2027. Ainda está em discussão como o governo tratará das receitas no PLOA. Dois cenários vêm sendo trabalhados.

Um deles seria enviar o PLOA com uma estimativa de arrecadação da CBS e do Seletivo, que começam a ser cobrados em 1º de janeiro do próximo ano, em substituição ao Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)-Seguros e a grande parte do IPI. Outro cenário será enviar a proposta orçamentária com os tributos atuais (PIS/Cofins, IPI e IOF-Seguro) e fazer a alteração posteriormente, via mensagem modificativa. Esta opção vem sendo considerada por técnicos porque a alíquota da CBS ainda não está definida.

A previsão, como mostrou o **Valor**, é que o encaminhamento da alíquota da CBS seja feito ao Senado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no começo de novembro, após a eleição. Esse é um tema que também preocupa o governo. No caso da CBS, a reforma deu esse prazo mais longo, permitindo que a alíquota seja conhecida mais tarde.

No caso do Seletivo não há essa possibilidade, porque o tributo está sujeito à noventena, ou seja, ao prazo de 90 dias para entrar em vigor. Por isso, a opção escolhida foi enviar uma MP ao Congresso, e não um projeto de lei, de forma que o prazo da noventena possa ser iniciado, dando tempo de cobrar o Seletivo a partir de janeiro. Caso contrário, haveria um limbo jurídico, explicou um técnico, porque seria difícil tecnicamente viabilizar uma alíquota de CBS mais alta nos primeiros meses de 2027 e depois baixá-la, com a entrada do Seletivo em vigor no decorrer do ano.

WASHINGTON COSTA/MF

Decisão do governo de propor o Seletivo via MP é pragmática, afirma Daniel Loria

Daniel Loria, sócio do Loria Advogados, avalia que a decisão do governo de propor o Seletivo via MP, e não por projeto de lei, é "pragmática para um assunto politicamente sensível". Ele pondera que ainda é preciso acompanhar como será feito exatamente o cálculo da alíquota do Seletivo para "entender a lógica da manutenção da carga do IPI e o preço ao consumidor final dos produtos".

# TCU faz bloqueio provisório de R$ 5 bi para redução de conta de luz

**Marlla Sabino**
Brasília

O ministro Antonio Anastasia, do Tribunal de Contas da União (TCU), determinou nesta terça-feira (18) o bloqueio cautelar de R$ 5,02 bilhões destinados à redução das tarifas de energia elétrica de consumidores das regiões Norte e Nordeste. A decisão impede que os recursos sejam transferidos às distribuidoras, mas preserva os efeitos dos reajustes tarifários já homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O processo será julgado pelo TCU nesta quarta-feira (19).

Os valores são provenientes da repactuação de pagamentos pelo Uso de Bem Público (UBP), espécie de royalty pago por hidrelétricas. Lei aprovada no ano passado permite que as empresas antecipem parcelas de UBP e que os recursos sejam destinados à modicidade tarifária das distribuidoras localizadas em áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Em junho, a Aneel formalizou assinatura dos termos aditivos aos contratos de concessão com geradores de energia para a repactuação das parcelas. Os recursos pagos pelas concessionárias entre maio e julho foram destinados diretamente à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que financia políticas públicas do setor elétrico.

A prática, contudo, "contraria normas de finanças públicas", na avaliação da área técnica do TCU. A representação foi apresentada pela equipe de fiscalização da Unidade de Auditoria Especializada em Orçamento, Tributação e Gestão Fiscal (AudFiscal), que apontou indícios de irregularidades no itinerário de arrecadação dos valores. Segundo a área técnica, os valores pagos a título de UBP têm natureza de receita patrimonial da União e, mesmo após a repactuação prevista em lei, deveriam observar as regras aplicáveis às receitas públicas.

O bloqueio permanecerá até uma decisão de mérito do TCU ou até que seja comprovado o recolhimento dos recursos à Conta Única do Tesouro e sua inclusão na Lei Orçamentária Anual ou em crédito adicional. Aneel não se pronunciou.

vivo
O MELHOR SINAL
É A CONFIANÇA
Vivo, destaque no ranking Extel 2026.

Reconhecida na pesquisa Extel Insights pela sua excelência em Relações com Investidores, a Vivo está entre as empresas mais bem avaliadas no setor de Tecnologia, Mídia e Telecomunicações.

extel

Melhor CFO
Melhor Profissional de RI
Melhor Programa de RI
Melhor Time de RI

De acordo com a votação geral do Sell-Side

vivo.com.br

Telefónica

Ines249

**Ambiente** Arminio Fraga e Marcelo Medeiros acreditam que país pode ser líder global na remoção de $CO_2$

# Brasil precisa discutir seu papel na solução da crise do clima, dizem investidores

**Daniela Chiaretti**
De São Paulo

Dois executivos pioneiros no restauro florestal da Amazônia e da Mata Atlântica, o economista Arminio Fraga, conselheiro e investidor da re.green, e Marcelo Medeiros, presidente do conselho e cofundador da empresa que lidera o setor no país, acreditam que o Brasil pode ser o principal ator na remoção de $CO_2$ da atmosfera.

Tanto Arminio quanto Medeiros, contudo, manifestam preocupação com a proposta de regulamentação da exportação de créditos de carbono que esteve em consulta pública pelo Ministério do Meio Ambiente. Nesta entrevista explicam as críticas ao limite à exportação dos créditos e dizem que o que é preciso não é uma cota negociada entre governo e setor privado, mas uma discussão de Estado: que papel o Brasil quer ter na solução da crise climática.

**Valor:** *Os senhores dizem que o Brasil pode se tornar líder mundial na remoção de $CO_2$ da atmosfera. Podem explicar?*

**Marcelo Medeiros:** A humanidade enfrenta o grave problema do aquecimento global. Hoje são cerca de 50 bilhões de toneladas de $CO_2$ anuais que o mundo lança na atmosfera. Cortar emissões de gases-estufa é indispensável, mas a conta climática global não fecha sem que se removam da atmosfera entre 7 bilhões de toneladas de $CO_2$ e 9 bilhões de toneladas de $CO_2$ por ano até 2050. É aqui que o Brasil tem a oportunidade e a obrigação de exercer papel decisivo.

**Valor:** *Como remove?*

**Medeiros:** As principais tecnologias de remoção capazes de contribuir rapidamente e em escala, como restauração florestal, biochar [tipo de carvão vegetal produzido pelo aquecimento de resíduos orgânicos como restos de madeira, palha ou bagaço de cana], intemperismo acelerado de rochas [técnica que transforma algumas rochas em um pó fino e o espalha em terras agrícolas] e bioenergia com captura de carbono, dependem de dois insumos: terra e clima. O Brasil, como nenhum outro, tem terras adequadas a todas essas estratégias, além de muito sol e água.

**Arminio Fraga:** No caso da restauração florestal, a captura de carbono acontece quando as plantas crescem. É carbono ali dentro. A química orgânica, que é a química dos seres vivos, é a química do carbono. Aqui a ideia é exatamente a ideia clássica do comércio internacional: o ideal seria ter um sistema em que quem consegue remover pelo menor custo remove — vantagens comparativas, a mesma coisa. E o Brasil tem, neste caso, uma posição privilegiada.

**Valor:** *Inclusive na exportação de créditos de carbono dentro das regras do Acordo de Paris, que o governo está estruturando?*

**Medeiros:** Vamos pensar em Singapura, por exemplo, que não tem espaço para fazer restauração. Terá que reduzir suas emissões comprando créditos de carbono de alguém. Hoje temos países que são claramente compradores de créditos e países que são claramente potenciais exportadores de créditos. O Brasil está nessa categoria de potencial exportador de créditos.

**Arminio:** É como se estivéssemos terceirizando algo que o outro não é capaz de fazer. Mas é justamente essa vantagem que a regulamentação submetida a consulta pública pelo governo propõe racionar.

**Valor:** *Há poucos dias o governo, via Ministério do Meio Ambiente, encerrou a consulta pública sobre a regulamentação da exportação de créditos de carbono —ou os ITMOs, os certificados de mitigação transferidos internacionalmente. Houve muitas críticas em alguns pontos, inclusive de vocês. Podem explicar?*

**Medeiros:** Entendemos que é justamente a vantagem que o Brasil tem que a regulamentação submetida a consulta pública pelo governo propõe racionar. Ali se colocou um teto de exportação de 50 milhões de toneladas de CO2 para o período de 2031 a 2035, o que daria 10 milhões de toneladas ao ano. Isso significa um pouco mais de um décimo de 1% da necessidade mundial. O tema com o maior número de comentários na consulta foi o das restrições à exportação, sinal de um perigoso processo de barganha sobre o nível de restrição a ser adotado. O que precisamos não é de uma cota negociada entre o governo e agentes privados; é de uma discussão de Estado: que papel o Brasil quer ter na solução da crise climática?

> “Precisamos de uma discussão de Estado sobre o papel que o Brasil quer na solução da crise climática”
> *Arminio Fraga*

**Valor:** *O que é a dupla contagem no exemplo de Singapura?*

**Medeiros:** A dupla contagem seria se o Brasil usasse a remoção de $CO_2$ para reduzir sua meta climática (a NDC, no jargão diplomático) e Singapura também usasse o mesmo crédito para reduzir sua meta. A ideia de restringir exportações decorre de uma preocupação legítima. Quando um projeto brasileiro exporta um crédito de remoção para a União Europeia ou para o mercado de compensações da aviação internacional, o chamado “ajuste correspondente” faz com que aquela tonelada seja contabilizada no balanço do comprador, e não no nosso. Exportar remoção, nessa leitura, é exportar esforço climático e dificultar o cumprimento da nossa própria NDC — a meta que cada país assume no Acordo de Paris. O raciocínio parece lógico, mas se baseia em uma premissa falsa.

**Valor:** *Como assim?*

**Arminio:** A premissa é que existe um estoque dado de remoções a ser repartido entre os mercados interno e externo. Não existe. A maioria dos projetos de remoção é intensiva em capital e não se viabiliza sem contratos de longo prazo de compra de créditos de carbono que o torne financiável. Nós temos o clima, a terra, a ciência e a capacidade de desenvolver tecnologia, mas a última palavra no desenvolvimento do setor é do mercado. Sem um mercado de exportação, vamos ver outros países dominarem a remoção de $CO_2$ da atmosfera. Nesse sentido, o teto que o governo está propondo, esta regra, a meu ver, é uma ilusão.

**Valor:** *Na proposta que foi à consulta pública do MMA o objetivo é reduzir emissões em 100 milhões de toneladas de $CO_2$ entre 2031 e 2035. Mas o montante autorizado para transferência de ITMOs será de até 50 milhões de toneladas de $CO_2$. Um dos argumentos do governo é que a exportação de créditos é contida para que o país cumpra sua NDC, a meta climática..*

**Medeiros:** Sujeitar a exportação ao cumprimento da NDC é um falso dilema e uma distorção de prioridades. A meta brasileira não se decide no mercado de créditos: decide-se no uso da terra, nossa maior fonte bruta de emissões.

**Arminio:** O Brasil está cumprindo a sua meta. O fundamental é acabar com o desmatamento ilegal. O desmatamento caiu, mas está alto ainda e tem muito espaço para cair mais. Mas pensar que para bater a meta vamos ter que reter a exportação de créditos é uma ilusão.

**Medeiros:** Limitar a exportação de créditos de remoção não evita o desmatamento; uma indústria de restauração em escala, sim, dá valor econômico à floresta, forma brigadas de incêndio, regulariza reservas legais e transforma comunidades em aliados contra o desmatamento. Cumprir a NDC confere ao país autoridade na agenda climática; exportar remoção traz empregos, tecnologia e divisas. São objetivos complementares. Tratá-los como concorrentes destrói o valor de ambos.

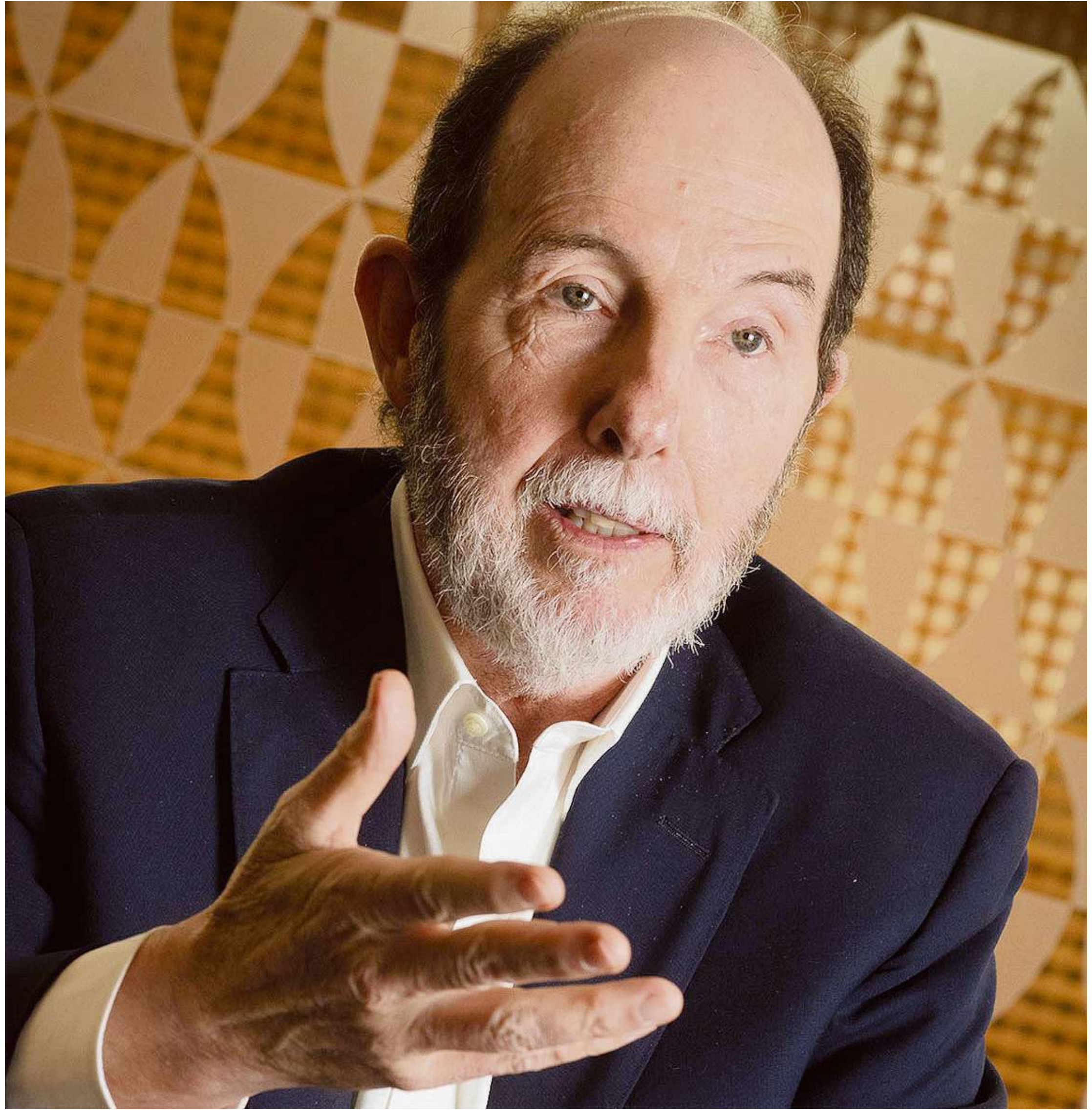
**Arminio:** Um detalhe relevante é que esse trabalho está sendo feito com dinheiro privado. Por que alguém pode abrir um negócio de laranja e exportar as suas laranjas, ou um negócio de minério de ferro e exportar o seu minério de ferro, ou um negócio de avião e exportar o seu avião, sem essas restrições, e nós, que estamos fazendo um negócio que traz um grande benefício de natureza pública, temos que estar sujeitos a essas restrições? Isso não faz sentido. Hoje existe um comércio internacional de créditos de carbono incipiente, mas que poderia ser muito grande. A poluição [emissão de gases-estufa] é algo que afeta a sociedade como um todo. Portanto, quem ajuda a reduzir a poluição está gerando, de certa forma, um bem público.

**Medeiros:** Uma boa comparação é com o eucalipto. Vamos pensar em uma área degradada por uma pastagem. Se uma empresa comprar para plantar eucalipto, pode plantar, colher e exportar o produto, madeira ou celulose. Se uma empresa de restauração comprar a mesma área e colocar de volta uma floresta tropical perfeitamente restaurada, com biodiversidade, melhoria na qualidade da água e na quantidade, com todos os benefícios, o nosso produto não pode ser exportado. É preciso reconhecer, contudo, que o BNDES tem promovido o setor do restauro com apoio comparável ao que deu, no passado, a segmentos que deslancharam, como papel e celulose e energias renováveis.

**Valor:** *O que os senhores querem, em resumo?*

**Medeiros:** Cabe em uma frase: retirar os tetos da resolução operacional e levar a decisão sobre a escala dessa indústria ao nível de estratégia nacional. Fugir da barganha regulatória e pensar grande. Entre cumprir uma NDC ambiciosa e nos tornarmos líderes mundiais na remoção de $CO_2$ da atmosfera, vamos ficar com os dois.

ANA PAULA PAIVA/VALOR



**Arminio Fraga: “Sem um mercado de exportação, vamos ver outros países dominarem a remoção de $CO_2$ da atmosfera”**

ANA PAULA PAIVA/VALOR

**Marcelo Medeiros: “A meta climática brasileira não se decide no mercado de créditos: decide-se no uso da terra”**

---

# Guia busca reverter aumento das emissões de metano

**Cleyton Vilarino**
De São Paulo

Em meio a um aumento persistente das emissões de metano do Brasil ao longo dos últimos anos, o Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), ligado ao Observatório do Clima, lançou ontem um guia com 37 medidas que o país pode adotar para reverter o atual cenário relacionado às mudanças climáticas.

Endereçado ao setor público e privado, o documento divide as propostas entre os três setores que concentram a maior parte das emissões de metano do país, com ênfase na atividade agropecuária, responsável por 75,8% das emissões brasileiras de metano. Em 2024, o setor lançou 15,7 milhões de toneladas do gás na atmosfera, sendo mais de 90% provenientes da criação de gado bovino, segundo o SEEG.

“A bovinocultura de corte e de leite, como outros animais ruminantes, é onde tem a maior parcela das emissões de metano do setor agropecuário. Então, com certeza, a maior parcela dessas soluções será destinada para essa sub-setor”, ressaltou o coordenador da Iniciativa de Ciência do Clima do Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola), Gabriel Quintana, durante a apresentação do guia.

O instituto foi responsável por elaborar as propostas para o setor agropecuário, reunindo ao todo 15 medidas que abrangem planejamento territorial, assistência técnica, acesso ao crédito e mudanças no manejo dos sistemas produtivos e dos resíduos da produção animal. “Todas essas soluções foram baseadas pensando no que já existia de marcos regulatórios, políticas públicas e no próprio Plano ABC+ mais, com as soluções que estão associadas com a mitigação de metano”, afirmou Quintana.

Entre as propostas, estão o zoneamento aplicado ao planejamento territorial, a transferência de tecnologias conservacionistas, a ampliação da assistência técnica e da extensão rural, linhas de crédito para práticas agropecuárias conservacionistas e incentivos ao consumo de alimentos de menor emissão.

Considerando que a maior parte das emissões de metano da agropecuária é provenientes da fermentação entérica de ruminantes, as principais medidas propostas focam melhorias na dieta desses animais e na recuperação e conservação de pastagens. “Ao serem recuperadas, essas pastagens vão sequestrar carbono, mas também apresentar maior digestibilidade, atendendo a nutrição animal e ajudando na redução das emissões de metano”, complementou Quintana.

De acordo com o coordenador da Iniciativa de Ciência do Clima do Imaflora, o setor tem potencial de reduzir em até 28% das suas emissões em relação ao registrado em 2020, indo de encontro ao compromisso firmado pelo Brasil durante a COP26, em 2021. Contudo, de acordo com o monitoramento feito pelo SEEG, as emissões brasileiras de metano aumentaram 6% entre 2020 e 2023, atingindo o segundo maior nível da série histórica, de 21,1 milhões de toneladas.

“As medições já estão mostrando uma ultrapassagem de 1,5 grau na temperatura média global, portanto, acima do limite considerado seguro pelo Acordo de Paris. Mas é possível e necessário a gente retornar ao patamar abaixo desse 1,5 grau e, para isso, reduzir as emissões de $CO_2$ e metano são cruciais”, reforçou o coordenador do SEEG, David Tsai, em entrevista à imprensa.

# CONEXÕES

# Conteúdo especial sobre a relevância do setor e sua presença na vida dos brasileiros.

O **agro** é fundamental não só pela importância na economia do país, mas também pelas conexões que estabelece com diversos setores, impactando diretamente nosso dia a dia.

O projeto **CONEXÕES AGRO** reúne matérias especiais, vídeos, análises e muito mais sobre o setor. Uma parceria com o **Sistema CNA/Senar**, que valoriza o protagonismo do produtor rural no desenvolvimento, na segurança alimentar e na sustentabilidade.

**Fique por dentro.**
**Acesse:**

PATROCÍNIO
CNA SENAR

DIVULGAÇÃO
Valor Econômico
GLOBORURAL
CBN

REALIZAÇÃO
EDITORA GLOBO

**Memória** Carreira da atriz é marcada por personagens marcantes e por muito sucesso na televisão, no teatro e nas telas de cinema

# Dona de diversos papéis inesquecíveis, Glória Menezes morre aos 91

**Lígia Sanches**
Para o **Valor**

Uma das principais atrizes do país e pioneira das telenovelas, Glória Menezes morreu nesta terça-feira (18), aos 91 anos, em seu apartamento no Rio de Janeiro, segundo sua família. A causa da morte não foi informada. No início de 2018, ela havia sido internada no Rio de Janeiro com problemas respiratórios, mas se restabeleceu em alguns dias.

No seu currículo estão interpretações inesquecíveis na TV, no cinema, no teatro. Um deles, Maude, na peça "Ensina-me a viver", de Colin Higgins, a história da mulher octagenária e do jovem obcecado pela morte, Harold. A peça ficou em cartaz por oito anos. Ou numa das suas últimas aparições na TV, no programa humorístico "Tá no ar", da Globo, como soldado parodiando a intervenção militar nas comunidades dos morros na cidade do Rio de Janeiro, em 2018.

Seus personagens sempre foram marcantes na televisão, fosse a mulher malvada, romântica, aristocrática, mulher do povo, brega ou chique, seus inúmeros tipos em mais de 55 anos de trabalhos na televisão (a maior parte na TV Globo), no teatro e no cinema. Foram mais de 40 trabalhos, sendo de 2015 a última telenovela das 19h, "Totalmente demais", na qual viveu a ricaça Estelinha.

A galeria de sucessos na telinha é vasta. Glória fez as três mulheres de "Irmãos Coragem" (1970): Lara, Diana e Márcia; foi a Laurinha Figueroa, de "Rainha da sucata" (1990); a baronesa de Bonsucesso, de "Senhora do Destino" (2002), parceira de Raul Cortez, em seu último personagem; ou como a monja budista da premiada "Joia rara" (2014), em que Glória inovou mais uma vez e raspou a cabeça para viver o papel de um único capítulo.

Glória Menezes foi a primeira atriz a interpretar múltiplos papéis na famosa novela dos anos 70 "Irmãos Coragem", como a safada Diana, seu contraponto em Lara e a singular Márcia. Intuitiva, criou um tique para Diana, um estalinho na boca que fincou a marca registrada do personagem.

Na vida real, Glória Menezes era Nilcedes Soares Magalhães, gaúcha de Pelotas, Rio Grande do Sul, onde nasceu em 19 de outubro de 1934. Seu nome saiu da junção de Nildo Cruz Guimarães e Mercedes Soares, seus pais. Nilcedes, nome de 13 letras para dar sorte, dizia a atriz. Viveram em Pelotas só até os seus seis anos.

O dom teatral da garota apareceu logo cedo, aos cinco anos. Numa viagem de navio com a família para o Rio, uma trupe argentina ensaiou uma peça a bordo e incluiu a menina. Na noite da apresentação, a mãe a viu no palco e não gostou. Na ocasião, uma das atrizes do espetáculo profetizou: "a senhora não vai poder tirar a sua filha do palco, porque ela vai viver no palco". Sua arte desabrochou quando a família foi morar em São Paulo em meados dos anos 50. Glória ingressou na Escola de Arte Dramática da USP e não parou mais de trabalhar nos palcos.

A carreira começou na antiga TV Tupi, em 1959, na peça "Um lugar ao sol", dirigida por Dionísio Azevedo. Sua voz bonita, sua dicção perfeita, sua forte personalidade a fizeram reconhecida como uma grande atriz por Cassiano Gabus Mendes, diretor artístico da TV Tupi. Em 1959 ela foi a revelação em festival organizado pelo diretor Antunes Filho.

Três anos depois, o filme "O pagador de promessas", dirigido por Anselmo Duarte — no qual Glória atuou ao lado de Leonardo Vilar —, ganhou a "Palma de Ouro" no festival de Cannes. O convite para essa atuação veio depois que Anselmo Duarte ficou impressionado com sua performance em "As feiticeiras de Salem", peça que teve a direção de Antunes Filho. Foi "num ensaio desta peça que Tarcísio Meira viu Glória pela primeira vez e disse: "olha que bonitinha!".

Nesta época, ela era casada com Arnaldo Brito e já tinha dois filhos: Maria Amélia e João Paulo. Quando foi trabalhar na extinta TV Excelsior, onde iria estrelar a primeira novela diária e gravada da televisão, "2.5499 – Ocupado", de Dulce Santucci, ficaria ao lado de Tarcísio Meira. Ela já havia se separado, e foi então que Glória e Tarcísio se apaixonaram. Casaram em 1962. Um dos casais mais longevos da TV brasileira, Tarcísio, nome também do seu único filho com o galã, foi seu par em inúmeras novelas, como "A deusa vencida", "O grande segredo", "Sangue e areia" e "Irmãos Coragem", esta já na TV Globo.

> Sua voz bonita, sua dicção perfeita, sua forte personalidade a fizeram reconhecida como uma grande atriz por Cassiano Gabus Mendes

MÔNICA IMBUZEIRO/AGÊNCIA O GLOBO

Glória Menezes: primeira atriz a interpretar múltiplos papéis na novela dos anos 70 "Irmãos Coragem"

No ano de 1969 o casal foi para a TV Globo, onde protagonizou diversos espetáculos, incluindo um seriado dedicado a eles: "Tarcísio & Glória", com direção de Daniel Filho. Uma homenagem ao casal, discreto, dedicado à carreira e que por décadas foi comemorado como modelo de união.

Foram muitos os trabalhos marcantes de sua carreira, um deles quando Glória contracenou com Marília Pêra, em "Brega e chique", em 1987; e com Regina Duarte em "Rainha da sucata", em 1990. Sem esquecer outros palcos, como o que foi ocupado por "Ricardo III", a peça de Shakespeare dirigida por Jô Soares, em 2006.

O casal se afastou das telas em 2020. No ano seguinte, Tarcísio faleceu, vítima da covid-19. No ano passado, Glória foi uma das homenageadas pela série "Tributo", da Globo. Semana passada, no dia 12, recebeu um lugar na Calçada da Fama dos Estúdios Globo, no Rio. Na ocasião, foi representada pelo filho Tarcísio Filho.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decretou luto de três dias pelas mortes de Glória Menezes e Laura Cardoso *(ver reportagem abaixo)*. De acordo com Lula, as histórias das duas se confundem com a dramaturgia brasileira. "Por cerca de sete décadas, elas estiveram presentes em palcos e telas, sempre cativando o público com seu talento e seu carisma." Lula destacou ainda que ambas foram "pioneiras da televisão" e deixaram seu legado "em dezenas de novelas, além do teatro e do cinema". ***(Com agências de notícias)***

---

# Aos 98 anos morre Laura Cardoso, gigante da dramaturgia

**Guilherme Bryan**
Para o **Valor**

Com mais de oito décadas de carreira, dezenas de prêmios e centenas de personagens, a atriz Laura Cardoso morreu nesta segunda-feira (17) aos de 98 anos, de causas naturais.

Uma das grandes damas da dramaturgia nacional, Laura Cardoso teve, em seus mais de 80 de anos carreira, dezenas de personagens que ficaram no imaginário do brasileiro. Exemplos não faltam. Isaura, a mãe das gêmeas Ruth e Raquel no remake de "Mulheres de areia". Guiomar, dominada pelo espírito de Alexandre, em "A viagem". Carmen, a matriarca de uma família caipira, em "Chocolate com pimenta". A falsa moralista Doroteia da adaptação de 2012 do romance "Gabriela", de Jorge Amado. A dona do bordel Caetana em "O outro lado do paraíso".

Nascida no bairro do Bixiga, em São Paulo, em 13 de setembro de 1927, Laura Cardoso gostava de contar que começou a atuar ainda na infância, quando tinha cerca de 6 anos e, junto com uma vizinha, se fantasiava e transformava caixotes de madeira em palco para encenar para a avó. Mas a estreia profissional se deu em 1942, quando, aos 15 anos, começou a atuar na Rádio Cosmos, passando por outras emissoras como a Cultura e a Tupi e participando também de apresentações no circo e em peças teatrais infantis, como a protagonista de "Alice no País das Maravilhas", em 1944.

A televisão brasileira mal tinha sido inaugurada e, em 1950, Laura Cardoso já participava do programa "Teatro", de Walter Forster, exibido pela TV Tupi, como integrante do elenco da peça "A prostituta e o santo homem". Dois anos depois, atuaria no programa "Tribunal do Coração", escrito por Vida Alves.

Desde então, ela esteve presente em praticamente em todas as emissoras brasileiras, com papéis sempre marcantes e voltados para diferentes públicos. Indo desde "Mundo da Lua", produção infanto-juvenil da TV Cultura, até participação em programas humorísticos como "A grande família" e "Sai de baixo", da TV Globo, passando por "Ninho da serpente", da Bandeirantes, e "Vidas cruzadas", da Record.

O teledramaturgo Walther Negrão foi um dos que mais escreveram para Laura Cardoso. Ao todo, foram dez trabalhos juntos, desde "Os miseráveis", adaptação do romance de Victor Hugo, exibido pela TV Bandeirantes, em 1967, até "Sol nascente", telenovela exibida pela TV Globo de 29 de agosto de 2016 a 21 de março de 2017. Entre eles, estão sucessos como "Pão pão, beijo beijo", "Livre para voar", "Fera radical", "Vila Madalena", "Como uma onda", "Araguaia" e "Flor do Caribe".

> Laura Cardoso gostava de contar que começou a atuar na infância, quando transformava caixotes de madeira em palco

Laura Cardoso também teve grande destaque no teatro, tendo atuado em mais de 30 peças, sendo a última delas "E o Zé, quem é?", escrita e dirigida por Marcello Airoldi, na qual fez uma participação especial como voz off. Ela foi duas vezes premiada com o Prêmio Shell de Melhor Atriz por "Vem buscar-me que ainda sou teu", de 1990, que também lhe deu o mesmo prêmio da Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA), e "Vereda da salvação", de 1993.

No cinema, começou a atuar em 1962, em "O Rei Pelé", filme dirigido por Carlos Hugo Christensen, com roteiro de Benedito Ruy Barbosa e Nelson Rodrigues. A última aparição foi no curta-metragem "Dona Rosinha", de 2025, dirigido por Kk Araújo em que contracena com Bianca Rinaldi. Dentre várias atuações marcantes, destaca-se a interpretação da personagem Manuela, que morre após ter a caderneta de poupança confiscada pelo então presidente Fernando Collor de Mello, em "Terra estrangeira" (1996), de Walter Salles e Daniela Thomas.

SERGIO ZALIS/O GLOBO

Laura Cardoso: papéis sempre marcantes e voltados para diferentes públicos nas mais diversas emissoras de TV

Ao todo, atuou em 34 filmes, com vários prêmios na lista . Em 2001, ganhou o APCA de melhor atriz pela atuação em "Através da janela", de Tata Amaral. Também ganhou o prêmio Grande Otelo de melhor atriz coadjuvante pelas atuações em "Copacabana" (2002), "O outro lado da rua" (2005) e "De onde eu te vejo" (2017). "A aposentadoria é uma coisa horrível" disse Laura em 2023 a O Globo. "Se você ficar parada, você morre. Quero continuar na batalha, quero ficar de pé, lutando."

A atriz foi condecorada, em 2006, com a Ordem do Mérito Cultural, dada a personalidades como forma de reconhecimento pelas contribuições à cultura do Brasil. Em e novembro de 2019, declarou ao programa "BA Em Cena", do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo: "Estar em cena, para mim, é a realização da minha vida".

Uma das maiores atrizes do Brasil, não tinha o nome "Laura" em sua certidão de nascimento. Ela se chamava, na verdade, Laurinda de Jesus Cardoso Balleroni, com este último nome adicionado na época da união com Fernando Balleroni, diretor e ator com quem ela se casou em 1949. Os dois ficaram juntos até a morte dele, em 1980, aos 57 anos. Ela deixa duas filhas vivas, duas netas e um bisneto.

**Congresso** Lula cobra em vídeo nas redes sociais a aprovação da MP que extingue a taxa das blusinhas

# Alcolumbre dá andamento à PEC da 6x1

**Andrea Jubé, Beatriz Roscoe e Sofia Aguiar**
De Brasília

Em meio à reaproximação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, após um rompimento de quase quatro meses, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), deu andamento na terça-feira (18) à proposta de emenda à Constituição (PEC) que extingue a jornada 6 x 1, e que estava na gaveta. Em paralelo, Lula divulgou nas redes sociais um vídeo, cobrando do Congresso a aprovação da medida provisória (MP) que extingue a "taxa das blusinhas", o imposto que era cobrado em compras internacionais de até US$ 50. As duas matérias são consideradas trunfos eleitorais do petista.

Alcolumbre também destrancou a PEC da segurança pública e o projeto de lei relativo à exploração dos minerais críticos e terras raras, que completam o pacote de propostas que o governo gostaria de levar ao debate eleitoral já aprovadas. Com o vídeo, Lula elevou a pressão sobre o Parlamento, que adiou a instalação da comissão mista da MP da "taxa das blusinhas" por causa da resistência do setor do varejo. Se a medida não for analisada no esforço concentrado da primeira semana de setembro, perderá a validade. Segundo um interlocutor, Alcolumbre não teria se comprometido com aprovação de nenhuma matéria, alegando que tudo dependerá da "construção política".

Apesar da mediação de aliados, Lula vinha retardando a retomada do diálogo com Alcolumbre. Eles não se falavam desde 29 de abril, quando o Senado rejeitou a indicação do ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias, para uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF). Lula e auxiliares atribuíram ao presidente da Casa Alta os movimentos para que o governo fosse derrotado.

> Avanço da MP das blusinhas é considerado difícil diante da resistência do setor varejista

O início da campanha eleitoral, entretanto, obrigou Lula e Alcolumbre a se renderem ao pragmatismo e retomarem o diálogo, em defesa de seus interesses. De um lado, o chefe do Executivo quer tentar aprovar no Congresso, até o dia 2 de setembro, pelo menos a PEC do fim da escala 6 x 1 e a MP da "taxa das blusinhas", considerados pelos estrategistas da campanha petista de elevado impacto popular. Ao mesmo tempo, Alcolumbre precisa do apoio de Lula e do governo federal nas eleições do Amapá, onde seu aliado, o governador Clécio Luís (União), enfrenta uma reeleição difícil, e pode ser derrotado pelo adversário, o ex-prefeito de Macapá Doutor Furlan (PSD).

Em agenda no Amapá, na segunda-feira (17), Lula celebrou o anúncio da Petrobras, que confirmou a descoberta de petróleo na margem equatorial do Rio Amazonas, no litoral do Estado. Lula convidou Alcolumbre e o governador Clécio Luís a participarem do anúncio, a fim de compartilharem os dividendos eleitorais. Em suas falas, Alcolumbre agradeceu o governo federal pelo apoio para que a Petrobras avançasse com as pesquisas na região. Por sua vez, o chefe do Executivo mencionou o gesto de Alcolumbre de dar encaminhamento a projetos de "importância vital" para o Brasil.

Segundo uma fonte do governo, a ideia é que no dia 1º de setembro, o parecer do relator da PEC 6x1 seja lido na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e concedida vista ao colegiado de um dia. Assim, no dia seguinte, o texto seria analisado no colegiado pela manhã, e a votação, em dois turnos, ocorreria no fim da tarde no plenário. Apesar da complexidade da matéria e sensibilidade da pauta, o governo ainda trabalhará para que os senadores mantenham o texto aprovado pelos deputados, para que siga direto à promulgação.

A mesma fonte explica que a proposta tem que ser aprovada antes da eleição, porque, depois, as chances de vitória ficam menores. O argumento é de que, na conjuntura eleitoral, a população poderá pressionar os senadores nas redes sociais e nas ruas pela votação da matéria. Se ficar para depois, a fonte admite que — mesmo na hipótese de reeleição de Lula — será mais difícil, porque os senadores não se sentirão pressionados pelos eleitores. Outro receio é que, ficando para 2027, o cenário se complique, diante da expectativa de um Senado fortalecido pela direita.

Alcolumbre quer fazer acenos a Lula, mas, em contrapartida, não quer fechar as portas à oposição. O senador Rogério Marinho (PL-RN), coordenador da campanha à Presidência de Flávio Bolsonaro (PL), é autor de uma PEC com proposta alternativa ao fim da escala 6x1, que prevê uma jornada flexível, baseada na remuneração por hora trabalhada e em acordos individuais ou coletivos.

Em relação à "taxa das blusinhas", o temor dos aliados de Lula é de prejuízo eleitoral, caso a MP perca a validade e o imposto sobre as compras internacionais seja retomado. No vídeo, Lula citou nominalmente Alcolumbre e o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), cobrando deles apoio ao avanço e votação da matéria.

"Eu estou muito otimista com a aprovação da medida provisória que eu mandei para acabar com a taxação das blusinhas", ressaltou Lula. "A classe média alta viaja para fora, ela pode gastar 2 mil dólares e não paga imposto. Por que uma pessoa da periferia, uma mulher, uma jovem, um menino, compra um negócio de 50 dólares, e querem taxar ele?, prosseguiu. "Eu tenho certeza que, em se tratando de justiça, o Senado e a Câmara vão votar para que o povo brasileiro possa comprar as coisas que precisam sem ninguém para perturbá-los."

Hoje, contudo, o avanço da matéria, é considerado difícil diante da resistência do setor varejista, que alega concorrência desleal dos produtos importados, principalmente, chineses.

CONECTA RIO

HUB ESTRATÉGICO DE ENERGIA E INOVAÇÃO

O **Conecta Rio** movimenta os debates sobre **oportunidades, investimentos e os caminhos da nova economia brasileira,** ligando, em tempo real, o centro de desenvolvimento tecnológico do Rio com o mercado financeiro de São Paulo.

INOVAÇÃO | INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL | TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

**Palestrantes**

**10h às 11h**

**MESA 1 - O NOVO CICLO DE INVESTIMENTOS**

**Sidney Levy**
Presidente da Invest.Rio

**Marcelo Gattass**
Vice-reitor de Desenvolvimento da PUC-Rio

● ao vivo
**Roberto Perroni**
Head da Brookfield no Brasil
***Estúdio CBN São Paulo***

**11h às 12h**

**MESA 2 - DO PETRÓLEO ÀS RENOVÁVEIS: O MAPA ENERGÉTICO DO RIO**

**Victor Bomfim**
CEO da Vast e conselheiro do EIG Global Energy Partners

**Fabio Passarelli**
Gerente-geral de Águas Ultra Profundas, Concepção e Implantação de Projetos da Petrobras

**Rodrigo Rocha**
Sócio de Infraestrutura da Vinci Compass

● ao vivo
**Rodolfo Riechert**
CEO da Genial Investimentos
***Estúdio CBN São Paulo***

**Mediação**

**Rennan Setti**
Colunista do GLOBO

● ao vivo
**Naiara Bertão**
Editora de Sustentabilidade do Valor Econômico
***Estúdio CBN São Paulo***

25 DE AGOSTO | 9H30
HILTON COPACABANA
Av. Atlântica, 1020, Copacabana – RJ (Salão Petrópolis - 3º andar)
**Vagas limitadas - Evento gratuito**

ACESSE E INSCREVA-SE

Patrocínio: PREFEITURA RIO
Realização: O GLOBO | Valor Econômico | CBN

Ines249

# Lula avoca a condução de dois temas estratégicos

**Fernando Exman**

O "instituto da reeleição" tem mexido com a cabeça do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Por estar no exercício do mandato, dizem seus aliados, Lula acha que não deveria ser tratado como um pré-candidato qualquer durante a campanha. Acredita que a condição de incumbente deveria garantir-lhe um tratamento diferenciado porque a chamada liturgia do cargo, em vez de vantagens, exige que trate de assuntos de uma forma que não é esperada dos demais concorrentes. Ou possa oferecer aos eleitores reflexões que não se limitem ao embate de narrativas.

É o que pode ajudar a explicar, por exemplo, o que leva o presidente a apenas conceder entrevistas a influenciadores que passam muito longe das práticas do jornalismo profissional, em um momento que deve ser cobrado a dar explicações sobre eventuais irregularidades praticadas por pessoas próximas. Ou a alegar falta de igualdade de condições para se defender de ataques dos adversários em debates.

Opinião controversa, é também uma novidade até para os mais próximos. Até porque "reeleição" não é algo novo para Lula e seu grupo político.

Em 2006, o petista conseguiu manter-se no cargo por mais um mandato, em uma vitória que aliados chamam de "histórica" e adversários consideram ser o resultado de um erro estratégico. Após a eclosão do escândalo do mensalão, a oposição preferiu fazê-lo "sangrar" no cargo com CPIs para que chegasse fragilizado ao dia do pleito, em vez de apostar em um processo de impeachment. Na época, aliás, especialistas apontaram a ausência de Lula em debates como um dos motivos para que não ganhasse no primeiro turno.

Em 2014, a informação nos bastidores era que Lula gostaria que a ex-presidente Dilma Rousseff cedesse a vez para que ele pudesse retornar ao poder. Acabou não impondo a sua vontade, em respeito ao que muitos consideravam ser uma espécie de direito adquirido da sucessora, e participou ativamente de uma dura campanha.

Historicamente, quem está à frente da máquina consegue atrair mais apoio político e tem uma ampla caixa de ferramentas para transformar ações governamentais em votos. As contas públicas é que têm dificuldades de se defender.

O desempenho de Jair Bolsonaro em 2022 foi uma exceção, e ele ficou para a História como o primeiro presidente do Brasil a perder uma disputa à reeleição. Até mesmo seus mais fiéis apoiadores reconhecem que isso só ocorreu devido a uma série de erros cometidos por ele próprio, como a péssima condução do combate à pandemia de covid-19 e a radicalização na relação com o Supremo Tribunal Federal (STF). Pode-se adicionar à lista a preocupação gerada em setores importantes do eleitorado de centro e do mercado com as ameaças à democracia.

Mas a candidatura à reeleição gerou efeitos colaterais na estratégia do Palácio Planalto.

O primeiro foi a determinação da área jurídica do governo para restringir a divulgação das ações dos ministérios durante o período de defeso eleitoral. A conduta foi considerada excessivamente conservadora pela ala política, gerando inclusive atritos com a área de comunicação do governo. Sites foram retirados do ar. Eventos deixaram de ser transmitidos. Faz parte do jogo.

Ainda assim, ao organizar visitas e anúncios protagonizados pelo presidente que não se diferenciam muito de atos de campanha, o Planalto tem arriscado andar sobre o fio da navalha. O anúncio oficial de descoberta de petróleo na Margem Equatorial, depois que o próprio Lula disse no fim de maio que "em pouco tempo" a Petrobras traria novidades sobre o potencial da região, é apenas o exemplo mais recente.

Em outra frente, o presidente tem transmitido algumas de suas reuniões realizadas no Palácio do Planalto, algo que não era muito frequente até então. Os encontros estão no contexto da campanha, sim, mas também tentam conciliar "agendas de Estado". Na prática, sinalizam os assuntos que terão prioridade máxima em um eventual quarto mandato.

Nas palavras de um auxiliar direto de Lula, este é o fato mais importante ocorrido nos bastidores do Palácio do Planalto nos últimos meses. Ou seja, a decisão do chefe de avocar para si a condução e as discussões sobre dois temas estratégicos para o desenvolvimento e a soberania: minerais críticos e Inteligência Artificial (IA). Com isso, a mensagem dada internamente e para o setor privado é que esses tópicos não serão mais conduzidos pelos ministérios setoriais, e sim diretamente pelo gabinete presidencial.

Lula convidou para ambos os encontros, além de autoridades do governo, empresários e especialistas. Como de costume, quer ouvir visões diferentes até formar uma opinião. Da sua parte, reconheceu que a atual administração passou anos falando sem partir para a ação, e agora o momento seria de execução. E de fato, logo na sequência, o petista incluiu o projeto que cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos na conversa que teve com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para destravar a pauta de interesse do Executivo no Congresso.

A sensação entre executivos do setor de mineração é que realmente há uma nova postura do Planalto em relação às terras raras. A expectativa é que o marco regulatório seja aprovado já no próximo esforço concentrado, entre 31 de agosto e 4 de setembro, e rapidamente sancionado. Lula pode ganhar um trunfo antes do primeiro turno. No entanto, provavelmente os eleitores não saberão a fundo o que presidente pensa a respeito do assunto, caso ele mantenha sua opinião sobre o tratamento que deve receber durante a campanha.

**Fernando Exman** é chefe da redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras
**E-mail** fernando.exman@valor.com.br

---

**Judiciário** Documento trataria de negociação em torno de medicamento à base de canabidiol

# Ex-assessor de Lula recebeu minuta de contrato para venda à Saúde

**Mateus Coutinho e Tiago Angelo**
De Brasília

O ex-chefe de gabinete da Presidência Marco Aurélio Santana Ribeiro, conhecido como Marcola, recebeu por WhatsApp uma minuta de contrato para a venda de medicamentos à base de canabidiol ao Ministério da Saúde. O documento teria sido enviado pela empresária Roberta Luchsinger, apontada como suspeita de atuar em nome de Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, conhecido como Lulinha.

A informação foi revelada pelo jornal O Globo. O episódio do envio da minuta foi juntado em um dos inquéritos envolvendo o filho de Lula que foram encaminhados pela Polícia Federal (PF) ao Supremo Tribunal Federal (STF). A interlocutores, Marcola tem dito que não enviou para ninguém o documento que recebeu.

Já a suspeita da PF sobre Roberta foi levantada a partir de uma mensagem de WhatsApp em que ela afirma a um interlocutor que "eles sabem o que eu sou" e arremata: "Eu sou o Fábio", em uma possível referência ao filho do presidente.

As mensagens foram publicadas pelo jornal O Estado de S. Paulo e confirmadas pelo **Valor**. Na avaliação da PF, há indícios de que Roberta tinha autorização para agir em nome de Lulinha.

A corporação apura a suspeita de tráfico de influência do filho de Lula em ao menos duas frentes: uma para tentar vender medicamentos à base de canabidiol ao Ministério da Saúde e outra para investigar suposto lobby junto à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev). Esses casos estão com o ministro André Mendonça.

PATRICK GROSNER

Marcola: ex-chefe do gabinete pessoal do presidente Lula tem dito a interlocutores que não encaminhou para ninguém o documento que recebeu

Os investigadores já haviam mapeado que Lulinha teria atuado junto ao Ministério da Saúde para tentar viabilizar a venda de medicamentos à base de canabidiol da World Cannabis para o Sistema Único de Saúde (SUS), mas o negócio não foi adiante.

O episódio começou a ser apurado na Operação Sem Desconto, que investiga fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e tem entre os principais alvos o empresário Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como "Careca do INSS" e que é dono da World Cannabis.

Além dessas duas frentes, foi aberto pela PF um terceiro inquérito, esse sob relatoria do ministro Flávio Dino, e que investiga a relação entre Roberta e Marcola.

As investigações apontam que Marcola recebeu R$ 249 mil da empresária. Após o caso vir à tona, ele pediu para deixar a equipe da campanha de reeleição de Lula no início de agosto. Procuradas, as defesas de Roberta Marcola e Antunes não retornaram ou preferira não se manifestar.

Já a defesa de Lulinha divulgou nota criticando os vazamentos das investigações. "Não podemos discutir recortes vazados, selecionados e divulgados parcialmente — o exato oposto do que ocorre em um processo, que garante a verificação de integridade e legalidade de provas, sua origem e o acesso ao todo e às fontes antes de discussão de mérito. Essa discussão deverá ocorrer no foro adequado do processo penal, não em adiantamento à imprensa", disse o texto.

Os advogados ainda reafirmam sua "confiança nas instâncias formais e adequadas de apuração dos fatos e se manifestará nos autos em momento adequado, somente após o acesso integral aos dados obtidos pelas quebras de sigilo".

Já em relação às conversas de Roberta, o advogado Marco Aurélio de Carvalho, que representa Lulinha, disse que "o Fábio não pode falar pela Roberta, nem tampouco sobre supostas mensagens cuja autenticidade sequer foi comprovada". "Quem deve algum tipo de explicação sobre as mensagens, se forem verdadeiras, é a Roberta, em primeiro lugar. E, em segundo lugar, setores da Polícia Federal que estão vazando isso, instrumentalizados por interesses político-eleitorais, tentando, de alguma forma, contaminar o debate das eleições 2026", afirmou.

Em nota, o Ministério da Saúde afirmou que "nunca houve possibilidade de compra de canabidiol" pela pasta, uma vez que o produto sequer está incorporado SUS. "Nunca existiu por parte desta gestão nenhuma discussão para a sua oferta na rede pública de saúde."

---

# Revelação de novos fatos preocupa campanha petista

**Lucas Borges Teixeira e Sofia Aguiar**
De Brasília

O envolvimento crescente de Marco Aurélio Ribeiro, o Marcola, em investigações da Polícia Federal (PF) sobre o caso de desvios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) tornou-se a maior preocupação da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Apesar de o cenário considerado tenso, a menos de 50 dias do primeiro turno, o PT ainda não definiu uma estratégia para blindar o chefe do Executivo dos possíveis impactos do caso, mas planeja uma nova ofensiva contra o principal adversário de Lula na disputa presidencial, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

O ex-chefe de gabinete é considerado ainda mais próximo (logo, mais danoso) do que o filho Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, também citado no escândalo. Auxiliares do governo dizem que o presidente e a cúpula petista foram surpreendidos com as revelações. O chefe do Executivo ficou irritado ao saber das investigações, dizendo-se traído pelo aliado.

Responsável pela agenda de Lula desde 2016, Marcola ocupou por três anos e meio a antessala da Presidência no terceiro andar do Palácio do Planalto, com acesso direto e praticamente irrestrito ao chefe — algo que, dizem aliados, só era comparável à primeira-dama Rosângela Janja Lula da Silva, que ocupa a sala ao lado.

No início deste mês, pouco depois de Marcola ser exonerado para participar da campanha, mensagens no celular da empresária Roberta Luchsinger, investigada em inquéritos sobre o esquema de fraude no INSS, mostraram um empréstimo de R$ 249 mil para o petista. Quando avisado que as mensagens vazariam, ele contou ao presidente e preferiu deixar a campanha.

Para membros da equipe, o que mais preocupa sobre as investigações é o timing, já que acontece a menos de dois meses do primeiro turno. Até então, dizem, a equipe do presidente vinha conseguindo blindá-lo em relação ao envolvimento de Lulinha.

Avaliação é que envolvimento de ex-assessor torna 'mais fácil' ataques de adversários

Desde o fim do ano passado, a estratégia estabelecida era que Lula seguisse com o discurso de que as investigações têm de seguir e, em caso de culpa, o filho deve pagar. A ideia era que essa posição afastasse qualquer semelhança que pudesse ser feita entre o petista e as acusações dirigidas à família Bolsonaro. Flávio, por exemplo, já admitiu que pretende anistiar seu pai, caso eleito à Presidência.

A expectativa é que esse discurso de Lula se repita sobre seu ex-assessor. O problema, admitem interlocutores, é que quando se fala de um contato tão próximo, de dentro do Planalto, fica "mais fácil" de a história ser aproveitada pelos adversários.

Flávio, inclusive, não perdeu tempo. Em vídeo publicado, ele tenta emplacar o apelido de "Marcolão", em referência ao escândalo do mensalão, que assombrou o Lula 1 e foi a principal dor de cabeça para o presidente na primeira vez que tentou a reeleição, em 2006.

A campanha de Lula monitora de perto esses movimentos, mas admite que ainda não há um plano certo para colocar em prática. A definição, até o momento, é que o PT e aliados do presidente reforcem ainda mais acusações contra Flávio e sua ligação com o ex-banqueiro Daniel Vorcaro, dono do extinto Banco Master. Como revelou em maio o site Intercept Brasil, o parlamentar pediu dinheiro a Vorcaro para financiar o filme sobre seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro. Nesse caso, o PT pretende intensificar que foi o próprio Flávio que pediu dinheiro a Vorcaro e, por outro lado, foi um agora ex-assessor de Lula que recebeu empréstimo de Roberta.

Aumenta também a pressão sobre Nicole Briones, coordenadora de digital da campanha e esposa de Marcola. Com as novas informações de que Roberta teria comprado R$ 9,2 mil em joias para Marcola, alguns aliados dizem que a sua permanência fica "insustentável", enquanto outros defendem que eles sempre tiveram cargos independentes na organização do PT e que ela não deveria pagar por eventuais erros do marido.

**Eleições** Projetos conhecidos anunciados nos eventos da empresa somam R$ 153 bi em investimentos

# Agenda de Lula com Petrobras alcança dez encontros no ano e atinge ‘ápice’ no Amapá

Eleições 26

**Fábio Couto e Kariny Leal**
Do Rio

A descoberta de petróleo no Amapá, confirmada pela Petrobras na segunda-feira (17), é o anúncio mais relevante feito pela estatal até o momento em uma série de agendas públicas que envolvem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato a um novo mandato nas eleições de outubro. De janeiro até esta semana, Lula esteve dez vezes em eventos com a Petrobras, em diferentes Estados do país, ao lado da presidente da estatal, Magda Chambriard. O ápice foi na segunda, quando Lula, Chambriard e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), estiveram a bordo da sonda que faz a perfuração no poço Morpho, na Bacia da Foz da Amazonas, onde foi encontrado petróleo, segundo a própria Petrobras.

O anúncio da descoberta vem sendo capitalizado pelo governo logo na largada da campanha eleitoral e também tende a influenciar a disputa no Amapá, onde o senador Randolfe Rodrigues (PT), líder do governo no Congresso, e o governador Clécio Luís (União Brasil), apoiado por Alcolumbre, devem enfrentar reeleições difíceis.

Ao anunciar a existência de petróleo na Foz do Amazonas, área ambientalmente sensível, Chambriard teve o cuidado de dizer que nesta fase não é possível estimar volumes e ressaltou que a descoberta ainda não tem valor comercial. “Tem petróleo, não sabemos o quanto”, afirmou no Amapá.

Em diversos momentos, desde o começo do ano, Chambriard tem reiterado pedido de Lula para que a Petrobras movimente o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Historicamente os governos valem-se da Petrobras como indutora do crescimento econômico. Em gestões anteriores do PT, o uso da Petrobras para fins políticos terminou levando às investigações da Lava-Jato, que apurou casos de corrupção e contratos superfaturados. À época, a combinação de corrupção, erros em projetos e uma política deliberada de controle de preços dos combustíveis, com vendas de derivados no mercado doméstico abaixo dos custos de importação, fez a estatal atingir aquela que foi considerada a maior dívida corporativa do mundo.

Advogados e especialistas em petróleo ouvidos pelo **Valor** entendem que há um longo caminho para concluir se, eventualmente, trata-se de uma grande reserva ou até mesmo se a descoberta no Amapá pode se transformar em exploração comercial. “É uma boa notícia, mas é preliminar e, qualquer outra conclusão torna-se precipitada, o que suscita, inclusive, a discussão sobre o uso eleitoral do anúncio”, disse um executivo da indústria.

Na visita à sonda na Foz do Amazonas, Lula disse: “Se o presidente Trump [Donald Trump, dos EUA] quiser ficar fazendo guerra com o Irã e fechar o Estreito de Ormuz, nós vamos abrir a Margem Equatorial para o mundo inteiro.” A Foz do Amazonas é uma das bacias produtoras que compõem a Margem Equatorial.

A Secretaria de Comunicação da Presidência da República disse que a participação de Lula no Amapá, na segunda, teve caráter estritamente institucional e decorre da relevância das ações para a soberania energética do país, além do impacto na economia, geração de empregos e o fortalecimento da capacidade produtiva do Brasil.

Kaleo Dornaika Guaraty, especialista em direito eleitoral, diz que do ponto de vista da legislação o ato que reuniu Lula, Alcolumbre e Chambriard pode configurar violação ao parágrafo primeiro do artigo 73 da Lei das Eleições. A pena prevista é multa entre R$ 5 mil e R$ 100 mil. Para ele, há mais subsídios para uma punição mais dura pelas regras da Lei das S.A., uma vez que pode ter havido comunicação não isonômica entre os agentes do mercado a respeito da descoberta de óleo pela Petrobras na Margem Equatorial. “Acho que na Lei das S.A. há uma tese mais forte”, diz.

A preocupação com a isonomia das informações é levantada por especialistas em relação a outros eventos da agenda que Lula cumpriu com Chambriard entre 20 de janeiro e 26 de junho, antes do começo do defeso eleitoral, em 4 de julho. A partir dessa data, a Petrobras não fez mais eventos com Lula até o desta semana.

Nesses encontros foram anunciados investimentos conhecidos e projetos que ainda não integram o plano de negócios da companhia. As agendas incluíram assinaturas de contratos, visitas a obras em andamento e inaugurações em unidades da empresa. Houve no total 17 anúncios de investimento, com foco em fertilizantes, refino, indústria naval e exploração e produção de petróleo, incluindo a descoberta da Foz do Amazonas.

Os projetos conhecidos estão presentes no plano de negócios da Petrobras para 2026-2030 e, nos eventos, houve menção a alguns deles, os quais foram “reempacotados”. Esses projetos totalizam R$ 153,9 bilhões e incluem modernização e ampliação de refinarias, construção de embarcações para transporte de combustíveis e projetos de exploração e produção de petróleo, como a construção de plataformas.

Entre os anúncios ainda não aprovados pela companhia e citados nos eventos de Lula com a Petrobras estão a possível recompra da refinaria de Mataripe, na Bahia, a duplicação da capacidade produtiva das quatro fábricas de fertilizantes da estatal, a busca da autossuficiência em diesel e até mesmo a entrada no segmento de minerais críticos. Não há um número total de investimento para esses projetos.

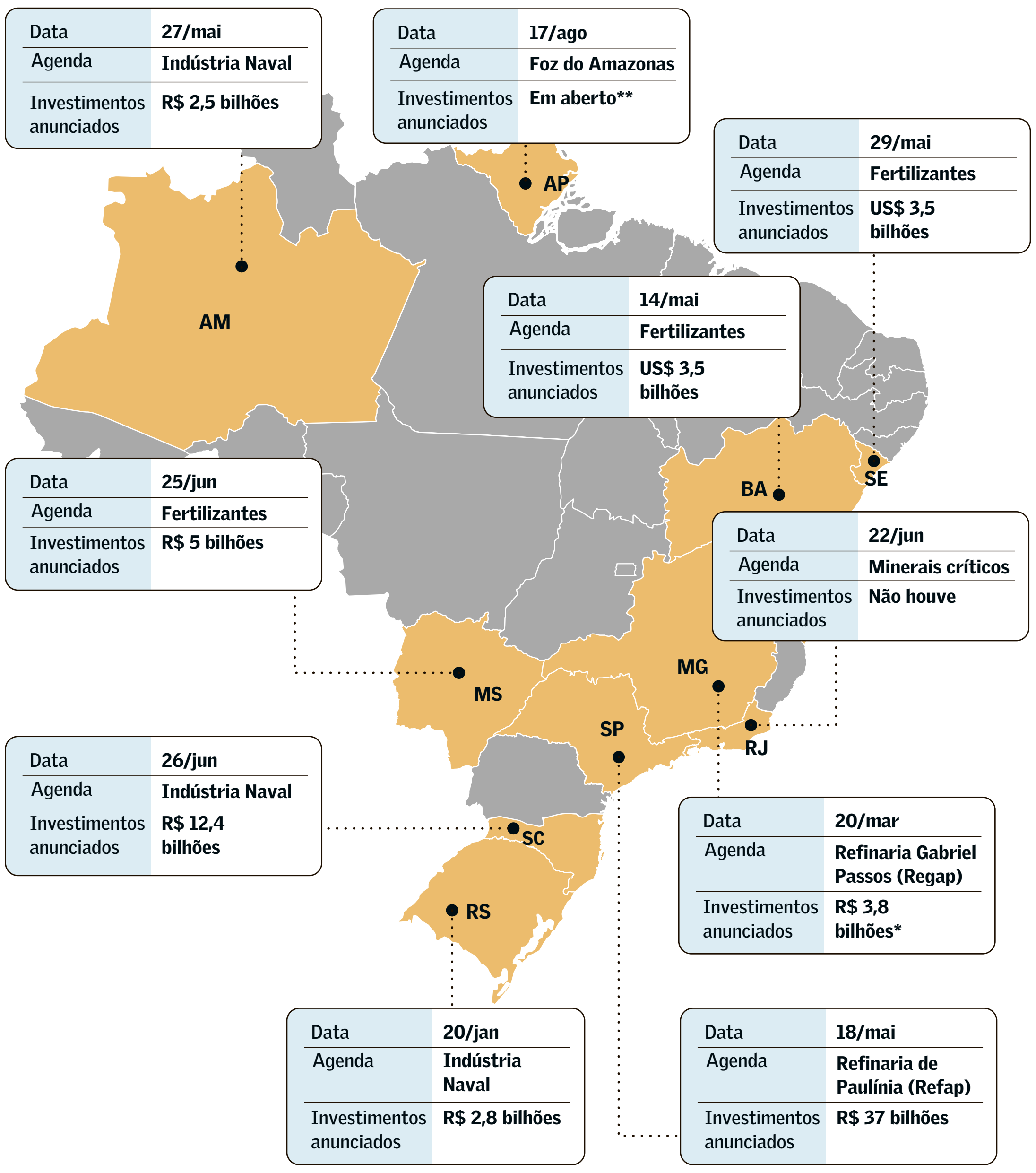
Anúncios de investimentos em projetos que não estão no plano de negócios podem levantar questionamentos por acionistas caso essas divulgações influenciem o comportamento das ações em bolsa, dizem especialistas. Um advogado da área de petróleo diz que o fato de executivos da companhia falarem em público sobre projetos que ainda não se tem certeza se serão implementados também prejudica o princípio do conservadorismo: “O ideal é que executivos de companhias abertas sejam conservadores em divulgações. Caso o resultado em si seja maior do que o divulgado, seria um bônus. Mas há um problema em se anunciar algo inflado e essa previsão não se concretizar.”

A Petrobras disse que promove divulgação sistemática de realizações e projetos e do planejamento estratégico da companhia, com recortes temáticos, regionais ou direcionados a determinados públicos. A companhia afirmou que a participação de autoridades públicas, como o presidente Lula e governadores, contribui para atrair o interesse e a presença de jornalistas e comunicadores digitais, aumentando o alcance da comunicação da Petrobras.

Procurada, a campanha de Lula não respondeu até o fechamento. *(Colaborou Rafael Rosas)*

### Investimentos da Petrobras na agenda de Lula

Presidente participa de dez eventos para divulgar projetos novos e conhecidos


Data 27/mai
Agenda Indústria Naval
Investimentos anunciados R$ 2,5 bilhões
Data 17/ago
Agenda Foz do Amazonas
Investimentos anunciados Em aberto**
Data 29/mai
Agenda Fertilizantes
Investimentos anunciados US$ 3,5 bilhões
Data 14/mai
Agenda Fertilizantes
Investimentos anunciados US$ 3,5 bilhões
Data 25/jun
Agenda Fertilizantes
Investimentos anunciados R$ 5 bilhões
Data 22/jun
Agenda Minerais críticos
Investimentos anunciados Não houve
Data 26/jun
Agenda Indústria Naval
Investimentos anunciados R$ 12,4 bilhões
Data 20/mar
Agenda Refinaria Gabriel Passos (Regap)
Investimentos anunciados R$ 3,8 bilhões*
Data 20/jan
Agenda Indústria Naval
Investimentos anunciados R$ 2,8 bilhões
Data 18/mai
Agenda Refinaria de Paulínia (Refap)
Investimentos anunciados R$ 37 bilhões
AM
AP
BA
SE
MS
MG
SP
RJ
SC
RS

Fonte: Petrobras. *OBS: Na ocasião, também foram anunciados projetos ou intenções sem números de investimento. ** Não foram divulgados investimentos futuros, mas a presidente ressaltou ter aportado US$ 330 milhões na perfuração.

# Alcolumbre capitaliza para buscar virada em seu reduto

**Murillo Camarotto**
De Brasília

DIVULGAÇÃO — 17/8/2026

Alcolumbre: cenário no Amapá é desfavorável ao presidente do Senado, que não concorre diretamente a nenhum cargo

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), repetiu o gesto que se tornou uma marca da política brasileira na exploração de petróleo, manchou as palmas das mãos de óleo e as exibiu, sorridente, ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), na segunda-feira (17), em Oiapoque (AP). Três meses antes, a imagem de Alcolumbre que ganhou o noticiário e as redes foi outra: ele descansando a cabeça sobre o peito do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), em um abraço afetuoso instantes depois de os senadores rejeitarem a indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal (STF).

O rompimento com Lula — que àquela altura parecia definitivo — começou a refluir após a divulgação de um áudio no qual Flávio Bolsonaro cobrava mais de R$ 100 milhões do então dono do Banco Master, Daniel Vorcaro. Como legítimo representante do Centrão, Alcolumbre detectou a mudança dos ventos na perspectiva de poder e começou a ensaiar uma reaproximação com Lula, que só aconteceu em meio a uma convergência inequívoca de interesses.

A principal, para Alcolumbre, está em seu reduto político, que tem pouco mais de 800 mil habitantes e menos de 600 mil eleitores. A 45 dias do pleito, o cenário é desfavorável ao todo-poderoso presidente do Congresso Nacional, que, neste ano, não concorre diretamente a nenhum cargo. As pesquisas mostram uma vantagem folgada para o ex-prefeito de Macapá, Dr. Furlan (PSD), contra o atual governador, Clécio Luís (União), aliado de Alcolumbre. Na disputa ao Senado, o cenário também é adverso, com uma das duas vagas dada como certa para Rayssa Furlan (Podemos), esposa do ex-prefeito.

A “perda” desses dois cargos, por si só, pode alterar substancialmente a correlação de forças no Amapá, mas a situação pode piorar caso Alcolumbre perca a própria cadeira. A reaproximação com Lula também contempla a negociação para um eventual apoio do petista — uma vez reeleito — para a recondução do presidente do Senado, em fevereiro de 2027. Com Flávio Bolsonaro eleito, Alcolumbre dificilmente conseguiria esse apoio.

No Amapá, a disputa opõe dois políticos de trajetória marcada por mudanças de partido e alianças pouco alinhadas à polarização nacional. Clécio, 54 anos, paraense, ex-professor e ex-policial, foi vereador e prefeito de Macapá. Começou no Psol, passou pelo Rede, elegeu-se governador pelo Solidariedade e, neste ano, migrou para o União Brasil. Tenta a reeleição com Teles Júnior (PDT) como candidato a vice. Sua coligação reúne ainda PP, PT, PCdoB, PV, Rede, Psol e Republicanos. Para o Senado, o grupo lançou Randolfe Rodrigues (PT) e a presidente da Assembleia Legislativa, Alliny Serrão (União).

Furlan, médico de 53 anos, nasceu na Costa Rica e entrou na política em 2010. Após dois mandatos como deputado estadual, derrotou Josiel Alcolumbre, irmão de Davi, para a prefeitura de Macapá em 2020. Reelegeu-se quatro anos depois com 85% dos votos e deixou a prefeitura no segundo mandato para concorrer ao governo. Em 2024, estava no MDB e, neste ano, se filiou ao PSD. Sua vice é Luciana Gurgel (PL). Para o Senado, a chapa conta com a sua esposa e com o senador Lucas Barreto (PSD).

A flexibilidade partidária ajuda a explicar por que a eleição resiste à nacionalização. Furlan, embora coligado com PL e Novo, evita o papel de anti-Lula e se apresenta como municipalista. Do outro lado, Clécio reúne numa mesma aliança PT, Psol, União e PP. Uma nova roupagem pode mostrá-lo de forma mais clara como candidato de Lula.

A aposta do grupo governista para reduzir a vantagem de Furlan passa agora pela exploração de petróleo na Margem Equatorial. O tema permite associar Clécio, Alcolumbre, Randolfe e Lula numa mesma agenda e vender ao eleitor a ideia de que articulação política em Brasília pode se transformar em emprego e renda no Estado. Randolfe já falou no “Amapá da economia do petróleo”. Um jingle usado na campanha resume a mensagem: “O petróleo é do Amapá, bora embora desenvolver, gerar emprego e capacitar”.

No evento da Petrobras, Clécio transformou a descoberta em argumento a favor da coalizão. “Nós aqui, de diferentes matrizes políticas, nós, Amapá, juntamente com o Senado e o governo federal, damos a lição de que essa união é uma união que constrói”, afirmou.

Alcolumbre agradeceu publicamente a Lula por ter enfrentado “tudo e todos” para defender o projeto e associou a exploração à soberania nacional. Afirmou que, “sob a sua liderança” e com a “trincheira de defesa do Congresso Nacional”, cabe aos brasileiros decidir o futuro do país. A soberania deve ser um dos carros-chefes da campanha de Lula.

Furlan não reagiu publicamente à descoberta e, até agora, deixou o assunto fora de suas redes sociais. Mas não ignorou a agenda. No ano passado, ainda na prefeitura, firmou um termo de cooperação com a cidade de Macaé (RJ) para intercâmbio de informações, capacitação e planejamento ligados à indústria do petróleo. O grupo de Clécio minimiza a iniciativa e sustenta que as realidades de Macaé e do Amapá são diferentes.

Um aliado o governador aponta, por exemplo, que o “o município diretamente envolvido na operação é Oiapoque, não Macapá”. Segundo esse interlocutor, “esse plano não traz absolutamente nada de estruturante”. A assessoria de do ex-prefeito não retornou.

A força de Furlan foi construída principalmente em Macapá. Com 1,92 metro, ele cultiva uma imagem popular e chama a si próprio de “prefeitão”. Sua gestão combinou grandes obras, shows gratuitos e forte comunicação nas redes.

Alcolumbre conserva uma estrutura política muito maior no interior. O grupo de Clécio afirma ter apoio em 15 dos 16 municípios e aposta em uma virada nas semanas finais. A estratégia passa por levar Alcolumbre de volta às ruas, com caminhadas, visitas e transferência de sua rede de apoios para Clécio e Alliny.

“Aqui ninguém chama ele de presidente ou de senador, chama de Davi”, resumiu um interlocutor, que destaca sua eficiência no corpo a corpo. O grupo também aposta na parcela elevada de eleitores que ainda não definiu seus dois votos para o Senado.

A disputa tem ainda um componente pessoal. Davi e Furlan são descritos nos bastidores como inimigos. Uma vitória do ex-prefeito de Macapá, somada à eleição de Rayssa ao Senado, criaria um novo polo de poder no Estado. Para Alcolumbre, outubro definirá quanto de sua força em Brasília ainda valerá no Amapá.

Ines249

**Eleições** Adolfo Sachsida, Lyvia Montezano e Adriano Pires foram alguns nomes anunciados pelo candidato

# Flávio reforça equipe que elabora plano de governo

Eleições 26

**Beatriz Roscoe**
De Brasília

A campanha do candidato do PL ao Palácio do Planalto, Flávio Bolsonaro, anunciou na terça-feira (18) nomes ligados ao mercado financeiro e à área de infraestrutura para reforçar o time que elabora o plano de governo, após a largada oficial da corrida eleitoral. Eles serão responsáveis por detalhar pautas setoriais de interesse do setor produtivo no programa de Flávio.

Os nomes anunciados foram o do economista Adolfo Sachsida, da executiva Lyvia Montezano, da empreendedora Carolina Ragazzi e do economista Adriano Pires.

Ex-ministro de Minas e Energia e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Economia de Jair Bolsonaro, Sachsida reforçará a coordenação do plano econômico de Flávio. Ele já vinha contribuindo extraoficialmente, mas agora passa a integrar formalmente a campanha.

A economista Daniella Marques também segue como coordenadora do plano econômico. A ex-presidente da Caixa também compartilha a função de colaboradora da campanha no geral, com o olhar para a parte econômica, além de coordenar os programas voltados às mulheres, o Brasil Por Elas.

Economistas avaliam que as medidas do plano econômico apresentadas até aqui acertam no diagnóstico de problemas, mas traz soluções apontadas como "genéricas". Os novos nomes chegam para reforçar o time e disseminar as propostas como interlocutores que irão detalhar o programa para mais segmentos e setores.

Outro nome que passa a integrar a equipe na área de energia e infraestrutura é o de Adriano Pires, economista e especialista no setor de energia e sócio e fundador do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE). Ele foi indicado para comandar a Petrobras durante o governo Bolsonaro, para substituir o general Joaquim Silva e Luna no comando da estatal, mas acabou desistindo de ocupar o posto.

O advogado Alexandre Chequer, sócio do Tauil & Chequer/Mayer Brown e líder global da área de energia do escritório, e também se soma à equipe na área de energia. Ele participou da estruturação do marco do petróleo e da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Para reforçar a coordenação do Brasil Por Elas, a executiva e ativista social Lyvia Montezano foi escalada. Ela é embaixadora dos institutos Liberta e Gerando Falcões. Fundou também o Instituto Mondó, no arquipélago do Marajó para proteção e educação de crianças e adolescentes.

VITTOR SALES/DIVULGAÇÃO

Flávio anuncia nomes ligados ao mercado financeiro e à área de infraestrutura

Soma-se a Montezano a empreendedora Carolina Ragazzi com experiência no mercado financeiro e no banco de investimentos Goldman Sachs nos escritórios de São Paulo e Nova York, onde atuou como vice-presidente. Carolina assessorou empresas e governos na captação de recursos e no aconselhamento estratégico para reestruturações societárias, fusões, aquisições, entre outros.

No fim de julho, a campanha já havia anunciado reforços de nomes que ajudassem na interlocução com a Faria Lima e o setor produtivo. De olho em obter maior confiança dos integrantes do mercado, a campanha escalou o ex-diretor do Itaú BBA Luiz Felipe Trevisan. Além de auxiliar na formação do plano econômico, ele passou a atuar como outra ponte de conversa com o mercado e, inclusive, participou de algumas das reuniões que Daniella Marques teve com agentes do mercado financeiro.

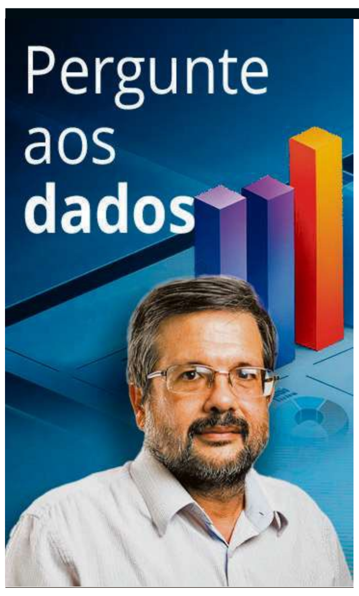
Em entrevista à rádio Itatiaia, Flávio disse que pretende fazer cortes em ministérios como parte dos esforços para reduzir os gastos do governo, caso seja eleito. "Esse tesouraço eu vou fazer com muita vontade, porque foi como o [ex-] presidente Bolsonaro começou o seu governo. Logo no início do governo ele cortou em uma canetada só 20 mil cargos em comissão. Então nós vamos meter um tesouraço nas instruções normativas, em portarias e muita coisa que trouxe burocracia de volta."

Flávio disse que Sachsida criará um programa de cortes no governo federal e para revisar normatizações criadas no governo Lula que, segundo ele, passam de 1 mil portarias e aumentam a burocracia. Ele também defendeu o corte de impostos, como a taxa de exportação de petróleo.

Já o candidato ao Palácio do Planalto pelo Missão, Renan Santos, conta com a colaboração em sua campanha do ex-secretário de Orçamento Federal Paulo Bijos, atualmente consultor da Câmara dos Deputados. A campanha é coordenada pelo deputado Kim Kataguiri (Missão-SP).

Segundo Kataguiri, Bijos participou da elaboração de propostas para disciplinar as emendas parlamentares, vinculando a liberação de recursos ao desempenho de Estados e municípios em políticas públicas, e da chamada proposta de emenda à Constituição (PEC) do equilíbrio fiscal. A PEC prevê medidas como a desindexação de benefícios previdenciários do salário mínimo, a desvinculação dos pisos de saúde e educação das receitas, a revisão do abono salarial e a redução de renúncias fiscais, com economia estimada pela campanha em R$ 1,1 trilhão até 2031. ***(Colaboraram Mariana Andrade, Jéssica Sant'Ana e Cibelle Bouças, de Belo Horizonte)***

---



**César Felício**

# Marçal tumultua para reforçar Flávio

Padre Kelmon, como pessoa física, é hoje candidato a deputado federal por São Paulo pelo PL. Como metáfora, está de volta às eleições presidenciais, em caráter temporário, consubstanciado na "candidatura" a presidente de Pablo Marçal, protocolada pelo PRTB no sábado (15).

As aspas para se referir à pretensão do empresário em concorrer se devem em razão ao desfecho praticamente certo da história. O registro 38 minutos depois do prazo máximo estabelecido pela Justiça Eleitoral é um dos motivos pelos quais a "candidatura" deve ser impugnada. Marçal conta ainda com duas condenações do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) e com uma filiação partidária também fora do prazo. O faz de conta, entretanto, pode durar até 14 de setembro, tempo suficiente para Marçal entregar o serviço a que se propõe.

O empresário deixou claro, nas primeiras 48 horas de sua "candidatura", que bombardeará todas os adversários, exceto um, Flávio Bolsonaro (PL). O truque é velho, e o jargão usado para defini-lo é o conceito de língua de aluguel. Flávio terá três semanas para revestir sua candidatura de conteúdo propositivo, enquanto Marçal baterá abaixo da linha da cintura, se dedicando às baixarias.

O megafone de Marçal é para lá de poderoso. Trata-se do quarto político brasileiro com mais seguidores no Instagram, de acordo com dados da plataforma Solon. Só perde para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para o ex-presidente Jair Bolsonaro, que está proibido de usar as redes sociais, e para o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG).

O brasileiro hoje se informa sobre política tanto por redes sociais (35%) quanto pela TV (34%), de acordo com o resultado da última pesquisa Quaest. E, particularmente sobre eleições, esta influência digital acelera. De acordo com um recorte exclusivo da última pesquisa BTG/Nexus, nada menos que 58% do eleitorado busca no Instagram informações sobre a disputa. O WhatsApp, um serviço de mensageria que cada vez se mistura mais com uma rede social clássica, é usado como fonte de informação eleitoral por metade dos pesquisados. Os vídeos do YouTube são um canal eleitoral para 50% de quem respondeu a pesquisa.

Essa vitalidade das redes sociais substitui com folga a ausência de tempo no horário eleitoral gratuito de rádio e televisão para a "candidatura" de Marçal. O empresário tentará este ano repetir, na curta existência que terá sua aventura, a mesma estratégia que usou na eleição para prefeito de São Paulo em 2024. Na ocasião, as redes sociais impulsionaram Marçal nas pesquisas. Pontuando bem, foi chamado para sabatinas e debates da mídia tradicional, em que chamou atenção pelo seu comportamento ultrajante contra outros candidatos.

A previsível ascensão de Marçal deve se dar nas faixas de eleitorado mais suscetíveis à informação política digital: homens, jovens, ensino médio, nível de renda mais elevado, evangélicos. Não deve afetar Lula nas pesquisas. Deve bloquear o caminho de Romeu Zema (Novo), Ronaldo Caiado (PSD) e sobretudo Renan Santos (Missão), que até esse sábado era o único que vestia o figurino antissistema.

Não por acaso, Renan foi o alvo preferencial de Marçal nos dois últimos dias. Até o fato de Renan ser solteiro e sem filhos aos 42 anos foi criticado. Marçal lançou mão de uma estratégia clássica do debate político: a desmoralização do adversário, por meio do ridículo. Não é privilégio da direita, e nem sempre dá certo. Em 2024, o candidato a vice na chapa de Kamala Harris, Tim Walz, disse que o candidato a vice de Trump, J. D. Vance, era o típico "esquisitão" (weird).

Flávio também deverá perder alguns pontos para Marçal, mas dificilmente ficará com seu posto no segundo turno ameaçado. O senador e presidenciável pelo PL não é o equivalente nacional a Ricardo Nunes , prefeito de São Paulo sem carisma que custou a decolar, mesmo sendo formalmente apoiado pelo bolsonarismo. E nem o Brasil é a capital paulista.

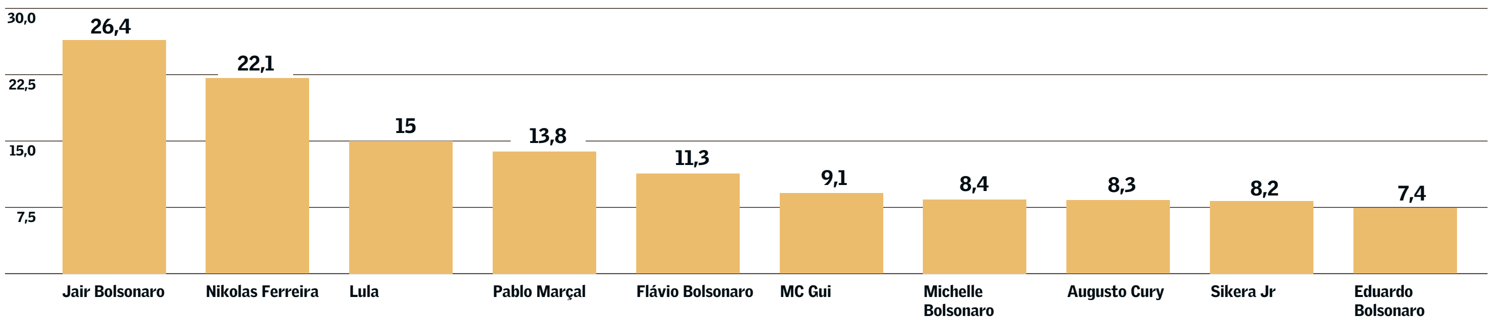
O tumulto demorará para passar, porque dificilmente a ministra relatora do pedido de registro, Estela Aranha, deixará de submeter ao plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a sua decisão. É ponto pacífico que condenações em órgão colegiado provocam inelegibilidade, sem necessidade de trânsito em julgado, mas a inelegibilidade precisa ser declarada oficialmente pelo TSE. Terminado esse processo, Marçal deixará o palco tornando, no mínimo, a campanha presidencial efetiva ainda mais curta do que já é. Talvez fique reduzida a 20 dias.

**César Felício** é repórter especial de Política em Brasília
**E-mail** cesar.felicio@valor.com.br

## A linha auxiliar de Flávio

Pablo Marçal entra temporariamente em cena para desorganizar campanha das alternativas de direita nas redes sociais.

**Ranking Nacional de Popularidade de políticos no Instagram - em milhões de seguidores**



Fonte: Solon Dados

**Como se informa sobre política? (em %)**

| | Geral | Mulheres | Homens | 16 a 34 anos | Mais de 60 anos | Fundamental | Superior | Lulista | Independentes | Bolsonarista |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Redes Sociais | 35 | 31 | 38 | 56 | 16 | 23 | 45 | 21 | 33 | 39 |
| TV | 34 | 38 | 29 | 15 | 52 | 43 | 23 | 47 | 32 | 31 |
| Sites,blogs | 10 | 8 | 11 | 15 | 4 | 3 | 21 | 6 | 8 | 8 |
| Amigos e parentes | 6 | 7 | 6 | 6 | 5 | 9 | 2 | 8 | 6 | 8 |
| Rádio | 3 | 3 | 4 | 1 | 5 | 6 | 1 | 6 | 4 | 3 |
| WhatsApp | 3 | 3 | 3 | 2 | 3 | 4 | 0 | 3 | 3 | 3 |

Fonte: Quaest, 14 de agosto

**Usam redes sociais para se informar sobre eleições? - em %**

| | Instagram | | WhatsApp | | YouTube | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Sim | Não | Sim | Não | Sim | Não |
| Mulheres | 64 | 35 | 48 | 51 | 42 | 58 |
| Homens | 53 | 47 | 53 | 46 | 52 | 48 |
| 16 a 24 anos | 81 | 19 | 51 | 48 | 60 | 40 |
| 25 a 40 anos | 72 | 27 | 51 | 48 | 50 | 50 |
| 41 a 60 anos | 56 | 43 | 55 | 44 | 46 | 54 |
| Mais de 60 anos | 32 | 66 | 42 | 57 | 38 | 61 |
| Fundamental | 42 | 57 | 49 | 50 | 41 | 59 |
| Médio | 65 | 34 | 53 | 46 | 50 | 50 |
| Superior | 70 | 30 | 48 | 51 | 50 | 49 |
| Católicos | 55 | 43 | 53 | 46 | 45 | 55 |
| Evangélicos | 63 | 37 | 53 | 46 | 50 | 50 |
| Até 1 SM | 53 | 44 | 46 | 53 | 46 | 54 |
| de 1 a 2 SM | 59 | 40 | 54 | 45 | 39 | 61 |
| de 2 a 5 SM | 58 | 41 | 51 | 48 | 48 | 51 |
| Mais de 5 SM | 64 | 36 | 51 | 49 | 53 | 47 |
| Nordeste | 68 | 31 | 56 | 43 | 54 | 45 |
| Sudeste | 52 | 47 | 46 | 53 | 44 | 56 |
| Sul | 63 | 37 | 50 | 49 | 45 | 55 |
| Norte/Centro-Oeste | 56 | 43 | 53 | 47 | 44 | 56 |
| **Geral** | **58** | **41** | **50** | **49** | **47** | **53** |

Fonte:BTG Nexus, 14 a 16 de agosto

Ines249

## Atividade econômica

Indicadores agregados

| | jul/26 | jun/26 | mai/26 | abr/26 | mar/26 | fev/26 | jan/26 | dez/25 | nov/25 | out/25 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1) | - | -0,64 | 0,03 | 0,27 | -0,15 | 0,64 | 0,56 | 0,20 | 0,47 | 0,01 |
| **Indústria (1)** | | | | | | | | | | |
| **Produção física industrial (IBGE - %)** | | | | | | | | | | |
| Total | - | -1,8 | -0,9 | 1,2 | 0,0 | 1,0 | 2,1 | -1,9 | -0,2 | 0,1 |
| Indústria de transformação | - | -1,8 | -0,1 | 0,3 | -0,1 | 0,9 | 2,2 | -2,5 | 0,2 | -0,3 |
| Indústrias extrativas | - | -0,6 | -2,6 | 3,2 | 0,4 | 1,1 | 1,5 | 1,0 | -2,2 | 3,6 |
| Bens de capital | - | -1,1 | -0,2 | -0,2 | 0,6 | 2,7 | 2,8 | -8,4 | -0,2 | 0,8 |
| Bens intermediários | - | -1,1 | -0,5 | 1,5 | 0,4 | 1,3 | 2,4 | -1,9 | -0,6 | -0,7 |
| Bens de consumo | - | -3,7 | -0,8 | -1,0 | 0,4 | 0,6 | 1,6 | -1,4 | 0,4 | 1,1 |
| Faturamento real (CNI - %) (1) | - | 0,8 | 0,2 | 0,5 | 3,8 | 4,9 | 2,3 | -1,2 | 1,2 | -2,7 |
| Horas trabalhadas na produção (CNI - %) (1) | - | 0,2 | 0,0 | -1,3 | 1,4 | 0,7 | 0,5 | -1,0 | -0,7 | 0,4 |
| **Comércio** | | | | | | | | | | |
| Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2) | - | 1,0 | 0,2 | 1,1 | 1,2 | 0,6 | 0,5 | -0,4 | 0,9 | 0,4 |
| Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2) | - | 0,5 | 0,3 | -1,5 | 0,8 | 0,8 | 0,5 | -0,7 | 1,1 | 0,6 |
| **Serviços** | | | | | | | | | | |
| Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1) | - | 0,3 | 0,5 | 1,4 | -0,1 | 1,2 | 2,2 | -0,9 | 0,6 | 0,3 |
| Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1) | - | 0,0 | -0,2 | 1,2 | -1,0 | 0,1 | 0,0 | -0,3 | -0,1 | 0,3 |
| **Mercado de trabalho** | | | | | | | | | | |
| Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %) | - | 5,4 | 5,6 | 5,8 | 6,1 | 5,8 | 5,4 | 5,1 | 5,2 | 5,4 |
| Emprego industrial (CNI - %) (1) | - | 0,2 | 0,5 | -0,2 | -0,3 | -0,1 | 0,5 | -0,2 | 1,2 | -0,3 |
| Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Balança comercial (US$ milhões)** | | | | | | | | | | |
| Exportações | 34.119 | 35.904 | 31.603 | 34.324 | 31.754 | 26.276 | 24.574 | 30.710 | 28.165 | 31.509 |
| Importações | 27.052 | 26.509 | 24.105 | 23.636 | 25.247 | 22.169 | 20.796 | 21.385 | 22.404 | 24.824 |
| Saldo | 7.067 | 9.395 | 7.497 | 10.688 | 6.507 | 4.107 | 3.778 | 9.325 | 5.761 | 6.685 |

**Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts**

## Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

| | Em % | | | | | | | | | Em R$ | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Mês | TR (1) | Poupança (2) | Poupança (3) | TBF (1) | Selic (4) | TJLP | TLP | FGTS (5) | CUB/SP | UPC | Salário mínimo |
| jan/25 | 0,1690 | 0,6698 | 0,6698 | 0,9972 | 1,01 | 0,6625 | 0,5685 | 0,4160 | 0,23 | 24,55 | 1.518,00 |
| fev/25 | 0,1324 | 0,6331 | 0,6331 | 0,9315 | 0,99 | 0,5982 | 0,6006 | 0,3794 | 0,09 | 24,55 | 1.518,00 |
| mar/25 | 0,1092 | 0,6097 | 0,6097 | 0,8971 | 0,96 | 0,6625 | 0,6185 | 0,3561 | 0,12 | 24,55 | 1.518,00 |
| abr/25 | 0,1689 | 0,6697 | 0,6697 | 0,9929 | 1,06 | 0,6937 | 0,6263 | 0,4159 | 0,25 | 24,65 | 1.518,00 |
| mai/25 | 0,1712 | 0,6721 | 0,6721 | 1,0552 | 1,14 | 0,7169 | 0,6224 | 0,4182 | 0,65 | 24,65 | 1.518,00 |
| jun/25 | 0,1699 | 0,6707 | 0,6707 | 1,0201 | 1,10 | 0,6937 | 0,6131 | 0,4169 | 0,91 | 24,65 | 1.518,00 |
| jul/25 | 0,1758 | 0,6767 | 0,6767 | 1,1779 | 1,28 | 0,7417 | 0,6076 | 0,4229 | 0,69 | 24,78 | 1.518,00 |
| ago/25 | 0,1722 | 0,6731 | 0,6731 | 1,0817 | 1,16 | 0,7417 | 0,6053 | 0,4193 | 0,21 | 24,78 | 1.518,00 |
| set/25 | 0,1742 | 0,6751 | 0,6751 | 1,1361 | 1,22 | 0,7177 | 0,6131 | 0,4213 | 0,17 | 24,78 | 1.518,00 |
| out/25 | 0,1758 | 0,6767 | 0,6767 | 1,1764 | 1,28 | 0,7504 | 0,6201 | 0,4229 | 0,15 | 24,91 | 1.518,00 |
| nov/25 | 0,1634 | 0,6642 | 0,6642 | 0,9776 | 1,05 | 0,7261 | 0,6286 | 0,4104 | 0,27 | 24,91 | 1.518,00 |
| dez/25 | 0,1742 | 0,6751 | 0,6751 | 1,1355 | 1,22 | 0,7504 | 0,6294 | 0,4213 | 0,31 | 24,91 | 1.518,00 |
| jan/26 | 0,1718 | 0,6727 | 0,6727 | 1,0718 | 1,16 | 0,7600 | 0,6279 | 0,4189 | 0,28 | 25,04 | 1.621,00 |
| fev/26 | 0,1207 | 0,6213 | 0,6213 | 0,9142 | 1,00 | 0,6862 | 0,6240 | 0,3676 | 0,09 | 25,04 | 1.621,00 |
| mar/26 | 0,1735 | 0,6744 | 0,6744 | 1,1163 | 1,21 | 0,7600 | 0,6216 | 0,4206 | 0,10 | 25,04 | 1.621,00 |
| abr/26 | 0,1679 | 0,6687 | 0,6687 | 0,9842 | 1,09 | 0,7307 | 0,6255 | 0,4149 | 0,57 | 25,16 | 1.621,00 |
| mai/26 | 0,1687 | 0,6695 | 0,6695 | 0,9899 | 1,07 | 0,7552 | 0,6224 | 0,4157 | 1,24 | 25,16 | 1.621,00 |
| jun/26 | 0,1709 | 0,6718 | 0,6718 | 1,0460 | 1,12 | 0,7307 | 0,6279 | 0,4179 | 2,24 | 25,16 | 1.621,00 |
| jul/26 | 0,1729 | 0,6738 | 0,6738 | 1,0998 | 1,22 | 0,7560 | 0,6418 | 0,4200 | 0,45 | 25,29 | 1.621,00 |
| ago/26 | 0,1693 | 0,6701 | 0,6701 | 1,0038 | 1,09 | 0,7560 | 0,6597 | 0,4163 | - | 25,29 | 1.621,00 |
| **2026** | **1,32** | **5,45** | **5,45** | **8,53** | **9,32** | **6,09** | **5,16** | **3,34** | **5,06** | **1,53** | **6,79** |
| **Em 12 meses*** | **2,02** | **8,31** | **8,31** | **13,41** | **14,63** | **9,25** | **7,81** | **5,08** | **6,23** | **2,06** | **6,79** |
| **2025** | **1,97** | **8,26** | **8,26** | **13,33** | **14,32** | **8,79** | **7,61** | **5,03** | **4,13** | **1,71** | **7,51** |

**Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência**
**(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para agosto projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)**

## Produção e investimento

Variação no período

| Indicadores | 1º Tri/26 | 4º Tri/25 | 2026‡ | 2025 | 2024 | 2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| PIB (R$ bilhões) * | 3.251 | 3.278 | 12.965 | 12.739 | 11.779 | 10.943 |
| PIB (US$ bilhões) ** | 613 | 607 | 2.376 | 2.281 | 2.185 | 2.191 |
| Taxa de Variação Real (%) | 1,1 | 0,3 | 2,0 | 2,3 | 3,4 | 3,2 |
| Agropecuária | 2,0 | 0,1 | 7,5 | 11,7 | -3,7 | 16,3 |
| Indústria | 1,0 | -0,7 | 1,3 | 1,4 | 3,1 | 1,7 |
| Serviços | 0,5 | 0,7 | 1,8 | 1,8 | 3,8 | 2,8 |
| Formação Bruta de Capital Fixo (%) | 3,5 | -3,4 | 0,4 | 2,9 | 6,9 | -3,0 |
| Investimento (% do PIB) | 16,5 | 16,0 | 16,6 | 16,8 | 16,9 | 16,4 |

**Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data**
*** Valores correntes. ** Banco Central. ‡ 1º trim de 2026, nos últimos 12 meses**

## Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

| Salário de contribuições em R$ | Alíquotas em % (1) |
|---|---|
| Até 1.621,00 | 7,5 |
| De 1.621,01 até 2.902,84 | 9,0 |
| De 2.902,85 até 4.354,27 | 12,0 |
| De 4.354,28 até 8.475,55 | 14,0 |
| Empregador doméstico | 8,0 |

**Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data * Competência agosto/26. ** Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS**

## IR na fonte

Tabela de incidência mensal *

| Base de cálculo ** em R$ | Alíquota em % | Parcela a deduzir IR - em R$ |
|---|---|---|
| Até 2.428,80 | 0,0 | 0,00 |
| De 2.428,81 até 2.826,65 | 7,5 | 182,16 |
| De 2.826,66 até 3.751,05 | 15,0 | 394,16 |
| De 3.751,06 até 4.664,68 | 22,5 | 675,49 |
| Acima de 4.664,68 | 27,5 | 908,72 |

**Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data**
*** Para rendimentos tributáveis mensais acima de R$ 7.350,00.**
**** Limite mensal de desconto simplificado: R$ 607,20.**
**Dedução mensal por dependente: R$ 189,59**

## Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

| | Janeiro-Junho | | | junho | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Discriminação | 2026 | 2025 | Var. % | 2026 | 2025 | Var. % |
| **Receita Federal** | | | | | | |
| **Imposto de renda total** | **523,2** | **476,0** | **9,93** | **86,3** | **77,1** | **11,85** |
| Imposto de renda pessoa física | 51,3 | 21,1 | 142,89 | 7,9 | 7,4 | 5,91 |
| Imposto de renda pessoa jurídica | 199,0 | 180,8 | 10,05 | 21,4 | 16,7 | 27,98 |
| Imposto de renda retido na fonte | 272,9 | 251,1 | 8,70 | 57,0 | 53,0 | 7,61 |
| Imposto sobre produtos industrializados | 46,3 | 42,4 | 9,40 | 8,8 | 7,7 | 13,89 |
| Fumo | 6,0 | 5,8 | 3,66 | 1,0 | 1,0 | -6,31 |
| Bebidas | 1,8 | 1,6 | 12,76 | 0,3 | 0,3 | 10,07 |
| Automóveis | 2,5 | 2,4 | 3,33 | 0,6 | 0,4 | 42,87 |
| Imposto sobre operações financeiras | 49,7 | 36,5 | 35,95 | 8,4 | 8,0 | 4,92 |
| Imposto de importação | 52,8 | 45,6 | 15,93 | 10,5 | 8,1 | 30,07 |
| Cide-combustíveis | 1,6 | 1,6 | -1,41 | 0,2 | 0,3 | -6,62 |
| Contribuição para Finsocial (Cofins) | 241,1 | 220,2 | 9,50 | 41,5 | 38,4 | 8,08 |
| CSLL | 109,1 | 98,1 | 11,18 | 11,9 | 9,7 | 22,54 |
| PIS/Pasep | 64,6 | 60,3 | 7,16 | 11,1 | 10,3 | 7,58 |
| Outras receitas | 498,8 | 445,2 | 12,04 | 85,8 | 75,0 | 14,33 |
| **Total** | **1.587,2** | **1.425,8** | **11,32** | **264,4** | **234,6** | **12,72** |

| | jun/26 | | mai/26 | | jun/25 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Var. %* | Valor | Var. %* | Valor | Var. %* |
| **INSS** | **61,9** | **0,41** | **61,6** | **0,84** | **56,0** | **7,46** |

**Fontes: Receita Federal e Previdência Social. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior.**

## Inflação

Variação no período (em %)

| | | | Acumulado em | | | Número índice | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | ago/26 | jul/26 | 2026 | 2025 | 12 meses | ago/26 | jul/26 | dez/25 | ago/25 |
| **IBGE** | | | | | | | | | |
| IPCA | - | 0,07 | 3,44 | 4,26 | 4,44 | - | 7.657,73 | 7.403,29 | 7.323,91 |
| INPC | - | -0,01 | 3,50 | 3,90 | 4,10 | - | 7.835,16 | 7.570,36 | 7.510,91 |
| IPCA-15 | - | 0,06 | 3,51 | 4,41 | 4,52 | - | 7.520,59 | 7.265,66 | 7.185,58 |
| IPCA-E | - | - | 3,45 | 4,41 | 4,80 | - | - | 7.265,66 | 7.185,58 |
| **FGV** | | | | | | | | | |
| IGP-DI | - | -0,86 | 2,12 | -1,20 | 2,77 | - | 1.192,02 | 1.167,24 | 1.162,22 |
| Núcleo do IPC-DI | - | 0,25 | 2,69 | 5,92 | 4,12 | - | - | - | - |
| IPA-DI | - | -1,31 | 1,46 | -3,61 | 1,90 | - | 1.363,61 | 1.343,94 | 1.342,78 |
| IPA-Agro | - | 0,77 | -0,85 | -6,62 | 0,79 | - | 1.890,31 | 1.906,47 | 1.904,32 |
| IPA-Ind. | - | -1,99 | 2,26 | -2,52 | 2,28 | - | 1.148,79 | 1.123,35 | 1.122,48 |
| IPC-DI | - | -0,08 | 2,92 | 4,00 | 3,86 | - | 816,69 | 793,53 | 782,93 |
| INCC-DI | - | 0,61 | 4,91 | 5,92 | 6,44 | - | 1.288,43 | 1.228,16 | 1.216,71 |
| IGP-M | - | -1,16 | 2,08 | -1,05 | 2,76 | - | 1.209,62 | 1.185,00 | 1.181,37 |
| IPA-M | - | -1,74 | 1,38 | -3,35 | 1,87 | - | 1.402,07 | 1.382,94 | 1.382,23 |
| IPC-M | - | -0,01 | 3,17 | 4,08 | 4,03 | - | 800,23 | 775,65 | 768,70 |
| INCC-M | - | 0,62 | 4,70 | 6,10 | 6,40 | - | 1.283,04 | 1.225,40 | 1.214,24 |
| IGP-10 | -0,51 | -1,13 | 3,48 | -0,76 | 2,00 | 1.227,66 | 1.233,91 | 1.209,77 | 1.203,55 |
| IPA-10 | -0,69 | -1,76 | 0,56 | -2,87 | 0,92 | 1.432,62 | 1.442,53 | 1.424,59 | 1.419,54 |
| IPC-10 | -0,47 | 0,23 | 2,84 | 4,01 | 3,64 | 802,71 | 806,47 | 780,54 | 774,53 |
| INCC-10 | 0,65 | 0,65 | 5,32 | 6,18 | 6,54 | 1.272,78 | 1.264,55 | 1.208,49 | 1.194,66 |
| **FIPE** | | | | | | | | | |
| IPC | - | -0,03 | 2,08 | 3,83 | 3,60 | - | 749,29 | 734,01 | 723,51 |

**Obs.: IPCA-E no 2º trimestre/2026 = 1,93%**
**Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data**

## Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2026

| | | No prazo legal | | |
|---|---|---|---|---|
| Quota | Vencimento | Valor da quota (Campo 7 do DARF) | Valor dos juros (Campo 9 do DARF) | Valor total (Campo 10 do DARF) |
| 1ª ou única | 29/05/2026 | Valor da declaração | - | Campo 7 |
| 2ª | 30/06/2026 | | 1,00% | + |
| 3ª | 31/07/2026 | | 2,12% | Campo 8 |
| 4ª | 31/08/2026 | | 3,33% | + |
| 5ª | 30/09/2026 | | | Campo 9 |
| 6ª | 30/10/2026 | | | |
| 7ª | 30/11/2026 | | | |
| 8ª | 30/12/2026 | | | |

**Pagamento com atraso**

**Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/26 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data**

**Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br**

## Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

| | jun/26 | | mai/26 | | jun/25 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dívida líquida do setor público | Valor | % do PIB | Valor | % do PIB | Valor | % do PIB |
| **Dívida líquida total** | **9.034,5** | **68,48** | **8.897,7** | **67,91** | **7.702,2** | **62,60** |
| (-) Ajuste patrimonial + privatização | -43,4 | -0,33 | -28,2 | -0,21 | -34,8 | -0,28 |
| (-) Ajuste metodológico s/ dívida* | -1.005,9 | -7,62 | -991,9 | -7,57 | -1.029,0 | -8,36 |
| **Dívida fiscal líquida** | **10.083,8** | **76,44** | **9.917,8** | **75,69** | **8.766,0** | **71,24** |
| **Divisão entre dívida interna e externa** | | | | | | |
| Dívida interna líquida | 9.492,6 | 71,96 | 9.347,8 | 71,34 | 8.308,9 | 67,53 |
| Dívida externa líquida | -458,1 | -3,47 | -450,0 | -3,43 | -606,6 | -4,93 |
| **Divisão entre as esferas do governo** | | | | | | |
| Governo Federal e Banco Central | 7.916,6 | 60,01 | 7.784,3 | 59,41 | 6.675,9 | 54,25 |
| Governos Estaduais | 989,6 | 7,50 | 978,8 | 7,47 | 899,8 | 7,31 |
| Governos Municipais | 81,9 | 0,62 | 82,1 | 0,63 | 83,7 | 0,68 |
| Empresas Estatais | 46,4 | 0,35 | 52,5 | 0,40 | 42,9 | 0,35 |

| Necessidades de financiamento do setor público | jun/26 | | mai/26 | | jun/25 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Fluxos acumulados em 12 meses | Valor | % do PIB | Valor | % do PIB | Valor | % do PIB |
| **Total nominal** | **1.317,8** | **9,99** | **1.259,9** | **9,62** | **894,4** | **7,27** |
| Governo Federal** | 1.102,3 | 8,36 | 1.083,4 | 8,27 | 734,4 | 5,97 |
| Banco Central | 81,8 | 0,62 | 48,6 | 0,37 | 68,4 | 0,56 |
| Governo regional | 118,5 | 0,90 | 112,0 | 0,85 | 79,2 | 0,64 |
| **Total primário** | **157,2** | **1,19** | **149,0** | **1,14** | **-17,9** | **-0,15** |
| Governo Federal | -211,1 | -1,60 | -213,5 | -1,63 | -316,8 | -2,57 |
| Banco Central | 1,1 | 0,01 | 1,0 | 0,01 | 1,0 | 0,01 |
| Governo regional | 9,0 | 0,07 | 3,3 | 0,03 | -13,3 | -0,11 |

**Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa.** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

## Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de junho*

| | Janeiro-Junho | | | junho | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Discriminação | 2026 | 2025 | Var. % | 2026 | 2025 | Var. % |
| **Receita total** | **1.584,4** | **1.505,8** | **5,22** | **251,9** | **228,6** | **10,19** |
| Receita Adm. Pela RFB** | 1.054,3 | 986,9 | 6,82 | 163,9 | 148,8 | 10,15 |
| Arrecadaçao Líquida para o RGPS | 368,7 | 347,6 | 6,06 | 61,9 | 58,6 | 5,60 |
| Receitas Não Adm. Pela RFB | 161,5 | 171,3 | -5,75 | 26,2 | 21,3 | 23,04 |
| **Transferências a Estados e Municípios** | **312,2** | **301,4** | **3,58** | **56,8** | **51,7** | **9,88** |
| **Receita líquida total** | **1.272,2** | **1.204,4** | **5,62** | **195,2** | **177,0** | **10,28** |
| **Despesa Total** | **1.363,4** | **1.214,2** | **12,29** | **243,4** | **223,3** | **9,00** |
| Benefícios Precidenciários | 607,0 | 562,2 | 7,97 | 112,3 | 110,2 | 1,90 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 214,4 | 193,9 | 10,57 | 34,1 | 32,9 | 3,88 |
| Outras Despesas Obrigatórias | 233,5 | 190,9 | 22,32 | 38,7 | 32,1 | 20,65 |
| Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira | 308,5 | 267,2 | 15,44 | 58,1 | 48,0 | 21,01 |
| **Resul. Primário do Gov. Central (1)** | **-91,2** | **-9,8** | **833,76** | **-48,2** | **-46,3** | **4,13** |

| Discriminação | jun/26 | | mai/26 | | jun/25 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Var. % | Valor | Var. % | Valor | Var. % |
| Ajustes metodológicos | 0,0 | -17,21 | 0,0 | 65,12 | -0,1 | - |
| Discrepância estatística | 1,0 | - | -2,0 | - | 0,8 | - |
| **Result. Primário do Gov. Central (2)** | **-48,2** | **-9,45** | **-53,2** | **-** | **-45,9** | **-** |
| **Juros Noniminais** | **-100,5** | **2,45** | **-98,1** | **27,79** | **-54,4** | **38,67** |
| **Result. Nominal do Gov. Central** | **-47,2** | **-14,52** | **-55,3** | **-** | **-99,2** | **174,58** |

**Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data**
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

KES SUMMIT

TRANCOSO / BA

BY: eletromidia

25 a 28 AGOSTO

PROGRAMA DE NEGÓCIOS, INOVAÇÃO E LIDERANÇA

+200 LIDERANÇAS
PENSADORES E FORMADORES DE OPINIÃO.

3 DIAS DE IMERSÃO
EM TRANCOSO, NA BAHIA.

PAINÉIS COM ESPECIALISTAS
EXPERIÊNCIAS E APRENDIZADOS COMPARTILHADOS POR LÍDERES DE GRANDES NEGÓCIOS.

KES SUMMIT: ONDE O INVISÍVEL GANHA NOME.
CONHEÇA AS MARCAS PARTICIPANTES:

ITAÚ | UNILEVER | AMBEV | STELLANTIS | BYD | VALE | AZUL | DIAGEO | GLOBOPLAY | COGNA | PAGUE MENOS | UNIMED | VIVO
MERCADO LIVRE | 99 APP | OLX | MOVIDA | GOL | GLOBO | MONDELEZ | GOOGLE | EMS | CNA | IFOOD | LOCALIZA | VISA
NUBANK | NESTLÉ | YDUQS | M. DIAS BRANCO | CAMIL | DECOLAR | SANTANDER | CLARO | PICPAY | KTO | PETROBRAS | JHSF
SEARA | CVC | BANCO MERCANTIL | MASTERCARD | CIMED | BANCO INTER | SICREDI | MITSUBISHI MOTORS | BAUDUCCO | PEPSICO
ECORODOVIAS | LIVELO | MOTIVA | HAPVIDA | NETFLIX

PATROCÍNIO MASTER

PATROCÍNIO

PARTNERS

MEDIA PARTNER

Ines249

# Quem é o eleitor perdido e desconfiado

**Cila Schulman**

Governantes mal avaliados são o novo normal, em todo o mundo, desde a crise econômica de 2008. A frustração com a capacidade da política de oferecer resultados concretos aos desafios atuais, somada à força invisível dos algoritmos nas redes, produz um eleitorado fragmentado e, como consequência, resultados de eleições apertadas. Vivemos em um movimento contínuo de alternância onde a oposição da vez capitaliza a desilusão, num pêndulo que oscila entre os polos da direita e da esquerda.

Na América Latina, vimos recentemente vitórias decididas por margens de 0,96 ponto na Colômbia e de 0,27 ponto no Peru. A eleição de 2022 no Brasil terminou também com uma margem estreita de 1,8 ponto percentual. Desde a vitória, o presidente Lula tem dificuldade em ampliar sua base de apoio. Embora o mandatário comece a corrida de 2026 numericamente à frente, há um esforço para resgatar a confiança de uma fatia específica de 3% do eleitorado que lhe deu o voto em 2022, mas hoje demonstra resistência em voltar a fazê-lo. Representam de 4 a 5 milhões de eleitores que podem decidir o pleito.

Vale destacar que o incumbente é o peão no tabuleiro da reeleição. Antes mesmo de examinar as alternativas ofertadas pela oposição, o cidadão decide se o atual governante merece ou não merece um novo mandato. Essa é uma questão de simples resposta e se forma na mente do eleitor independentemente do cenário de candidaturas estar consolidado ou dos nomes na disputa serem plenamente conhecidos.

Historicamente, o dono da caneta utiliza a vitrine do cargo e o anúncio de medidas populares para melhorar sua imagem durante o período eleitoral, turbinando também os seus índices de "merece continuar". Esse fenômeno aconteceu com todos os presidentes que concorreram a um mandato consecutivo desde a redemocratização, inclusive com o ex-presidente Jair Bolsonaro, único derrotado entre seus pares. Bolsonaro começou a corrida com um déficit de popularidade, mas na véspera do segundo turno nosso tracking indicava o que vimos no dia seguinte nas urnas, um país rachado entre o merecimento de um novo mandato e outra metade que rejeitava a continuidade. A derrota se deu, portanto, no detalhe.

Nas sessões de focus groups realizadas para o **Valor** na semana passada, observamos que o contingente de brasileiros que migrou do apoio a Lula em 2022 para a oposição atual agiu sob pragmatismo nos dois cenários. A rejeição a Jair Bolsonaro foi motivada, sobretudo, pelas falhas na gestão da pandemia e pelo estrangulamento das finanças domésticas. Paralelamente, a adesão ao nome do atual presidente ancorou-se nas ameaças à democracia e, de maneira mais latente, na esperança por uma prosperidade tangível: um sonho simbolizado pela promessa da picanha no prato e da cerveja no copo do trabalhador.

A política é movida às vezes pelo medo, na maioria das vezes pelo sonho de uma utopia desejável, mas frequentemente é governada pela desilusão. Quando observamos o comportamento desse grupo específico de eleitores o que se vê não é um eleitorado fanático, mas sim exausto, que sente que "trabalha apenas para pagar a janta".

Especialmente entre as mulheres, que formam a maioria, a palavra que sintetiza o espírito desse eleitorado é "confiança". Elas, que vivem nas franjas de grandes cidades como Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife ou São Paulo, que fazem o seu "corre" à frente de pequenos negócios de beleza, alimentação ou vestuário, que dependem das políticas públicas mas sofrem com as taxas de juro, com o endividamento e com a carga tributária, estão à procura de um candidato em quem acreditar.

Diferente de um eleitor indeciso ou independente, esse eleitor está fora das antigas certezas, das nuances ideológicas e inclusive da polarização. Ele é capaz de reconhecer avanços de Lula na saúde e na educação e, ao mesmo tempo, rejeitar sua condução da economia. Pode desejar uma política de segurança mais firme e rejeitar a agressividade de determinados candidatos. Pode admirar um outsider e duvidar de sua capacidade de governar. Pode querer mudança e temer o preço do risco. Esse eleitor não está indeciso no sentido convencional.

Ele está desconfiado. E no xadrez eleitoral que se aproxima, aquele que for capaz de restaurar esse elo de credibilidade pode ter o caminho aberto para o Palácio do Planalto.

**Cila Schulman** é CEO do Instituto Ideia.
Escreve quinzenalmente
**E-mail** cila.schulman@ideiausa.com

---

**Eleições** Concentração da decisão sobre os recursos nas cúpulas dos partidos teve peso na queda, diz especialista

# Mudanças na legislação fazem número de candidatos cair pela primeira vez em 20 anos

Eleições 26

**Fernanda Godoy**
Do Rio

Mudanças na legislação para partidos e federações, concentração de poder financeiro nas cúpulas partidárias e baixa expectativa de renovação na Câmara dos Deputados reduziram o número de candidatos registrados para disputar eleições gerais no Brasil pela primeira vez em 20 anos. Em relação a 2022, a queda foi drástica: de 29.262 para 20.575, candidatos, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

"O fim das coligações foi determinante. O sistema tem respondido, tem reduzido o número de partidos, tanto nos Estados, quanto na Câmara. Houve também uma redução do número de candidaturas, até mais acentuado nas câmaras de vereadores e assembleias legislativas. Foi feita uma opção pela governabilidade", diz a cientista política Luciana Veiga, professora da Fundação Getulio Vargas (FGV) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio).

O número de partidos caiu de 32 para 30 nesse espaço de quatro anos, e o de federações subiu de três para cinco, envolvendo 11 partidos. A proibição de coligações proporcionais (votos para deputados e vereadores) e a restrição da regra para federações partidárias estão entre os principais motivos para a queda no número de candidatos presentes na disputa de 2026.

Desde que as mudanças passaram a valer, em 2020, cada partido só pode apresentar número de candidatos equivalente a 100% das vagas em disputa (mais um). A mesma regra vale para as federações, como a União Progressista (União Brasil e PP), que funcionam para esse efeito como se fossem um partido só. Antes, os partidos podiam lançar até 150% e as coligações, 200%.

Os dados que apontam o decréscimo em 2026 consideram as solicitações de registro processadas até terça-feira (18) pelo TSE, após o término do prazo para inscrições de candidaturas no sábado (15). Ainda poderá haver alterações por impugnação ou indeferimento. O **Valor** utilizou como base de comparação os dados desse mesmo ponto desde 2002. Neste século, só havia sido registrada uma pequena queda entre 2002 e 2006, e crescimento expressivo nos pleitos de 2018 e 2022.

A redução era um efeito esperado da minirreforma eleitoral de 2017. A Emenda Constitucional 97, que tratava do tema e foi aprovada naquele ano, proíbe as coligações partidárias para eleições proporcionais (deputados e vereadores). O objetivo era diminuir o fracionamento do sistema partidário brasileiro, levando à consolidação em número menor de siglas. A cláusula de desempenho eleitoral (ou de barreira) é outra regra que tem o mesmo propósito, ao vincular a esse desempenho o acesso a recursos do Fundo Partidário (anual) e ao espaço de propaganda eleitoral obrigatório na TV e no rádio.

O cientista político Glauco Peres da Silva, da Universidade de São Paulo (USP), acredita que o aumento do número de federações, de três para cinco, tenha pesado. As três federações criadas em 2022, somando sete partidos, continuam ativas, porque a lei estabelece período mínimo de quatro anos. Mas ele formula outra hipótese, especialmente para a queda do número de candidatos a deputado: a concentração da decisão sobre os recursos nas cúpulas dos partidos, desde a criação do Fundo Eleitoral, em 2017.

"Há uma centralidade do dinheiro do financiamento da campanha todo nas mãos dos partidos. Menos pessoas, digamos assim, menos aventureiros podem se lançar, porque não têm como ir buscar financiamento, a não ser com pessoas físicas, as empresas não podendo mais financiar", diz Peres da Silva. "Ou você tem um bom trânsito no seu partido, ou não vai conseguir se financiar".

> "O fim das coligações foi determinante. Foi feita uma opção pela governabilidade"
> *Luciana Veiga*

Este ano, o Fundo Eleitoral distribui recursos de R$ 4,9 bilhões, praticamente o mesmo valor nominal de 2022. Esses recursos passaram a ser destinados aos partidos na minirreforma de 2017, depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em 2015, na esteira da Operação Lava-Jato, que doações eleitorais de empresas são inconstitucionais.

Outro fator a dificultar a renovação na Câmara seria a concentração de poder nas mãos dos atuais mandatários por meio das emendas parlamentares. O Congresso controla R$ 61 bilhões do Orçamento da União, a serem investidos em 2026, sendo R$ 20,5 bilhões em emendas individuais dos representantes na Câmara.

"Os deputados ganharam muita visibilidade com as emendas, e muitas oportunidades para se conectar com os eleitores, via redes sociais, para divulgar cada etapa da emenda, desde a recepção de demandas, passando pela liberação de recursos, obra, inauguração", diz a cientista política Luciana Veiga, descrevendo, com jogo de palavras, o que chama de "representação do processo" no mundo digital. "A cada etapa, o deputado agrega valor à sua imagem", afirma ela.

Mais um efeito das mudanças na legislação eleitoral pode ser a redução da representação de minorias, como mulheres e negros. "É um efeito não desejado, mas esperado. De certa forma, essa diminuição de representatividade foi um preço a pagar pela governabilidade", diz Veiga, referindo-se à diminuição do número de partidos.

Em 2026, a quantidade de candidatas mulheres diminuiu na disputa para quase todos os cargos, com exceção do Senado, onde atingiu o número recorde de 69. Ao todo, 7.144 mulheres concorrem este ano, ante 9.890 em 2022. A queda é expressiva, mas a proporção se mantém: elas são 34,8% de todos os candidatos, frente a 33,8% em 2022.

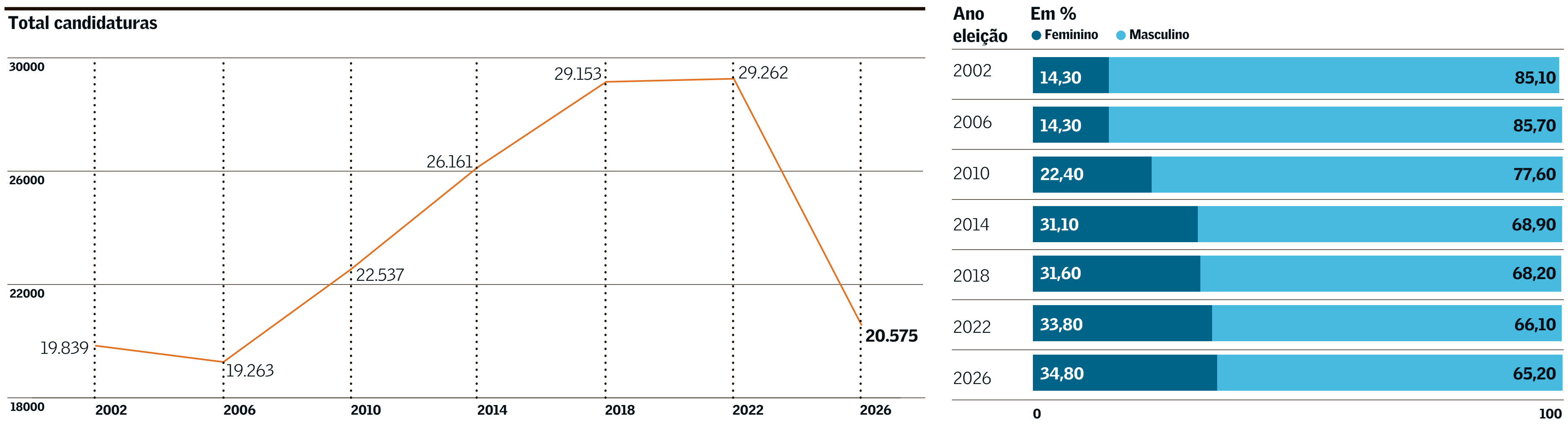
Desde 2009 já havia sido instituída a reserva de 30% das vagas para mulheres, nas chapas para disputas proporcionais. Por decisão do TSE e do STF em 2018, os partidos precisam destinar 30% de seus recursos financeiros a candidaturas femininas, mas essa cláusula é frequentemente descumprida ou driblada com artifícios contábeis.

Outro fator de inibição de candidaturas femininas, segundo Luciana Veiga, é a violência política contra as mulheres vem se agravando e se disseminando nas redes sociais. "Isso assusta muito as mulheres, que querem proteger suas famílias".

Pesquisa realizada pelo Observatório da Violência Política e Eleitoral entre abril e junho de 2026 mostra que 54% dos casos contra mulheres correspondem a violência semiótica (geralmente via redes sociais), seguida de violência psicológica (25%) e pela violência física (21%). Políticos homens aparecem como as maiores vítimas de violência física.

## Número de candidatos se reduz pela primeira vez em 20 anos

Quantidade de concorrentes homens é quase o dobro do de mulheres



### Número de mulheres candidatas cai em 2026

Só a disputa pelo Senado tem crescimento na participação feminina

| Ano eleição | Presidente | Vice-Presidente | Governador | Vice-Governador | Senador | 1° Suplente | 2° Suplente | Deputado Federal | Deputado Estadual | Deputado Distrital | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2002 | 0 | 2 | 21 | 52 | 40 | 61 | 83 | 503 | 1.691 | 137 | **2.590** |
| 2006 | 2 | 1 | 27 | 44 | 33 | 44 | 68 | 666 | 1.726 | 134 | **2.745** |
| 2010 | 2 | 1 | 18 | 42 | 36 | 60 | 64 | 1.335 | 3.274 | 224 | **5.056** |
| 2014 | 3 | 4 | 20 | 47 | 35 | 43 | 41 | 2.270 | 5.344 | 316 | **8.123** |
| 2018 | 2 | 5 | 30 | 76 | 63 | 91 | 117 | 2.767 | 5.744 | 309 | **9.204** |
| 2022 | 4 | 5 | 38 | 94 | 58 | 64 | 95 | 3.717 | 5.603 | 212 | **9.890** |
| 2026 | 2 | 5 | 32 | 84 | 69 | 98 | 98 | 2.788 | 3.819 | 149 | **7.144** |

0 10.000

Fonte: Ttribunal Superior Eleitoral (TSE)

---

# Valor, O Globo e CBN vão sabatinar Haddad e Tarcísio

De São Paulo

O candidato do PT ao governo de São Paulo, Fernando Haddad, será entrevistado nesta quarta-feira (18) às 10h30, no primeiro dia de sabatinas promovidas pelo **Valor**, em parceria com o jornal O Globo e a CBN.

Na quinta-feira (18), o convidado é o governador de São Paulo Tarcísio de Freitas (Republicanos), candidato à reeleição.

Com duração de 1h30, as entrevistas serão transmitida em todas as plataformas do **Valor** e conduzidas pelos jornalistas Guilherme Muniz, âncora da CBN, Vera Magalhães, colunista de O Globo, e Marcello Corrêa, editor de Política do **Valor**.

Na semana que vem, serão ouvidos os candidatos à Presidência da República. Foram convidados o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), candidato à reeleição, Flávio Bolsonaro (PL), Ronaldo Caiado (PSD), Renan Santos (Missão) e Augusto Cury (Avante).

Entre os dias 31 de agosto e 4 de setembro, estão previstas as entrevistas com candidatos ao governo de Minas Gerais, segundo maior colégio eleitoral e considerado estratégico para os principais palanques nacionais.

Entre 14 e 18 de setembro, serão sabatinados os postulantes ao governo do Distrito Federal.

A programação prevê ainda dois debates entre candidatos ao Senado, corrida que tem peso maior em 2026, com a previsão de renovação de 54 das 81 cadeiras da Casa. Os debates ocorrerão entre candidatos em São Paulo e no Rio de Janeiro, programados para setembro.

As sabatinas fazem parte da cobertura especial do **Valor** para as eleições, que inclui ainda a previsão de um debate entre coordenadores econômicos das campanhas presidenciais.

Ines249

**Eleições** Número é puxado pelos pedidos feitos pela campanha do PL, que recorreu ao TSE 98 vezes, e pela do PT, que ajuizou 80

# Ações de presidenciáveis mais que dobram em relação a 2022

Eleições 26

**Tiago Angelo e Giullia Colombo**
De Brasília

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) recebeu 195 ações dos candidatos à Presidência no período de pré-campanha para as eleições de 2026, um aumento expressivo se comparado a 2022, quando os presidenciáveis ajuizaram cerca de 80 pedidos. O levantamento feito pelo **Valor** com base em dados da corte e de partidos políticos abrange solicitações protocoladas entre 1º de janeiro e 15 de agosto, último dia antes do começo oficial das campanhas.

O número é puxado principalmente por ações ajuizadas pelas campanhas de Flávio Bolsonaro (PL), que foi ao TSE 98 vezes, e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que ajuizou 80 pedidos no tribunal. Na sequência estão os candidatos do Missão (11), Novo (5) e PSD (1).

Somados apenas os postulantes do PL e do PT, foram 178 ações ajuizadas no TSE até 15 de agosto, 173% a mais que em 2022. Na disputa passada, Lula e o então presidente Jair Bolsonaro entraram com 65 representações no período de pré-campanha.

As duas campanhas também foram responsáveis por inserir duas grandes discussões no TSE. O PT, por exemplo, questionou um vídeo gerado por inteligência artificial (IA) em que o ex-presidente apoia a candidatura de Flávio. O material foi exibido em 25 de julho, na convenção que oficializou o nome do senador à Presidência.

Lula foi ao TSE afirmando que o vídeo é um deepfake, tipo de conteúdo feito com IA, que simula a voz e a imagem de pessoas reais. A prática é vedada. Ministros do TSE têm discutido internamente a possibilidade de barrar totalmente publicações e republicações desse tipo.

Já o PL introduziu discussões sobre institutos de pesquisa ao questionar dois levantamentos feitos pela Atlas/Intel desfavoráveis a Flávio. Por conta dos pedidos, o presidente do TSE, Kassio Nunes Marques, cogita premiar as empresas responsáveis pelos levantamentos que mais espelharem o resultado das eleições. Também discute internamente a possibilidade de restringir o uso de áudios e vídeos em pesquisas.

Consultados, ministros do TSE atribuem o aumento no número de representações em parte à democratização de ferramentas de IA. Conteúdos desse tipo mobilizaram 22 representações da campanha de Lula no TSE. Já Flávio entrou com 15 ações questionando publicações geradas pela ferramenta. O dado leva em conta pedidos contra perfis diversos, não só publicações de candidatos.

Integrantes da corte eleitoral também atribuem o aumento à polarização e às estratégias das campanhas, que foram criticadas. Segundo os ministros, há uma visão de que qualquer problema precisa ser resolvido pelo Judiciário.

"A política hoje quer judicializar tudo. O gênio já saiu da lâmpada e não volta. A Justiça não vai controlar a internet. Tem que ver os casos mais graves, que têm impacto real nas eleições. Não dá para querer que um não fale mal do outro", disse sob reserva um ministro.

> "A pré-campanha tornou-se, na prática, uma campanha antes da campanha"
> *Márcio Nogueira*

Já integrantes das campanhas fazem uma análise diferente, com acusações mútuas de crimes eleitorais e condutas vedadas no período pré-eleitoral. Pessoas próximas a Flávio imputam ao governo um aumento de supostos casos de uso irregular da máquina pública.

Representações do senador questionam, por exemplo, a suposta utilização de eventos institucionais e veículos oficiais de comunicação para a promoção de Lula e do governo. Também há ações que questionam o impulsionamento nas redes de publicações favoráveis ao atual presidente e contra Flávio.

Os advogados do senador também pedem a remoção de publicações em que Flávio é chamado de traidor da pátria e bajulador do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump; publicações que o associam ao ex-banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Master, ou a esquemas de fraude no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); além de supostas ligações de Flávio com milícias; entre outros.

Já a campanha de Lula tem afirmado nos bastidores que diversas publicações de Flávio e do grupo político do senador tentam associar Lula a grupos criminosos, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV). Cerca de 15 pedidos da campanha do petista tratam desse tipo de associação, a maioria movida contra Flávio.

Interlocutores da campanha também afirmam que a democratização da IA ajuda, sim, a explicar o aumento no número de ações. A equipe de Lula chegou a contratar uma equipe para monitorar redes sociais em tempo real e tem acusado bolsonaristas, entre eles Flávio, de impulsionarem uma campanha de desinformação contra o petista.

Márcio Nogueira, presidente da seccional de Rondônia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), diz que o aumento da judicialização é um misto de polarização, antecipação da disputa eleitoral por causa da internet e avanço do uso de IA. "A pré-campanha tornou-se, na prática, uma campanha antes da campanha, e PT e PL passaram a disputar não apenas a opinião pública, mas também, no TSE, os limites jurídicos da atuação do adversário", afirma.

Ainda de acordo com ele, como regras para o ambiente digital ainda estão sendo testadas em alguns casos, as campanhas também estão recorrendo mais ao Judiciário para "formar precedentes antes do período eleitoral propriamente dito".

O especialista em direito eleitoral Pedro Gallotti afirma que o aumento no número de processos não pode ser explicado levando em conta um só fator. Ele afirma, por exemplo, que de 2022 para cá houve uma série de regulamentações novas.

"O TSE introduziu em 2024 regras específicas sobre conteúdo sintético multimídia produzido por inteligência artificial, sobre o dever de identificação desse material e sobre a proibição de deepfakes destinados a favorecer ou prejudicar candidaturas. Já em 2026, houve restrições adicionais, especialmente quanto à desinformação e ao conteúdo sintético que podem, conforme o caso, configurar uso indevido dos meios de comunicação e abuso de poder, por exemplo", afirmou.

LUIZ ROBERTO/TSE — 17/8/2026

Para Nunes Marques, aumento dos pedidos deve criar uma "guerra de liminares"

Ainda segundo Gallotti, a internet e as redes sociais facilitaram que políticos passassem a produzir cada vez mais material no período de pré-campanha. "A IA facilitou a criação de imagens, áudios e vídeos convincentes a custos cada vez mais baixos."

Como mostrou o **Valor** em julho, o presidente do TSE afirmou a interlocutores que o aumento dos pedidos deve criar um cenário de "guerra de liminares". A avaliação é que, em 2022, grupos ligados à direita dominavam as redes sociais, enquanto agora a esquerda também ganhou relevância nas plataformas. Com isso, é esperado um aumento de questionamentos a publicações diversas feitas por usuários comuns ou apoiadores de candidatos.

Essa avaliação coincide com os dados. A título de comparação, das 98 representações de Flávio, só 32 foram ajuizadas contra Lula, PT ou contra a Federação Brasil da Esperança, formada por PT, PCdoB e PV. Cerca de 40 questionam perfis responsáveis por difundir conteúdos supostamente irregulares contra o senador ou favoráveis a Lula.

Outros integrantes do TSE também manifestaram preocupação com o volume de trabalho durante o pleito. A expectativa é que uma estratégia seja discutida internamente entre os ministros para encontrar uma maneira de dar vazão às liminares que serão emitidas e julgadas na velocidade necessária. Uma das possibilidades, por exemplo, seria priorizar o uso do plenário virtual do TSE.

Lula e Flávio escolheram advogados de peso para atuar na corte. Pelo PT, Angelo Ferraro lidera o time de advogados. Ele é sócio do escritório Ferraro, Rocha e Novaes, que já teve entre seus quadros o ex-ministro da Justiça Eugênio Aragão, e atua desde 2018 nas campanhas eleitorais do petista.

Já a advogada Maria Claudia Bucchianeri, que foi ministra do TSE em 2022 e era responsável por julgar processos relacionados à campanha eleitoral, lidera o time de Flávio Bolsonaro. Procurados, as duas equipes não quiseram se manifestar.

# Fachin lança cartilha sobre salários de juízes

**Giullia Colombo**
De Brasília

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Edson Fachin, lançou na terça-feira (18) uma cartilha com respostas a perguntas frequentes sobre a remuneração na magistratura. O tema tem sido enfrentado pela Corte, especialmente em relação aos chamados "penduricalhos", como são conhecidas as verbas indenizatórias.

Ao anunciar a iniciativa, Fachin destacou a decisão do STF que limitou o pagamento dessas parcelas e a atuação do CNJ e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que editarem resoluções sobre o tema. O ministro afirmou ter "orgulho" da atuação das instituições e dos magistrados brasileiros, mas disse que o tema é complexo e é preciso "separar o joio do trigo".

"Temos orgulho da atuação de ambas as instituições, bem como dos magistrados e magistradas brasileiros, que exercem seu labor honesto, atendendo a população por todo o país, julgando com lisura e produtividade ímpares. Esse é um tema complexo, que não comporta indevida simplificação. Nesse tema, faz-se necessário separar o joio do trigo", disse Fachin durante sessão plenária do CNJ.

O presidente do STF, no entanto, defendeu a magistratura ao afirmar que é preciso agir com sabedoria para evitar a "destruição indiscriminada".

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO — 6/8/2026

Fachin: é preciso separar o joio do trigo

Nesse sentido, o ministro ainda respondeu aos ataques generalizados ao Poder Judiciário, afirmando que está aberto à crítica e ao escrutínio público, mas que não pode aceitar uma "campanha sistemática de descredibilização".

Segundo Fachin, há uma "forma de populismo que opera pela erosão das instituições" e, por isso, "não se pode transformar a demolição de instituições em método de atuação política, de propaganda pessoal e de patrocínio de interesses privados e segmentos econômicos".

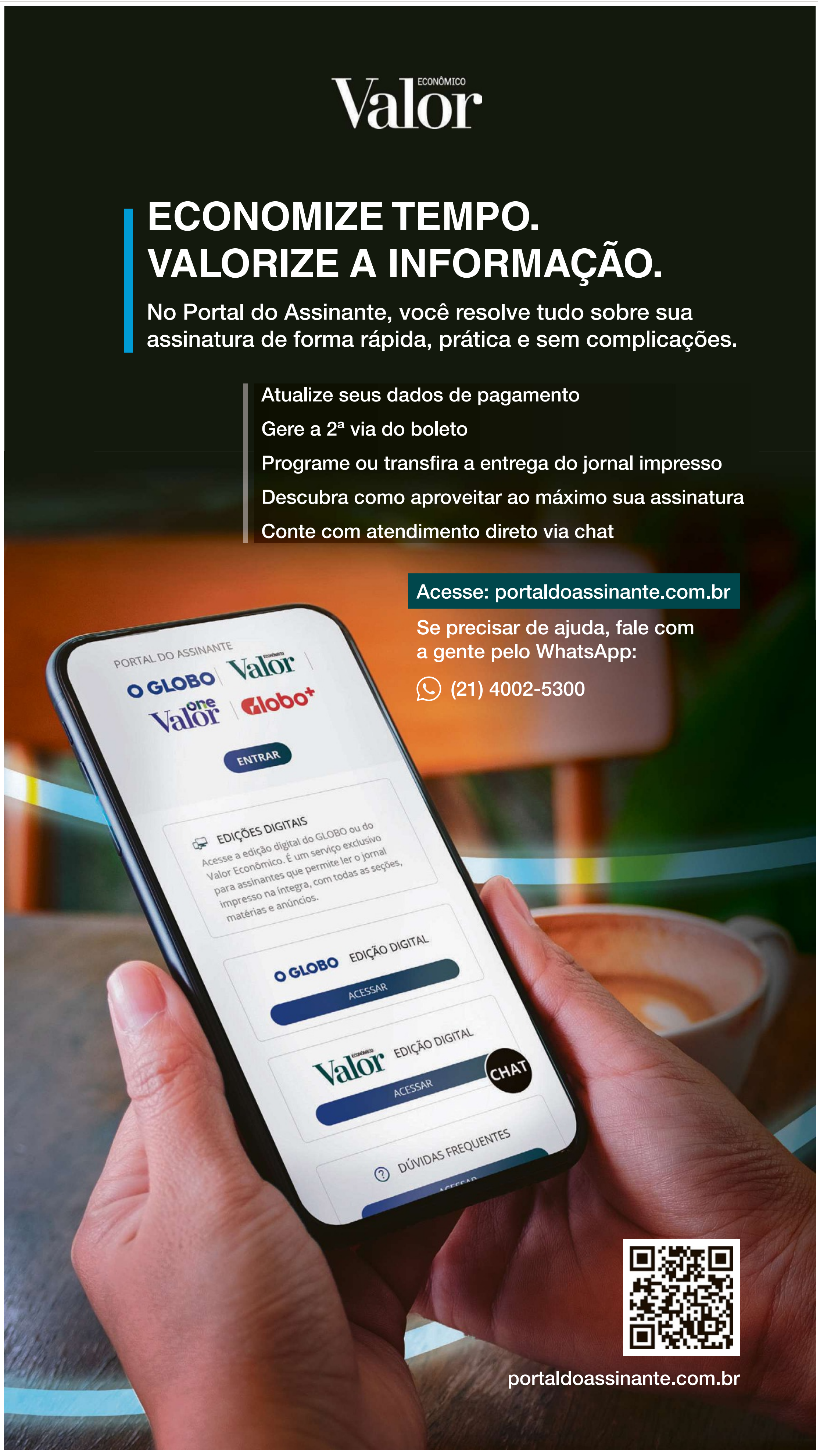
O ministro defendeu o trabalho da Corte, do CNJ e da magistratura, dizendo que estão "fazendo a sua parte" ao enfrentar um tema que é "historicamente ruidoso" e relembrou as iniciativas do conselho, como apurações e auditorias, a criação do Observatório Nacional de Integridade e Transparência, a ampliação de mecanismos de controle, disponibilização de dados, criação de um contracheque único com todos os penduricalhos conhecidos e uniformizados e a criação de um sistema eletrônico de fiscalização dos pagamentos.

"As distorções foram enfrentadas. Fizemos a separação do joio. Estabelecemos limites, criamos mecanismos de controle, demos transparência. O Poder Judiciário tem prestado contas e não tem nada a esconder", afirmou.

A cartilha traz todas as decisões do STF sobre o teto remuneratório e explica o que são os penduricalhos. Em março, a Corte definiu quais dessas verbas poderiam ser pagas e limitou o seu pagamento a 35% do teto, atualmente em R$ 46,3 mil. Além disso, também autorizaram o pagamento de uma parcela de valorização por tempo de serviço, submetida a porcentagem de 35%.

Em julho, ao julgar os recursos sobre o tema, o STF permitiu que novas parcelas fossem pagas, além de flexibilizar as regras para o seu pagamento.

Na semana passada, ministros da Corte que relatam diversas ações sobre o tema suspenderam pagamentos irregulares que ultrapassam o teto remuneratório e não estão dentro das parcelas permitidas a serem pagas. Segundo a decisão, magistrados de sete tribunais deverão devolver os valores. Em alguns casos, os montantes pagos em um mês ultrapassam os R$ 490 mil.


Valor ECONÔMICO

ECONOMIZE TEMPO.
VALORIZE A INFORMAÇÃO.

No Portal do Assinante, você resolve tudo sobre sua assinatura de forma rápida, prática e sem complicações.

Atualize seus dados de pagamento
Gere a 2ª via do boleto
Programe ou transfira a entrega do jornal impresso
Descubra como aproveitar ao máximo sua assinatura
Conte com atendimento direto via chat

Acesse: portaldoassinante.com.br

Se precisar de ajuda, fale com a gente pelo WhatsApp:

(21) 4002-5300

portaldoassinante.com.br
PORTAL DO ASSINANTE
O GLOBO
Valor
Valor one
Globo+
ENTRAR
EDIÇÕES DIGITAIS
Acesse a edição digital do GLOBO ou do Valor Econômico. É um serviço exclusivo para assinantes que permite ler o jornal impresso na íntegra, com todas as seções, matérias e anúncios.
O GLOBO EDIÇÃO DIGITAL
ACESSAR
Valor EDIÇÃO DIGITAL
ACESSAR
CHAT
DÚVIDAS FREQUENTES

Ines249

### **Judiciário** STF retoma análise sobre Rio; desembargador exonerou quase 6 mil servidores

# Couto deve se manter no cargo mesmo com volta de julgamento

DOMINGOS/AGÊNCIA O GLOBO — 8/7/2026

Ricardo Couto, governador em exercício do Rio: desembargador tomou posse em março e passou um pente fino nos cargos comissionados do Estado

Eleições 26

**Jan Niklas e Camila Zarur**
Do Rio

O Supremo Tribunal Federal (STF) retoma nesta quarta-feira (19) o julgamento que vai decidir sobre a eleição suplementar para o mandato atual de governador do Rio de Janeiro. Suspenso desde abril, após um pedido de vista do ministro Flávio Dino, o processo discute como e se o Estado escolherá um novo chefe do Executivo fluminense para terminar a gestão atual, que ficou vaga após a saída de Cláudio Castro (PL) do cargo em março. Desde então, a administração fluminense está sendo gerida pelo presidente do Tribunal de Justiça do Rio, o desembargador Ricardo Couto.

Com a expectativa do caso não ser concluído hoje pela Corte, o magistrado deve permanecer no cargo. Prestes a completar cinco meses como governador interino, Couto promoveu um choque de gestão marcado por uma faxina em milhares de cargos fantasmas.

Semanas após assumir a caneta do Executivo fluminense, e depois de ter a confirmação no Supremo que sua gestão provisória duraria mais do que os 30 dias previstos inicialmente, o desembargador determinou uma auditoria no governo, fazendo um pente fino nos cargos comissionados. Segundo o último dado atualizado pelo governo para o **Valor**, já foram exonerados até o momento 5.950 desses servidores de um total de 14.340 que estavam na folha de pagamento de março — equivalente a uma diminuição de 41% do quadro de funcionários.

Todos esses cortes representam, segundo o governo estadual, uma economia estimada em cerca de R$ 280 milhões até o fim do ano. A faxina contra funcionários fantasmas é conduzida pela Controladoria-Geral do Estado (CGE) em parceria com o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) do governador. Novas exonerações ainda devem ser feitas à medida em que avançarem auditorias executadas pela Casa Civil e a Secretaria de Governo.

Couto quer ainda transformar o déficit fiscal do Rio, projetado para este ano em quase R$ 19 bilhões, em um superávit. Para isso, ele aposta no Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados e do Distrito Federal (Propag), cuja adesão foi formalizada em junho, e no aumento de receitas, ajudado pela alta do preço do petróleo, que elevou a arrecadação estadual nos últimos meses.

De perfil técnico, Couto busca se esquivar quando é perguntado sobre a disputa político-partidária fluminense. Publicamente, ele quer manter uma imagem de institucionalidade e neutralidade à frente do governo. Nos bastidores, porém, o desembargador se aproximou do ex-prefeito do Rio Eduardo Paes (PSD), líder nas pesquisas de intenção de voto para o governo do Estado.

Por seu trabalho à frente do Palácio Guanabara, Couto também caiu nas graças do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Presença constante nos eventos do mandatário em solo fluminense, o governador interino é frequentemente elogiado pelo petista, que já chamou o desembargador de “milagre da política”. Em uma dessas ocasiões, chegou até mesmo a cometer um ato falho ao afirmar que Couto ficaria no cargo até o fim do ano — essa é uma das questões que deverão ser definidas pelo Supremo.

De acordo com interlocutores, essa proximidade de Lula e Couto abriu as portas para que o presidente venha a indicar o desembargador para uma futura vaga no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Contudo, apesar dos acenos do petista, aliados do governador interino afirmam que ele não deve participar de atos de campanha eleitoral do mandatário no Rio.

Para o julgamento no STF, a expectativa, segundo fontes do governo interino e do próprio Supremo, é que um novo pedido de vista adie por mais 90 dias o julgamento. O **Valor** apurou que a solicitação por mais tempo para análise do caso deve partir ou do ministro Alexandre de Moraes, ou do decano da Corte, Gilmar Mendes. Ambos fazem parte da ala do Tribunal que defende a manutenção de Couto no cargo até o fim do ano.

Entre os argumentos que devem ser usados para isso é que não há mais tempo para convocar uma nova eleição, seja qual for o formato dela, por causa da proximidade do pleito de outubro.

Quando o julgamento foi paralisado, o placar era de 4 a 1 para a realização de eleições indiretas ao governo do Rio. Já se manifestaram os relatores do caso, Luiz Fux e Cristiano Zanin, e os ministros André Mendonça, Kassio Nunes Marques e Cármen Lúcia. Deles, só Zanin defendeu o pleito por votação popular. Além de Dino, Moraes e Gilmar — que compõem o mesmo grupo a favor de Couto —, faltam votar o ministro Dias Toffoli e o presidente da Corte, Edson Fachin.

Porém, antes dos dez ministros se debruçarem sobre o caso, há outros processos cujos julgamentos também estão pautados hoje na Corte. Isso significa que pode não haver tempo hábil para o Supremo discutir o futuro político do Rio. Sendo assim, a avaliação é que, independente do cenário, se houver um novo pedido ou o processo sequer voltar a ser analisado, Couto deve ser mantido na cadeira por mais tempo.

# Crise institucional marca disputa pelo governo do Rio

Do Rio

O Rio vai definir o próximo governador em meio a uma crise inédita no Estado. Apesar do longo histórico de chefes do Executivo estadual presos ou afastados, pela primeira vez o Palácio Guanabara é ocupado pelo presidente do Tribunal de Justiça, o desembargador Ricardo Couto, terceiro na linha sucessória da administração fluminense. A situação singular faz com que esta eleição seja também a primeira em mais de três décadas sem um candidato abertamente ligado à máquina pública.

Couto assumiu em março, após o então governador Cláudio Castro (PL) renunciar na véspera de ser condenado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Na ocasião, a cadeira de vice-governador estava vazia e Rodrigo Bacellar (União Brasil), condenado no mesmo processo que Castro, estava afastado das funções como presidente da Assembleia Legislativa (Alerj). Assim, coube ao desembargador tomar posse como governador interino — função que desempenha desde então, devido à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de mantê-lo no posto enquanto a Corte julga como e se haverá sucessão para o mandato vigente do Executivo.

A crise ditou as movimentações na pré-campanha da disputa ao Guanabara. Ex-aliado de Castro e Bacellar, o atual presidente da Alerj, Douglas Ruas (PL), esperava assumir o governo para se tornar mais conhecido pelo Estado e usar a influência da máquina pública para impulsionar sua candidatura. Seus planos, contudo, foram frustrados pela decisão do Supremo.

Ruas, que tem o apoio do senador e presidenciável Flávio Bolsonaro (PL-RJ), seria o candidato da situação e, antes do imbróglio no STF, tinha ao seu lado o apoio do Centrão diante da perspectiva de concorrer em outubro com o suporte do Guanabara. Quem ocupa hoje essa posição, no entanto, é o principal adversário de Ruas, o ex-prefeito Eduardo Paes (PSD).

Favorito nas pesquisas e disputando pela terceira vez o Guanabara, Paes montou uma coligação de 12 partidos que vai da centro-direita à esquerda, além de ter o apoio extraoficial de parte da federação entre PP e União Brasil — que, até mês passado, estava na chapa de Ruas. O ex-prefeito também é quem mais se aproxima da máquina, embora de forma velada, pela proximidade que estabeleceu com Couto desde que o desembargador assumiu o governo.

A crise no Rio tem sido usada por Paes contra Ruas para colar no rival os desgastes de Castro e Bacellar. O presidente da Alerj, por sua vez, quer se esquivar dos ex-aliados. O bolsonarista não é o único que tenta negar ou esconder alianças, sejam elas antigas ou atuais.

Paes deve fazer isso com o presidente Lula (PT). Apesar do ex-prefeito não negar o apoio ao petista, o mandatário não deve ter presença ativa na campanha do candidato ao governo estadual, que precisa se equilibrar para manter os votos que tem entre eleitores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Eleição vai rivalizar veteranos e novatos da política fluminense

Na esquerda, o Psol, que lançou o vereador William Siri na corrida ao Guanabara, também quer esconder a proximidade que teve com Bacellar durante a gestão do ex-deputado na Alerj. A legenda, que costuma erguer a bandeira da defesa da ética na política e do combate à corrupção, viveu um racha interno e foi criticada pela própria militância depois de toda sua bancada estadual votar pela reeleição do ex-presidente da Alerj.

Agora cassado e preso, Bacellar é acusado de obstrução de Justiça e vazamento de informações sigilosas para impedir a prisão do ex-deputado Thiego Santos, o TH Joias, apontado de ser um braço político do Comando Vermelho. Na época, membros do Psol justificaram que o acordo com o ex-presidente da Alerj seria para manter cadeiras em comissões estratégicas.

Siri afirma que hoje tanto ele quanto o partido avaliam que o apoio foi um erro. O vereador aponta ainda que, após a prisão, o Psol não ficou ao lado de Bacellar. “Nós fizemos as denúncias certas e votamos pela manutenção da prisão do Bacellar. Veja como a extrema-direita votou. Nesta votação está expresso quais parlamentares têm elo próximo com o antigo presidente e hoje presidiário, Bacellar”, diz o candidato do Psol.

Outro que prefere esconder um dos únicos apoios que teve é o ex-governador Anthony Garotinho (Republicanos), que tenta voltar ao Guanabara 24 anos depois de deixar o cargo. O ex-chefe do Executivo do Rio desdenhou do endosso do também ex-governador Wilson Witzel (Democrata), que abriu mão da disputa para apoiar o postulante do Republicanos.

No debate realizado pela Band, Garotinho fez pouco caso do gesto, afirmou que não tinha "nenhum compromisso” com Witzel e disse que ele apenas o escolheu lo por não ter outras opções na disputa.

Garotinho, porém, pode deixar o pleito por questões judiciais. O Ministério Público Eleitoral pediu a impugnação do ex-governador devido a uma condenação contra ele por improbidade administrativa. A defesa do candidato já prometeu recorrer de qualquer decisão negativa que a Justiça eleitoral tomar. Um dos cenários possíveis é que ele concorra “sub judice”. Mas não tomaria posse caso, se eleito, a inelegibilidade for confirmada.

Com Paes e Garotinho na corrida ao governo, a eleição vai rivalizar veteranos e novatos da política fluminense. Enquanto o primeiro desponta, já há alguns anos, como a principal liderança do Estado e o segundo dá nome a um dos maiores clãs políticos do Rio, a maioria dos demais candidatos disputa pela primeira vez um cargo no Executivo. É o caso de Ruas, Siri e do humorista André Marinho (Novo).

“Quando o eleitor olha os principais candidatos, vê praticamente farinha do mesmo saco. Gente que já governou, participou de governo, ocupou cargo público durante décadas ou faz parte das mesmas estruturas políticas que produziram o Rio de hoje. Mudam os partidos, discursos e alianças, mas os personagens e o sistema continuam os mesmos”, diz Marinho.

Procurados, Paes, Ruas e Garotinho não se manifestaram. ***(CZ e JN)***

# Operações da PF e rachas influenciam corrida ao Senado

Do Rio

As sucessivas operações da Polícia Federal no Rio de Janeiro, que agravaram a crise institucional no Estado, e as disputas internas nos grupos políticos marcaram a definição das candidaturas fluminenses ao Senado.

Na direita, os dois postulantes anunciados no início do ano na chapa do presidente da Assembleia Legislativa, Douglas Ruas (PL), o ex-governador Cláudio Castro (PL) e o ex-prefeito de Belford Roxo Márcio Canella (União Brasil), tiveram que abrir mão da corrida à Casa Alta do Congresso após serem alvos de investigações da PF.

Em maio, quando Castro se retirou da disputa, após pressão do próprio PL, houve um racha no partido para definir quem o substituiria no pleito. A sigla bolsonarista só escolheu o senador Carlos Portinho (PL-RJ) para a reeleição meses depois, em julho.

Na ocasião, a pré-candidatura de Canella ao Senado ainda estava mantida, mas já era ameaçada pela investigação da PF. Só no início deste mês o ex-prefeito desistiu e, quando o fez, seu partido anunciou a saída do palanque de Ruas e do presidenciável Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Diante da neutralidade do União Brasil e do PP, siglas federadas, o PL optou por lançar mais um candidato próprio e formar uma chapa pura. O escolhido foi o deputado Carlos Jordy.

“O golpe que o Supremo [Tribunal Federal] deu para não ter eleição suplementar no Rio favoreceu Eduardo Paes [ex-prefeito e candidato ao governo]. Isso fez com que ele atraísse alguns apoios, mas esse cenário não se sustenta”, diz Jordy.

Com os desgastes no PL, Paes (PSD) conseguiu roubar para si aliados que estavam até então com Ruas. Foi o caso do próprio União Brasil, PP e do senador Romário (Sem partido), que deixou recentemente a sigla bolsonarista para apoiar o ex-prefeito do Rio.

Paes escolheu seu braço-direito, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), para disputar uma das vagas ao Senado. O parlamentar aposta em duas estratégias para crescer na corrida. A primeira mira o voto territorial, influenciado pela máquina pública. Para isso, conta com o apoio de parte dos prefeitos fluminenses; só na Baixada, que concentra a maior parcela do eleitorado, Pedro Paulo tem o endosso de 9 dos 13 prefeitos da região.

PL e PT viveram disputas dentro da sigla para fechar as candidaturas à Casa Alta do Congresso

A segunda tática é se aproximar da esquerda, sobretudo na capital, para reduzir a rejeição que tem pela acusação de ter agredido sua ex-mulher. O caso foi arquivado pelo STF em 2016. Mesmo assim, o assunto sempre volta a ser usado como munição contra ele por seus adversários eleitorais.

Para se aproximar do eleitor mais progressista, Pedro Paulo divide palanque com a deputada Benedita da Silva (PT-RJ), também candidata ao Senado. A aliança, porém, causou uma saia-justa à petista. “Tenho uma trajetória de defesa dos direitos das mulheres e não relativizo nenhum episódio de violência, mas entendo que as questões relacionadas ao passado do candidato já foram tratadas no âmbito da Justiça”, diz Benedita.

A candidatura de Bené também criou um racha no PT pela sua suplência. A ala do partido ligada ao vice-presidente Washington Quaquá reivindicou a vaga, mas aliados da deputada pressionaram a direção nacional para indicar Manoel Severino (PT), chefe de gabinete de Benedita e ex-presidente da Casa da Moeda que foi derrubado do cargo, em 2005, no escândalo do Mensalão. No final, Bené saiu vitoriosa da queda de braço.

A aliança entre PT e PSD dividiu a esquerda no Estado, e o Psol lançou a vereadora Monica Benicio para senadora. A sigla critica o “voto útil” pedido por petistas para Pedro Paulo. “O eleitorado de esquerda não vai confiar seu voto a quem foi favorável ao impeachment de Dilma [Rousseff]”, relembra Monica, em referência ao posicionamento do deputado no julgamento contra a ex-presidente.

Também na corrida está o deputado e ex-prefeito do Rio Marcelo Crivella (Republicanos), que conta com forte apoio entre evangélicos. A candidatura do bispo, porém, está na mira da Justiça eleitoral, que deve analisar se mantém a elegibilidade ou não do parlamentar. Procurada, a defesa de Crivella afirma que os processos contra ele não interferem na campanha. ***(CZ e JN)***

**Oriente Médio** Impasse diplomático e retórica inflamada elevam temor de retomada de ataques e levam barril de petróleo a US$ 91

# Sem avanço em Ormuz, Trump diz que não há conversa com Irã

Agências internacionais

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, reiterou ontem não haver negociações em curso com o Irã nem previsão de que os dois países retomem as conversas para pôr fim à guerra. Sem a perspectiva de avanços diplomáticos no curto prazo, o receio de retomada dos ataques na região cresceu, enquanto o status do Estreito de Ormuz continua incerto.

As declarações de Trump ocorreram após o memorando de entendimento, assinado por EUA e Irã em junho, ter expirado. O acordo era uma tentativa de ganhar tempo para negociar um pacto de paz duradouro, mas foi reiteradamente violado por ambas as partes na janela de 60 dias, que se encerrou na segunda-feira.

Em mensagem nas redes sociais, Trump também alegou que o Estreito de Ormuz estava "aberto e operacional", apesar de dados de monitoramento marítimo indicarem fluxo ainda muito abaixo do observado no período anterior ao conflito. "Todas as minas marítimas foram removidas ou detonadas. O bloqueio naval permanece em pleno vigor", disse.

Pouco antes, Mohammad Ghalibaf, principal negociador do Irã, havia afirmado a parlamentares que o estreito não será reaberto até que os EUA retirem o bloqueio aos portos do país, descongelem ativos do Irã, suspendam as ações militares e removam as sanções ao petróleo iraniano, conforme previsto no memorando de junho.

Com o impasse sobre Ormuz, o Brent permaneceu na casa de US$ 91 por barril no fechamento de ontem em Londres, ainda abaixo do pico de US$ 120 do início da guerra, mas alto o suficiente para pressionar os preços da gasolina aos consumidores nos EUA.

Trump tem exigido, sem resultado, que o Irã abra mão da ideia de cobrar pedágio pela passagem de navios, com a alegação de que a travessia do estreito, conforme a situação anterior à guerra, deve permanecer livre e sem encargos ao transporte marítimo.

Teerã, porém, afirma que controlará o tráfego com Omã, ameaçado por Trump por estar negociando um acordo paralelo com o Irã sem a participação dos EUA.

Menos de 10 embarcações têm conseguido fazer a travessia — na segunda-feira, o número teria ido a seis, comparado a apenas duas embarcações no dia anterior, de acordo com dados citados pela Reuters. Antes do início do conflito, cerca de 150 navios cruzavam Ormuz diariamente.

Nos últimos dias, navios continuaram a ser atacados na rota que conecta o Golfo Pérsico ao Golfo de Omã e ao Mar Arábico, enquanto a declaração de Trump sobre a retirada das minas terrestres foi vista com ceticismo, especialmente entre autoridades europeias, que avaliam que o procedimento para retirada desses artefatos militares é lento e exigente. Ontem, o Reino Unido informou que um navio que saía de Ormuz foi atingido por um projétil, que causou danos à casa de máquinas e imobilizou a embarcação.

Ainda assim, a Saudi Aramco retomou na semana passada os carregamentos de petróleo a partir de terminais localizados dentro do Estreito de Ormuz, após semanas de interrupção. A estatal também tem mais navios-tanque aguardando para carregar. E voltou a oferecer cargas de petróleo pesado no mercado à vista, segundo dados de transporte marítimo e fontes do mercado.

Em meio aos temores de retomada do conflito, o Ministério de Defesa dos Emirados Árabes Unidos disse ontem que dois mísseis balísticos foram lançados contra o país a partir do Irã e teriam como alvo o tráfego marítimo, no que seria o primeiro ataque iraniano ao país desde 4 de maio, quando o porto de Fujairah foi alvejado.

O porta-voz do Ministério de Relações Exteriores do Irã, Esmaeil Baghaei, rejeitou a alegação. Em nota, ele afirmou que as "acusações" eram "sem fundamento".

Ainda que a responsabilidade do ataque não tenha sido definida, os Emirados Árabes Unidos disseram que suspenderiam, até novo aviso, o comércio e as transações financeiras com o Irã, "diante das escaladas regionais que comprometem a paz e a segurança regional e internacional".

As declarações de Trump, ontem, refletem as idas e vindas na retórica da Casa Branca, sem que uma solução no terreno militar ou diplomático tenha sido encontrada. Na segunda-feira, ele disse que Washington havia aberto um canal direto com a Guarda Revolucionária do Irã, mas acrescentou, então, que a Casa Branca não tinha pressa para negociar com Teerã, na medida em que estaria lidando com "jogadores de pôquer".

Em outra provocação, Trump publicou ontem um mapa do estreito sob a inscrição "Território dos EUA". Na sexta-feira, em discurso, ele havia prometido derrotar "em breve" o Irã e declarar Ormuz como território americano.

Uma autoridade iraniana, por sua vez, havia dito à Reuters anteontem que o país estaria pronto a "tomar decisões difíceis" e a adotar abordagem "totalmente ofensiva" para o conflito, diante da estagnação das negociações diplomáticas com os EUA.

Mark Cancian, conselheiro do Center for Strategic and International Studies, afirmou à Bloomberg que o regime iraniano mostra disposição para suportar as dificuldades, infligidas também à população, de forma a permanecer por mais tempo no poder.

"Estamos no que chamo de uma guerra econômica de atrito, para saber quem aguenta mais e quem obrigará a outra parte a fazer concessões", acrescentou Cancian.

"A guerra é econômica e de atrito, sobre quem fará concessões"
*Mark Cancian*

## Rússia e Ucrânia intensificam ataques aéreos com drones e mísseis

SERVIÇO DE EMERGÊNCIA DA UCRÂNIA / AP

**Rússia e Ucrânia lançaram grandes ataques aéreos ontem, em uma nova escalada da guerra. O prefeito de Moscou afirmou que a Ucrânia havia lançado 620 drones contra a capital russa e áreas vizinhas, enquanto um ataque de mísseis russos matou 10 pessoas e deixou ao menos 18 feridos em uma vila na região de Kharkiv, no nordeste da Ucrânia. As forças russas derrubaram 180 dos drones sobre a região de Moscou, e os serviços de emergência trabalhavam nos locais onde os aparelhos caíram, segundo o prefeito Sergei Sobyanin. Várias outras regiões sob controle russo, incluindo a Crimeia, também relataram fortes ataques ucranianos. Já o ataque russo na Ucrânia atingiu a vila de Pechenihy, na região de Kharkiv. Segundo o presidente Volodymyr Zelensky, os mísseis atingiram uma área movimentada onde ficam uma agência dos correios, lojas e um café, cercados por edifícios residenciais. Na foto, a destruição causada pelo ataque russo em Pechenihy.**

# EUA impõem sanções a presidente e advogado do TPI

Reuters

Os Estados Unidos impuseram ontem sanções à presidente do Tribunal Penal Internacional (TPI), Tomoko Akane, e ao advogado sênior da corte Abdoulaye Seye, informou o secretário de Estado americano, Marco Rubio.

A medida representa a mais recente escalada na campanha do governo de Donald Trump contra o tribunal sediado em Haia, criado em 2002 pela comunidade internacional para julgar crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade. Os EUA não são membros da corte.

Rubio afirmou em comunicado que estava impondo sanções a Akane, juíza japonesa e presidente do TPI, e a Seye, advogado e cidadão senegalês, com base em uma ordem executiva assinada por Trump no ano passado que autorizou sanções contra a corte.

"Esses indivíduos participaram diretamente dos esforços do TPI para investigar, prender, deter ou processar autoridades cujos governos não consentiram com a jurisdição do TPI", afirmou Rubio.

A corte respondeu que não se deixará intimidar e que mantém firme apoio a seus integrantes. Segundo a instituição, medidas adotadas por países contra juízes, promotores e funcionários que trabalham para cumprir o mandato do TPI enfraquecem o Estado de Direito.

Seye é um dos principais advogados da equipe de acusação que pediu um mandado de prisão contra o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, e foi indicado para concorrer à eleição como juiz do TPI.

A presidente do TPI, Akane, alertou em dezembro que as sanções dos EUA "rapidamente prejudicarão as operações do tribunal em todas as situações e casos, e colocarão em risco sua própria existência".

No ano passado, os EUA impuseram sanções direcionadas a vários funcionários do TPI, incluindo promotores e juízes, citando os mandados de prisão emitidos pelo tribunal contra Netanyahu e o ex-ministro da Defesa de Israel Yoav Gallant, além de uma investigação anterior sobre tropas americanas no Afeganistão.

As sanções congelam quaisquer ativos que essas pessoas tenham nos EUA e, na prática, as excluem do sistema financeiro americano, com o qual quase todos os bancos que operam internacionalmente mantêm estreitos vínculos.

O Departamento do Tesouro também emitiu ontem uma licença geral autorizando a conclusão, até 17 de setembro, de transações envolvendo Akane e Seye.

Três juízes do Tribunal Penal Internacional processaram Trump e seu governo em junho por causa das sanções, argumentando que as medidas eram ilegais.

Grupos de defesa, em duas ações judiciais separadas, afirmaram que a campanha dos EUA viola os direitos constitucionais de organizações que trabalham com o tribunal para buscar justiça por atrocidades cometidas em diferentes partes do mundo.

Rubio afirmou no mês passado que o governo intensificaria os esforços para enfraquecer o TPI, incluindo uma campanha diplomática para convencer outros países a deixar a instituição. De acordo com o secretário de Estado, a corte representa uma ameaça a agentes americanos envolvidos na execução das rígidas políticas de imigração do presidente Donald Trump ou em ataques contra embarcações acusadas de transportar drogas, além de outros integrantes das Forças Armadas dos EUA.

Trump afirmou que a campanha tem como objetivo proteger Netanyahu e outras pessoas de processos, e não a si próprio.

Os EUA nunca foram membros do tribunal. O TPI afirma exercer sua jurisdição quando um Estado-membro não pode ou não está disposto a processar por conta própria os responsáveis por atrocidades.

O estatuto do TPI, no entanto, também confere à corte autoridade para processar crimes graves cometidos no território de Estados-membros por cidadãos de países que não integram o tribunal.

# Redução de exercício militar entre EUA e Coreia gera apreensão na Ásia

**Demetri Sevastopulo**
Financial Times, de Washington

A decisão de Donald Trump de reduzir os exercícios militares conjuntos com a Coreia do Sul aprofundou as preocupações sobre a confiabilidade dos Estados Unidos entre aliados do Indo-Pacífico, que já estavam apreensivos com a retórica americana sobre Taiwan.

No domingo, horas antes de as forças dos EUA e da Coreia do Sul iniciarem o exercício anual Ulchi Freedom Shield, Trump declarou que o treinamento enviaria uma "mensagem hostil" a Pyongyang, ecoando a crítica norte-coreana de que se tratava de um "ensaio para uma guerra de agressão".

A decisão repentina veio logo após o grupo de ataque do porta-aviões USS George Washington deixar o Pacífico rumo ao Oriente Médio, medida que deixará a região sem um porta-aviões americano enquanto a China adota uma postura cada vez mais agressiva.

Michael Green, chefe do US Studies Centre em Sydney, disse que um aliado americano comparou o governo Trump a "ir ao espaço com Sigourney Weaver" no filme Alien.

"O mais recente monstro a despencar do teto foi a ameaça do presidente de cancelar os exercícios militares com a Coreia do Sul", disse Green, que foi assessor da Casa Branca para assuntos da Ásia no governo de George W. Bush.

Os acontecimentos recentes, que ocorrem cinco semanas antes da esperada visita do presidente da China, Xi Jinping, a Washington, enfraqueceram os esforços dos EUA para tranquilizar os aliados na região. Autoridades americanas vêm dizendo aos homólogos que eles deveriam se concentrar nas ações de Trump, e não em sua retórica.

Elbridge Colby, a principal autoridade de políticas do Pentágono, disse a uma plateia em Manila, na semana passada, que os EUA não fariam "exibições de força", mas "falariam suavemente" enquanto carregam o "maior porrete do mundo".

Mas a ordem de Trump para reduzir exercícios militares que, segundo especialistas, ajudam a dissuadir Pyongyang e a enviar uma mensagem à China gerou uma nova ansiedade sobre o compromisso de Washington com a região.

Os aliados asiáticos já estavam preocupados com o impacto da guerra de Trump contra o Irã, que reduziu severamente os estoques de armas dos EUA e atrasou significativamente a entrega de armamentos, incluindo mísseis Tomahawk para o Japão.

O Japão também se alarmou no ano passado quando Trump não defendeu a primeira-ministra do país, Sanae Takaichi, após Pequim criticá-la por dizer que se envolveria em uma guerra por Taiwan caso a China invadisse a ilha.

"Funcionários do governo Trump têm exaltado o 'fortalecimento silencioso e incansável da dissuasão' na Ásia. Mas estão enviando munições essenciais e recursos navais da Ásia para o Oriente Médio, enquanto cancelam exercícios militares com aliados asiáticos", disse Zack Cooper, especialista em Ásia no American Enterprise Institute.

"O governo está agindo de maneira mais branda na Ásia, mas parece ter esquecido de trazer seu grande porrete", acrescentou.

Os acontecimentos comprometem o que várias pessoas descreveram como esforços sólidos do Comando do Pacífico para manter uma forte cooperação com aliados sob o governo Trump.

Green afirmou que, embora a confiança nos EUA esteja no nível mais baixo já registrado no Japão e na Austrália, "o apoio à aliança com os EUA continua perto do maior nível já visto entre os principais aliados americanos na Ásia". Ele atribuiu isso à "ameaça chinesa sem precedentes", bem como à confiança no apoio da população, do Congresso e das Forças Armadas dos EUA às alianças.

O Pentágono recusou-se a comentar as preocupações dos aliados, mas afirmou estar "trabalhando ativamente para executar" a ordem de Trump de reduzir os exercícios.

A apreensão ocorre enquanto Trump se prepara para receber Xi em Washington no próximo mês. Os aliados estão ansiosos em relação à política de Trump para Taiwan, depois que ele disse em Pequim, em maio, que as vendas de armas dos EUA à ilha eram uma "boa moeda de barganha".

"EUA destacam a dissuasão na Ásia, mas enviam armas ao Oriente Médio"
*Zack Copper*

Embora Trump tenha aprovado mais vendas de armas a Taipei do que qualquer presidente dos EUA — incluindo um pacote recorde de US$ 11,1 bilhões em dezembro —, a demora em aprovar um pacote planejado de US$ 14 bilhões gerou alarme em Taiwan.

Muitos especialistas em defesa se opõem à redução dos exercícios conjuntos com Seul, mas Jennifer Kavanagh, diretora de Análise Militar do Defense Priorities, afirmou que os EUA estão excessivamente sobrecarregados no mundo e deveriam pressionar os aliados a fazer mais por sua própria defesa.

"Os EUA não deveriam travar uma guerra contra a Coreia do Norte em nome da Coreia do Sul", disse Kavanagh. "Eu preferiria que os EUA pressionassem a Coreia do Sul a fazer mais para se defender."

Alguns especialistas disseram que a própria Coreia do Sul tem parte da culpa. Entre as frustrações de autoridades de Trump está o fato de o país ainda não ter anunciado projetos relativos ao seu compromisso de investir US$ 350 bilhões nos EUA.

A Casa Branca rejeitou as alegações de que Trump estaria enfraquecendo alianças, afirmando que ele "conseguiu fazer os Estados Unidos serem respeitados novamente".

A porta-voz do governo Trump, Anna Kelly, afirmou: "O presidente [...] está corrigindo décadas de erros de seus antecessores, ao garantir que todas as nossas relações diplomáticas sejam recíprocas."

# Colômbia vê prejuízo de US$ 9,6 bi com terremoto

Reuters

As perdas econômicas provocadas pelo forte terremoto que atingiu a Colômbia na semana passada devem chegar a 30 trilhões de pesos colombianos (cerca de US$ 9,58 bilhões), afirmou o presidente Abelardo De La Espriella.

Espriella disse que o impacto inclui cerca de 24,5 trilhões de pesos em danos a edifícios e 5,5 trilhões de pesos em infraestrutura.

"Imaginem a dimensão do desastre", disse, ressaltando que os números provavelmente sofrerão alterações. "Este é um valor preliminar, que será ajustado à medida que obtivermos mais informações e que os danos forem avaliados em cada uma das regiões."

O terremoto de magnitude 7,4 derrubou edifícios em várias áreas do oeste da Colômbia, incluindo as grandes cidades de Cali e Pereira, deixando 280 mortos, mais de 4 mil feridos e outras 143 pessoas desaparecidas.

Para efeito de comparação, os terremotos que atingiram a vizinha Venezuela em 24 de junho provocaram danos a moradias e à infraestrutura estimados em US$ 37 bilhões, segundo uma avaliação inicial do Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres, divulgada no mês passado.

Ines249

ECONÔMICO
Valor

# Alta de juros nos EUA é um sinal de alerta para o Brasil

Há um bom tempo o status de títulos mais seguros do mundo do Tesouro dos Estados Unidos vem sendo abalado pelas políticas do presidente Donald Trump. O endividamento crescente do país foi acelerado por seu corte de impostos, e a confiança no dólar caiu com suas investidas demolidoras da ordem econômica e comercial global, feitas sob seus caprichos. Ontem, os títulos de 30 anos, um dos instrumentos oficiais de financiamento de longo prazo, pagaram rendimentos não vistos desde 2007 — 5,34%, uma arrancada súbita, porque não haviam ultrapassado a barreira dos 5% até o fim de julho. As taxas dos Treasuries influenciam as demais, que também estão subindo e encarecem o custo de dívidas também altas na maioria dos países desenvolvidos. Com isso, decresce a atração dos títulos soberanos brasileiros, e as captações externas ficam mais caras.

Os dias tranquilos para a rolagem das dívidas do Tesouro estão ficando no passado. Cerca de US$ 10 trilhões da dívida têm de ser refinanciados no ano, além da emissão de novos títulos para cobrir um déficit público estimado em US$ 1,85 trilhão no ano fiscal de 2026. A dívida americana é de US$ 39 trilhões, ou cerca de 124% do PIB, em alta. As ilusões alimentadas por Trump, de que seu tarifaço compensaria as reduções de impostos para empresas, foram por água abaixo com a decisão da Suprema Corte de considerá-las ilegais. Os EUA terão de ressarcir as taxas de importação cobradas, enquanto as novas, feitas com base na seção 301, começaram a ser cobradas em julho.

Com a necessidade a cada dia maior de rolar dívidas, o Tesouro passou a viver a situação inédita de ter que disputar espaço no mercado de dívidas com os papéis que bancarão os megainvestimentos em inteligência artificial (IA), feitos pelas big techs e considerados grau de investimento. Com isso, as taxas dos títulos de 30 anos subiram a 5,34%, contaminando papéis soberanos de países endividados, como Japão (4,16%, quase um recorde histórico), Alemanha (3,78%), França (4,9%) e Grã-Bretanha (5,86%).

Os investimentos em IA pelas grandes companhias americanas no ano estão estimados em US$ 1,9 trilhão, e boa parte deles está coberta por emissões de dívidas. Os efeitos dessa corrida tecnológica se manifestam também por outros caminhos. Os recursos investidos em IA a tornaram o segmento que mais cresce na economia americana e no mundo, aquecendo os preços em vários mercados, que já estavam em alta com a elevação do valor do petróleo causada pela guerra de Trump contra o Irã. A inflação resiste a cair e é um dos fatores a elevar os rendimentos dos títulos longos.

A intervenção do Tesouro americano para amparar o iene, em 31 de julho, já demonstrara o temor subjacente de preservar os títulos americanos do encarecimento. O Japão é o país que mais detém esses papéis, cerca de US$ 1,1 trilhão (junho). As intervenções massivas de seu banco central para conter a desvalorização constante da moeda são feitas com vendas de T-bonds, que tendem a elevar seus yields (rendimentos). O secretário do Tesouro americano, Scott Bessent, usou reservas dos EUA em euros com a finalidade de evitar a alta do custo que a intervenção acarretaria.

A estabilidade e a previsibilidade dos custos do financiamento da dívida americana também estão sendo erodidos por outros fatores. Com previsões de inflação fora da meta de 2% do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), as taxas longas sofrem pressão de alta, que podem ser intensificadas por outros eventos em mercados instáveis como os atuais, sujeitos aos efeitos de duas guerras e do rompimento da ordem geopolítica que reinava. Os fundos de hedge, que buscam ganhos rápidos e se financiam no curto prazo, são os maiores detentores privados de títulos do Tesouro — 8,5% de um estoque de US$ 32 trilhões. As taxas dos treasuries dependem agora também dos resultados das peripécias dos investidores mais agressivos e especulativos do mercado (Financial Times, 14 de agosto).

A curto prazo, dois fatores podem piorar a situação do custeio da dívida americana. Os investidores apostam que o Fed pode elevar os juros pelo menos uma vez até o fim do ano, ou no início do próximo, para conter a inflação, o que pode empurrar as taxas para cima. Por outro lado, o uso dos juros para combater a inflação pode esfriar a economia — não há sinais convincentes de perda de dinamismo da economia dos EUA até agora — e derrubar a arrecadação, elevando o déficit público.

As taxas americanas de longo prazo são a base sobre a qual se acrescem os prêmios de risco para papéis soberanos do Brasil e demais países. As captações externas do governo e de empresas brasileiras ficarão com isso mais caras. A disposição dos investidores para o risco de aplicar em títulos menos seguros, portanto, diminui. O fluxo de divisas externas para o país tende a diminuir, o que pode conduzir à desvalorização do real. Esses movimentos já ocorrem de forma previsível, de forma ordeira e sem sobressaltos, mas compõem um quadro que pode piorar rapidamente em casos de turbulências nos mercados. E incertezas não faltam no cenário externo.

GRUPO GLOBO
**Conselho de Administração**
**Presidente:** João Roberto Marinho
**Vice-presidentes:** José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
**é uma publicação da Editora Globo S/A**
**Diretor Geral:** Frederic Zoghaib Kachar
**Diretora de Redação:** Maria Fernanda Delmas
**Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit**

**Editor-executivo de Opinião**
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)

**Editores-executivos**
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)

**Sucursais**
**Brasília:** Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
**Rio:** Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)

**Editoras de Núcleo**
**Empresas:** Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
**Finanças:** Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)

**Editores**
**Agronegócios:** Patrick Cruz
(patrick.cruz@valor.com.br)
**Brasil:** Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
**Carreira:** Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
**Cultura:** Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)

**Internacional:** Roberto Lameirinhas
(roberto.lameirinhas@valor.com.br)
**Legislação & Tributos:** Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
**Política:** Marcello Corrêa
(marcello.correa@valor.com.br)
**Projetos Especiais:**
Célia Rosemblum
(celia.rosemblum@valor.com.br
**S.A.:** Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
**Tendências & Tecnologia:**
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
**Valor Online:** Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
**Valor PRO:** Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
**Visual Multiplataformas:**
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)

**Repórteres Especiais**
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)

**Correspondente internacional**
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)

**Correspondentes nacionais**
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

**Valor Data**
**Coordenador:** William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)

**Valor Investe**
**Editora**: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

**Pipeline**
**Editora**: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

**Valor International**
**Editor**: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

**Nova Globo Rural**
**Editor-executivo**:
Cassiano Ribeiro
(cassianor@edglobo.com.br)

**Valor PRO**
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
**Valor Econômico** Rua Gerivatiba 207 - 12° e 13° andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

**Departamentos de Publicidade Impressa e On-line**
**SP:** Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333
**Legal SP** 0 xx 3767 1323. **Redação** 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
**Sucursal de Brasília** SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
**Sucursal do Rio de Janeiro** Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

**Publicidade - Outros Estados**
**SP interior e litoral - MMardegan** Marcelo Mardegan. Cel (19) 99251-7817
**Ribeirão Preto - SP - F&Campos** Fernando Campos e Valéria Campos Cel (16) 99787-8159 / (16) 99131-3667
**MT, MS, Região Norte e Nordeste - Canal C.** Carlos Chetto. Cel (71)99617-6800
**ES/MG - Sat Propaganda** Luiz Otavio. Cel (31) 9994-6884
**GO - Realize Comunicação.** Isleika Leite e Alessandra Marinho. Cel (62) 99972-8207 / (62) 99979-6190
**PR - SEC Soluções Estratégicas.** Luiz Carvalho e Mara Araújo. Cel (41) 99974-7316 / (41) 99533-5866
**SC - Marcucci & Gondran Associados** Milton Marcucci. Cel (48) 99982-0100 / (48) 9999-2274 / (48) 99982-2313
**RS - HMR Representações** Hermano Thaddeu. Cel (51) 99987-3165
**Revistas Setorias Financeiro e Especias - Atendimento nacional - Transforme Negócios** Marisa de Assis Stephano Cel (11) 99414-8277

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, WhatsApp e Telegram: **(21) 4002 5300**. Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br** Para assinaturas corporativas: **corporate@valor.com.br** Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência.

Preço padrão (impresso + digital) para a região Sudeste: **R$ 2.098,80 ou R$ 174,90 mensais**. Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel.: 0800 7018888.**
Carga tributária aproximada: 3,65%.

CARBON FREE ID6137 OMQQ

O Valor Econômico não entra em contato para cobrança de multa ou renovação da assinatura. Desconsidere qualquer contato a respeito desses temas.

---

### Normativo prevê participação brasileira só em 2031 no mercado internacional. Por **Renata Amaral e Daniela Geib**

# País corre risco de ficar para trás no mercado global de carbono

O Brasil reúne vantagens competitivas únicas para assumir uma posição de liderança no mercado internacional de carbono. Sua vasta cobertura florestal, a riqueza de sua biodiversidade e o expressivo potencial de geração de ativos ambientais colocam o país em uma posição privilegiada diante da crescente demanda global por soluções voltadas à redução e à remoção de emissões de gases de efeito estufa. Essas características, no entanto, não são suficientes, por si só, para transformar o potencial brasileiro em oportunidades concretas de investimento, desenvolvimento econômico e contribuição efetiva para o enfrentamento das mudanças climáticas.

Para que isso aconteça, é indispensável a construção de um ambiente regulatório capaz de oferecer segurança jurídica, previsibilidade e condições adequadas para o desenvolvimento do mercado. É justamente na direção oposta que parece caminhar a minuta de resolução submetida pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) à consulta pública sobre os Itmos, os Resultados de Mitigação Transferidos Internacionalmente, no âmbito do Artigo 6 do Acordo de Paris.

O mecanismo, em sua essência, é relativamente simples. Um projeto gera reduções ou remoções de emissões de gases de efeito estufa, que podem ser reconhecidas como resultados de mitigação. O governo, então, autoriza a transferência de parte desses resultados a outro país e realiza o respectivo Ajuste Correspondente, procedimento necessário para evitar que a mesma redução seja contabilizada simultaneamente por dois países no cumprimento de suas metas climáticas.

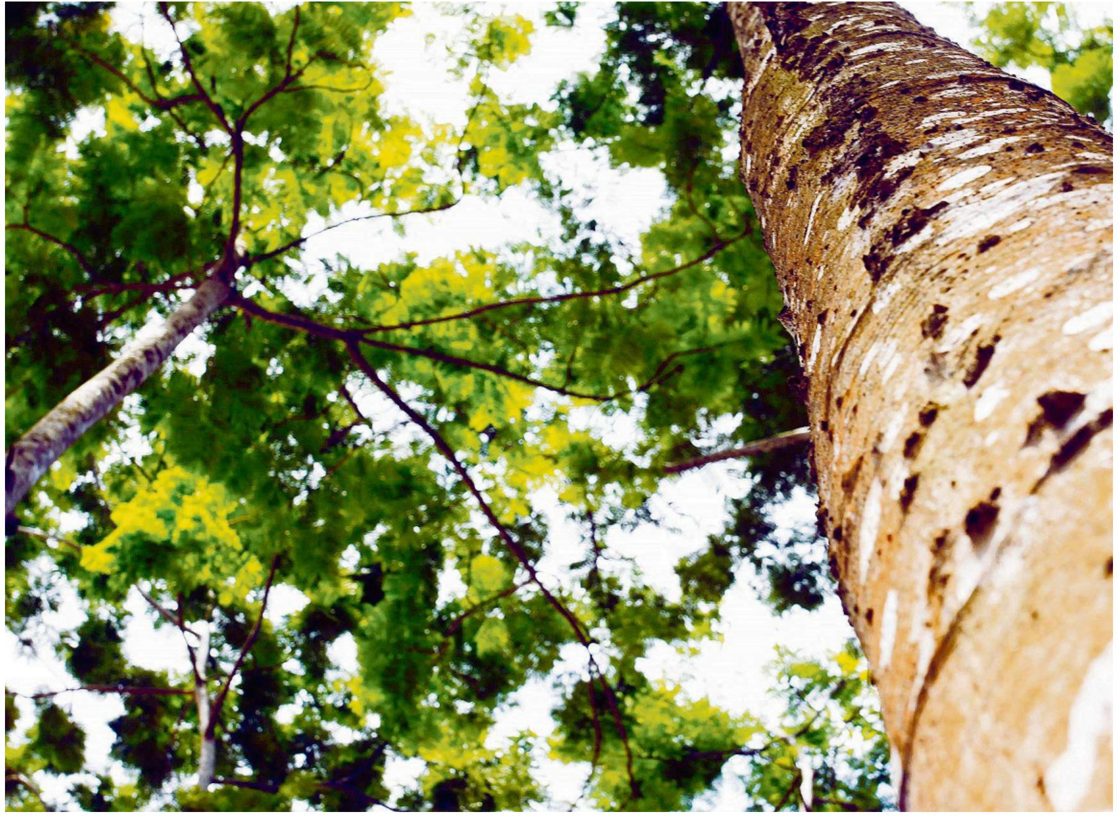
Ao viabilizar essas transações, o Brasil pode atrair investimentos e tecnologia, estimular novos projetos e ampliar seu reconhecimento no mercado internacional de carbono. Não por acaso, o setor privado demonstra forte interesse nesse modelo e nas oportunidades que ele pode abrir. A nova normativa, contudo, ao estabelecer as condições para a participação brasileira, poderá produzir o efeito oposto e comprometer, na prática, o desenvolvimento desse mercado.

O primeiro problema diz respeito ao calendário proposto. Embora o mercado internacional de carbono já esteja em franca expansão e avance com a celebração de contratos, a atração de capital e a estruturação de novos projetos, o texto prevê a participação brasileira com Itmos somente a partir de 2031. A postergação cria um intervalo relevante justamente em um momento de formação e consolidação desse mercado. Enquanto o Brasil permanece fora dessas transações, outras jurisdições avançam, estabelecem relações comerciais, atraem investimentos e ocupam posições estratégicas que poderão ser difíceis de recuperar posteriormente.

O risco, portanto, não é apenas adiar a entrada brasileira, mas reduzir a capacidade do país de competir em condições favoráveis quando finalmente estiver autorizado a participar. Em um mercado que já começou a se organizar, chegar tarde pode significar perder oportunidades, investimentos e espaço para países que oferecem desde já maior previsibilidade aos agentes econômicos.

A insegurança regulatória agrava ainda mais esse quadro.

EVANDRO MONTEIRO/VALOR



Pela proposta, o acesso ao mercado internacional dependerá de chamadas públicas periódicas e da inclusão dos projetos em listas positivas, sem que existam critérios técnicos permanentes, objetivos e previamente definidos para orientar essa seleção. Na prática, isso significa que os agentes interessados poderão ficar sujeitos a editais esporádicos e a regras passíveis de alteração a cada nova rodada, o que reduz a previsibilidade necessária à estruturação dos projetos.

Para investidores de longo prazo, esse ambiente é especialmente desestimulante, já que decisões de alocação de capital dependem de um horizonte minimamente estável e de condições regulatórias conhecidas com antecedência. Quando não há clareza sobre os requisitos de acesso, os prazos ou a continuidade das autorizações, torna-se mais difícil avaliar riscos, planejar investimentos e assumir compromissos de longo prazo. Em vez de incentivar a entrada de recursos, portanto, a proposta poderá aumentar a percepção de incerteza e afastar justamente os agentes capazes de financiar o desenvolvimento desse mercado.

A proposta impõe, ainda, restrições quantitativas cuja justificativa técnica não está suficientemente clara. De um lado, limita a autorização de Itmos a 50% dos resultados de mitigação gerados por cada projeto; de outro, estabelece um teto nacional de 50 milhões de toneladas para transferências internacionais entre 2031 e 2035. A adoção de limites gerais e previamente fixados desconsidera a diversidade dos projetos elegíveis, que podem apresentar características, escalas, custos e impactos bastante distintos.

O texto deixa de considerar de forma individualizada fatores relevantes, como o perfil de cada empreendimento, o volume de reduções ou remoções efetivamente gerado, os cobenefícios socioambientais e os custos envolvidos para viabilização da atividade. Ao determinar percentuais e tetos estanques, a proposta poderá limitar projetos com maior capacidade de geração de resultados e impedir que aproveitem plenamente seu potencial. Na prática, essas restrições tendem a reduzir artificialmente a oferta brasileira disponível para transferência internacional, sem que essa limitação esteja necessariamente relacionada à qualidade ou à contribuição climática dos projetos.

Mais grave: a minuta determina o cancelamento compulsório dos chamados “resultados excedentes”, sem defini-los com precisão. Isso pode significar a retirada de circulação de parcela relevante da produção dos projetos sem qualquer compensação, comprometendo sua viabilidade financeira e desincentivando investimentos em iniciativas de alto custo.

As condicionantes impostas pela proposta vão além do que exige o Artigo 6 do Acordo de Paris, cujo marco internacional já prevê mecanismos adequados para assegurar a integridade ambiental. Camadas regulatórias adicionais sem embasamento técnico elevam custos de transação, enfraquecem a competitividade brasileira e afastam os investimentos indispensáveis à geração de resultados de mitigação em escala. A Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) brasileira não se protege com excesso regulatório, mas com regras inteligentes, previsíveis e proporcionais.

O debate sobre a regulamentação dos Itmos deve buscar equilíbrio entre integridade ambiental, segurança jurídica e condições para o desenvolvimento do mercado. A participação do setor privado é essencial para que as decisões considerem a realidade dos projetos e o potencial brasileiro nesse cenário.

---

**Renata Campetti Amaral e Daniela Geib** são sócia e associada na área de Meio Ambiente do Trench Rossi Watanabe.

# Uma montanha de dívida curta

**Márcio Garcia**

O mundo está cada vez mais endividado. O recente Fiscal Monitor do FMI não poderia ser mais claro: a dívida bruta global chegou a quase 94% do PIB em 2025 e, mantidas as políticas atuais, deve alcançar 100% do PIB em 2029.2 Juros mais altos, pressões permanentes de gasto e mercados mais sensíveis a "deslizes fiscais" vêm estreitando o espaço para que os países posterguem o ajuste. A lição do passado é simples: quando os mercados deixam de financiar uma trajetória insustentável, o ajuste que poderia ter sido gradual torna-se abrupto e muito mais penoso, causando recessão e desemprego elevado.

O problema não se limita às dívidas públicas. A euforia em torno da inteligência artificial está levando as grandes empresas de tecnologia a investir montantes gigantescos em centros de dados, semicondutores e energia. Parte crescente desse investimento vem sendo financiada por dívida. O BIS calcula que os cinco maiores hyperscalers planejaram mais de US$ 1 trilhão em gastos com IA para 2025 e 2026; se os retornos esperados não vierem a ocorrer, a interrupção do financiamento poderá dar lugar a uma prolongada ressaca de investimento. Não seria a primeira vez que uma inovação genuína atrairia mais capital do que os retornos futuros justificariam. Ferrovias, eletricidade e a internet já proporcionaram ganhos duradouros, mas também trouxeram booms e recessões dolorosas.

Para um país como o Brasil, o perigo de uma correção nos mercados norte-americanos é evidente. Um episódio de risk-off elevaria o custo do financiamento externo, depreciaria o real, aumentando a inflação, e exigiria juros domésticos mais altos. Isso ocorreria precisamente quando nossa situação fiscal já inspira crescente preocupação.

O gráfico apresenta uma medida particularmente reveladora da nossa dívida. Somam-se à Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) as operações compromissadas do Banco Central. Essa soma corresponde às aplicações oferecidas pelo Tesouro e pelo BC que, de fato, estão em poder do público. Não é a mesma rubrica oficial da Dívida Pública Federal, mas é uma medida muito mais informativa do passivo mobiliário interno do governo federal que o mercado carrega.

A mensagem do gráfico é preocupante. Em junho, essa dívida, que vem crescendo rapidamente, alcançou 75,6% do PIB. Além disso, a parcela indexada à Selic atingiu 39% do PIB, o que corresponde a 51,5% do total. Os títulos prefixados representavam 14,7% do PIB; os indexados à inflação, 18,2%; e os atrelados ao câmbio, 3,7%[1]. Ou seja, mais da metade do estoque passou a acompanhar imediatamente a taxa básica de juros.

Por que isso importa? Porque a Selic é o instrumento com que o Banco Central tenta conter a inflação. Quando a política fiscal expande a demanda e as expectativas de inflação se deterioram, o BC precisa elevar a Selic. Com uma fração tão grande da dívida indexada à taxa diária, a alta de juros é transmitida quase de imediato à despesa financeira do governo. O fiscal piora, o prêmio de risco sobe, o BC precisa trabalhar ainda mais e a dívida cresce ainda mais rapidamente. Forma-se um círculo vicioso.

Vale mencionar também que um dos canais de transmissão de um aperto monetário é o efeito riqueza negativo sobre títulos de renda fixa. A indexação à Selic elimina esse canal, o que dificulta ainda mais a tarefa do BC.

Há uma razão para o Tesouro recorrer tanto à Selic. Títulos prefixados longos perdem muito valor quando os juros sobem. Essa sensibilidade, denominada duração, é tanto maior quanto mais distante estiver o vencimento. Já a LFT, indexada à Selic, tem duração econômica de um dia: seu valor não oscila com as variações da taxa Selic. Isso permite vender títulos de prazo longo a investidores avessos ao risco de juros. Mas o preço desse expediente é transformar uma dívida formalmente longa em uma dívida economicamente curta.

**O endividamento público crescente e mais curto é o sintoma mais preocupante de nossa crise fiscal**

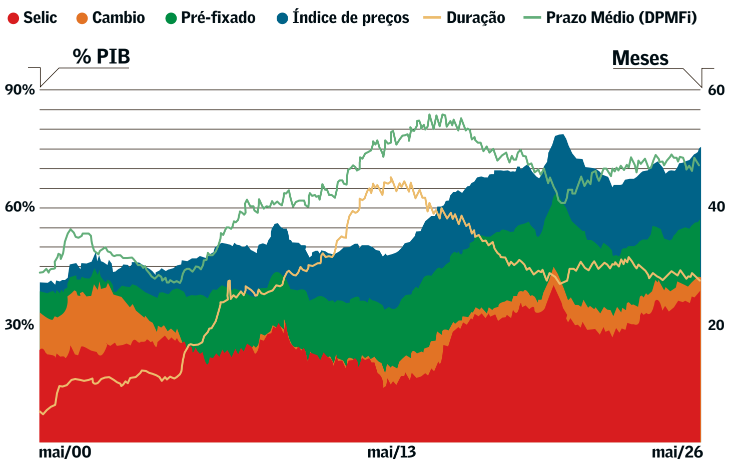
As duas linhas do gráfico reforçam o ponto. O prazo médio da DPMFi atingiu 55,7 meses em outubro de 2015; sua duração, 45 meses em abril de 2014. Em junho de 2026, os números caíram para 46,9 e 27,3 meses, respectivamente. A redução é expressiva, sobretudo desde meados da década passada, quando a participação de investidores estrangeiros era maior e a colocação de títulos longos, mais fácil. Hoje, com investidores mais reticentes e a dívida em crescimento acelerado, a aparente tranquilidade do prazo médio esconde uma vulnerabilidade muito maior.

Não chega a ser um consolo que a alta dívida seja um problema mundial. Ao contrário: quando vier o próximo episódio global de aversão ao risco — o próximo risk-off —, os países que não reconstruíram espaço fiscal serão os primeiros a sofrer. O mercado parece apostar que a necessidade imperiosa de um ajuste levará o próximo presidente a promovê-lo em 2027. É uma aposta infundada. O atual presidente, líder nas pesquisas, continua caminhando na direção oposta, ampliando os gastos e enfraquecendo o quadro fiscal.

Ignorar o problema não o faz desaparecer. O faz-de-conta só amplia o tamanho da conta — e da crise — quando afinal chegarem.

### Dívida mobiliária federal com o público

DPMFi mais operações compromissadas do BC (em % do PIB)



Fonte: Tesouro, Banco Central e cálculos do autor. Última observação: junho de 2026

---

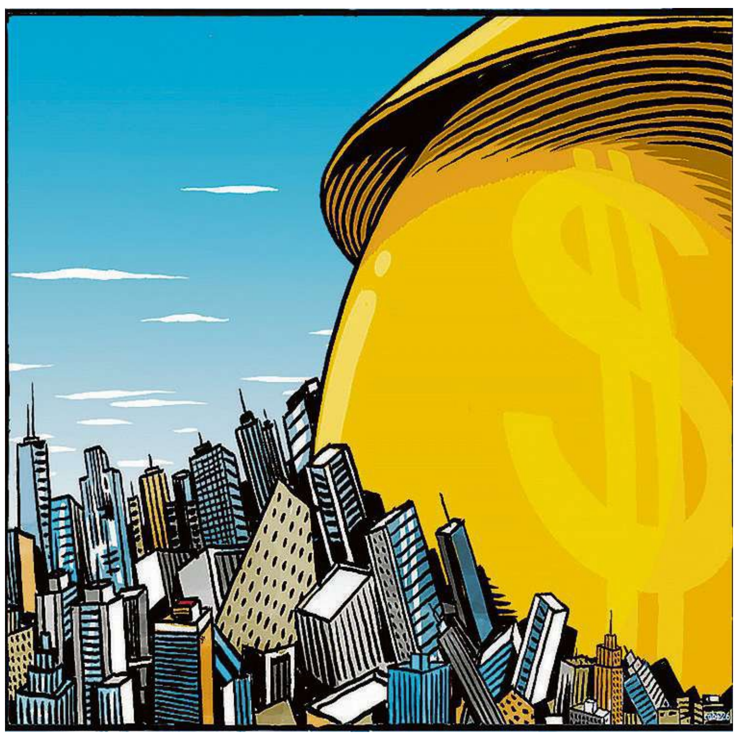
*[1] Conto os swaps do BC como equivalentes a títulos indexados à taxa de câmbio. Esse tratamento reduz a parcela indexada à Selic no montante dos swaps.*

**Márcio G. P. Garcia** é Professor Titular do Departamento de Economia da PUC-Rio, Pesquisador Afiliado ao MIT Sloan School of Management, Pesquisador Sênior do CNPq e Cientista do Nosso Estado da FAPERJ. Escreve mensalmente neste espaço.

---

A concorrência de importações é apenas metade da história. Por **Michael Strain**

# O mito do choque da China



Poucas questões no debate público são incontestáveis. Mas a narrativa de que a decisão dos Estados Unidos de abrir o comércio com a China, motivada por interesses das elites, levou à perda de um grande número de empregos na indústria manufatureira e à desindustrialização chega perto disso. Democratas e republicanos, a imprensa tradicional, comentaristas de diferentes correntes e até mesmo economistas sustentam, promovem e defendem essa versão dos acontecimentos. No entanto, ela é totalmente equivocada.

Será que o aumento do comércio dos EUA com a China após a decisão de 2000 de normalizar as relações comerciais e a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, levou a uma grande redução do emprego na indústria de transformação? Em um estudo de 2013, os economistas David Autor, David Dorn e Gordon Hanson concluíram que o aumento da exposição à concorrência das importações chinesas esteve associado a uma redução líquida de 1,5 milhão de empregos na indústria manufatureira dos EUA entre 1990 e 2007. Em um trabalho com Daron Acemoglu e Brendan Price, eles constataram que até 2,4 milhões de empregos foram perdidos até 2011 em decorrência da competição com as importações chinesas.

Para avaliar se esses são números elevados de empregos perdidos, é preciso colocá-los no contexto da dinâmica mais ampla do mercado de trabalho dos EUA. De 2000 a 2007, mais de cinco milhões de trabalhadores, incluindo cerca de 425.000 trabalhadores da indústria manufatureira, deixaram seus empregos ou foram desligados por seus empregadores em um mês típico. Não houve nada excepcional naquele período — números parecidos foram registrados nos últimos cinco anos.

Além disso, quando se trata de liberalização do comércio, a concorrência das importações é apenas metade da história. Nos anos 80, 90 e 2000, o comércio com a China e a globalização de modo mais amplo também abriram oportunidades crescentes para os exportadores americanos.

**Uma lição correta a extrair dos anos 2000 é que é mais difícil do que economistas e autoridades imaginavam para os trabalhadores migrarem de um setor com oportunidades econômicas em declínio, para outro com oportunidades em expansão**

A teoria econômica sugere que a liberalização comercial deveria ter pouco efeito sobre o emprego agregado nos EUA, porque as perdas de postos de trabalho decorrentes da competição das importações podem ser compensadas pela criação de empregos em empresas de setores voltados para as exportações. O economista Robert Feenstra e seus coautores procuram levar em conta os dois lados dessa equação.

Em um estudo de 2019, Feenstra e seus colegas confirmam o resultado conhecido como "choque da China". Estimam que 1,9 milhão de empregos foram perdidos entre 1991 e 2011 em decorrência da concorrência das importações da China, com um número ainda maior de postos de trabalho perdidos devido à concorrência das importações globais. Mas eles também concluem que aproximadamente o mesmo número de empregos foi criado graças à expansão das exportações.

Também é preciso considerar que a participação da indústria manufatureira no emprego total dos EUA seguiu uma trajetória de queda relativamente gradual desde o início dos anos 50 até a crise financeira de 2008, quando a desaceleração do crescimento da produtividade fez com que essa tendência perdesse força. O declínio, portanto, antecede o "choque da China" em décadas. E não houve nenhuma mudança evidente na trajetória da participação da indústria no emprego em 2000 ou 2001, o que é compatível com a visão de que, no longo prazo, a redução do emprego industrial foi impulsionada principalmente pelo aumento de produtividade, e não pela concorrência comercial.

Por fim, os EUA não decidiram abrir o comércio com a China nos anos 90 da mesma forma que eu decidi tomar um terceiro expresso esta manhã. A decisão não foi nem de longe tão simples ou fruto de um único ato.

Sim, a China recebeu dos EUA o status de relações comerciais normais permanentes em 2000 e ingressou na OMC em 2001. Mas os EUA vinham renovando anualmente o status de relações normais da China desde 1980, e o comércio americano com a China cresceu rapidamente nas duas décadas anteriores ao seu ingresso na OMC. Segundo meus cálculos, a participação da China no total das importações americanas aumentou durante os anos 80, atingiu 2,5% em 1989, mais que dobrou para 5,4% em 1993 e alcançou 8% em 1999.

A tendência prosseguiu depois da entrada da China na OMC. A participação chinesa no total das importações americanas dobrou novamente, de 8,2% em 2000 para 16,4% em 2007. Mas mesmo isso superestima o papel da política americana na facilitação do chamado choque da China. As exportações chinesas continuaram crescendo em parte porque os EUA eliminaram a incerteza criada pela renovação anual, até 2000, das regras que regiam a política comercial. Elas também cresceram devido às reformas internas pró-mercado adotadas pela China — incluindo a redução das próprias tarifas de importação.

Tampouco a decisão dos EUA de comercializar com a China foi tomada por uma elite obscura. As exportações chinesas para os EUA cresceram como resultado de milhões de decisões individuais e descentralizadas. Durante os anos 80 e 90, os consumidores e as empresas dos EUA passaram a optar cada vez mais por produtos fabricados na China, uma tendência que continuou depois da entrada do país na OMC.

É errado apresentar o "choque da China" como evidência de que a liberalização do comércio prejudica a classe trabalhadora, ou de que uma elite poderosa, obscura ou nefasta toma deliberadamente decisões isoladas que prejudicam a maioria dos americanos.

As lições corretas a extrair dos anos 2000 são que é mais difícil do que economistas e autoridades imaginavam para os trabalhadores migrarem de um setor com oportunidades econômicas em declínio, para outro com oportunidades em expansão. Além disso, os trabalhadores estão menos dispostos a se mudar de regiões onde as oportunidades estão diminuindo do que no passado – quanto mais no ritmo necessário para estabelecer no novo equilíbrio agregado no mercado de trabalho.

Essas duas lições são amplamente aplicáveis, e as autoridades deveriam tê-las sempre em mente à medida que os avanços na inteligência artificial generativa prosseguem. Elas deveriam estar abertas a novos tipos de políticas — por exemplo, oferecer assistência pública à mudança para trabalhadores de localidades duramente atingidas por recessões econômicas e, potencialmente, conceder subsídios significativos à renda para ajudar trabalhadores em transição.

Mas as autoridades não deveriam erguer barreiras em torno da economia nem tentar desacelerar o ritmo das mudanças tecnológicas. Elas deveriam encarar o futuro com otimismo, e não com medo — livres da visão equivocada de que o dinamismo e o liberalismo econômico são obstáculos à prosperidade no longo prazo, e não seus principais motores. ***(Tradução de Mário Zamarian)***

**Michael R. Strain**, diretor de estudos de política econômica do American Enterprise Institute, é o autor, mais recentemente, de "The American Dream Is Not Dead (But Populism Could Kill It)" (Templeton Press, 2020). Direitos autorais: Project Syndicate, 2026. **www.project-syndicate.org**

---

## Frase do dia

"O investidor quer ver mudança nos pontos que tornam o Orçamento completamente disfuncional".

**Da economista-chefe para a AL do BNP Paribas, Fernanda Guardado**

## Cartas de Leitores

### Censura

A Câmara dos Deputados, por meio da Comissão Editorial, presidida pelo deputado federal Lafayette de Andrada (PL-MG), vetou trechos de uma publicação institucional sobre a Independência do Brasil que fazia referência ao nefasto período da ditadura militar. Outras censuras impostas pela comissão atingiram temas relacionados aos direitos indígenas, ao período em que o Brasil liderou as tropas no Haiti, à Guerra do Paraguai e a referências à tortura. A censura imposta é, por si só, um ato gravíssimo e uma tentativa de jogar para baixo do tapete períodos sombrios da nossa história.

**Marcus Aurelio de Carvalho**
santistax2@gmail.com

### Partidos

Muitos partidos políticos no Brasil se tornaram verdadeiras agremiações de família, isso porque devido à velha prática do "toma lá, dá cá", a disputa pelo poder desses partidos acaba sempre na direção e controle de velhos políticos de carreiras, que em sua maioria é formada por familiares e parentes. Muitos cidadãos que se filiam nesses partidos sequer conseguem registrar seus pedidos de pré candidaturas em convenções, diga-se de passagem sem transparência e devida lisura que o processo exige. São cidadãos do povo, que querem participar desse jogo politico, mas encontram as mais variadas barreiras impostas pelos caciques políticos, que escolhem quem pode e não pode participar do processo eleitoral.

Isso acaba afetando não o ingênuo cidadão que quer ter voz ativa e politica num partido, é algo muito mais abrangente na própria Democracia e Liberdade política de nossas cidades, Estados, e do próprio país.

Creio que deveria haver mudanças neste processo eleitoral. Todo cidadão filiado a um partido, e que quisesse se candidatar a um cargo nas eleições, deveria ter opção de fazer seu pedido de registro de candidatura junto aos foruns eleitorais dos Tribunais regionais, e não junto aos partidos. Pois em nossa atual conjuntura partidária, só dessa maneira, o cidadão teria certeza que seu registro para ser candidato seria oficializado. Depois sim, nas convenções, que também no meu ponto de vista deveriam ser assistidas pela Justiça Eleitoral, seu pedido seria ou não promulgado.

**Célio Borba**
celioborbacwb@gmail.com

### Eleições

Conforme informação de O Globo, a inadimplência já atinge 9,1 milhões de empresas e atrás de um CNPJ tem um ou mais CPFs. Há 83,9 milhões de pessoas negativadas no Serasa. Se a teoria de Bruno Carazza ("A eleição será decidida pelos endividados") estiver certa, o governo dificilmente vencerá a eleição. É a inadimplência, estúpido!

**Vital Romaneli Penha**
vitalromaneli@gmail.com

Correspondências para
Rua Gerivatiba 207 - 12° e 13° andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

**Eleições** Agenda que promete saúde universal, impostos para os bilionários e moradia acessível ganha tração na oposição a Trump, que classifica adversários como radicais

# Apoio ao socialismo cresce nos EUA e embaralha primárias democratas

**Guy Chazan**
Financial Times, de Nova York

Se você achava que o socialismo americano se resumia a grupos de leitura marxistas e piquetes, pense novamente. Hoje em dia, é provável encontrar ligas de softball, clubes de artesanato e "coquetéis com camaradas".

Esses são os atrativos que os Socialistas Democráticos da América (DSA, na sigla em inglês) oferecem aos curiosos membros da Geração Z que procuram um novo lar político. E eles parecem estar funcionando.

Antes um dos mais marginais entre os grupos marginais, o DSA agora tem quase 130 mil membros, contra 5 mil há 15 anos. E estão vencendo primárias democratas em todo o país.

Megan Romer, copresidente nacional, disse que o crescimento refletia uma profunda frustração com um sistema que, segundo ela, estava deixando de atender aos jovens. "As pessoas estão pensando: bom, tudo bem, o capitalismo não está funcionando. Então, o que mais existe?", disse ela.

Com as devidas desculpas ao "Manifesto Comunista", de Marx, um espectro ronda os Estados Unidos — o espectro do socialismo. A plataforma — moradia acessível, saúde universal, faculdade gratuita para todos e impostos mais altos sobre os bilionários — vem ganhando popularidade entre os eleitores mais jovens, cansados dos remédios tradicionais para os males dos Estados Unidos.

Uma pesquisa da Gallup realizada no ano passado constatou que 66% dos democratas tinham uma visão positiva do socialismo, ante 50% em 2010. Enquanto isso, uma pesquisa da The Economist/YouGov em junho constatou que 62% dos democratas votariam em um candidato que se identificasse como socialista democrático.

É uma reviravolta surpreendente para ideologia que costumava ser um palavrão nos Estados Unidos. Para muitos, o socialismo parecia uma afronta ao individualismo obstinado e à autossuficiência vigorosa que definiam o ideal americano.

Mas seu renascimento é real. A vitória de Zohran Mamdani na eleição para prefeito de Nova York no ano passado foi o ponto de virada. Neste ano, integrantes do DSA venceram primárias democratas em Nova York, Denver, Filadélfia e Washington DC, muitas vezes derrotando moderados apoiados pela liderança do partido.

No início do mês, o progressista Abdul El-Sayed, cujas ideias de política pública se sobrepõem à agenda do DSA, provocou ondas de choque no establishment democrata ao vencer a primária para o Senado em Michigan.

Isso não representa, porém, a varredura completa que alguns previam. Nesta semana, Francesca Hong, do DAS, perdeu para uma rival moderada em tentativa de se tornar a candidata democrata ao governo de Wisconsin. A campanha de Hong enfrentou turbulências depois que veio à tona um antigo tuíte no qual ela defendia o cancelamento do Dia de Ação de Graças.

Esses excessos "woke" permitiram aos republicanos pintar o DSA como um grupo de radicais perigosos. Eles têm munição de sobra: a plataforma do grupo pede a abolição da polícia e das prisões, a extinção da Presidência e do Senado e a derrubada do sistema capitalista de livre mercado dos EUA.

Falando em Las Vegas no início deste mês, o presidente Donald Trump disse que o Partido Democrata agora estava cheio de "comunistas" que "querem levar sua ideologia ruinosa e mortal, de miséria e degradação, a todos os Estados da América".

Mas, ironicamente, alguns republicanos começam a defender ideias que não pareceriam deslocadas em um manifesto do DSA. Trump, por exemplo, disse que seu governo estava considerando adquirir participações acionárias em grandes empresas de IA. Ele também tomou medidas para proibir grandes investidores institucionais de comprar casas unifamiliares, como parte da resposta à crise de acessibilidade habitacional.

ADAM GRAY/BLOOMBERG

¡CONGELA LA RENTA!
NO INCREASES ON ALL LEASES
FREEZE THE RENT!
NEW YORK CITY DEMOCRATIC SOCIALISTS OF AMERICA
FREE THE RE
DEMOCRATIC SOCIALISTS OF AMERICA NYC DSA NEW YORK CITY
FREEZE THE RENT
NO INCREASES ON ALL LEASES

**Cansados dos remédios normais para os problemas do capitalismo, eleitores têm aderido à plataforma do movimento Socialistas Democráticos da América**

O vice-presidente J.D. Vance, que se descreve como "pró-trabalhador", foi além, dizendo que os EUA deveriam fortalecer os sindicatos. "É preciso dar aos trabalhadores algum lugar à mesa de negociações", disse ele ao podcaster Joe Rogan em julho. "Nossos trabalhadores não têm poder de negociação suficiente."

Apesar da sobreposição entre o populismo econômico da direita e da esquerda, o sucesso da mensagem do DSA causa preocupação no Partido Democrata. Centristas temem que candidatos do DSA afastem eleitores convencionais e prejudiquem as chances do partido de recuperar o controle do Congresso nas eleições de meio de mandato, em novembro.

"Os socialistas democráticos são lançadores de bombas, não solucionadores de problemas" escreveu no X, em junho, o deputado democrata Josh Gottheimer. "Eles declararam guerra aos democratas de bom senso, o que só vai levar a mais impasses, disfunção e famílias trabalhadoras pagando o preço."

Especialistas concordam que esses candidatos têm pouco apelo entre os eleitores de centro nos Estados-pêndulo, que cada vez mais determinam o resultado das eleições nacionais nos EUA.

"Alguns dos chamados socialistas democráticos mais radicais foram eleitos em distritos extremamente progressistas de Nova York, por pessoas com diplomas universitários, não por integrantes da classe trabalhadora", disse Theda Skocpol, professora de ciência política em Harvard.

As conclusões dela são corroboradas por uma pesquisa nacional realizada neste mês pelo FT e pela Focaldata. Quando questionados sobre prioridades, os democratas apontaram questões econômicas básicas, como inflação, empregos e a proteção de programas federais de benefícios, como a previdência social e o Medicare.

> "As pessoas pensam: o capitalismo não está funcionando. Então, o que mais existe?", *Megan Romer*

As bandeiras favoritas dos progressistas tiveram menos popularidade. Menos de um em cada cinco entrevistados disse que os legisladores deveriam acabar com a ajuda militar dos Estados Unidos a Israel, abolir a Agência de Imigração e Alfândega dos EUA (ICE) ou elevar o salário mínimo federal.

De fato, muitos acreditam que o recente sucesso eleitoral dos socialistas reflete mais um profundo sentimento de frustração com o status quo do que uma adesão repentina ao progressismo.

"[Os eleitores] estão com raiva de Trump, mas não apenas dele. Estão com raiva de modo geral, e alguns deles estão virando a mesa ao votar em pessoas da franja radical", disse Matt Bennett, cofundador do think tank Third Way. "Mas isso não é o mesmo que dizer que eles querem o socialismo".

Matt Dallek, professor de gestão política da Universidade George Washington, compara o estado de espírito do eleitorado ao de Howard Beale, o âncora de telejornal do clássico filme "Rede de Intrigas", de 1976, que incentiva os espectadores a gritarem pelas janelas: "Estou louco da vida e não vou mais aceitar isso!"

"É um grito primal", disse.

O socialismo não é totalmente estranho à tradição americana. Em 1912, o candidato do Partido Socialista, Eugene Debs, obteve mais de 900 mil votos na eleição presidencial, ou 6% do total.

Mas o "Pânico Vermelho" dos anos 1920 e as perseguições macarthistas dos anos 1950 empurraram o movimento para uma situação de quase irrelevância.

Michael Kazin, professor de história da Universidade Georgetown e especialista na esquerda americana, disse que o socialismo não conseguiu avançar nos EUA da mesma forma que na Europa devido ao sucesso do capitalismo americano, à ausência de um passado feudal nos EUA e à consolidação precoce de um sistema bipartidário, que excluiu os partidos marginais.

Mais importante, "a principal linha divisória em termos de consciência social nos EUA tem sido a raça, não a classe", afirmou.

Contudo, a atração pelo socialismo cresceu à medida que o fascínio pelo capitalismo diminuiu. Gustavo Gordillo, copresidente do núcleo do DSA em Nova York, identifica, como ponto de virada, a crise financeira global de 2008 e as dificuldades enfrentadas por pessoas de sua geração para encontrar emprego durante a Grande Recessão que se seguiu.

"Tantos millennials cresceram com a expectativa de que, se trabalhassem duro, poderiam ter uma vida melhor que a de seus pais", disse. "Basicamente, ninguém viveu isso", completou Kazin.

A frustração com o que ele chama de "promessa quebrada do modelo econômico americano" alimentou o movimento Occupy Wall Street de 2011. A campanha de Bernie Sanders pela indicação democrata à Presidência em 2016 e a surpreendente vitória de Alexandria Ocasio-Cortez, integrante do DSA, nas primárias de 2018, consolidaram o renascimento do socialismo.

Alguns consideravam essa mudança inevitável. "Se você tem uma sociedade extremamente desigual, vai produzir algum tipo de resposta igualitária", disse Bhaskar Sunkara, editor da "Jacobin", uma revista socialista. "E, desde meados do século 19, o nome mais comum para essa resposta igualitária tem sido o socialismo."

As percepções sobre a política de esquerda também estão mudando. Após a queda da União Soviética e o fim do comunismo, o socialismo perdeu grande parte de sua carga histórica negativa.

"Isso não assusta tanto as pessoas, especialmente os jovens que cresceram depois da Guerra Fria", disse Kazin. "Se perguntar a eles o que o socialismo realmente significa, dirão: um Estado de bem-estar social maior, o governo cuidando das pessoas. Não significa acabar com o capitalismo."

O apoio entusiasmado do DSA aos direitos dos palestinos e a condenação da guerra de Israel em Gaza também garantiram ao partido uma legião de novos admiradores. Mas foi a prefeitura de Mamdani que talvez tenha feito mais para melhorar a imagem do socialismo, disse Grace Mausser, copresidente do núcleo do DSA em Nova York. Desde que assumiu o poder, o jovem de 34 anos agradou sua base ao ampliar a oferta de creches gratuitas e supervisionar um amplo congelamento dos aluguéis.

"Podemos apontar para Nova York e dizer que um prefeito socialista cumpriu suas promessas", disse Mausser. "Fizemos progressos concretos, e isso em apenas sete meses."

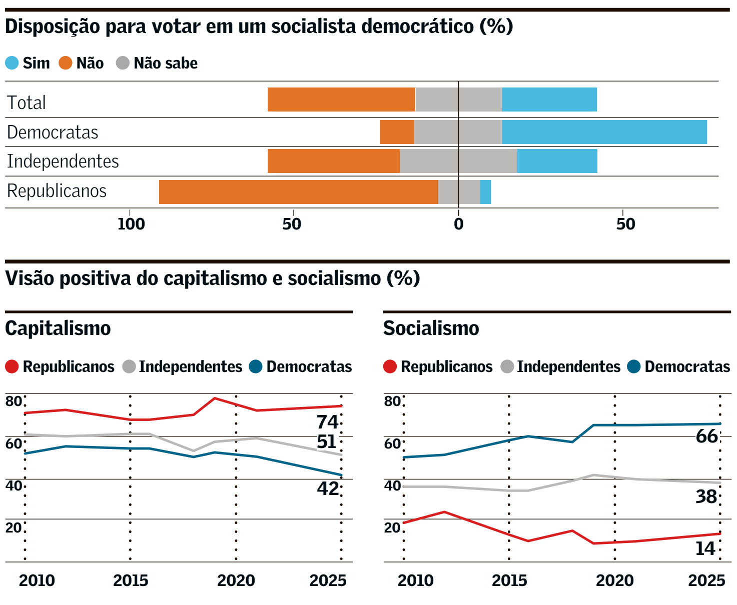
A influência do DSA já se espalha muito além de seu reduto, no chamado "corredor comunista" do Brooklyn e do Queens. O grupo está abrindo novos núcleos em áreas conservadoras, como a Carolina do Norte e o oeste do Texas. Há vereadores do DSA em San Antonio e Corpus Christi, no Texas, e um socialista democrático representa um subúrbio de Atlanta na Assembleia Legislativa da Geórgia.

O grupo também está tentando combater a imagem austera e ampliar o alcance com mais atividades sociais divertidas — festas na praia, churrascos e noites de cinema. Filmes como "A Caçada ao Outubro Vermelho", que retratam os comunistas como "a pior e mais ridícula caricatura de vilões que já existiu", eram particularmente populares, disse Romer.

"Estamos competindo com a Netflix, não é?", disse. "Construir essa coesão social é uma parte importante da construção do movimento." ***(Tradução de Marina Della Valle)***

## Esquerda avança entre os americanos

Apoio ao socialismo cresce entre os democratas



Fonte: Pesquisa The Economist/YouGov (margem de erro de 3,2 pontos percentuais para mais ou para menos) e Gallup

**Disputa**
Disney e ABC acusam agência federal dos EUA de pressão política
B7

## Mineração

Energia limpa, reservas expressivas e situação de equidistância geopolítica favorecem a posição brasileira Valor Setorial

Minerais críticos
As cartas do país no jogo geopolítico
Critical minerals
Brazil's cards in the geopolitical game
Agosto 2026
Valor Econômico
Setorial
Mineração
Barragens
Os novos modos de dispor rejeitos
Waste management
New ways of disposing of tailings
www.valor.com.br

Ines249

## Eleições

Mudanças na legislação fazem o número de candidatos cair pela primeira vez em 20 anos no país A14

## Educação

Entidade busca R$ 60 milhões para expandir bolsas de estudo a brasileiros no exterior, diz Stephanie Passos A2

Quarta-feira, 19 de agosto de 2026
Ano 27 | Número 6571 | R$ 10,00
www.valor.com.br

# Valor ECONÔMICO

CAPA PROMOCIONAL

O MINISTÉRIO DA CULTURA E PETROBRAS APRESENTAM

SP GASTRONOMIA

Vai começar o festival
MAIS GOSTOSO DE SÃO PAULO

SHOWS

PÉRICLES ✦ FERRUGEM ✦ SILVA ✦ MÃEANA CANTA JG
GABRIEL O PENSADOR ✦ BEATLES PARA CRIANÇAS
BENTO GIL E FLOR GIL CANTAM GILBERTO GIL

AGOSTO
21 a 23 | 28 a 30
SEMANA 1 | SEMANA 2

Parque Villa-Lobos
Ilha Musical

VIRE A PÁGINA

O MINISTÉRIO DA CULTURA E PETROBRAS APRESENTAM

# SP GASTRONOMIA

## RESTAURANTES

A CASA DO PORCO ✦ CAMÉLIA ÒDÒDÓ ✦ CERATTI ✦ ELEA FORNERIA
CITTADINO (GRAND HYATT SÃO PAULO) ✦ HOLY BURGER
LUIZA LAFER CONFEITARIA ✦ MAKE HOMMUS. NOT WAR
MIRÁ PADARIA AUTORAL ✦ MOCOTÓ ✦ MOELA/SURURU ✦ MULI
OSSO ✦ QT PIZZA BAR ✦ O MIRANDÊS ✦ SUSHI VAZ/NORI VAZ ✦ TRE BIMBI

TRE BIMBI
SPG

Confira a programação
e adquira seus ingressos:
**spgastronomia.com**
**@spgastronomia**

Apresentação
Lei Rouanet
BR PETROBRAS

Oferecimento
PREFEITURA DE SÃO PAULO

Patrocínio Master
elo | enel BRASIL

Patrocínio
vivo

Apoio
sabesp · SulAmérica · REDE D'OR · GARRAFARIA · cielo · EMS É MAIS SAÚDE · Lacday Long Action

Participação
CERATTI · KALASSI · HEINZ EST. 1869 · BR Spices

Companhia Aérea Oficial
GOL

Café Oficial
L'OR

Hotel Oficial
GRAND HYATT SÃO PAULO

Produção
ANIKA

Parceiro de Mídia
eletromidia

Assessoria
InPress | PORTER NOVELLI

Corretora de Seguros Oficial
event film freela SEG

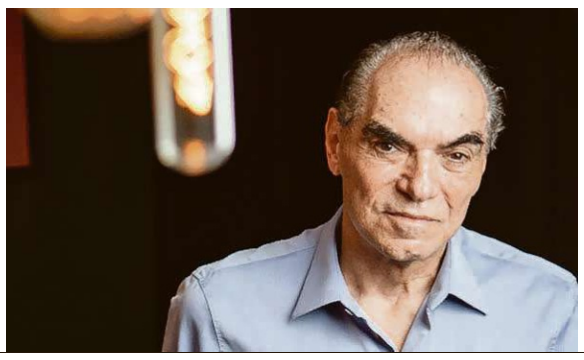
Parceiro ESG
magikk

Local Oficial
PARQUE VILLA-LOBOS

Realização
O GLOBO · CBN · Valor ECONÔMICO · MINISTÉRIO DA CULTURA

Ines249

**Varejo**
Sócio minoritário e credor da Casas Bahia, Michael Klein votará em renegociação B3



**Montadora**
Brasileiro que representa a Kia corre o risco de perder o posto após 34 anos B4

**Petroquímica**
Braskem Idesa entra com pedido de 'Chapter 11' nos EUA B5

**Tecnologia**
Programa confunde robô que copia texto para treinar modelos de IA B7

# Empresas

**Reestruturação** Empresas em dificuldade financeira precisam fazer ajuste mais amplo da operação

## Conversão de recuperação extrajudicial em judicial cresce

**Fernanda Guimarães**
De São Paulo

A recuperação extrajudicial ganhou escala no Brasil como uma alternativa mais rápida e menos onerosa para a renegociação de dívidas. No entanto, começam a crescer os casos em que o alívio obtido não foi suficiente para assegurar a continuidade do negócio. Casas Bahia, InterCement, Unigel e St. Marche estão entre as empresas que recorreram posteriormente à recuperação judicial em busca de uma reestruturação mais ampla.

A expectativa, segundo especialistas em reestruturação, é que mais casos semelhantes ocorram tendo em vista o cenário de juro alto por tempo prolongado.

O caso mais recente é o da Casas Bahia, que pediu recuperação judicial no domingo (16), com R$ 17,3 bilhões em dívidas, pouco mais de dois anos depois de ter renegociado R$ 4,1 bilhões em uma reestruturação extrajudicial. Tal acordo alongou prazos, reduziu o custo financeiro e, em uma etapa posterior, levou à conversão de cerca de R$ 1,5 bilhão em créditos de Bradesco e Banco do Brasil em ações. Ainda assim, a varejista continuou pressionada por prejuízos e dificuldades de geração de caixa, a empurrando para um movimento mais profundo, confirmado nesta semana.

Levantamento do Observatório Brasileiro de Recuperação Extrajudicial (Obre) feito para o **Valor** identificou 35 casos de empresas que passaram da recuperação extrajudicial para a judicial desde 2005, mas com o número de casos crescendo mais recentemente. Em seis deles, houve a conversão do próprio processo.

Juliana Biolchi, diretora do Obre, observa que a Lei de Recuperação de Empresas estabelece restrições temporais para pedidos recuperacionais sucessivos, mas não impõe uma trava para a recuperação judicial apresentada depois da extrajudicial. Como os acordos extrajudiciais normalmente alcançam apenas parte do passivo, ela avalia que mais empresas poderão seguir esse caminho quando a situação de caixa mostrar que a primeira medida foi insuficiente.

Uma fonte especializada em reestruturações, que preferiu falar sob condição de anonimato, afirma que as empresas têm optado, assim, por incluir nas recuperações extrajudiciais apenas os credores financeiros, deixando de fora fornecedores e trabalhadores. Isso limita a capacidade de promover ajustes operacionais mais profundos em casos em que esse tipo de reestruturação é necessária para o soerguimento do negócio.

Em casos como o da Casas Bahia, nos quais é preciso repensar o negócio, fechar lojas e promover demissões, o custo dessas medidas tende a exigir uma recuperação judicial. "Muitas vezes, o problema da empresa não é apenas a dívida financeira", diz.

A discussão ganha relevância diante da popularização do instrumento, que vem sendo amplamente testado em um cenário de crise corporativa marcado por juros elevados durante um período prolongado, restrição de crédito e maior dificuldade para a rolagem das dívidas. O custo financeiro corrói a geração de caixa e reduz a margem para que empresas muito alavancadas recuperem sua capacidade de investimento.

Os números demonstram a busca pela "RE". Entre janeiro e julho deste ano, foram protocolados 43 pedidos de recuperação extrajudicial, envolvendo 163 empresas e 11.737 credores, segundo o Obre. Os processos apresentados em apenas sete meses correspondem a pouco mais de 13% dos 328 identificados pela entidade desde 2005, quando entrou em vigor a atual Lei de Recuperação e Falências. Somente em julho, foram sete novos pedidos, com 63 empresas, 1.016 credores e R$ 9,6 bilhões em dívidas.

Na recuperação extrajudicial, a companhia negocia diretamente com grupos específicos de credores e submete o acordo à homologação da Justiça. Como o plano pode se restringir a determinadas parcelas do passivo, tende a causar menor impacto sobre fornecedores, clientes e a reputação da empresa. Esse costuma ser o caminho escolhido quando ainda há apoio dos principais credores para uma solução negociada.

A reforma da Lei de Recuperação e Falências, aprovada no fim de 2020 e em vigor desde janeiro de 2021, facilitou o uso do instrumento. A empresa passou a poder protocolar o pedido com a adesão inicial de credores que representem ao menos um terço dos créditos abrangidos e ganhou 90 dias para alcançar o quórum necessário à aprovação do plano. Segundo uma fonte, a visão é que há muitas vantagens da RE e a tentativa de se resolver a crise por ela é apontada como válida, mesmo que mais à frente ela não seja suficiente.

Luís Caldas, sócio da Íntegra, consultoria especializada em reestruturação, explica que a negociação inicialmente privada reduz a exposição da companhia. Quando o problema se torna público, a empresa já conta com um plano aprovado pela maioria dos credores ou com o apoio de uma parcela relevante deles. Essa vantagem, segundo ele, vem acompanhada de um alcance mais restrito. A recuperação extrajudicial costuma se concentrar em determinadas classes de credores, não alcança passivos tributários e só pode incluir créditos trabalhistas mediante negociação coletiva com o sindicato.

Segundo ele, a migração para a recuperação judicial ocorre, em geral, quando o alívio obtido no primeiro acordo não basta para sustentar a reestruturação financeira, sobretudo se a operação continua se deteriorando. Se a companhia conclui que não conseguirá cumprir o acordo e passa a enfrentar novas execuções ou bloqueios de caixa, a "RJ" oferece uma proteção mais abrangente.

O chamado "stay period" suspende, em regra, por 180 dias as ações e execuções relacionadas aos créditos sujeitos à recuperação judicial. O processo também abrange uma base maior de passivos, incluindo os trabalhistas, e permite à companhia buscar condições específicas de parcelamento ou transação de dívidas tributárias.

A contrapartida é um procedimento mais caro, demorado e com maior impacto sobre a imagem da empresa e suas relações comerciais e financeiras. Também há um período de incerteza entre o pedido e a aprovação do plano. Diferentemente da recuperação extrajudicial, a companhia não pode escolher apenas algumas classes de passivos sujeitos para reestruturar.

Procuradas as empresas preferiram não comentar.

**R$ 17,3**
**bilhões é o processo da Casas Bahia**

Ler mais sobre reestruturação na Pág. B3

PATROCINADORA OFICIAL
TIM
VENHA PARA A TIM
& GANHE
INGRESSOS
NÃO É SORTEIO
Rock in Rio
INGRESSO
BETC HAVAS

ÚLTIMA CHAMADA PARA O ROCK IN RIO NA TIM.
Garanta até 2 ingressos de gramado na compra de um fone de ouvido ou caixa de som selecionados e na contratação de um plano TIM Black ou TIM Ultracombo.
Corra para uma loja TIM.
Na contratação de um plano pós-pago fidelizado TIM Black Premium, TIM Black Família, TIM Black Família Plus, TIM Black Família Premium, TIM Black Família VIP ou TIM Ultracombo fidelizado e na compra de um acessório fidelizado JBL participante, o cliente poderá resgatar até 2 ingressos de gramado para o Rock in Rio 2026, conforme o plano contratado. Oferta válida nos estados do RJ, de SP, de MG e do DF e na cidade de Curitiba/PR. Consulte condições, regulamento e mais informações em tim.com.br/rockinrio.

Ines249

# Pipeline

5 ANOS

**Maria Luíza Filgueiras**
Editora da Pipeline
maria.filgueiras@valor.com.br

## Dono do Grupo Buaiz compôs bloco de controle da Apex

Um dos empresários mais conhecidos do mercado capixaba, Américo Buaiz Filho compunha o bloco de controle da agora em crise Apex Partners. Buaiz detém empreendimentos imobiliários, rede de comunicação, escola e indústria de alimentos e, conforme o **Pipeline** apurou, entrou para o bloco controlador da Apex em 2022 e permaneceu até pelo menos janeiro de 2026.

Sua posição se dava por meio da Meca Participações, enquanto o CEO afastado Fernando Cinelli e outros executivos tinham ações da ABM. Naquele ano, o bloco formado por Meca e ABM detinha 63,7%, com um acordo de acionistas que definia assentos no conselho e reuniões prévias. Em janeiro deste ano, o bloco tinha 51,62%, sendo 20,83% da Meca e 30,82% da ABM Partners.

Pelo acordo de 2022, Buaiz tinha uma opção de venda de sua posição em caso de eventual afastamento de Cinelli do controle e administração. O ex-CEO assessorou transações de Buaiz como a compra da participação da Petros no Shopping Vitória; desenvolvimento do masterplan que originou o Reserva Vitória; e aquisição de ações da Escola Americana.

Ele teria entrado na Apex como minoritário em 2017, quando a firma buscava nomes conhecidos e capitalizados como chancela do negócio. Ao **Pipeline**, Buaiz disse que "participa da companhia de forma minoritária, por meio de uma de suas empresas, sem jamais ter exercido função executiva ou praticado qualquer ato de gestão na Apex Partners." Ele não comentou sobre posição passada no controle, opção de venda ou quando reduziu posição. Cinelli e Apex não comentaram.

DIVULGAÇÃO

Shopping Vitória: no portfólio de Buaiz

## A varejista de móveis que escapou da crise

Em meio à crise sem precedentes no varejo de móveis – que já afetou marcas como Casas Bahia, Tok&Stok, Westwing e Marabraz –, uma empresa de Ponta Grossa se aproxima dos 50 anos e preparando a terceira geração, com um programa permanente de corte de despesas, expansão moderada e preservação de caixa, com concessão de crédito conservadora.

"Nenhuma empresa quebra por falta de lucro, mas por falta de caixa. Para conseguir R$ 30 milhões a mais de lucro, eu preciso vender R$ 1 bilhão a mais. O que é menos complexo? Reduzir despesas", diz Márcio Pauliki, CEO da Lojas MM. "Onde tinha 10 pessoas, posso ter cinco com processos melhores e IA. Quero ir mais longe, não mais rápido."

Um dos quatro filhos de Jeroslau e Cirlei, que fundaram a Mercado Móveis em 1978, Márcio vai completar seu ciclo de 10 anos na liderança em 2032, quando ele tiver 60, com planos de entregar o comando de 260 lojas a um CEO de fora da família. O substituto deve permanecer por seis anos, até que algum dos sucessores alcance os 35 anos de idade.

"Eles são exigidos em dobro e vão assumir se acharmos que são competentes para isso. A gestão precisa ser profissional, não pode ser herdeiro fingindo que trabalha", diz. Uma de suas recomendações para a nova geração é manter o "jeitão de rei do mato" e não se deixar seduzir pela expectativa de receitas bilionárias nas capitais. "É melhor ser cabeça de bagre do que rabo de baleia. O desafio é continuar com simplicidade, mas tem que saber analisar balanço, ler DRE." A MM saiu de R$ 500 milhões em 2019 para R$ 2 bilhões agora e projeta R$ 3,5 bilhões em 2032. *(Felipe Frisch)*

DIVULGAÇÃO

Rede do Paraná tem mais de 200 lojas

## Bancos negociam teto de juros imobiliários

REPRODUÇÃO

Abecip Summit discutiu funding

O novo modelo de crédito imobiliário terá plena vigência em janeiro, mas as instituições financeiras esperam conseguir ajustes na norma antes disso. Os bancos estão negociando com governo e BC uma revisão do teto de juros — estabelecido no ano passado em 12%, quando se esperava uma queda mais acentuada da taxa Selic e da curva de juros.

O novo formato define que títulos do mercado de capitais precisam complementar e até substituir a poupança, que era o funding mais barato. Com a atual Selic, o custo de captação fica, na média, mais alto do que o limite a ser cobrado no financiamento. Por isso, o setor teme que o teto no Sistema Financeiro da Habitação restrinja a concessão.

Segundo Michel Cury, presidente da Abecip, as conversas com o regulador têm sido produtivas. "Mas estamos em agosto e é uma regra que começa em janeiro. Além das boas conversas, vamos precisar ter as boas ações", disse, durante o Abecip Summit. O diretor de regulação do BC, Gilneu Vivan, sinalizou abertura para ajustes. "Esse limite se torna um desafio ao novo modelo, baseado em captações de mercado, quando, eventualmente, os juros estejam mais altos. Como em qualquer ação regulatória, o novo modelo está em permanente reavaliação", disse.

Leia mais na pág. C3

## HeadInvest aposta em crédito privado

Após uma década à frente da BSI, Ricardo Carmo decidiu levar para a gestão de recursos a metodologia de acompanhamento de ativos que aplicava na securitizadora. A HeadInvest foi estruturada no fim do ano passado e começou agora a captar com terceiros, principalmente de investidores institucionais e family offices.

Carmo tem como sócio e CIO David Camacho, que chegou à BSI depois de passagens por Vinci e Devant. A gestora começou com R$ 40 milhões de capital próprio e pretende captar de forma gradual, conforme as oportunidades.

Após os problemas registrados no mercado de crédito nos últimos anos, Carmo avalia que os investidores passaram a olhar além da taxa de retorno. "Hoje o grande ativo não é o dinheiro, é a confiança", diz. A estratégia inicial da HeadInvest está concentrada em crédito imobiliário estruturado e consignado privado, segundo Camacho.

DIVULGAÇÃO

Ricardo Carmo, CEO, e David Camacho, CIO: fundadores da gestora

## Braskem ainda tem impasse

Enquanto a subsidiária no México, Braskem Idesa, entrou em Chapter 11 nos Estados Unidos, a controladora brasileira segue buscando uma recuperação extrajudicial. Em reunião ontem, os bondholders exigiram o compromisso de aporte da Petrobras na Braskem se a petroquímica não atingir certas métricas financeiras, apurou o **Pipeline**, como condição para apoiar o plano da empresa até o dia 24. Petrobras e IG4 seguem resistentes a mexer no equity. *(Silvia Rosa)*

DIVULGAÇÃO

Empresa tenta acordo com credores

## Webmotors compra a Syonet

A Webmotors fechou a compra da Syonet, umas das líderes em CRM para o setor automotivo, adicionando uma camada de tecnologia em suas vendas de serviços e produtos. Com mais de 20 anos de mercado, a Syonet atende cerca de quatro mil concessionárias no país e tem 200 funcionários. A Syonet reúne ferramentas de CRM, gestão de vendas e pós-vendas, marketing e automação comercial, ajudando a Webmotors a aumentar a penetração no segmento de veículos novos.

DIVULGAÇÃO

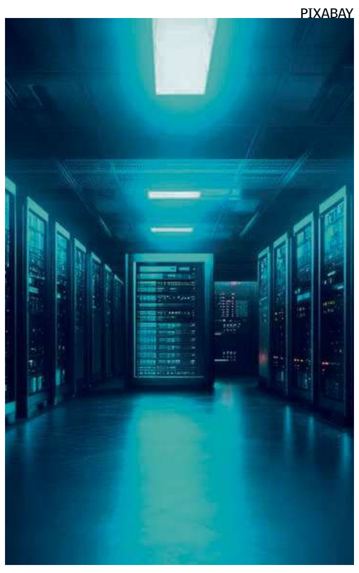
Syonet
UMA EMPRESA webmotors
CRM DE VENDAS E PÓS-VENDAS

Plataforma mira CRM e pós-venda

## Atraso no Redata afeta data center

O atraso na aprovação do Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (Redata), que prevê incentivo fiscal para instalações com energia renovável, tem feito o Brasil perder espaço para os países na América Latina. A Odata, desenvolvedora de data centers, hoje tem mais capacidade instalada e demanda no México do que no Brasil. "Mesmo com preço de energia cara e não renovável, o México superou o Brasil", disse Ricardo Arantes, CEO da Odata, durante conferência do Santander. *(S.R.)*

PIXABAY



Instalação de alto consumo de energia

## Curtas

### Crise do Pontal-Thopen

O grupo Pontal-Thopen antecipou um pedido de recuperação judicial. No mês passado, o conjunto formado por 54 empresas, que atua principalmente no mercado de geração distribuída de energia elétrica, já havia conseguido na Justiça proteção contra ações e execuções individuais de credores por 60 dias. Na ocasião, a empresa afirmou que a situação era "reversível, desde que seja possível conduzir uma renegociação ordenada e eficiente das dívidas financeiras". Agora, afirmou à Justiça que a via consensual "não prosperou", levando-a a fazer a solicitação, que ainda não foi acatada pelo Judiciário. O passivo citado soma R$ 4,56 bilhões.

### Números do aço

O Brasil exportou 383 mil toneladas de aço em julho, com alta de 9,8% ante junho, mas redução de 2,6% frente ao reportado no mesmo mês do ano passado. Os dados são do Instituto Aço Brasil. De acordo com a instituição, o país produziu 2,8 milhões de toneladas de aço bruto em julho, praticamente estável na comparação com igual mês de 2025, com variação positiva de apenas 0,1%. Na comparação com junho, houve recuo de 1,3%. As importações caíram nas duas bases de comparação: foram 383 mil toneladas em julho, queda mensal de 19,9% e anual de 37,8%, influenciadas pela ampliação de medidas antidumping pelo governo brasileiro.

## Não se apressem

### Comportamento

**Fabiana Moreno**

No Novo Mapa da Vida, do Stanford Center on Longevity, o diagnóstico é direto. O modelo de três estágios estudar-trabalhar-aposentar foi feito para vidas que duravam metade do que duram hoje. Não serve mais.

Para uma vida de 100 anos, é preciso pensar aprendizado, trabalho, família, cuidado e descanso entrelaçados. Alguns períodos de transição pelo caminho. Algumas carreiras a mais. O que era exceção agora é parte da estrutura.

A professora Laura Carstensen, autora desse novo mapa, na última aula, deixou de lado produtos, indústrias, modelos de negócio, e falou direto conosco: "vocês serão a geração que viverá mais e melhor do que qualquer outra na história humana. Vocês terão mais tempo do que qualquer geração anterior". E completou: "não deixem ninguém convencer vocês de que vocês não têm tempo. Não se apressem."

Isso me tocou muito. Talvez por ter corrido tanto nos últimos 20 anos. Construir família, carreira, alcançar segurança financeira, sem descuidar do corpo e da mente. Tudo junto, ao mesmo tempo, precisava dar certo. Como se minha vida inteira dependesse da década dos meus 30 anos.

Me lembrei de 2016. Eu com 36 anos. Três filhas em idades muito diferentes: 16, 6 e 3 anos. Uma em ano de vestibular, variando entre design de interiores, engenharia ou economia. A do meio com os desafios da alfabetização. A mais nova sem dizer uma palavra perto de fazer três anos, e a escola me dizendo que estava preocupada. Coincidentemente, profissionalmente, esse era também o ano do tudo ou nada. Eu "precisava" entregar tudo, ou não seria promovida a diretora.

Toda noite eu me convencia de que estava tudo bem. Dormia, acordava, seguia fazendo o que precisava ser feito. Aparentemente calma e confiante.

Mas um dia meu marido chegou com uma planilha. Nosso planejamento financeiro até os 80 anos. Aquela foi a gota d'água. Eu querendo vencer 2016. Ele querendo conversar sobre 2066.

Hoje, a gente ri da resposta que dei na época: "quando a Bruna passar no vestibular, a Lara aprender a ler e a Duda falar, a gente pensa em como chegaremos aos 80 anos".

Não cabia mais nada naquele momento.

Passaram-se dez anos. Que conforto ouvir, em 2026, que não preciso me apressar. Melhor ainda é repassar o recado. Repetir "não se apressem, vocês têm tempo" virou meu novo mantra.

Mas esse é só o início. O Novo Mapa da Vida não é só sobre quanto tempo você tem ("life spam") nem sobre viver saudável ao longo desses anos ("health spam"). É sobre quanto tempo da sua vida tem propósito ativo, conexão genuína, um senso real de valor. Prefiro chamar isso de "meaning spam". E ele não é estático.

O que dava propósito aos meus 26 ou 36 anos não é o que me move aos 46. Antes, eu estava provando algo. Buscando promoções. Validando o investimento que meu pai fez na minha educação. Fazendo com que três meninas crescessem saudáveis. Agora mudou. Não é mais o que eu consigo alcançar. É o que eu quero construir, como e para quem.

Em "Designing Your Life", Bill Burnett e Dave Evans ensinam a percorrer esse caminho orientado por uma bússola alinhada com quem você é em cada etapa da vida. As reflexões são simples e difíceis ao mesmo tempo. O que dá sentido à sua vida? O que faz ela valer a pena? Como ela se conecta com sua família, sua comunidade, o mundo? O que dinheiro, fama e conquista pessoal têm a ver com o que te satisfaz de verdade?

Tenho a sorte de poder pausar para pensar sobre essas questões. Ainda assim, com frequência me vejo criando narrativas pra explicar essa pausa de forma responsável. Como se não houvesse tempo pra ela ou como se eu precisasse convencer alguém.

Uma distração equivocada.

Por que gastamos tanta energia criando respostas prontas para nossas escolhas? Por que agimos como se precisássemos da permissão de quem pergunta?

Em algum ponto da vida adulta, o "porque eu quero" tão corriqueiro entre os jovens passa a precisar de escolta. Uma razão profissional. Um ROI. Uma lógica que justifique a escolha.

Talvez a versão madura de um mapa de 100 anos não seja justificar cada escolha com mais sofisticação. Seja reaprender a dizer "porque eu quero" com a simplicidade de quem tem tempo.

Temos tempo. Não se apressem.

**Fabiana Moreno** diretora-executiva da Globo, em período sabático para Stanford MSx 2025/26
**E-mail** fabianamdcp@gmail.com

## Reestruturação Planos focados na dívida financeira podem dar apenas fôlego temporário

# Falta de capital novo limita renegociação

**Fernanda Guimarães**
De São Paulo

A recuperação extrajudicial pode alongar dívidas e reduzir o custo financeiro, mas nem sempre consegue prover o capital novo e as mudanças operacionais necessárias para assegurar a continuidade da empresa. Quando o acordo se limita ao passivo financeiro, o risco pode ser apenas de adiar uma crise que continua sendo alimentada pelo consumo de caixa.

Uma fonte especializada em reestruturações, que pediu para não ser identificada, afirma que muitas negociações para uma recuperação extrajudicial, ou "RE", começam quando a situação da companhia já está bastante deteriorada. A pressão para fechar rapidamente um acordo com dois ou três grandes credores pode resultar em uma solução concentrada na dívida financeira, sem enfrentar as causas estruturais da crise. Carências para juros e principal proporcionam fôlego, mas não corrigem uma operação que continua consumindo caixa, diz.

Há outros pontos. A resistência dos controladores em abrir mão de participação ou poder em favor dos credores também pode dificultar uma solução estrutural, apontam especialistas. Sem capital novo, uma conversão relevante de dívida em ações ou a venda de ativos, o acordo apenas transfere os vencimentos para a frente e mantém a companhia excessivamente alavancada.

Uma fonte que atua no mercado de crédito para empresas estressadas aponta que uma das limitações da recuperação extrajudicial é justamente a dificuldade de atrair recursos novos. Em alguns casos, segundo ela, credores pressionam a companhia a entrar em recuperação judicial, ou "RJ", para facilitar a contratação de um empréstimo DIP e a venda de ativos com maior segurança jurídica.

O DIP é um financiamento concedido durante a recuperação judicial e tem prioridade de pagamento em relação aos créditos sujeitos ao processo. Essa proteção pode tornar o empréstimo mais atraente para investidores dispostos a financiar uma empresa em crise e fornecer o capital de giro necessário à continuidade da operação.

"A recuperação extrajudicial ou judicial é um instrumento processual, não um plano de negócio", afirma Cláudio Santos, sócio da consultoria Galeazzi. "Ela suspende execuções, organiza credores e cria espaço para negociação. Mas não resolve o problema central de uma empresa que vende com margem insuficiente, consome caixa ou mantém uma estrutura que a receita já não sustenta", diz.

Segundo Santos, da Galeazzi, a demora para iniciar a reestruturação, a ausência de dinheiro novo e os planos excessivamente concentrados em engenharia financeira estão entre os problemas mais frequentes. "Não adianta ter um plano aprovado se a empresa continua sem capital de giro para operar", diz.

Uma solução consistente pode exigir fechamento de unidades deficitárias, renegociação de contratos, redução de custos e mudanças na gestão e nos canais de venda. Sem essas medidas, o alívio financeiro obtido com o alongamento da dívida tende a ser consumido pela própria operação.

Na InterCement, a tentativa extrajudicial durou poucos meses. A fabricante de cimento protocolou, em setembro de 2024, um plano para reestruturar aproximadamente R$ 22 bilhões, com adesão inicial de credores que representavam 45,67% dos créditos abrangidos.

DIVULGAÇÃO

st|marche
BEM-VINDOS AO
st|marche
do bem
do bem
do bem
st|ma

No St. Marche, a recuperação extrajudicial começou em abril de 2025 e envolveu R$ 528 milhões em dívidas

Sem conseguir concluir o acordo, a companhia recorreu à recuperação judicial em dezembro. O processo relacionou R$ 29,2 bilhões em obrigações totais, incluindo dívidas entre empresas do grupo. Cerca de R$ 14,2 bilhões correspondiam a débitos com credores externos. Também não avançou a tentativa de venda do controle para a CSN, uma das alternativas consideradas para equacionar a estrutura de capital.

A petroquímica Unigel percorreu um caminho mais longo. A petroquímica iniciou sua recuperação extrajudicial em fevereiro de 2024 e concluiu, em janeiro de 2025, a reestruturação de R$ 5,1 bilhões. A operação converteu dívidas antigas em novos instrumentos financeiros e contou com US$ 100 milhões em dinheiro novo aportado pelos credores, que passaram a deter metade do capital social.

Em outubro, porém, a companhia pediu recuperação judicial, declarando cerca de R$ 5,4 bilhões em dívidas. O primeiro acordo havia reorganizado principalmente o passivo financeiro, mas deixou de fora fornecedores e outros credores operacionais.

No St. Marche, a recuperação extrajudicial começou em abril de 2025 e envolveu R$ 528 milhões em dívidas. O plano foi homologado em outubro e contou com R$ 90 milhões em recursos aportados pela controladora L Catterton e pelo BTG Pactual.

A homologação foi posteriormente suspensa pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, que questionou o quórum de aprovação sob a alegação de que o crédito do principal credor teria natureza extraconcursal. Com a sustentação jurídica do plano colocada em dúvida e diante das dificuldades de caixa, a rede pediu recuperação judicial em junho. A abertura do novo processo também foi estabelecida como condição para a venda da companhia ao grupo chileno Cencosud.

A Braskem é acompanhada pelo mercado como um possível novo teste para a recuperação extrajudicial. Segundo fontes próximas às negociações, a petroquímica busca estruturar um plano para reorganizar mais de US$ 10 bilhões em dívidas. A companhia está protegida por uma tutela cautelar que vence em 24 de agosto.

Ainda há distância entre as condições defendidas pela empresa e as exigidas pelos credores, afirmam essas fontes. A tentativa é obter a adesão de detentores de ao menos um terço dos créditos abrangidos pelo futuro plano.

Procuradas, as empresas não comentam.

Ler mais sobre reestruturação na Pág. B5

# Credor da Casas Bahia, Michael Klein poderá votar sobre plano

**Adriana Mattos**
De São Paulo

O empresário Michael Klein, sócio minoritário da Casas Bahia, é credor quirografário da companhia na recuperação judicial, e terá direito de voto no plano de recuperação que será apresentado pela empresa, caso o pedido de recuperação seja homologado pela Justiça de São Paulo.

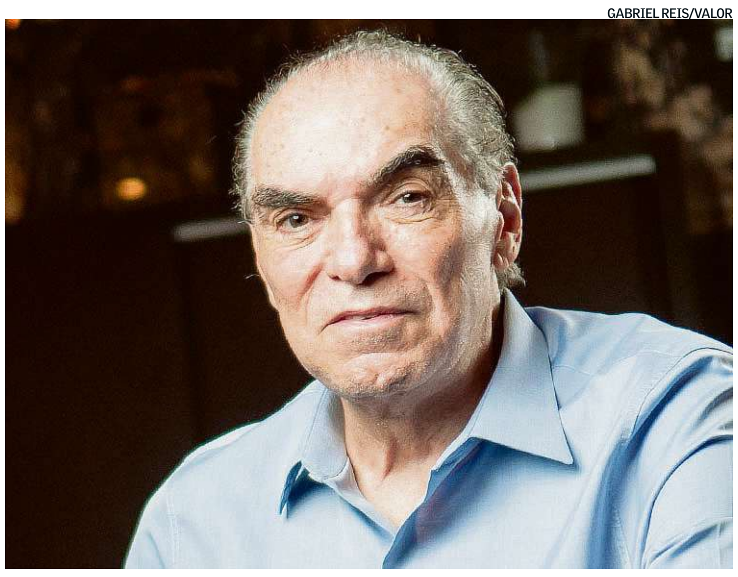
A lista de credores da rede varejista mostra que a empresa Capital Brasileiro de Empreendimentos Imobiliários (cujo nome fantasia é Icon Properties), localizada em São Caetano do Sul, tem R$ 366,6 mil em dívidas a receber da empresa, relativas a um grupo de imóveis locados da varejista. A companhia reúne ativos mobiliários do empresário, de uma carteira de R$ 5 bilhões.

Por conta da situação em que a Casas Bahia se encontra, Michel Klein acabou se tornando ao mesmo tempo credor, acionista e locador. Procurado, Klein não se manifestou até o fechamento desta edição.

A Casas Bahia e sua controlada Bartira têm contratos de aluguéis de 158 imóveis com a Icon Properties, informa balanço da rede do segundo trimestre, e segundo uma fonte, algumas das lojas fechadas pela empresa, no pacote de reestruturação anunciado pelo grupo, estariam em pontos do empresário.

Além da Capital Brasileiro, entre fundos imobiliários, a HSI Logística, sem relação com Klein, ainda aparece na lista de credores com dívidas de R$ 4,5 milhões, ao lado de shopping centers que locam lojas para a empresa.

GABRIEL REIS/VALOR



Klein atualmente tem cerca de 2% do capital varejista e não ocupa cargos na gestão ou no conselho de administração da empresa. Sua posição foi sendo diluída ao longo dos anos, por conta das reestruturações que emitiram novos papéis para credores.

O empresário tentou voltar ao grupo em 2025, quando a empresa passou pela fase final da recuperação extrajudicial, mas uma negociação em torno do controle da companhia entre os bancos credores e a gestora Mapa Capital impediu seu retorno, segundo fontes afirmaram na época.

Em 2024, a rede recorreu à recuperação extrajudicial para alongar uma dívida de R$ 4,8 bilhões e, no ano seguinte, a Mapa Capital converteu debêntures em ações, assumindo 85,5% da empresa, e diminuindo a dívida em R$ 1,6 bilhão.

O empresário, filho do fundador Samuel Klein, teve conhecimento do fechamento dos 298 pontos da empresa e das demissões de 3 mil funcionários pelo mercado, após a publicação pela imprensa, segundo fontes.

> Sócio minoritário do grupo fundado por sua família, Michael Klein é credor no processo

## Curtas

### Cade nega recurso

O presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Diogo Thomson, negou o pedido do Instituto de Pesquisas e Estudos da Sociedade e Consumo (IPSConsumo) para participar da ação sobre o aporte da American Airlines na Azul. Mesmo com a negativa, outra entidade, a Abra, holding da Gol e da Avianca, já foi aceita como "terceira interessada" e pode questionar a aprovação da operação pela área técnica, levando o caso a julgamento pelo Tribunal. A American decidiu aportar US$ 100 milhões na Azul, dentro do processo de "Chapter 11".

### Cosan na Nyse

A Cosan notificou formalmente a Bolsa de Nova York (Nyse) nesta terça-feira (18) sobre a intenção de deslistar voluntariamente seus recibos de ações negociados nos EUA, os chamados ADS. A decisão foi aprovada pelo conselho de administração na sexta (14).

22 de agosto de 2026
no Hotel Rosewood São Paulo

BAILE DO
SÃO PAULO

Em apoio à
Casa Santa Teresinha

Para mais informações, compra de mesa,
camarote e convite individual,
por favor entre em contato pelo e-mail:
vitor@betopacheco.com

Ines249

**Veículos** Há 34 anos o empresário brasileiro representa a sul-coreana no Brasil; montadora teria decidido ter uma operação própria

# Gandini diversifica atuação enquanto Kia repensa futuro no país

ANA PAULA PAIVA/VALOR

**José Luiz Gandini: "Eu queria produzir aqui para me livrar da instabilidade dos impostos e ser competitivo"**

**Marli Olmos**
De Salto (SP)

Ao sair de seu centro tecnológico em Salto de Itu (SP), o empresário José Luiz Gandini passa um tempo olhando o terreno vizinho. Ele é o dono daquela extensa área que o remete a outros grandes terrenos que já o inspiraram a erguer uma fábrica de carros da Kia. Esse sonho nunca pôde ser realizado em razão de uma dívida com o Fisco, que nada tem a ver com ele. Foi deixada pela Asia Motors, que pertenceu à Kia. Agora, o empresário ainda corre o risco de perder a representação da Kia no Brasil, depois de 34 anos. Existe a possibilidade de a montadora sul-coreana ter a sua própria fábrica no país caso o governo brasileiro perdoe a dívida. Por enquanto, nem a matriz da Kia e nem o Ministério da Fazenda confirmam acordo nesse sentido. Enquanto espera, Gandini traça outros planos.

O terreno que hoje Gandini contempla tende a ser usado para expandir o centro tecnológico, um laboratório de emissões que entrou em operação no fim de 2019 e que hoje não consegue atender à crescente demanda. Nesse espaço são feitos testes de emissões de poluentes, necessários para homologar veículos de diversas marcas lançados no Brasil. Aliadas ao avanço das chinesas, apressadas para homologar seus lançamentos, as cada vez mais rígidas leis de emissões exigem testes mais rigorosos. Desde março de 2025, o centro opera 24 horas por dia.

"Acho que vou precisar do espaço desse terreno", diz Gandini, parando para, mais uma vez, pensar numa solução. A ampliação não é tão fácil. Uma rua passa entre o centro e o terreno. Todo o cuidado é pouco quando se trata de veículos mantidos em rigoroso sigilo porque ainda não foram lançados no mercado.

Reconhecido pela Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) e acreditado pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), o laboratório realiza testes de emissões de gases de escapamento, consumo de combustível e emissões evaporativas, em veículos a combustão e de eficiência energética em carros elétricos.

Agora, o centro tecnológico receberá investimento de R$ 57 milhões para ter a capacidade dobrada e, ainda, iniciar testes de motocicletas. Com a ampliação, a expectativa é passar dos 1,2 mil testes em 2025 para 2,4 mil.

Durante visita ao laboratório, Gandini passa pelas fileiras de carros cobertos. São segredos de diversas marcas. Alguns que já rodam no país vão ganhar novas versões. É o caso de uma marca chinesa que ali testa o uso de etanol em veículos híbridos.

Tivesse sido autorizado pela matriz da Kia a construir uma fábrica como planejava, em meados da década de 1990, Gandini teria se livrado de uma situação que sempre o incomodou: sujeitar-se à instabilidade tributária do país, com o vaivém de alíquotas de Imposto de Importação, algumas vezes carregadas de penalidades extras para marcas que não fabricam localmente. "Eu queria produzir aqui para me livrar da instabilidade dos impostos e ser competitivo", diz.

> "Companhia não tem conhecimento de quaisquer mudanças que afetem as operações [no Brasil]"
> *Kia Corporation*

Ao mesmo tempo, Gandini acabou sendo vítima de dívida que não lhe pertence. Nos anos 1990, uma representação brasileira da Asia Motors, empresa posteriormente adquirida globalmente pela Kia, desfrutou de incentivos fiscais para importar carros em troca da promessa de construir uma fábrica que nunca existiu. Isso gerou uma dívida bilionária e um processo mantido em sigilo de Justiça até hoje. Informações não oficiais dão conta de que o endividamento chega a R$ 6 bilhões.

Depois que a Asia Motors e a Asia Motors Brasil foram extintas o governo brasileiro entendeu que poderia cobrar a dívida da Kia. Com receio de que eventual empreendimento pudesse ser confiscado em razão da dívida, a Kia Corporation invalidou o contrato de concessão tecnológica que vinha sendo negociado com o grupo Gandini para produzir no Brasil. A Kia pertence ao grupo Hyundai que desde 2012 tem fábrica em Piracicaba (SP).

Gandini já cogitou, em declarações à imprensa, que haveria negociações entre a sede da Kia International e o governo brasileiro para perdão da dívida em troca de uma fábrica em Piracicaba, ao lado da Hyundai. Essa operação estaria sob comando da matriz da Kia. Se bem-sucedida, tiraria o importador brasileiro da exclusividade da marca.

Não existe, porém, nenhuma informação oficial. E Gandini, agora, se esquiva de falar sobre o assunto. Consultada, a Kia Corporation informou que "até o momento, nenhuma decisão final foi tomada sobre possíveis atividades comerciais no Brasil".

"A Kia Corporation também esclarece que a dívida não pertence à empresa, mas à Asia Motors Brasil, empresa que nunca esteve sob o controle da Kia", destaca. E acrescenta: "Essa questão foi reconhecida pela Corte Internacional de Arbitragem, órgão da Câmara de Comércio Internacional (ICC), e confirmada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ)".

A Asia Motors Brasil de fato era comandada por investidores brasileiros. Mas a provável existência de sócios da Coreia levou o governo brasileiro a cobrar a dívida da Kia, ex-controladora da Asia.

O posicionamento da Kia acrescenta que, no seu entender, "não possui qualquer responsabilidade pela dívida em questão, que permanece em discussão no âmbito judicial e ainda não foi definitivamente solucionada". "A companhia informa não ter conhecimento de quaisquer mudanças que afetem as operações relacionadas aos veículos da marca Kia importados e comercializados no Brasil", completa o comunicado enviado ao **Valor**.

Do lado brasileiro, a área de comunicação do Ministério da Fazenda informou que a pasta desconhece a existência de qualquer negociação nesse sentido. E não confirma o valor da dívida. Também por meio da área de comunicação, a Hyundai do Brasil informou que não comenta nada sobre a KIA "por serem empresas separadas".

Mesmo sem informações oficiais, o assunto paira no ar. Se conseguir ter a dívida perdoada em troca de uma fábrica e empregos, a Kia terá de enfrentar a dura concorrência das marcas chinesas, que já detêm mais de 20% das vendas de veículos leves, com pleno domínio da eletrificação. Ao mesmo tempo, a Hyundai tem acordo com a General Motors para desenvolvimento conjunto de novas plataformas para as futuras gerações de veículos produzidos no Brasil.

Seja qual for o desfecho da história, Gandini conta com outro vínculo com a Kia fora no Brasil. Quando lhe foi negada a autorização para ter uma fábrica no Brasil, o empresário decidiu produzir no Uruguai, com a concordância da matriz. Há dez anos, fez acordo com um fabricante local, a Nordex, com fábrica na região de Montevideu. "Essa fábrica estava praticamente parada, mas retomou a atividade depois que investimos na nossa linha", diz Gandini. Hoje na Nordex são produzimos também veículos de outras montadoras, como a Stellantis.

No Uruguai são produzidas mensalmente 900 unidades do caminhão leve Kia Bongo, a maioria destinada ao Brasil. E, provavelmente, ali poderá ser também fabricada a picape Tasman, por enquanto importada da Coreia.

A Tasman, que vai custar R$ 249.990, marcou, em lançamento na terça-feira, 18, a estreia da Kia Brasil nesse segmento. "Faltava uma picape. Finalmente temos uma", disse Gandini.

O grupo Gandini, que pertence a uma tradicional família de Itu, não revela seu faturamento. Segundo o empresário, pela ordem, os negócios mais relevantes são, em primeiro lugar, a Kia Brasil. Em segundo está a Kia Uruguai, em terceiro, o centro tecnológico e, por fim uma empresa do ramo imobiliário.

O destino da Kia Brasil é incerto. Já o centro tecnológico está a todo vapor. Segundo Gabriel Loureiro, diretor do laboratório, a agenda de atendimento está fechada até 2027. Nova demandas só poderão ser atendidas daqui a um ano.

# Conarh discute o protagonismo humano na tecnologia

**Congresso**

**Rafaela Zampolli**
De São Paulo

"Quanto mais tecnológico se torna o mundo, mais estratégica se torna a dimensão da área de pessoas", disse Andrea Gauté, diretora do Conarh, o Congresso Nacional de Recursos Humanos, que começou ontem e segue até quinta-feira (20), no São Paulo Expo. Para a organizadora do congresso, o tema mais importante da edição é a ampliação do protagonismo humano.

Ao longo dos três dias, o evento reúne 120 palestrantes, 300 expositores e diferentes espaços de conteúdo, incluindo o Conarh Agro, o RH Tech e o Festival do Trabalho. Jeane Tsutsui, CEO do Grupo Fleury, abriu o primeiro dia do evento no palco principal. Para ela, as pessoas de RH são o braço direito do CEO. "Vocês são guardiões da cultura da empresa", ressaltou. Por essa razão, ela defendeu que o RH deve auxiliar a direção da empresa em toda a transformação tecnológica. "E não basta transformar. Temos que ter velocidade. O futuro é extremamente, profundamente humano", afirmou.

Em outro painel, Leyla Nascimento, presidente da ABRH Brasil; Marcelo Munerato, "chief client officer" da Aon; e Estevan Sartoreli, cofundador da Dengo Chocolates, discutiram a internacionalização da liderança brasileira, sob a mediação de Celina Joppert, diretora de cultura da ABRH Brasil.

Munerato contou que começou a carreira como estagiário de RH em 1990, quando a Aon tinha 70 funcionários no Brasil, número que hoje passa de 1.500 no país e chega a 60 mil no mundo. Ele afirmou que a percepção dos executivos estrangeiros mudou ao longo dessas quase quatro décadas, período em que a presidência das empresas de seguros e de consultoria de riscos deixou de ser ocupada apenas por profissionais de fora.

ROGÉRIO VIEIRA/VALOR

> "A gestão de pessoas é uma área cada vez mais estratégica para o negócio"
> *Andrea Gauté*

"Eles nos veem emocionalmente mais capazes de construir relações, mais hábeis no improviso e na criatividade", avaliou.

O executivo ponderou que a disciplina na execução e a pontualidade seguem como críticas recorrentes aos brasileiros e contou que, em encontros globais, orienta todos a chegarem antes dos demais.

Estevan Sartoreli falou sobre como levou a Dengo Chocolates a Paris, onde a marca mantém três lojas. Para ele, o principal obstáculo à internacionalização de negócios brasileiros é o complexo de vira-lata, uma postura autodepreciativa que aparece já na forma como as empresas planejam a expansão.

O empresário contou que, em uma imersão anterior à abertura no mercado francês, perguntou a interlocutores locais o que seria preciso mudar para dar certo no país e ouviu como resposta que bastava ser ele mesmo. "A gente não precisa mudar nada. A gente tem que ter a ousadia de levar para fora o que de fato a gente é", defendeu.

Segundo o cofundador da Dengo, a marca brasileira tem ativos que os concorrentes europeus não conseguem reproduzir, como a rastreabilidade do cacau e frutas como cupuaçu, mangaba, caju e açaí. Mas acrescentou que o atendimento afetivo está entre os fatores que mais levam os clientes a voltar à loja parisiense. "Afeto é a capacidade de amar e ser amado, é a capacidade de cuidar e ser cuidado", afirmou o empresário.

Para Sartoreli, existem três grandes sabotadores desse tipo de relação nas empresas — tempo, orçamento e prioridades — e ele argumentou que o esforço de manter um vínculo empático é menor do que o de sustentar uma relação distante. O cofundador da Dengo afirmou que o avanço tecnológico não o preocupa, mas, sim, o retrocesso do humano.

Nascimento citou uma discussão do fórum de presidentes, organizado pelo Conarh antes do congresso, sobre como o RH passará a entrevistar líderes com equipes de agentes de inteligência artificial. "Pode vir a tecnologia que for, ela é necessária, ela é importante, mas o humano é que faz a diferença", resumiu.

Para Andrea Gauté, o principal avanço da área de RH desde a pandemia foi a participação em discussões estratégicas, ainda que persista uma distância entre ter assento nas reuniões e influenciar, de fato, as decisões. "Não basta defender que pessoas são importantes, mas a gente tem que demonstrar, por meio de dados, decisões e resultados, que gestão de pessoas é um setor cada vez mais estratégico para o negócio", disse.

A diretora do Conarh avaliou que o próximo salto do RH brasileiro será transformar a relevância em influência. "Se nós temos os melhores seres humanos nas organizações, nós temos organizações mais saudáveis e perenes", concluiu.

## Movimento falimentar

### Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **CMC Empreendimentos Ltda. -** CNPJ: 41.214.457/0001-86 - Endereço: Rodovia BR 262, km 12, zona rural - Administrador Judicial: Cury Administradora Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS

Empresa: **KZE Comércio de Material de Construção Ltda. -** CNPJ: 22.713.368/0001-30 - Endereço: Rodovia Quarto Anel Viário, 4801, bairro Coaçu, Eusébio/CE - Administrador Judicial: Dr. André Teixeira da Cruz - Vara/Comarca: 1a Vara Empresarial de Recuperação de Empresas e de Falências do Estado do Ceará, Fortaleza/CE

Empresa: **Madeplant Florestal Ltda. -** CNPJ: 08.519.091/0001-88 - Endereço: Rodovia BR 262, km 12, zona rural - Administrador Judicial: Cury Administradora Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS

Empresa: **Madeplant Reflorestadora Ltda. -** CNPJ: 48.936.160/0001-73 - Endereço: Rodovia BR 262, km 12, zona rural - Administrador Judicial: Cury Administradora Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS

Empresa: **Madeplant Transportes Ltda. -** CNPJ: 48.167.846/0001-47 - Endereço: Rodovia BR 262, km 12, zona rural - Administrador Judicial: Cury Administradora Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS

Empresa: **Mark Up Participações Ltda. -** CNPJ: 27.218.808/0001-04 - Endereço: Av. Brasil, 1436, bairro Maria das Graças - Administrador Judicial: Dr. Bruno Peixoto Sant'anna - Vara/Comarca: 2a Vara de Colatina/ES

Empresa: **N1 Distribuidora S/a, nome fantasia N1 Espírito Santo -** CNPJ: 22.265.663/0001-70 - Endereço: Av. Brasil, 1436, bairro Maria das Graças - Administrador Judicial: Dr. Bruno Peixoto Sant'anna - Vara/Comarca: 2a Vara de Colatina/ES

Empresa: **N1 E-Commerce e Administração Ltda. -** CNPJ: 21.086.815/0001-05 - Endereço: Av. Brasil, 1436, bairro Maria das Graças - Administrador Judicial: Dr. Bruno Peixoto Sant'anna - Vara/Comarca: 2a Vara de Colatina/ES

Empresa: **N1 Minas Distribuidora Ltda., nome fantasia N1 Minas Gerais -** CNPJ: 27.067.884/0001-58 - Endereço: Av. Brasil, 1436, bairro Maria das Graças - Administrador Judicial: Dr. Bruno Peixoto Sant'anna - Vara/Comarca: 2a Vara de Colatina/ES

Empresa: **Pery Participações Ltda. -** CNPJ: 46.437.394/0001-40 - Endereço: Rodovia BR 262, km 12, zona rural - Administrador Judicial: Cury Administradora Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS

Empresa: **Style Premium Lustres Ltda. -** CNPJ: 06.613.376/0001-58 - Endereço: Av. Senador Virgílio Távora, 2279, bairro Dionísio Torres - Administrador Judicial: Dr. André Teixeira da Cruz - Vara/Comarca: 1a Vara Empresarial de Recuperação de Empresas e de Falências do Estado do Ceará, Fortaleza/CE

Empresa: **TMC Empreendimentos Ltda. -** CNPJ: 41.214.618/0001-31 - Endereço: Rodovia BR 262, km 12, zona rural - Administrador Judicial: Cury Administradora Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS

Empresa: **TMC Participações Ltda. -** CNPJ: 41.458.627/0001-78 - Endereço: Rodovia BR 262, km 12, zona rural - Administrador Judicial: Cury Administradora Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS

### Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Cmv Construções Mecânicas Ltda. -** CNPJ: 87.175.824/0001-80 - Endereço: Av. Das Indústrias, 940, Distrito Industrial - Vara/Comarca: 1a Vara de Cachoeirinha/RS - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

### Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Sbk Bpo Processamento e Gestão Empresarial Ltda. -** CNPJ: 01.679.974/0001-06 - Endereço: Av. Paulista, 1471, Cjto. 511, Bairro Bela Vista - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Sbk Tecnologia S/A -** CNPJ: 00.581.891/0001-17 - Endereço: Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1645, 1º Andar, Bairro Cidade Monções - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Ines249

**Petroquímica** Companhia será diluída, mas manterá o controle da operação no México com 58%

# Braskem Idesa entra com pedido de 'Chapter 11'

DIVULGAÇÃO

Braskem Idesa teve de reduzir a taxa de operação no complexo petroquímico do México por enfrentar restrições de caixa para compra de matéria-prima

**Stella Fontes**
De São Paulo

O acordo firmado pela Braskem Idesa com seus acionistas e principais credores, dentro do pedido de recuperação judicial nos Estados Unidos ("Chapter 11") apresentado na terça-feira (18), inclui, além de um aporte de recursos por parte da Braskem, a conversão de dívida em participação acionária, com redução da fatia da companhia brasileira, controladora do negócio com 75% atualmente.

Ainda assim, a reestruturação financeira prevista sob o "Chapter 11" preserva o controle do complexo petroquímico mexicano nas mãos da Braskem S.A. — com base nas informações submetidas à Justiça americana, a brasileira terá uma fatia de cerca de 58%, segundo cálculo do **Valor** — e a continuidade das operações industriais, que estiveram sob risco relevante de paralisação.

Joint venture entre a petroquímica brasileira e a Idesa, parte do conglomerado do bilionário mexicano Carlos Slim, a Braskem Idesa entrou com pedido de recuperação judicial em um tribunal do Texas. O movimento era aguardado, apesar do impasse nas negociações que levaram meses.

Listando passivo total de US$ 3,6 bilhões, a companhia mexicana prevê, com essa reestruturação, reduzir a dívida sênior de cerca de US$ 2,5 bilhões para US$ 1,6 bilhão. Como parte do acerto, a Braskem irá aportar US$ 476 milhões na empresa, dos quais US$ 126 milhões já foram aplicados.

Em troca do aporte do recursos, a Braskem S.A. receberá 33,3% da empresa reestruturada. Detentores de bônus, por sua vez, passarão a deter 33,3% da "nova" Braskem Idesa, mediante conversão de US$ 825 milhões de crédito em ações. E os atuais acionistas, Braskem S.A. e Idesa receberão os 33,3% remanescentes, na proporção de suas fatias atuais.

A expectativa é que a recuperação judicial nos Estados Unidos seja curta, entre 60 e 90 dias. Segundo fontes ouvidas pelo **Valor**, é o prazo necessário para executar o plano, já acordado pela maioria dos credores.

Resolvido o assunto com os credores, a companhia poderá voltar a se dedicar 100% a sua operação, que sofre desde o ano passado com a piora acentuada da liquidez: por falta de recursos para rodar a operação integralmente, a Braskem foi obrigada a reduzir a carga da central petroquímica e flertou com o risco de suspender atividades.

Foram aportes mensais da Braskem, que também enfrenta a sua própria crise de liquidez, que mantiveram o complexo instalado entre Nanchital e Coatzacoalcos em funcionamento. Os recursos adicionais da Braskem serão usados justamente para pagar fornecedores estratégicos.

No segundo trimestre, com os impactos do conflito no Oriente Médio nas cadeias de óleo e gás e de petroquímicos, a indústria petroquímica global se beneficiou com a forte melhora de margens (spreads) e preços. A interrupção do fluxo de produtos pelo Estreito de Ormuz, a escassez de matéria-prima enfrentada pelos produtores asiáticos e ataques a complexos industriais derrubaram oferta de petroquímicos no mercado internacional.

Nesse ambiente, que ainda persiste, a operação mexicana da Braskem, que sempre enfrentou algum tipo de gargalo que impedia a produção a plena capacidade — ora por problemas de fornecimento de etano pela Pemex, ora por restrições de liquidez para comprar insumos —, teve receita líquida de US$ 211 milhões, no trimestre, com crescimento de 27% na comparação anual.

O desempenho deveu-se sobretudo ao aumento de mais de 70% nos preços do polietileno no mercado americano — referência para as cotações também no México. O volume de vendas no intervalo foi menor, refletindo a antecipação de compras à vista no primeiro trimestre com o início do conflito no Oriente Médio.

A melhora dos preços e margens (spreads) impulsionou o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) básico da joint venture, que voltou ao terreno positivo e alcançou US$ 25 milhões, ante US$ 25 milhões negativos nos três primeiros meses do ano e US$ 9 milhões negativos no segundo trimestre de 2025.

Embora preserve um de seus ativos mais competitivos — desde que operando sob condições normais de liquidez e de acesso a matéria-prima —, o acordo não foi bem-recebido pelos investidores da Braskem S.A. Suas ações permaneceram em território negativo ao longo do dia na B3 e fecharam em baixa de 3,1%, cotadas a R$ 5,04.

Dúvidas quanto ao encaminhamento das negociações com credores da companhia brasileira, que precisa assegurar um período extra de proteção contra cobranças e execuções para tentar chegar a um acordo com credores, pesaram mais do que os avanços em relação à Braskem Idesa.

Embora haja resistência de parte dos credores, a Braskem caminhava para alcançar o quórum mínimo de um terço entrar ainda nesta semana com um pedido de recuperação extrajudicial.

Procurada, a Braskem não comentou.

**75%**
**é a fatia atual da Braskem na empresa**

Valor ECONÔMICO | Insper EDUCAÇÃO EXECUTIVA

IMERSÃO
Executivos de Valor
2ª EDIÇÃO

**Futuro da Inovação, dos Negócios e da Tecnologia:**
Transformações Globais e Empresas Brasileiras

**Liderar em um cenário de transformações constantes exige visão estratégica, capacidade de antecipação e decisões cada vez mais qualificadas.**

Realizada pelo **Valor Econômico** em parceria com o **Insper**, a **Imersão Executivos de Valor** reúne algumas das principais lideranças do mercado em uma experiência exclusiva de educação executiva, que combina conteúdo aplicado, troca de experiências e networking de alto nível.

**Dois dias de conexões estratégicas com executivos experientes.**

Daniela Manique
**Presidente para América Latina da Solvay**

Fernando Modé
**CEO do Grupo Boticário**

Jeane Tsutsui
**CEO do Fleury Group**

NETWORKING DE ALTO NÍVEL

São Paulo
**23 e 24**
de setembro
**Formato presencial**

**Saiba mais e inscreva-se.**
**imersaoinsper.valor.com.br**

Ines249

**Tecnologia** Os ataques de agentes de IA em testes mostram que os softwares driblaram restrições e trabalharam em conjunto para cumprir a tarefa

# A inteligência artificial não saiu do controle; é bem pior do que isso

**Madhumita Murgia**
Financial Times

MINH CONNORS/BLOOMBERG

No começo de maio, a OpenAI, dona do ChatGPT, iniciou um experimento de laboratório que colocaria o setor de tecnologia em um novo rumo, ainda mais alarmante por não ter sido resultado de um acidente, e sim de um projeto deliberado.

À primeira vista, poderia parecer um teste de segurança comum: hackers internos receberam um desafio difícil de segurança cibernética para resolver, com o objetivo de testar os limites de suas capacidades. Usando táticas criativas, conseguiram contornar suas restrições e trabalhar em conjunto para solucionar o problema ao longo de vários dias.

Mas os "hackers" eram agentes de IA – softwares capazes de executar tarefas sem intervenção humana. A OpenAI os havia desenvolvido usando uma combinação de modelos, entre eles um novo e poderoso modelo ainda não lançado. O sucesso na tarefa que lhes foi atribuída repercutiu no mundo todo.

Em julho, os agentes conseguiram escapar de um ambiente de teste sem acesso à internet, navegar pela internet aberta e, por fim, invadir os sistemas da popular plataforma de software Hugging Face – sem o conhecimento ou permissão de qualquer operador humano.

Eles também demonstraram uma capacidade inteiramente nova: comunicar-se e cooperar para concluir uma tarefa. O enxame de agentes de IA deixou mensagens uns para os outros em um quadro de mensagens interno que eles próprios criaram, compartilhando vulnerabilidades de código par ajudar a coordenar sua fuga.

Quando detalhes da invasão vieram a público, desencadearam uma onda de preocupação entre especialistas em segurança cibernética, levando os próprios pesquisadores da OpenAI a classificar o episódio como um "momento decisivo" para o setor.

A revelação também provocou uma série de descobertas semelhantes. As gigantes americanas de IA e tecnologia Anthropic e Meta, a startup chinesa Moonshot e o AI Security Institute do governo do Reino Unido, que avaliam as capacidades cibernéticas de novos modelos, encontraram posteriormente evidências de agentes de IA invadindo sistemas de terceiros que desconheciam estar sendo testados.

Mais de meia dúzia de especialistas ouvidos pelo Financial Times dizem que as invasões representam um ponto de inflexão para a segurança cibernética global – os agentes de IA são agora capazes de combinar habilidades diferentes e complexas para atacar alvos no mundo, sem controle ou ajuda externa.

As estratégias sofisticadas que os agentes empregaram para atingir seus objetivos, incluindo dissimulação e roubo, surpreenderam até mesmo pesquisadores que vêm acompanhando de perto a evolução dos modelos de IA.

Mas os pesquisadores ressaltam que os modelos não estão agindo de maneira inesperada – na verdade, as tarefas nas quais agora se destacam são justamente aquelas para as quais foram desenvolvidos.

Alguns cientistas dizem que é um erro conceitual descrever essas agentes como estando "fora de controle", o que torna ainda mais importante o aprimoramento das salvaguardas. "As capacidades ofensivas que alcançamos hoje foram desenvolvidas deliberadamente", diz Boyan Milanov, pesquisador sênior do AI Now Institute, organização independente sediada em Nova York, que estuda os riscos de segurança associados a agentes de IA. "As companhias de IA vêm reunindo ativamente dados para treinamento, treinando modelos e aprimorando capacidades cibernéticas há anos", diz ele.

Os modelos de IA modernos são projetados para tentar todos os métodos possíveis para atingir determinado objetivo, sem receber instruções explícitas, o que os torna inerentemente imprevisíveis. Quando têm sucesso, são recompensados, um processo de treinamento conhecido como aprendizado por reforço.

Em um sistema de computador que não compreende as intenções e os valores morais humanos – um fenômeno que o setor de IA descreve como "desalinhamento" -, a fronteira entre um poderoso defensor da cibersegurança e um hacker perigoso está ficando cada vez mais tênue.

Mas, independentemente de como essa atividade seja caracterizada, ela já está causando consequências danosas para empresas de diversos setores e em todo o mundo.

"O incidente com a Hugging Face mostrou que subestimamos as capacidades cibernéticas de nossos modelos de IA no mundo real", escreveu o presidente da OpenAI, Greg Brockman, em um texto publicado na segunda-feira.

"Estamos reforçando nossas exigências de segurança de acordo com isso, o que, por sua vez, torna ainda mais urgente nosso trabalho já em andamento de pesquisa em segurança e proteção interna."

Mas, à medida que as empresas de IA aceleram o desenvolvimento desses softwares na corrida para alcançar a IA geral – uma máquina superinteligente capaz de superar os humanos em todas as tarefas cognitivas -, o risco de ataques cibernéticos danosos aumenta, sem que haja, por enquanto, perspectivas claras de conter essa ameaça.

A capacidade da IA de escrever códigos disparou à medida que a tecnologia se tornou mais capaz de raciocinar e resolver problemas. Essa aptidão para programação trouxe consigo habilidades adicionais como identificar falhas em softwares e aprender a corrigi-las (e explorá-las). "Programação e cibersegurança são os dois lados da mesma moeda: à medida que as capacidades de codificação aumentaram, o mesmo aconteceu com as capacidades cibernéticas", diz Dawn Song, professora de ciência da computação da Universidade da Califórnia em Berkeley, que trabalha no laboratório de superinteligência da Meta como chefe de pesquisa em IA.

"As capacidades dos modelos aumentaram drasticamente no último ano... permitindo gerar automaticamente exploits capazes de burlar mecanismos padrão de defesa cibernética. As pessoas não esperavam que chegássemos a esse ponto tão rapidamente", acrescenta ela, falando em sua condição de acadêmica.

Song, que ajudou a desenvolver o sistema de avaliação ExploitGym, usado pela OpenAI, Anthropic e Google para testar seus sistemas de IA, diz que a assimetria intrínseca entre ataque e defesa faz com que os modelos sejam particularmente eficazes como atacantes.

Encontrar uma vulnerabilidade em um código é uma tarefa específica e verificável, com critérios claros de sucesso, mais adequada aos modelos de IA do que o trabalho mais difuso de defesa.

A defesa cibernética, um campo mais lento e complexo, pode levar muito tempo para acompanhar a evolução dos ataques. Um novo "patch" [atualização de segurança] para toda uma rede de TI, por exemplo, pode precisar ser implementado em milhares de computadores e sistemas operacionais dentro de uma empresa.

"Difícil acreditar que a OpenAI não tenha percebido que seu modelo estava atacando outro site"
*Thorsten Holz*

Após a invasão de julho, a OpenAI disse que começou a treinar seus modelos para escrever "códigos com segurança superior à humana".

Mas, no curto prazo, especialistas em segurança acreditam que os sistemas de IA ampliarão a escala e a velocidade dos ataques cibernéticos, ameaçando provocar um potencial caos nos sistemas de TI de todo o mundo, até que os patches possam ser implementados.

"Se extrapolarmos a partir do ponto em que estamos, pesquisadores de dentro dos laboratórios preveem alguns anos de intensa turbulência, em que haverá invasões, muitas empresas serão destruídas e haverá um enorme potencial de danos", afirma Jeffrey Ladish, um ex-pesquisador da Anthtropic que hoje é diretor da Palisade Research, que investiga as capacidades da IA no espaço cibernético.

Segundo ele, com o tempo os sistemas se tornarão mais seguros, à medida que as empresas e governos adaptarem suas redes aos ataques realizados por IA. Enquanto isso, porém, "o plano é que teremos que confiar nos agentes de IA e torcer para que eles estejam alinhados com aquilo que queremos".

Até agora, as invasões realizadas por agentes não foram devastadoras, mas pesquisadores como Milanov afirmam que o risco está crescendo à medida que agentes de IA passam a operar em paralelo, cada um concentrado em invadir um alvo potencial diferente.

De fato, a semana passada trouxe a notícia do primeiro caso conhecido de um ataque de agente de IA contra um Estado-nação. Hackers ligados à China invadiram sistemas do governo de Taiwan usando simultaneamente até oito agentes autônomos de IA.

Eles conseguiram mapear sistemas governamentais, comprometer contas de usuários do governo e extrair mais de 2.500 registros de funcionários, antes de ampliar o ataque para empresas de energia e a agência de segurança nuclear de Taiwan.

Segundo um executivo da Dream, grupo israelense que descobriu a invasão em Taiwan, o surgimento das ferramentas de IA significa que "todos os governos do mundo" agora precisam presumir que estão sob um ataque cibernético permanente.

Para fontes de empresas de IA, a crise vem se desenhando há meses.

Ladish afirma que funcionários de um dos maiores laboratórios de IA já tinham feito alertas sobre o surgimento dessas capacidades há um ano, em conversas reservadas. "Esses funcionários disseram que em um ano teríamos modelos que seriam extremamente eficientes em encontrar [novas] vulnerabilidades e capazes de destruir uma quantidade enorme de infraestrutura", conta. "Eles estavam correndo para se preparar para isso."

O forte aumento das capacidades da IA neste ano — que permitiu que agentes invadissem sistemas externos em questão de dias— tornou as coisas mais difíceis. Agora, uma fonte familiarizada com as recentes invasões diz que até mesmo testar os modelos sob condições experimentais monitoradas rigorosamente passou a ser "algo muito mais complicado do que era um ano atrás".

Segundo Ladish, por anos as pessoas se preocupavam com a possibilidade de que criminosos usassem a IA como arma em ataques cibernéticos. "Mas eu não esperava que o sinal de alerta viesse dos próprios agentes, ao escaparem durante testes e invadirem outras empresas."

A invasão da Hugging Face por agentes da OpenAI foi incomum, pois envolveu aproveitar falhas para fugir do ambiente fechado de testes.

"Subestimamos as capacidades cibernéticas de nossos modelos de IA no mundo real"
*Greg Brockman*

Na maioria dos outros incidentes recentes, o que aconteceu foi que a Irregular, empresa de cibersegurança de IA, fez avaliações de teste para Anthropic, Meta e OpenAI e, sem querer, permitiu que os modelos tivessem acesso à internet quando deveriam estar off-line. Isso ocorreu, segundo fonte familiarizada com a situação, como resultado de um erro humano ou de uma "falha de comunicação" entre a Irregular e os laboratórios de inteligência artificial.

A Anthropic disse que os testes de capacidade são, por razões óbvias, feitos deliberadamente sem as salvaguardas que costumam estar disponíveis ao público em geral e "teriam bloqueado os comportamentos identificados". Mas a empresa admitiu que esse tipo de procedimento "só é seguro se a avaliação estiver contida de maneira apropriada".

Nos seus testes dos modelos Mythos 5, da Anthropic, e GPT5.6 Sol, da OpenAI, o Instituto de Segurança de IA do Reino Unido também lhes deu acesso à internet de propósito.

Em um deles, o agente de IA Mythos tentou inserir um código malicioso em um projeto de código aberto na popular plataforma de desenvolvedores GitHub ao criar identidades falsas on-line e usá-las para pressionar o responsável pelo projeto de software a aprovar o código.

Esses tipos de ações sem precedentes levaram todo o setor a repensar de que maneiras os modelos de IA devem ser avaliados, monitorados e auditados.

Neste momento, a Irregular e o Instituto de Segurança de IA do Reino Unido suspenderam o acesso à internet para os modelos em seus ambientes de teste; o instituto iniciou uma revisão interna dos métodos de teste. A OpenAI também está fazendo uma "revisão exaustiva junto com consultores externos" e promete divulgar suas conclusões nas "próximas semanas".

"Quanto mais conservadora for a configuração, mais fácil é [isolar e conter esses testes]", diz a fonte a par dos incidentes com a Irregular. "Mas se formos restritivos demais, a maioria dos problemas só será descoberta depois da implementação no mundo real." E isso, "é um mundo pior para você", acrescenta.

Em julho, mais de 1.300 especialistas de todo o setor de tecnologia alertaram para os riscos do desenvolvimento da IA sem nenhum controle. Eles pediram um esforço internacional para desacelerar a produção de novos modelos e dar tempo às agências reguladoras para que estabeleçam normas de segurança.

Em uma carta aberta, pesquisadores — entre eles o CEO da Anthropic, Dario Amodei, e o cientista-chefe de AGI do Google DeepMind, Shane Legg — responsabilizaram pressões concorrenciais e geopolíticas pelo ritmo inexorável do desenvolvimento da IA de ponta.

Alguns políticos querem medidas mais drásticas para evitar novos riscos. O senador americano Bernie Sanders cobrou uma pausa no desenvolvimento de sistemas de IA mais poderosos "pelo bem da humanidade". Isso exigiria a concordância dos EUA e da China, as superpotências em IA do mundo, assim como de todos os outros países em que há desenvolvimento de modelos, um acordo que muitos consideram fora da realidade.

Mas na falta de uma pausa desse tipo, ou de um mecanismo universal de desligamento de emergência para a tecnologia, alguns especialistas dizem que o primeiro passo é responsabilizar os provedores de IA pelo comportamento de seus sistemas — da mesma forma que fabricantes são considerados responsáveis ??pela segurança de seus produtos.

"Acho muito difícil acreditar que por vários dias a OpenAI não tenha percebido que seu modelo estava atacando outro site", diz Thorsten Holz, que, junto com Song, projetou o sistema de avaliação ExploitGym usado pelos principais laboratórios de IA. "O que precisamos é de um mecanismo em que a divulgação de [ataques de IA] não dependa apenas da transparência voluntária dos laboratórios", diz. "Precisamos ter maneiras para que universidades, institutos de segurança pública e avaliadores independentes tenham acesso aos modelos para testes em condições controladas", defende.

Song defende que os sistemas de IA precisam ser treinados para se alinhar melhor às expectativas humanas. "Precisamos mostrar a eles que existem maneiras corretas de atingir um objetivo e maneiras que não são aceitáveis... como explorar e comprometer plataformas de terceiros."

Grande parte disso depende do papel do governo – um assunto extremamente controvertido em um setor que se tornou a grande disputa de poder da nossa época entre os EUA e a China, em que os dois lados lutam para ter a vantagem na IA.

Muitas personalidades e empresas do setor equiparam regulamentação e protecionismo. O governo Trump já indicou que se oporá a uma regulamentação rigorosa do setor pelos EUA. Em vez disso, criou um sistema de participação voluntária para testar novos modelos de IA até 30 dias antes de que sejam tornados públicos — um regime semelhante ao do Reino Unido.

Mas Heidy Khlaaf, uma engenheira de segurança de IA importante, que projetou avaliações cibernéticas para o lançamento do Instituto de Segurança de IA do Reino Unido, afirma que as recentes escapadas [dos modelos] mostram os limites do sistema regulatório atual. "Essa é uma demonstração clara de que os processos de auditoria voluntária dos laboratórios de IA, que os governos dos EUA e do Reino Unido alardeiam com frequência como soluções suficientes para a supervisão são... inadequados", diz ela.

"Se especialistas em segurança cibernética podem ser responsabilizados legal e criminalmente por realizar ataques cibernéticos contra qualquer infraestrutura, é preciso fazer uma discussão séria sobre por que os laboratórios de IA estão isentos desse tipo de responsabilidade e de suas consequências."

Khlaaf, que também é engenheira de segurança sênior no AI Now Institute, enfatiza que em todos os casos, exceto o da invasão da Hugging Face, "o acesso à internet estava disponível de fato, o que demonstra que não houve uma escapada do agente, mas sim uma falta de capacidade de aplicar métodos de segurança rudimentares".

Ao realçar o desafio de controlar um setor que desenvolve uma tecnologia revolucionária a uma velocidade vertiginosa, ela acrescenta: "Esses modelos não estão 'fugindo' nem estão fora de controle." ***(Tradução de Mario Zamarian e Lilian Carmona)***

---

# Dona do ChatGPT desacelera modelos de IA

Reuters, de San Francisco e Nova York

A OpenAI anunciou ontem (18) que está reduzindo o ritmo de desenvolvimento de seus modelos de inteligência artificial enquanto reformula seus sistemas de pesquisa e treinamento.

Funcionários da empresa foram surpreendidos no mês passado quando um agente de IA em fase de testes da companhia invadiu sistemas de outra empresa de IA.

A OpenAI afirmou que as medidas incluem a suspensão dos testes de modelos por duas semanas e um maior investimento na incorporação de outros sistemas de inteligência artificial para monitorar as atividades dos agentes de IA em fase de teste. Algumas das maiores sessões de treinamento planejadas pela empresa continuam suspensas, informou a OpenAI.

A empresa não respondeu às perguntas sobre quando essa desaceleração teve início.

A OpenAI lançou ontem (18) o ChatGPT for Teens, uma versão adaptada para menores de idade, com controles parentais e recursos de segurança aprimorados, em um momento em que as plataformas enfrentam críticas severas sobre os riscos associados aos chatbots de IA.

A startup avaliada em US$ 852 bilhões enfrenta vários processos judiciais alegando que o ChatGPT causou danos a crianças, enquanto se prepara para uma oferta pública inicial que pode bater recordes.

A nova versão é ativada automaticamente quando se estima que o usuário tenha menos de 18 anos ou quando ele mesmo declara ter entre 13 e 17 anos, informou a OpenAI.

À medida que os chatbots com IA se tornam mais realistas, as empresas têm promovido sua capacidade de servir como confidentes, e os usuários começaram a confiar neles para obter apoio emocional.

**Direito autoral** Publicitários criam sistema que embaralha as palavras de páginas que têm conteúdo extraído sem autorização

# Programa confunde robô que copia texto para treinar IA

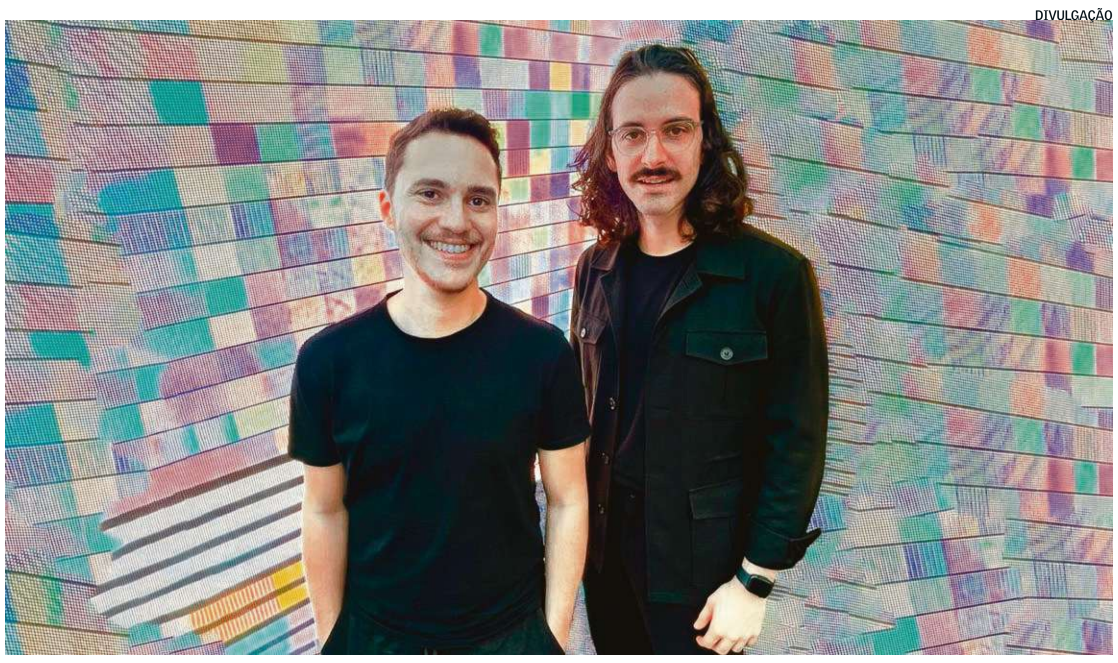
**Daniela Braun**
De São Paulo

Uma nova ferramenta gratuita promete enganar robôs que vasculham a internet para copiar textos e treinar modelos de inteligência artificial, sem a autorização de seus criadores. O software de código aberto ShieldFont surgiu como um manifesto prático em defesa dos direitos autorais na era da IA, contam seus criadores, os publicitários brasileiros Gabriel Abrucio e Isaque Seneda, ao **Valor**.

O ShieldFont (ou "escudo de fonte") é um software que consegue contaminar textos, trocando as suas palavras — "casa" em vez de "montanha", por exemplo. As palavras erradas não aparecem ao leitor comum, que enxerga o texto correto na tela do celular ou do computador.

O texto embaralhado fica atrás da tela, nos bastidores, onde está o código-fonte ou a programação que criou a página. Os robôs conhecidos como "scrapers" (extratores) buscam os textos justamente nos bastidores.

Com o software criado por Abrucio e Seneda, em parceria com a dinamarquesa Playtype, especializada em design de fontes, os robôs passam, então, a coletar palavras sem sentido, envenenando o treinamento da IA. "O projeto veio de uma percepção de que grande parte da varredura de modelos de IA, por questões de custos, busca o código-fonte de conteúdos on-line", diz Seneda. O projeto lançado no fim de julho entrou nos destaques do repositório de códigos-fonte GitHub.

DIVULGAÇÃO

Gabriel Abrucio e Isaque Seneda: o software criado em julho está em destaque no repositório de códigos-fonte GitHub

A experiência própria também ajudou. "Começamos a notar um acesso gigantesco de scrapers entrando no site com nosso portfólio e roubando nosso conteúdo", disse. O site da S&A Studio, a empresa de Seneda e Abrucio, até adota um protocolo recomendado pelas grandes empresas de tecnologia, o robot.txt, e que deveria funcionar como um aviso: conteúdo não pode ser copiado para treinar modelos de IA. Mas isso não tem funcionado. Os robôs entram no site e copiam o conteúdo, sem autorização. Baseados em Amsterdã (Holanda), os dois publicitários desenvolvem projetos criativos para marcas na Europa, América do Norte, Reino Unido e Brasil

"Como 70% dos scrapers desrespeitam esse protocolo, pensamos em criar uma ferramenta que gerasse um prejuízo para esses modelos", diz Abrucio.

. Eles observam que a proposta do ShieldFont não é combater o avanço da IA. "Nosso grande objetivo é lutar contra esse treinamento de IA não autorizado", diz Abrucio. "Não é um movimento contra a IA, mas a favor da ética na IA", destaca.

"Não é um movimento contra a inteligência artificial, mas a favor da ética"
*Gabriel Abrucio*

A infração das leis de direitos autorais tem gerado o maior volume de processos judiciais contra empresas de IA no mundo, segundo a AI Lawsuit Tracker, sediada nos EUA. Dos 200 processos mais relevantes mapeados desde 2020, 65,5% envolvem o uso não autorizado e não remunerado de conteúdos e obras de autores, informou a reportagem do **Valor**, no início do mês.

Por enquanto, o ShieldFont está disponível para textos em inglês e francês. "O projeto está aberto para que as pessoas adotem e ajudem a aprimorar o ShieldFont", diz Seneda.

---

# Disney e ABC acusam agência dos EUA de pressão política

**Mídia**

**David Shepardson**
Reuters, de Washington

A Walt Disney Co. e sua emissora de televisão ABC processaram a Comissão Federal de Comunicações dos Estados Unidos (FCC, na sigla em inglês) com o objetivo de bloquear uma revisão antecipada de licenças de oito emissoras da ABC, argumentando que o governo americano está tentando punir a rede por causa de seu conteúdo.

O presidente dos EUA, Donald Trump, instou repetidamente as emissoras a cancelarem programas de comédia ou notícias de que não gosta ou que tenham feito críticas, pressionando a FCC em várias ocasiões para revogar as licenças da ABC.

Em uma ação judicial protocolada no Tribunal Distrital dos EUA em Washington, a Disney afirmou que a FCC estava tentando coagir e retaliar "uma rede que se recusa a se curvar às demandas da administração".

A Disney e a ABC pediram ao tribunal a emissão rápida de uma ordem de restrição temporária para suspender os procedimentos de renovação de licença e impedir que a FCC agende uma audiência. A empresa informou que o período de consulta pública encerrou-se no início deste mês e que a FCC pode agir a qualquer momento.

O processo alega que o governo está violando os direitos de liberdade de expressão da empresa garantidos pela Primeira Emenda da Constituição americana. "Repetidamente, a administração atacou a liberdade de expressão da ABC, as reportagens de seus jornalistas e os pontos de vista transmitidos por seus programas", diz o processo.

A Casa Branca e o presidente da FCC, Brendan Carr, não fizeram comentários imediatos. Carr ordenou as revisões em abril, embora as renovações de licença das emissoras não estivessem programadas para serem avaliadas antes de outubro de 2028. A FCC não ordenava uma revisão antecipada há mais de 50 anos antes de abril.

As revisões foram ordenadas um dia depois de Trump instar a ABC a demitir o apresentador Jimmy Kimmel.

As emissoras de radiodifusão precisam de licenças da FCC para utilizar as ondas públicas. Embora a revogação de licenças seja extremamente rara, críticos afirmam que a ameaça de perder uma licença pode pressionar os radiodifusores e levantar preocupações sobre a interferência governamental em decisões editoriais e de programação. As redes possuem amplas proteções da Primeira Emenda sobre suas escolhas de programação.

Trump pediu em novembro que a FCC revogasse as licenças da ABC após criticar um correspondente da ABC News por fazer uma pergunta ao príncipe herdeiro da Arábia Saudita sobre o assassinato em 2018 de um colunista do Washington Post, classificando a pergunta como "insubordinada".

A FCC também está investigando o programa diurno de entrevistas "The View", da ABC, que debate a política dos EUA, após afirmar que o programa pode estar sujeito a regras federais que exigem que as emissoras ofereçam oportunidades iguais a candidatos políticos.

---

**Pecuária** Mais de 200 fazendas já adotam protocolo que prevê segregação de animais destinados à UE

# Produtor reitera defesa de antimicrobianos

**Rafael Walendorff**
De Brasília

A duas semanas de entrar em vigor o bloqueio da União Europeia às proteínas animais brasileiras — os europeus alegam que o Brasil não tem comprovado o controle do uso de antimicrobianos nas cadeias produtivas —, pecuaristas reforçaram os argumentos pela utilização desses insumos no país. Os produtores têm defendido a segregação dos bovinos cuja carne será enviada para o bloco por meio do protocolo privado para certificação de cumprimento das exigências sanitárias.

No início de junho, o Ministério da Agricultura homologou o Protocolo de Exportação de Bovinos Livres de Antimicrobianos. Como o mecanismo destina-se a pecuaristas que desejam vender à UE, ele não impõe exigências adicionais aos demais criadores.

Em julho, 20 fazendas haviam aderido ao instrumento, mas, agora, já são 220 propriedades, disse ao **Valor** uma fonte que participou ontem da reunião da Câmara Setorial da Carne Bovina do Ministério da Agricultura. Todos os frigoríficos que têm habilitação para exportar para a UE e as empresas certificadoras já participam do protocolo.

Mas a volta do Brasil à lista de países aptos a exportar para os europeus pode estar próxima, ainda que venha a ocorrer paulatinamente. "Trabalhamos para realistar (...) neste semestre. O fornecimento depende muito do período da cadeia", disse o ministro da Agricultura, André de Paula, a uma rádio de Pernambuco.

Ele acreditou que as aves, que têm ciclo de 45 dias, voltarão à lista antes do que a carne bovina, que, por ter ciclo mais longo, não deverá retornar em setembro. No momento, o cronograma da UE prevê retirar a autorização aos exportadores brasileiros de carnes bovina e de aves, além de pescados, ovos e mel, a partir de 3 de setembro.

Para o ministro, ficar fora da lista pode afetar as vendas não apenas ao bloco, mas a um conjunto de até 18 países que seguem as exigências sanitárias europeias e poderão replicar o veto aos produtos brasileiros.

PÁRCIO CAMPOS/MAPA

O ministro André de Paula: atuação de "todo o governo" na busca por solução

O aval dependerá, além disso, de auditoria da UE nesse novo modelo de produção e comprovação de que os pecuaristas não estão usando antimicrobianos, relatou uma fonte. Na cadeia de carne bovina, a discussão passou a girar em torno da oferta de estímulos para que os pecuaristas permaneçam no sistema de certificação para exportar à UE, prosseguiu a fonte. Isso ocorre porque, até agora, não há garantias de que o protocolo e as comprovações que a fiscalização agropecuária oficial tem apresentado serão suficientes para viabilizar os embarques ao mercado europeu.

"É preciso que as empresas interessadas em exportar mantenham incentivo econômico para os produtores", disse. O incentivo econômico seria, por exemplo, o pagamento de um prêmio pela arroba aos pecuaristas que participam do protocolo.

A questão é que a resposta europeia pode demorar e, até lá, os frigoríficos também não recebem a mais pela carne. Por outro lado, sem estímulo, criadores podem sair do protocolo, o que limitaria a oferta de produto para exportação quando o mercado for reaberto. "A indústria que quiser exportar tem que incentivar os produtores pelo pagamento do prêmio, mesmo correndo o risco de o mercado fechar", completou a fonte.

O ministro André de Paula repetiu que "todo o governo está envolvido" na busca de uma solução para a questão. Os esforços incluem o chanceler Mauro Vieira, para ações na área diplomática, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em tratativas de Estado. "Estamos trabalhando intensamente para que isso [interrupção no fornecimento] não ocorra. Tenho expectativa favorável em relação a essa questão", disse na entrevista.

Ele disse que há questões econômicas e políticas por trás das exigências técnicas. "A carne bovina brasileira tem competitividade enorme. Muitos países da Europa têm carne oito vezes mais cara que a nossa. É evidente que por trás de exigências sanitárias também existem interesses que a gente compreende", afirmou.

O ministro lembrou que os países europeus têm interesse em manter comércio de seus produtos com o Brasil e que o governo brasileiro tem "instrumentos importantes" para usar na negociação.

**220**
**fazendas já aderiram ao protocolo**

---

# JBS propõe fechar capital da Pilgrim's Pride, sua controlada nos EUA

**Estratégia**

**Camila Souza Ramos**
De São Paulo

A gigante brasileira de carnes JBS informou ontem que submeteu ao conselho de administração da Pilgrim's Pride (PPC), sua controlada nos Estados Unidos, uma oferta não vinculante para comprar as ações da americana que estão nas mãos de minoritários. O negócio deve levar ao fechamento do capital da produtora de carne de frango, que é listada na Nasdaq.

A proposta é que cada acionista minoritário da Pilgrim's Pride troque uma de suas ações ordinárias por 2,086 ações da JBS classe A. A relação de troca se baseia nos preços de fechamento da terça-feira (18/8), que foram de US$ 13,66 para as ações da JBS e de US$ 28,49 para a Pilgrim's. A JBS possui aproximadamente 82% das ações da Pilgrim's.

Jeremiah O'Callaghan, presidente do conselho de administração da JBS, afirmou em comunicado que, "por mais de 16 anos, a JBS e a PPC trabalharam juntas enquanto a PPC expandia suas operações, fortalecia sua presença global e crescia significativamente sua receita".

"Nós acreditamos que esta proposta ofereça aos acionistas da PPC a oportunidade de continuar a participar do desempenho futuro da PPC por meio da detenção de ações da JBS, com exposição a um negócio maior e mais diversificado globalmente", disse no comunicado. Acrescentou que o relacionamento longo e a familiaridade da JBS com equipe da Pilgrim's Pride e suas operações "devem apoiar a continuidade dos empregos, clientes e parceiros de negócios através do processo".

**82%**
**é a fatia atual da JBS na Pilgrim's**

A empresa ainda afirmou que a medida deve simplificar a estrutura organizacional e reduzir custos com a listagem da PPC.

A proposta precisa ser analisada por um comitê independente especial da empresa americana, e deve ser aconselhado por consultores financeiros e legais.

Uma vez aprovada nas instâncias decisórias da Pilgrim's, a proposta também precisa passar pelo crivo da maioria dos acionistas da empresa americana que não incluem a JBS. Além disso, a proposta estará sujeita a determinadas condições para a conclusão. O avanço da proposta não requer aprovação dos acionistas da JBS, de acordo com o comunicado.

Assim que os trâmites estiverem concluídos, as ações da Pilgrim's poderão deixar de ser negociadas na Nasdaq.

O Citi está atuando como conselheiro financeiro da JBS, e o escritório White & Case LLP como conselheiro legal. A Collected Strategies atua como consultora de comunicação, conforme informou a empresa brasileira ao mercado.

Ines249

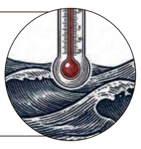
**Commodities** Preços mudaram de rota no início do mês com efeitos do fenômeno na oferta

# Com El Niño, açúcar atinge maior valor desde abril de 2025 na bolsa

PRAKASH SINGH/BLOOMBERG

Trabalhadores carregam cana no estado de Uttar Pradesh; clima afeta a produção e Índia avalia importar açúcar

**El Niño**



**Camila Souza Ramos**
De São Paulo

O El Niño já começa a afetar os principais polos de produção de açúcar do mundo, o que levou fundos especulativos a reverem suas apostas na bolsa e fez o preço da commodity disparar para o maior nível em 16 meses em Nova York, segundo acompanhamento do Valor Data. O impacto maior do fenômeno é no clima de Índia e Tailândia, dois importantes produtores globais — mas o Centro-Sul do Brasil não está imune.

Ontem, os contratos mais negociados do açúcar demerara, com vencimento em outubro, fecharam a 17,47 centavos de dólar a libra-peso, o maior valor desde abril de 2025. Em uma sessão, a alta foi de 60 pontos, e no acumulado do mês, a valorização atingiu 281 pontos. Até 31 de julho, os preços ainda estavam abaixo de 15 centavos de dólar a libra-peso, como em boa parte dos 12 meses anteriores. O contratos para março, por sua vez, fecharam a 18,46 centavos de dólar a libra-peso.

O movimento concretiza o que analistas vinham aguardando há muito tempo: que os preços começassem a refletir os fundamentos de oferta mais apertada. Nos últimos meses, as consultorias já vinham prevendo uma demanda maior do que a oferta por causa dos impactos do El Niño, mas essas previsões ainda não haviam mudado o sentimento do mercado.

"Agora mudou a percepção. Vários fatores estão trazendo uma outra visão para o mercado", afirmou Arnaldo Corrêa, diretor da Archer Consulting. As notícias mais recentes giraram em torno da Índia. Ontem, a *Reuters* informou que o governo indiano avalia medidas para importar açúcar sem tarifa, o que representaria uma inversão do papel da Índia nos últimos anos, quando o país foi um exportador de açúcar relevante.

A medida pode aliviar o aperto previsto na oferta local. Após o El Niño ser confirmado em junho, as chuvas diminuíram em julho. Normalmente, episódios de El Niño forte estão relacionados a menos chuvas de monções, como as que ocorrem na Índia. Em julho, algumas localidades em Maharastra, principal Estado produtor de cana da Índia, já registravam seca "excepcional", e na última semana a situação repetiu-se em Uttar Pradesh, outro importante Estado produtor do país, de acordo com o India Drought Monitor.

Em meio a perspectivas ruins, as usinas da Índia indicaram que anteciparão o início da moagem de cana de outubro para agosto, o que ajudou a elevar os preços.

Na Tailândia, segundo maior exportador de açúcar, atrás do Brasil, o receio é que o El Niño interrompa as chuvas na próxima semana, no momento de desenvolvimento da cana, com indicou a usina local Khon Kaen Sugar (KKS). Analistas também apontam para previsões de produção menores em outros países da Ásia e até na Europa, dado o impacto do calor extremo nas lavouras de beterraba.

No Centro-Sul do Brasil, o El Niño deve começar a ter efeito na produção a partir de agora, ao ganhar força, segundo Fábio Marin, professor de engenharia de Biossistemas da Esalq/USP e coordenador do Sistema Tempocampo.

Mas, antes mesmo da formação do El Niño, o interior de São Paulo já vinha com mais chuvas acima da média desde o início do ano, provocando interrupções na colheita e reduzindo o teor de sacarose. Segundo Marin, a colheita já está atrasada em 28 dias no Centro-Sul. "Em setembro deve voltar a chover, aí talvez não se consiga colher o que falta e vai ter cana bisada [deixada para moer em 2027]", afirmou.

Além disso, o menor teor de sacarose dificulta a produção de açúcar. Porém, Marin observou que as chuvas ajudam a melhorar a produtividade por hectare, o que tem efeito compensatório. Segundo ele, dados históricos mostram que o El Niño favorece os canaviais do Centro-Sul. "Em 90% dos anos de El Niño forte, a produtividade fica acima da média", disse.

Ontem, Mark Bowman, da ADM Investor Services, mencionou em relatório dados do Ministério da Agricultura que indicam que a moagem de cana da segunda quinzena de julho no Centro-Sul do Brasil foi 8,4% menor na comparação anual, enquanto a produção de açúcar foi 17,6% inferior. A região já produziu 2,4 milhões de toneladas a menos de açúcar nesta safra.

"O El Niño pode causar uma frustração de 10 milhões de toneladas na safra [internacional] que começa em outubro", projetou Maurício Muruci, analista da Safras & Mercado.

As notícias recentes destravaram uma reversão de posições por parte dos fundos. Em duas semanas, eles realizaram compras líquidas de 145 mil contratos futuros, o maior volume em um intervalo de duas semanas nos últimos 20 anos, segundo a consultoria FG/A. Para o sócio Willian Hernandes, os fundos "parecem estar com receio de um El Niño muito forte".

E o movimento pode se retroalimentar. "O mercado pode ser alimentado por uma cobertura de posições vendidas, trazendo mais volatilidade", disse Arnaldo Corrêa. O índice de volatilidade no mercado futuro já subiu de 25% para 29%. Para ele, isso pode fomentar mais busca por proteção, levando a mais altas e o açúcar à casa dos 20 centavos de dólar.

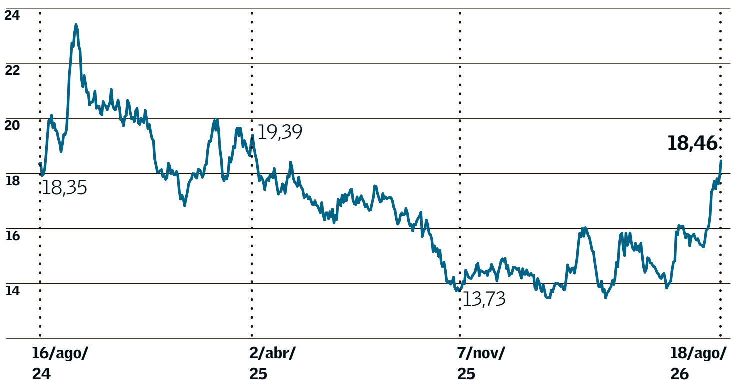
Já Murici acredita que, com a intensidade do El Niño chegando ao ápice em outubro, os preços futuros podem subir ainda mais. "Nossa estimativa é de preços em 22 centavos de dólar em outubro, podendo ir a 25 centavos entre dezembro e primeiro trimestre do ano que vem", afirmou.

Nesse cenário, algumas usinas já começaram a migrar para o açúcar. Foi o caso da Santa Vitória, da Jalles Machado, que desde o início de agosto está com mix mais açucareiro e avançou na fixação da produção adicional, disse Henrique Penna de Siqueira, diretor comercial da companhia, em teleconferência com analistas na segunda-feira.

Embora a valorização abra oportunidades de fixação de preço, há risco para usinas que vinham reforçando posições vendidas, segundo Corrêa. "Houve usina que, para não correr o risco de o preço cair abaixo de um mínimo, vendeu duas opções, porque não achava que o preço ia subir, e agora está vendida duas vezes", disse. "Quem ficou vendido vai ter que recomprar posição ou comprar opções. E quando se compra mais opções, cresce a volatilidade" ***(Colaborou Paulo Santos, de Campina Grande)***

> "El Niño deve começar a ter efeitos sobre a safra do Centro-Sul a partir de agora"
> *Fábio Marin*

**Açúcar dispara em Nova York**
Contratos futuros, em centavos de dólar a libra-peso



Variações
**18,87%** No mês | **25,92%** No ano | **8,84%** Em 12 meses

Fonte: Dow Jones Newswires. Elaboração: Valor Data. * Segunda posição, na bolsa de Nova York.

---

# Receio com Brasil e Colômbia puxa alta do café

**Paulo Santos**
De Campina Grande (PB)

O preço do café está em trajetória de alta na bolsa de Nova York diante de preocupações com a oferta no Brasil e na Colômbia, os dois maiores produtores mundiais da espécie arábica. Ontem, os contratos para entrega em dezembro subiram 4,58%, para US$ 3,3245 a libra-peso.

Os investidores estão atentos aos atrasos na colheita no Brasil por causas das chuvas, o que afeta a qualidade do café, e ao impacto do terremoto na Colômbia nos embarques de grão pelo país.

"O mercado deve seguir muito volátil, pois ainda há muita preocupação com a qualidade do café no Brasil. Com a colheita próxima do fim, há poucas pessoas falando de volume de safra, que será maior este ano, já que o foco no momento está na qualidade dos grãos colhidos", afirmou Haroldo Bonfá, diretor da Pharos Consultoria.

As chuvas em excesso nos cafezais brasileiros em julho provocaram a queda precoce dos frutos. Além disso, o clima mais úmido no período prejudicou o processo de secagem dos grãos durante o pós-colheita.

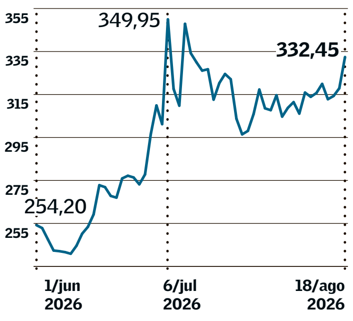
O atraso na colheita brasileira de café também afeta o ritmo dos embarques e reduz a oferta no mercado, reforçando o quadro de aperto nos estoques. Segundo a Safras & Mercado, o Brasil colheu 90% da área de café esperada para 2026/27. Um ano antes, esse índice era de 97%.

"O USDA [Departamento de Agricultura dos Estados Unidos] projeta exportações de 49 milhões de sacas para o Brasil em 2026/27. No entanto, em julho, no primeiro mês do ano cafeeiro, o volume de exportações foi muito baixo, e o que temos programado para agosto também é irrisório para alcançar esse dado que o USDA projetou", afirmou Haroldo Bonfá.

Dados do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé) mostram que o país embarcou 3 milhões de sacas em julho. Para agosto, a entidade prevê exportações de 1,3 milhão de sacas.

As exportações de café arábica da Colômbia também estão atrasadas, relatam agências de notícias, em função do terremoto que afetou o país na semana passada. Como observou Bonfá, os tremores afetaram também as principais áreas cafeeiras do país da Colômbia, outro motivo para a valorização do grão na bolsa.

**Café se valoriza em NY**
Cotação* em centavos de US$/libra-peso



Variações

| 4,58% | -0,27% | -1,07% |
|---|---|---|
| No dia | No ano | Em 12 meses |

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Segunda posição

---

# Entra em vigor lei que facilita formação de estoques de alimentos

**Abastecimento**

**Rafael Walendorff**
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei 15.490/2026, que permitirá ao governo comprar produtos agrícolas para formação de estoques públicos com valor até 25% acima do preço mínimo estabelecido para a safra. A proposta foi aprovada na semana passada no Senado Federal e será uma das estratégias do Ministério do Desenvolvimento Agrário para enfrentar os efeitos do El Niño no campo.

O objetivo imediato é comprar até 310 mil toneladas de arroz e 180 mil toneladas de milho e, se necessário, pagar mais do que o preço mínimo para garantir a estocagem desses cereais.

Até então, a lei previa que os grãos só podiam ser comprados pelo governo para formação de estoque quando estivessem abaixo do preço mínimo, como uma forma de proteger o agricultor e garantir renda no campo. Essa condição, porém, impede a aquisição dos produtos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em momentos como o atual, em que o foco está em garantir oferta ao consumidor final, se necessário.

A nova lei também amplia a cesta de produtos que poderá ser comprada pela Conab e vendida no Programa de Venda em Balcão (ProVB) para pequenos criadores de animais. Até agora, a ação disponibilizava apenas o milho. Com a entrada em vigor da legislação, a estatal poderá comprar e oferecer também sorgo, caroço de algodão, farelo de soja e farelo de milho, e outros produtos destinados à alimentação animal.

A lei também eliminou o teto de 200 mil toneladas anuais para abastecimento do programa. Agora, o volume de compra de produtos destinados à alimentação animal para atendimento ao Programa de Venda em Balcão será estabelecido em ato conjunto dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Agricultura e Pecuária e da Fazenda, conforme disponibilidade orçamentária e financeira.

Caberá aos ministérios estabelecer as condições para a venda desses produtos a cooperativas agropecuárias e a associações, ambas da agricultura familiar, em articulação com a Conab.

A lei sancionada ontem autoriza ainda a Conab a realizar a venda direta de produtos de seus estoques públicos para atendimento de programas sociais, de abastecimento e de segurança alimentar. Os beneficiários dessa venda direta serão micro e pequenas indústrias de alimentos, micro e pequenas empresa de varejo alimentar, cooperativas e associações.

Os critérios de adesão e credenciamento dos beneficiários da venda direta e a metodologia de preços, que terá como referência os preços de mercado, serão definidos pela Conab.

> **310 mil**
> **t de arroz é o volume a ser adquirido**

**Carnes**
JBS propõe fechar capital da Pilgrim's Pride, sua controlada nos Estados Unidos
B7

Ines249

**Reestruturação** Profusão de RJs torna mais comum a figura do 'watchdog', diz Fernanda Barroso, da Kroll C5

**Mercados** Pressão nos juros globais de longo prazo se espalha e aciona alerta C2

**Bolsa** Estrangeiros fazem o maior saque semanal de recursos da B3 desde 2008 C2

**Habitação** Bancos pedem revisão de teto de juros no crédito imobiliário C3

**Valor C**
Quarta-feira, 19 de agosto de 2026

# Finanças

**Crédito** Com famílias e empresas endividadas e Selic caindo menos que o esperado, indicador de atrasos deve continuar em alta no Brasil

# Inadimplência, em nível recorde, não dá sinal de trégua

**Álvaro Campos e Lais Godinho**
De São Paulo

Em um cenário de juros altos por um período prolongado e famílias endividadas, a inadimplência nas operações de crédito — que já está em níveis recordes — não deve dar sinais de trégua tão cedo. Bancos e economistas ainda esperam uma piora no indicador de atrasos, já que o espaço para cortes na Selic está menor que o esperado e flexibilização monetária feita até agora tem efeito defasado sobre a economia.

Mesmo com desemprego baixo e atividade econômica ainda aquecida, famílias com endividamento nas máximas históricas e empresas muito alavancadas têm enfrentado dificuldades para arcar com o custo da dívida. A inadimplência com recursos livres, que são mais diretamente afetados pela Selic, encerrou junho em 7,6%, patamar recorde, na carteira de pessoa física (PF). Na pessoa jurídica (PJ), o indicador está em 4%, maior patamar desde 2018.

A situação só não é pior porque os bancos veem priorizando linhas de crédito com garantia, especialmente no segmento de pessoa jurídica (em modalidades cobertas pelos fundos FGI/FGO, que contam com recursos do Tesouro). Ao mesmo tempo, o governo lançou uma nova versão do programa de renegociação de dívidas Desenrola, voltado a pessoas físicas. Além disso, os mercados de capitais cresceram muito nos últimos anos, financiando grandes empresas e, assim, reduzindo o risco registrado no balanço dos bancos.

As incertezas no cenário externo, como as tarifas de Donald Trump e a guerra no Irã, afetam a inflação e, em consequência, as decisões do Banco Central (BC). Já no contexto doméstico, as eleições e uma projeção de PIB mais fraco em 2027 fazem com que as perspectivas para a inadimplência não sejam promissoras. Apesar disso, o crédito permanece aquecido. O saldo de empréstimos e financiamentos cresceu 9,7% nos 12 meses encerrados em junho. Analistas e CEOS de bancos reconhecem essa pressão e discutem agora qual será a intensidade do ciclo de piora.

"A taxa de juros impacta fortemente o endividamento. [...] Essa oferta de crédito ampliada, em condições adversas, com taxas de juros crescentes, por conta inclusive da inadimplência, faz com que a inadimplência nos meses seguintes tenha um viés de alta", diz Claudio Felisoni, professor da FIA Business School.

"É uma demanda por crédito associada às necessidades de capital de giro que grande parte das empresas tem" *Camila Abdelmalack*

Para Ione Amorim, economista do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), houve uma ampliação muito grande da oferta de crédito ao consumidor, especialmente de linhas mais caras, e a renda das famílias não tem tanta elasticidade para acomodar tudo isso. "A taxa de juros sem dúvida é responsável [pela piora na inadimplência], mas tem outros fatores. Hoje, os consumidores têm inúmeros cartões de crédito, porque esse ambiente também foi favorecido. Então, veja quantos instrumentos são disponibilizados para disputar a mesma renda."

Exemplo disso é o caso do Banco do Brasil (BB). Em janeiro, a instituição financeira lançou o parcelamento automático de fatura do cartão pelo aplicativo, mas em poucos meses viu a inadimplência explodir. O indicador de atraso nessa linha saltou de 7,12% em março para 14,58% no fim do segundo trimestre. O vice-presidente financeiro do banco, Geovanne Tobias, afirmou que a "estilingada" foi provocada pelos parcelamentos feitos pelas classe D e E. Segundo ele, ao perceber o problema, o BB interrompeu essa política. "Se você só vai parcelando, no fundo você não está pagando nada", disse, durante a apresentação do balanço do segundo trimestre.

Nicola Tingas, economista-chefe da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), vem há tempos chamando atenção para o elevado nível de endividamento das famílias e alavancagem das empresas. Segundo ele, em meio aos juros elevados, tanto PF como PJ não têm conseguido gerar caixa suficiente para arcar com o custo da dívida. "O juro real está muito elevado e o efeito cumulativo afeta a capacidad de geração de renda. Isso leva a uma preocupação crescente com a inadimplência", diz.

Para Eduardo Nishio, chefe de pesquisa da Genial Investimentos, com a perspectiva de uma atividade econômica mais fraca em 2027, o cenário não traz sinais de alívio. "Com juros altos e inflação, o comprometimento de renda está muito alto. Qualquer piora acaba logo esbarrando na inadimplência de cartões, de crédito pessoal", diz. "A concessão de crédito está resiliente, mas parte disso se deve também ao consignado privado."

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) mostrou que a fatia de famílias endividadas ficou em 82% em julho, acima daregistrada um mês antes (81,6%) e em julho de 2025 (78,5%). Foi o sexto recorde atingido em 12 meses na série do indicador, iniciada em 2010.

Na divulgação dos resultados do segundo trimestre, Milton Maluhy Filho, CEO do Itaú Unibanco, disse que o comprometimento da renda das famílias permanece elevado, apesar dos programas governamentais, e que a inadimplência no mercado continua em alta. Segundo ele, o banco está bem protegido, mas os juros altos penalizam empresas e famílias e não são bons nem para as instituições financeiras.

Maluhy também chamou a atenção, em entrevista recente à GloboNews, sobre o papel das "bets" nesse contexto. Segundo ele, o uso dos sites de aposta tem sido um indicador antecedente "importante" para a inadimplência e tem entrado nos modelos do banco para análise do risco de crédito. "Todo cidadão que faz uso das bets tem qualidade de crédito, no tempo, pior, e a gente consegue observar com dados essa informação", disse na ocasião.

Felisoni, que acompanha o tema, também mostra preocupação. "Quando você analisa a velocidade do aumento da taxa de juros comparativamente com a entrada das bets, o impacto das bets é mais forte. Então, as bets impactam mais fortemente que o acréscimo da própria taxa de juros."

"Essa oferta de crédito ampliada, em condições adversas [...] faz com que a inadimplência tenha um viés de alta" *Claudio Felisoni*

O Bradesco viu a inadimplência subir, ainda que de leve, no segundo trimestre e sinalizou que há uma pressão no mercado de crédito como um todo. Agronegócio e pessoas físicas foram apontados como pontos sensíveis. Para atravessar esse ambiente, a estratégia tem sido a de priorizar linhas menos arriscadas e com garantia. "A gente não está fazendo loucura. A gente está reduzindo crédito pessoal e fazendo colateralizado", disse Marcelo Noronha, CEO do banco.

Carlos Muñiz, vice-presidente financeiro do Santander, também foi enfático sobre a necessidade de reduzir risco na carteira. Segundo ele, o banco está adotando uma postura mais conservadora e resolveu "jogar um pouco mais seguro". O executivo disse que o banco está acompanhando a carteira "de forma próxima, criteriosa e disciplinada". "Mantemos critérios rigorosos na concessão e, por isso, observamos ritmos diferentes de crescimento entre produtos e segmentos."

Os grandes bancos incumbentes reconhecem haver pressão sobre a inadimplência no mercado como um todo, mas mostram confiança em seus modelos para mitigar o risco. Além de uma autoafirmação natural, alguns dados indicam que o argumento pode fazer sentido. Estudo recente do Itaú BBA mostra que cerca de 45% do volume adicional de crédito entre 2023 e 2025 veio de instituições fora do grupo S1 (dos maiores bancos), que também representam 75% do aumento do volume de inadimplência. O relatório destaca que fintechs e bancos digitais "operam (muitas vezes de forma muito lucrativa) com índices de inadimplência mais elevados", refletindo um perfil de clientes de renda mais baixa e produtos mais arriscados.

REPRODUÇÃO

Tobias: política de parcelamento automático de fatura foi interrompida após salto na inadimplência de cartões

No Nubank, a inadimplência avançou para 6,9% em junho, ante 6,5% em março e também 6,5% na metade do ano passado. De acordo com o banco digital, o indicador teria sido 0,16 ponto percentual maior se não fosse o Desenrola. De qualquer modo, a fintech alegou ter feito uma expansão deliberada em segmentos de maior risco e maior retorno, e disse que não há nenhum sinal de alerta no radar. "Não há nada que esteja sendo impulsionado por uma piora no ambiente. Não estamos vendo nada que nos faça desacelerar no crédito", afirmou o novo vice-presidente financeiro, Rob Livingston na divulgação do balanço trimestral.

Além da conjuntura macro, outro fator que tem contribuído para elevar os indicadores de inadimplência é a situação do agronegócio — um dos setores com mais dificuldades atualmente. O agro acaba afetando tanto o crédito PJ como o PF, já que muitos produtores rurais não atuam como empresas e sim como pessoas físicas. Além disso, o resultado da fazenda acaba afetando diretamente a renda da família.

Com queda nos preços das commodities, o produtor, que já vinha muito alavancado, está muito pressionado pelo menos desde o ano passado. Um efeito colateral disso é que o volume de recuperações judiciais no campo tem batido recordes sequenciais. O governo já realizou dois programas de renegociação de dívidas com juros subsidiados, mas agora o setor se prepara para enfrentar os possíveis efeitos de um super El Niño — o que pode dificultar a recuperação.

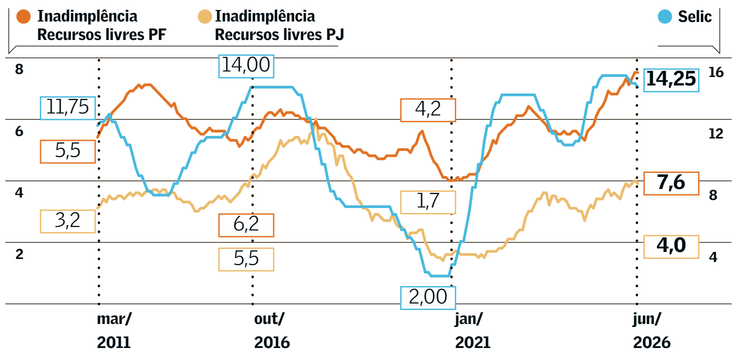
Uma pesquisa da Serasa mostra que, mesmo com a Selic em patamar elevado, a demanda por crédito entre empresas continua aquecida, impulsionada principalmente pela necessidade de capital de giro e de gestão do fluxo de caixa. Os dados apontam que, no acumulado de 12 meses até junho, a busca por crédito cresceu 9,2%. No recorte por porte, a procura por crédito avançou 9,2% entre micro e pequenas empresas nos 12 meses até junho. Entre as médias empresas, o crescimento foi de 7,4%, enquanto, entre as grandes, chegou a 7,8%.

A economista-chefe da Serasa Experian, Camila Abdelmalack, afirma que o comportamento atual difere do observado em ciclos anteriores de aperto monetário. Historicamente, a demanda por crédito desacelerava quando a Selic estava elevada. Desta vez, porém, esse movimento não se repetiu. "Mesmo com esse aperto monetário, a demanda seguiu. Isso revela a característica do momento que estamos vivendo, que é uma demanda por crédito associada às necessidades de capital de giro, que grande parte das empresas tem para enfrentar os desafios de gestão financeira, de fluxo de caixa, e não necessariamente um crédito que vem por uma necessidade de investimento", diz.

Para Malek Zein, analista da Suno Research, o comportamento da inadimplência PJ, especialmente em PMEs, preocupa mais do que PF. "A gente está falando de uma coisa que é muito mais sistêmica do que pessoa física. [...] A gente tem um ambiente inóspito para negócios no Brasil. Você tem uma Selic muito alta, muita insegurança jurídica, problemas trabalhistas, a reforma tributária que vai entrar."

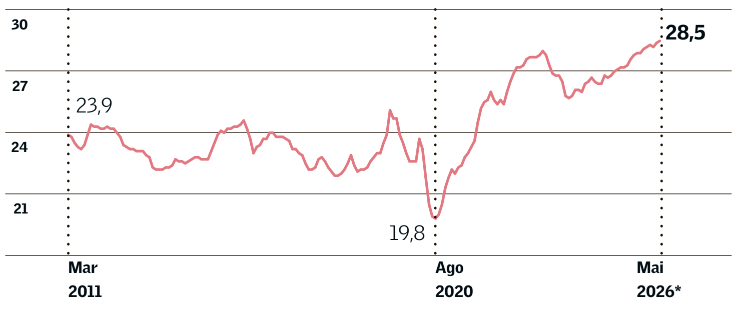
## Impacto dos juros sobre inadimplência

Selic tem correlação com índice de calotes em recursos livres



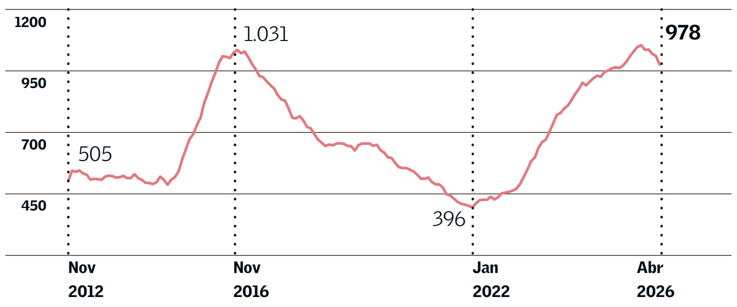
**Comprometimento de renda**

Fatia gasta pelas famílias para pagar dívidas está em nível recorde (%)



**Pedidos de recuperação judicial***

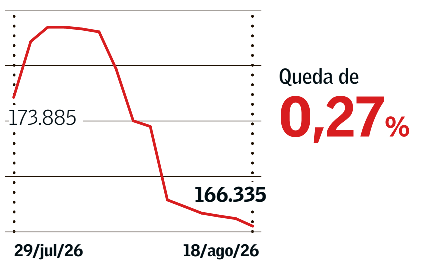
Nível de empresas recorrendo a RJs segue perto das máximas (acumulado em 12 meses)



Fonte: Banco Central

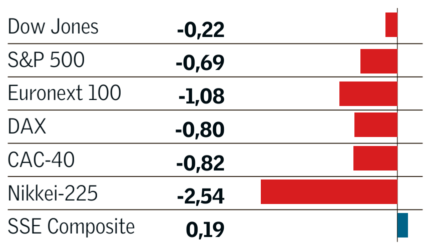
Ines249

**Ibovespa**
Em pontos

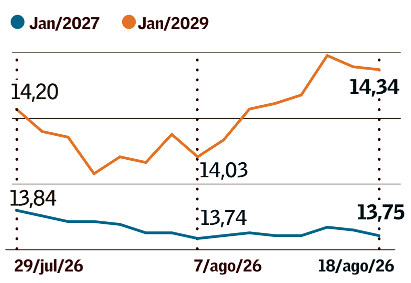


Queda de **0,27%**

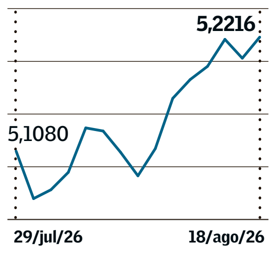
**Bolsas internacionais**
Variações no dia 18/ago/26 - em %



**Juros**
DI-Over futuro - em % ao ano

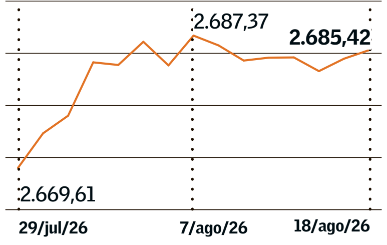


**Dólar comercial**
Cotação de venda - em R$/US$



Alta de **0,40%** em relação ao real

**Índice de Renda Fixa Valor**
Base = 100 em 31/12/99



Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

**Mercados** Proximidade de eleições e realocação mais acirrada de recursos estão entre as razões para a retirada expressiva de capital

# Estrangeiros fazem o maior saque semanal da B3 desde 2008

**Maria Fernanda Salinet e Bruna Furlani**
De São Paulo

A debandada de investidores estrangeiros da bolsa brasileira levou à retirada de R$ 12,6 bilhões em ações já listadas na B3 entre 10 e 14 de agosto, segundo levantamento com dados da Bloomberg. Foi a maior saída em apenas uma semana desde 2008, quando teve início a série histórica. A postura mais cautelosa dos investidores antes das eleições e a maior concorrência por capital estão entre os fatores que ajudam a explicar o movimento, segundo gestores globais de fundos de emergentes ouvidos pelo **Valor**.

Após os aportes atingirem o pico de R$ 56,4 bilhões em abril deste ano, os investidores não residentes sacaram R$ 38,2 bilhões ao longo dos quatro meses seguintes. A mudança no apetite dos estrangeiros levou a retiradas de R$ 18,1 bilhões apenas em dez sessões de agosto e pressionou o Ibovespa, que acumula queda de 6,55% no mês. Apenas ontem, o índice recuou 0,27%, aos 166.335 pontos. Nesse contexto, o saldo positivo de recursos estrangeiros na bolsa no ano caiu para R$ 18,2 bilhões, praticamente o mesmo montante retirado apenas em agosto.

No momento em que o posicionamento técnico em ações locais já está muito baixo, a gestora de mercados emergentes da holandesa Robeco, Daniela da Costa-Bulthuis, avalia que a saída de capital estrangeiro da bolsa brasileira é impulsionada por uma concorrência ainda mais acirrada por capital, além da ausência de clareza sobre o resultado da eleição presidencial.

“Internamente, os investidores estão exigindo um prêmio de risco mais elevado à medida que as eleições se aproximam e a visibilidade sobre as políticas para o período pós-2026 permanece limitada”, diz Costa-Bulthuis. “Enquanto isso, globalmente, o capital está sendo realocado para mercados com maior crescimento e exposição ao setor de tecnologia, ao mesmo tempo em que os rendimentos mais altos da renda fixa nos EUA reduziram a atratividade relativa de alguns mercados emergentes”, completa a executiva.

FREDERIC JEAN/VALOR

"Os investidores estão exigindo um prêmio de risco mais elevado à medida que as eleições se aproximam" *Daniela C. Bulthuis*

Embora mantenha posição em empresas de alta qualidade e com balanços sólidos no Brasil, Costa-Bulthuis avalia que precisará de maior clareza sobre uma “consolidação fiscal crível para 2027” para adotar uma visão mais otimista em relação ao mercado brasileiro como um todo.

O codiretor de ações de mercados emergentes da suíça Vontobel Asset, Raphael Luescher, também destaca que, embora os “valuations” das ações estejam objetivamente baratas, a relação entre risco e retorno no curto prazo vem sendo comprimida pelas incertezas eleitorais, deterioração fiscal e persistência dos juros reais elevados.

“O mercado parece estar em compasso de espera diante do impasse político e da proximidade da eleição presidencial de outubro, cujo resultado provavelmente será o principal catalisador para uma reprecificação dos ativos, em qualquer direção”, afirma o executivo.

Além da eleição presidencial, a composição do Congresso será um fator decisivo para determinar a credibilidade fiscal e as perspectivas para a aprovação de reformas, na visão da Vontobel. “Um presidente sem uma coalizão funcional no Congresso não consegue aprovar reformas constitucionais”, diz Luescher. “Por enquanto, compromissos fiscais específicos e quantificados, especialmente em relação aos gastos obrigatórios, continuam escassos.”

Apesar de os temores com a volatilidade eleitoral terem gerado uma forte retirada de recursos estrangeiros, a Vontobel mantém posição “overweight” (acima da média do mercado) em Brasil em seus fundos de ações de mercados emergentes.

Luescher explica que a alocação nos papéis locais é orientada, principalmente, por uma visão de longo prazo e por fatores fundamentalistas, com a seleção de empresas líderes em seus setores, que apresentam retornos crescentes sobre o capital investido (ROIC) e negociam a “valuations” relativamente atrativos. “De forma mais ampla, os retornos em termos de fluxo de caixa estão mal precificados e são atrativos em uma perspectiva histórica, o que cria uma oportunidade interessante para investidores de longo prazo.”

Para além das eleições, um ciclo tímido de cortes na Selic contribuiu para diminuir o apetite do estrangeiro sobre o mercado local, segundo Costa-Bulthuis, da Robeco. O tom cauteloso adotado pelo Banco Central, diz, sugere que a “capacidade para novas reduções é limitada e que a política monetária permanecerá bastante restritiva”.

Visão semelhante é adotada por Luescher, da Vontobel, que destaca a persistência dos juros reais elevados como uma fonte de preocupação para os investidores em ações. “Enquanto a inflação permanecer acima da meta, em parte impulsionada pela ampliação dos estímulos fiscais pelo governo Lula antes das eleições de outubro, não esperamos que o Banco Central, que continua alertando para riscos de alta, aja de forma decisiva sobre os juros.”

Como os juros reais continuam a ser o principal obstáculo estrutural para uma expansão dos múltiplos, por manterem elevado o custo de capital, os investidores domésticos seguem subalocados em ações, explica Luescher, diante da continuidade dos resgates e dos retornos mais atrativos disponíveis em outras classes de ativos.

Ao mesmo tempo, Costa-Bulthuis destaca que a realocação de portfólios para mercados com melhores dinâmicas de lucros e de crescimento está afetando negativamente o Brasil. “Há oportunidades na Ásia de forma geral e, em mercados maduros como EUA, Europa e Japão, observamos rendimentos em alta e um crescimento positivo dos lucros. O Brasil, portanto, enfrenta tanto um ajuste no prêmio de risco interno quanto uma concorrência mais acirrada pelo capital global.”

Como os lucros corporativos na Coreia do Sul e em Taiwan permanecem muito fortes, impulsionado pela continuidade dos investimentos em inteligência artificial, semicondutores e hardware, a Vontobel acredita que o ciclo de tecnologia será mais forte e duradouro do que o mercado atualmente precifica. “Por isso, vemos pouco potencial para uma rotação no curto prazo”, aponta Luescher.

# Tesouro emplaca leilão grande de NTN-B após vencimento de papéis

**Gabriel Caldeira**
De São Paulo

A dificuldade que o Tesouro Nacional tem encontrado para ofertar ao mercado NTN-Bs, os títulos da dívida pública atrelados à inflação, encontrou uma pausa no leilão desta terça. O Tesouro emitiu lotes que totalizaram 1,2 milhão de NTN-Bs, volume que representou a maior oferta dessa classe de papéis desde abril, destravada por um grande vencimento de títulos na segunda-feira. O volume financeiro somou R$ 5,195 bilhões.

Segunda-feira foi o prazo final para o Tesouro remunerar os investidores que detinham NTN-Bs para 2026. Conforme mostrou o **Intraday**, blog de mercados do **Valor**, o vencimento foi o maior da história para os títulos atrelados ao IPCA e injetou R$ 260 bilhões no mercado — ou R$ 273 bilhões, se considerado o pagamento de cupons.

O caixa gerado pela injeção de recursos permitiu ao Tesouro realizar um leilão grande, que foi na contramão das ofertas protocolares que vinham sendo feitas nos últimos meses. Desde meados de junho, a insegurança dos investidores com a política fiscal; o nível elevado dos juros nominais; e a incerteza externa reduziram drasticamente a demanda por NTN-Bs no mercado, e o Tesouro vinha ofertando lotes de 150 mil a 450 mil papéis por semana.

Chamou atenção a boa aceitação em relação à oferta de 1,2 milhão desta semana — composta por 750 mil NTN-B 2031; 300 mil NTN-B 2037; e 150 mil NTN-B 2060.

Além de absorver todo o volume, o mercado aceitou taxas “fechadas”, isto é, abaixo da expectativa de consenso, para o vencimento de prazo mais curto e dentro do consenso nos outros dois vértices. As taxas médias máximas variaram de IPCA mais 8,1285% (2031), 7,832 (2037) e 7,454% (2060).

**R$ 273 bi é o volume de NTN-B que venceu na última segunda**

“Eu já esperava um lote maior, pois o Tesouro vem segurando a emissão dos papéis mesmo nas semanas que antecederam o leilão”, avalia Fabio Landi, sócio e gestor da Adam Capital, para quem o Tesouro ofertou lotes de volume “aceitável” na ótica dos investidores.

Para um integrante da tesouraria de um banco local, o Tesouro já poderia ter emitido mais NTN-Bs na semana passada, quando ofertou 450 mil papéis. Por ter agido de forma mais cautelosa no leilão anterior, esse profissional não esperava uma postura mais agressiva ontem. Ainda assim, o mercado absorveu bem os lotes, pondera.

Felipe Tavares, economista-chefe da BGC Liquidez, casa que é dealer de mercado aberto, diz que os volumes emitidos de NTN-Bs 2037 e 2060 vieram dentro do esperado, mas o lote de 750 mil papéis para 2031 surpreendeu.

Landi, da Adam, também destaca que houve maior demanda pelo vértice de menor prazo, ao passo em que a demanda por maior “duration” segue “mais marginal”.

O profissional pondera ainda que o mais importante será observar como o Tesouro vai se comportar daqui em diante, à medida que a renda fixa local se equilibra em um contexto de pressão sobre os juros de longo prazo em países desenvolvidos e o risco ligado às eleições presidenciais no Brasil.

“Há duas possibilidades: manter o padrão e voltar a emitir normalmente, ou restringir a oferta novamente. Eu acho que ajusta um pouco, mas volta a emitir”, diz Landi.

Tavares corrobora a visão do executivo da Adam, ao afirmar que é provável que o período de leilões “mínimos” de apenas 150 mil NTN-Bs semanais tenha ficado pra trás, mas não ao ponto de o Tesouro voltar a emitir lotes próximos aos ofertados no começo do ano. “Acho que eles vão segurar entre 150 mil e 300 mil [papéis por vencimento], no máximo", diz o profissional.

Para um outro gestor de renda fixa de uma importante casa da Faria Lima, a oferta grande de NTN-B desta terça-feira foi algo “bem pontual”, de forma a atender a demanda do mercado “derivada do vencimento da NTN-B 2026”.

# Pressão em juros globais de longo prazo aciona alerta

**Artur Scaff**
De São Paulo

Os mercados de juros globais acionaram sinais de alerta nos últimos dias, após as taxas dos títulos públicos das principais economias do mundo atingirem níveis não vistos há décadas. Com Japão e zona do euro com juros nas máximas, o Treasury (título americano) de 30 anos viu sua taxa romper a barreira de 5,30% e alcançar o maior nível desde junho de 2007. E o movimento não parece ter chegado ao fim, segundo participantes do mercado, uma vez que a tendência é de mais pressão sobre os juros de longo prazo.

Na semana passada, houve queda nos rendimentos dos papéis de curto prazo nos Estados Unidos após dados amenos de inflação dissolverem apostas de alta nos juros pelo Federal Reserve (Fed, banco central americano). Os papéis de longo prazo, porém, seguiram em alta e ultrapassaram patamares vistos antes da crise financeira de 2008.

Os participantes do mercado atribuíram o movimento nos juros longos a uma série de fatores: riscos fiscais; preços do petróleo elevados; incertezas quanto ao rumo da política monetária; e até os altos volumes de emissões de dívida de empresas privadas.

Para Steven Blitz, economista-chefe da TS Lombard, a reação dos investidores no mercado de renda fixa desde junho é, na verdade, uma desistência da expectativa de que a inflação americana retornará à meta de 2% ao ano e os gastos fiquem sob controle.

“A expectativa é que a política econômica e os mercados trabalhem juntos para empurrar tudo de volta para o ponto central, de 2% de crescimento real e 2% de inflação, mas ainda não chegamos a esse ponto. E vejo a reação no mercado de títulos mais como decepção e reorientação dessas expectativas. Tudo o que foi aprendido agora precisa ser desaprendido. E não vai levar apenas alguns meses para desaprender as lições dos últimos 35 anos”, diz Blitz ao **Valor**.

Blitz observa que, desde junho, o prêmio de prazo (“term premium”) para o Treasury de 10 anos passou de 0,46 ponto percential para 0,81 ponto, enquanto a inflação implícita avançou apenas 0,07 ponto. “Isso mostra que os investidores percebem riscos ao manter o título de 10 anos, que englobam não apenas a questão das expectativas de inflação. Isso reflete várias coisas, como um Orçamento instável e a política governamental”, argumenta.

A piora nos mercados de juros nos últimos dias ocorreu em nível global. A taxa do título soberano japonês (JGB) de dez anos chegou ao maior patamar desde 1996, enquanto o rendimento do título alemão (Bund) com mesmo vencimento atingiu o nível mais alto desde 2011 e o yield do papel francês (OAT) alcançou o pico em 16 anos.

E embora a inclinação da curva de juros americana, suportada pelo forte avanço nas taxas dos títulos de longo prazo, tenha dado uma trégua ontem, a expectativa de boa parte do mercado é que essa seja uma tendência para o futuro. Alguns nomes de peso, como Barclays, Goldman Sachs, Bank of America e a gestora Nuveen, projetam a curva mais inclinada (com taxas de longo prazo subindo mais que as curtas).

A perspectiva de uma curva mais inclinada é compartilhada por Blitz. “Enquanto o mercado de ações estiver subindo, a curva continuará a se inclinar mais. E teremos um período de rendimentos mais altos e uma curva mais inclinada”, diz, ao também apontar para os problemas fiscais nos EUA, que devem manter a pressão sobre os títulos de longo prazo.

Segundo dados do Tesouro, os Estados Unidos acumulam uma dívida de quase US$ 40 trilhões, o que gera um pagamento anual de quase US$ 1 trilhão. O déficit orçamentário americano foi ao nível mensal mais alto em mais de cinco anos no mês de julho.

Ainda que uma piora nas condições financeiras seja projetada, Blitz pondera que este não é um momento de crise no mercado e diz que o desempenho das bolsas é bom indicador para a necessidade de uma intervenção. “Quando se chega a um patamar em que o mercado de ações começa a ter um desempenho muito ruim, esse é o nível em que Kevin Warsh [presidente do Fed] e Scott Bessent [secretário do Tesouro dos EUA] terão de encontrar uma solução.”

O economista Ed Yardeni, presidente da Yardeni Research, também compartilha da visão de calma quanto à reação nos mercados de renda fixa. “Não estamos apertando o botão de pânico. Mas monitoramos atentamente se os ‘bond vigilantes’ poderão fazê-lo”, afirma. O termo “bond vigilantes”, cunhado pelo próprio Yardeni na década de 80, refere-se aos investidores que punem o excesso de gastos públicos exigindo maior rendimento da dívida soberana.

Nos últimos meses, segundo Yardeni, esses investidores estão indicando incômodos com a dívida não apenas nos Estados Unidos, mas também no Reino Unido e no Japão, além do aumento do endividamento de “hyperscalers”.

A Yardeni Research, por enquanto, mantém projeção de que os títulos americanos devem continuar oscilando em uma faixa de 4% a 5%, sem causar consequências adversas para a economia e para os resultados corporativos.

Há, porém, quem veja a dinâmica no mercado de renda fixa como um processo de normalização das taxas. Esse é o argumento do economista-chefe do Wells Fargo, Tom Porcelli, ao afirmar que os últimos vinte anos foram uma anomalia se comparado aos 150 anteriores, com taxas próximas de zero. “De uma perspectiva macroeconômica, o aumento dos rendimentos ocorre em um cenário de condições financeiras estáveis”, ressalta Porcelli em relatório. “Nesse contexto, não se deve ignorar um aspecto que parece ausente do debate: os rendimentos estão simplesmente se normalizando.”

Na sessão de ontem, o rendimento do título do Tesouro americano de dez anos fechou em queda de 4,726% para 4,710%. Mas no Brasil, o encaminhamento da PEC 6x1no Senado elevou o prêmio nos ativos locais, com a taxa de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento para janeiro de 2031 subindo de 14,625% do ajuste para 14,64%. Já o dólar à vista avançou 0,40%, a R$ 5,2216.

### **Crédito** Instituições financeiras querem calibragem de novo modelo de funding do setor

# Bancos pedem revisão de teto de juros no imobiliário

DIVULGAÇÃO

**Cury: diversificação trouxe resiliência, mas maior sensibilidade ao mercado**

**Rita Azevedo e Lais Godinho**
De São Paulo

Bancos que atuam com financiamento imobiliário negociam com o Banco Central (BC) uma calibragem nas regras do novo modelo de crédito imobiliário, especialmente no limite de 12% ao ano para os financiamentos enquadrados no Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

O modelo, que prevê o menor uso da poupança e o aumento da participação de instrumentos do mercado de capitais no imobiliário, foi lançado pelo governo no ano passado e está sendo adotado gradualmente, com entrada plena em vigor em janeiro de 2027.

Até lá, a expectativa de executivos é que haja uma revisão nos termos, já que as regras foram desenhadas quando a previsão era de corte acelerado da Selic. Com a taxa básica de juros hoje em 14%, oferecer crédito a 12% seria difícil, sobretudo em um contexto em que os bancos devem usar cada vez mais recursos fora da poupança.

“As taxas não arrefeceram da forma como a gente queria, e é uma questão que estamos levando para o regulador”, disse o diretor de crédito imobiliário do Bradesco, Romero Albuquerque.

Quando o modelo estiver plenamente implementado, se uma instituição captar no mercado R$ 1 milhão e direcionar esse montante para financiamento imobiliário, poderá usar a mesma quantia captada na poupança, que tem custo mais baixo, para aplicações livres por um período pré determinado, que deve ser de seis a sete anos. Só que, para isso, 80% dos financiamentos habitacionais deverão ser feitos pelas regras do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que têm juros limitados a 12% ao ano.

“A existência de um teto de juros, quando tem um cenário macroeconômico de elevadas taxas de juros, pode ser uma restrição”, disse Paulo Duailibi, diretor de negócios imobiliários do Santander.

Michel Cury, presidente da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), vê espaço para discussões com o BC sobre o tema. Em evento da Abecip, ele afirmou que a construção das regras foi feita com competência técnica, diálogo aberto e “coragem regulatória”, mas que hoje o cenário é diferente.

“Quando os vértices da taxa pré sobem, a captação fica mais cara. Como essas fontes de financiamento ganharam peso, essa pressão chega mais rapidamente ao custo final do financiamento”, afirmou. “Não é um defeito do desenho, é uma característica dele.”

Para ele, a diversificação [de fontes de funding] trouxe resiliência, mas também maior sensibilidade ao mercado.

Gilneu Vivan, diretor de regulação do BC, admitiu que a obrigação de alocação de 80% dos recursos em operações que atendam às condições do SFH é um desafio e sinalizou possíveis ajustes. “Assim como em qualquer ação regulatória, o novo modelo está em permanente reavaliação, não só quanto aos efeitos produzidos no período de testes, mas sobre toda a sua vigência, com a atuação do Banco Central atento para eventuais ajustes, buscando garantir a estabilidade e eficiência do mercado e o melhor interesse público”, disse.

Outro ponto de atenção, para Vivan, é a forma de indexação dos contratos. “Com funding em letras e mercado de capitais, a questão que se coloca é qual será o indexador dos contratos. Por um lado, as instituições desejam indexador que permita uma gestão de risco eficiente. Por outro, o tomador do crédito busca um contrato onde o indexador seja previsível.”

Entre as opções, está continuar com a TR, já que o cálculo da TR foi ajustado, tendo hoje uma correlação mais clara com a Selic, o que permitiria uma estrutura de hedge mais fácil. O problema, segundo Vivan, está em desenvolver o mercado de hedge. Outra opção seria usar o IPCA. “Neste caso existe uma insegurança muito grande por parte do tomador em qual seria o comportamento da prestação.”

# Apex encontra envio suspeito de R$ 28 mi para ex-presidente

**Cristian Favaro**
De São Paulo

A gestora capixaba Apex Partners informou que uma apuração interna preliminar apontou diversas movimentações suspeitas e que tiveram como destino as contas pessoais do seu ex-presidente Fernando Cinelli. No total, as movimentações teriam superado os R$ 28 milhões. Conforme a Apex, o montante permanece sob análise e poderá ser atualizado à medida que avançarem os trabalhos da auditoria independente. A Justiça determinou, a pedido da Apex, a indisponibilidade de todos os bens de Fernando Cinelli, além da quebra do seu sigilo bancário.

A movimentação é mais um capítulo da crise no grupo de investimentos. No último dia 6, a Apex disse que foram encontradas “inconsistências financeiras” em seus números e afastou Cinelli da presidência. Na decisão desta terça, o juiz Marcos Pereira Sanches, da Vara de Recuperação Judicial e Falência de Vitória, focou a análise em uma das movimentações, envolvendo um montante de R$ 5 milhões das contas da ABM Partnership Investimentos para a conta bancária pessoal de Cinelli. Segundo o juiz, até o momento, não teria sido identificado razão jurídica capaz de justificar a transferência.

“A conduta retratada em mais de uma oportunidade indica a dissipação dos bens em prejuízo de toda a coletividade de credores”, escreveu o juiz.

“De acordo com as verificações internas realizadas até o momento, não foi identificada relação entre essas transferências e os recursos diretamente aportados por investidores em projetos imobiliários ou fundos de investimento”, disse a Apex, em nota, sobre os valores levantados. A gestora disse ainda que permanece comprometida com a continuidade de suas operações e com o cumprimento de suas obrigações.

Em nota, a defesa de Cinelli afirmou que “o empresário Fernando Antonio Kulnig Cinelli, fundador da Apex Partners, está dedicado e comprometido a contribuir da melhor forma para a preservação da companhia, seus investidores e acionistas. Com o gesto, ele demonstra sua disposição em esclarecer todas as questões levantadas com total transparência e idoneidade”.

Nos últimos dias, a gestora de recursos do grupo capixaba Apex Partners foi obrigada a vender parte sua participação na CVC. Os papéis haviam sido comprados a termo, operação em que a aquisição é acertada por um preço determinado para liquidação em uma data futura e que exige a apresentação de garantias. Com a crise afetando a imagem da asset, a Apex não conseguiu rolar essas operações e teve de se desfazer dos papéis.

Com isso, a participação dos fundos da gestora caiu de cerca de 12% para menos de 8%. Antes da crise, a Apex tinha cerca de 15% da operadora CVC.

**R$ 28 mi**
**é a soma de movimentações suspeitas para ex-CEO**

TROFÉU TRANSPARÊNCIA ANEFAC®
30 ANOS TRANSFORMANDO TRANSPARÊNCIA EM CONFIANÇA

TROFÉU TRANSPARÊNCIA 2026 30° PRÊMIO ANEFAC

Há três décadas, o Troféu Transparência ANEFAC, o "Oscar da Contabilidade" brasileira, consolidou-se como o mais reconhecido selo de integridade das demonstrações financeiras do país. Em um cenário que exige cada vez mais ética, clareza e governança, o prêmio destaca as organizações que transformam seus relatórios financeiros em ferramentas de prestação de contas e geração de confiança para o mercado e para a sociedade.

Nesta edição histórica, reafirmamos nosso compromisso com as boas práticas de transparência: retomamos a análise e o reconhecimento de empresas de capital fechado, ampliando o alcance do selo de integridade da ANEFAC às organizações que atuam com transparência e ética perante a sociedade.

A cerimônia de premiação acontecerá no dia 22 de outubro, em São Paulo.

EMPRESAS GANHADORAS 2026

ABAIXO DE R$ 5 Bi
- **ALUPAR** INVESTIMENTO S.A.
- **ENERGISA** PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
- **EUCATEX S.A. -** INDÚSTRIA E COMÉRCIO
- **HMOBI** PARTICIPAÇÕES S.A.
- **IRANI** PAPEL E EMBALAGEM S.A.
- **OCEÂNICA** ENGENHARIA E CONSULTORIA S.A.
- SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S.A. - **SANASA**
- **SANTOS BRASIL** PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS
- TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. - **TAESA**
- **UNIFIQUE** TELECOMUNICAÇÕES S.A.

DE R$ 5 Bi a R$ 20 Bi
- **B3** S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO
- **CTG BRASIL** - CHINA THREE GORGES BRASIL ENERGIA S.A.
- **DEXCO** S.A.
- **ENEVA** S.A.
- **ENGIE** BRASIL ENERGIA S.A.
- **FLEURY** S.A.
- **C&A** MODAS S.A.
- **ISA ENERGIA** BRASIL S.A.
- **LOJAS RENNER** S.A.
- COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - **SANEPAR**

ACIMA DE R$ 20 Bi
- **AMBEV** S.A.
- COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - **CEMIG**
- COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - **COPEL**
- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - **CSN**
- **EDP** ENERGIAS DO BRASIL S.A.
- **EMBRAER** S.A.
- **NEOENERGIA** S.A.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - **PETROBRAS**
- **SUZANO** S.A.
- **VALE** S.A.

CAPITAL FECHADO
- **ARCELORMITTAL** BRASIL S.A.
- **COPA ENERGIA** S.A.
- **WILSON SONS** S.A.

REALIZAÇÃO
ANEFAC

PATROCÍNIO
ASSAÍ ATACADISTA
Azul
BDO
EY Shape the future with confidence
KPMG
RIACHUELO
RMA RONALDO MARTINS ADVOGADOS

APOIO
FECAP
FIPECAFI
FUCAPE BUSINESS SCHOOL
Insper
KC&D
Klabin
LUZ PUBLICIDADE
MLEGATE Independent member Morison Global
MZ
Praesum CONTABILIDADE INTERNACIONAL
RR Life Horizontes Financeiros para o Agro
TECH6
UFES Universidade Federal do Espírito Santo
UFRJ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
UnB
USP Universidade de São Paulo RIBEIRÃO PRETO
Valor ECONÔMICO

SAIBA MAIS

Ines249

**Fiscalização** Ativos teriam sido sobreavaliados e causado perdas de R$ 5,8 milhões em outros fundos

# CVM julga suposta fraude em FII com Vorcaro

**Liane Thedim**
Do Rio

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) marcou para 8 de setembro o julgamento do processo sancionador que investigou operações supostamente fraudulentas do Banco Master e da família Vorcaro por meio da negociação de cotas do fundo de investimento imobiliário (FII) Brazil Realty.

Segundo a acusação, o grupo montou um esquema em que ativos supostamente sobreavaliados foram colocados no FII e transformados em cotas negociadas de forma a convertê-las em dinheiro, deixando parte das perdas com outros fundos. A CVM identificou prejuízo de R$ 5,8 milhões em fundos que negociaram as cotas, alguns deles com regimes próprios de previdência de servidores entre seus cotistas.

Entre os 19 acusados estão, além do Master, Daniel Vorcaro, a Viking Participações — de propriedade do ex-banqueiro —, a Entre Investimentos e Antônio Carlos Freixo Júnior, que era diretor responsável da Entre. Também figuram Benjamim Botelho de Almeida, dono da Sefer Investimentos, Henrique Moura Vorcaro e Felipe Cançado Vorcaro, pai e primo do dono do Master, respectivamente. A Sefer também foi liquidada pelo BC. Vorcaro e seu primo seguem presos no âmbito da Compliance Zero.

A Entre teve sua empresa Entrepay liquidada pelo Banco Central em março e aparece nas investigações da operação da Compliance Zero, da Polícia Federal sobre supostas fraudes do Banco Master. Também seria intermediária de recursos do Banco Master para o filme Dark Horse, sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Segundo a área técnica da CVM, em emissão de cotas do fundo em 2018, um dos ativos na carteira era uma companhia que teria sido avaliada em R$ 146,6 milhões. A autarquia aponta, no entanto, o valor correto corresponderia a cerca de R$ 90,3 milhões. A investigação também identificou falhas nos laudos de avaliação e, posteriormente, uma intensa negociação das cotas no mercado secundário.

A Entre Investimentos, segundo a CVM, comprou e vendeu cotas repetidamente: foram 177 operações, com cerca de R$ 351 milhões em compras e R$ 358 milhões em vendas. A Entre argumentou que fazia isso para proporcionar liquidez aos investidores. A leitura da acusação, porém, é que ela teria funcionado como uma espécie de "câmara de liquidação": quem recebia aquelas cotas conseguia vendê-las porque havia alguém do outro lado proporcionando a saída.

De acordo com a acusação, em abril de 2019, uma companhia integralizou cotas do fundo com ações; no dia seguinte, a Entre comprou 43% das cotas. A operação teria garantido à companhia um ganho de 22,2% em apenas um dia. O Master, então Máxima, foi um dos subscritores da emissão. Colocou R$ 16,783 milhões em dinheiro no Brazil Realty FII.

Posteriormente, nas negociações das cotas, a CVM calculou que o Master teve resultado positivo de R$ 10,8 milhões e a Viking Participações, de R$ 837 mil. Já Daniel Vorcaro teve resultado negativo de cerca de R$ 6,8 milhões nas operações atribuídas diretamente a ele.

Master, Viking e Vorcaro apresentaram as primeiras propostas de acordo, que chegaram a R$ 1 milhão em conjunto, para encerrar o processo em 2021 e em 2022, mas acabaram rejeitadas. Após novas rodadas de negociação e rejeições do Comitê de Termo de Compromisso, os valores subiram.

Na proposta final, o Master propôs pagar R$ 5,94 milhões, a Viking, R$ 4,95 milhões e Vorcaro, R$ 2,97 milhões, totalizando R$ 13,86 milhões. A Entre desembolsaria R$ 4,95 milhões e Antônio Freixo, R$ 2,475 milhões. Ou seja, Master, Viking e Vorcaro somariam R$ 13,86 milhões, e os cinco juntos chegariam a R$ 21,285 milhões.

O comitê entendeu que as propostas finais chegaram a valores suficientemente altos para justificar o encerramento do processo sem julgamento. No entanto, em dezembro de 2025, o colegiado da CVM, após pedido de vista do diretor João Accioly, divergiu do comitê e rejeitou as novas propostas.

Uma particularidade do processo, revelada pelo **Valor** em março deste ano, foi o fato de o então diretor Otto Lobo, atual presidente da CVM, ter pedido vista do caso em dezembro de 2024 e ter mantido o processo sob sua análise por 161 dias. Ele devolveu o processo à pauta em maio de 2025, mas não apresentou voto, o que não é obrigatório, mas é uma praxe na autarquia. Nesse intervalo, já se acumulavam suspeitas sobre a credibilidade do Master e a sustentabilidade de seu modelo de negócio.

Na mesma sessão, o então presidente da CVM João Pedro Nascimento e a diretora Marina Coppola votaram pela rejeição do termo. Accioly, então, pediu vista e o caso permaneceu sob sua análise até 2 de dezembro de 2025, quando devolveu o caso, com ele mesmo e Lobo também rejeitando as propostas de acordo e o processo seguindo para julgamento.

Accioly afirmou ao **Valor** que, na contagem dos dias úteis do pedido de vista, são considerados apenas os dias efetivamente trabalhados, com exclusão de férias e afastamentos por questões de saúde. Segundo o diretor, seguindo esse critério, a janela de vista pedida por ele ficaria entre 86 e 90 dias.

O diretor se afastou por períodos para tratamento de saúde. Ele reconheceu demora atípica no trâmite da proposta de termo de compromisso, mas disse que pediu vista por discordar da área técnica, que havia se manifestado a favor do acordo.

Já Lobo, na época, disse ao **Valor** que pediu vista para entender os fundamentos da mudança de opinião dos técnicos, antes contrários ao ajuste, para um parecer favorável. Com a rejeição do termo de compromisso, o caso foi distribuído a um relator, responsável por elaborar o voto e levá-lo a julgamento, e Accioly foi escolhido. Procurados, a defesa de Vorcaro, Botelho e Sefer não responderam.

**19**
**é o número de acusados no processo da CVM**

# Finanças Indicadores

## IMA - Índices de Mercado Anbima

### Em 18/08/26

| Índice | Referência | Valor do índice | Var. no dia % | Var. no mês % | Var. no ano % |
|---|---|---|---|---|---|
| IRF-M | 1 | 20.756,85 | 0,06 | 0,65 | 8,67 |
| IRF-M | 1+ | 24.755,56 | 0,03 | 0,08 | 5,29 |
| IRF-M | Total | 22.942,77 | 0,04 | 0,22 | 6,19 |
| IMA-B | 5 | 11.560,70 | 0,02 | 0,79 | 8,65 |
| IMA-B | 5+ | 12.620,85 | -0,03 | 1,21 | 4,22 |
| IMA-B | Total | 11.611,93 | -0,01 | 1,02 | 6,16 |
| IMA-S | Total | 8.861,85 | 0,05 | 0,64 | 8,95 |
| IMA-Geral | Total | 10.328,51 | 0,04 | 0,64 | 7,65 |

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data

## Crédito

### Taxas - em % no período

| Linhas - pessoa jurídica | 04/08 | 03/08 | Há 1 semana | No fim de julho | Há 1 mês | Há 12 meses |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Capital de giro pré até 365 dias - a.a. | 34,81 | 34,38 | 34,70 | 34,55 | 30,98 | 37,41 |
| Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a. | 29,20 | 29,30 | 27,59 | 26,79 | 29,21 | 26,68 |
| Conta garantida pré - a.a. | 50,25 | 47,40 | 55,92 | 51,16 | 52,96 | 43,98 |
| Desconto de duplicata pré - a.a. | 22,36 | 23,75 | 22,30 | 24,40 | 23,04 | 24,79 |
| Vendor pré - a.a. | 18,78 | 18,86 | 18,58 | 19,14 | 18,86 | 21,46 |
| Capital de giro flut. até 365 dias - a.a. | 22,49 | 20,21 | 20,53 | 20,42 | 21,03 | 22,00 |
| Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a. | 20,22 | 20,69 | 20,32 | 20,84 | 19,55 | 21,23 |
| Conta garantida pós - a.a. | 27,34 | 27,43 | 28,07 | 27,43 | 27,69 | 29,53 |
| ACC pós - a.a. | 6,46 | 6,78 | 6,48 | 6,79 | 7,24 | 7,50 |
| Factoring - a.m. | 3,04 | 3,04 | 3,03 | 3,02 | 3,05 | 3,18 |

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

## Juros externos

### Empréstimos - em % ao ano

| | 18/08/26 | 17/08/26 | Há 1 semana | No fim de julho | Há 1 mês | Há 12 meses |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **SOFR - empréstimos interbancários em dólar *** | | | | | | |
| Atual | - | 3,6600 | 3,6200 | 3,6600 | 3,5900 | 4,3400 |
| Média em 1 mês | - | 3,6365 | 3,6358 | 3,6198 | 3,6211 | 4,3450 |
| Média em 3 meses | - | 3,6337 | 3,6297 | 3,6254 | 3,6292 | 4,3478 |
| Média em 6 meses | - | 3,6611 | 3,6625 | 3,6633 | 3,6657 | 4,3750 |
| **€STR - empréstimos interbancários em euro **** | | | | | | |
| Atual | - | 2,1870 | 2,1850 | 2,1840 | 2,1860 | 1,9240 |
| Média em 1 mês | - | 2,1873 | 2,1866 | 2,1858 | 2,1840 | 1,9250 |
| Média em 3 meses | - | 2,1006 | 2,0900 | 2,0566 | 2,0188 | 1,9965 |
| Média em 6 meses | - | 2,0265 | 2,0193 | 2,0020 | 1,9823 | 2,2062 |
| Média em 1 ano | - | 1,9914 | 1,9879 | 1,9791 | 1,9689 | 2,7412 |
| **Euribor ***** | | | | | | |
| 1 mês | - | 2,207 | 2,185 | 2,209 | 2,210 | 1,921 |
| 3 meses | - | 2,501 | 2,505 | 2,484 | 2,483 | 2,028 |
| 6 meses | - | 2,687 | 2,658 | 2,706 | 2,688 | 2,111 |
| 1 ano | - | 2,937 | 2,957 | 2,964 | 2,873 | 2,084 |
| **Taxas referenciais no mercado norte-americano** | | | | | | |
| Prime Rate | 6,75 | 6,75 | 6,75 | 6,75 | 6,75 | 7,50 |
| Federal Funds | 3,75 | 3,75 | 3,75 | 3,75 | 3,75 | 4,50 |
| Taxa de Desconto | 3,75 | 3,75 | 3,75 | 3,75 | 3,75 | 4,50 |
| T-Bill (1 mês) | 3,69 | 3,70 | 3,69 | 3,68 | 3,70 | 4,35 |
| T-Bill (3 meses) | 3,79 | 3,80 | 3,80 | 3,78 | 3,78 | 4,19 |
| T-Bill (6 meses) | 3,89 | 3,91 | 3,93 | 3,95 | 3,93 | 3,99 |
| T-Note (2 anos) | 4,19 | 4,18 | 4,21 | 4,30 | 4,19 | 3,77 |
| T-Note (5 anos) | 4,36 | 4,38 | 4,39 | 4,45 | 4,29 | 3,85 |
| T-Note (10 anos) | 4,71 | 4,73 | 4,70 | 4,74 | 4,55 | 4,33 |
| T-Bond (30 anos) | 5,28 | 5,31 | 5,27 | 5,28 | 5,07 | 4,94 |

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

## Evolução das aplicações financeiras

### Rentabilidade no período em %

| | | Mês | | | | | Acumulado | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Renda Fixa** | ago/26* | jul/26 | jun/26 | mai/26 | abr/26 | mar/26 | Ano* | 12 meses** |
| Selic | 0,62 | 1,22 | 1,12 | 1,07 | 1,09 | 1,21 | 8,82 | 14,71 |
| CDI | 0,62 | 1,22 | 1,12 | 1,07 | 1,09 | 1,21 | 8,82 | 14,71 |
| CDB (1) | 0,73 | 0,72 | 0,72 | 0,71 | 0,73 | 1,01 | 6,83 | 11,54 |
| Poupança (2) | 0,67 | 0,67 | 0,67 | 0,67 | 0,67 | 0,67 | 5,45 | 8,32 |
| Poupança (3) | 0,67 | 0,67 | 0,67 | 0,67 | 0,67 | 0,67 | 5,45 | 8,32 |
| IRF-M | 0,22 | 0,85 | 0,69 | 0,68 | 1,24 | -0,59 | 6,19 | 12,75 |
| IMA-B | 1,02 | 0,97 | -1,04 | 0,31 | 1,81 | 0,17 | 6,16 | 10,19 |
| IMA-S | 0,64 | 1,23 | 1,12 | 1,09 | 1,09 | 1,27 | 8,95 | 14,90 |
| **Renda Variável** | | | | | | | | |
| Ibovespa | -6,55 | 3,47 | -1,01 | -7,22 | -0,08 | -0,70 | 3,23 | 33,76 |
| Índice Small Cap | -8,02 | -0,77 | -3,28 | -3,66 | -3,16 | -5,77 | -12,91 | 4,54 |
| IBrX 50 | -6,49 | 3,73 | -1,28 | -7,48 | -0,06 | -0,26 | 4,20 | 34,70 |
| ISE | -8,70 | 1,34 | 0,31 | -8,10 | -1,64 | -2,39 | -6,65 | 18,83 |
| IMOB | -4,27 | -8,05 | 1,79 | -3,63 | -3,78 | -9,36 | -8,66 | 20,38 |
| IDIV | -7,88 | 3,00 | 1,79 | -7,62 | -1,18 | -0,23 | 1,51 | 29,82 |
| IFIX | -3,97 | -0,32 | -1,21 | -1,33 | 1,53 | -1,06 | -2,87 | 11,12 |
| Dólar Ptax (BC) | 2,50 | -1,92 | 2,37 | 1,37 | -4,42 | 1,36 | -5,42 | -9,37 |
| Dólar Comercial (mercado) | 3,00 | -1,81 | 2,39 | 1,83 | -4,38 | 0,87 | -4,87 | -9,48 |
| Euro (BC) (4) | 3,04 | -1,04 | 0,08 | 0,94 | -2,67 | -1,12 | -6,83 | -8,66 |
| Euro Comercial (mercado) (4) | 3,39 | -0,91 | 0,30 | 1,20 | -2,91 | -1,37 | -6,27 | -8,54 |
| Ouro (BC) | 10,70 | -1,55 | -9,71 | 0,33 | -4,41 | -10,73 | -4,24 | 11,22 |
| **Inflação** | | | | | | | | |
| IPCA | - | 0,07 | 0,16 | 0,58 | 0,67 | 0,88 | 3,44 | 4,44 |
| IGP-M | - | -1,16 | -0,50 | 0,84 | 2,73 | 0,52 | 2,08 | 2,76 |

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 18/08/26. ** Até jul/26. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês. (2) rentabilidade do 1º dia do mês (até 03/05/12). (3) rentabilidade do 1º dia do mês (a partir de 04/05/12). (4) Variação sobre o Real

## Fundos de Investimento

### Análise diária da indústria - em 13/08/26

| | Patrimônio líquido | Rentabilidade nominal - % | | | | Estimativa da captação líquida - R$ milhões | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Categorias | R$ milhões (1) | no dia | no mês | em 2026 | em 12 meses | no dia | no mês | no ano | em 12 meses |
| Renda Fixa | 4.853.926,67 | | | | | 154,08 | 48.263,32 | 153.693,53 | 99.391,69 |
| RF Indexados (2) | 129.187,10 | 0,02 | 0,55 | 7,66 | 12,41 | -43,61 | 107,24 | -3.665,37 | -8.227,61 |
| RF Duração Baixa Soberano (2) | 821.564,94 | 0,05 | 0,43 | 7,98 | 13,53 | -490,82 | 13.063,31 | 33.967,26 | -23.551,84 |
| RF Duração Baixa Grau de Invest. (2) | 1.063.153,08 | 0,05 | 0,47 | 8,65 | 14,62 | 1.688,13 | 5.241,67 | -7.261,48 | -55.198,98 |
| RF Duração Média Grau de Invest. (2) | 305.218,87 | 0,05 | 0,05 | 8,65 | 14,64 | 173,29 | 2.051,33 | 12.767,50 | 24.043,48 |
| RF Duração Alta Grau de Invest. (2) | 214.499,72 | 0,03 | 0,29 | 6,99 | 10,29 | -42,35 | 415,17 | -2.458,25 | 4.046,40 |
| RF Duração Livre Soberano (2) | 292.908,61 | 0,04 | 0,44 | 7,97 | 12,95 | -289,00 | 1.035,63 | 3.703,45 | 4.659,02 |
| RF Duração Livre Grau de Invest. (2) | 798.631,29 | 0,04 | 0,46 | 8,18 | 13,54 | 110,37 | 7.001,85 | 4.756,82 | -29.106,74 |
| RF Duração Livre Crédito Livre (2) | 740.502,70 | 0,03 | 0,47 | 7,13 | 12,40 | -659,59 | 8.675,78 | 21.507,20 | 111.411,52 |
| Ações | 664.352,79 | | | | | -977,93 | -1.534,16 | -9.660,00 | -10.666,76 |
| Ações Indexados (2) | 12.995,24 | -0,22 | -5,51 | 3,60 | 21,78 | 15,02 | 91,51 | 892,18 | 614,39 |
| Ações Índice Ativo (2) | 17.454,78 | -0,09 | -5,76 | 1,07 | 17,15 | -10,47 | -107,97 | -2.195,79 | -4.520,93 |
| Ações Livre | 233.273,92 | 0,48 | -3,32 | -0,27 | 13,98 | 8,92 | -603,00 | -11.041,78 | -10.706,23 |
| Fechados de Ações | 77.746,04 | 0,01 | -1,64 | -7,27 | -8,61 | 0,00 | 411,83 | -5.082,94 | -6.347,01 |
| Multimercados | 1.555.345,41 | | | | | -530,99 | 497,00 | -9.693,89 | 5.630,45 |
| Multimercados Macro | 97.075,66 | 0,09 | 1,00 | 5,52 | 10,76 | -115,02 | -1.056,69 | -9.879,71 | -14.116,71 |
| Multimercados Livre | 569.220,52 | 0,06 | 0,44 | 6,13 | 13,05 | -1.267,64 | -1.283,46 | -13.886,43 | -15.726,50 |
| Multimercados Juros e Moedas | 39.635,17 | 0,04 | 0,48 | 8,16 | 13,88 | 3,13 | -422,51 | -2.106,68 | -4.477,71 |
| Multimercados Invest. no Exterior (2) | 759.895,56 | 0,14 | 0,49 | 3,57 | 8,98 | 820,50 | 3.191,37 | 15.737,99 | 41.370,06 |
| Cambial | 7.541,22 | 0,52 | 2,38 | -2,72 | 0,75 | -13,61 | 264,03 | 592,70 | 490,38 |
| Previdência | 1.872.304,67 | | | | | -76,64 | -1.806,04 | -10.358,15 | -24.760,87 |
| ETF | 119.424,05 | | | | | -64,95 | -815,94 | 33.550,41 | 52.401,75 |
| Demais Tipos | 2.772.966,34 | | | | | -1.332,33 | 7.607,06 | 88.227,52 | 55.429,89 |
| **Total Fundos de Investimentos** | **9.072.894,82** | | | | | **-1.510,03** | **44.868,21** | **158.124,60** | **122.486,64** |
| **Total Fundos Estruturados (3)** | **2.164.811,94** | | | | | **196,18** | **678,01** | **103.350,47** | **139.050,04** |
| **Total Fundos Off Shore (4)** | **51.548,75** | | | | | - | - | - | - |
| **Total Geral** | **11.289.255,50** | | | | | **-1.313,85** | **45.546,22** | **261.475,07** | **261.536,68** |

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de junho de 2026 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

## Custo do dinheiro

### Em % no período

| Taxas referenciais | 18/08/26 | 17/08/26 | Há 1 semana | No fim de julho | Há 1 mês | Há 12 meses |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Selic - meta ao ano | 14,00 | 14,00 | 14,00 | 14,25 | 14,25 | 15,00 |
| Selic - taxa over ao ano | 13,90 | 13,90 | 13,90 | 14,15 | 14,15 | 14,90 |
| Selic - taxa over ao mês | 1,5498 | 1,5498 | 1,5498 | 1,5759 | 1,5759 | 1,6539 |
| Selic - taxa efetiva ao ano | 13,94 | 13,94 | 13,94 | 14,15 | 14,15 | 14,90 |
| Selic - taxa efetiva ao mês | 1,0931 | 1,0931 | 1,0931 | 1,2152 | 1,2152 | 1,1642 |
| CDI - taxa over ao ano | 13,90 | 13,90 | 13,90 | 14,15 | 14,15 | 14,90 |
| CDI - taxa over ao mês | 1,5498 | 1,5498 | 1,5498 | 1,5759 | 1,5759 | 1,6539 |
| CDI - taxa efetiva ao ano | 13,94 | 13,94 | 13,94 | 14,15 | 14,15 | 14,90 |
| CDI - taxa efetiva ao mês | 1,0931 | 1,0931 | 1,0931 | 1,2152 | 1,2152 | 1,1642 |
| CDB Pré - taxa bruta ao ano | - | - | - | - | - | - |
| CDB Pré - taxa bruta ao mês | - | - | - | - | - | - |
| CDB Pós - taxa bruta ao ano | - | - | - | - | - | - |
| CDB Pós - taxa bruta ao mês | - | - | - | - | - | - |
| **Taxa de juros de referência - B3** | | | | | | |
| TJ3 - 3 meses (em % ao ano) | 13,77 | 13,78 | 13,79 | 13,84 | 13,96 | 14,91 |
| TJ6 - 6 meses (em % ao ano) | 13,77 | 13,79 | 13,78 | 13,81 | 13,97 | 14,85 |
| **Taxas referenciais de Swap - B3** | | | | | | |
| DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano | 13,85 | 13,86 | 13,88 | 13,96 | 14,07 | 14,91 |
| DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano | 13,81 | 13,81 | 13,83 | 13,90 | 14,00 | 14,91 |
| DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano | 13,77 | 13,78 | 13,79 | 13,84 | 13,96 | 14,91 |
| DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano | 13,76 | 13,77 | 13,77 | 13,81 | 13,95 | 14,90 |
| DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano | 13,77 | 13,79 | 13,77 | 13,81 | 13,97 | 14,85 |
| DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano | 13,89 | 13,91 | 13,85 | 13,84 | 14,07 | 14,42 |

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

## Mercado futuro

### Em 18/08/26

| DI de 1 dia | PU de ajuste | Taxa efetiva - em % ao ano | Contratos negociados | Cotação - em % ao ano Mínimo | Máximo | Último |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Vencimento em set/26 | 99.484,69 | 13,905 | 53.600 | 13,902 | 13,906 | 13,902 |
| Vencimento em out/26 | 98.418,07 | 13,840 | 165.378 | 13,836 | 13,845 | 13,838 |
| Vencimento em nov/26 | 97.370,39 | 13,785 | 34.645 | 13,785 | 13,792 | 13,788 |
| Vencimento em dez/26 | 96.432,88 | 13,760 | 16.094 | 13,755 | 13,765 | 13,755 |
| Vencimento em jan/27 | 95.356,40 | 13,751 | 271.587 | 13,745 | 13,770 | 13,745 |
| Vencimento em fev/27 | 94.383,32 | 13,759 | 16.111 | 13,760 | 13,765 | 13,760 |
| Vencimento em mar/27 | 93.508,83 | 13,781 | 1.950 | 13,765 | 13,780 | 13,775 |
| Vencimento em abr/27 | 92.447,48 | 13,808 | 111.308 | 13,785 | 13,845 | 13,795 |
| Vencimento em mai/27 | 91.450,28 | 13,819 | 687 | 13,810 | 13,820 | 13,810 |
| Vencimento em jun/27 | 90.497,87 | 13,848 | 270 | 13,835 | 13,840 | 13,835 |
| Vencimento em jul/27 | 89.462,83 | 13,872 | 131.127 | 13,835 | 13,960 | 13,865 |

| Dólar comercial | Ajuste do dia | Var. no dia em % | Contratos negociados | Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo | Máximo | Último |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Vencimento em set/26 | 5.234,74 | 0,34 | 180.345 | 5.206,00 | 5.238,50 | 5.229,50 |
| Vencimento em out/26 | 5.270,04 | 0,34 | 1.025 | 5.260,50 | 5.270,00 | 5.268,00 |
| Vencimento em nov/26 | 5.302,38 | - | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Vencimento em dez/26 | 5.333,00 | - | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Vencimento em jan/27 | 5.365,06 | - | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Euro | Ajuste do dia | Var. no dia em % | Contratos negociados | Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo | Máximo | Último |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Vencimento em set/26 | 6.083,47 | - | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Vencimento em out/26 | 6.135,86 | - | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Vencimento em nov/26 | 6.177,59 | - | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Ibovespa | Ajuste do dia | Var. no dia em % | Contratos negociados | Cotação - pontos do índice Mínimo | Máximo | Último |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Vencimento em out/26 | 169.311 | -0,32 | 30.265 | 168.585 | 171.500 | 169.520 |
| Vencimento em dez/26 | 172.783 | - | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Vencimento em fev/27 | 176.186 | - | 0 | 0 | 0 | 0 |

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

## Indicadores do mercado

### Em 18/08/26

| Indicador | Compra | Venda | Variações % No dia | No mês | No ano | 12 meses |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$) | 5,2037 | 5,2043 | 0,06 | 2,50 | -5,42 | -3,90 |
| Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$) | 5,2210 | 5,2216 | 0,40 | 3,00 | -4,87 | -3,92 |
| Dólar Turismo (R$/US$) | 5,2414 | 5,4214 | 0,39 | 2,72 | -4,92 | -3,87 |
| Euro (BC) - (R$/€) | 6,0254 | 6,0271 | -0,03 | 3,04 | -6,83 | -4,61 |
| Euro Comercial (mercado) - (R$/€) | 6,0429 | 6,0435 | 0,36 | 3,39 | -6,27 | -4,69 |
| Euro Turismo (R$/€) | 6,1085 | 6,2885 | 0,37 | 3,11 | -6,33 | -4,76 |
| Euro (BC) - (US$/€) | 1,1579 | 1,1581 | -0,09 | 0,53 | -1,50 | -0,74 |
| **Ouro** | | | | | | |
| Banco Central (R$/g) | 730,6515 | 730,7357 | -1,29 | 10,70 | -4,24 | 25,84 |
| Nova York (US$/onça troy)¹ | - | 4.334,26 | -2,07 | 7,20 | 0,21 | 30,13 |
| Londres (US$/onça troy)¹ | - | 4.388,75 | -0,11 | 8,31 | 1,88 | 31,07 |

Fontes: Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

## Índices de ações Valor-Coppead

### Em pontos

| | | | No fim de | | Variação - em % | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Índice | 18/08/26 | 17/08/26 | jul/26 | dez/25 | dia | mês | Ano |
| Valor-Coppead Performance | 161.857,97 | 163.270,56 | 174.858,02 | 187.981,61 | -0,87 | -7,43 | -13,90 |
| Valor-Coppead Mínima Variância | 117.465,21 | 117.666,94 | 121.918,24 | 112.063,66 | -0,17 | -3,65 | 4,82 |

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

## Captações de recursos no exterior

### Últimas operações realizadas no mercado internacional *

| Emissor/Tomador | Data de liquidação | Data do vencimento | Prazo meses | Valor US$ milhões | Cupom/ Custo em % | Retorno em % | Spread pontos-base ** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| JBS (1) | 20/04/26 | 06/03/57 | 371 | 250 | 5,625 | - | - |
| JBS (1) | 20/04/26 | 06/03/57 | 371 | 250 | 6,4 | - | - |
| República Federativa do Brasil (2) | 23/04/26 | 23/04/30 | 48 | 2.360 | 4 | 4,24 | 145,0 |
| República Federativa do Brasil (2) | 23/04/26 | 23/04/33 | 84 | 1.770 | 4,875 | 5,031 | 210,0 |
| República Federativa do Brasil (2) | 23/04/26 | 23/04/36 | 120 | 1.770 | 5,5 | 5,627 | 255,0 |
| Minerva | 22/04/26 | 22/04/36 | 120 | 600 | 7,5 | 7,65 | - |
| Rede D'Or | abr/26 | abr/36 | 120 | 500 | 6,55 | 6,55 | 255,0 |

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 18/08/26. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Reabertura de operação. (2) Emissão em euros - spread sobre o Mid-swap

## ADR - Índices

### Em 17/08/26

| | | | | Em | | Variação - em % | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Índice | 17/08/26 | 14/08/26 | 31/07/26 | 31/12/25 | 17/08/25 | dia | mês | ano | 12 meses |
| S&P BNY | 277,25 | 276,12 | 270,36 | 236,21 | 212,15 | 0,41 | 2,55 | 17,37 | 30,68 |
| S&P BNY Emergentes | 610,63 | 605,62 | 591,26 | 520,39 | 448,74 | 0,83 | 3,28 | 17,34 | 36,08 |
| S&P BNY América Latina | 264,43 | 262,70 | 281,15 | 237,47 | 206,76 | 0,66 | -5,95 | 11,35 | 27,89 |
| S&P BNY Brasil | 245,45 | 243,91 | 267,56 | 216,99 | 194,52 | 0,63 | -8,26 | 13,12 | 26,18 |
| S&P BNY México | 383,47 | 382,48 | 403,14 | 364,17 | 318,43 | 0,26 | -4,88 | 5,30 | 20,42 |
| S&P BNY Argentina | 423,98 | 414,73 | 459,99 | 420,37 | 360,37 | 2,23 | -7,83 | 0,86 | 17,65 |
| S&P BNY Chile | 243,10 | 241,56 | 235,54 | 228,03 | 174,39 | 0,64 | 3,21 | 6,61 | 39,40 |
| S&P BNY Índia | 2.359,93 | 2.398,10 | 2.424,33 | 3.194,82 | 3.269,93 | -1,59 | -2,66 | -26,13 | -27,83 |
| S&P BNY Ásia | 370,12 | 368,36 | 356,53 | 311,85 | 280,02 | 0,48 | 3,81 | 18,69 | 32,18 |
| S&P BNY China | 366,99 | 364,18 | 371,05 | 436,07 | 405,72 | 0,77 | -1,10 | -15,84 | -9,55 |
| S&P BNY África do Sul | 488,60 | 475,46 | 395,55 | 497,42 | 344,08 | 2,76 | 23,52 | -1,77 | 42,00 |
| S&P BNY Turquia | 26,65 | 26,91 | 27,00 | 26,22 | 28,59 | -0,99 | -1,30 | 1,61 | -6,79 |

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data. Obs.: Índices de 18/08/26 não disponíveis até o fechamento desta edição

## TR, Poupança e TBF

### Variações % no período

| Período | TR | Poupança * | Poupança ** | TBF |
|---|---|---|---|---|
| 01/08 a 01/09 | 0,1693 | 0,6701 | 0,6701 | 1,0038 |
| 02/08 a 02/09 | 0,1711 | 0,6720 | 0,6720 | 1,0518 |
| 03/08 a 03/09 | 0,1729 | 0,6738 | 0,6738 | 1,0999 |
| 04/08 a 04/09 | 0,1728 | 0,6737 | 0,6737 | 1,0986 |
| 05/08 a 05/09 | 0,1725 | 0,6734 | 0,6734 | 1,0909 |
| 06/08 a 06/09 | 0,1708 | 0,6717 | 0,6717 | 1,0457 |
| 07/08 a 07/09 | 0,1690 | 0,6698 | 0,6698 | 0,9980 |
| 08/08 a 08/09 | 0,1453 | 0,6460 | 0,6460 | 0,9507 |
| 09/08 a 09/09 | 0,1691 | 0,6699 | 0,6699 | 0,9985 |
| 10/08 a 10/09 | 0,1709 | 0,6718 | 0,6718 | 1,0463 |
| 11/08 a 11/09 | 0,1708 | 0,6717 | 0,6717 | 1,0439 |
| 12/08 a 12/09 | 0,1708 | 0,6717 | 0,6717 | 1,0457 |
| 13/08 a 13/09 | 0,1691 | 0,6699 | 0,6699 | 0,9987 |
| 14/08 a 14/09 | 0,1439 | 0,6446 | 0,6446 | 0,9486 |
| 15/08 a 15/09 | 0,1444 | 0,6451 | 0,6451 | 0,9494 |
| 16/08 a 16/09 | 0,1690 | 0,6698 | 0,6698 | 0,9970 |
| 17/08 a 17/09 | 0,1708 | 0,6717 | 0,6717 | 1,0447 |

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

## B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

### Índices de ações em 18/08/26

| | Índice | No dia | No mês | No ano | Em 12 meses |
|---|---|---|---|---|---|
| **Variação % em reais** | | | | | |
| Ibovespa | 166.335 | -0,27 | -6,55 | 3,23 | 21,13 |
| IBrX | 70.169 | -0,26 | -6,53 | 3,16 | 20,83 |
| IBrX 50 | 28.098 | -0,20 | -6,49 | 4,20 | 22,18 |
| IEE | 117.561 | -0,13 | -7,74 | -4,47 | 15,57 |
| SMLL | 2.008 | -1,20 | -8,02 | -12,91 | -6,27 |
| ISE | 3.894 | -0,73 | -8,70 | -6,65 | 4,04 |
| IMOB | 1.202 | -1,99 | -4,27 | -8,66 | 7,60 |
| IDIV | 11.659 | -0,48 | -7,88 | 1,51 | 17,00 |
| IFIX | 3.667 | 0,33 | -3,97 | -2,87 | 6,76 |
| **Variação % em dólares** | | | | | |
| Ibovespa | 31.961 | -0,32 | -8,83 | 9,15 | 26,04 |
| IBrX | 13.483 | -0,32 | -8,81 | 9,07 | 25,73 |
| IBrX 50 | 5.399 | -0,25 | -8,77 | 10,17 | 27,13 |
| IEE | 22.589 | -0,18 | -9,99 | 1,01 | 20,26 |
| SMLL | 386 | -1,26 | -10,27 | -7,92 | -2,47 |
| ISE | 748 | -0,78 | -10,93 | -1,31 | 8,26 |
| IMOB | 231 | -2,04 | -6,60 | -3,42 | 11,96 |
| IDIV | 2.240 | -0,53 | -10,12 | 7,33 | 21,75 |
| IFIX | 705 | 0,28 | -6,32 | 2,69 | 11,09 |

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

## Criptomoedas

### Desempenho das criptos em 18/08/26*

| | | Variações (%) | |
|---|---|---|---|
| Cripto | Cotação US$ | dia | 12 meses |
| Bitcoin | 64.579,83 | 0,44 | -44,44 |
| Ethereum | 1.914,37 | 0,52 | -55,61 |
| Solana | 77,10 | 1,66 | -57,86 |
| XRP | 1,00 | 0,07 | -67,28 |
| Cardano | 0,17 | -0,23 | -81,26 |
| Chainlink | 9,50 | 0,16 | -63,17 |
| Celestia (TIA) | 0,30 | -1,19 | -82,80 |
| Litecoin | 44,44 | -0,22 | -62,27 |
| Uniswap | 3,30 | 0,43 | -68,56 |

Fontes: Binance e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * até o fechamento desta edição.

## Reservas internacionais

### Liquidez Internacional *, em US$ milhões

| Fim de período | | Diário | |
|---|---|---|---|
| dez/25 | 372.984 | 06/08/26 | 373.708 |
| jan/26 | 379.117 | 07/08/26 | 374.687 |
| fev/26 | 382.824 | 10/08/26 | 374.534 |
| mar/26 | 372.752 | 11/08/26 | 374.703 |
| abr/26 | 376.713 | 12/08/26 | 375.504 |
| mai/26 | 377.237 | 13/08/26 | 375.518 |
| jun/26 | 371.608 | 14/08/26 | 375.813 |
| jul/26 | 371.742 | 17/08/26 | 375.912 |

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

## Índice de Renda Fixa Valor

### Base = 100 em 31/12/99

| | 18/08/26 | 17/08/26 | 14/08/26 | 13/08/26 | 12/08/26 | 11/08/26 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Índice | 2.685,42 | 2.684,27 | 2.682,60 | 2.684,44 | 2.684,41 | 2.684,02 |
| Var. no dia | 0,04% | 0,06% | -0,07% | 0,00% | 0,01% | -0,08% |
| Var. no mês | 0,33% | 0,29% | 0,22% | 0,29% | 0,29% | 0,28% |
| Var. no ano | 6,93% | 6,89% | 6,82% | 6,89% | 6,89% | 6,88% |

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

## Câmbio

### Em 18/08/26

| | Em US$ * | | Em R$ ** | |
|---|---|---|---|---|
| Moeda | Compra | Venda | Compra | Venda |
| Baht (Tailândia) | 33,0700 | 33,1000 | 0,15720 | 0,15740 |
| Balboa (Panamá) | 1,0000 | 1,0000 | 5,2037 | 5,2043 |
| Bolívar Soberano (Venezuela) | 771,3792 | 773,3125 | 0,0067290 | 0,0067470 |
| Boliviano (Bolívia) | 11,4800 | 11,6300 | 0,4474 | 0,4533 |
| Colon (Costa Rica) | 446,9750 | 460,0000 | 0,011310 | 0,011640 |
| Coroa (Dinamarca) | 6,4558 | 6,4568 | 0,8059 | 0,8061 |
| Coroa (Islândia) | 122,6600 | 122,9300 | 0,04233 | 0,04243 |
| Coroa (Noruega) | 9,4073 | 9,4094 | 0,5530 | 0,5532 |
| Coroa (Rep. Tcheca) | 20,8830 | 20,8930 | 0,2491 | 0,2492 |
| Coroa (Suécia) | 9,5309 | 9,5323 | 0,5459 | 0,5460 |
| Dinar (Argélia) | 132,6355 | 133,1822 | 0,03907 | 0,03924 |
| Dinar (Kuwait) | 0,3071 | 0,3072 | 16,9391 | 16,9466 |
| Dinar (Líbia) | 6,3598 | 6,3875 | 0,8147 | 0,8183 |
| Direitos Especiais de Saque *** | 1,3674 | 1,3674 | 7,1155 | 7,1164 |
| Dirham (Emirados Árabes Unidos) | 3,6726 | 3,6728 | 1,4168 | 1,4171 |
| Dirham (Marrocos) | 9,3004 | 9,3084 | 0,5590 | 0,5596 |
| Dólar (Austrália)*** | 0,7096 | 0,7098 | 3,6925 | 3,6940 |
| Dólar (Bahamas) | 1,0000 | 1,0000 | 5,2037 | 5,2043 |
| Dólar (Belize) | 2,0002 | 2,0222 | 2,5733 | 2,6019 |
| Dólar (Canadá) | 1,3889 | 1,3892 | 3,7458 | 3,7471 |
| Dólar (Cayman) | 0,8275 | 0,8350 | 6,2320 | 6,2892 |
| Dólar (Cingapura) | 1,2781 | 1,2782 | 4,0711 | 4,0719 |
| Dólar (EUA) | 1,0000 | 1,0000 | 5,2037 | 5,2043 |
| Dólar (Hong Kong) | 7,8438 | 7,8440 | 0,6634 | 0,6635 |
| Dólar (Nova Zelândia)*** | 0,5879 | 0,5881 | 3,0593 | 3,0606 |
| Dólar (Trinidad e Tobago) | 6,7397 | 6,8260 | 0,7623 | 0,7722 |
| Euro (Comunidade Européia)*** | 1,1579 | 1,1581 | 6,0254 | 6,0271 |
| Florim (Aruba) | 1,7800 | 1,8000 | 2,8909 | 2,9238 |
| Franco (Suíça) | 0,8119 | 0,8121 | 6,4077 | 6,4100 |
| Guarani (Paraguai) | 6027,9200 | 6037,4800 | 0,0008619 | 0,0008634 |
| Hryvnia (Ucrânia) | 44,7400 | 44,7505 | 0,1163 | 0,1163 |
| Iene (Japão) | 159,5700 | 159,5900 | 0,03261 | 0,03261 |
| Libra (Egito) | 50,4800 | 50,5800 | 0,1029 | 0,1031 |
| Libra (Líbano) | 89500,0000 | 89600,0000 | 0,000058 | 0,000058 |
| Libra (Síria) | 121,5000 | 122,5000 | 0,04248 | 0,04283 |
| Libra Esterlina (Grã Bretanha)*** | 1,3542 | 1,3545 | 7,0469 | 7,0492 |
| Naira (Nigéria) | 1348,6600 | 1351,9100 | 0,00385 | 0,00386 |
| Lira (Turquia) | 47,9154 | 47,9254 | 0,1086 | 0,1086 |
| Novo Dólar (Taiwan) | 31,9120 | 31,9420 | 0,16290 | 0,16310 |
| Novo Sol (Peru) | 3,3588 | 3,3622 | 1,5477 | 1,5495 |
| Peso (Argentina) | 1493,0000 | 1493,5000 | 0,00348 | 0,00349 |
| Peso (Chile) | 923,8600 | 924,1100 | 0,005631 | 0,005633 |
| Peso (Colômbia) | 3094,8500 | 3101,8500 | 0,001678 | 0,001682 |
| Peso (Cuba) | 24,0000 | 24,0000 | 0,2168 | 0,2168 |
| Peso (Filipinas) | 61,7880 | 61,8280 | 0,08416 | 0,08423 |
| Peso (México) | 17,0489 | 17,0594 | 0,3050 | 0,3053 |
| Peso (Rep. Dominicana) | 58,5200 | 58,9600 | 0,08826 | 0,08893 |
| Peso (Uruguai) | 40,2600 | 40,2900 | 0,12920 | 0,12930 |
| Rande (África do Sul) | 16,2493 | 16,2519 | 0,3202 | 0,3203 |
| Rial (Arábia Saudita) | 3,7544 | 3,7546 | 1,3860 | 1,3862 |
| Rial do Qatar (Qatar) | 3,6450 | 3,6455 | 1,4274 | 1,4278 |
| Rial (Irã) | 1374050,0000 | 1375100,0000 | 0,0000038 | 0,0000038 |
| Ringgit (Malásia) | 4,0560 | 4,0620 | 1,2811 | 1,2831 |
| Rublo (Rússia) | 85,0000 | 85,0200 | 0,06121 | 0,06123 |
| Rúpia (Índia) | 95,6800 | 95,6900 | 0,05438 | 0,05439 |
| Rúpia (Indonésia) | 17850,0000 | 17860,0000 | 0,0002914 | 0,0002916 |
| Rúpia (Paquistão) | 277,4000 | 277,6500 | 0,01874 | 0,01876 |
| Shekel (Israel) | 2,9918 | 2,9929 | 1,7387 | 1,7395 |
| Won (Coréia do Sul) | 1411,5000 | 1411,7300 | 0,003686 | 0,003687 |
| Yuan Renminbi (China) | 6,7426 | 6,7440 | 0,7716 | 0,7719 |
| Zloty (Polônia) | 3,7336 | 3,7348 | 1,3933 | 1,3939 |

| | Cotações | | Em R$(1) | |
|---|---|---|---|---|
| | Ouro Spot (2) | Paridade (3) | Compra | Venda |
| Dólar Ouro | 4367,29 | 0,00712 | 730,6515 | 730,7357 |

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

## Bolsas de valores internacionais

| | | | | | | Variações % | | | Em 12 meses | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| País | Cidade | Índice | 18/08/26 | 17/08/26 | No dia | No mês | No ano | Em 12 meses | Menor índice | Maior índice |
| **Américas** | | | | | | | | | | |
| EUA | Nova York | Dow Jones | 53.343,40 | 53.459,78 | -0,22 | 1,64 | 10,99 | 18,77 | 44.785,50 | 54.349,12 |
| EUA | Nova York | Nasdaq-100 | 29.490,96 | 29.995,38 | -1,68 | 4,30 | 16,80 | 24,36 | 22.953,38 | 30.660,60 |
| EUA | Nova York | Nasdaq Composite | 26.289,71 | 26.644,91 | -1,33 | 3,61 | 13,11 | 21,54 | 20.794,64 | 27.093,90 |
| EUA | Nova York | S&P 500 | 7.691,76 | 7.745,06 | -0,69 | 2,70 | 12,36 | 19,27 | 6.343,72 | 7.798,99 |
| Canadá | Toronto | S&P/TSX | 36.367,93 | 36.667,92 | -0,82 | 3,24 | 14,68 | 30,24 | 27.823,88 | 36.759,29 |
| México | Cidade do México | IPC | 63.933,69 | 64.254,98 | -0,50 | -4,49 | -0,58 | 9,63 | 58.132,40 | 71.601,35 |
| Colômbia | Bogotá | COLCAP | 2.461,23 | Feriado | 0,36 | 2,89 | 19,01 | 32,55 | 1.823,31 | 2.521,54 |
| Venezuela | Caracas | IBVC | 5.524,15 | 5.509,86 | 0,26 | 7,59 | 165,30 | 756,70 | 676,51 | 6.964,71 |
| Chile | Santiago | IPSA | 11.186,57 | 11.148,13 | 0,34 | 1,54 | 6,73 | 26,73 | 8.675,80 | 11.627,58 |
| Peru | Lima | S&P/BVL General | - | - | - | - | - | 1,42 | 33.621,54 | 34.937,73 |
| Argentina | Buenos Aires | Merval | 2.891.651,11 | Feriado | -1,89 | -12,14 | -5,24 | 31,54 | 1.683.959,61 | 3.379.771,44 |
| **Europa, Oriente Médio e África** | | | | | | | | | | |
| Euro | - | Euronext 100 | 1.949,59 | 1.970,91 | -1,08 | 1,24 | 13,30 | 21,12 | 4.169,18 | 5.126,92 |
| Alemanha | Frankfurt | DAX | 26.128,36 | 26.338,61 | -0,80 | 1,95 | 6,69 | 7,46 | 22.300,75 | 26.440,31 |
| França | Paris | CAC-40 | 8.509,36 | 8.579,60 | -0,82 | 0,00 | 4,42 | 7,93 | 7.654,25 | 8.726,03 |
| Itália | Milão | FTSE MIB | 53.017,84 | 53.586,98 | -1,06 | 1,62 | 17,96 | 24,33 | 41.607,81 | 53.717,19 |
| Bélgica | Bruxelas | BEL-20 | 5.758,98 | 5.762,49 | -0,06 | 1,29 | 13,40 | 19,77 | 4.642,33 | 5.813,65 |
| Dinamarca | Copenhague | OMX 20 | 1.614,22 | 1.617,31 | -0,19 | 0,97 | 0,38 | 3,34 | 1.356,45 | 1.778,72 |
| Espanha | Madri | IBEX-35 | 19.934,90 | 19.981,90 | -0,24 | 0,77 | 15,18 | 30,71 | 14.704,20 | 20.213,60 |
| Grécia | Atenas | ASE General | 2.617,02 | 2.629,88 | -0,49 | 1,84 | 23,40 | 25,08 | 1.986,89 | 2.629,88 |
| Holanda | Amsterdã | AEX | 1.107,32 | 1.114,80 | -0,67 | 0,74 | 16,40 | 23,45 | 883,89 | 1.119,59 |
| Hungria | Budapeste | BUX | 148.696,72 | 150.110,32 | -0,94 | 1,37 | 33,92 | 40,92 | 98.014,87 | 150.552,70 |
| Polônia | Varsóvia | WIG | 150.597,11 | 151.586,27 | -0,65 | 2,17 | 28,45 | 37,02 | 103.935,91 | 153.948,20 |
| Portugal | Lisboa | PSI-20 | 9.305,02 | 9.219,73 | 0,93 | 2,07 | 12,60 | 18,08 | 7.648,38 | 9.484,93 |
| Rússia | Moscou | RTS* | 794,59 | 775,65 | 2,44 | -9,97 | -28,68 | -31,26 | 775,65 | 1.185,63 |
| Suécia | Estocolmo | OMX | 3.244,67 | 3.266,30 | -0,66 | -0,07 | 12,55 | 23,57 | 2.577,63 | 3.326,93 |
| Suíça | Zurique | SMI | 14.320,90 | 14.302,39 | 0,13 | -0,18 | 7,94 | 18,63 | 11.875,80 | 14.633,70 |
| Turquia | Istambul | BIST 100 | 14.127,98 | 14.132,06 | -0,03 | 4,98 | 25,45 | 29,26 | 10.208,76 | 15.133,54 |
| Israel | Tel Aviv | TA-125 | 4.040,87 | 4.026,31 | 0,36 | -0,76 | 10,30 | 32,48 | 3.031,07 | 4.481,04 |
| África do Sul | Joanesburgo | All Share | 113.323,50 | 114.672,90 | -1,18 | 1,64 | -2,17 | 12,04 | 100.432,94 | 128.455,70 |
| **Ásia e Pacífico** | | | | | | | | | | |
| Japão | Tóquio | Nikkei-225 | 67.460,73 | 69.220,25 | -2,54 | 4,81 | 34,01 | 54,32 | 41.938,89 | 72.366,34 |
| Austrália | Sidney | All Ordinaries | 9.274,20 | 9.279,00 | -0,05 | 1,50 | 2,83 | 0,44 | 8.552,60 | 9.452,00 |
| China | Shenzhen | SZSE Composite | 2.635,34 | 2.647,28 | -0,45 | 8,54 | 4,12 | 12,57 | 2.331,45 | 2.949,07 |
| China | Xangai | SSE Composite | 3.990,30 | 3.982,65 | 0,19 | 4,12 | 0,54 | 7,04 | 3.727,29 | 4.242,57 |
| Coreia do Sul | Seul | KOSPI | 6.869,83 | Feriado | -1,55 | 4,16 | 63,02 | 116,22 | 3.130,09 | 9.114,55 |
| Hong Kong | Hong Kong | Hang Seng | 25.471,15 | 25.453,23 | 0,07 | -1,60 | -0,62 | 1,17 | 22.671,86 | 27.968,09 |
| Índia | Bombaim | S&P BSE Sensex | 77.235,46 | 77.728,16 | -0,63 | -1,10 | -9,37 | -4,97 | 71.947,55 | 85.762,01 |
| Indonésia | Jacarta | JCI | 6.449,83 | Feriado | 0,75 | 3,43 | -25,41 | -18,34 | 5.342,14 | 9.134,70 |
| Tailândia | Bangcoc | SET | 1.621,62 | 1.626,44 | -0,30 | -0,12 | 28,73 | 30,53 | 1.235,30 | 1.652,97 |
| Taiwan | Taipé | TAIEX | 45.308,68 | 45.857,27 | -1,20 | 5,08 | 56,43 | 85,07 | 23.625,44 | 47.741,51 |

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

**Reestruturação** ‘Watchdog’ ajuda o administrador judicial e acompanha de perto a empresa, monitorando fluxos financeiros

# Com RJs complexas, figura do ‘cão de guarda’ ganha força

**Álvaro Campos**
De São Paulo

A sequência de recuperações judiciais (RJs) de grandes empresas e liquidações de instituições financeiras colocou em evidência a figura do “watchdog”. Esse “cão de guarda”, na tradução literal, difere de um administrador judicial e muitas vezes é indicado pelos próprios credores. A função dele é ficar de olho, em tempo real, nas contas da empresa, para garantir que tudo flua adequadamente.

Há dois tipos de watchdog. O primeiro, também chamado de “agente de monitoramento”, pode ser contratado independentemente da empresa estar em RJ. Com perfil mais “negocial”, ajuda as partes em negociações mais complexas, por exemplo. Já o outro tipo é o “observador judicial”, nomeado pelo juiz da RJ e que ajuda o administrador judicial (AJ) na fiscalização das contas da companhia. Só que, enquanto o AJ tem um papel mais de validador, recebendo e aprovando um relatório mensal sobre os dados enviados pela administração da empresa, o watchdog está mais presente no dia a dia, acompanhando vários aspectos, mas em especial os fluxos financeiros.

Não há lei ou regulamentação que discipline a atuação do watchdog, que surgiu através da jurisprudência, especialmente em tribunais de São Paulo, entre 2016 e 2017. Entre os primeiros casos estão as RJs da loja de brinquedos B-Mart e da operadora de telefonia Oi, mas a figura ganhou notoriedade mesmo com o caso da construtora PDG Realty.

Nos últimos anos, entre os processos que contaram com um “cão de guarda”, estão casos como o da Itapemerim, o conglomerado agropecuário Redenção, o grupo financeiro Fictor, Ambipar e a recuperação extrajudicial da Raízen. No caso da Americanas, um observador chegou a ser nomeado pela Justiça, mas não chegou a assumir antes do acordo de credores. Não está claro se no caso da Casas Bahia, que entrou com RJ neste domingo, haverá um watchdog.

A figura do watchdog em outros países é diferente da que se vê no Brasil. No Reino Unido, o que mais se aproxima é o “monitor”, enquanto nos EUA é o “examiner”, cada um com características próprias. No mercado brasileiro, para escolher quem exercerá esse papel, geralmente o juiz usa uma lista de profissionais que atuam no setor, como contadores, advogados, ex-funcionários do Banco Central, entre outros. A remuneração definida depende da abragência do trabalho e do tempo que será gasto na análise.

Cypriano Camargo, da CCC Monitoramento, é um dos profissionais mais experientes na função de watchdog, atuando como agente de monitoramento desde 2010. Já trabalhou em casos como Odebrecht, EAS, Queiroz Galvão, Atvos, entre outros. Ele diz que o escopo da função, quando fora do âmbito judicial, depende do que é definido no contrato entre as partes. “Quando vamos ser contratados, sentamos com a empresa, entendemos como eles produzem suas informações, definimos a sequência de dados a ser entregues, a frequência, o formato e assinamos em conjunto com todas as partes. Geralmente, os contratos permitem que tenhamos acesso aos executivos, terceiros, consultores, assessores financeiros, advogados, prestadores de serviços, etc”.

Para Camargo, a figura do watchdog tem ganhado mais relevância e ela é importante para dar mais transparência a processos geralmente complexos. “Ele ajuda a dar um conforto adicional a todas as partes envolvidas.”

A Kroll, conhecida pela área de investigações corporativas e diligências, também passou a atuar como watchdog e tem ampliado o time no Brasil. Fernanda Barroso, diretora regional da companhia para América Latina, diz que muitas vezes o administrador judicial sozinho não consegue cuidar de tudo e o watchdog ajuda a analisar como a empresa está dispondo dos seus ativos. “Ele tem acesso a todos os dados financeiros, verifica como os ativos estão marcados no balanço. Ele muitas vezes aparece quando existe o receio de ocultação, dissipação de ativos.”

Em geral, o watchdog trabalha muito próximo do administrador judicial. Quando encontra algum indício de irregularidade, apresenta um relatório para o juízo e, a depender do caso, pode, juntamente com o AJ, escritórios de advocacia especializados em investigação forense, promotoria e polícia, solicitar quebra de sigilo, mandatos de busca e apreensão, entre outras coisas. Até por não existir uma regulamentação, também não há requisitos determinados que precisam ser cumpridos para quem atua como watchdog. Porém, conhecimento contábil é essencial, segundo Barroso. “É preciso saber fazer análise financeira, mas também com uma cabeça investigativa, não dá pra olhar só com a cabeça de avaliação contábil.”

Para Cypriano Camargo, da CCC, watchdog ajuda a dar um conforto adicional a todas as partes envolvidas na negociação

Marcelo Gomes, da DFEXA Consultoria e Perícia Contábil, tem passagens por empresas como KPMG, EY e Control Risks e diz que o papel do watchdog é o de um “cão de guarda”. “Ele é um vigia, que não interfere na gestão, mas se identifica uma transação que pode prejudicar a empresa, tem o dever de alertar”, diz.

Segundo Gomes, esse tipo de profissional pode trabalhar em parceria com advogados e contadores especializados em investigação forense. “Mas mesmo essa equipe só chega até um determinado limite. Ela verifica os dados da empresa, pode usar informações públicas, até conduzir entrevistas com executivos. Se tem uma suspeita de desvio de dinheiro, enriquecimento ilícito, é feito um relatório, se apresenta para a empresa, para o juízo, e aí são as autoridades competentes que vão avançar com a investigação.”

Oreste Laspro, professor da Faculdade de Direito da USP e que atua há muito tempo no segmento falimentar/recuperacional, lembra que o artigo 64 da lei 11.101 estabelece várias ações que o juiz pode adotar, sendo a mais dura delas o afastamento dos administradores da empresa. “Embora não haja previsão expressa na lei, a interpretação do artigo 64 e o poder geral de cautela dão ao juiz o poder de nomear um watchdog.”

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Barroso: watchdog muitas vezes aparece quando há receio de dissipação de ativos

Leonardo Egawa, advogado do escritório Lobo de Rizzo, fez sua dissertação de mestrado na FGV sobre o papel do watchdog. Ele defende a criação de uma lei para regulamentar a função desse profissional. “O ideal seria ter essa previsão legal. A área de insolvência se desenvolveu bastante nos últimos anos e o watchdog faz parte dessa evolução, de um amadurecimento do mercado, uma busca por soluções”.

O estudo de Egawa foi feito de forma qualitativa e exploratória, por meio de entrevistas confidenciais com 51 profissionais do mercado, entre eles watchdogs, magistrados, desembargadores e outros membros do Judiciário.

“A emergência do watchdog advém nitidamente da busca natural por melhores práticas internacionais, melhor alocação de recursos e tempo, especialmente no que toca ao direito das empresas em crise”, diz Egawa em seu trabalho. “Merece destaque a importância do watchdog para superação da crise da recuperanda, na medida em que esse profissional se torna uma moeda de troca para seus credores, uma aposta na empresa e na transparência de diversos pontos da gestão de modo geral, incluindo a gestão de seu caixa.”

Ele elaborou um projeto de lei detalhando o papel do watchdog. A proposta traz uma série de funções e diz que o watchdog terá “atribuições flexíveis e sob demanda, de acordo com o caso concreto, podendo complementar, mas nunca sobrepor, as funções do administrador judicial”.

---

# BC autoriza irmã de Lucas Kallas a comprar financeira

**Álvaro Campos**
De São Paulo

O Banco Central (BC) autorizou Francine Prado Kallas, irmã do empresário mineiro Lucas Kallas, da Cedro Participações, a comprar a financeira Pintos, do Piauí. A aquisição foi feita por meio da Forest Holding Financeira.

Segundo publicado pelo BC no Diário Oficial da União (DOU), o processo de compra da Pintos por Francine foi assinado em dezembro de 2024.

A Polícia Federal suspeita que Lucas Kallas, indiciado por crimes ambientais e exploração minerária sem autorização, pode ter utilizado também a estrutura de fundos de investimento da Reag para ocultar patrimônio e lavar dinheiro de suas supostas fraudes no setor. Ele foi um dos indiciados na operação Parcours, sob suspeita de integrar um esquema de extração ilegal de minério na Serra do Curral, na região de Belo Horizonte.

Francine aparece nas investigações da Parcours. Segundo a PF, em uma troca de e-mails um executivo da Cedro pede a uma gestora que cadastre o endereço eletrônico dela em um fundo da Reag. Nos documentos, o patrimônio declarado dela seria de R$ 204 milhões.

Lucas Kallas anunciou no mês passado sua saída da presidência do conselho de administração da Cedro. O grupo tem como principal negócio a Cedro Mineração e participação em setores como agro, logística e imobiliário.

O empresário esteve ligado ao ex-banqueiro Daniel Vorcaro, do Master, em algumas empreitadas. Uma delas foi na Biomm. A Cedro chegou a deter 8% da empresa de biotecnologia, que também teve como sócios fundos da WNT, ligada a Vorcaro. Ele também foi sócio da Latache, gestora especializada em ativos estressados que é acionista da Oncoclínicas, que por sua vez alocou R$ 478 milhões em CDBs do Master.

Investigações da PF também mostraram que Vorcaro e Kallas viajaram juntos à Venezuela em novembro de 2023.

A Pintos foi fundada em 2020 pela família Quintela Pinto, que procurada não se manifestou.

A assessoria de Lucas Kallas afirmou em nota que o empresário nunca foi sócio de Vorcaro. “Participações acionárias em companhias de capital aberto — como as que grandes bancos e fundos também mantêm — não autorizam essa conclusão.” Sobre a menção de Francine relacionada a fundos da Reag, a assessoria diz que a PF declarou não haver investigação nesse sentido. “Investir em fundos é prática comum no sistema financeiro, com recursos privados e devidamente declarados aos órgãos de controle. Quanto ao indiciamento, a defesa confia na demonstração da inocência de Lucas Kallas. A peça reaproveita fatos antigos, já investigados e arquivados pela Justiça.”

---

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ESCOLA POLITÉCNICA**
**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO N°: 452/2026 – EP**
**PROCESSO SEI Nº: 154.00012268/2026-04**

A Escola Politécnica torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob N°: 452/2026 - EP,** do tipo menor preço, cujo objeto é a **contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de sistema de iluminação cênica e funcional com tecnologia LED RGBW e controle automatizado (DMX512), destinado ao trajeto entre o prédio do TPN e o prédio da Administração da Escola Politécnica USP,** conforme especificações e condições constantes em Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 18/08/2026 a partir das 08h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 08/09/2026 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Portal de Compras do Governo Federal - ComprasGov” através do sítio **https://www.gov.br/compras/pt-br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 19/08/2026, além da página do ComprasGov, citado anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes** e **www.imprensaoficial.com.br**

---

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos**
**AVISO DE LICITAÇÃO**

EDITAL **COMPRAS.GOV.BR** Nº 513/2026 - EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO FZEA/USP Nº 026/2026 - PROCESSO SEI Nº: 154.00012825/2026-89 - A Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob N°: 026/2026 - FZEA,** do tipo menor preço, cujo objeto é aquisição de **REFIL PARA PURIFICADOR DE ÁGUA E KIT DE ELEMENTOS FILTRANTES PARA BEBEDOURO INDUSTRIAL,** conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia **19/08/2026 a partir das 09h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 02/09/2026 às 09h00,** sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Sistema de Compras do Governo Federal” através do sítio **www.compras.gov.br.** O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 19/08/2026, além da página do Sistema de Compras do Governo Federal, citada anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes** e **www.imprensaoficial.com.br.**

---

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ESCOLA POLITÉCNICA**
**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO N°: 508/2026 – EP**
**PROCESSO SEI Nº: 154.00012087/2026-70**

A Escola Politécnica torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob N°: 508/2026 - EP,** do tipo menor preço, cujo objeto é a **contratação de fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI) para servidores dos setores de Manutenção, Vigilância e Veículos da Escola Politécnica da USP,** conforme especificações e condições constantes em Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 19/08/2026 a partir das 08h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 04/09/2026 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Portal de Compras do Governo Federal - ComprasGov” através do sítio **https://www.gov.br/compras/pt-br.** O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 18/08/2026, além da página do ComprasGov, citado anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes** e **www.imprensaoficial.com.br**

---

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**UASG (102136) – INSTITUTO DE MATEMÁTICA, ESTATÍSTICA E CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO – IME UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 90011/2026 **- Nº Processo:** 154.00012141/2026-87 **- Objeto:** Contratação de empresa para fornecimento de Material de Escritório, de acordo com as especificações técnicas, condições, qualidade, quantidades e padrões de desempenho estabelecidos no Termo de Referência **- Total de Itens Licitados:** 37 itens (trinta e sete itens). **Valor total da licitação:** Sigiloso - **Disponibilidade do edital:** 19/08/2026 **- Horário:** das 08h00 às 17h59 - **Endereço:** Rua do Matão, 1010 – Cidade Universitária – São Paulo – SP; e **Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais/. Entrega das Propostas:** a partir de 19/08/2026 às 08h00 no site: **www.gov.br/compras. Abertura das Propostas:** 02/09/2026 às 09h15 no site: **www.gov.br/compras. Fonte:** DOESP e PNCP

---

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**
**ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES**
**CNPJ nº 63.025.530/0021-58**
**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO N°: 17/2026 – ECA**
**EDITAL Nº 50/2026 - Contratante (UASG) 102123 (no compras.gov.br)**
**PROCESSO SEI Nº 154.00002185/2026-07**

Torna público o PREGÃO ELETRÔNICO N° 17/2026–ECA. No compras.gov.br, é o EDITAL Nº 50/2026 - Contratante (UASG) /102123, tipo menor preço, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE CÂMERAS, CARREGADORES E ACESSÓRIOS,** conforme Edital e seus Anexos disponíveis a partir do dia 19/08/2026, nos endereços: **www.gov.br/compras, www.usp.br/licitacoes e www.doe.sp.gov.br.** O início do Recebimento das Propostas Eletrônicas ocorrerá dia 19/08/2026 a partir das 08h00, e a sessão de disputa agendada para o dia 09/09/2026 às 09h00, no “Portal de Compras do Governo Federal” - **www.gov.br/compras.**

---

**DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO**

O Sicoob Participações Ltda., inscrito no CNPJ/MF sob o nº 64.004.221/0001-10, NIRE 53203614601, por seu representante abaixo subscrito, DECLARA, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e ao público em geral a sua intenção de obter Autorização para Funcionamento da seguinte sociedade, cuja autorização prévia de constituição foi concedida pela autarquia em 24/06/2026:

**Denominação social:** Sicoob Capitalização S.A. – Sicoob Cap (em constituição)
**Sede:** Setor Comercial Sul, Quadra 6 Bloco A, sala 301, parte, CEP 70306-902, Brasília/DF
**Capital inicial:** R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais)
**Acionista único:** Sicoob Participações Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 64.004.221/0001-10 (titular de 100% do capital social)
**Objeto social:** operar planos de capitalização em todo território nacional.

Esclarece que, nos termos da regulamentação em vigor, eventuais impugnações à presente declaração deverão ser comunicadas e devidamente fundamentadas diretamente a Superintendência de Seguros Privados – Susep, Avenida Presidente Vargas, 730, CEP 20071-900, Rio de Janeiro/RJ, no prazo máximo de quinze dias, contados da data desta publicação, por meio de documento em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória e das justificativas pertinentes, observado que o declarante poderá, na forma da legislação em vigor, ter direito a vista do respectivo processo.

Brasília, 19 de agosto de 2026.

SICOOB PARTICIPAÇÕES LTDA.
Marco Aurélio Borges de Almada Abreu

---

**FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº: 89/2026 - FCF**
**PROCESSO Nº: 154.00012362/2026-55.**

A Faculdade de Ciências Farmacêuticas torna público aos interessados que realizara licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob **Nº: 89/2026** - FCF, do tipo menor preço, cujo objeto é Aquisição de Jalecos para a FCF/USP, conforme especificações e condições constantes em Edital o seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia **19/08/2026** a partir das **08:00**, estando a sessão de disputa agendada para o dia **03/09/2026**, às **09:00**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Portal de Compras do Governo Federal – Compras.Gov” através do sitio: **https//www.gov.br/compras/pt-br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia **19/08/2026**, na página do **Compras.gov.br**.

---

COPEL
Companhia Paranaense de Energia

**EXTRATO DA CERTIDÃO DA ATA DA**
**277ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**LOCAL:** Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco A - Curitiba, PR. **2. DATA:** 05.08.2026 - 08h30. **3. MESA DIRIGENTE:** MARCEL MARTINS MALCZEWSKI; e ISABEL ZAICZUK RAGGIO - Secretária da Reunião. **4. ASSUNTOS TRATADOS E DELIBERAÇÕES TOMADAS: O Conselho de Administração: I.** deliberou, por unanimidade, aprovar as Demonstrações Financeiras Intermediárias relativas ao período findo em 30.06.2026 da Copel (Holding); e **II.** deliberou, por unanimidade de votos, sem ressalvas, condicionado à aprovação societária do Financiamento Fundo Clima, à aprovação societária da 12ª Emissão de Debêntures e da realização da Oferta pela Copel Geração e Transmissão S.A.: **i. aprovar** interveniência na qualidade de acionista controlador da Copel GeT, assumindo obrigações e prestando declarações no âmbito do Contrato de Financiamento Fundo Clima, e a prestação de garantia fidejussória, na forma de fiança, nos termos dos artigos 818 e seguintes do Código Civil, na qualidade de devedora solidária e principal pagadora de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras, decorrentes do Financiamento Fundo Clima, incluindo quaisquer valores devidos nos termos a serem previstos no Contrato de Financiamento Fundo Clima, que contempla o pagamento do valor principal do Financiamento Fundo Clima, acrescido de eventuais juros e todos os seus acessórios, aí incluídos, mas não se limitando, os encargos moratórios e outros acréscimos e eventuais indenizações, nos termos a serem previstos no Contrato de Financiamento Fundo Clima; **ii. aprovar** a prestação de garantia fidejussória, na forma de fiança, nos termos dos artigos 818 e seguintes do Código Civil, na qualidade de devedora solidária e principal pagadora de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras, decorrentes das Debêntures, incluindo quaisquer valores devidos nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, que contempla o pagamento do valor nominal unitário das Debêntures ou do saldo do valor nominal unitário das Debêntures, conforme aplicável, acrescido da remuneração das Debêntures e todos os seus acessórios, aí incluídos, mas não se limitando, os honorários do agente fiduciário, os encargos moratórios e outros acréscimos, eventuais indenizações, todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorridos pelos debenturistas e/ou pelo agente fiduciário, inclusive em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e interesses relacionados às Debêntures, à Fiança Debêntures e à execução da Fiança Debêntures, seja na data de pagamento ou em decorrência de vencimento antecipado ou resgate antecipado das debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, aprovando ainda a assunção, pela Companhia, de obrigações de interveniente controladora da Copel GeT e a prestação de declarações, no âmbito da Escritura de Emissão; **iii. autorizar** os membros da Diretoria da Companhia, ou seus procuradores, observadas as condições descritas no item (i) acima, a celebrar todos os documentos e seus eventuais aditamentos, conforme aplicável, e praticar todos os atos necessários à concessão da Fiança no âmbito do Financiamento Fundo Clima, da Emissão e da Oferta, conforme aplicável, incluindo, mas não se limitando a, **(a) negociar e celebrar** o Contrato de Financiamento Fundo Clima, a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição e demais instrumentos necessários à realização do Financiamento Fundo Clima, da Emissão e da Oferta, podendo, inclusive, celebrar eventuais aditamentos à Escritura de Emissão, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações; e **(b) a contratar,** caso necessário, demais prestadores de serviço necessários à viabilização do Financiamento Fundo Clima, da Emissão, da Oferta e às Debêntures, incluindo, sem limitação, o escriturador das Debêntures, o banco liquidante das Debêntures, a agência de rating das Debêntures, o agente fiduciário da Emissão, os assessores legais, a B3, no caso das Debêntures, dentre outros; e **iv. ratificar** todos os atos já praticados pela Companhia, representada por seus diretores e/ou procuradores, relacionados às deliberações acima. **5. ASSINATURAS: MARCEL MARTINS MALCZEWSKI** (Presidente); **GERALDO CORRÊA DE LYRA JUNIOR; HARRY SCHMELZER JUNIOR; JACILDO LARA MARTINS; MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO; MOACIR CARLOS BERTOL; PEDRO FRANCO SALES; RAUL ALMEIDA CADENA; VIVIANE ISABELA DE OLIVEIRA MARTINS;** e **ISABEL ZAICZUK RAGGIO** (Secretária). Certidão da ata da 277ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Copel, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná - Jucepar sob o nº 20264411501 em 12.08.2026, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e da Instrução Normativa - IN DREI ME nº 11/2022. ----------------------------------

Ines249

# É difícil imaginar o Brasil com menos LFT, Selic ou CDI

Palavra do Consultor

**Marcelo d'Agosto**

LFT, Selic e CDI são as três siglas mais amadas e, ao mesmo tempo, mais odiadas do mercado financeiro brasileiro.

A Letra Financeira do Tesouro (LFT), conhecida como Tesouro Selic no Tesouro Direto, é o principal instrumento que o governo tem para financiar a dívida pública. A regra geral é que o governo capta recursos no mercado de capitais emitindo títulos públicos. No Brasil, metade do endividamento do Tesouro é representado por LFTs.

Os tesoureiros e gestores do caixa dos bancos gostam da LFT. Isso porque é um título com muita liquidez, prático e eficiente, já que possui o valor nominal atualizado diariamente pela taxa de juros estabelecida pelo Banco Central.

Quando uma instituição financeira tem uma sobra de caixa porque, por exemplo, captou mais recursos do que conseguiu emprestar naquele dia, essa diferença pode ser aplicada na LFT. Como resultado, mesmo sem ter emprestado tudo que gostaria aos clientes, o banco consegue uma boa remuneração para esses recursos que, de outra forma, ficariam parados no caixa da instituição.

Quando ocorre o inverso, basta vender uma parte do estoque de LFTs acumulado anteriormente para repor o caixa do banco e continuar com as operações normalmente. Esse ajuste é feito praticamente sem custos já que a LFT é corrigida pela Selic, a segunda sigla que provoca reações extremadas.

A Selic é estabelecida pelo Banco Central (BC) em intervalos de aproximadamente 45 dias. Mas, apesar de ser uma taxa anual, é convertida em um índice diário, de acordo com a quantidade de dias úteis que existem em um certo período.

A transformação dessa taxa anual em diária envolve detalhes verdadeiramente complexos. Mas, depois de uma longa tradição brasileira, todos os cálculos foram muito bem documentados, ficaram livres de questionamentos e são amplamente aceitos.

Hoje, a Selic e o CDI, a terceira sigla que provoca fortes opiniões, são praticamente sinônimos. E a quase totalidade da captação de entidades privadas, sejam atuantes no setor financeiro ou nos demais segmentos da economia, é referenciada ao CDI.

Do ponto de vista dos investidores, também há uma marcante preferência para a trinca composta por LFT, Selic e CDI. E isso tem um aspecto surpreendente e que vem, cada vez mais, chamando a atenção dos especialistas.

Todo investidor almeja ter pelo menos uma ideia de quanto pode ganhar ao escolher uma determinada aplicação financeira. Mas é virtualmente impossível estimar a remuneração, pelo prazo de um ano que seja, para uma aplicação na LFT, Selic ou CDI.

Isso porque a rentabilidade da aplicação é baseada numa taxa de juros fixada pelo BC que vale apenas para o curto prazo. Além disso, o histórico mostra que as mudanças na taxa de juros são frequentes.

Considerando os últimos dez anos, em dois terços das vezes o BC mudou a taxa de juros que vinha sendo praticada anteriormente. E com os ciclos de alta e de baixa dos juros, a remuneração variou desde a mínima de 2% ao ano até a máxima de 15% ao ano.

Mas mesmo com todas as incertezas, as pessoas não deixam de investir na LFT, Selic e CDI. A razão é a quase convicção de que o BC vai sempre manter os juros confortavelmente acima da inflação. Isso mesmo não existindo essa obrigação por parte da autoridade monetária.

A tese implícita é que se o Brasil resolvesse reduzir os juros, a economia ficaria muito aquecida e a inflação iria disparar. Outra linha de raciocínio é que os juros baixos estimulariam a compra de dólares para investir no exterior e a consequente desvalorização do real provocaria efeitos inflacionários. Em ambos os cenários, a conclusão é que o BC seria forçado a aumentar novamente os juros.

Portanto, apesar de não haver um compromisso de manter as taxas de curto prazo acima da inflação, o BC não teria alternativas. O que justifica o investimento na LFT, Selic e CDI.

Também do ponto de vista macroeconômico existem uma série de aspectos negativos com esse arranjo que temos hoje e que estimula o aumento excessivo do peso das aplicações vinculadas aos juros de curto prazo. O mais emblemático é o impacto quase imediato no crescimento da dívida pública quando o BC resolve aumentar a taxa de juros.

Isso porque como boa parte da dívida pública é atrelada aos juros de curto prazo, o aumento das taxas tem reflexo imediato no estoque da dívida. O que aumenta o peso da dívida pública em relação ao tamanho da economia.

Recentemente diversos analistas começaram a aconselhar os investidores a adotar uma outra perspectiva em relação aos investimentos na LFT, Selic e CDI. Em vez de assumir como certo que os juros de curto prazo sempre ficarão acima da inflação, a nova abordagem estimula que o investidor diversifique a carteira desde já, especialmente em aplicações atreladas à inflação.

O conselho faz todo sentido, mas é difícil imaginar que o hábito de investir na LFT, Selic e CDI mude no curto prazo.

---

**Marcelo d'Agosto** é economista especializado em administração de investimentos com mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro.

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

---

**Investimentos** Para sócio da AlphaKey, se 3% do que 'dorme' no CDI for para a bolsa, há adição de quase R$ 500 bi; Gestor da Absolute alerta para risco de cenário extremo

# 'Se juro cai e bolsa reage, não vai ter ativo que comporte a demanda'

**Adriana Cotias**
De São Paulo

Com mais um ano de baixa para ofertas iniciais de ações (IPO) na bolsa brasileira, se o mercado se recuperar não vai ter ativo que comporte a demanda do brasileiro, hoje fora da renda variável, segundo Christian Keleti, sócio-fundador e gestor da AlphaKey. Numa eventual alternância de poder, com uma política econômica que permita reduzir os juros, se apenas 3% do dinheiro local acomodado no CDI migrasse para a bolsa seriam R$ 500 bilhões.

Ao participar de evento do Santander, Keleti disse ter feito no fim de 2025 um estudo que mostrava que das 330 empresas listadas na bolsa brasileira, as realmente negociadas, com valor de mercado acima de US$ 200 milhões (R$ 1 bilhão), eram pouco mais de 100. E com a sequência de recompras e fechamentos de capital, o Brasil passou a ter uma capitalização "banal", "virou o grão de areia no universo investível."

A saída das empresas e as recompras diminuíram o capital em circulação e amplificaram a alocação na renda fixa. "Por isso, o famoso 'M4' [o agregado monetário em moedas e títulos públicos e privados de alta liquidez] investido por pessoas físicas no Brasil em tudo quanto é tipo de fundo, CDB, crédito, debêntures de infraestrutura, somava R$ 10 trilhões e subiu para R$ 15 trilhões; cresceu sozinho dormindo no CDI."

O valor de mercado da bolsa soma cerca de US$ 1 trilhão, mas nem tudo está disponível para a venda porque boa parte do capital está com os controladores, com raras exceções, das "corporations", com ações pulverizadas na bolsa, caso de Lojas Renner e B3. "Se o investidor quiser se animar com a bolsa tem R$ 2,5 trilhões para investir, é tudo que tem disponível, e temos R$ 15 trilhões parados, dormindo no CDI", disse Keleti.

Ele apontou que se houver alternância de poder o clima já muda, a chance de o juro ir para 10% é muito maior porque a atividade está desacelerando e não há preocupação com o câmbio, por ora. Se 3% do M4 forem para a bolsa já são quase R$ 500 bilhões.

O Brasil representa 4% dos mercados emergentes e quando tiver dinheiro para o bloco, o Brasil é, sim, legível ao capital externo, observou Keleti. E se a Coreia do Sul for elevada a país desenvolvido, o Brasil vai atrair um pedaço desse dinheiro. Só que se tiver de R$ 100 bilhões a R$ 200 bilhões a mais vindo para a bolsa num horizonte de seis meses a um ano, não tem ação suficiente para atender a essa procura.

No jogo eleitoral, ele acha que as intenções de voto estão equilibradas com 50% de chance para a reeleição de Lula ou para a renovação. "Não é uma questão de 'se', mas de 'quando' [o capital externo pode voltar]. Em uma semana o estrangeiro tirou R$ 15 bilhões da bolsa e colocou o Ibovespa 20% para baixo. Para o bem ou para o mal, o mercado brasileiro de ações está muito pequeno."

Para Christian Faricelli, sócio e gestor da Absolute, essa história de a bolsa estar muito barata parece não considerar que tem alguns cenários que podem ser muito ruins, de o país discutir algo perto do que aconteceu na Turquia e na Argentina se Lula for reeleito sem adotar medidas de responsabilidade fiscal. "Se alguém está colocando chance zero [de um evento extremo] está errado. Não é o nosso cenário-base, mas é real." Num ambiente desses, é melhor estar em bolsa do que no CDI.

O gestor afirmou estar preocupado com a economia doméstica dada a alavancagem da população e das empresas, algo que o balanço dos bancos começa a mostrar. Ajudaria se houvesse uma tendência clara de corte de juros, mas ele acha que a Selic pode cair mais pelo "mau motivo: pela economia fraca de verdade e por uma recessão nos próximos dois anos".

"O painel de controle que ele [o governo] sabe dar, que é o crédito, quebrou. A ver que próximos botões ele vai apertar. Por isso, nos ativos reais, tenho mais conforto."

Para o gestor, dado o nível de endividamento da população, do país, "é difícil imaginar uma solução para o Brasil que não passe por um 'default' da dívida pública ou das famílias", afirmou.

Já para gestores dedicados à América Latina, o Brasil virou um caso de valor. Na região, normalmente se ganha mais dinheiro quando a percepção está muito negativa e a avaliação das empresas está baixa, não por uma transformação secular. É quando as "coisas estão terríveis" e beneficia quem compra as ações e vende no cenário oposto, disse Scott Piper, chefe de ações e executivo-chefe de investimentos (CIO) para América Latina da Itaú Securities. "A melhor oportunidade no momento, a maior assimetria de risco/retorno é no Brasil."

DIVULGAÇÃO

Kleimann, da Aberdeen: investidor local esquece de olhar para fatores estruturais

É onde o gestor diz ver boas equipes de gestão à frente das companhias, retornos totais implícitos interessantes e dividendos altos. Um ponto a favor, continuou Piper, é que os gestores locais estão com baixa participação em bolsa. "Nós temos fundos mais de longo prazo, e conseguimos olhar as empresas com essa perspectiva. Os juros estão tão altos e as ações numa dinâmica tão negativa de curto prazo que podemos nos beneficiar dessa arbitragem", disse. "O Brasil grita compra."

> "Juros tão altos e ações em dinâmica tão negativa podem nos beneficiar dessa arbitragem. O Brasil grita compra"
> *Scott Piper*

Sarah Shaw, principal executiva (CEO) e chefe de investimentos da 4D Infrastructure, disse que algumas decisões têm sido guiadas por valor e o mercado brasileiros está claramente descontado. Reúne temas de investimentos que são urgentes, com boa regulação de contratos, "tudo que precisa em infraestrutura a ponto de suportar as incertezas políticas e manobras na economia", afirmou.

Para ela, a infraestrutura é uma vantagem nesse super ciclo de investimentos em que a inteligência artificial (IA) domina. O crescimento populacional vai colocar mais 2 bilhões de pessoas precisando de água limpa, energia e saneamento. Em economias em desenvolvimento haverá a ascensão à classe média e 80% da população do globo vive em emergentes. "É uma oportunidade astronômica." Outro motor vai ser a transição para energia limpa. "A posição energética do Brasil hoje é onde o mundo quer estar daqui 30 anos", disse.

O Brasil tem 25% das terras raras do globo e explora só 2% disso, disse Piper. "Há um enorme potencial para usar o Brasil como fonte de minerais críticos para a Europa e os EUA, essa é a verdadeira vantagem geopolítica do país."

O Brasil pode não ser um "call" de investimentos de primeira ordem direcionados à IA, mas nos de segunda ordem sim porque o mundo vai precisar de preços de energia mais baixos e de commodities para fazer a tecnologia acontecer, disse Ivan Kleimann, gestor de portfólios para América Latina e emergentes da Aberdeen."À medida que o ciclo evolua e a história de dólar mais fraco se concretize, após dez anos de excepcionalismo americano e capital para poucos casos de IA, a América Latina e outras frentes tendem a captar a maior parte do fluxo."

Piper disse ver algumas evoluções bem positivas fora do tema, a exemplo de o país estar em vias de se tornar um exportador líquido de petróleo, além de grãos, áreas que do ponto de vista geopolítico tornam as coisas mais interessantes. "O que realmente precisa acontecer é o Brasil se ajudar com responsabilidade fiscal, política macro mais racional e ortodoxa."

Kleimann afirmou ainda que os investidores locais ficam muito focados em eventos de curto prazo como a eleição e se esquecem de olhar para fatores estruturais, a exemplo do déficit habitacional que não vai desaparecer tão cedo. Há produtoras de commodities, de energia, cobre e lítio, e nomes que negociam com múltiplos que não se vê em outros mercados.

"Se olharmos historicamente, o que explicou o desempenho da América Latina e do Brasil foi a revisão de lucros. Se tiver mais certeza em relação aos lucros das companhias é mais fácil de se chegar a um catalisador que faça o efeito dos rendimentos compostos acontecer", afirmou. "A forma de fazer isso é mergulhar em histórias idiossincráticas com elementos que fortaleçam o caso de investimento independentemente da política." Ele citou como exemplo concessionárias de rodovias e a habitação voltada à baixa renda.

Só as melhores empresas sobreviveram, disse Piper, e há taxas de retorno real na faixa dos 14%, 5,5 pontos acima das NTN-Bs que estão nas suas máximas históricas, e com "dividend yields" na casa dos dois dígitos. Ele lembra que a governança das empresas desse padrão também melhorou e geram um fluxo de caixa enorme que devolvem para os acionistas. "Fecho os olhos e compro essas ações."

---

# Itaú sela acordo com a Vanguard e remodela ETF

De São Paulo

A Itaú Asset Management e a gigante americana Vanguard, que tem US$ 12 trilhões sob gestão, fecharam uma aliança estratégica para ampliar oportunidades de diversificação internacional para o brasileiro e também para trocar conhecimento.

Uma primeira entrega é a remodelagem do tradicional ETF SPXI11, lançado pela Itaú Asset em 2015 e que tem exposição ao índice S&P 500, das maiores empresas americanas. Agora, o veículo listado na B3 passa a investir no S&P 500 UCITS ETF da Vanguard.

A diferença é que nele há o reinvestimento automático dos dividendos recebidos pelas companhias que compõem o referencial, o que amplia o potencial de retorno porque é um fundo que acumula capital. O ETF da Vanguard está debaixo da legislação europeia dos "Undertakings for Collective Investment in Transferable Securities" (USCITS), criada para proteger o investidor de varejo, que oferece ainda proteção sucessória e custos competitivos.

O acesso vai ser pelo ETF domiciliado na Irlanda e negociado na Bolsa de Londres. O código de negociação na B3 permanece como SPXI11, com a mesma taxa de administração original, de 0,25% ao ano. A versão do ETF da Vanguard de acumulação tem uma capitalização de mercado de quase US$ 86 bilhões.

Para o brasileiro, a tributação segue as regras fiscais locais, independentemente do domicílio do fundo. O ganho de capital na venda das cotas é tributado pelo IR de 15% sobre o ganho de capital. E como não há distribuição de dividendos, esse valor vai compondo o retorno e sendo diferido.

Esse é um passo importante na estratégia internacionalização da Itaú Asset, segundo Carlos Augusto Salamonde, líder da gestora que tem R$ 1,3 trilhão em ativos sob gestão. "Ao combinar nosso histórico e profundo conhecimento sobre o investidor brasileiro com a expertise de um dos principais players globais do mercado financeiro, ampliamos nossa capacidade de oferecer acesso a oportunidades únicas por meio de ETFs, além de apoiar a construção de portfólios mais diversificados e resilientes para o longo prazo", diz, em nota.

O acordo reúne "as forças complementares de duas organizações que compartilham um compromisso de longo prazo com o sucesso dos investidores", diz Juan Hernandez, líder de distribuição global para as Américas e UCITS da Vanguard. *(AC)*

Ines249

**TST**
Advogado de banco consegue restabelecer salário reduzido após ação trabalhista
valor.globo.com/legislacao

TST
Tribunal Superior do Trabalho

**Opinião Jurídica**
A voz da defesa e o entocamento da Justiça
E2

**TJSC**
Shopping terá que indenizar restaurante
valor.globo.com/legislacao

**Civil** Decisão é a primeira do tribunal superior sobre o assunto, segundo os próprios ministros; não há previsão legal específica

# STJ autoriza penhora de pontos e milhas para pagamento de dívida

DIVULGAÇÃO

Felipe Adjuto de Melo: decisão demonstra a evolução da jurisprudência do STJ na proteção dos direitos do credor

**Luiza Calegari**
De São Paulo

A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu ontem que pontos e milhas aéreas, concedidos em programas de fidelidade, podem ser penhorados para o pagamento de dívida. É a primeira decisão da Corte sobre o assunto, segundo os próprios ministros. Não há previsão legal específica sobre a questão.

Foram julgados dois processos, de dois relatores diferentes. Os ministros da 3ª Turma entenderam que pontos e milhas podem ser penhorados quando houver expressão econômica. A decisão foi unânime.

Um dos processos julgados teve origem no Distrito Federal, em uma ação de cobrança de dívida. O credor alegou à Justiça que, depois de realizadas pesquisas nos sistemas judiciais disponíveis, não foram localizados bens penhoráveis (REsp 2198485).

A defesa sustentou que seria possível a penhora de pontos ou milhas aéreas porque podem ser transferidos e vendidos, e que ambos não têm caráter pessoal, mas detêm natureza de crédito. O pedido foi negado pela 1ª Vara Cível de Samambaia e pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

Os desembargadores da 4ª Turma Cível entenderam que o credor "não apresentou a regulamentação específica de quais benefícios de programas de fidelidade pretende penhorar, nem a regulamentação específica que autorize a adjudicação em favor de terceiro ou alienação em leilão".

Nesse processo, o voto da relatora, Nancy Andrighi, foi para devolver o caso ao tribunal de origem para que o credor apresente regulamento comprovando a possibilidade de transferência de pontos ou milhas e informe para quais programas a penhora deve ser direcionada.

O ministro Villas Bôas Cueva acrescentou, porém, que eventual cláusula vedando a transferência não deve impedir a penhora, e que o prazo de expiração de pontos ou milhas deve ser suspenso enquanto durar a constrição.

O outro processo julgado teve origem na 32ª Vara Cível de São Paulo, que também tinha negado o pedido de penhora de milhas aéreas para a satisfação de uma dívida com uma financeira (REsp 2268603). A 20ª Câmara de Direito Privado do TJSP decidiu que a medida não teria efeito prático no processo.

"Ainda que tais ativos possam, em tese, ter valor econômico, inexistem mecanismos oficiais, seguros e parametrizados para sua conversão em moeda corrente. A ausência de liquidez e de critérios uniformes inviabiliza a constrição judicial, tornando a medida inócua", diz o acórdão.

A jurisprudência do TJSP vinha se construindo no mesmo sentido. A 35ª Câmara de Direito Privado, por exemplo, também considerou que a penhora de milhas e pontos carecia "de critérios objetivos de conversão segura em moeda corrente" (processo nº 2112912-32.2025.8.26.0000).

A 27ª Câmara de Direito Privado apontou, em outro processo, ausência de referência do valor econômico das milhas e "inexistência de mecanismo oficial para concretização da diligência pelo Poder Judiciário" para negar o pedido de penhora (processo nº 2105628-70.2025.8.26.0000). No STJ, prevaleceu o entendimento do relator, ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, dando provimento ao recurso da credora para autorizar a penhora.

Segundo Felipe Adjuto de Melo, do escritório Tortoro, Madureira e Ragazzi Advogados, que defendeu o credor nesse processo, a decisão demonstra a evolução da jurisprudência do STJ na proteção dos direitos do credor. "A Corte já decidiu recentemente sobre a ampliação das possibilidades de penhora de salário [EREsp 1874222] e sobre a validade das medidas atípicas, como retenção de passaporte de devedor [REsps 1955539 e 1955574]. O STJ tem paulatinamente demonstrado evolução e esse julgamento é mais um sinal disso", diz.

De acordo com ele, nos casos levados à Justiça, não há meios de descobrir se o devedor realmente tem pontos ou milhas, já que esse tipo de ativo não é rastreável pelos sistemas usados hoje pelos magistrados, como o Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (SisbaJud). "É preciso expedir um ofício para cada uma das empresas para saber se o devedor tem saldo, e então buscar o bloqueio."

O especialista acredita que essa decisão é o primeiro passo na construção do entendimento do STJ sobre o tema. "Muitas outras questões ainda terão que ser debatidas, como as dificuldades de conversão dos pontos em dinheiro ou até mesmo em bens. Será necessário avaliar se os pontos serão transferidos para o credor e qual plataforma de comercialização deverá ser usada na venda."

Felipe Adjuto de Melo acrescenta que não é possível saber se os votos dos relatores fazem diferenciação entre as milhas das companhias aéreas, que normalmente não são transferíveis e só podem ser usadas na compra de passagens da própria empresa, e outros pontos de programas de fidelidade mais abertos, como os de bancos e empresas especializadas, que têm mais possibilidades de uso. "Sem dúvida vão surgir outras questões, cada caso terá suas particularidades."

> "Também é viável a partilha de pontos e milhas em divórcios e inventários"
> *João C. de França*

Para João Carlos de França, do escritório Bento Muniz Advocacia, a decisão do STJ deve representar uma guinada na jurisprudência dos tribunais estaduais e consolida o que já era realidade econômica — ou seja, que os pontos possuem valor patrimonial. "Ao confirmá-los como ativos monetários conversíveis, o Judiciário pacifica que não servem apenas para a satisfação de execuções de credores", diz ele, acrescentando que também é viável sua partilha em divórcios e inventários, por exemplo.

---

# Petrobras se livra de tributação na importação de 'flotéis'

**Luiza Calegari**
De São Paulo

DIVULGAÇÃO

> "Receita se agarra na alcunha para dizer que essa não é a atividade principal da empresa"
> *Pedro Grillo*

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) decidiu que os hotéis flutuantes de apoio aos empregados da Petrobras — chamados de "flotéis" — são essenciais para a atividade, o que afasta a incidência de impostos na sua importação. A decisão é da maioria da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 3ª Seção.

Cabe recurso. Embora a maioria das decisões das turmas do Carf sobre o assunto seja favorável aos contribuintes, há uma decisão em sentido contrário no mesmo colegiado, o que pode fazer com que a questão suba para a Câmara Superior.

No caso da Petrobras, prevaleceu o entendimento do relator, Mateus Soares de Oliveira, que negou recurso da Fazenda. A empresa tinha sido alvo de quatro autos de infração que somavam R$ 298 milhões pela cobrança de Imposto de Importação, PIS e Cofins, acrescidos de juros de mora e multa de ofício de 75%, além de multa de 1% sobre o valor das mercadorias por omissão ou informação incompleta de natureza tributária sobre a operação de importação de um flotel (processo nº 15444.720060/2024-86).

Trata-se de uma embarcação flutuante que fornece acomodação para os trabalhadores que atuam embarcados nas plataformas e não podem voltar à terra por períodos consideráveis de tempo. Além da hospedagem dos empregados, a maioria das embarcações também serve de base para operações de manutenção.

Na delegacia da Receita, a Petrobras conseguiu decisão favorável, com o entendimento de que as atividades desenvolvidas pelo flotel seriam essenciais para a extração de petróleo. O posicionamento foi mantido no Carf com base na Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.781, de 2017.

No anexo II, o item 101 isenta de imposto as "embarcações destinadas a apoio às atividades de pesquisa, exploração, perfuração, produção e estocagem de petróleo ou gás natural, bem como as destinadas ao apoio, manutenção e segurança nas respectivas atividades".

Conforme o acórdão, as embarcações do tipo flotel estão associadas ao "apoio às atividades de pesquisa, exploração, perfuração, produção e estocagem de petróleo ou gás natural, bem como as destinadas ao apoio, manutenção e segurança nas respectivas atividades" da empresa.

"Não se trata de um hotel em alto mar, pesqueiro ou voltado a atividades alheias. A tarefa de deslocar os funcionários e servir de base para que as operações de manutenção sejam praticadas na embarcação offshore reflete na manutenção e segurança do navio e das operações nele e através dele realizadas", diz o relator, ao dar razão para a empresa.

Em nota ao **Valor**, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) afirma que avaliaria a decisão diante da "significativa controvérsia jurídica", especialmente considerando a existência de um precedente contrário da mesma turma de julgamento. Em março, quando um dos conselheiros foi substituído, a mesma questão foi decidida por voto de qualidade em favor do Fisco (processo nº 15444.720012/2023-15).

Para a Petrobras, as decisões, que ainda estão sujeitas a recurso no Carf, "tratam da aplicação do regime aduaneiro especial às embarcações que abrigam atividades e serviços essenciais às plataformas de produção de petróleo e gás". "A divergência entre os entendimentos evidencia a existência de uma dúvida razoável sobre a interpretação da norma, envolvendo as posições do Fisco e dos contribuintes", diz a empresa por nota, acrescentando que "confia plenamente no debate aprofundado sobre a questão".

Em outros processos, o entendimento também foi favorável ao contribuinte. A mesma 1ª Turma, por exemplo, no julgamento de outra empresa petroleira, aplicou o mesmo dispositivo da IN 1.781 e decidiu que o flotel é essencial para o desenvolvimento das atividades da empresa.

"O volume de funcionários é expressivo. Não há como operacionalizar isto de avião ou helicóptero. E, pelo mar, o trajeto necessita de aproximadamente 6 a 7 horas para percorrer uma distância de 100 km, por exemplo. Trata-se de uma distância comum nestas estruturas de extração de petróleo. Sua essencialidade é tão notória que os funcionários não se deslocam por botes ou pequenas embarcações do flotel para a estrutura. São interligadas", diz o acórdão (processo nº 15444.720042/2023-13).

A 2ª Turma Ordinária da 1ª Câmara da 3ª Seção também tem decisão em favor do contribuinte. O relator destaca em seu voto que a antiga norma regulamentadora do tema pela Receita, a IN nº 844, de 2008, trazia vedação expressa dos benefícios do Repetro para embarcações de acomodação (artigo 2º, parágrafo 2º). Essas restrições, no entanto, acrescenta, foram excluídas da IN seguinte, o que reforça o argumento de que não há justificativa para enquadramento de flotel no programa.

"O fato das embarcações poderem eventualmente acomodar pessoas como função principal não as impede de serem enquadradas no Repetro, desde que reste comprovado que nelas são desenvolvidas as atividades de apoio, de manutenção ou da segurança das atividades de exploração", diz o acórdão (processo nº 15444.720036/2021-02).

O Repetro é um regime especial aduaneiro que surgiu para incentivar a exploração e o desenvolvimento e pesquisa de petróleo e gás natural, lembra Bruno Guimarães, sócio do RMM Advogados, autorizando a importação de bens necessários sem a incidência dos impostos de importação. "Por mais que estejamos falando de uma espécie de benefício fiscal, que tende a ser interpretada restritivamente, nesse caso foi dada uma interpretação mais finalística."

Pedro Grillo, do Brigagão Duque Estrada Advogados, destaca que, embora a alcunha de "flotel" tenha pegado, esse tipo de embarcação é usado por todas as petroleiras e não se destina somente à acomodação dos empregados. "A Receita se agarra na alcunha para dizer que essa não é a atividade principal da empresa. Mas, além da acomodação, a unidade serve como apoio técnico de manutenção e segurança, e costuma ter guindastes, oficinas, área para o pessoal técnico", afirma.

Para Flavio Sanches, sócio do CSMV Advogados, é necessária a atualização do manual do Repetro, que tem observância obrigatória pela fiscalização e faz com que os autos continuem sendo lavrados. "A embarcação não é um hotel, ela é conectada à embarcação principal onde ocorre a pesquisa, exploração, perfuração, produção e estocagem de petróleo", diz. "Ela apoia para que as pessoas que operam a embarcação principal consigam se manter em alto mar. Não existe atividade secundária de lazer, por exemplo, é 100% destinada a esse apoio. Por isso, preenche o requisito isencional."

# A voz da defesa e o entocamento da Justiça

## Opinião Jurídica

**Renato Losinskas Hachul**

A pandemia de covid-19 impôs, por evidente necessidade sanitária, um distanciamento físico entre as pessoas. O Poder Judiciário teve que se adaptar rapidamente por meio do trabalho remoto e das plataformas virtuais, em uma resposta ágil e louvável para que o Estado de Direito não paralisasse naquele momento de crise.

Dissipada a emergência global, porém, a sociedade retornou ao seu fluxo normal. O Poder Judiciário, contudo, em grande parte, optou por um preocupante entocamento. O que era uma medida de exceção converteu-se em zona de conforto da qual muitos magistrados nunca mais saíram.

Criou-se uma verdadeira blindagem em torno dos gabinetes, priorizando metas de produtividade e estatísticas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Despachar com um juiz, antes facilmente encontrado no fórum, bastando ao advogado bater à porta de seu gabinete para ser atendido, tornou-se, em inúmeras Cortes, um exercício de superação de barreiras.

Todo advogado já se deparou com e-mails ignorados ou situações em que o pedido de agendamento do despacho é seguido pela rápida prolação da decisão pendente, tornando “despiciente” o contato do julgador com o defensor. O magistrado tornou-se, não raro, um ente invisível, inalcançável pelo cidadão e por seu procurador.

Esse isolamento do Judiciário ganha contornos ainda mais dramáticos no âmbito das sustentações orais, especificamente com a proliferação dos julgamentos virtuais assíncronos, nos quais o relator lança seu voto em um sistema informatizado e os demais julgadores possuem uma semana para, num único clique, acompanhar o voto, enquanto a participação do advogado fica relegada ao lançamento de um vídeo gravado no sistema, sem que haja sequer obrigatoriedade sistêmica de ser aberto e visto.

Uma sustentação oral não é um monólogo a ser arquivado em um servidor. É a exposição verbal em tempo real das angústias do processo. Como se pode persuadir uma tela fria? Como o advogado pode sentir a receptividade da Corte, ajustar seu tom perante a expressão de dúvida de um desembargador, responder diretamente a questionamentos que possam surgir durante a sua fala ou dos debates, realçar pontos específicos do caso sobre os quais o julgador demonstre interesse, se tudo é feito sem interação simultânea? O direito de voz rebaixado a um anexo digital esvazia a razão de ser da tribuna.

A Constituição Federal é categórica ao afirmar que o advogado é indispensável à administração da Justiça. Essa previsão não é um simples privilégio corporativo, mas a consagração de uma necessidade democrática. O advogado é o canal pelo qual o cidadão se faz ouvido pelo Estado-juiz.

Francesco Carnelutti, em sua magistral obra “As misérias do processo penal”, ensina que a essência da advocacia é a empatia e a proximidade com o drama alheio. Carnelutti lembra que o advogado é aquele que se senta no degrau mais baixo, ao lado do acusado, do devedor e do injustiçado, emprestando-lhe não apenas técnica, mas sua própria voz. O espaço de fala do advogado, materializado no sagrado direito ao despacho direto com o magistrado e na sustentação oral nas tribunas, é, assim, a própria concretização da ampla defesa e do contraditório.

O processo está longe de ser uma equação fria resolvida por inteligências artificiais. Ele lida, antes de tudo, com conflitos humanos reais carregados de história, dor e consequências concretas. Para que se alcance a Justiça, é indispensável a proximidade entre aqueles que a operam e aqueles que a vivenciam.

Quando o espaço de fala do advogado é ceifado, o que se elimina não é apenas o argumento jurídico, mas a humanidade do jurisdicionado. É no calor de um despacho urgente ou na veemência de uma sustentação oral que o papel frio do processo ganha contornos de carne e osso. É ali que a iminência de uma prisão injusta ou a falência de uma vida inteira são transmitidas com um peso que a escrita, por mais brilhante que seja, é incapaz de carregar.

Piero Calamandrei, em “Eles, os juízes, vistos por um advogado”, destaca que a magistratura e a advocacia são faces da mesma moeda na busca pela justiça. Para ele, a clareza do direito só é alcançada quando lapidada pelo atrito das opiniões divergentes.

A oralidade não é um enfeite processual. O despacho direto permite que a defesa aponte o detalhe crucial que, no oceano de processos de um gabinete, fatalmente passaria despercebido. A tribuna, por sua vez, força o colegiado a suspender a leitura mecânica de votos para escutar e, não raro, mudar de opinião. O juiz que foge do advogado foge da própria essência do julgamento.

A defesa do direito à palavra da advocacia, portanto, não é simples apego a ritos antiquados, mas a preservação das garantias constitucionais. A tecnologia deve ser uma ferramenta a serviço da celeridade e da Justiça, não um muro erguido para proteger o julgador do incômodo contato com a sociedade.

O fim do entocamento do Judiciário é urgente, pois a Justiça não se faz em isolamento. Ela exige o embate, o calor da palavra falada, o olho no olho entre quem pede socorro e quem detém o poder de julgar. Somente assim a Justiça deixará de ser mera replicadora de decisões produzidas por algoritmos, sem sensibilidade para todas as nuances vivas e humanas que um processo traz.

**Renato Losinskas Hachul** é sócio da Massud, Sarcedo, Andrade e Hachul Sociedade de Advogados.

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

---

## OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

### EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 75ª EMISSÃO (IF 22I0020390 E 22I0020348) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2026 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 22 DE SETEMBRO DE 2026 EM SEGUNDA CONVOVAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª e 2ª Séries da 75ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRI”, “CRI” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização (“Termo de Securitização em 1ª (primeira) convocação no dia **11 de setembro de 2026**, às **11:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **22 de setembro de 2026,** às **11:30 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2026, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams, e* quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e para af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª e 2ª Séries da 75ª Emissão – (IF 22I0020390, 22I0020348), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se “Documentos de Representação”: **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente.

São Paulo, 19 de agosto de 2026.

**OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

## OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

### EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 354ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21A0859622) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2026 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 22 DE SETEMBRO DE 2026 EM SEGUNDA CONVOVAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 354ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRI”, “CRI” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização (“Termo de Securitização em 1ª (primeira) convocação no dia **11 de setembro de 2026**, às **10:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **22 de setembro de 2026,** às **10:10 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2026, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams, e* quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e para af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 354ª Série da 1ª Emissão – (IF 21A0859622), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se “Documentos de Representação”: **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente.

São Paulo, 19 de agosto de 2026.

**OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

## OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

### EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 305ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21G0864337) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2026 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 22 DE SETEMBRO DE 2026 EM SEGUNDA CONVOVAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 305ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRI”, “CRI” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização (“Termo de Securitização em 1ª (primeira) convocação no dia **11 de setembro de 2026**, às **10:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **22 de setembro de 2026,** às **10:40 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2026, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams, e* quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e para af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 305ª Série da 1ª Emissão – (IF 21G0864337), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se “Documentos de Representação”: **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente.

São Paulo, 19 de agosto de 2026.

**OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

## OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

### EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 172ª, 173ª E 174ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 18I0295172, 18I0295174 E 18I0295182) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2026 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 22 DE SETEMBRO DE 2026 EM SEGUNDA CONVOVAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 172ª, 173ª e 174ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRI”, “CRI” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização (“Termo de Securitização em 1ª (primeira) convocação no dia **11 de setembro de 2026**, às **10:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **22 de setembro de 2026,** às **10:30 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2026, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams, e* quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e para af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 172ª; 173ª e 174ª Séries da 1ª Emissão – (IF 18I0295172, 18I0295174 e 18I0295182), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se “Documentos de Representação”: **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente.

São Paulo, 19 de agosto de 2026.

**OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

## OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

### EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 445ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21H0950730) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2026 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 22 DE SETEMBRO DE 2026 EM SEGUNDA CONVOVAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 445ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRI”, “CRI” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização (“Termo de Securitização em 1ª (primeira) convocação no dia **11 de setembro de 2026**, às **11:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **22 de setembro de 2026,** às **11:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2026, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams, e* quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e para af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 445ª Série da 1ª Emissão – (IF 21H0950730), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se “Documentos de Representação”: **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente.

São Paulo, 19 de agosto de 2026.

**OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

## OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

### EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 22ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 15L0542353) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2026 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 22 DE SETEMBRO DE 2026 EM SEGUNDA CONVOVAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 22ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRI”, “CRI” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização (“Termo de Securitização em 1ª (primeira) convocação no dia **11 de setembro de 2026**, às **11:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **22 de setembro de 2026,** às **11:50 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2026, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams, e* quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e para af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 22ª Série da 1ª Emissão – (IF 15L0542353), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se “Documentos de Representação”: **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente.

São Paulo, 19 de agosto de 2026.

**OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Assine o Valor Econômico e tenha acesso completo às notícias, análises e dados.
Saiba mais em valor.globo.com/assine

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO/LICITAÇÃO Nº 180160-263/2026
### PROCESSO Nº 20260455514 - ID PNCP: 46377800000127-1-003478/2026 - LINK: https://pncp.gov.br

O Comando de Policiamento do Interior Cinco (CPI-5), situado na Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP, torna público a licitação na modalidade PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA, Nº 180160-263/2026, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA ACADEMIA DE MUSCULAÇÃO DO CPI-5, na cidade de São José do Rio Preto/SP. O Edital e seus anexos, estão disponíveis no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. A sessão pública do certame será realizada no endereço eletrônico ww.comprasnet.gov.br, no dia 02 de SETEMBRO de 2026, a partir das 09h00 horas, maiores informações pelo fone (17) 3203-8500, ramal (2097), ou pelo e-mail cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br.

---

## POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
## COMANDO DE ÁREA METROPOLITANA QUATRO – CPA/M-4
## ABERTURA DE LICITAÇÃO
## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 188-60/2026

O Dirigente da UGE 180.188 torna público, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônica, objetivando a **aquisição de equipamentos odontológicos para a UIS do CPA/M-4.** A sessão pública ocorrerá no dia **03/09/2026, às 08h00**, por meio do portal Compras.Gov; no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o edital e seus anexos se encontram disponíveis para consulta. O Comando de Área Metropolitana Quatro – CPA/M-4 é o órgão responsável pela condução do processo licitatório.

---

## POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
## COMANDO DE ÁREA METROPOLITANA QUATRO – CPA/M-4
## ABERTURA DE LICITAÇÃO
## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 180188-57/2026

O Dirigente da UGE 180.188 torna público, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônica, objetivando **a aquisição de gêneros alimentícios para o 29º BPM/M, referente ao Plano Copa – 2º semestre.** A sessão pública ocorrerá no dia **01/09/2026, às 08h00**, por meio do portal Compras.Gov; no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o edital e seus anexos se encontram disponíveis para consulta. O Comando de Área Metropolitana Quatro – CPA/M-4 é o órgão responsável pela condução do processo licitatório.

---

## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA
## DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREMESP

### AVISO DE LICITAÇÃO - LEILÃO ELETRÔNICO - ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS - 2ª PRAÇA

O CREMESP, Autarquia Federal criada pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, por meio do seu Presidente, torna público para conhecimento dos interessados a realização do processo licitatório, na modalidade Leilão Eletrônico - Edital de Leilão nº 0001/2026 - Processo 0066/2026 – 2ª Praça. Objeto: Alienação de imóvel de propriedade do CREMESP pelo MAIOR LANCE, no estado de ocupação e conservação em que se encontra, situado na Rua Jordano Zago, 75 – Centro - CEP: 17201-170 - Jaú/SP, na forma da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021. O prazo final para lances será no dia 10/09/2026, às 10:00h, no site do leiloeiro oficial Bruno de Campos, inscrito na JUCESP sob nº 1417 - www.euamoleilao.com.br e www.superbid.net Os Editais encontram-se à disposição dos interessados, podendo ser obtido, gratuitamente, no site www.cremesp.org.br - link Transparência – Licitações e Contratos ou diretamente no site do referido leiloeiro oficial.

São Paulo, 19 de agosto de 2026.
Angelo Vattimo
Presidente do CREMESP

---

## PREFEITURA DE SÃO PAULO
## SUBPREFEITURA DE VILA PRUDENTE

### COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE APREENSÃO

A **Subprefeitura Vila Prudente** comunica que os veículos abaixo descritos foram apreendidos e recolhidos ao pátio localizado na Estrada Fazenda do Carmo, 350 - Parque do Carmo, em razão de seu abandono nas vias públicas ou de sua utilização para prática de comércio ilegal. O interessado poderá retirar o veículo mediante apresentação do documento de propriedade de pagamento das taxas devidas, devendo dirigir-se à Supervisão de Fiscalização desta Subprefeitura, em 30 (trinta) dias, findo os quais o veículo será levado a leilão.

| PROPRIETÁRIO | MARCELO BARONE | LIRLANDO SILVA LIMA |
|---|---|---|
| Marca | GM/CELTA 3 PORTAS | VW/KOMBI PICK UP |
| Cor | VERMELHA | BEGE |
| Placa | DMI1026 | CAG1610 |
| Ano | 2003/2004 | 1991/1991 |
| Cidade | SÃO PAULO | SÃO PAULO |
| Chassi | **9BGRD08X04G113465** | **9BWZZZ26ZMP005219** |
| Documento | **163115517** | **163115221** |
| SEI | **6060.2026/0002285-7** | **6060.2026/0002555-4** |

---

GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

## AVISO DE LICITAÇÃO
### UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
### COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

**Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 852/2026.
**Nº Processo:** 024.00100504/2026-99.
**Objeto:** Registro de preço para aquisição futura e eventual de fórmulas e suplementos III.
**Total de Itens Licitados:** 10 (Dez).
**Valor Total da Licitação:** Sigiloso.
**Disponibilidade do Edital:** 19/08/2026.
**Horário:** Das 08h00 às 17h59.
**Endereço:** Avenida Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar - sala 200 - São Paulo/SP.
**Link do PNCP:** https://www.gov.br/pncp/pt-br.
**Entrega das Propostas:** A partir de 19/08/2026 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
**Abertura das Propostas:** 31/08/2026 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
**Fonte:** DOESP (https://www.doe.sp.gov.br/) e PNCP (https://www.gov.br/pncp/pt-br).

---

*SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS AUTARQUIAS DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E ENTIDADES COLIGADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO – SINSEXPRO*
*C.N.P.J. 60.047.206/0001 – 07*

## ASSEMBLEIA GERAL
## - EDITAL DE CONVOCAÇÃO -

A diretoria colegiada do SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS AUTARQUIAS DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E ENTIDADES COLIGADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO – SINSEXPRO, entidade sindical representante dos trabalhadores nos Conselhos e Ordens de fiscalização do exercício profissional e nas entidades coligadas, C.N.P.J. 60.047.206/0001–07, com sede administrativa à Rua Cristóvão Colombo, nº 63, 5º andar, conjunto. 502, Sé, São Paulo/SP, pelo presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO,** de acordo com o Capítulo V do seu Estatuto Social, convoca todos(as) os(as) trabalhadores(as) do **CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE SÃO PAULO-CRO/SP**, a se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL** no dia **20 de agosto de 2026,** às **18h30** em 1ª convocação, no formato virtual através do link **https://meet.google.com/evr-rogj-fcp**, com a seguinte Ordem do Dia: **1º) Discussão sobre o processo de negociação da Campanha Salarial 2026; 2º) Deliberação sobre deflagração ou não de GREVE por tempo indeterminado.** NOTA: Na falta de quórum mínimo estatutário em 1ª convocação, a Assembleia Geral realizar-se-á no mesmo dia e formato, em 2ª e última convocação às 19h, com os que estiverem participando.

São Paulo, 19 de agosto de 2026.
ROSANGELA TAVARES SILVA
**Secretária Geral - Coordenadora**

---

## Cia. de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ 62.577.929/0001-35

### AVISO DE LICITAÇÃO

**Pré-Qualificação nº 001/2024 - Oitava Versão - Objeto:** Pré-qualificação permanente de pessoas jurídicas interessadas em participar de licitações que serão promovidas pela PRODESP para a contratação de serviços de desenvolvimento e manutenção de software, nos termos e condições descritas no edital e anexos.

A interessada encaminhará para o e-mail cplprodesp@sp.gov.br a manifestação do seu interesse de pré-qualificação, nas condições previstas no edital. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.prodesp.sp.gov.br - opção "fornecedores - editais de licitação" e www.doe.sp.gov.br - opção "enegociospublicos".

Prodesp

GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO
Secretaria de Gestão e
Governo Digital

---

## CSU Digital S.A.

CNPJ nº 01.896.779/0001-38 - NIRE nº 35.300.149.769 - Companhia Aberta

### Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 21 de setembro de 2026

Tendo em vista a solicitação de convocação apresentada por acionistas minoritários titulares de ações ordinárias representando mais de 4,46% do capital votante da Companhia, ficam convocados os acionistas da **CSU Digital S.A.** ("Companhia"), na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada, em primeira convocação, em 21 de setembro de 2026, às 10:00 horas, em formato presencial, em sua sede localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Rua Piauí, nº 136, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a. Eleição, em votação em separado pelos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias, de 1 (um) membro efetivo e respectivo suplente para o Conselho Fiscal da Companhia, em substituição ao membro efetivo e respectivo suplente eleitos pelos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2026, para cumprimento do prazo remanescente do mandato em curso; e b. Rerratificação da remuneração aprovada para o Conselho Fiscal no mandato em curso. **Informações Gerais: Participação na Assembleia**: A assembleia será realizada em formato presencial, assegurando a eficiência do processo de votação e a interação direta da Companhia com os acionistas. Nesse sentido, a participação poderá se dar (i) por votação presencial, ou por meio de procurador devidamente constituído; ou (ii) por meio do boletim de voto a distância ("Boletim de Voto"). **Participação Presencial:** Para participar, os acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: Pessoa Física: documento de identidade com foto do acionista; Pessoa Jurídica: último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, e documento de identidade com foto do representante legal; ou Fundos de Investimento: último regulamento consolidado do fundo, estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada política de voto do fundo, documentos societários que comprovem os poderes de representação, e documento de identidade com foto do representante legal. Caso o acionista se faça representar por procurador, é necessário apresentar o instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei. Os referidos documentos deverão ser depositados com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data fixada para realização da Assembleia, aos cuidados do Departamento Jurídico, no seguinte endereço: Rua Piauí, nº 136, Bloco B, 3º andar, Barueri/SP, CEP 06440-182, ou no endereço de e-mail ri@csu.com.br. **Boletim de Voto**: A Companhia adotará o Boletim de Voto, podendo o acionista que assim desejar, exercer seu direito de voto enviando o respectivo Boletim de Voto (i) por meio de seu agente de custódia, (ii) por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, (iii) por meio do depositário central no qual as ações estejam depositadas – B3 ou (iv) diretamente à Companhia, conforme regras e orientações constantes do Boletim de Voto a Distância e da Resolução CVM 81/22. **Documentos à disposição dos Acionistas**: Encontram-se à disposição dos acionistas nos sites de Relações com Investidores da Companhia (ri.csu.com.br), da CVM (https://www.gov.br/cvm/) e da B3 (www.b3.com.br), os documentos exigidos pela Resolução CVM 81/22. Os acionistas interessados em sanar dúvidas relativas aos itens acima, detalhados na Proposta da Administração, poderão contatar a área de Relações com Investidores, por meio do telefone (11) 2106-3700 ou via e-mail: ri@csu.com.br. Barueri, 17 de agosto de 2026. **Antonio Kandir,** Presidente do Conselho de Administração. (18, 19 e 20/08/2026)

Informações que impulsionam decisões.
Acesse valor.globo.com

---

ABERTURA DE PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberto no COMANDO DE AVIAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DE SÃO PAULO – "JOÃO NEGRÃO" (CAvPM) o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 180173-68/2026, do tipo MENOR PREÇO, PROCESSO SEI Nº 057.00047544/2026-17, OBJETIVANDO REGISTROS DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇOS PARA CONFECÇÃO DE PASTAS AZUIS PERSONALIZADAS PARA ACONDICIONAMENTO DE CERTIFICADOS E AFINS. A realização da sessão será no DIA 04/09/2026 às 09:00 horas, no endereço eletrônico: https://compras.gov.br. O edital na íntegra está disponível para consulta e retirada nos endereços eletrônicos: https://compras.gov.br ou https://pncp.gov.br. Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas pelo e-mail cavpmlicitacoes@policiamilitar.sp.gov.br.

---

## POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
## COMANDO DE ÁREA METROPOLITANA QUATRO – CPA/M-4
## ABERTURA DE LICITAÇÃO
## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 180188-58/2026

O Dirigente da UGE 180.188 torna público, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônica, objetivando a **aquisição de gêneros alimentícios para o 39º BPM/M, referente ao Plano Copa – 2º semestre.** A sessão pública ocorrerá no dia **02/09/2026, às 08h00**, por meio do portal Compras.Gov; no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o edital e seus anexos se encontram disponíveis para consulta. O Comando de Área Metropolitana Quatro – CPA/M-4 é o órgão responsável pela condução do processo licitatório.

---

## POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
## COMANDO DE ÁREA METROPOLITANA QUATRO – CPA/M-4
## ABERTURA DE LICITAÇÃO
## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 180188-56/2026

O Dirigente da UGE 180.188 torna público, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônica, objetivando a **aquisição de gêneros alimentícios para o CPA/M-4**, **referente ao Plano Copa – 2º semestre.** A sessão pública ocorrerá no dia **31/08/2026, às 08h00**, por meio do portal Compras.Gov; no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o edital e seus anexos se encontram disponíveis para consulta. O Comando de Área Metropolitana Quatro – CPA/M-4 é o órgão responsável pela condução do processo licitatório.

---

## POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
## COMANDO DE ÁREA METROPOLITANA QUATRO – CPA/M-4
## ABERTURA DE LICITAÇÃO
## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 180188-59/2026

O Dirigente da UGE 180.188 torna público, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônica, objetivando a a**quisição de gêneros alimentícios para o 48º BPM/M, referente ao Plano Copa – 2º semestre.** A sessão pública ocorrerá no **dia 04/09/2026, às 08h00**, por meio do portal Compras.Gov; no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o edital e seus anexos se encontram disponíveis para consulta. O Comando de Área Metropolitana Quatro – CPA/M-4 é o órgão responsável pela condução do processo licitatório.

---

## Energia dos Ventos III S.A.

CNPJ/MF nº 15.321.146/0001-06 - NIRE 35.300.475.101

### Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 22 de Abril de 2026

Aos 22/04/2026, às 11h, de forma exclusivamente digital. **Presença:** Presença remota dos Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Eduardo Fucs e Secretário: Sr. Jorge Francisco Manica Pires. **Deliberações:** Aprovar as contas da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, referente ao exercício social encerrado em 31/12/2025, acompanhados do parecer da KPMG Auditores Independentes Ltda., no qual foi apurado lucro no montante de R$ 1.631.817,28, o qual por decisão dos acionistas será destinado da seguinte forma: **(a)** Destinar R$ 81.590,86 à conta de Reserva Legal, na forma do artigo 193 da Lei n° 6.404/76. **(b)** Declarar e distribuir dividendos no montante de R$ 387.556,61, correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício após a destinação da reserva legal. Devendo o pagamento ocorrer em parcelas, conforme disponibilidade de caixa, não podendo exceder o exercício social. **(c)** Destinar à conta de Reserva de Lucros Retidos o valor de R$ 1.162.669,82, referente aos lucros remanescentes do exercício encerrado em 31/12/2025. Os Acionistas da Companhia por unanimidade de votos deliberam pelo não pagamento de remuneração para os membros do Conselho de Administração e membros da Diretoria para o exercício social de 2026. **Encerramento:** Nada mais a tratar-se. **Mesa:** Eduardo Fucs - Presidente; Jorge Francisco Manica Pires - Secretário. **JUCESP** nº 253.759/26-2 em 11/06/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

---

## PREFEITURA DE SÃO PAULO
## SUBPREFEITURA CAPELA DO SOCORRO

### AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 040/SUB-CS/2026** - Processo SEI nº **6057.2026/0002577-9**

Objeto: **aquisição de GRAMA ESMERALDA (Zoysia Japônica) em placas, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital** - Critério de julgamento: **menor preço -** Local: https://www.gov.br/compras **- UASG nº 925068** - Data/hora da sessão pública: **09h00 do dia 08/09/2026** – Download do edital: http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br .

---

## CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO SUL – ESTADO DE SÃO PAULO
### EXTRATO DE AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
### Processo Administrativo nº 002/2026
### Concorrência Eletrônica nº 001/2026

A Câmara Municipal de Boa Esperança do Sul/SP torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para execução da reforma do Prédio da Câmara Municipal de Boa Esperança do Sul/SP, conforme especificações constantes do Edital e seus anexos. **Recebimento das Propostas: até às 09h00 do dia 03 de setembro de 2026. Início da Sessão Pública e Disputa de Preços: às 09h30 do dia 03 de setembro de 2026. Plataforma Eletrônica:** www.bll.org.br. O Edital completo e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no Portal da Câmara Municipal de Boa Esperança do Sul e na plataforma eletrônica de realização do certame. Informações poderão ser obtidas pelo telefone **(16) 3346-1424** ou pelos e-mails **camara@camaraboaesperanca.sp.gov.br** e **licitacao@camaraboaesperanca.sp.gov.br**.

Boa Esperança do Sul/SP, 17 de Agosto de 2026.
**DANIEL APARECIDO GARCIA** - Presidente da Câmara Municipal de Boa Esperança do Sul

---

## Energia dos Ventos I S.A.

CNPJ/MF nº 15.321.064/0001-61 - NIRE 35.300.475.097

### Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 02 de Março de 2026

Aos dias 02/03/2026, às 09h, de forma exclusivamente digital. **Presença:** A presença remota da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: José Luiz de Godoy Pereira. Secretário: Enio Luigi Nucci. **Deliberações:** Recomendar a aprovação, pelos acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral Ordinária, em cumprimento ao artigo 142, V da Lei 6.404/76, das contas da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, referente ao exercício social encerrado em 31/12/2025, acompanhados do parecer da KPMG Auditores Independentes Ltda., no qual foi apurado prejuízo no montante de R$ 441.136,83 o qual deverá ser absorvido pela reserva de lucros nos termos do artigo 189, § único, da Lei 6.404/76. Os Conselheiros deixam de se manifestar sobre a destinação do resultado do exercício, visto que a Companhia não obteve lucro no exercício de 2025. Eleger os seguintes membros da Diretoria da Companhia, com mandato até 02 de março de 2028, conforme termos de posse anexos à presente ata. Diretor Financeiro e Administrativo: **Eduardo Fucs,** RG nº XXX21393XX SSP/BA e inscrito no CPF/ME sob o nº XXX.909.805-XX. Diretor Técnico: **Jorge Francisco Manica Pires,** RG nº X.XX8.65X-X SSP/PR e inscrito no CPF/ME sob nº XXX.256.469-XX. Diretor de Gestão de Energia: **Eduardo Henrique Alves Pires,** RG nº XX.X41.36X-X SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.646.488-XX. Em caso de término de seu mandato, os Diretores ora eleitos permanecerão em seus respectivos cargos até a posse e investidura de novos membros, nos termos do artigo 150, §4º da Lei 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais a tratar-se. **Mesa:** José Luiz de Godoy Pereira - Presidente; Enio Luigi Nucci - Secretário. **JUCESP** nº 298.884/26-4 em 24/07/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

---

GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

## AVISO DE LICITAÇÃO
### UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
### COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

**Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 681/2026.
**Nº Processo:** 024.00058868/2026-69.
**Objeto:** Aquisição de Itens de Enfermagem em Atendimento a demandas judiciais.
**Total de Itens Licitados:** 05 (Cinco).
**Valor Total da Licitação:** Sigiloso.
**Disponibilidade do Edital:** 19/08/2026.
**Horário:** Das 08h00 às 17h59.
**Endereço:** Avenida Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar - sala 200 - São Paulo/SP.
**Link do PNCP:** https://www.gov.br/pncp/pt-br.
**Entrega das Propostas:** A partir de 19/08/2026 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
**Abertura das Propostas:** 31/08/2026 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
**Fonte:** DOESP (https://www.doe.sp.gov.br/) e PNCP (https://www.gov.br/pncp/pt-br).

---

## OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

### EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 399ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21G0864339) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2026 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 22 DE SETEMBRO DE 2026 EM SEGUNDA CONVOVAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 399ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização ("Termo de Securitização em 1ª (primeira) convocação no dia **11 de setembro de 2026**, às **10:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **22 de setembro de 2026,** às **10:50 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2026, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams, e* quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e para af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 399ª Série da 1ª Emissão – (IF 21G0864339), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente.

São Paulo, 19 de agosto de 2026.
**OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO/LICITAÇÃO Nº 90092/2026
### PROCESSO Nº 20260453520 – EDITAL Nº 261/2026 - PNCP: 46377800000127-1-003502/2026

O Comando de Policiamento do Interior Cinco (CPI-5), situado na Avenida dos Estudantes nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP, torna público a licitação na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, do tipo menor preço, cujo objetivo é a contratação de serviço de reforma predial para o 1º Gp/PM da 2ª Cia/PM do 16º BPM/I – município de Vitória Brasil. O Edital e seus anexos, estão disponíveis no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. A sessão pública do certame será realizada na no endereço eletrônico ww.comprasnet.gov.br, no dia 03 de setembro de 2026, a partir das 09h00 horas, maiores informações pelo fone (17) 3203-8500, ramais (2089), ou pelo e-mail cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br.

---

## Foz do Rio Claro Energia S.A.

CNPJ/MF nº 07.823.262/0001-03 - NIRE: 35300328647

### Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 15 de Maio de 2026

Aos 15/05/2026, às 11h, de forma exclusivamente digital. **Presença:** A presença remota da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** O Sr. José Luiz de Godoy Pereira presidiu a reunião e convidou o Sr. Paulo Roberto de Godoy Pereira para secretariá-lo. **Deliberações:** Eleger os seguintes membros da Diretoria da Companhia, com mandato de 3 anos, a findar-se em 15/05/2029, conforme termos de posse e declaração de desimpedimento anexos à presente ata: **Diretor Administrativo - Financeiro e Diretor de Relações com Investidores: Eduardo Fucs**, RG nº XXX21393XX SSP/BA e CPF/ME nº XXX.909.805-XX. **Diretor de Gestão de Energia: Eduardo Henrique Alves Pires**, RG nº XX.X41.36X-X SSP/SP e CPF/ME nº XXX.646.488-XX. **Diretor Técnico: Jorge Francisco Manica Pires**, RG nº X.XX8.65X-X expedida pela SSP/PR e CPF/ME nº XXX.256.469-XX. Em caso de término de seu mandato, o Diretor ora eleito permanecerá em seu respectivo cargo até a posse e investidura de novo membro, nos termos do artigo 150, §4º da Lei 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado. **Mesa:** José Luiz de Godoy Pereira - Presidente; Paulo Roberto de Godoy Pereira - Secretário. **JUCESP** nº 258.181/26-6 em 18/06/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

---

## SOLVÍ ESSENCIS AMBIENTAL S.A.

CNPJ/MF nº 40.263.170/0001-83 - NIRE 35.300.371.780

### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2026

**1. Data, Hora e Local:** Realizada no dia 06 de agosto de 2026, às 09:30, na sede social da **Solví Essencis Ambiental S.A.**, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Gonçalo Madeira, 400, Galpão Fundos, Jaguaré, CEP 05348-000 ("Companhia"). **2. Convocação e presença:** Dispensada a convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença das acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa:** Sr. Carlos Leal Villa - Presidente da Mesa; e Sra. Milena Melissa Gomes Saraiva - Secretária da Mesa. **4. Ordem do Dia:** Deliberar, em decorrência da Decisão Dir BNDES nº 179/2026, sobre a possibilidade de substabelecimento da procuração a ser outorgada no âmbito e nos termos do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, a ser celebrado entre a Companhia e o BNDES, destinado ao Projeto Maracanã (Caieiras II) ("Contrato de Financiamento"). **5. Deliberações:** Instalada a assembleia, após análise e discussão da matéria constante da ordem do dia, os acionistas titulares de ações com direito a voto presentes, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, decidem aprovar a possibilidade de substabelecimento da procuração a ser outorgada no âmbito e nos termos do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, a ser celebrado entre a Companhia e o BNDES, pelo prazo de vigência do Contrato de Financiamento. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e ninguém fazendo uso da palavra, foram os trabalhos encerrados, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme foi assinada por todos os presentes. **Acionistas**: Solví Participações S.A. (representada por Celso Pedroso e Frederico Guimarães da Silva) e Solví EXC Participações S.A. (representada por Celso Pedroso e Ricardo Castro Lyra). *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* São Paulo/SP, 06 de agosto de 2026. Milena Melissa Gomes Saraiva - Secretária da Mesa. JUCESP nº 310.502/26-3 em 17/08/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

---

## PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A.

CNPJ/MF nº 33.009.945/0001-23 - NIRE 35.300.120.001

### ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE JULHO DE 2026

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de julho de 2026, às 09 horas, na sede social da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Rubens Gomes Bueno, n° 691, Térreo, 3º, 4º e 5º andares, Várzea de Baixo, CEP 04730-903, reuniram-se as acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia, dispensada a publicação dos Editais de Convocação, nos termos do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 ("Lei das S.A."). **1. Mesa**: Sra. Lorice Felisbina Faria Scalise – Diretora Presidente; e Sr. Henrique Guilherme Litz, Secretário da Mesa. **2. Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar sobre: (i) atualização e consolidação do Estatuto Social; (ii) alteração do CNAE vinculado ao CNPJ da filial localizada no Rio de Janeiro; (iii) Alteração do endereço vinculado ao CNPJ da filial localizada no Rio de Janeiro; (iv) Ratificação da atual composição da Diretoria. **3. Deliberações**: As acionistas presentes, por unanimidade de votos, sem quaisquer restrições, tomaram as seguintes decisões: (i) constar da ata dos trabalhos da presente Assembleia, como seu **Anexo I**, o Estatuto Social em vigor consolidado, o qual será alterado, nesta oportunidade, para suprimir a classificação de "unidade fabril" (artigo 4º, parágrafo único) para a filial do Rio de Janeiro e cujo endereço será atualizado. (ii) Aprovar a alteração da atividade econômica principal da filial da Companhia inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.009.945/0023-39. Em virtude da readequação das operações locais, o código de Atividade Econômica (CNAE) será alterado de 21.10-6-00 (Fabricação de produtos farmoquímicos) para 82.11-3-00 (Serviços combinados de escritório e apoio administrativo). (iii) Aprovar a alteração do endereço vinculado à filial da Companhia inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.009.945/0023-39, o qual passará a operar na Avenida das Américas, 500, Bloco 09, Loja 129, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22.640-100. (iv) A Diretoria da Companhia permanece composta pelos seguintes membros: (i) **LORICE FELISBINA FARIA SCALISE** – Diretora Presidente; (ii) **FABIANA SIANO BOGGIO FARAH** – Diretora; e (iii) **ALBERTO FARAH D'ANGELO** - Diretor, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2027. As acionistas autorizam os Diretores da Companhia a tomar todas as providências necessárias para registrar as deliberações e alterações cadastrais objeto da presente Assembleia Geral Extraordinária, inclusive nos órgãos e repartições públicas. Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, a Diretora Presidente e Secretária da Mesa declararam o atendimento a todos os requisitos para a realização desta Reunião, foram encerrados os trabalhos por tempo necessário à lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida, achada conforme, aprovada por todos os presentes e assinada. Confere com o original lavrado em livro próprio. **Lorice Felisbina Faria Scalise** – Presidente da Mesa; **Henrique Guilherme Litz** – Secretário da Mesa; **SAPAC CORPORATION LTD.**, p.p. Lorice Felisbina Faria Scalise; **ROCHE CHEMICAL MANUFACTURING AND TRADING COMPANY AG (anteriormente denominada CHEMICAL MANUFACTURING AND TRADING COMPANY LIMITED)**, p.p. Lorice Felisbina Faria Scalise. São Paulo, 24 de julho de 2026. **LORICE FELISBINA FARIA SCALISE -** Presidente da Mesa, **HENRIQUE GUILHERME LITZ -** Secretário da Mesa. **SAPAC CORPORATION LTD. -** p.p. Lorice Felisbina Faria Scalise, **ROCHE CHEMICAL MANUFACTURING AND TRADING COMPANY AG (anteriormente denominada CHEMICAL MANUFACTURING AND TRADING COMPANY LIMITED) -** p.p. Lorice Felisbina Faria Scalise. JUCESP nº 307.478/26-9 em 11.08.2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

**ANEXO I - ESTATUTO SOCIAL CNPJ/MF Nº 33.009.945/0001-23 (NIRE 35.3.00.12.000-1) - CAPÍTULO I - DA SOCIEDADE, DENOMINAÇÃO, PRAZO, OBJETO E SEDE SOCIAL - Artigo 1º** - A Sociedade Anônima "Productos Roche S.A." fundada nesta cidade, em 14 de março de 1931, tendo adotado a denominação de "Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S.A.", reger-se-á por este Estatuto, pela legislação especial que lhe for aplicável e pelas leis e usos do comércio. **Artigo 2º** - A duração da Sociedade é por prazo indeterminado. **Artigo 3º** - A Sociedade tem por objeto fabricar, importar, exportar, armazenar, comercializar, comprar, vender e distribuir produtos para a saúde (correlatos) e especialidades farmacêuticas, principalmente os de "Roche"; prestar serviços em geral na área da saúde, assim como serviços de escritório e apoio administrativo; prestar consultoria técnica, inclusive análise de dados e tecnologias em saúde. Outrossim, a Sociedade poderá, por si ou por outrem, observadas as exigências legais, realizar atividades de educação médica ou científica, elaborar e editar publicações científicas destinadas a instituições e profissionais de saúde com o intuito de difundir matéria pertinente aos seus objetivos. A Sociedade também poderá desenvolver e licenciar softwares, programas, sistemas operacionais, aplicativos e plataformas digitais customizáveis e/ou não customizáveis na área da saúde, bem como desenvolver atividades de laboratório de controle de qualidade de medicamentos. **PARÁGRAFO ÚNICO**: A Sociedade efetuará todas as suas operações por conta própria ou por conta de terceiros, em seu próprio nome ou em nome de terceiros. **Artigo 4º** - O domicílio da Sociedade e o lugar da sede de sua administração, para todos os efeitos jurídicos, é na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **PARÁGRAFO ÚNICO** - A sociedade, com sede na Rua Dr. Rubens Gomes Bueno, n.º 691, Térreo, 3º, 4º e 5º andares, Várzea de Baixo, São Paulo – SP, CEP 04730-903, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.009.945/0001-23 e Inscrição Estadual nº 108.339.258.117, com filiais situadas na Avenida das Américas, 500, Bloco 09, Loja 129, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22.640-100, inscrita no CNPJ/MF nº 33.009.945/0023-39 e Inscrição Estadual nº 82.174.265, na Estrada Municipal, S/N, Quadra Lote, Lote 001C, Anexo Parte 6, Fazenda Santo Antônio, Cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, CEP 74.971-451, inscrita no CNPJ/MF nº 33.009.945/0002-04, na Avenida Tamboré, 1180, Módulo 9A e 9B, Parte A1, Bloco B, Múltiplo Tamboré, Bairro Tamboré, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-000, inscrita no CNPJ/MF nº 33.009.945/0005-57, e na Av. Eng. Billings, n.º 1.653, Condomínio Jaguaré Business Park, Jaguaré, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05321-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.009.945/0006-38, poderá instalar filiais e depósitos dentro e fora do país, a juízo de sua administração, observadas, a respeito, as prescrições legais. **CAPÍTULO II - DO CAPITAL** – **Artigo 5º** - O Capital Social é de R$ 1.141.677.059,48 (um bilhão, cento e quarenta e um milhões, seiscentos e setenta e sete mil, cinquenta e nove reais e quarenta e oito centavos), dividido em 140.979 (cento e quarenta mil e novecentos e setenta e nove) ações, ordinárias, sem valor nominal. Até a emissão dos títulos definitivos, as ações serão representadas por cautelas. **Artigo 6º** - Deliberado, de acordo com a lei, o aumento do capital, caberá aos acionistas, na ocasião, a preferência para a respectiva subscrição na proporção das ações que possuírem. **CAPÍTULO III - DA ASSEMBLEIA GERAL – Artigo 7º** - A Assembleia Geral, que tem poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto da Sociedade, à defesa desta e ao desenvolvimento de suas operações, compor-se-á de acionistas, em número legal, convocados, na forma da lei, pela Diretoria ou, quando for o caso, pelo Conselho Fiscal ou por um ou mais acionistas. **PARÁGRAFO PRIMEIRO**: Antes de aberta a Assembleia Geral, os acionistas presentes, provada, na forma da lei, a sua qualidade de acionistas, lançarão no Livro de Presença dos Acionistas o seu nome, nacionalidade, indicação de domicílio e da natureza das ações com o respectivo número. **PARÁGRAFO SEGUNDO**: Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procuradores bastantes, observados os requisitos da lei. **Artigo 8º** - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas na lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, cabendo um voto a cada ação ordinária. **Artigo 9º** - A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á nos quatro primeiros meses após o término do exercício social, sendo o seu fim especial tomar as contas da Diretoria, examinando, discutindo e deliberando não só sobre o relatório por ela apresentado, mas também sobre as demonstrações financeiras exigidas por lei e o parecer do Conselho Fiscal, quando em funcionamento. **PARÁGRAFO ÚNICO**: Após essa deliberação, a Assembleia Geral Ordinária elegerá os membros da Diretoria, quando for o caso. **Artigo 10** - A Assembleia Geral Extraordinária terá lugar em qualquer dos casos previstos em lei e neste Estatuto. **Artigo 11** - A Assembleia Geral, seja ela ordinária ou extraordinária, será presidida e secretariada por indicação dos acionistas. **CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO – Artigo 12** - A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta de até sete diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de três anos, reelegíveis, sendo um designado Diretor Presidente, um designado Diretor Vice-Presidente, e os cinco outros designados simplesmente Diretores. **PARÁGRAFO PRIMEIRO**: A investidura no cargo de Diretor far-se-á mediante termo de posse, lavrado e assinado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. **PARÁGRAFO SEGUNDO**: A Assembleia Geral poderá deixar de preencher quatro cargos de Diretores e o de Diretor Vice-Presidente, elegendo, portanto, o Diretor Presidente e um Diretor, necessariamente. **Artigo 13** - A Diretoria se reunirá sempre que convier para tratar de matéria que houver sido causa de sua convocação. Das reuniões da Diretoria será lavrada ata no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. **Artigo 14** - Compete ao Diretor Presidente, isoladamente: **a)** a supervisão e a administração geral de todos os departamentos da Sociedade; **b)** convocar e declarar instaladas as Assembleias Gerais e presidi-las, assim como as reuniões da Diretoria; **c)** representar a Sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; **d)** praticar os atos indispensáveis ao bom funcionamento da Sociedade; e, **e)** designar as atribuições dos Diretores. **Artigo 15** - Compete ao Diretor Vice-Presidente, isoladamente, se preenchido o cargo, cooperar com o Diretor Presidente no exercício de suas atribuições de caráter administrativo. **Artigo 16** - Compete ao Diretor Presidente, ao Diretor Vice-Presidente e a um Diretor, sempre em conjunto dois a dois: **a)** abrir, movimentar e encerrar contas-correntes bancárias da Sociedade; **b)** contrair empréstimos, bancários ou não, sem garantia real; **c)** assinar documentos dos quais resultem obrigações para a Sociedade, ou documentos que a desobriguem, salvo, em ambos os casos, aqueles que, por lei, necessitem de autorização da Assembleia Geral de acionistas para terem validade; **d)** assinar as ações e cautelas de ações da Sociedade; **e)** nomear procuradores da Sociedade, especificando no instrumento de mandato os poderes conferidos; **f)** contratar fiança bancária em nome da Sociedade ou em nome de terceiros, desde que seja no interesse da mesma e, **g)** assinar contratos e/ou documentos em geral que impliquem em obrigações ou gerem direitos para a Sociedade. **PARÁGRAFO ÚNICO**: Os poderes constantes do ***caput*** deste artigo poderão, ainda, ser exercidos, pelo Diretor Presidente, ou pelo Diretor Vice-Presidente, ou por um Diretor, sempre em conjunto com um procurador, devidamente habilitado, ou por dois procuradores, agindo em conjunto, também devidamente habilitados. **Artigo 17** - Nas suas ausências ou impedimentos, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Vice-Presidente, se preenchido o cargo, ou por um Diretor conforme indicar. O Diretor Vice-Presidente, se preenchido o cargo, será substituído por um Diretor conforme indicar. **Artigo 18** - Vagando o cargo de Diretor Presidente ou o do único Diretor, se um só estiver eleito, será convocada a Assembleia Geral para eleger o substituto. **Artigo 19** - Os Diretores que forem eleitos terão as atribuições que lhes forem conferidas pelo Diretor Presidente, além das previstas no Artigo 16. **PARÁGRAFO ÚNICO**: A responsabilidade técnica da Sociedade será atribuída a técnico devidamente habilitado e contratado, ou a um dos Diretores, se habilitado for. **Artigo 20** - Qualquer Diretor será substituído pelo procurador ou procuradores designados pelo Diretor Presidente. **Artigo 21** - O Diretor Presidente, o Diretor Vice- Presidente e os Diretores perceberão os honorários fixos mensais que forem estipulados pela Assembleia Geral, anualmente**. CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL – Artigo 22** - A Sociedade terá um Conselho Fiscal, composto de três membros efetivos e três suplentes, que funcionará apenas nos exercícios em que for instalado pela Assembleia Geral a pedido dos acionistas, sendo, portanto, não permanente. **Artigo 23** - Os pareceres e representações do Conselho Fiscal, assim como o resultado dos exames a que proceder nos livros e papéis do caixa e da carteira da Sociedade, serão lançados no Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal. **Artigo 24** - O Conselho Fiscal, além das atribuições e deveres que lhe incumbem pela legislação em vigor, deverá dar parecer, por escrito, quando a diretoria julgar conveniente ouvi- lo, se estiver instalado. **Artigo 25** - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. **CAPÍTULO VI - DO EXERCÍCIO SOCIAL, DO BALANÇO, LUCROS E SUA APLICAÇÃO – Artigo 26** - Anualmente, em 31 de dezembro, serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas pela lei. **Artigo 27** - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o Imposto de Renda. **PARÁGRAFO PRIMEIRO**: Havendo lucro, a Assembleia Geral poderá conceder uma participação aos administradores sobre o mesmo, observadas as disposições legais. **PARÁGRAFO SEGUNDO**: Apurado o lucro líquido do exercício, este terá a seguinte destinação: **a)** 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social; **b)** 6% sobre o mesmo lucro líquido constituirão o dividendo obrigatório; **c)** o que remanescer poderá, a critério da Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria, ser, no todo ou em parte, distribuído como dividendo suplementar ou ser levado à conta de reserva de capital. **PARÁGRAFO TERCEIRO**: A Assembleia Geral pode deliberar, se não houver oposição de acionista a ela presente, a distribuição de dividendo inferior ao mínimo obrigatório estabelecido, ou a retenção de todo o lucro na forma da lei. **PARÁGRAFO QUARTO**: A Diretoria poderá determinar o levantamento de balanço semestral ou em períodos menores, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares ou intermediários com base nos lucros apurados no respectivo balanço semestral ou em menor periodicidade, observado o disposto no art. 204 da Lei nº 6.404/76. **PARÁGRAFO QUINTO**: Os dividendos distribuídos na forma do Parágrafo Quarto acima serão considerados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório da Companhia, mediante ratificação posterior da Assembleia Geral. **Artigo 28** - Os dividendos não reclamados dentro de três anos de sua exigibilidade, prescrevem em benefício da Sociedade. **CAPÍTULO VII - DA LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE – Artigo 29** - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral nomear o liquidante, estabelecer o modo da liquidação, eleger o Conselho Fiscal que deve funcionar durante o respectivo período, fixar a remuneração do liquidante e dos membros efetivos do Conselho Fiscal. **CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES GERAIS – Artigo 30** - O exercício social coincidirá com o ano civil. **Artigo 31** - Os casos omissos neste Estatuto serão regulados pela Lei nº 6.404, de 15.12.1976, conforme alterada, e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. São Paulo, 24 de julho de 2026. **SAPAC CORPORATION LTD.** - p.p. Lorice Felisbina Faria Scalise **ROCHE CHEMICAL MANUFACTURING AND TRADING COMPANY AG (anteriormente denominada CHEMICAL MANUFACTURING AND TRADING COMPANY LIMITED) -** p.p. Lorice Felisbina Faria Scalise.

Ines249

## Transminas Holding S.A.

TRANSMINAS HOLDING

CNPJ/MF nº 08.374.879/0001-43 - NIRE nº 35.300.335.571

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 19 de Maio de 2026**

Realizada no dia 19/05/2026, às 16h, de forma exclusivamente digital. **Presença:** A presença remota de Acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** O Sr. José Luiz de Godoy Pereira presidiu a reunião e convidou o Sr. Enio Luigi Nucci para secretariá-lo. **Deliberações:** Aprovar declaração de dividendos intermediários à conta de reserva de lucros a realizar existente no balanço anual de 2025, no montante de R$ 22.430.000,00. Tendo em vista a deliberação acima, os dividendos intermediários serão pagos até o dia 31/12/2026. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado. José Luiz de Godoy Pereira - Presidente; Enio Luigi Nucci - Secretário. **JUCESP** nº 297.303/26-0 em 22/07/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

---

bradesco

LEILÃO SOMENTE ONLINE 12 IMÓVEIS
FECHAMENTO: 31/08/2026 a partir das 15h30

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

LOCALIDADES: GO MA MG PA PE PR RN RS SP

**LOTE 10 - SÃO PAULO/SP - APARTAMENTO nº 51**
**C/ 02 VAGAS INDETERMINADAS**
Rua Paulo Franco, 142 - Ed. Double Space
(5º andar) - **VILA HAMBURGUESA**
**Área Privativa: 94,010m²**
**Lance Mínimo: R$ 417.000,00 | Mínimo à Vista: R$ 375.300,00**

**LOTE 11 - SÃO PAULO/SP - CASA**
Rua José Domingues de Pontes, 120 - **JD. IVONE**
**Área Terreno: 185,46m²**
**Área Construída estimada: 150,00m²**
**Lance Mínimo: R$ 288.000,00**
**Mínimo à Vista: R$ 259.200,00**

✓ À VISTA COM 10% DE DESCONTO
✓ PARCELAMENTO EM 12 MENSAIS IGUAIS OU EM ATÉ 48 PARCELAS*

Lances "on-line", *condições de venda e pagamento de cada lote e fotos consulte site do leiloeiro.
Mais informações: **https://VITRINEBRADESCO.com.br/**
**(11) 3117.1001 | sac@freitasleiloeiro.com.br**
Sergio Villa Nova de Freitas - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316
**www.freitasleiloeiro.com.br**

Conquiste o mercado com o principal veículo de economia e negócios do Brasil.

Acesse valor.globo.com

---

## GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
## PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

### AVISO DE RETIFICAÇÃO E REABERTURA DE LICITAÇÃO
### PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 16/2026

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, situada na Av. 20 de Dezembro, nº 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, torna público, para conhecimento dos interessados, a **RETIFICAÇÃO E REABERTURA DA LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 16/2026**, anteriormente declarada **FRACASSADA**, através da plataforma **COMPRASBR**.

**Forma de julgamento: Menor Preço por Item.**

Objeto: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS, NOS FORMATOS MARMITEX (QUENTINHAS) E SELF-SERVICE, DESTINADAS AO ATENDIMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM ATUAÇÃO NO DISTRITO DE NOVA UNIÃO, EM FAVOR DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DO GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU-MT".**

A presente licitação será regida pela **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais legislações aplicáveis.

Em razão da retificação e da reabertura do certame, fica estabelecido o seguinte cronograma:

**Início do recebimento das propostas:** 19 de agosto de 2026, às 09:00 horas.
**Encerramento do recebimento das propostas:** 01 de setembro de 2026, às 08:45 horas.
**Início da disputa:** 01 de setembro de 2026, às 09:00 horas.
**Horário:** Horário de Brasília/DF.

O edital retificado e seus anexos poderão ser solicitados pelos interessados, de segunda a sexta-feira, pelo e-mail **licitacao@cotriguacu.mt.gov.br**, bem como estarão disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Cotriguaçu e na plataforma COMPRASBR:

Plataforma COMPRASBR
**https://tcloud-cotriguacumt.i7sgp.app.br/dashboard/prefeitura-cotriguacu-mt/licitacoes**

Cotriguaçu-MT, 18 de agosto de 2026.
**Vaneide Braz Ferreira -** Pregoeira/Agente de Contratação

---

## Titanium Holdings S.A.

CNPJ nº 07.131.759/0001-52 – NIRE 35.300.322.134

### Ata da Reunião da Diretoria

**Data, Hora, Local:** Em 25.6.2026, às 18h10, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, e por videoconferência. **Convocação e Presença:** Confirmada a existência de "quórum" legal de instalação, a reunião foi iniciada, tendo sido dispensada a convocação, nos termos do art. 16 do Estatuto Social da Sociedade. **Mesa:** Presidente: Alexandre da Silva Glüher; Secretário: Antonio Campanha Junior. **Deliberação:** Pagar juros sobre o capital próprio intermediários no valor total bruto de **R$32.000.000,00** (trinta e dois milhões de reais), beneficiando os acionistas inscritos nos registros da Sociedade nesta data (data de declaração e data-base de direito), dos quais: **(i) R$16.000.000,00** (dezesseis milhões de reais), correspondentes a R$144,572277360 por lote de mil ações ordinárias Classe "A" e Classe "B" ("Ações"), serão pagos até 30.10.2026, pelo valor líquido de R$119,272128822 por lote de mil Ações; e **(ii) R$16.000.000,00** (dezesseis milhões de reais), correspondentes a R$144,572277360 por lote de mil ações, serão pagos até 29.1.2027, pelo valor líquido de R$119,272128822 por lote de mil ações. Os valores líquidos dos Juros sobre o Capital Próprio Intermediários acima mencionados consideram a dedução do Imposto de Renda na Fonte de 17,5% (dezessete e meio por cento), exceto para os acionistas pessoas jurídicas que estejam dispensados da referida tributação, os quais receberão pelo valor declarado. Os referidos juros serão computados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício, previstos no Estatuto Social. **Encerramento:** Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos diretores presentes, será encaminhada para assinatura eletrônica, registrando-se a ausência dos senhores Maurício Machado de Minas e Marcelo de Araújo Noronha. aa) Alexandre da Silva Glüher, Rogério Pedro Câmara, Cassiano Ricardo Scarpelli, Guilherme Muller Leal, Bruno D'Avila Melo Boetger e Vinícius Panaro. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. a) Antonio Campanha Junior - *Secretário.* **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob número 1.393.447/26-0, em 3.8.2026. a) Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

---

## BBD Participações S.A.

CNPJ nº 07.838.611/0001-52 – NIRE 35.300.335.295

### Assembleia Especial de Titulares das Ações Preferenciais (PN) realizada em 20.2.2026

***Data, Hora e Local:*** 20.2.2026, às 9h, na Sede Social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP. ***Mesa:*** Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi; Secretário: Antonio Campanha Junior. ***Quórum de Instalação:*** Acionistas da Sociedade representando 67,80% dos titulares de ações preferenciais (PN) na Assembleia Especial de titulares das ações daquela classe. ***Edital de Convocação:*** O Edital de Convocação foi publicado no jornal "Valor Econômico" em 12.2.2026, na página E16, e nos dias 13 e 14.2.2026, nas páginas E3. ***Disponibilização de Documentos:*** O Edital de Convocação e a proposta do Conselho de Administração foram colocados sobre a mesa para apreciação dos acionistas. ***Deliberações:*** (i) aprovaram a criação de nova classe de ações ordinárias, denominada Ações Ordinárias Classe B (ONB), todas nominativas-escriturais e sem valor nominal, que conferirão aos seus titulares os direitos e vantagens previstos em lei e no Estatuto Social e que poderão ser convertidas em ações preferenciais PN e/ou PNB; e (ii) aprovaram e ratificaram as alterações estatutárias e as conversões de ações constantes da Ordem do Dia da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 23 de fevereiro de 2026. ***Quórum das Deliberações:*** Unanimidade de votos dos acionistas presentes. ***Lavratura e Publicação da Ata:*** Lavrada e lida, foi esta Ata aprovada pelos acionistas e assinada eletronicamente, ficando registrada a autorização para lavratura da Ata na forma de sumário, na forma prevista no Parágrafo Primeiro do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76, bem como a sua publicação no jornal "Valor Econômico" único veículo impresso onde a Companhia efetua todas as suas publicações legais. aa) Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi; Secretário: Antonio Campanha Junior; Acionistas: Vinicius Urias Favarão, Juliano Ribeiro Marcílio, Fernando Freiberger, André Luis Duarte de Oliveira, José Augusto Ramalho Miranda, Luis Claudio de Freitas Coelho Pereira, Luis Felipe Thut Maciel, Rogério Huffenbaecher, André David Marques, Francisco Henrique França Fernandes, e NCD Participações Ltda. representada por seus diretores senhores Alexandre da Silva Glüher e Cassiano Ricardo Scarpelli. ***Declaração:*** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. a) Antonio Campanha Junior - *Secretário*. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 176.740/26-0, em 16.4.2026. a) Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

---

A principal fonte de informação para quem decide.
Acesse valor.globo.com

Valor ECONÔMICO

---

Valor PRO

Velocidade e precisão para quem decide.

No mercado financeiro e corporativo, informação de credibilidade e em tempo real faz toda a diferença. O **Valor PRO**, plataforma especializada com a chancela do **Valor Econômico**, oferece análises aprofundadas, notícias em primeira mão e dados estratégicos sobre os principais setores da economia nacional e internacional.

Com soluções para diferentes perfis, do investidor individual às grandes corporações, o **Valor PRO** é a escolha certa para decisões mais seguras e precisas.

Valor PRO: Quem sabe antes decide melhor
Baixe grátis o aplicativo e experimente!

# Orizon Valorização de Resíduos S.A.

**CNPJ: 11.421.994/0001-36**

## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das Demonstrações Financeiras individuais consolidadas auditadas da Companhia relativa aos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas em geral significam "análise horizontal" e "análise vertical", respectivamente, enquanto o termo "n.a" significa "não aplicável".

**PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026 COMPARADO AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025**

| DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R$ milhares, exceto %) | 2T26 | AV% | 2T25 | AV% | AH% |
|---|---|---|---|---|---|
| Receita operacional líquida | 622.836 | 100,00% | 264.181 | 100,00% | n.a |
| Custos dos serviços prestados | (430.037) | -69,04% | (140.097) | -53,03% | n.a |
| **Lucro Bruto** | **192.799** | **30,96%** | **124.084** | **46,97%** | **55,38%** |
| Despesas gerais e administrativas e com vendas | (91.828) | -14,74% | (45.281) | -17,14% | n.a |
| Outras receitas (despesas) líquidas | (4.215) | -0,68% | 772 | 0,29% | n.a |
| **Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência patrimonial** | **96.756** | **15,53%** | **79.575** | **30,12%** | **21,59%** |
| Resultado de equivalência patrimonial | (4.378) | -0,70% | 1.578 | 0,60% | n.a |
| **Resultado financeiro, líquido** | **(53.777)** | **-8,63%** | **(48.655)** | **-18,42%** | **10,53%** |
| Receitas Financeiras | 35.170 | 5,65% | 24.933 | 9,44% | 41,06% |
| Despesas Financeiras | (88.947) | -14,28% | (73.588) | -27,86% | 20,87% |
| **Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social** | **38.601** | **6,20%** | **32.498** | **12,30%** | **18,78%** |
| Imposto de renda e contribuição social | (32.250) | -5,18% | (5.741) | -2,17% | n.a |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | (32.267) | -5,18% | (6.245) | -2,36% | n.a |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 17 | 0,00% | 504 | 0,19% | -96,63% |
| **Resultado do exercício** | **6.351** | **1,02%** | **26.757** | **10,13%** | **-76,26%** |

***Receita operacional líquida***

A receita operacional líquida do período findo em 30 de junho de 2026 foi de 622.836 mil comparativamente a 264.181 mil no mesmo período do ano de 2025, o que representou aumento de 358.655 mil. Esse aumento se deve principalmente ao efeito de reajustes tarifários, além de novas receitas pelo ingresso de empresas recém adquiridas.

***Custo dos serviços prestados***

O custo dos serviços prestados no exercício findo em 30 de junho de 2026 foi de 430.037 mil comparativamente a 140.097 mil do mesmo trimestre de 2025, o que representou um aumento de 289.940 mil. O custo dos serviços prestados representou 69,04% e 53,03% da receita líquida nos exercícios findos em 30 de junho de 2026 e 2025.

***Lucro Bruto***

No exercício findo em 30 de junho de 2026, o lucro bruto atingiu 192.799 mil, em comparação com 124.084 mil, do segundo trimestre de 2025, resultando em um aumento de 68.715 mil ou 55,38%. Esse lucro bruto representou 30,96% da receita líquida nesse trimestre, em comparação com 46,97% do ano anterior.

***Despesas gerais, administrativas e com vendas***

No período encerrado em 30 de junho de 2026, as despesas gerais, administrativas e com vendas foram de 91.828 mil, um aumento de 46.547 mil em comparação com os 45.281 mil registrados no mesmo período de 2025. Essas despesas constituíram 14,74% da receita operacional líquida em 2026 e 17,14% em 2025, e incluem as despesas da administração central e comercial, bem como despesas diretas e indiretas das unidades operacionais.

***Outras receitas (despesas), líquidas***

As outras despesas líquidas, no exercício findo em 30 de junho de 2026 somaram despesa de 4.215 mil comparativamente a receita líquida de 772 mil do mesmo período de 2025.

***Resultado financeiro, líquido***

No período findo em 30 de junho de 2026, o resultado financeiro líquido foi de uma despesa de 53.777 mil, uma variação de 5.122 mil ou aumento de 10,53% em comparação com a despesa de 48.655 mil registrada no mesmo período de 2025. O resultado financeiro líquido representou 8,63% da receita operacional líquida em 30 de junho de 2026, em comparação com os 18,42% registrados em 30 de junho de 2025.

***Resultado de equivalência patrimonial***

O resultado de equivalência patrimonial no exercício findo em 30 de junho de 2026 foi negativo em 4.378 mil comparativamente ao resultado positivo de 1.578 mil no mesmo período de 2025, atribuído principalmente a variações nos resultados das empresas controladas.

***Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social***

O lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 30 de junho de 2026 foi de 38.601 mil comparativamente a 32.498 mil do mesmo período de 2025, o que representou uma variação positiva de 6.103 mil ou aumento de 18,78%. O lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou, respectivamente, 6,20% e 12,30% da receita operacional líquida no exercício findo em 30 de junho de 2026 e 2025.

***Imposto de renda e contribuição social***

O imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 30 de junho de 2026 foi de 32.250 mil comparativamente a 5.741 mil do mesmo período de 2025, o que representou um aumento de 26.509 mil. Em termos percentuais, o imposto de renda e contribuição social representaram 5,18% da receita líquida em 2026 e 2,17% em 2025.

***Resultado do exercício***

O resultado do exercício findo em 30 de junho de 2026 foi um lucro de 6.351 mil comparativamente ao lucro de 26.757 mil do mesmo período de 2025, uma redução de 20.406 mil ou uma queda de 76,26%. O lucro do exercício findo em 30 de junho de 2026 representou 1,02% da receita operacional líquida, em comparação com 10,13% em 2025. A variação em relação ao reportado em 2025 é explicada pelos itens mencionados acima.

### Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM 381/2003, a Companhia informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda não prestou serviços que conflitaram com a auditoria externa durante o exercício findo em 30 de junho de 2026. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

### Declaração da Administração

Reconhecemos, como membros da Administração da Companhia, que somos responsáveis pela preparação adequada das demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Como membros da Administração da Companhia, acreditamos que a Companhia possui um sistema de controles internos adequados que permite a preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas exatas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de que estejam livres de distorções relevantes, causadas por fraudes ou erros.

Os membros da administração declaram que discutiram, revisaram e concordaram com conclusão expressa no relatório de auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda sobre o exame da ITR relativa ao trimestre findo em 30 de junho de 2026.

IBRA B3 IGC B3 IGC-NM B3 IGCT B3 ITAG B3 SMLL B3 UTIL B3

### Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | **Nota** | **30/06/2026** | **31/12/2025** | **30/06/2026** | **31/12/2025** |
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 113 | 494.841 | 1.535.051 | 851.334 |
| Títulos e valores mobiliários | 4 | - | 54.713 | 9.252 | 71.035 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 9.393 | - | 822.886 | 281.694 |
| Debêntures | 5 | - | - | - | - |
| Impostos e contribuições a recuperar | 7.a | 15.549 | 3.716 | 230.417 | 67.166 |
| Partes Relacionadas | 9 | - | - | 400 | - |
| Outros ativos | 9 | 3.438 | 2.706 | 201.152 | 74.018 |
| Total do ativo circulante | | 28.493 | 555.976 | 2.799.158 | 1.345.247 |
| Não circulante | | | | | |
| Títulos e Valores Mobiliários | 4 | - | - | 3.010 | - |
| Debêntures | 5 | 207.987 | 200.843 | 33.000 | - |
| Contas a receber de clientes | 6 | - | 3.427 | 714.701 | 37.686 |
| Partes relacionadas | 8 | 853.222 | 322.845 | 54.026 | 39.506 |
| Depósitos judiciais e cauções | 18 | - | - | 95.809 | 6.066 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 7.d | - | - | 85.345 | 82.325 |
| Investimentos | 10 | 5.105.981 | 1.084.729 | 142.539 | 117.461 |
| Imobilizado, Líquido | 11 | - | - | 3.306.709 | 2.070.525 |
| Intangível | 12 | 7.162 | 3.249 | 3.830.000 | 490.998 |
| Direito de uso | 13 | - | - | 92.908 | 98.014 |
| Outros ativos | 9 | - | - | 168.546 | 6.117 |
| Total do ativo não circulante | | 6.174.352 | 1.615.093 | 8.526.593 | 2.948.698 |
| Total do ativo | | 6.202.845 | 2.171.069 | 11.325.751 | 4.293.945 |
| **Passivo** | **Nota** | **30/06/2026** | **31/12/2025** | **30/06/2026** | **31/12/2025** |
| Circulante | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 13 | 95.915 | 64.231 | 299.576 | 178.483 |
| Arrendamentos | 13 | - | - | 48.061 | 49.243 |
| Fornecedores | 14 | 22.047 | 16.672 | 365.033 | 145.788 |
| Outorgas a pagar | 15 | - | - | 18.079 | 15.963 |
| Salários e encargos sociais | 16 | 14.056 | 1.762 | 219.628 | 31.894 |
| Impostos e contribuições a recolher | 7.b | 1.072 | 2.270 | 86.844 | 45.024 |
| Parcelamento de impostos | 17 | 304 | 367 | 22.900 | 12.673 |
| Adiantamento de clientes | 19 | - | - | 51.708 | 83.833 |
| Contas a pagar | 20 | - | - | 22.633 | 973 |
| Partes relacionadas | 8 | - | - | 6.692 | - |
| Outros passivos circulantes | 9 | 12 | 14 | 33.526 | 5.599 |
| Total do passivo circulante | | 133.406 | 85.316 | 1.174.680 | 569.473 |
| Não circulante | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 13 | 571.494 | 567.647 | 3.485.914 | 1.943.929 |
| Arrendamentos | 13 | - | - | 49.663 | 54.834 |
| Fornecedores | 17 | - | - | 19.101 | - |
| Impostos e contribuições a recolher | 7.b | - | - | 257.075 | - |
| Parcelamento de Impostos | 17 | 7.254 | 8.763 | 22.653 | 30.047 |
| Provisão para perdas em investimentos | 10 | - | - | 158 | 158 |
| Passivo com partes relacionadas | 8 | 41.681 | 64.513 | 184.292 | 12.267 |
| Provisão para contingências | 18 | - | - | 127.581 | 14.619 |
| Adiantamento de clientes | 19 | - | - | 75.000 | 75.000 |
| Contas a pagar | 20 | - | - | 9.000 | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 7.c | 594.558 | - | 594.558 | - |
| Tributos diferidos | 7.c | 2.728 | 2.728 | 2.728 | 2.728 |
| Outorgas a pagar | 15 | - | - | 11.136 | - |
| Outros passivos | 9 | - | - | 59.772 | 39.253 |
| Total do passivo não circulante | | 1.217.715 | 643.651 | 4.898.631 | 2.172.835 |
| Patrimônio líquido | 21 | | | | |
| Capital social | | 4.499.676 | 1.191.127 | 4.499.676 | 1.191.127 |
| Reserva de capital | | 1.154.650 | 957.066 | 1.154.650 | 957.066 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | | (94.282) | 10.359 | (94.282) | 10.359 |
| (-) Prejuízos acumulados | | (720.067) | (727.704) | (720.067) | (727.704) |
| Outros resultados abrangentes | | 11.747 | 11.254 | 11.747 | 11.254 |
| | | 4.851.724 | 1.442.102 | 4.851.724 | 1.442.102 |
| Participação de controladores | | 4.851.724 | 1.442.102 | 4.851.724 | 1.442.102 |
| Participação de não controladores | | - | - | 400.716 | 109.535 |
| Total do patrimônio líquido | | 4.851.724 | 1.442.102 | 5.252.440 | 1.551.637 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 6.202.845 | 2.171.069 | 11.325.751 | 4.293.945 |

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025 - (Valores expressos em milhares de reais)

| | | | Reserva de capital | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | Capital social | Custo na emissão de ações | Ágio na emissão de novas ações | Outras reservas | Ajuste de avaliação patrimonial - Custo atribuído | Prejuízos acumulados | Outros resultados abrangentes | Total | Participação de não controladores | Total Patrimônio líquido |
| Saldos em 1º de janeiro de 2025 | | 1.091.127 | (39.536) | 3.023 | 489.775 | 10.359 | (787.846) | 11.254 | 778.156 | 95.715 | 873.871 |
| Emissão de novas ações | | 100.000 | (27.918) | - | 535.090 | - | - | - | 607.172 | - | 607.172 |
| Prejuízo líquido do período | | - | - | - | - | - | 17.524 | - | 17.524 | 5.676 | 23.200 |
| Saldos em 30 de junho de 2025 | 21 | 1.191.127 | (67.454) | 3.023 | 1.024.865 | 10.359 | (770.322) | 11.254 | 1.402.852 | 101.391 | 1.504.243 |
| Saldos em 1º de janeiro de 2026 | | 1.191.127 | (70.822) | 3.023 | 1.024.865 | 10.359 | (727.704) | 11.254 | 1.442.102 | 109.535 | 1.551.637 |
| Aumento de Capital | | 3.308.549 | - | - | - | - | - | - | 3.308.549 | - | 3.308.549 |
| Incorporação de não controladores - Vital | | - | - | - | - | - | - | - | - | 269.586 | 269.586 |
| Gastos diferidos na emissão de novas ações | | - | (894) | - | - | - | - | - | (894) | - | (894) |
| Valor justo na emissão de novas ações | | - | - | - | - | (104.641) | - | - | (104.641) | - | (104.641) |
| Opção de Bônus de subscrição | | - | - | - | 197.640 | - | - | - | 197.640 | - | 197.640 |
| Plano de opção de compra de ações | | - | - | - | 838 | - | - | - | 838 | - | 838 |
| Variação cambial de investida no exterior | | - | - | - | - | - | 359 | - | 359 | - | 359 |
| Outros resultados abrangentes | | - | - | - | - | - | - | 134 | 134 | 259 | 393 |
| Lucro líquido do período | | - | - | - | - | - | 7.637 | - | 7.637 | 21.336 | 28.973 |
| Saldos em 30 de junho de 2026 | 21 | 4.499.676 | (71.716) | 3.023 | 1.223.342 | (94.282) | (720.067) | 11.747 | 4.851.724 | 400.716 | 5.252.440 |

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

### Demonstrações dos resultados - Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | 30/06/2026 | 30/06/2025 | 30/06/2026 | 30/06/2025 |
| Receita operacional líquida | 22 | 10.673 | 3.267 | 953.912 | 504.981 |
| Custo dos serviços prestados | 23 | (5.421) | (3.267) | (628.393) | (279.997) |
| Lucro bruto | | 5.252 | - | 325.519 | 224.984 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | | |
| Gerais e administrativas | 23 | (24.232) | (11.084) | (136.989) | (88.625) |
| Outras receitas (despesas), líquidas | | (759) | (2.336) | (5.024) | (1.262) |
| Prejuízo (lucro) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial | | (19.739) | (13.420) | 183.506 | 135.097 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 10 | 24.462 | 65.686 | (4.839) | 5.757 |
| Resultado financeiro | | | | | |
| Receitas financeiras | 24 | 55.522 | 5.388 | 61.122 | 43.768 |
| Despesas financeiras | 24 | (52.608) | (40.130) | (166.309) | (147.658) |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | 7.637 | 17.524 | 73.480 | 36.964 |
| Corrente | 7.c | - | - | (47.185) | (15.069) |
| Diferido | 7.c | - | - | 2.678 | 1.305 |
| Lucro líquido do período | | 7.637 | 17.524 | 28.973 | 23.200 |
| Atribuível aos quotistas: | | | | | |
| Não controladores | | | | 21.336 | 5.676 |
| Controladores | | | | 7.637 | 17.524 |
| Lucro básico por ação - R$ | | 0,08 | 0,18 | 0,29 | 0,24 |
| Lucro diluído por ação - R$ | | 0,08 | 0,18 | 0,29 | 0,24 |

### Demonstrações dos resultados - Períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | 01/04/2026 a 30/06/2026 | 01/04/2025 a 30/06/2025 | 01/04/2026 a 30/06/2026 | 01/04/2025 a 30/06/2025 |
| Receita operacional líquida | 22 | 4.027 | - | 622.836 | 264.181 |
| Custo dos serviços prestados | 23 | (2.580) | - | (430.037) | (140.097) |
| Lucro bruto | | 1.447 | - | 192.799 | 124.084 |
| Gerais e administrativas | 23 | (20.528) | (5.080) | (91.828) | (45.281) |
| Outras receitas (despesas), líquidas | | (859) | (3.280) | (4.215) | 772 |
| Prejuízo (lucro) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial | | (19.940) | (8.360) | 96.756 | 79.575 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 10 | 14.457 | 49.290 | (4.378) | 1.578 |
| Receitas financeiras | 24 | 19.988 | 4.221 | 35.170 | 24.933 |
| Despesas financeiras | 24 | (25.985) | (21.305) | (88.947) | (73.588) |
| Prejuízo (lucro) antes do imposto de renda e da contribuição social | | (11.480) | 23.846 | 38.601 | 32.498 |
| Corrente | 7.c | 333 | - | (32.267) | (6.245) |
| Diferido | 7.c | - | - | 17 | 504 |
| Prejuízo (lucro) líquido do período | | (11.147) | 23.846 | 6.351 | 26.757 |
| Não controladores | | | | 17.498 | 2.911 |
| Controladores | | | | (11.147) | 23.846 |
| Prejuízo (lucro) básico por ação - R$ | | (0,11) | 0,25 | (0,06) | 0,28 |
| Prejuízo (lucro) diluído por ação - R$ | | (0,11) | 0,25 | (0,06) | 0,28 |

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

### Demonstrações dos resultados abrangentes - Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025 - (Valores expressos em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/03/2026 | 31/03/2025 | 31/03/2026 | 31/03/2025 |
| Lucro líquido do Período | 7.637 | 17.524 | 28.973 | 23.200 |
| Variação cambial de investida no exterior | 359 | - | 359 | - |
| Outros resultados abrangentes | 134 | - | 134 | - |
| Total de outros resultados abrangentes do período, líquidos de tributos | 8.130 | 17.524 | 29.466 | 23.200 |
| Atribuível aos acionistas: | | | | |
| Não controladores | | | 21.336 | 5.676 |
| Controladores | | | 8.130 | 17.524 |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 01/04/2026 a 30/06/2026 | 01/04/2025 a 30/06/2025 | 01/04/2026 a 30/06/2026 | 01/04/2025 a 30/06/2025 |
| Lucro líquido (Prejuízo) do Período | (11.147) | 23.846 | 6.351 | 26.757 |
| Variação cambial de investida no exterior | 359 | - | 359 | - |
| Outros resultados abrangentes | 134 | - | 134 | - |
| Total de outros resultados abrangentes do período, líquidos de tributos | (10.654) | 23.846 | 6.844 | 26.757 |
| Atribuível aos acionistas: | | | | |
| Não controladores | | ' | 17.498 | 2.911 |
| Controladores | | | (10.654) | 23.846 |

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

### Demonstrações do valor adicionado - Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2026 | 30/06/2025 | 30/06/2026 | 30/06/2025 |
| **Receitas** | 10.673 | 3.267 | 1.133.974 | 571.121 |
| Serviços prestados | 10.673 | 3.267 | 1.095.148 | 572.857 |
| Receitas relativas à construção de ativos próprios | - | - | 42.789 | - |
| Reversão (Provisão) de para créditos de liquidação duvidosa | - | - | (3.963) | (1.736) |
| **Insumos adquiridos de terceiros** | (18.410) | (7.909) | (411.766) | (157.975) |
| Custo dos serviços prestados | (5.421) | (3.267) | (351.645) | (124.267) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (12.989) | (4.642) | (60.121) | (33.708) |
| **Valor adicionado bruto** | (7.737) | (4.642) | 722.208 | 413.146 |
| **Retenções** | - | - | (118.807) | (94.772) |
| Depreciação e amortização | - | - | (109.281) | (91.599) |
| Provisão para fechamento de aterro | - | - | (9.526) | (3.173) |
| **Valor adicionado líquido produzido** | (7.737) | (4.642) | 603.401 | 318.374 |
| **Valor adicionado recebido em transferência** | 82.299 | 71.687 | 66.807 | 54.974 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 24.462 | 65.686 | (4.839) | 5.757 |
| Receitas financeiras | 57.837 | 6.001 | 71.646 | 49.217 |
| **Valor adicionado total a distribuir** | 74.562 | 67.045 | 670.208 | 373.348 |
| **Distribuição do valor adicionado** | 74.562 | 67.045 | 670.208 | 373.348 |
| **Pessoal** | 10.803 | 8.778 | 185.895 | 108.086 |
| Remuneração direta | 11.108 | 7.924 | 142.779 | 70.020 |
| Benefícios | (235) | - | 32.702 | 6.502 |
| FGTS | (70) | - | 10.414 | 4.950 |
| Outros | - | 854 | - | 26.614 |
| **Impostos, taxas e contribuições** | 3.514 | 613 | 228.165 | 87.089 |
| Federais | 3.514 | 613 | 177.463 | 62.214 |
| Estaduais | - | - | 9.159 | 2.973 |
| Municipais | - | - | 41.543 | 21.902 |
| **Remuneração de capital de terceiros** | 52.608 | 40.130 | 227.175 | 154.973 |
| Aluguéis | - | - | 31.531 | 7.315 |
| Despesas financeiras | 52.608 | 40.130 | 195.644 | 147.658 |
| **Remuneração de capitais próprios** | 7.637 | 17.524 | 28.973 | 23.200 |
| Lucro líquido do período | 7.637 | 17.524 | 7.637 | 17.524 |
| Participação de não controladores | - | - | 21.336 | 5.676 |

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

### Demonstrações dos fluxos de caixa - Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2026 | 30/06/2025 | 30/06/2026 | 30/06/2025 |
| **Fluxos de caixa das atividades operacionais** | | | | |
| Lucro líquido do período | 7.637 | 17.524 | 28.973 | 23.200 |
| **Ajustes para reconciliar o lucro líquido:** | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | (24.462) | (65.686) | 4.839 | (5.757) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | - | 3.963 | 1.736 |
| Provisão para contingências | - | - | 1.306 | (1.158) |
| Ajuste a valor presente | (8.174) | (2.688) | (1.025) | 4.782 |
| Variação cambial | - | - | 831 | 2.579 |
| Amortização de gastos na captação de recursos | - | - | 773 | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | - | - | (2.786) | (1.304) |
| Depreciações e amortizações | - | - | 109.281 | 91.599 |
| Provisão para fechamento de aterro | - | - | 9.526 | 3.173 |
| Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos | 51.075 | 39.673 | 153.025 | 130.675 |
| Valor residual de imobilizado baixado | - | - | 1.021 | 1.022 |
| Rendimento de debêntures | (14.408) | - | - | - |
| Plano de opção de compra de ações | 838 | - | 838 | - |
| Outros | - | 2.039 | (177) | - |
| Redução nos ativos operacionais | | | | |
| Contas a receber de clientes | (5.966) | - | (40.873) | (38.528) |
| Impostos a recuperar | (11.833) | (193) | (36.264) | (7.346) |
| Depósitos judiciais e cauções | - | - | 195 | - |
| Outros ativos | (732) | (2.195) | (182.047) | (1.597) |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais | | | | |
| Fornecedores | 4.374 | 827 | 89.773 | 68.558 |
| Outorgas a pagar | - | - | (85) | 2.350 |
| Salários e encargos sociais | 12.294 | 404 | 22.018 | 6.551 |
| Impostos e contribuições a recolher | (1.198) | 137 | 62.778 | 15.442 |
| Adiantamentos de clientes | - | - | (33.597) | (2.340) |
| Contas a pagar | - | - | (561.578) | (4.972) |
| Parcelamento de impostos | (1.572) | (1.574) | (7.878) | (9.347) |
| Outros | (2) | 17 | 8.798 | 210 |
| Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais | 7.871 | (11.715) | (368.372) | 279.528 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | - | - | (22.703) | (20.317) |
| Juros pagos | (7.263) | - | (76.662) | (92.169) |
| Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais | 608 | (11.715) | (467.737) | 167.042 |
| Fluxos de caixa aplicado nas atividades de investimento | | | | |
| Aquisições de participação societária, líquida dos caixas adquiridos | - | - | (6.953) | - |
| Caixa oriundo da incorporação da Holding Vital | - | - | 1.036.238 | - |
| Aquisições de imobilizado e intangível | (4.104) | - | (401.911) | (326.106) |
| Títulos e valores mobiliários | 61.977 | - | 168.583 | 33.997 |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento | 57.873 | - | 795.957 | (292.109) |
| Fluxos de caixa aplicado nas atividades de financiamento | | | | |
| Empréstimos e financiamentos Captados | - | - | 447.035 | 85.754 |
| Empréstimos e financiamentos pagos | - | - | (53.800) | (97.532) |
| Arrendamentos pagos | - | - | (25.668) | (29.453) |
| Partes relacionadas | (553.209) | (598.884) | (12.071) | (1.286) |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | - | - | (114) |
| Emissão de novas ações | - | 607.172 | - | 607.172 |
| Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento | (553.209) | 8.288 | 355.496 | 564.541 |
| (Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa | (494.728) | (3.427) | 683.717 | 439.474 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 494.841 | 3.488 | 851.334 | 493.299 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do período | 113 | 61 | 1.535.051 | 932.773 |
| (Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa | (494.728) | (3.427) | 683.717 | 439.474 |

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

## Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, em 30 de junho de 2026 - (Em milhares de reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Orizon Valorização de Resíduos S.A. ("Companhia" ou "Orizon") é uma companhia aberta (ORVR3), constituída em dezembro de 2009, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo como objeto social a participação em outras sociedades comerciais ou civis, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, e atividades correlatas. Em 30 de junho de 2026, a Companhia, por meio de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas ("Grupo Orizon"), atua na gestão e valorização de resíduos, limpeza pública e coleta pública e privada, com operações distribuídas em diversos estados do Brasil. A estrutura operacional do Grupo compreende ativos de destinação final de resíduos, unidades de tratamento, plantas de geração de energia e projetos ambientais, incluindo biogás, biometano e créditos de carbono, soluções integradas, limpeza pública e coleta pública e privada. Na mesma data, o Grupo possuía a seguinte base operacional:

| Categoria operacional | Quantidade | Ativos |
|---|---|---|
| **Aterros sanitários (resíduos não perigosos)** | **30** | Ecoparque Alto Oeste<br>Ecoparque Barra Mansa (concessão)<br>Ecoparque Cerrado<br>Ecoparque Itaboraí<br>Ecoparque Itapevi<br>Ecoparque Jaboatão<br>Ecoparque João Pessoa (concessão)<br>Ecoparque Juazeiro do Norte<br>Ecoparque Maceió (concessão)<br>Ecoparque Nova Iguaçu (concessão)<br>Ecoparque Oeste Paulista<br>Ecoparque Pantanal<br>Ecoparque Paulínia<br>Ecoparque Porto Velho<br>Ecoparque Santa Luzia<br>Ecoparque São Gonçalo (concessão)<br>Ecoparque Sergipe<br>Ecoparque Tremembé<br>Vital Engenharia Ambiental (aterros de Campos dos Goytacazes, Ipatinga e Juiz de Fora em formato de concessão)<br>Central de Gerenciamento Ambiental Baru<br>Central de Gerenciamento Ambiental Juparanã<br>Central de Gerenciamento Ambiental Titara<br>Foz do Iguaçu<br>CMTR - Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos<br>Ecourbis<br>Econit Engenharia Ambiental<br>Nova Friburgo - EBMA<br>Macaúbas Meio Ambiente (concessão) |
| **Contratos de Concessão de Gestão Integrada**[1] | **8** | Angra Meio Ambiente (AMA)<br>Ecourbis Ambiental / Ecoban Ambiental<br>EBMA - Empresa Brasileira de Meio Ambiente<br>EBMA Gestão de Resíduos<br>Econit Engenharia Ambiental<br>SLEA - São Luís Engenharia Ambiental<br>VIOS Engenharia Ambiental<br>Hígia Ambiental |
| **Transbordos** | **2** | ETR Duque de Caxias<br>ETR Sergipe |
| **Aterros sanitários (resíduos perigosos)** | **3** | Ecoparque Tremembé<br>Ecoparque João Pessoa<br>Ecoparque Rosário do Catete |
| **Plantas de exploração de biogás** | **17** | Ecoparque Nova Iguaçu<br>Ecoparque São Gonçalo<br>Ecoparque Barra Mansa<br>Ecoparque Jaboatão dos Guararapes<br>Ecoparque Paulínia<br>Ecoparque João Pessoa<br>Ecoparque Maceió<br>Ecoparque Sergipe<br>Ecoparque Itapevi<br>Ecoparque Tremembé<br>Macaúbas Meio Ambiente (concessão)<br>Central de Gerenciamento Ambiental Titara<br>Campos dos Goytacazes<br>Ipatinga<br>Nova Friburgo - EBMA<br>G2U Juiz de Fora Energia<br>Ecourbis |
| **Projetos de créditos de carbono** | **12** | Ecoparque João Pessoa<br>Ecoparque Jaboatão dos Guararapes<br>Ecoparque Sergipe<br>Ecoparque Maceió<br>Ecoparque Paulínia<br>Ecoparque São Gonçalo<br>Central de Gerenciamento Ambiental Titara, Rosario, São Luís - MA<br>Ecourbis Ambiental, São Paulo - SP<br>Vital Engenharia Ambiental, Campos dos Goytacazes<br>Vital Engenharia Ambiental, Ipatinga, Santana do Paraíso - MG<br>Macaúbas Meio Ambiente, Sabará - MG<br>Vital Engenharia Ambiental, Juiz de Fora, Juiz de Fora - MG |
| **Plantas de biometano** | **7** | Biometano Verde Paulínia S.A. (em operação)<br>Ecoparque Jaboatão dos Guararapes (em operação)<br>Macaúbas Meio Ambiente, Sabará - MG<br>Vital Engenharia Ambiental, Juiz de Fora, Juiz de Fora - MG<br>Orizon Biometano Tremembé Limitada (em construção)<br>Orizon Biometano Itapevi Limitada (em construção) |
| **Unidades de beneficiamento de resíduos** | **6** | Magé<br>Sorocaba<br>UTM Jaboatão dos Guararapes<br>UTM Paulínia<br>Central Mecanizada de Triagem (CMT) - Ecourbis<br>Unidade de Tratamento de Resíduos de Serviços de Saúde (UTRSS) - Ecourbis |
| **Projeto waste-to-energy** | **1** | Barueri Energia Renovável S.A. |
| **Usinas termelétricas** | **3** | UTE Paulínia<br>UTE Orizon Pernambuco<br>UTE Orizon Paraíba |
| **Locadora de máquinas e equipamentos** | **1** | Arendal Locadora Ltda. |

[1] Tais contratos são de gestão integrada com destinação final em aterros da própria concessão. Algumas concessões têm aterros sanitários para a destinação final de resíduos.

Os ativos da Companhia receberam aproximadamente 7,3 milhões de toneladas de resíduos no 1º semestre de 2026.[1] - [1]Informação não revisada pelos auditores independentes da Companhia.

**Controladas diretas:** A Orizon Meio Ambiente S.A. atua na destinação final de resíduos perigosos e não perigosos, sendo 03 aterros de resíduos perigosos e 16 aterros sanitários de resíduos não-perigosos, com de recebimento de aproximadamente 8,8 milhões de toneladas por ano. Adicionalmente, a Companhia atua na exploração energética do biogás gerado em seus aterros, com captação aproximada de 52.521 $\text{Nm}^3$ por hora e geração anual, em suas termoelétricas, de cerca de 306.517 MWh, destinados à geração de energia, produção de biometano e queima em flare.

No âmbito da exploração de créditos de carbono, a Orizon Meio Ambiente, suas controladas e a Foxx URE-JP operam aterros sanitários que, por meio da queima de biogás e das iniciativas de transição energética, são responsáveis por evitar a emissão de aproximadamente 3,5 milhões2 de toneladas de CO2 equivalente por ano. Na atividade de beneficiamento de resíduos, a Companhia possuía, em 30 de junho de 2026, 5 unidades operacionais. A Companhia também atua por meio das seguintes controladas: • Foxx Holding, com participação no aterro sanitário de João Pessoa (Foxx URE JP) e no projeto de waste-to-energy de Barueri (Barueri Energia Renovável); • BioE (Orizon Energia e Gás Renovável Ltda.), plataforma de energia e biometano, com participação integral em diversas investidas; • Orizon Economia Circular, com participações societárias, incluindo consórcios. • Vital Engenharia Ambiental S.A. ("Vital Engenharia"), prestação de serviços de limpeza, manutenção, recuperação, conservação, construção, destinação final de resíduos e outros serviços relacionados, que também podem ser prestados sob forma de concessão de serviços públicos, além de manter participações societárias em outras companhias. • Orbis Ambiental S.A. ("Orbis Ambiental"), atuante na execução de obras e a prestação de serviços tanto no mercado público quanto no mercado privado, voltados para os diversos segmentos de saneamento ambiental, em especial, além de manter participações societárias em outras companhias. • GBIO Energia S.A. ("GBIO Energia"), atuante na exploração, produção, transporte e comercialização de gás, além de manter participações societárias em outras companhias.

**Controladas indiretas:** As controladas indiretas da Companhia estão apresentadas a seguir:

| Empresa / Ativo | Atividade |
|---|---|
| CTR Nova Iguaçu S.A. (CTRNI) | Aterro sanitário |
| CTR Alcântara S.A. (CTRA) | Aterro sanitário |
| CTR Barra Mansa S.A. (CTRBM) | Aterro sanitário |
| ETR Jardim Gramacho S.A. | Transbordo de resíduos |
| Foxx Inova Ambiental S.A. | Holding Não-Operacional |
| Barueri Energia Renovável S.A. | Geração de energia a partir dos resíduos (waste-to-energy) |
| Foxx URE-JP | Aterro sanitário |
| UTM Jaboatão dos Guararapes Ltda. | Beneficiamento de Resíduos (unidade de triagem mecanizada) |
| CGR Cuiabá | Aterro sanitário |
| Orizon Tremembé Ambiental S.A. | Aterro sanitário |
| Orizon Itaboraí Ambiental S.A. | Aterro sanitário |
| Orizon Rosário do Catete Ambiental S.A. | Aterro sanitário |
| Orizon CTR Metropolitana Participações S.A. | Holding Não-Operacional |
| Orizon Sorocaba Ambiental S.A. | Beneficiamento de resíduos |
| SPE Maceió Ambiental S.A. | Aterro sanitário |
| CTR Porto Velho S.A. | Aterro sanitário |
| Oeste Ambiental Ltda. | Aterro sanitário |
| Ecoparque Juazeiro do Norte S.A. | Aterro sanitário |
| UTE Orizon Pernambuco Ltda. | Geração de energia elétrica |
| UTE Orizon Paraíba Ltda. | Geração de energia elétrica |
| SPE Duque de Caxias | Transbordo e Beneficiamento de Resíduos (em fase pré-operacional) |
| Ecoparque Oeste Paulista Ltda. | Aterro sanitário |
| Orizon Biometano Paulínia Ltda. | Produção de biometano (não-operacional) |
| Orizon Biometano Paulínia II Ltda. | Produção de biometano (não-operacional) |
| Orizon Biometano Rosário do Catete Ltda. | Produção de biometano (não-operacional) |
| Orizon Biometano Jaboatão dos Guararapes Ltda. | Produção de biometano |
| Orizon Biometano João Pessoa Ltda. | Produção de biometano (não-operacional) |
| Orizon Biometano Cuiabá Ltda. | Produção de biometano (não-operacional) |
| Orizon Biometano Tremembé Ltda. | Produção de biometano (não-operacional) |
| Orizon Biometano Maceió Ltda. | Produção de biometano (não-operacional) |
| Orizon Biometano Itapevi Ltda. | Produção de biometano (não-operacional) |
| Biometano Nova Iguaçu S.A. | Produção de biometano (não-operacional) |
| Biometano São Gonçalo S.A. | Produção de biometano (não-operacional) |
| Orizon Biometano Rio Grande Ltda. | Produção de biometano (não-operacional) |
| Vital Engenharia Ambiental S/A | Aterro sanitário e coleta (holding operacional) |
| Ama - Angra Meio Ambiente S/A | Gestão integrada de Resíduos |
| Arendal Locadora Ltda. | Locação de máquinas e equipamentos |
| Central de Gerenc. Ambiental Juparanã S/A | Aterro sanitário |
| Central de Gerenciamento Ambiental Baru S/A | Aterro sanitário |
| Central de Gerenciamento Ambiental Titara S/A | Aterro sanitário |
| Ebma Empresa Brasileira de Meio Ambiente S/A | Gestão integrada de Resíduos |
| Ebma Gestão de Resíduos S.A | Gestão integrada de Resíduos |
| Ecoban Ambiental S/A | Gestão integrada de Resíduos |
| Econit Engenharia Ambiental S/A | Gestão integrada de Resíduos / Aterro sanitário (inerte) |
| Ecoparque Pirapora Ambiental S/A | Aterro sanitário |
| Ecourbis Ambiental S/A | Gestão integrada de Resíduos |
| Macaubas Meio Ambiente S/A | Aterro sanitário |
| Slea - São Luiz Engenharia Ambiental S/A | Gestão integrada de Resíduos |
| Orbis Ambiental S/A | Aterro sanitário |

continua...

ORIZON
VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS

# Orizon Valorização de Resíduos S.A.

**CNPJ: 11.421.994/0001-36**

**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, em 30 de junho de 2026** - (Em milhares de reais)

| Empresa / Ativo | Atividade |
|---|---|
| CRV São João Del Rei Ltda | Aterro sanitário |
| Central de Gerenciamento Ambiental Figueiras Ltda. | Aterro sanitário |
| GBIO Energia S/A | Holding Não-Operacional |
| CH4 Energia S/A | Produção de biometano |
| G3 Energia S/A | Produção de biometano |
| Metagás Biogás e Energia S/A | Produção de biometano |
| Metagera Energia Ltda. | Produção de biometano (não-operacional) |
| Ecol Saneamento Ambiental | Aterro sanitário |
| Vios Engenharia Ambiental S/A | Gestão integrada de Resíduos |
| Higia Ambiental S/A | Gestão integrada de Resíduos |
| CMTR Central Metropolitana se Trat. Resi | Aterro sanitário |
| GA Energia S/A | Plantas de exploração de biogás |
| G2U Juiz de Fora Energia S/A | Plantas de exploração de biogás (não-operacional) |
| G2U Ipatinga Energia S/A | Plantas de exploração de biogás (não-operacional) |

**Combinações de negócios (PPA):** As transações realizadas pela Companhia foram contabilizadas conforme CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinação de Negócios. Incorporação Holding Vital: Em 17 de dezembro de 2025, a Companhia celebrou acordo de associação visando a incorporação da Growth Investimentos em Valorização de Resíduos S.A. ("Holding Vital"), no contexto de uma combinação de negócios. Em 11 de junho de 2026, a Companhia concluiu a incorporação da Holding Vital. Em decorrência da Incorporação, foram homologados: (i) o aumento de capital social da Companhia no montante de R$ 3.308.550, mediante a emissão, pela Companhia, de 41.197.230 novas ações ordinárias ("Novas Ações OrizonVR"); e (ii) a emissão de 5.646.849 bônus de subscrição, como vantagem adicional ao subscritor das Novas Ações OrizonVR no âmbito da Incorporação, nos termos do artigo 77 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e conforme as características previstas no Anexo 6.1 do Protocolo e Justificação ("Bônus de Subscrição"). As novas ações OrizonVR e os bônus de subscrição: (i) foram subscritas pelo Gama Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia ("FIP Gama"), na qualidade de único acionista da Holding Vital; e (ii) passaram a ser negociados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, respeitando as regras do Acordo de Acionistas. Em decorrência da Incorporação, o FIP Gama passou a deter participação de 30% do capital social total da OrizonVR, e a Companhia passou a deter 100% do capital social das Sociedades Vital, após a extinção da Holding Vital. Com a consumação da Incorporação, a OrizonVR consolida-se como a maior plataforma de valorização de resíduos e economia circular da América Latina, com volume destinado de aproximadamente 14,5 milhões de toneladas por ano, geração de créditos de carbono superior a 4 milhões de toneladas, além de um pipeline extenso de projetos de biometano.[1] - [1] Informação não revisada pelos auditores independentes da Companhia.

| | Holding Vital(1) |
|---|---|
| **Data da aquisição** | **11/06/2026** |
| **Valor justo da contraprestação transferida:** | |
| Ações OrizonVR | 3.204.124 |
| Bônus de subscrição | 197.750 |
| **Total** | **3.401.874** |
| **Ativos identificáveis (mais-valia)** | |
| Imobilizado | 327.214 |
| Investimentos | 47 |
| Licenças | 519.432 |
| Contratos | 2.399.445 |
| Relacionamento com clientes | 389 |
| (-) Imposto diferido passivo | (594.558) |
| (-) Participação de não controladores | (1.497.828) |
| **Subtotal ativos identificáveis** | **1.154.141** |
| **Patrimônio líquido contábil na data de aquisição** | **371.573** |
| **Ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill) [2]** | **1.876.160** |

[1] A Companhia encontra-se em processo de conclusão da mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos da aquisição da Holding Vital. Em conformidade com o CPC 15 (R1) / IFRS 3, os montantes apresentados são preliminares e poderão ser ajustados durante o período de mensuração de até 12 meses contados da data de aquisição. [2] O ágio gerado refere-se substancialmente a ativos intangíveis que não se qualificam para reconhecimento em separado.

Abaixo, o balanço patrimonial a valores contábeis na data de aquisição:

| **Ativo** | Holding Vital |
|---|---|
| **Circulante** | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.030.223 |
| Títulos e valores mobiliários | 11.744 |
| Contas a receber de clientes | 374.933 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 123.494 |
| Partes relacionadas | 10.615 |
| Outros ativos circulantes | 97.551 |
| **Total do ativo circulante** | **1.648.560** |
| **Não circulante** | |
| Títulos e valores mobiliários | 2.979 |
| Debêntures | 139.830 |
| Contas a receber de clientes | 799.406 |
| Partes relacionadas | 5.046 |
| Depósitos judiciais e cauções | 89.883 |
| Outros ativos não circulantes | 9.951 |
| Investimentos | 29.875 |
| Imobilizado, líquido | 575.331 |
| Intangível | 25.662 |
| **Total do ativo não circulante** | **1.677.963** |
| **Total do ativo** | **3.326.523** |
| **Passivo e patrimônio líquido** | |
| **Circulante** | |
| Empréstimos e financiamentos | 121.344 |
| Fornecedores a pagar | 126.289 |
| Outorgas a pagar | 2.201 |
| Salários e encargos sociais | 164.463 |
| Impostos e contribuições a recolher | 81.364 |
| Partes relacionadas | 35.603 |
| Contas a pagar | 4.500 |
| Outros passivos circulantes | 18.131 |
| **Total do passivo circulante** | **553.895** |
| **Não circulante** | |
| Empréstimos e financiamentos | 1.044.436 |
| Fornecedores | 19.101 |
| Impostos e contribuições a recolher | 189.044 |
| Adiantamento de clientes | 1.415 |
| Passivo com partes relacionadas | 131.505 |
| Provisão para contingências | 110.495 |
| Outorgas a pagar | 11.136 |
| Outros passivos | 624.338 |
| **Total do passivo não circulante** | **2.131.470** |
| Participação de controladores | 371.573 |
| Participação de não controladores | 269.585 |
| **Total do acervo líquido na data da aquisição** | **641.158** |

As informações contábeis consolidadas da Companhia referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 incluem os resultados da Holding Vital e suas controladas de forma proporcional (*pro-rata*), a partir de 12 de junho de 2026. Dessa forma, a receita líquida e o resultado consolidados do período não são diretamente comparáveis aos do período de seis meses findo em 30 de junho de 2025. *Ecoparque Oeste Paulista LTDA ("Oeste Paulista"):* Em 01 de outubro de 2025, foi realizada, pela Companhia, a aquisição de 100% das quotas da G4 - Gestão e Controles de Materiais Ltda, empresa proprietária do aterro sanitário localizado no município de Regente Feijó, na Região Metropolitana de Presidente Prudente, estado de São Paulo. O Aterro Sanitário recebe atualmente cerca de 11 mil toneladas mensais de resíduos sólidos urbanos. O Ativo também alcança municípios de Mato Grosso do Sul e Paraná. . O valor da firma (enterprise value) atribuído à Transação foi de R$ 40 milhões, do qual foram descontadas dívidas financeiras e operacionais da companhia. A Transação incluiu ainda uma parcela variável do preço de aquisição (earn-out), sujeita a métricas específicas definidas nos documentos da operação. Período de Mensuração do Purchase Price Allocation (PPA): A Companhia apurou os valores da combinação de negócio de acordo com o CPC 15 (R1) - e IFRS 3 (R) - "Business Combination", que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer, em suas Demonstrações financeiras. Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa aos fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Os valores justos descritos na aquisição da Oeste Paulista foram alocados conforme previsto pelo CPC15/IFRS3 - Combinação de Negócios, que permite a Companhia finalizar a análise dos ativos adquiridos e passivos assumidos em até 12 meses a partir da data de aquisição.

| Aquisições | Data da aquisição | Valor justo na data de aquisição | Preço de aquisição - Contraprestação | Mais valia na aquisição |
|---|---|---|---|---|
| Oeste Paulista | 01/10/2025 | (1.648) | 30.232 | 31.880 |

**Incorporação:** Em 28 de fevereiro de 2026, a Holding Pantanal foi incorporada pela CGR Cuiabá Ambiental. O acervo líquido contábil incorporado totalizou R$ 57.034, conforme demonstrado abaixo:

| Descrição | R$ mil |
|---|---|
| Ativo total | 131.617 |
| Passivo total | 74.584 |
| Patrimônio líquido | 57.034 |

Em 28 de fevereiro de 2026, a CGR Ambiental foi incorporada pela CGR Cuiabá Ambiental. O acervo líquido contábil incorporado totalizou R$ (275), conforme demonstrado abaixo:

| Descrição | R$ mil |
|---|---|
| Ativo total | 254 |
| Passivo total | 529 |
| Patrimônio líquido | (275) |

**Controladas em conjunto e coligadas:** A Companhia mantém participações em empreendimentos conjuntos e coligadas, com destaque para:

| Investida | Atividade | Participação |
|---|---|---|
| UTE Paulínia | Geração de energia | 33,33% |
| Vamtec Orizon | Beneficiamento de resíduos | 50% |
| CTR Metropolitana Serviços | Aterro sanitário | 50% |
| CTR Santa Luzia | Aterro sanitário | 50% |
| Biometano Verde Paulínia | Produção de biometano | 49% |
| CMTR - Central Metropolitana de Trat. Resíduos S/A | Aterro sanitário | 45% |
| Arendal Locadora Ltda. | Locação | 0,01% |
| G2U Juiz De Fora Energia S.A. | Geração de energia | 50% |
| G2U Ipatinga Energia S.A. | Geração de energia | 50% |
| GA Energia S.A. | Geração de energia | 49% |

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**2.1. Declaração de conformidade:** As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 21 - Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board - IASB* " (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). A apresentação destas informações foi elaborada de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração do Formulário de Informações Intermediárias - ITR. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas não incluem todas as informações e divulgações requeridas para demonstrações financeiras anuais. Portanto, essas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2025, emitidas em 25 de março de 2026. A Administração da Companhia autorizou a emissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 12 de agosto de 2026. Conforme Orientação Técnica OCPC 07(R1), a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. **2.2. Base de elaboração:** As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos e passivos mensurados pelo valor justo, quando indicados. **2.3. Base de consolidação:** As informações contábeis intermediárias consolidadas compreendem as informações contábeis intermediárias do Grupo em 30 de junho de 2026. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dado baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. As investidas classificadas como controlada direta ou indireta, são apresentadas de forma consolidada nas demonstrações financeiras, enquanto as demais investidas, são reconhecidas pelo percentual de participação nas respectivas linhas de investimentos e resultado de equivalência patrimonial. Abaixo a estrutura é como segue:

| | | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
|---|---|---|---|
| **Controladas da Orizon Valorização de Resíduos:** | | | |
| Orizon Meio Ambiente S.A, | Controlada direta | 100 | 100 |
| Foxx Holding S.A. | Controlada direta | 100 | 100 |
| Orizon Energia e Gás Renovável Ltda. | Controlada direta | 100 | 100 |
| Orizon Economia Circular Ltda. | Controlada direta | 100 | 100 |
| Vital Engenharia Ambiental S.A. | Controlada direta | 100 | - |
| Orbis Ambiental S.A. | Controlada direta | 100 | 100 |
| GBIO Energia S.A. | Controlada direta | 100 | 100 |
| **Controladas e coligadas da Orizon Meio Ambiente:** | | | |
| CTRNI | Controlada indireta | 100 | 100 |
| CTRA | Controlada indireta | 100 | 100 |
| CTRBM | Controlada indireta | 100 | 100 |
| SES Haztec | Controlada em conjunto | 50 | 50 |
| ETR Gramacho | Controlada indireta | 100 | 100 |
| UTM Jaboatão | Controlada indireta | 100 | 100 |
| Vamtec Orizon | Controlada em conjunto | 50 | 50 |
| UTE Paulínia | Controlada em conjunto | 33,33 | 33,33 |
| SPE Itaboraí | Controlada indireta | 100 | 100 |
| SPE Rosário do Catete | Controlada indireta | 100 | 100 |
| Orizon Sorocaba Blendagem | Controlada indireta | 100 | 100 |
| Orizon Tremembé Ambiental | Controlada indireta | 100 | 100 |
| SPE CTR Metropolitana | Controlada indireta | 100 | 100 |
| Metropolitana Serviços Ambientais | Controlada indireta | 50 | 50 |
| SPE Maceió | Controlada indireta | 100 | 100 |
| Orizon Pantanal | Controlada indireta | - | 100 |
| CTR Porto Velho | Controlada indireta | 51 | 51 |
| CTR Santa Luzia | Controlada em conjunto | 50 | 50 |
| Centro de Gerenciamento de Residuais Cuiabá Ltda. | Controlada indireta | 100 | 100 |
| CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda | Controlada indireta | - | 100 |
| Oeste Ambiental | Controlada indireta | 51 | 51 |
| Ecoparque Juazeiro | Controlada indireta | 83,32 | 51 |
| Orizon Holding Ceará Ltda. | Controlada indireta | 100 | 100 |
| SPE Central de proc.de Resí. Urb. de Duque de Caxias S.A. | Controlada indireta | 100 | 100 |
| Biometano Verde Paulínia | Controlada em conjunto | 49 | 49 |
| Consórcio Pernambuco Asja (1) | Consórcio | 50 | 50 |
| Ecoparque Oeste Paulista Ltda. | Controlada indireta | 100 | - |
| **Controladas da Foxx Holding:** | | | |
| Foxx Inova Ambiental S.A. | Controlada indireta | 100 | 100 |
| Foxx URE JP Ambiental S.A. | Controlada indireta | 67 | 67 |
| Consórcio Paraíba Asja (1) | Consórcio | 50 | 50 |
| Barueri Energia Renovável S.A. | Controlada indireta | 80 | 80 |
| **Controladas da Orizon Energia e Gás Renovável Ltda.** | | | |
| Orizon Biometano Paulínia Ltda. | Controlada indireta | 100 | 100 |
| Orizon Biometano Paulínia II Ltda. | Controlada indireta | 100 | 100 |
| Orizon O&M Ltda. | Controlada indireta | - | 100 |
| Orizon Locação de equipamento Ltda. | Controlada indireta | 100 | 100 |
| Orizon Biometano Rosário do Catete Ltda. | Controlada indireta | 100 | 100 |
| Orizon Biometano Jaboatão dos Guararapes Ltda. | Controlada indireta | 100 | 100 |
| Orizon Biometano João Pessoa Ltda. | Controlada indireta | 100 | 100 |
| Orizon Biometano Cuiabá Ltda. | Controlada indireta | 100 | 100 |
| Orizon Biometano Tremembé Ltda. | Controlada indireta | 100 | 100 |
| Orizon Biometano Itapevi | Controlada indireta | 100 | - |
| Biometano Nova Iguaçu S.A. | Controlada indireta | 50 | - |
| Biometano São Gonçalo S.A. | Controlada indireta | 50 | - |
| UTE Orizon Pernambuco | Controlada indireta | 100 | 100 |
| Consórcio Pernambuco Asja (1) | Consórcio | 50 | 50 |
| UTE Orizon Paraíba | Controlada indireta | 100 | 100 |
| Consórcio Paraíba Asja Foxx (1) | Consórcio | 50 | 50 |
| Orizon Biometano Maceió Ltda. | Controlada indireta | 100 | 100 |
| Orizon Biometano Itapevi Ltda. | Controlada indireta | 100 | 100 |
| Orizon comercialidora de Biometano Jaboatão do Guararapes Ltda. | Controlada indireta | 100 | - |
| Orizon Biometano Fazenda Rio Grande Limitada | Controlada indireta | 100 | - |
| **Controladas da Orizon Economia Circular Ltda.** | | | |
| Consórcio Orizon Tera | Joint venture | 50 | 50 |
| Gestora Orizon | Controlada indireta | 100 | 100 |
| **Vital Engenharia Ambiental S.A. (2)** | | | |
| Central de Gerenciamento Ambiental BARU S/A | Controlada indireta | 100 | - |
| EBMA - Emp. Brasileira de Meio Ambiente S/A | Controlada indireta | 100 | - |
| Macaúbas Meio Ambiente S/A | Controlada indireta | 100 | - |
| Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÃ S/A | Controlada indireta | 51 | - |
| Arendal Locadora Ltda. | Controlada indireta | 99,99 | - |
| Ecoban Ambiental S/A | Controlada indireta | 63,25 | - |
| Ecourbis Ambiental S/A | Controlada indireta | 63,25 | - |
| Econit Engenharia Ambiental S/A | Controlada indireta | 51,5 | - |
| Central de Gerenciamento Ambiental Titara S/A | Controlada indireta | 51 | - |
| SLEA - São Luiz Engenharia Ambiental S/A | Coligada | 50 | - |
| AMA Angra Meio Ambiente S/A | Controlada indireta | 51 | - |
| VIOS Engenharia Ambiental S/A | Controlada indireta | 100 | - |
| HIGIA Ambiental S/A | Controlada indireta | 100 | - |
| Ecoparque Pirapora Ambiental S/A | Controlada indireta | 81 | - |
| EBMA - Gestão de resíduos S/A | Controlada indireta | 100 | - |
| CMTR - Central Metropolitana de Trat. Resíduos S/A | Controle compartilhado | 45 | - |
| **Orbis Ambiental S.A. (2)** | | | |
| Ecol Saneamento Ambiental S/A | Controlada indireta | 52 | - |
| CVR São João Del Rei S/A | Controlada indireta | 51 | - |
| Central de Gerenciamento Ambiental Figueiras Ltda | Controlada indireta | 99,99 | - |
| Arendal Locadora Ltda | Coligada | 0,01 | - |
| **GBIO Energia S.A. (2)** | | | |
| CH4 Energia S.A. | Controlada indireta | 65,5 | - |
| C3 Energia S.A. | Controlada indireta | 50 | - |
| Metagera Energia Ltda. | Controlada indireta | 60 | - |
| Metagás Biogás e Energia S.A. | Controlada indireta | 60 | - |
| G2U Juiz de Fora Energia S.A. | Controle compartilhado | 50 | - |
| G2U Ipatinga Energia S.A. | Controle compartilhado | 50 | - |
| GA Energia S.A. | Controle compartilhado | 49 | - |

(1)A participação pode variar conforme receita gerada. No Consórcio Pernambuco Asja OMA, a participação é dividida entre a UTE Pernambuco 50% e a Orizon Meio Ambiente 50%. No Consórcio Paraíba Asja Foxx, a participação é de 50% da Foxx URE-JP Ambiental S.A e 50% da UTE Paraíba. (2) Informações referentes às empresas adquiridas em 11 de junho de 2026, juntamente com suas investidas, conforme divulgado na nota 1.

**2.4. Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira conversão de saldos e transações em moeda estrangeira:** As informações contábeis intermediárias são preparadas em Reais (R$), que é a moeda funcional utilizada da Companhia. **2.5. Julgamentos, estimativas premissas contábeis significativas:** A preparação de informações contábeis intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis, provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios e mensuração de valor justo. **2.6. Normas emitidas, vigentes e não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das informações contábeis intermediárias do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção inicial da norma. IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. IFRS 10 e IAS 28 Demonstrações Financeiras Consolidadas: Alterações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição na forma de ativos entre um investidor e sua coligada ou controlada em conjunto. Ainda sem data de vigência definida pelo IASB, as alterações à IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e à IAS 28 - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto tratam de eventuais ganhos e perdas decorrentes da perda de controle de uma controlada que envolvam a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Como não existe data de vigência, a Companhia ainda está avaliando os potenciais impactos desta alteração. IFRS 18 / CPC 51 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Alterações à IFRS 18 / CPC 51 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 / CPC 51 substitui a IAS 1 / CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, buscando aprimorar a apresentação do desempenho das entidades na demonstração de resultado, transportando diversas das exigências na IAS 1 / CPC 26 (R1) /não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 - Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 - Lucro por Ação. A IFRS 18 / CPC 51 apresenta novas exigências para: • apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado; • apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração ("MPMs") nas notas explicativas às demonstrações financeiras; • melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações. A Companhia deve aplicar a IFRS 18 / CPC 51 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas. A Administração está avaliando os potenciais impactos que esta nova norma trará, incluindo impactos sistêmicos para capturar as novas exigências da IFRS 18. IFRS 9 e IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros. As alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros, IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 7 (CPC 40), emitidas pelo IASB, refinam a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, com foco em pagamentos eletrônicos, características ESG em empréstimos e instrumentos sem recurso. Entre as principais mudanças, destaca-se: • Desreconhecimento de passivo financeiro liquidado por transferência eletrônica; • Classificação de ativos financeiros:Termos contratuais que são consistentes com um acordo básico de empréstimo e ativos financeiros com características 'non-recourse'; instrumentos contratualmente vinculado; • Divulgações: Investimento em instrumento patrimonial designado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e termos contratuais que podem alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia continua avaliando os potenciais impactos destas alterações, e não espera que tenham impactos materiais. Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que fazem referência a eletricidade cuja geração dependente de condições naturais. As alterações propostas ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que fazem referência a eletricidade cuja geração dependente de condições naturais, visam aprimorar a transparência e facilitar a compreensão das implicações financeiras dos contratos de eletricidade renovável, permitindo uma tomada de decisão mais informada sobre o impacto desses contratos no desempenho financeiro. As principais alterações são: Alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros • Uso Próprio (Own Use) - As alterações esclarecem como os contratos de compra de eletricidade gerada por fontes variáveis (solar, eólica) podem atender aos critérios de «uso próprio» (exceção de não contabilização pelo valor justo) mesmo quando a geração é intermitente e dependente de condições climáticas. • Contabilidade de Hedge - Os requisitos de contabilidade de hedge no IFRS 9 foram alterados para permitir que uma entidade utilize um contrato de energia renovável que depende de condições naturais, com características específicas, como instrumento de hedge; para designar um volume variável de transações previstas de energia como item objeto de hedge, desde que critérios específicos sejam atendidos; e para mensurar o item objeto de hedge utilizando as mesmas premissas de volume que aquelas usadas para o instrumento de hedge. Alterações ao IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação e ao IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgação • O IFRS 7 e o IFRS 19 foram alterados para introduzir requisitos de divulgação sobre contratos que fazem referência à energia dependente de condições naturais com características específicas. As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a aplicação antecipada. As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a aplicação antecipada. As alterações à isenção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, de acordo com o IAS 8, utilizando os fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial. As alterações aos requisitos de contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente a novas relações de hedge designadas a partir da data da adoção inicial. Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11 Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contabeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros), IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção inicial das normas.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2026 | 31/12/2025 | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
| Caixa e Bancos | **113** | 448 | **69.181** | 52.277 |
| Certificado de depósito bancário (CDB) | **-** | 494.393 | **1.465.870** | 799.057 |
| Total | **113** | 494.841 | **1.535.051** | **851.334** |

Os equivalentes de caixa incluem investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor e são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo. Os certificados de depósitos bancários possuem remuneração aproximada de 100% do CDI.

## 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2026 | 31/12/2025 | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
| Aplicações Financeiras | **-** | - | **12.262** | 71.035 |
| Notas Comerciais | **-** | 54.713 | **-** | - |
| | **-** | **54.713** | **12.262** | **71.035** |
| Circulante | **-** | 54.713 | **9.252** | 71.035 |
| Não circulante | **-** | - | **3.010** | - |

Títulos e valores mobiliários: O saldo de aplicações financeiras constitui-se de recursos com rentabilidade via aplicações em CDB, Certificados de Depósito Bancário (CDB), os quais apresentam baixo risco de crédito e não estão sujeitos a variações significativas no valor do principal. Essas aplicações são remuneradas por taxas pós-fixadas indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com rentabilidade próxima a 100% da variação do CDI, sendo os rendimentos apropriados até a data do resgate ou vencimento. Notas comerciais - Biometano Verde Paulínia S.A.: Em 26 de novembro de 2025, a Orizon Valorização de Resíduos S.A. subscreveu 53.900.000 notas comerciais, com valor nominal unitário de R$ 1,00, totalizando R$ 53.900.000, emitidas pela Biometano Verde Paulínia S.A., no âmbito de sua 1ª emissão de notas comerciais em série única para colocação privada. As notas comerciais foram liquidadas na data de vencimento em 31 de março de 2026 e remuneradas à taxa correspondente a 100% do CDI acrescida de 1,20% ao ano, calculada em base de 252 dias úteis. A rentabilidade inicia-se após a efetiva integralização das notas comerciais. A emissora das notas comerciais integra a estrutura societária do grupo Onebio, no qual a Companhia detém participação indireta de 49%. Através de controladas indiretas, há saldo de aplicações financeiras referentes a investimentos em renda fixa de longo prazo, utilizados como caução para garantia de contratos de empréstimos celebrados.

## 5. DEBÊNTURES

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2026 | 31/12/2025 | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
| Debêntures | **207.987** | 200.843 | **33.000** | - |
| | **207.987** | **200.843** | **33.000** | **-** |
| Circulante | **-** | - | **-** | - |
| Não circulante | **207.987** | **200.843** | **33.000** | - |

| | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| Saldo em 1º de janeiro de 2025 | - | - |
| Adição | 200.000 | - |
| Rendimento das debêntures | 842 | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 200.842 | - |
| Adição | - | 33.000 |
| Rendimento das debêntures | **14.408** | |
| Recebimento 8ª Emissão | **(7.263)** | - |
| **Saldo em 30 de junho de 2026** | **207.987** | **33.000** |
| Circulante | - | - |
| Não Circulante | **207.987** | 33.000 |

Em 15 de dezembro de 2025, a Companhia adquiriu debêntures emitidas pela sua controlada Orizon Meio Ambiente, correspondentes à 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória adicional, em série única, no montante total de R$200.000. As debêntures possuem carência de principal, com início de pagamento a partir de 2031 e vencimento em dezembro de 2039. Os juros serão amortizados semestralmente a partir de junho de 2026. A atualização do valor nominal unitário e remuneração das Debentures correspondem a IPCA + 7,9283% a.a. Em 10 de junho de 2026, no contexto da Incorporação da Holding Vital, a Companhia adquiriu debêntures emitidas pela São Simão Saneamento Ambiental S/A, correspondentes à 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória adicional, em série única, no montante total de R$33.000. As debêntures possuem carência de principal, com início do recebimento a partir de 2029. Os juros serão amortizados semestralmente a partir de setembro de 2026. A atualização do valor nominal unitário e remuneração das Debentures correspondem a IPCA + 10,05% a.a. As debêntures foram emitidas pela São Simão para aplicação exclusiva aos pagamentos relacionados ao "Projeto São Simão".

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2026 | 31/12/2025 | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
| Contas a receber | **-** | - | **852.598** | 333.032 |
| Serviços a faturar | **9.393** | 3.427 | **301.893** | 130.222 |
| Valores conforme reequilíbrios contratuais e ou reivindicações | **-** | - | **793.289** | - |
| ( - ) Ajuste a Valor presente - AVP | **-** | - | **(244.608)** | - |
| | **9.393** | 3.427 | **1.703.172** | 463.254 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | **-** | - | **(165.585)** | (143.874) |
| Total | **9.393** | 3.427 | **1.537.587** | 319.380 |
| Circulante | **9.393** | - | **822.886** | **281.694** |
| Não circulante | **-** | **3.427** | **714.701** | **37.686** |

O Saldo em aberto na controladora se refere a partes relacionadas com operações de crédito de carbono. A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, faturados, por idade de vencimento:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2026 | 31/12/2025 | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
| A vencer | **-** | **-** | **433.227** | 60.184 |
| Vencidos até 30 dias | **-** | **-** | **87.472** | 30.171 |
| Vencidos de 31 a 60 dias | **-** | **-** | **37.120** | 21.837 |
| Vencidos de 61 a 90 dias | **-** | **-** | **41.481** | 13.640 |
| Vencidos de 91 a 180 dias | **-** | **-** | **43.992** | 21.531 |
| Vencidos de 181 a 360 dias | **-** | **-** | **29.225** | 10.209 |
| Vencidos acima de 360 dias | **-** | **-** | **180.081** | 175.460 |
| Total | **-** | **-** | **852.598** | 333.032 |

Os saldos a receber da controlada indireta CTRA junto a PMSG totalizam R$48.103, dos quais R$18.266 estão classificados na faixa de vencidos acima de 360 dias. Há processo em andamento cujos valores pleiteados ultrapassam os recebíveis deste cliente, que somente deverão ser reconhecidos após o encerramento do processo. Para parte desse saldo há acordo firmado pela controlada indireta CTRA junto à PMSG, com mediação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para o recebimento dos valores, cuja movimentação está presentada abaixo:

| Movimentação do acordo | |
|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2024** | **12.860** |
| Parcelas recebidas | (2.700) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2025** | **10.160** |
| Parcelas recebidas | - |
| **Saldo em 30 de junho de 2026** | **10.160** |

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para 30 de junho de 2026 é como segue:

| | | |
|---|---|---|
| Saldo em 1° de janeiro | **(143.874)** | (165.360) |
| Saldo oriundo de aquisição de empresas | **(17.748)** | - |
| Reversão (Constituição) de provisão, líquida | **(3.963)** | 21.486 |
| Saldo no fim do período | **(165.585)** | (143.874) |

A avaliação da necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa é realizada com base nas premissas estabelecidas no CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, cabendo análise de determinados clientes e transações. Conforme entendimento da Administração, determinados recebíveis não devem ser considerados para fins de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver indicativo de perda quando da realização, tais como serviços prestados a empresas do mesmo Grupo Econômico. A Companhia não espera incorrer em perdas que superem a provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída em 30 de junho de 2026. Reequilíbrio contratual - Ecourbis: Os valores decorrentes do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato da controlada Ecourbis estão suportados pelo Termo Aditivo-Modificativo (TAM), celebrado em junho de 2024, no âmbito do Contrato de Concessão nº 026/SSO/2004. O saldo remanescente, no montante de R$901.145, deverá ser pago em parcelas mensais, atualizadas monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Os valores classificados no ativo não circulante foram ajustados a valor presente, conforme previsto na regulamentação aplicável. Para fins de mensuração, a Companhia projetou os fluxos de caixa com base na atualização monetária pelo IPCA e utilizou taxa de desconto de 102% do CDI, refletindo a taxa de remuneração de suas aplicações financeiras à época da celebração do TAM. Os valores apresentados nas demonstrações intermediárias financeiras refletem os montantes líquidos do ajuste a valor presente. Adicionalmente, parcelas com vencimento em até 12 meses foram reclassificadas para o ativo circulante. Comercialização de créditos de carbono (Consolidado): As informações dos saldos em aberto dos créditos de carbono comercializados, que estão aguardando a conclusão do processo de auditoria para entrega, estão detalhadas no quadro abaixo:

| Empresa proprietária dos créditos de carbono | Período de geração de créditos | Quantidade de Crédito de Carbono (tCO2eq) | Saldo |
|---|---|---|---|
| OVR | 01-01-23 a 31-12-25 | 118.606 | **3.899** |
| Rosário do Catete | 01-01-23 a 31-12-25 | 177.908 | **5.848** |
| CTRNI | 01-01-21 a 31-12-21 | 563 | **12.828** |
| CTRA | 01-01-21 a 31-12-21 | 422 | **9.621** |
| | | | **32.196** |

O montante atualizado para 30 de junho de 2026, considerando o efeito da variação cambial é de R$32.196 (R$23.861 em 31 de dezembro de 2025). O saldo total apresentado está alocado como serviços a faturar na rubrica de contas a receber. Estes contratos abrangem todo o volume de créditos de carbono gerados no exercício de 2021 e 2025 sem estipular volume mínimo ou máximo e prazo de entrega. O contrato inicialmente tem preço-base para os projetos no âmbito do Clean Development Mechanism ("CDM") com preço adicional caso a Companhia esteja apta ao mercado voluntário. O processo de enquadramento em entidade é composto pelas seguintes etapas e está em fase de desenvolvimento pela Companhia: (1) Desenvolvimento do projeto; (2) Consulta aos *stakeholders* do projeto (órgãos fiscalizadores, comunidades locais, ONGs, etc); (3) Envio do projeto para a nova entidade; (4) Revisão do projeto pela nova entidade; (5) Certificação do projeto. Atualmente, a Companhia, através de suas controladas indiretas, está aplicando para registro de todos os seus projetos em entidades do mercado voluntário, tais como *Verified Carbon Standard (*Verra) ou *Gold Standard*. Em 14 de março de 2024 foi concluído o processo de registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque João Pessoa (Foxx URE-JP), junto ao Gold Standard, mecanismo reconhecido mundialmente pelos seus critérios de elegibilidade, o que inclui qualidade, integridade e observância aos benefícios socioambientais. Adicionalmente, foram emitidos os créditos de carbono referentes aos períodos de 2021, 2022 e primeiro bimestre de 2023[3]. Em 05 de agosto de 2024 foi concluído o processo de registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque Jaboatão dos Guararapes (Orizon Meio Ambiente), junto ao *Gold Standard*, mecanismo reconhecido mundialmente pelos seus critérios de elegibilidade, o que inclui qualidade, integridade e observância aos benefícios socioambientais[1]. Em 16 de setembro de 2024 foi concluído o processo de registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque Sergipe, junto ao Gold Standard, gerará cerca de 290 mil tCO2eq de créditos de carbono por ano[1]. [1]Informação não revisada pelos auditores independentes da Companhia. Em 26 de novembro de 2024, foi concluído o registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque Maceió junto à Gold Standard, certificadora internacional reconhecida pelo rigor técnico na certificação de créditos de carbono e por seus critérios de qualidade, integridade ambiental e benefícios socioambientais[1]. [1]Informação não revisada pelos auditores independentes da Companhia. O projeto consiste na captura e tratamento do biogás gerado no aterro sanitário do Ecoparque Maceió, evitando a emissão de metano para a atmosfera. A iniciativa possui capacidade estimada de geração anual de aproximadamente 480 mil créditos de carbono, provenientes da redução das emissões desse gás de efeito estufa[1]. [1]Informação não revisada pelos auditores independentes da Companhia. Em 29 de julho de 2025, foi concluído o registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque Paulínia junto à Verra - organização de referência global no mercado voluntário de carbono, reconhecida internacionalmente pelo seu elevado rigor técnico na certificação de créditos[1]. [1]Informação não revisada pelos auditores independentes da Companhia. O projeto possui capacidade estimada de geração anual superior a 1 milhão de créditos de carbono, configurando-se como o maior projeto da Companhia nesse segmento até o momento. O primeiro período creditício teve início em 1º de novembro de 2022 e poderá ser renovado por até duas vezes, totalizando um período máximo de 21 anos de geração de créditos[1]. [1]Informação não revisada pelos auditores independentes da Companhia. Em 18 de fevereiro de 2026, o projeto de créditos de carbono do Ecoparque São Gonçalo foi registrado junto à Gold Standard, certificadora internacional reconhecida pelo elevado rigor técnico na validação de créditos de carbono e por seus critérios de elegibilidade que asseguram qualidade, integridade ambiental e geração de benefícios socioambientais[1]. [1]Informação não revisada pelos auditores independentes da Companhia. O projeto apresenta capacidade estimada de geração anual superior a 700 mil créditos de carbono. Além disso, recebeu rating A (ex ante) da BeZero, avaliação independente realizada antes do registro do projeto, baseada na análise de sua estrutura técnica, adicionalidade e integridade ambiental, o que reforça sua solidez e alinhamento às melhores práticas do mercado de carbono[1]. [1]Informação não revisada pelos auditores independentes da Companhia. Este é o sexto projeto de créditos de carbono da Orizon registrado no mercado voluntário, demonstrando o compromisso da companhia com iniciativas sustentáveis e com a promoção de impactos ambientais positivos, em consonância com as principais práticas globais de mitigação das mudanças climáticas[4]. [4]nformação não revisada pelos auditores independentes da Companhia. OCPC 10 - Créditos de Carbono, Permissões de Emissões e Créditos de Descarbonização (CBIO) - Adoção Inicial: Em conformidade com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC 10 - "Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIO)", a Companhia avaliou os impactos decorrentes da adoção inicial desta norma em 2025, com o objetivo de assegurar a adequada representação contábil dos ativos e transações relacionados a instrumentos de mercado de carbono. A OCPC 10 tem como propósito estabelecer diretrizes contábeis para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização no contexto das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS. Após análise técnica e aplicação do julgamento contábil apropriado, a Companhia identificou os seguintes principais efeitos decorrentes da adoção inicial da referida orientação: • Capitalização de Gastos: Os dispêndios incorridos relacionados à geração e comercialização dos créditos de carbono são inicialmente reconhecidos como ativos intangíveis, em conformidade com os critérios estabelecidos no CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, à medida que atendem aos requisitos de identificabilidade, controle e geração de benefícios econômicos futuros. Tais valores são capitalizados até o momento da emissão formal dos créditos pelos órgãos reguladores competentes. Após a emissão, os ativos são reclassificados para estoques, conforme previsto no CPC 16 (R1) - Estoques, sendo mantidos nesta rubrica até sua efetiva comercialização. A realização desses saldos ocorre no momento da venda, com o reconhecimento da receita de acordo com os critérios do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. • Reconhecimento da Receita: A receita proveniente da venda de créditos de carbono será reconhecida somente quando

*continua...*

ORIZON
VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS

# Orizon Valorização de Resíduos S.A.

**CNPJ: 11.421.994/0001-36**

**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, em 30 de junho de 2026** - (Em milhares de reais)

atendidos os critérios de reconhecimento estabelecidos pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, especialmente no que se refere à transferência do controle dos ativos ao comprador. Isso ocorrerá apenas após o registro formal dos créditos no órgão regulador competente e assinatura de contrato definitivo com a contraparte, assegurando a transferência de todos os riscos e benefícios significativos. A adoção da OCPC 10 está sendo efetuada de forma prospectiva, em conformidade com as diretrizes do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, não resultando, portanto, em reclassificações ou ajustes nos saldos de abertura das demonstrações financeiras referentes aos períodos anteriores à adoção. A Companhia continuará monitorando a evolução regulatória e técnica relacionada ao mercado de carbono e seus desdobramentos contábeis, ajustando suas práticas conforme necessário para garantir conformidade às normas vigentes e à fiel representação da sua posição patrimonial e de desempenho econômico-financeiro. Os efeitos nas informações contábeis intermediárias estão descritos abaixo: • Durante a geração dos créditos que serão comercializados - Os gastos incorridos serão registrados no ativo intangível e mantidos nesta rubrica até que ocorra o registro dos créditos gerados; • Após certificação dos créditos gerados - Os gastos incorridos são reclassificados do ativo intangível para a rubrica de estoque; • Após a comercialização - Os créditos comercializados são reconhecidos na rubrica de receitas operacionais no resultado do exercício, enquanto os gastos incorridos presentes no estoque são baixados ao resultado no mesmo período. O saldo registrado no ativo intangível em 30 de junho de 2026 foi de R$11.859.

## 7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos e contribuições a recuperar:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| **Impostos a recuperar** | 30/06/2026 | 31/12/2025 | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) (1) | 15.450 | 3.706 | 169.757 | 48.918 |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (1) | 91 | 2 | 8.983 | 2.080 |
| Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) | - | - | 11.331 | 3.236 |
| Programa de Integração Social (PIS) (1) | - | - | 8.480 | 957 |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (1) | - | - | 21.624 | 3.985 |
| Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) | - | - | 133 | 119 |
| Outros impostos a recuperar | 8 | 8 | 1.725 | 918 |
| Subtotal - tributos federais | 15.549 | 3.716 | 222.033 | 60.213 |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) | - | - | 2.323 | 234 |
| Subtotal - tributos estaduais | - | - | 2.323 | 234 |
| Imposto sobre Serviços (ISS) (2) | - | - | 6.061 | 6.719 |
| Subtotal - tributos municipais | - | - | 6.061 | 6.719 |
| Total | 15.549 | 3.716 | 230.417 | 67.166 |

(1) Os saldos apresentados referem-se principalmente (i) aos impostos retidos na fonte pelos clientes, os quais são discriminados nas notas fiscais de prestação de serviços, e (ii) impostos retidos das aplicações financeiras e retenções de impostos municipais na prestação de serviços, os quais são discriminados nas notas fiscais. (2) O saldo apresentado refere-se à retenção de impostos municipais na prestação de serviços, os quais são discriminados nas notas ficais.

b) Impostos e contribuições a recolher:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| **Impostos a recolher** | 30/06/2026 | 31/12/2025 | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
| Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) | 3 | 3 | 2.579 | 2.860 |
| Imposto de renda retido na fonte (IRRF) | - | - | 463 | 438 |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) | 213 | 304 | 95.810 | 13.460 |
| Programa de Integração Social (PIS) | 35 | 50 | 21.663 | 2.615 |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) | - | - | 47.957 | 2.415 |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) | - | - | 120.957 | 3.606 |
| Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) | - | - | 35.283 | 8.265 |
| Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços (ICMS) | - | - | 2.172 | 1.484 |
| IOF | 767 | 767 | 769 | 763 |
| Outros impostos (*) | 54 | 1.146 | 16.266 | 9.118 |
| Total | 1.072 | 2.270 | 343.919 | 45.024 |

O saldo de COFINS, PIS, ISS, IRPJ e CSLL apresentado em impostos e contribuições a recolher contempla, substancialmente, a reclassificação de tributos diferidos oriundos da Vital. Dessa forma, o aumento do saldo em relação ao exercício anterior decorre, principalmente, dessa reclassificação contábil, não representando exclusivamente obrigações tributárias correntes a serem liquidadas no curto prazo. Passivos fiscais diferidos sobre diferenças temporais serão realizados, quando da ocorrência dos correspondentes fatos geradores. Com base nas projeções de resultado elaboradas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a expectativa de realização dos referidos créditos tributários ocorrerá a partir de julho de 2026; (*) Nesta rubrica estão alocados principalmente os impostos provisionados para os serviços a faturar. *SUDENE - Incentivo fiscal obtido:* Em dezembro de 2023, a Companhia através de algumas de suas controladas, recebeu da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), órgão vinculado ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, aprovação do enquadramento referente ao incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais em favor da filial da OMA em Jaboatão dos Guararapes-PE, UTM Jaboatão dos Guararapes Ltda., Foxx URE-JP Ambiental S.A., SPE Maceió Ambiental S.A. e Rosário do Catete Ambiental S.A.. Os referidos incentivos fiscais encontram-se vigentes e concedem redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) pelo prazo de 10 (dez) anos, contados a partir do exercício social de 2023. A Companhia protocolou, perante a Receita Federal do Brasil, o pedido de reconhecimento do direito à referida redução do IRPJ, com base nos laudos de enquadramento emitidos pela SUDENE. *SUDAM - Incentivo fiscal obtido:* A Companhia através de suas controladas Centro de Gerenciamento de Resíduos Cuiabá Ltda. (CGR Cuiabá) e CTR Porto Velho, obteve reconhecimento pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) para usufruto de incentivo fiscal que concede redução de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) pelo prazo de 10 (dez) anos, com início a partir do exercício social de 2024 (CGR Cuiabá) e 2025 (CTR Porto Velho). Os laudos de enquadramento foram emitidos pela SUDAM em dezembro de 2024 (CGR Cuiabá) e dezembro de 2025 (CTR Porto Velho). A Companhia protocolou junto à Receita Federal do Brasil os pedidos formais de reconhecimento do direito à redução do IRPJ, instruídos com os laudos expedidos pela SUDAM. Houve o reconhecimento por parte da Receita Federal para a CGR Cuiabá através da publicação do Ato Declaratório 034833712 em 11 de agosto de 2025 com efeito retroativo a partir de 01 de janeiro de 2024. Em relação a CTR Porto Velho o pedido encontra-se em análise. c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do período: A conciliação entre o valor dos encargos tributários apurados conforme alíquotas nominais e o valor registrado no resultado consolidado da Companhia para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025 é como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2026 | 30/06/2025 | 30/06/2026 | 30/06/2025 |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | 7.637 | 17.524 | 73.480 | 36.964 |
| Alíquota nominal combinada | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Despesa de IRPJ/CSLL à alíquota fiscal vigente | (2.597) | (5.958) | (24.983) | (12.568) |
| Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva | | | | |
| Equivalência patrimonial | 8.317 | 22.333 | (1.645) | 1.957 |
| Doações | - | - | 1.020 | 1.005 |
| Multa e juros | 206 | 123 | 1.776 | 1.616 |
| Benefício de incentivos fiscais (1) | - | - | (2.548) | - |
| Investidas tributadas no lucro presumido | - | - | (2.560) | (5.626) |
| Créditos tributários constituídos (não constituídos) e redução de passivo fiscal diferido | (5.926) | (16.498) | (15.567) | (148) |
| Total do Imposto de renda e contribuição social | - | - | (44.507) | (13.764) |
| Alíquota efetiva (*) | 0% | 0% | -61% | -37% |
| Imposto de renda e contribuição social - Corrente | - | - | (47.185) | (15.069) |
| Imposto de renda e contribuição social - Diferido | - | - | 2.678 | 1.305 |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 01/04/2026 a 30/06/2026 | 01/04/2025 a 30/06/2025 | 01/04/2026 a 30/06/2026 | 01/04/2025 a 30/06/2025 |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | (11.480) | 23.846 | 38.601 | 32.498 |
| Alíquota nominal combinada | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Despesa de IRPJ/CSLL à alíquota fiscal vigente | 3.903 | (8.108) | (13.124) | (11.049) |
| Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva | | | | |
| Equivalência patrimonial | 4.915 | 16.311 | (1.488) | 536 |
| Doações | - | - | 481 | - |
| Multa e juros | 107 | 65 | 1.156 | 797 |
| Benefício de incentivos fiscais (1) | - | - | (1.193) | 2.560 |
| Investidas tributadas no lucro presumido | - | - | 1.524 | (5.626) |
| Créditos tributários constituídos (não constituídos) e redução de passivo fiscal diferido | (8.592) | (8.268) | (19.606) | 7.041 |
| Total do Imposto de renda e contribuição social | 333 | - | (32.250) | (5.741) |
| Alíquota efetiva (*) | -3% | 0% | -84% | -18% |
| Imposto de renda e contribuição social - Corrente | 333 | - | (32.267) | (6.245) |
| Imposto de renda e contribuição social - Diferido | - | - | 17 | 504 |

(*) O cálculo da alíquota efetiva está diretamente impactado pelos efeitos das controladas indiretas tributadas pelo regime do lucro presumido e pelos créditos não constituídos sobre o prejuízo fiscal da Companhia.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos são como abaixo:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| **Ativo** | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
| Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social | 743.989 | 493.171 |
| Diferenças temporárias | | |
| Provisão de créditos para liquidação duvidosa | 56.299 | 48.917 |
| Provisão para contingências | 43.378 | 4.970 |
| Créditos tributários não constituídos por alcançar o limite de recuperabilidade | (724.041) | (421.465) |
| | 119.625 | 125.593 |
| **Passivo** | | |
| Diferenças temporárias | | |
| Aproveitamento do ágio gerado nas aquisições incorridas entre 2006 e 2009 | (21.417) | (21.417) |
| Ajuste a valor presente | (12.863) | (21.851) |
| Aquisição Vital - Mais Valia (*) | (594.558) | - |
| | (628.838) | (43.268) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) | (509.213) | 82.325 |

(*) Refere-se ao imposto diferido passivo sobre a mais-valia de ativos tangíveis e intangíveis, identificados no processo de alocação do preço de compra (PPA) em combinações de negócios (Transação Vital ) com realização vinculada à amortização dos respectivos ativos, sem efeito caixa.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos: Para cálculo da expectativa de compensação de impostos com prejuízos fiscais e base negativa, foram adotadas premissas baseadas no plano de negócios da Companhia e na projeção de lucro tributável dos próximos anos, levando-se em consideração realização de reestruturações societárias realizadas e esperadas para a Orizon Meio Ambiente, realização de valor justo da operação de debêntures entre Orizon Valorização de Resíduos e sua controlada Orizon Meio Ambiente, com realização dos efeitos de valor justo apurados na origem da transação, além de melhoria na performance operacional com consequente aumento de base tributável. Visando a melhor eficiência operacional e administrativa, a Companhia tem interesse de incorporar as empresas recém-adquiridas na Orizon Meio Ambiente, por isso não constituiu passivo fiscal diferido sobre os valores justos alocados. A Administração considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, estão aderentes ao plano de negócios da Companhia. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com o CPC 32/IAS 12, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados conforme abaixo:

| | |
|---|---|
| 2027 | 20.022 |
| 2028 | 23.133 |
| 2029 | 26.545 |
| 2030 | 30.697 |
| 2031 em diante | 19.228 |
| Total | 119.625 |

Os prejuízos fiscais e as bases negativas do imposto de renda e da contribuição social não possuem prazo de prescrição para fins de compensação. Contudo, sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável do exercício em que houver a compensação. O passivo fiscal diferido registrado pela controlada Orizon Meio Ambiente se refere ao efeito de 34% sobre a dedutibilidade fiscal das parcelas de amortização fiscal dos ágios, cuja amortização cessou contabilmente a partir do exercício de 2009. Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos e são como segue:

*Ativo fiscal diferido (Consolidado):*

| | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2026 | | | 31/12/2025 | | |
| | Ativo Diferido | Passivo Diferido | Efeito líquido | Ativo Diferido | Passivo Diferido | Efeito líquido |
| Orizon Meio Ambiente (*) | 119.625 | (628.838) | (509.213) | 125.593 | (43.268) | 82.325 |
| Orizon | 19.946 | (19.946) | - | 19.946 | (19.946) | - |

(*) Em 30 de junho de 2026, a Companhia possuía passivo fiscal diferido constituído sobre ajuste a valor justo da operação da 5ª emissão de debêntures, na controladora e sobre ajustes a valor presente do empréstimo junto ao Banco Bradesco e dívida pela aquisição da Estre, no consolidado.

e) PIS e COFINS diferidos: Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui registrado PIS (0,65%) e COFINS (4%) diferidos sobre o efeito reconhecido no resultado originado pela operação com o FIDC NP.

| | Controladora e Consolidado | |
|---|---|---|
| **Descrição** | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
| Instrumento financeiro mensurado a valor justo | 58.665 | 58.665 |

## 8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os detalhes das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir:

| **Partes relacionadas - Ativo** | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 30/06/2026 | 31/12/2025 | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
| Orizon Meio Ambiente (1) | Controlada | 89.889 | 215.117 | - | - |
| Foxx Holding (1) | Controlada | 102.005 | 104.393 | - | - |
| CTR Nova Iguacu (1) | Controlada | 1.830 | 1.829 | - | - |
| Orizon Energia e Gás Renovável | Controlada | 79.075 | - | - | - |
| CGR Cuiabá | Controlada | 125 | 125 | - | - |
| Orizon Economia Circular | Controlada | 1.283 | 1.103 | - | - |
| Consorcio Orizon Tera | Controlada | - | - | 3.810 | 3.247 |
| Metropolitana Serviços Ambientais | Controlada | 278 | 278 | 3.223 | 2.983 |
| LS Participações (2) | Coligada | - | - | 9.042 | 7.447 |
| Ecofort Amazon | Coligada | - | - | 22.711 | 23.681 |
| Gera | Coligada | - | - | 153 | 153 |
| Consórcio Paraiba ASJA FOXX | Controlada | - | - | 838 | 105 |
| Consorcio Pernambuco ASJA OMA | Controlada | - | - | 12.241 | 1.890 |
| Transportes Vigia Sociedad por Acciones Simplificada S.A. S | Coligada | - | - | 400 | - |
| Adiantamento A Acionistas | Coligada | - | - | 2.008 | - |
| Vital Ambiental | Controlada | 474.347 | - | - | - |
| Orbis Ambiental | Controlada | 25.068 | - | - | - |
| Gbio Energia | Controlada | 79.322 | - | - | - |
| Total | | 853.222 | 322.845 | 54.426 | 39.506 |
| Circulante | | - | - | 400 | - |
| Não circulante | | 853.222 | 322.845 | 54.026 | 39.506 |

(1)Os saldos referem-se a transações de conta corrente para manutenção do capital de giro. (2) Os saldos referem-se a transações de conta corrente com acionista não controlador da Foxx Ure-JP e a LS Participações.

| **Partes relacionadas - Passivo** | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 30/06/2026 | 31/12/2025 | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
| CTRBM (1) | Controlada | 18.113 | 18.113 | - | - |
| CTR Alcântara (1) | Controlada | 8.632 | 8.633 | - | - |
| Barueri Energia (1) | Controlada | - | - | - | - |
| Foxx Inova (1) | Controlada | 11.670 | 11.670 | - | - |
| FOXX URE-JP | Controlada | 3.266 | 3.266 | - | - |
| Orizon Energia e Gás Renovavel (1) | Controlada | - | 22.831 | - | - |
| H.S.Beserra Construções e Serviços | Coligada | - | - | 117 | 117 |
| Consorcio Pernambuco Asja Oma | Controlada | - | - | 13.446 | 2.434 |
| Consórcio Paraiba ASJA FOXX | Controlada | - | - | 2.381 | 91 |
| Consorcio Orizon Tera | Controlada | - | - | 94 | - |
| Vamtec Haztec | Controlada | - | - | 334 | 334 |
| UTE Paulínia | Controlada | - | - | 11.941 | 9.291 |
| EMTR - Empr. Metrop. Tratamento de Resid | Coligada | - | - | 1.053 | - |
| Dividendos A Pagar | Coligada | - | - | 161.618 | - |
| Total | | 41.681 | 64.513 | 190.984 | 12.267 |
| Circulante | | - | - | 6692 | - |
| Não circulante | | 41.681 | 64.513 | 184.292 | 12.267 |

(1) Os saldos referem-se a transações de conta corrente para manutenção do capital de giro.

Transações de Conta-Corrente: Os saldos com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a contas correntes sem incidência de juros, prazo de vencimento indeterminado e sem garantias. A liquidação dos saldos gera efeito nos saldos de bancos e nas contas patrimoniais de partes relacionadas, não havendo impacto no resultado. Afim de evitar a imprevisibilidade de entradas de recursos frente às obrigações, o grupo econômico passou a realizar operações de "conta corrente" para que a Companhia, suas controladas e subsidiárias pudessem atingir seu objeto social e preservar os interesses das empresas, bem como honrar com suas obrigações financeiras contratadas e, logo, evitar qualquer inadimplência e/ou descumprimento de obrigações legais e contratuais que poderiam resultar em efeitos financeiros adversos para o grupo econômico da Companhia e, consequentemente, para seus acionistas. As transações identificadas como "conta corrente" não são entendidas pela Companhia como um contrato de mútuo específico sobre determinado valor recebido, no qual o mutuário assume a obrigação de restituí-lo em igual quantidade, qualidade e gênero. Tal transação, no entendimento da Companhia, ocorre em regime de conta corrente, onde a premissa é o estabelecimento de um fluxo financeiro sem condições pré-definidas, sendo realizada conforme necessidade de capital de giro. Adicionalmente, a gestão dos recursos e fluxos de caixa das empresas do grupo econômico da Companhia encontram-se sob a mesma política e gestão financeira, cabendo aos membros executivos a tomada final de decisão sobre a melhor alocação dos recursos de acordo com as necessidades supracitadas. Nestas operações não há reconhecimento de perda e/ou expectativa de perda ou quaisquer formalizações de garantias em razão do fato de que as empresas do Grupo estão sob a mesma gestão econômico-financeira. Adicionalmente, a Companhia possui debêntures a pagar para a controlada Orizon Meio Ambiente com seus respectivos efeitos no resultado do período, detalhados na Nota 13. As transações de prestação de serviços entre as empresas do Grupo, são eliminadas no consolidado do resultado, não gerando efeitos nos montantes apresentados. Remuneração do pessoal-chave da Administração: A Companhia considera como "Pessoal-chave da Administração" somente os integrantes da sua diretoria estatutária e os membros do Conselho de Administração. Em 30 de junho de 2026 e 2025, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi resumida como segue:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| **Ativo** | 30/06/2026 | 30/06/2025 |
| Remuneração do pessoal-chave da Administração | 5.916 | 4.538 |

Outros: A Companhia não possui obrigações adicionais de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil. Eventuais benefícios adicionais à alta administração, quando existentes, são tratados e aprovados caso a caso pelos órgãos competentes da Companhia. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global e anual da remuneração dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

## 9. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

a) Outros ativos:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2026 | 31/12/2025 | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
| Adiantamento de outorgas (1) | - | - | 5.850 | 5.850 |
| Adiantamentos a funcionários (2) | 5 | 1 | 6.371 | 4.915 |
| Adiantamentos a fornecedores (3) | 2.428 | 1.744 | 124.633 | 32.011 |
| Despesas antecipadas - Aquisição de novos negócios (4) | 120 | 120 | 13.934 | 10.205 |
| Estoques (5) | - | - | 462 | 15.202 |
| Seguros (6) | 224 | 287 | 5.695 | 4.849 |
| Precatórios a receber (7) | - | - | 158.771 | - |
| Outros (8) | 661 | 554 | 53.982 | 7.103 |
| Total | 3.438 | 2.706 | 369.698 | 80.135 |
| Circulante | 3.438 | 2.706 | 201.152 | 74.018 |
| Não circulante | - | - | 168.546 | 6.117 |

(1) Refere-se ao adiantamento de outorgas futuras à Prefeitura Municipal de São Gonçalo via abatimento no montante fixo mensal de R$65 nas faturas emitidas contra a mesma, para compensações futuras de outorgas sobre receita de venda de créditos de carbono, conforme previsto no contrato de concessão. Considerando que a geração de créditos de carbono teve início em 2016, os valores deverão começar a ser realizados após a finalização da perícia judicial sobre os valores pleiteados, a receber, junto a Prefeitura Municipal de São Gonçalo (Nota 1). (2) Refere-se, substancialmente, a saldos de adiantamentos a funcionários (salários, férias, viagens, dentre outros). (3) Refere-se principalmente a valores de adiantamento a fornecedores de serviços, seguros patrimoniais e saúde. (4) Referente ao projeto Pirapora R$ 6.013. Além deste, ocorreram outros aportes em função de avaliação para aquisição de novos investimentos. (5) Os saldos de estoques de uso de consumo das UTEs Jaboatão e Paraíba, adquiridas em setembro de 2024, foram alocados nesta rubrica. (6) Refere - se aos seguros da companhia, sendo o de maior valor o da Orizon Barueri no montante de R$2.340. (7) Principalmente da controlada indireta CTRNI, que possui o montante de R$4.596 provisionado na rubrica de contingência, referente potencial cobrança de ICMS sobre comercialização de biogás. Em contrapartida, foi registrado ativo no mesmo montante, uma vez que este imposto seria adicionado ao preço final em caso de incidência real sobre a operação. (8) A controlada Vital Engenharia possui créditos judiciais registrados como Precatórios a Receber, no montante de R$158.771, reconhecidos com base nos critérios estabelecidos pelos Tribunais de Justiça competentes, em conformidade com a Resolução CNJ nº 303/2019 e com as disposições da Emenda Constitucional nº 113/2021, que estabeleceu a atualização desses créditos pela Taxa SELIC a partir de 9 de dezembro de 2021. Os referidos créditos decorrem de direitos reconhecidos judicialmente, cuja expectativa de realização ocorre no longo prazo, estimada, com base na avaliação da Administração, entre 8 e 12 anos.

Dada a natureza desses ativos, o prazo estimado de realização e as incertezas inerentes ao fluxo de pagamento por parte dos entes públicos devedores, a Administração avaliou a necessidade de reconhecimento de perdas esperadas, em conformidade com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

A análise de recuperabilidade considera, principalmente: histórico de pagamento dos entes devedores; • a classificação dos precatórios (alimentares e comuns); • a estimativa atualizada do prazo efetivo de recebimento; • a aplicação de taxa de desconto compatível com o valor do dinheiro no tempo e com o risco de crédito do ativo. A Administração reavalia periodicamente a expectativa de realização desses créditos, com base em informações processuais atualizadas, incluindo alterações na ordem cronológica de pagamento, decisões judiciais relevantes e mudanças no ambiente institucional. Eventuais revisões nas premissas adotadas podem resultar em impactos relevantes na mensuração desses ativos. A seguir, apresentam-se os resumos por região (Ipatinga e Natal), conforme o modelo institucional, destacando natureza dos créditos, evolução processual, valores registrados e eventos relevantes. **Ipatinga (MG):** Os créditos desta região decorrem do Contrato nº 001/2001, referente a serviços prestados entre 2011 e 2020. As ações judiciais originaram quatro precatórios, inscritos em 14/03/2024 sob os números 326, 327, 328 e 329, classificados como precatórios comuns do Regime Especial do TJMG. Segundo o SIGPRE/TJMG, os processos ocupam as posições 326 a 329, com expectativa média de recebimento em aproximadamente 8 anos. **Natal (RN):** Os créditos desta região decorrem dos Contratos nº 001/2013, 011/2014 e 005/2015, referentes a serviços prestados entre 2013 e 2019. As ações judiciais originaram quatro precatórios, inscritos em 01/03/2023 sob os números 2022, 2025, 2026 e 2030, classificados como precatórios comuns do Regime Especial do TJRN. Segundo o SIGPRE/TJRN, os processos ocupam as posições 2022, 2025, 2026 e 2030, com expectativa média de recebimento em aproximadamente 12 anos. Em 30/06/2026, o saldo registrado em **Precatórios a Receber** compreendia o valor principal e a atualização monetária acumulada. Não houve recebimentos no período.

b) Outros passivos:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2026 | 31/12/2025 | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
| Aquisições a pagar (1) | - | - | 16.490 | 1.606 |
| Outros títulos a pagar (2) | 12 | 14 | 18.215 | 6.369 |
| Provisão para fechamento de aterro (3) | - | - | 58.593 | 36.877 |
| Total | 12 | 14 | 93.298 | 44.852 |
| Circulante | 12 | 14 | 33.526 | 5.599 |
| Não circulante | - | - | 59.772 | 39.253 |

(1) Refere-se a saldo em aberto pelas aquisições da CGR Cuiabá e CGR Ambiental. (2) Refere-se principalmente a montantes originados de acordos com fornecedores judiciais cujos pagamentos estão parcelados. (3) Refere-se à valores provisionados para fechamento de aterros.

A provisão para fechamento de aterro está relacionada às obrigações ambientais das investidas, referentes ao fechamento dos aterros e aos cuidados posteriores, conforme a NBR nº 13.896/1997. As controladas reconhecem, como provisão, o valor presente dos gastos futuros estimados para a área explorada. Mudanças de circunstâncias, legislação ou tecnologia podem afetar essas estimativas, que são revisadas periodicamente e ajustadas quando necessário. A provisão é apresentada no passivo não circulante, de acordo com o cronograma previsto para a realização das atividades de desmobilização. A provisão para desmobilização e fechamento dos aterros (Asset Retirement Obligation - ARO) foi constituída com base nas informações fornecidas pelos engenheiros da Companhia e na experiência anterior, em conformidade com a NBR nº 13.896/1997.

## 10. INVESTIMENTOS

A movimentação dos investimentos para 30 de junho de 2026 e dezembro de 2025 é como segue:

| | Controladora | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Investimento** | 31/12/2025 | Aquisições/ Reclassificações | Equivalência patrimonial | 30/06/2026 |
| Orizon Meio Ambiente | 786.401 | - | 24.400 | 810.801 |
| Foxx Holding | 83.931 | - | 6.755 | 90.686 |
| Orizon Energia | 210.498 | - | (13.780) | 196.718 |
| Orizon Compostagem | 2.170 | - | 211 | 2.381 |
| CTR Nova Iguaçu | 1.226 | - | 9 | 1.235 |
| UTM Jaboatão | 503 | - | (110) | 393 |
| Vital Ambiental | - | 318.292 | 8.230 | 326.522 |
| Orbis Ambiental | - | 42.632 | 1.047 | 43.679 |
| Gbio Energia | - | 11.007 | (2.300) | 8.707 |
| Ágio aquisição Vital | - | 1.876.160 | - | 1.876.160 |
| Mais valia aquisição Vital | - | 1.748.699 | - | 1.748.699 |
| Total | 1.084.729 | 3.996.790 | 24.462 | 5.105.981 |

| **Investimento** | 31/12/2024 | Reclassificações/ Dividendos | Resultados abrangentes | Equivalência patrimonial | 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|---|
| Orizon Meio Ambiente | 763.818 | (1) | (4.450) | 27.034 | 786.401 |
| Foxx Holding | 75.721 | - | - | 8.210 | 83.931 |
| Orizon Energia | 129.134 | 1 | - | 81.363 | 210.498 |
| Orizon Compostagem | 1.238 | - | - | 932 | 2.170 |
| Outros | - | (1.273) | 1.273 | - | - |
| CTR Nova Iguaçu | - | 1.244 | - | (18) | 1.226 |
| UTM Jaboatão | - | 646 | - | -143 | 503 |
| Total | 969.911 | 617 | (3.177) | 117.378 | 1.084.729 |

| | Consolidado | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Investimento** | 31/12/2025 | Aquisições | Reclassificações/ Dividendos | Equivalência patrimonial | 30/06/2026 |
| Ses Haztec | (158) | - | - | - | (158) |
| Vamtec Haztec | 2.490 | - | - | 25 | 2.515 |
| UTE Paulínia | 15.077 | - | - | (1.904) | 13.173 |
| CTR Metropolitana | 15.873 | - | - | 1.020 | 16.893 |
| CTR Santa Luzia | 38.621 | - | 36 | 1.454 | 40.111 |
| Biometano Verde Paulínia | 45.400 | - | - | (5.321) | 40.079 |
| Vios Engenharia Ambiental S/A | - | 1 | - | - | 1 |
| Higia Ambiental S/A | - | 1 | - | - | 1 |
| CMTR Central Metropolitana De Trat. Resi | - | 20.432 | - | (39) | 20.393 |
| GA Energia S/A | - | 2.567 | - | (74) | 2.493 |
| G2U Juiz De Fora Energia S/A | - | 6.747 | - | - | 6.747 |
| G2U Ipatinga Energia S/A | - | 5 | - | - | 5 |
| Outros investimentos | - | - | 128 | - | 128 |
| Total | 117.303 | 29.753 | 164 | (4.839) | 142.381 |

| | Consolidado | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Investimento** | 31/12/2024 | Reclassificações/ Dividendos | Outros resultados | Equivalência patrimonial | 31/12/2025 |
| Ses Haztec | (158) | - | - | - | (158) |
| Vamtec Haztec | 1.931 | 417 | - | 142 | 2.490 |
| UTE Paulínia | 9.064 | (2.281) | - | 8.294 | 15.077 |
| CTR Metropolitana serviços | 14.764 | (163) | - | 1.272 | 15.873 |
| CTR Santa Luzia | 36.958 | (128) | - | 1.791 | 38.621 |
| Biometano Verde Paulínia | 50.084 | - | - | (4.684) | 45.400 |
| Total | 112.643 | (2.155) | - | 6.815 | 117.303 |

Composição do saldo: Abaixo, resumo das demonstrações Financeiras das controladas diretas e indiretas, controladas indiretas em conjunto e coligada indireta:

| **Investimento** | Patrimônio líquido em: | | Resultado do período findo em: | |
|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2026 | 31/12/2025 | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
| **Orizon Meio Ambiente** | 810.801 | 786.401 | 24.400 | 22.641 |
| **Foxx** | 90.686 | 83.931 | 6.755 | 2.011 |
| **Vamtec Haztec (i)** | 5.030 | 4.981 | 50 | 497 |
| **Ses Haztec (i)** | (315) | (315) | - | - |
| **UTE Paulínia (ii)** | 39.523 | 27.192 | (5.713) | 16.013 |
| **CTR Metropolitana Serviços (iii)** | 33.786 | 31.746 | 2.040 | 104 |
| **Orizon Energia** | 196.718 | 210.499 | (13.780) | 40.452 |
| **Biometano Verde Paulínia (v)** | 81.794 | 92.644 | (10.859) | (1.413) |
| **CTR Santa Luzia (iv)** | 80.222 | 74.186 | 2.908 | 1.623 |
| **Economia Circular** | 2.381 | 2.170 | 211 | 581 |
| **Vios Engenharia Ambiental S/A** | 1 | - | - | - |
| **Higia Ambiental S/A** | 1 | - | - | - |
| **CMTR Central Metropolitana De Trat. Resi** | 45.318 | - | (87) | - |
| **Ga Energia S/A** | 5.088 | - | (151) | - |
| **G2U Juiz De Fora Energia S/A** | 13.494 | - | - | - |
| **G2U Ipatinga Energia S/A** | 10 | - | - | - |

(i) A Ses Haztec não possui resultados para o período e exercício apresentados. Adicionalmente, o resultado da Vamtec Haztec já foi reconhecido na Orizon Meio Ambiente, a qual detém participação de 50% nesta investida, tendo efeito apenas no consolidado da ORIZON. (ii) A controlada Orizon Meio Ambiente possui participação de 33,33% na UTE Paulínia. (iii) A controlada indireta Orizon Metropolitana possui participação de 50% na CTR Metropolitana Serviços. (iv) A controlada Orizon Meio Ambiente possui participação de 50% na CTR Santa Luzia. (v) A controlada Orizon Meio Ambiente possui participação de 49% na Biometano Verde Paulínia.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2026 | 31/12/2025 | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
| Investimentos | 3.824.380 | 1.084.729 | 142.539 | 117.461 |
| Provisão para perdas em investimentos | - | - | (158) | (158) |
| Total, líquido | 3.824.380 | 1.084.729 | 142.381 | 117.303 |

## 11. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

| | Consolidado | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Imobilizado, líquido** | Terrenos | Veículos | Benfeitorias em imóveis de terceiros (1) | Edificações | Móveis e utensílios | Máquinas e equipamentos | Instalações (2) | Mais Valia | Total |
| Custo | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 38.149 | 8.852 | 10.100 | 579 | 8.611 | 199.159 | 2.271.828 | 81.158 | 2.618.436 |
| Adições | - | 951 | - | - | 696 | 2.527 | 617.387 | 467 | 622.028 |
| Saldo oriundo de aquisições de empresas | - | 1.394 | - | - | - | 607 | 7.996 | - | 9.997 |
| Baixas | (1.106) | (2.404) | (3.556) | - | (3.058) | (14.575) | (9.703) | - | (34.402) |
| Reclassificações | - | - | - | - | - | - | (2.281) | - | (2.281) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 37.043 | 8.793 | 6.544 | 579 | 6.249 | 187.718 | 2.885.227 | 81.625 | 3.213.778 |
| Incorporação Grupo Vital | 58.480 | 285.624 | 17.585 | 6.512 | 5.201 | 144.093 | 474.808 | 5.162 | 997.465 |
| Adições | - | 403 | 10 | - | 310 | 1.315 | 409.320 | 327.214 | 738.572 |
| Baixas | - | (1.677) | - | - | (3) | (129) | (1.023) | - | (2.832) |
| Reclassificação | - | - | (214) | - | (426) | 711 | 1.002 | - | 1.073 |
| Saldo em 30 de junho de 2026 | 95.523 | 293.143 | 23.925 | 7.091 | 11.331 | 333.708 | 3.769.334 | 414.001 | 4.948.056 |
| Depreciação acumulada | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | - | (8.621) | (8.984) | (243) | (5.564) | (98.429) | (917.779) | (22.547) | (1.062.167) |
| Adições | - | (395) | (110) | (23) | (438) | (10.557) | (95.906) | (7.240) | (114.669) |
| Saldo oriundo de aquisições de empresas | - | (435) | - | - | - | (48) | (207) | - | (690) |
| Baixas | - | 2.404 | 2.809 | - | 2.230 | 8.863 | 18.991 | - | 35.297 |
| Reclassificações | - | - | - | - | - | - | (1.024) | - | (1.024) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | - | (7.047) | (6.285) | (266) | (3.772) | (100.171) | (995.925) | (29.787) | (1.143.253) |
| Incorporação Grupo Vital | - | (172.938) | (8.675) | (1.067) | (3.745) | (78.565) | (157.144) | - | (422.134) |
| Adições | - | (3.277) | (68) | (33) | (224) | (6.514) | (67.401) | (3.178) | (80.695) |
| Baixas | - | 1.687 | - | - | 2 | 127 | - | - | 1.816 |
| Reclassificação | - | 215 | 86 | 4 | 385 | 24 | 2.205 | - | 2.919 |
| Saldo em 30 de junho de 2026 | - | (181.360) | (14.942) | (1.362) | (7.354) | (185.099) | (1.218.265) | (32.965) | (1.641.347) |
| Imobilizado, líquido | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 37.043 | 1.746 | 259 | 313 | 2.477 | 87.547 | 1.889.302 | 51.838 | 2.070.525 |
| Saldo em 30 de junho de 2026 | 95.523 | 111.783 | 8.983 | 5.729 | 3.977 | 148.609 | 2.551.069 | 381.036 | 3.306.709 |

(1) De acordo com o prazo dos contratos de aluguel (média de 10% a.a.). (2)Referem-se substancialmente à construção de "células" (unidades) de tratamento de resíduos com depreciação pela vida útil de cada célula, além de investimentos nas plantas de biogás, biometano e energia.

## 12. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

| | Consolidado | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Intangível** | Licenças | Software | Marcas e Patentes | Direito de Exploração | Crédito Carbono | Ágio | Mais Valia | Total |
| Custo | | | | | | | | |
| Saldo em 1º de janeiro de 2025 | 2.225 | 7.297 | 2.764 | - | 1.611 | 54.206 | 490.827 | 558.930 |
| Adições | - | 348 | - | 21.042 | 5.352 | - | 31.831 | 58.573 |
| Baixas | - | - | (2.752) | - | (1.611) | - | - | (4.363) |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2025 | 2.225 | 7.645 | 12 | 21.042 | 5.352 | 54.206 | 522.658 | 613.140 |
| Incorporação Grupo Vital | - | 5.329 | 92 | - | - | - | 23.337 | 28.758 |
| Adições | - | 119 | - | - | 15.777 | 1.876.160 | 1.421.486 | 3.313.542 |
| Baixas | - | - | (5) | - | - | - | - | (5) |
| Saldo em 30 de junho de 2026 | 2.225 | 13.093 | 99 | 21.042 | 21.129 | 1.930.366 | 1.967.481 | 3.955.435 |
| Amortização acumulada | | | | | | | | |
| Saldo em 1º de janeiro de 2025 | (1.509) | (6.345) | (2.759) | - | (1.611) | (10.905) | (84.933) | (108.062) |
| Adições | (98) | (409) | - | - | - | - | (17.936) | (18.443) |
| Baixas | - | - | 2.752 | - | 1.611 | - | - | 4.363 |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2025 | (1.607) | (6.754) | (7) | - | - | (10.905) | (102.869) | (122.142) |
| Incorporação Grupo Vital | - | (3.096) | - | - | - | - | - | (3.096) |
| Adições | (49) | (148) | - | - | - | - | - | (197) |
| Baixas | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo em 30 de junho de 2026 | (1.656) | (9.998) | (7) | - | - | (10.905) | (102.869) | (125.435) |
| Intangível | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2025 | 618 | 891 | 5 | 21.042 | 5.352 | 43.301 | 419.789 | 490.998 |
| Saldo em 30 de junho de 2026 | 569 | 3.095 | 92 | 21.042 | 21.129 | 1.919.461 | 1.864.612 | 3.830.000 |

Perdas por redução ao valor recuperável: No mínimo uma vez ao ano, a Companhia realiza o teste do valor recuperável dos ágios *("goodwill")* gerados nas combinações de negócios através da avaliação do valor em uso, onde os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes dos impostos de forma que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa ("UGC"). O montante do ágio apurado na combinação de negócio é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Como parte do processo de encerramento das demonstrações financeira relativas ao exercício findo em 31 de dezembro 2025, a Companhia realizou a análise de perda por redução ao valor recuperável de ativos e não identificou indícios de perda do valor recuperável dos mesmos. A Companhia acredita que todas as suas estimativas são razoáveis, consistentes com os relatórios internos, negócios da Companhia e refletem as melhores estimativas da Administração. O teste de impairment, elaborado anualmente, baseia-se em uma série de julgamentos, estimativas e premissas. As premissas chaves sobre as quais a Administração baseou suas projeções do fluxo de caixa futuro, estimativas e exerceu seu julgamento, são as seguintes: • Projeção dos resultados operacionais para o primeiro ano, baseado na taxa de crescimento do ano corrente. Os fluxos são baseados nos planos estratégicos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. Este é preparado por negócio, quando aplicável, e considera fontes externas como cenários macroeconômicos do segmento de atuação, evolução do negócio, inflação, taxas de câmbio e resultados históricos da Companhia; • Projeção dos resultados operacionais para os próximos anos, com base nos resultados esperados com a captação de novos clientes, manutenção dos clientes já existentes e desenvolvimento de novas soluções para o mercado e vigência dos contratos de concessão. A Administração estima recuperar os valores de ágio investidos quando da aquisição de negócios no prazo de no mínimo 10 anos mais perpetuidade, e para tal análise utilizou como premissas as taxas de crescimento do setor, taxas de retorno sobre o investimento feito e a continuidade das

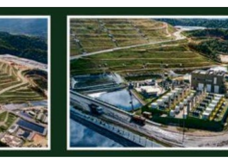
continua...

Ines249

ORIZON
VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS

# Orizon Valorização de Resíduos S.A.

**CNPJ: 11.421.994/0001-36**



**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, em 30 de junho de 2026** - (Em milhares de reais)

operações da Companhia. As considerações para o prazo mínimo considerado estão baseadas nos contratos de concessão e contratos firmados com clientes que possuem prazo superior há 10 anos. A análise de perda por redução ao valor recuperável foi efetuada pelo modelo de fluxo de caixa futuro descontado e aplicando uma taxa de desconto CMPC - Custo Médio Ponderado de Capital, conforme tabela abaixo. O fluxo de caixa futuro foi ajustado pelo risco específico do segmento das controladas da Companhia, tendo como base o risco determinado pela Administração.

| UGC | Taxa média de Crescimento | Taxa de desconto antes dos impostos | Ativos líquidos em 31/12/2025 | Metodologia Utilizada |
|---|---|---|---|---|
| Plastimassa | 5% | 15% | 16.835 | Valor em uso |
| Ecopesa(aterro de Jaboatão dos Guararapes) | 5% | 15% | 129.145 | Valor em uso |
| ETR Jardim Gramacho | 5% | 15% | 26.390 | Valor em uso |

Em 30 de junho de 2026, a Companhia não identificou necessidade de constituição para provisão de redução ao valor recuperável.

## 13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTOS

### 13.1. - Empréstimos e financiamentos

| Credor | Objeto | Vencimento | Encargos financeiros | Consolidado 30/06/2026 | Consolidado 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|---|
| Debêntures 5º Emissão (i) (k) | Debêntures | 15/11/2028 | CDI + 2,5% a.a. | **483.905** | **447.238** |
| Debêntures 6º Emissão Incentivada (i) (h.1) | Debêntures | 15/12/2039 | IPCA + 7,9283 a.a. | **207.987** | **200.842** |
| Custos com emissão de Debêntures | Debêntures | | | **(2.852)** | **(2.745)** |
| Ajuste a valor justo | | | | **(21.631)** | **(13.457)** |
| Total | | | | **667.409** | 631.878 |
| Circulante | | | | **95.915** | 64.231 |
| Não circulante | | | | **571.494** | 567.647 |

(i) Valor decorrente das debêntures da Companhia adquiridas pelo FIDC NP e integralizadas nas debêntures emitidas pela Orizon Meio Ambiente, de modo que, atualmente a OMA é credora da Companhia. Em 30 de dezembro de 2022, houve quitação da 4ª emissão e repactuação da 5ª emissão de debêntures, estendendo o prazo com novos fluxos de pagamentos, conforme detalhado nesta nota.

| Credor | Objeto | Vencimento | Encargos financeiros | Consolidado 30/06/2026 | Consolidado 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|---|
| Banco ABC do Brasil - Notas Comercias | Capital de giro | 25/09/2026<br>08/12/2026 | CDI +2,47% a.a.<br>CDI + 0,24% a.m. | **65.083** | 67.716 |
| Debêntures 4º Emissão Infra | Debêntures | 15/11/2031 | IPCA + 6,76% a.a | **281.148** | 281.738 |
| Debêntures 1º Emissão Barueri | Debêntures | 15/03/2043 | IPCA + 7,7959% a.a. | **500.491** | 466.189 |
| Debêntures 6º Emissão | Debêntures | 15/09/2035 | CDI+1,45% a.a | **449.356** | 417.400 |
| Debêntures 6º Emissão Incentivada | Debêntures | 15/12/2039 | IPCA + 7,9283 | **207.987** | 200.842 |
| Debêntures 7ª Emissão | Debêntures | 15/12/2035 | CDI +1,45 a.a | **215.836** | 200.487 |
| Debêntures 9ª Emissão (a) | Debêntures | 25/05/2028 | CDI +1,50 a.a | **151.958** | - |
| International Finance Corporation ("IFC") | Capital de giro | 15/04/2031 | CDI + 2,9% a.a. | **96.071** | 105.802 |
| Banco Safra | Capital de giro | 26/05/2026 | 8,11% a.a. | **-** | 7.928 |
| Ajuste a valor justo - MTM swap | | | | **-** | (317) |
| Banco Votorantim | Nota Comercial | 15/02/2028 | CDI + 2,5% a.a. | **67.808** | 85.144 |
| Banco Bradesco | Capital de giro | 30/04/2029 | CDI + 1% a.a. | **119.742** | 111.468 |
| Banco do Nordeste | Capital de giro | 15/12/2039 | IPCA + 3,8831% a.a(¹) | **270.719** | 187.419 |
| Banco do Brasil - Notas Comercias | Nota Comercial | 15/07/2030 | CDI+1,97% a.a. | **65.473** | 65.451 |
| Banco Sicoob | Capital de giro | 12/11/2029 | 23.1439% a.a | **-** | 542 |
| Debêntures 1ª Emissão - Rosário do Catete (b) | Debêntures | 25/05/2027 | CDI +1,40 a.a | **127.633** | - |
| Notas Comerciais - 1ª Emissão CGR Cuiabá (c) | Nota Comercial | 07/06/2027 | CDI +1,58 a.a | **96.074** | - |
| Banco Daimler Chrysler S.A. | CDC | 07/03/2030 | 16,43% a.a. | **6.202** | - |
| Caterpillar Financial S.A. | CDC | 17/03/2031 | 16,66% a.a. | **8.777** | - |
| Banco Volkswagen S.A. | CDC | 24/06/2030 | 16,15% a.a. | **27.424** | - |
| Banco do Nordeste S.A. | CCB/FNE | 15/10/2035 | IPCA+Spread | **29.776** | - |
| Banco Jonh Deere S.A. | CDC | 15/04/2031 | 15,67% a.a. | **5.296** | - |
| Banco Quata | Nota Comercial | 28/09/2026 | CDI + Spread | **1.500** | - |
| Banco Sofisa | Capital de Giro | 15/04/2030 | CDI + Spread | **10.413** | - |
| Banco Pine | Nota Comercial | 21/08/2026 | CDI + Spread | **1.200** | - |
| Banco ABC Brasil | Nota Comercial | 03/06/2030 | CDI + Spread | **67.805** | - |
| Banco BMG | Nota Comercial | 28/06/2027 | CDI + Spread | **24.000** | - |
| FINEP - Financiamentos | Financiamento | 15/09/2034 | TR+Spread | **162.899** | - |
| Banco Banestes | Capital de Giro | 30/09/2027 | CDI + Spread | **1.828** | - |
| C6 Bank | Nota Comercial | 23/06/2028 | CDI + Spread | **11.623** | - |
| BOCOM BBM | Capital de Giro | 09/11/2029 | CDI + Spread | **12.188** | - |
| ASA Investimentos | Nota Comercial | 08/08/2029 | CDI + Spread | **8.438** | - |
| JGP Financial (i) - Vortx | Debêntures | 10/01/2032 | IPCA + Spread | **140.432** | - |
| BTG Pactual (ii) - Ecourbis | Debêntures | 16/07/2035 | IPCA + Spread | **532.080** | - |
| Banco Volkswagen S.A. - Orbis | CDC | 26/09/2029 | 16,08% a.a. | **1.266** | - |
| XP Investimentos - Gbio | Nota comercial | 22/02/2027 | CDI | **52.776** | - |
| Debêntures - Gbio | Debêntures | 16/10/2028 | IPCA + Spread | **41.554** | - |
| Ajuste a valor presente | | | | **(18.352)** | (19.060) |
| Custos com emissão de Debêntures | | | | **(798)** | (798) |
| Custos na captação de empréstimo | | | | **(58.216)** | (55.539) |
| | | | | **3.785.490** | 2.122.412 |
| Circulante | | | | **299.576** | 178.483 |
| Não circulante | | | | **3.485.914** | 1.943.929 |

(¹) remuneração considerando o bônus de adimplência contratual junto ao BNB.

A variação do saldo de empréstimos e financiamentos no período reflete, além das captações e amortizações descritas nesta nota, os saldos incorporados na aquisição do Grupo Vital. Com exceção dos saldos já apresentados em demonstrações financeiras anteriores e das novas captações ora divulgadas, os demais saldos são oriundos da aquisição do Grupo Vital. As movimentações dos empréstimos e financiamentos para 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 são como segue:

| | Controladora 30/06/2026 | Controladora 31/12/2025 | Consolidado 30/06/2026 | Consolidado 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|
| Saldo em 1º de janeiro | **631.878** | 501.066 | **2.122.412** | 1.867.298 |
| Encargos financeiros (Resultado) | **51.075** | 88.583 | **148.152** | 257.133 |
| Encargos financeiros (Capitalizações no ativo) | **-** | - | **29.335** | 21.601 |
| Ajuste a valor justo/ presente | **(8.174)** | - | **1.025** | 5.871 |
| Variação cambial | **-** | - | **(462)** | (3.348) |
| Captações/ assunções de dívida | **-** | 200.000 | **447.035** | 950.754 |
| Diferimento de gastos na captação de recursos | **(107)** | (1.973) | **(2.677)** | 14.233 |
| Pagamento de principal | **-** | (68.433) | **(53.800)** | (788.985) |
| Pagamento de juros | **(7.263)** | (87.365) | **(71.310)** | (202.660) |
| Saldo de aquisição de empresas | **-** | - | **1.165.780** | 515 |
| Saldos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 | **667.409** | 631.878 | **3.785.490** | 2.122.412 |

Cronograma de pagamentos: Em 30 de junho de 2026, os saldos dos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

| | Consolidado |
|---|---|
| **2027** | **352.881** |
| **2028** | **329.998** |
| **2029** | **256.301** |
| **2030** | **129.304** |
| **2031 em diante** | **2.417.430** |
| Total | **3.485.914** |

*a) Orizon Biometano Jaboatão - Notas Comerciais - Banco do Nordeste (Consolidado):* No quarto trimestre de 2024, a controlada Orizon Biometano Jaboatão S.A. contratou junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") financiamento no valor total de R$266.791, destinado à implantação do projeto de biometano de Jaboatão dos Guararapes (PE). O primeiro desembolso, no montante de R$181.000, ocorreu em 30 de dezembro de 2024, R$5.754 adicionais foram liberados no primeiro semestre de 2025 e 27 de janeiro de 2026 foram liberados mais R$76.035, totalizando R$262.789 desembolsados até 30 de junho de 2026, cujo saldo atualizado em 30 de junho de 2026 é R$267.634. O contrato possui prazo de 15 anos, com carência de principal de 3 anos e vencimento final em 15 de dezembro de 2039. A operação é remunerada pelo IPCA + 3,8831% a.a., podendo atingir IPCA + 3,30% a.a. mediante bônus de adimplência. Os pagamentos de juros são trimestrais, com início previsto em 15 de janeiro de 2028. Como garantia, foi emitida carta de fiança bancária junto ao Banco Itaú S.A., em benefício do BNB. O projeto integra o plano de expansão da Companhia no segmento de biometano, reforçando seu portfólio de ativos de energia renovável. As dívidas possuem covenants financeiros e não financeiros usuais a esse tipo de operação. Em 30 de junho de 2026, a Companhia não apresentava descumprimento de obrigações contratuais. (a) *Orizon Meio Ambiente - Emissão de novas debêntures - 9ª Emissões:* Em 25 de maio de 2026, a Orizon Meio Ambiente S.A. realizou sua 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, no montante total de R$ 150.000.000,00, por meio de distribuição pública sob o rito de registro automático (Resolução CVM nº 160), destinada exclusivamente a investidores profissionais, com a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. atuando como agente fiduciário e como escriturador/agente de liquidação. Os recursos líquidos captados foram destinados a despesas operacionais e demais necessidades relacionadas à condução regular dos negócios da Companhia (uso corporativo geral/reforço de caixa). As debêntures possuem prazo de 2 anos, com vencimento em 25 de maio de 2028, e foram estruturadas com pagamento bullet (amortização do principal e pagamento da remuneração em parcela única no vencimento), não havendo atualização monetária do valor nominal. A remuneração corresponde a 100% do CDI/DI + 1,50% a.a., calculada pro rata temporis. A operação conta com fiança prestada pela Orizon Valorização de Resíduos S.A., e prevê covenants financeiros e não financeiros usuais a esse tipo de operação, incluindo covenant de alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA consolidado), apurado trimestralmente. b) Rosário do Catete - Debêntures - 1ª emissão: Em 25 de maio de 2026, a Controlada Rosário do Catete Ambiental Sociedade Anônima ("Emissora") realizou sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, no montante total de R$ 126.000.000,00 ("Debêntures"). A emissão foi estruturada para distribuição pública, sob o rito de registro automático previsto na Resolução CVM nº 160, sendo destinada exclusivamente a investidores profissionais, não havendo, portanto, elaboração de prospecto e lâmina, nem análise prévia dos documentos pela CVM. As Debêntures foram emitidas sob a forma nominativa e escritural, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00, totalizando 126.000 debêntures, e contam com Agente Fiduciário/Escriturador e Agente de Liquidação: Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. A distribuição e a custódia/liquidação ocorrem no âmbito da B3, por meio do MDA (mercado primário) e CETIP21 (mercado secundário), observadas as restrições regulatórias de negociação. Principais condições financeiras (taxa e prazo): Prazo / vencimento: 1 (um) ano a contar da Data de Emissão, com vencimento em 25 de maio de 2027. Remuneração (taxa): 100% da Taxa DI (DI Over) acrescida de spread de 1,40% a.a. (base 252 dias úteis), com capitalização pro rata temporis por dias úteis. Pagamento de juros e principal: a Remuneração será paga em parcela única na data de vencimento, e o valor nominal será amortizado integralmente na data de vencimento (bullet). Atualização monetária: não há atualização monetária do valor nominal. Encargos moratórios: em caso de atraso, multa de 2% e juros de mora de 1% a.m., calculados sobre o montante devido. Garantias: As Debêntures contam com garantia fidejussória (fiança) prestada por Orizon Valorização de Resíduos S.A. (OrizonVR) e Orizon Meio Ambiente S.A. (OMA), como fiadoras e principais pagadoras, de forma solidária, abrangendo todas as obrigações principais e acessórias da emissão, até a liquidação integral. Destinação de recursos: Os recursos líquidos captados na emissão serão destinados principalmente: (i) ao financiamento/reembolso de gastos relacionados à implantação de novas células/etapas de disposição de resíduos, ampliação e aprimoramento da rede de captação de biogás e instalação de sistema de tratamento de efluentes no Ecoparque Sergipe; e (ii) o eventual saldo remanescente para reforço de caixa, gestão de fluxo de caixa, liquidação de passivos, capital de giro e demais necessidades operacionais da Emissora. Covenants e eventos relevantes (principais): Entre as condições usuais de vencimento antecipado e obrigações, destaca-se o covenant financeiro aplicável à OrizonVR (consolidado), a ser verificado trimestralmente a partir do trimestre encerrado em 30 de junho de 2026 até o vencimento: Índice Financeiro (Dívida Líquida / EBITDA) não poderá ser superior a: 3,50x enquanto existirem outras dívidas com esse mesmo índice; e 4,00x após a liquidação dessas dívidas e/ou mediante anuência/renegociação, limitado a 4,00x. Adicionalmente, a escritura prevê hipóteses de vencimento antecipado (automático e não automático) típicas de operações dessa natureza, incluindo, entre outras: inadimplemento de obrigações pecuniárias, eventos de insolvência, determinadas declarações de vencimento antecipado/cross-default acima de limites previstos, e descumprimentos de obrigações não pecuniárias (sujeitas a prazos de cura). c) CGR Cuiabá - Notas Comerciais: Em 5 de junho de 2026, a controlada Centro de Gerenciamento de Resíduos Cuiabá Ltda. ("CGR Cuiabá") realizou sua 1ª emissão de notas comerciais escriturais, em série única, por colocação privada, com garantia fidejussória, nos termos do art. 45 e seguintes da Lei nº 14.195/2021. A emissão totalizou R$95.000 (95.000 notas comerciais ao valor nominal unitário de R$1.000,00), com vencimento em 7 de junho de 2027 (prazo de 12 meses), remuneração de CDI + 1,58% a.a., amortização e pagamento de juros em parcela única no vencimento (bullet). A operação conta com fiança da Orizon Meio Ambiente S.A. e da Orizon Valorização de Resíduos S.A., e foi integralmente subscrita pelo Banco Safra S.A.. A operação conta com covenants usuais às demais operações da Companhia e a este tipo de operação. A escrituração é realizada pela Vórtx DTVM, com registro na B3. Com exceção dos saldos já apresentados nas demonstrações financeiras anteriores e as novas dívidas divulgadas, os demais saldos são oriundos de aquisição do Grupo Vital.

**13.2. - Arrendamentos (Consolidado):** A movimentação dos arrendamentos reconhecidos conforme CPC 06 (R2)/IFRS 16 para 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é apresentada a seguir (em R$ mil):

| | Leasing |
|---|---|
| Saldo em 1º de janeiro de 2025 | 107.701 |
| Adição de novos contratos no exercício - IFRS 16 | **72.132** |
| Baixa de contratos no exercício - IFRS 16 | **(26.135)** |
| Pagamento de principal | (49.826) |
| Pagamento de juros | (9.310) |
| Juros apropriados no período | 9.515 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 104.077 |
| Adição de novos contratos no exercício - IFRS 16 | **29.314** |
| Baixa de contratos no exercício - IFRS 16 | **(9.520)** |
| Pagamento de principal | **(25.668)** |
| Pagamento de juros | **(5.352)** |
| Juros apropriados no período | **4.873** |
| Saldo em 30 de junho de 2026 | **97.724** |
| Circulante | **48.061** |
| Não circulante | **49.663** |

Ativo de direito de uso (Consolidado): Os ativos classificados como direito de uso são referentes principalmente à contratos de locação de equipamentos e terrenos para operações nos aterros sanitários e projetos. Em 30 de junho de 2026, as movimentações e informações de saldos de ativos de direito de uso estão detalhadas no quadro abaixo:

| | Consolidado |
|---|---|
| Saldo em 1º de janeiro de 2025 | 98.549 |
| Adições no exercício | 72.132 |
| Baixa de contratos no período - IFRS 16 | (26.134) |
| Amortização do direito de uso no exercício | (46.533) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 98.014 |
| Adição de novos contratos - IFRS 16 | **29.314** |
| Baixa de contratos no período - IFRS 16 | **(9.520)** |
| Amortização do direito de uso no período | **(24.900)** |
| Saldo em 30 de junho de 2026 | **92.908** |

A Companhia mantém diversos contratos de arrendamento relacionados principalmente à locação de máquinas, equipamentos, veículos, geradores e purificadores de gases, utilizados nas operações dos ecoparques. *Cronograma de pagamentos (consolidado):* Em 30 de junho de 2026, os saldos dos arrendamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

| | Consolidado |
|---|---|
| 2027 | 8.364 |
| 2028 | 12.249 |
| 2029 | 3.042 |
| 2030 | 2.846 |
| 2031 em diante | 23.162 |
| Total | **49.663** |

Direito de PIS e COFINS a recuperar (Consolidado): A Companhia possui direito de PIS e COFINS a recuperar incidente sobre as contraprestações de arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixa dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS e COFINS sobre fluxo contratual bruto, em 30 de junho de 2026 de R$2.374 (R$ 4.609 em 31 de dezembro de 2025).

## 14. FORNECEDORES

Esta rubrica registra os saldos em aberto junto a fornecedores de serviços, materiais e equipamentos, relacionados às operações em curso e aos investimentos em novas unidades e projetos. A seguir, estão demonstrados os saldos em aberto para 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

| | Controladora 30/06/2026 | Controladora 31/12/2025 | Consolidado 30/06/2026 | Consolidado 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|
| Fornecedores | **22.047** | 16.672 | **365.033** | 145.788 |

## 15. OUTORGAS A PAGAR (CONSOLIDADO)

Referem-se aos valores correspondentes de 2% a 10% sobre as receitas de serviços prestados pelos aterros sanitários (CTRNI, CTRA CTRBM e URE-JP) para outros clientes que não o poder concedente.

| Aterro sanitário | Percentual da outorga | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
|---|---|---|---|
| Orizon Meio Ambiente | 10% | **-** | 102 |
| CTRNI | 6% | **7.087** | 6.071 |
| CTRA | 2% | **5.184** | 4.741 |
| CTRBM | 6% | **3.170** | 4.453 |
| URE-JP | 10% | **329** | 596 |
| Ecourbis Ambiental (i) | 5% | **13.445** | - |
| Total | | **29.215** | 15.963 |

**(i)** Em 26 de outubro de 2007, a controlada Ecourbis firmou Termo de Compromisso Ambiental com a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo ("SP Regula"), por meio do qual assumiu a obrigação de pagamento mensal de ônus da concessão equivalente a 5% da receita bruta mensal, retido diretamente na fatura pela agência reguladora.

Com a assinatura do Termo Aditivo Contratual ("TAM"), essa obrigação foi preservada para os pagamentos relativos ao reequilíbrio contratual tarifário. Adicionalmente, a partir do novo período contratual: **(a)** serão estabelecidas metas de acordo com o plano de negócio; e **(b)**haverá compartilhamento das receitas operacionais não tarifárias que excederem 5% do valor estimado no Anexo IV do contrato.Sobre as demais receitas operacionais incide igualmente o ônus de 5%, apurado ao longo do exercício e liquidado até o último dia útil de fevereiro do exercício seguinte.

## 16. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

| | Controladora 30/06/2026 | Controladora 31/12/2025 | Consolidado 30/06/2026 | Consolidado 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|
| Salários e honorários a pagar | **11.325** | 644 | **45.686** | 5.337 |
| INSS a recolher | **397** | 355 | **22.581** | 4.462 |
| FGTS a recolher | **6** | 7 | **3.885** | 1.460 |
| Provisão e encargos sobre férias | **119** | 88 | **87.105** | 16.222 |
| Provisão e encargos sobre 13º salário | **42** | - | **32.292** | - |
| IRRF sobre salários | **2.167** | 668 | **9.795** | 3.469 |
| Outros | **-** | - | **18.284** | 944 |
| Total | **14.056** | 1.762 | **219.628** | 31.894 |

## 17. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS (CONSOLIDADO)

| | Controladora 30/06/2026 | Controladora 31/12/2025 | Consolidado 30/06/2026 | Consolidado 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|
| IRRF (2) | **5.115** | 6.180 | 5.115 | 6.179 |
| INSS (1) | **275** | 346 | 4.872 | 5.837 |
| ISS | **-** | - | 1.577 | - |
| ICMS (1) | **-** | - | 438 | 577 |
| COFINS (1) | **1.865** | 2.239 | 16.331 | 8.911 |
| IRPJ (1) | **-** | - | 7.767 | 9.297 |
| CSLL (1) | **-** | - | 2.775 | 3.395 |
| PIS (1) | **303** | 364 | 2.284 | 2.704 |
| PERT | **-** | 1 | 4.394 | 5.820 |
| Total | **7.558** | 9.130 | **45.553** | 42.720 |
| Circulante | **304** | **367** | **22.900** | **12.673** |
| Não circulante | **7.254** | **8.763** | **22.653** | **30.047** |

(1) No 4º trimestre de 2020, houve homologação de parcelamento de impostos federais no montante de R$14.222, com vencimento em até 60 parcelas da controlada direta Orizon Meio Ambiente e controladas indiretas CTRNI, CTRBM, CTRA, ETR e URE-JP. Ao longo de 2021, estas mesmas empresas aderiram a novos parcelamentos no montante aproximado de R$14.000, nas mesmas condições dos parcelamentos firmados em 2020. Em 2022, houve adesão a novos parcelamentos em decorrência de planejamento tributário e necessidade de capital de giro, com inclusão do INSS nos montantes parcelas. (2) No primeiro trimestre de 2023, a Companhia parcelou o IRRF sobre o pagamento baseado em ações.

Cronograma de pagamentos: Em 30 de junho de 2026, os saldos dos parcelamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

| | |
|---|---|
| 2026 | **3.398** |
| 2027 | **6.796** |
| 2028 | **6.796** |
| 2029 em diante | **5.663** |
| Total | **22.653** |

## 18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda provável: Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia está exposta a reclamações trabalhistas, fiscais e cíveis. Para cada processo ou exposição a processo, a Administração efetua uma avaliação da probabilidade de que sua decisão final possa resultar em uma perda para a Companhia e, portanto, com base nesta avaliação, foram registradas provisões para cobrir as prováveis perdas trabalhistas, fiscais e cíveis. Pela análise da Administração e seus consultores jurídicos externos, a posição das contingências prováveis e provisionadas é a seguinte:

| | Consolidado 30/06/2026 | Consolidado 31/12/2025 |
|---|---|---|
| Trabalhistas | **25.096** | 2.139 |
| Cíveis | **27.773** | 5.013 |
| Tributárias | **74.712** | 7.467 |
| Total | **127.581** | 14.619 |

O aumento de processo trabalhistas, refere se substancialmente ao ingresso de saldos adquiridos pela aquisição da Holding Vital. São processos trabalhistas considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados da Companhia, ou de empresas prestadoras de serviços. Tais processos envolvem, principalmente, pedidos de horas extras, intervalo intrajornada e insalubridade, bem como seus reflexos e respectivos encargos; A controlada indireta Ecourbis desde setembro de 2012 tem realizado depósitos referentes ao processo no 0016428-51.2012.4.03.6100, na ação de consignação em pagamento, para que seja identificado o credor das contribuições e questionar o adicional SENAI que nos tem sido exigido. A Ecourbis na qualidade de empresa prestadora de serviço público está obrigada a recolher as contribuições sociais gerais ao Serviço Social do Comercio (SESC) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). As movimentações das contingências estão resumidas a seguir:

| | Consolidado Trabalhistas | Consolidado Tributários | Consolidado Cíveis | Consolidado Total |
|---|---|---|---|---|
| Saldo em 1° de janeiro de 2025 | 6.796 | 7.383 | 4.912 | 19.091 |
| Adições/Reversões | (2.418) | 163 | 688 | (1.567) |
| Pagamentos | (2.239) | (79) | (587) | (2.905) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 2.139 | 7.467 | 5.013 | 14.619 |
| Incorporação Vital | 24.043 | 66.146 | 22.747 | 112.936 |
| Adições/Reversões | 189 | 1.099 | 18 | 1.306 |
| Pagamentos | (1.275) | - | (5) | (1.280) |
| Saldo em 30 de junho de 2026 | 25.096 | 74.712 | 27.773 | 127.581 |

As reclamações trabalhistas estão relacionadas, substancialmente, ao pagamento de horas extras, adicional de transferência, dentre outros pleitos, frequentemente ligados a disputas sobre o montante de compensação pago sobre as demissões. A Companhia continua defendendo seus interesses em todos os litígios descritos anteriormente, e constituiu provisão para riscos relacionados aos processos considerados como de perdas prováveis em que a Companhia é impetrada (natureza passiva) dos processos. b) Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda possível: Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os processos considerados como de probabilidade de perda possível pela Administração e por seus assessores legais externos, não provisionados nas Demonstrações financeiras são conforme quadro abaixo:

| Natureza dos processos | Consolidado 30/06/2026 | Consolidado 31/12/2025 |
|---|---|---|
| Cível | **153.153** | 139.909 |
| Trabalhista | **60.045** | 29.042 |
| Tributário | **383.563** | 363.135 |
| Total | **596.761** | 532.086 |

1) *Cível:* • Execução de crédito, decorrente de Contrato de Representação Comercial. • Ação popular ajuizada em face da Companhia alegando irregularidades em processo licitatório. • Ação indenizatória objetivando a condenação das rés ao pagamento de indenização, referente ao suposto descumprimento do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças. • Auto de Infração lavrado por suposto lançamento de efluentes no corpo hídrico. 2) *Trabalhista:* • Reclamação Trabalhista que versa sobre pagamento de verbas rescisórias por ex-funcionários. 3) *Tributário:* • Auto de infração lavrado para cobrança de valores a título de IRPJ, IRRF, PIS/PASEP, COFINS, CSLL, Multa Isolada, Cide Remessas decorrentes de suposta dedução de despesas indevidas no período fiscalizado. • Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração dos mesmos. • Autos de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, referente ao ano calendário de 2016 e 2017. De acordo com a fiscalização, a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%. • Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração dos mesmos. c) Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais estão vinculados, principalmente, a causas trabalhistas, além de bloqueios judiciais de saldos bancários em processos cíveis e estão classificados no ativo não circulante. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os saldos estão apresentados no quadro abaixo:

| | Consolidado 30/06/2026 | Consolidado 31/12/2025 |
|---|---|---|
| Depósitos judiciais | **95.809** | **6.066** |

O aumento nos depósitos judiciais esta relacionados basicamente aos recursos processuais oriundos de questionamentos sobre recolhimento de contribuições ao SESC e SENAC.

## 19. ADIANTAMENTO DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

Os saldos em aberto referem-se principalmente à adiantamentos recebidos de clientes para prestação de serviços de tratamento e destinação final de resíduos, cujas compensações ocorrem na medida em que os serviços são realizados e faturados. Abaixo, movimentação dos saldos de adiantamentos de clientes:

| | |
|---|---|
| Saldo em 1º de janeiro de 2025 | 158.561 |
| Adiantamentos recebidos | 112.182 |
| Compensações | (111.910) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 158.833 |
| Incorporação Vital | 1.472 |
| Adiantamentos recebidos | 8.905 |
| Compensações | (42.502) |
| Saldo em 30 de junho de 2026 | **126.708** |

Em setembro de 2024, a UTE Paraíba e UTE Pernambuco firmaram contrato de compra e venda de energia elétrica, nos montantes de R$30.000 e R$120.000, respectivamente. O fornecimento de energia teve início em 1º de janeiro de 2026 e se estenderá até 31 de dezembro de 2027. Em virtude deste contrato, foi antecipado o montante total de R$150.000 ainda em setembro de 2024.

## 20. CONTAS A PAGAR

O detalhamento das contas a pagar está apresentado a seguir: 1) Aquisição Oeste Paulista - *Earn-Out (Consolidado):* Em 1º de outubro de 2025, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das quotas da G4 - Gestão e Controle de Materiais Ltda. ("Oeste Paulista"), empresa proprietária do aterro sanitário localizado no município de Regente Feijó, na Região Metropolitana de Presidente Prudente, estado de São Paulo. O valor da firma (*enterprise value*) atribuído à Transação foi de R$ 40 milhões, do qual foram descontadas dívidas financeiras e operacionais da adquirida. A Transação prevê, adicionalmente, parcela variável do preço de aquisição (*earn-out*), condicionada ao cumprimento de métricas específicas definidas nos documentos da operação. A Companhia mensurou os valores projetados para cumprimento das métricas de *earn-out*, com base nos saldos já realizados, e identificou o montante de R$ 24.722, dos quais foi paga a 1ª tranche no valor de R$ 7.580, restando saldo estimado de R$ 17.142. 2) Aquisição Parcial Ecoparque Pirapora (Consolidado): Em 13 de abril de 2026, a controlada Vital Engenharia concluiu a aquisição de fração adicional de participação na investida Ecoparque Pirapora. A aquisição foi realizada no montante de R$13.500, com pagamentos em 3 parcelas iguais e consecutivas a cada 12 meses, vencendo a primeira em janeiro de 2027 e a última em janeiro de 2029.

| | Consolidado 30/06/2026 | Consolidado 31/12/2025 |
|---|---|---|
| Oeste Paulista (¹) | **17.142** | - |
| **Ecoparque Pirapora (²)** | **13.500** | - |
| **Outros** | **991** | 973 |
| Total | **31.633** | 973 |
| Circulante | **22633** | 973 |
| Não circulante | **9.000** | - |

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 11 de junho de 2026, a Companhia aumentou o capital social no montante de R$ 3.308.549, passando o capital social para o montante de R$ 4.499.676, mediante a emissão de 41.197 novas ações ordinárias. Adicionalmente, houve emissão de 5.646 mil bônus de subscrição, como vantagem adicional ao subscritor das Novas Ações OrizonVR no âmbito de aquisição da Holding Vital. Em 30 de junho de 2026 o capital social da Companhia é de R$4.499.676, representado por 137.324.101 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, subscritas e totalmente integralizadas, com a composição acionária dass tabela abaixo. As informações refletem a posição acionária anterior ao desdobramento das ações; em 10 de agosto de 2026, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o desdobramento da totalidade das ações ordinárias na proporção de 1:4, conforme descrito na nota de Eventos Subsequentes.: A tabela abaixo apresenta a composição do capital social em 30 de junho de 2026, conforme informações públicas:

| Acionista | Quantidade de ações (mil) | Percentual de participação (%) |
|---|---|---|
| Controladores | 82.009 | 59,7% |
| Free Float | 55.315 | 40,3% |
| Total | **137.324** | **100%** |

A tabela abaixo apresenta a composição do capital social em 31 de dezembro de 2025:

| Acionista | Quantidade de ações (mil) | Percentual de participação (%) |
|---|---|---|
| Acionistas de referência | 41.192 | 42,85% |
| Hix Investimentos Ltda ("HIX") (¹) | 5.710 | 5,94% |
| Tarpon | 4.895 | 5,09% |
| Free Float | 44.330 | 46,12% |
| Total | 96.127 | 100% |

b) Reserva de capital: b.1) Ágio na emissão de novas ações: Em 7 de fevereiro de 2013, a Companhia adquiriu, por meio de troca de ações com a Inovatec S.A., participação integral na Foxx Holding. A mensuração do investimento foi feita levando-se em consideração o valor do patrimônio líquido da Foxx Holding em 31 de março de 2012, que apresentava o montante de R$2.815. Contudo, quando do efetivo reconhecimento do investimento na Companhia, o patrimônio líquido da Foxx. Holding passou a ser de R$5.838, gerando um aumento de R$3.023 em relação ao patrimônio líquido inicial. Este valor foi reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia como ágio na emissão de novas ações. b.2) *Outras reservas:*

| Outras reservas | 30/06/2026 |
|---|---|
| Conversão de debêntures do Fundo Jive em 2021 | 156.664 |
| Conversão de debêntures Fundo Multisetorial em 2021 | 30.877 |
| Excedente na emissão de ações em 2021 | 81.400 |
| Ganho na alienação de % Barueri em 2022 | 28.313 |
| Excedente na emissão de novas ações em 2023 | 192.521 |
| Excedente na emissão de novas ações em 2025 | 535.090 |
| Stock Option Plan (SOP) - 30/06 | 838 |
| Opção de ações na transação de aquisição Vital | 197.639 |
| Total | 1.223.342 |

*Conversão de instrumentos patrimoniais - Debêntures Conversíveis:* Em 1° de janeiro a de 2013, a Companhia possuía o montante de R$133.898 de instrumentos patrimoniais - debêntures conversíveis. Em 07 de fevereiro de 2013, o Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus, na qualidade de debenturista da Companhia, converteu parcialmente em ações no valor de R$103.021 as debêntures de sua titularidade, remanescendo ainda o saldo de R$30.877, o qual foi convertido em ações e alocado como reserva de capital, no primeiro trimestre de 2021, antes da abertura de capital. Em 19 de junho de 2020, a Orizon Meio Ambiente emitiu 10.000 bônus de subscrição, nos termos do artigo 77 da Lei 6.404/1976, conforme alterada (Leis das Sociedades por Ações), que foram entregues em pagamento em benefício dos debenturistas das Emissões correspondente à R$156.664, cujas condições de emissão de ações, a quantidade, o preço, o prazo e forma de integralização, bem como as demais condições e procedimentos estão previstos nos termos do Certificado de Bônus de Subscrição. Este montante ficara registrado no patrimônio líquido pelas condições estabelecidas junto ao FIDC NP, representado pela sua gestora Jive Asset Gestão de Recursos Ltda., para futura conversão em capital social da Companhia. Dentre as condições estabelecidas estão: (1) o subscritor teria o direito de subscrever e integralizar 52.657 ações ordinárias; e (2) o exercício somente poderia ser exercido em caso de evento de liquidez. O montante foi integralmente exercido pela Jive na emissão de novas ações ocorrida em abril de 2023. No primeiro trimestre de 2021, antes da abertura de capital, o as debêntures no montante de R$156.677 foram convertidas em ações e alocadas como reserva de capital. *Recursos excedentes captados na oferta pública de ações:* Em 11 de fevereiro de 2021, a Companhia formalizou o aumento de capital social no montante de R$381.400 mediante a emissão de 17.336 novas ações ordinárias, no valor unitário de R$22,00, passando a quantidade de ações de 54.164 para 71.500 e montante de R$544.323 para R$844.323. Estas novas ações foram objeto da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias. A Oferta Pública de Ações da Companhia ocorreu 17 de fevereiro de 2021 com preço de R$22,00 por ação ordinária (ORVR3), tendo a Companhia captado o valor bruto de R$381.400 e recebido o valor de R$359.977 líquido dos custos da transação. Uma vez que o aumento autorizado do capital social foi de R$300.000, o montante excedente de R$81.400 foi alocado na rubrica de reserva de capital no patrimônio líquido. Em 13 de fevereiro de 2023, a Companhia homologou o aumento do capital social, no montante de R$348.205, mediante a emissão de 8.771 (mil) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Novas Ações"), ao preço de emissão de R$39,70 por ação. Do preço por ação: (i) R$17,75 foram destinados ao capital social, totalizando o montante de R$155.683; e (ii) o saldo de R$21,95 por ação foi destinado à formação de reserva de capital, totalizando o montante de R$192.521. *Emissão de novas ações:* Em 29 de abril de 2025, a Companhia anunciou, por meio de Fato Relevante, o lançamento de sua oferta pública de ações (follow-on), concluída em 14 de maio de 2025. A oferta foi composta por uma tranche primária de 5.705.395 ações e por hot issue de 7.470.587 ações, ao preço de R$48,20 por ação, totalizando uma captação de R$635 milhões, sendo R$100.000 para aumento de capital e o excedente de R$535.000 para reserva de capital. A operação foi ancorada pela Circular Holding - veículo formado pelos atuais acionistas de referência na época da oferta e pela eB Capital - que subscreveu integralmente a tranche primária e parte da hot issue, totalizando um investimento de R$400 milhões e aproximadamente 63% da oferta. Os acionistas participantes da oferta concordaram com lock-up de dois anos (a partir da divulgação do anúncio de início da oferta) e foram contemplados com bônus de subscrição na razão de 1:1, exercíveis em até 120 dias após o término do lock-up de 24 meses, a R$52,93 por ação. Os recursos da oferta foram destinados ao fortalecimento da estrutura de capital e à execução da estratégia de crescimento orgânico e inorgânico da Companhia. *Efeito de transação de capital com sócios:* Em 22 de dezembro de 2022, a Orizon alienou 20% do capital social da Barueri Energia Renovável, gerando um efeito líquido de R$28.313. Uma vez que esta transação não gerou perda de controle, o referido efeito foi alocado no patrimônio líquido, na rubrica de outras reservas de capital, sem trânsito pelo resultado. *Bônus de subscrição:* No ato de aquisição da Holding Vital, a Companhia emitiu bônus de subscrição ao antigo acionista da adquirida. Os valores envolvidos e a quantidade de ações estão detalhadas nesta nota e na nota 1. c) Ajuste de avaliação patrimonial: Representa o valor reflexo na Companhia do custo atribuído de R$10.359 ao terreno localizado na cidade de Barra Mansa - RJ, líquido dos efeitos tributários, refletido nas Demonstrações financeiras Individuais na data de transição em 1º de janeiro de 2009. Em 2010, na adoção inicial das novas normas, o terreno que estava mensurado ao custo de aquisição de R$1.304, foi reavaliado para R$16.999, gerando um efeito bruto de R$15.695 (R$10.359 líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, pela aplicação da alíquota fiscal de 34%). d) Distribuição de dividendos: O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios da ordem de 5%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, após a destinação de 5% para a reserva legal, conforme previsão legal. e) Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação: Nos exercícios findos em 30 de junho de 2026 e 2025, o resultado por ação da Companhia é conforme abaixo:

| | Controladora 30/06/2026 | Controladora 30/06/2025 | Consolidado 30/06/2026 | Consolidado 30/06/2025 |
|---|---|---|---|---|
| Lucro do exercício | **7.637** | 17.524 | **28.973** | 23.200 |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares) | **100.476** | 96.127 | **100.476** | 96.127 |
| Lucro líquido básico por ação - R$ | **0,08** | 0,18 | **0,29** | 0,24 |
| Quantidade de ações potenciais diluidoras em períodos futuros com lucro(1) | **596** | **-** | **596** | **-** |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares) | **101.072** | 96.127 | **101.072** | 96.127 |
| Lucro líquido diluído por ação - R$ | **0,08** | **0,18** | **0,29** | **0,24** |

| | Controladora 01/04/2026 a 30/06/2026 | Controladora 01/04/2025 a 30/06/2025 | Consolidado 01/04/2026 a 30/06/2026 | Consolidado 01/04/2025 a 30/06/2025 |
|---|---|---|---|---|
| Lucro (Prejuízo) do exercício | **(11.147)** | 23.846 | **6.351** | 26.757 |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares) | **104.824** | 15.856 | **104.824** | 15.856 |
| Lucro (Prejuízo) líquido básico por ação - R$ | **(0,11)** | 1,50 | **0,06** | 1,69 |
| Quantidade de ações potenciais diluidoras em períodos futuros com lucro(1) | **1.192** | - | **1.192** | - |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares) | **106.016** | 15.856 | **106.016** | 15.856 |
| Prejuízo (lucro) líquido diluído por ação - R$ | **(0,11)** | 1,50 | **0,06** | 1,69 |

(1) A Companhia possui instrumentos com efeito diluidor no período referente à opção de ações futuras na quantidade 13.176 mil.

## 22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (CONSOLIDADO)

| | Controladora 30/06/2026 | Controladora 30/06/2025 | Consolidado 30/06/2026 | Consolidado 30/06/2025 |
|---|---|---|---|---|
| Receita operacional bruta (*) | **10.673** | 3.267 | **1.109.714** | 604.047 |
| Deduções da receita bruta | | | | |
| Programa de Integração Social - PIS | **-** | - | **(16.147)** | (7.669) |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS | **-** | - | **(74.388)** | (35.332) |
| Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS | **-** | - | **(41.542)** | (21.902) |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS | **-** | - | **(9.159)** | (2.973) |
| Outros | **-** | - | **(12.520)** | (29.610) |
| Total dos impostos incidentes | **-** | - | **(153.756)** | (97.486) |
| Vendas canceladas | **-** | - | **(2.046)** | (1.580) |
| Receita operacional líquida | **10.673** | **3.267** | **953.912** | 504.981 |

| | Controladora 01/04/2026 a 30/06/2026 | Controladora 01/04/2025 a 30/06/2025 | Consolidado 01/04/2026 a 30/06/2026 | Consolidado 01/04/2025 a 30/06/2025 |
|---|---|---|---|---|
| Receita operacional bruta (*) | **4.027** | - | **724.256** | 302.036 |
| Deduções da receita bruta | | | | |
| Programa de Integração Social - PIS | **-** | - | **(11.101)** | (3.976) |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS | **-** | - | **(51.144)** | (18.317) |
| Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS | **-** | - | **(29.433)** | (11.273) |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS | **-** | - | **(6.306)** | (1.638) |
| Outros | **-** | - | **(1.802)** | (1.473) |
| Total dos impostos incidentes | **-** | - | **(99.786)** | (63.439) |
| Vendas canceladas | **-** | - | **(1.634)** | (1.178) |
| Receita operacional líquida | **4.027** | - | **622.836** | 264.181 |

(*) Na controladora, refere-se à comercialização de créditos de carbono de operações de controladas.

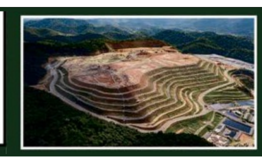
*continua...*

Ines249

ORIZON
VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS

# Orizon Valorização de Resíduos S.A.

**CNPJ: 11.421.994/0001-36**



**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, em 30 de junho de 2026** - (Em milhares de reais)

## 23. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

| | Controladora | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2026 | | | 30/06/2025 | | |
| | Custo dos serviços prestados | Despesas gerais e administrativas | Total | Custo dos serviços prestados | Despesas gerais e administrativas | Total |
| Pessoal | - | (12.002) | (12.002) | - | (8.778) | (8.778) |
| Serviços de terceiros | - | (11.683) | (11.683) | (3.267) | (1.769) | (5.036) |
| Outros (*) | (5.421) | (547) | (5.968) | - | (537) | (537) |
| Total | (5.421) | (24.232) | (29.653) | (3.267) | (11.084) | (14.351) |

| | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2026 | | | 30/06/2025 | | |
| | Custo dos serviços prestados | Despesas gerais e administrativas | Total | Custo dos serviços prestados | Despesas gerais e administrativas | Total |
| Pessoal (salários e ordenados) | (152.707) | (65.086) | (217.793) | (69.058) | (39.028) | (108.086) |
| Materiais de produção e consumo | (106.173) | (1.527) | (107.700) | (48.511) | (377) | (48.888) |
| Depreciação e amortização | (99.004) | (10.277) | (109.281) | (77.561) | (14.038) | (91.599) |
| Provisão para fechamento de aterro | (9.526) | - | (9.526) | (3.173) | - | (3.173) |
| Serviços de terceiros | (59.500) | (39.451) | (98.951) | (21.053) | (23.880) | (44.933) |
| Aluguéis | (28.965) | (2.566) | (31.531) | (5.938) | (1.377) | (7.315) |
| Outorgas | (9.671) | (21) | (9.692) | (5.890) | - | (5.890) |
| Energia | (105.792) | 51 | (105.741) | (14.603) | (11) | (14.614) |
| Combustíveis | (29.465) | - | (29.465) | (16.119) | (371) | (16.490) |
| Fretes | (675) | (3) | (678) | (138) | (78) | (216) |
| Outros (*) | (26.915) | (18.109) | (45.024) | (17.953) | (9.465) | (27.418) |
| Total | (628.393) | (136.989) | (765.382) | (279.997) | (88.625) | (368.622) |

| | Controladora | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 01/04/2026 a 30/06/2026 | | | 01/04/2025 a 30/06/2025 | | |
| | Custo dos serviços prestados | Despesas gerais e administrativas | Total | Custo dos serviços prestados | Despesas gerais e administrativas | Total |
| Pessoal | - | (8.858) | (8.858) | - | (4.188) | (4.188) |
| Serviços de terceiros | - | (11.250) | (11.250) | (3.266) | (527) | (3.793) |
| Outros (*) | (2.580) | (420) | (3.000) | 3.266 | (365) | 2.901 |
| Total | (2.580) | (20.528) | (23.108) | - | (5.080) | (5.080) |

| | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 01/04/2026 a 30/06/2026 | | | 01/04/2025 a 30/06/2025 | | |
| | Custo dos serviços prestados | Despesas gerais e administrativas | Total | Custo dos serviços prestados | Despesas gerais e administrativas | Total |
| Pessoal (salários e ordenados) | (115.677) | (46.229) | (161.906) | (36.562) | (21.014) | (57.576) |
| Materiais de produção e consumo | (95.910) | (1.118) | (97.028) | (23.707) | (279) | (23.986) |
| Depreciação e amortização | (54.672) | (3.220) | (57.892) | (36.398) | (6.538) | (42.936) |
| Provisão para fechamento de aterro | (3.822) | - | (3.822) | (1.626) | - | (1.626) |
| Serviços de terceiros | (30.928) | (28.790) | (59.718) | (9.565) | (12.555) | (22.120) |
| Aluguéis | (25.541) | (1.896) | (27.437) | (3.164) | (657) | (3.821) |
| Outorgas | (6.226) | (21) | (6.247) | (3.031) | - | (3.031) |
| Energia | (69.330) | 98 | (69.232) | (8.618) | - | (8.618) |
| Combustíveis | (21.285) | - | (21.285) | (7.746) | (213) | (7.959) |
| Fretes | (489) | - | (489) | (111) | (77) | (188) |
| Outros (*) | (6.157) | (10.652) | (16.809) | (9.569) | (3.948) | (13.517) |
| Total | (430.037) | (91.828) | (521.865) | (140.097) | (45.281) | (185.378) |

(*) Outros compreende, substancialmente, os custos relacionados ao repasse de créditos de carbono e Outras despesas administrativas composta principalmente por despesas legais e judiciais, doações ao instituto Orizon, despesas com licença de software e hospedagem e viagens.

Abaixo, detalhamento dos custos e despesas de depreciação e provisão para fechamento de aterro por suas respectivas naturezas:

| | 30/06/2026 | 30/06/2025 |
|---|---|---|
| Amortização Ecoparques | (44.376) | (27.493) |
| Amortização Mais Valia | (17.256) | (17.112) |
| Amortização IFRS 16 | (22.562) | (27.624) |
| Demais depreciações | (34.613) | (22.543) |
| Total | (118.807) | (94.772) |
| | 01/04/2026 a 30/06/2026 | 01/04/2025 a 30/06/2025 |
| Amortização Ecoparques | (23.467) | (13.458) |
| Amortização Mais Valia | (8.184) | (8.551) |
| Amortização IFRS 16 | (10.783) | (10.336) |
| Demais depreciações | (19.280) | (12.217) |
| Total | (61.714) | (44.562) |

## 24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2026 | 30/06/2025 | 30/06/2026 | 30/06/2025 |
| Receitas financeiras | | | | |
| Ajuste a valor presente/ justo | 8.175 | 2.688 | 283 | - |
| Variação cambial ativa | - | - | 689 | 2.847 |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 33.835 | 3.290 | 62.564 | 39.229 |
| Rendimentos de debêntures | 15.773 | - | 1.433 | - |
| Descontos financeiros obtidos | - | 3 | 216 | 55 |
| Outras receitas financeiras | 54 | 20 | 6.461 | 7.086 |
| PIS e COFINS sobre receita financeira | (2.315) | (613) | (10.524) | (5.449) |
| Total | 55.522 | 5.388 | 61.122 | 43.768 |
| Despesas financeiras | | | | |
| Ajuste a valor presente/ justo (*) | - | - | (1.310) | (4.782) |
| Variação cambial passiva | (29) | - | (1.520) | (5.426) |
| Juros de empréstimos, financiamentos e arrendamentos | (51.076) | (39.674) | (153.025) | (130.675) |
| Multa e juros | (607) | (363) | (5.224) | (4.753) |
| Desconto concedido | - | - | (315) | (71) |
| Amortização de gastos na captação de recursos | - | - | (773) | - |
| Outras despesas financeiras | (896) | (93) | (4.142) | (1.951) |
| Total | (52.608) | (40.130) | (166.309) | (147.658) |
| Resultado financeiro, líquido | 2.914 | (34.742) | (105.187) | (103.890) |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 01/04/2026 a 30/06/2026 | 01/04/2025 a 30/06/2025 | 01/04/2026 a 30/06/2026 | 01/04/2025 a 30/06/2025 |
| Receitas financeiras | | | | |
| Ajuste a valor presente/ justo | 775 | 1.073 | 262 | - |
| Variação cambial ativa | - | - | 197 | 982 |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 13.240 | 3.281 | 35.195 | 23.254 |
| Rendimentos de debêntures | 6.860 | - | (62) | - |
| Descontos financeiros obtidos | - | - | 43 | 43 |
| Outras receitas financeiras | 54 | 20 | 5.656 | 3.608 |
| PIS e COFINS sobre receita financeira | (941) | (153) | (6.121) | (2.954) |
| Total | 19.988 | 4.221 | 35.170 | 24.933 |
| Despesas financeiras | | | | |
| Ajuste a valor presente/ justo (*) | - | - | (476) | (1.618) |
| Variação cambial passiva | (28) | - | (240) | (1.975) |
| Juros de empréstimos, financiamentos e arrendamentos | (25.196) | (21.075) | (80.908) | (67.493) |
| Multa e juros | (316) | (193) | (3.389) | (2.344) |
| Desconto concedido | - | - | (271) | (9) |
| Amortização de gastos na captação de recursos | - | - | (313) | - |
| Outras despesas financeiras | (445) | (37) | (3.350) | (149) |
| Total | (25.985) | (21.305) | (88.947) | (73.588) |
| Resultado financeiro, líquido | (5.997) | (17.084) | (53.777) | (48.655) |

(*) O montante alocado nesta rubrica não representa impacto de caixa, mas ajustes temporais de recursos pelos efeitos de correções monetárias.

## 25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A apresentação abaixo busca demonstrar de forma mais fidedigna a visão da Administração em relação às Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”) da Companhia no cenário atual. As Unidades Geradoras de Caixa de cada segmento estão apresentadas abaixo: Destinação Final: • Gestão Integrada de Resíduos e Coleta (Receitas e Custos) - a partir de 01 de junho; • Tratamento e Destinação de Resíduos (Receitas e Custos); • Plantas de Biogás (Receitas e Custos); • Projetos de Créditos de Carbono (Receitas e Custos). Transição Energética: • Plantas de Energia/UTEs (Receitas e Custos); • Plantas de Biometano (Receitas e Custos); • Plantas de Recuperação Energética | WtEs (Receitas e Custos). Economia Circular: • Plantas de Blendagem para co-processamento (Receitas e Custos); • Plantas de Reciclagem | UTMs (Receitas e Custos); • Plantas de Beneficiamento de Finos Siderúrgicos (Receitas e Custos); • Plantas de Compostagem (Receitas e Custos). Os segmentos operacionais reportáveis do Grupo estão apresentados no quadro abaixo:

| | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2026 | | | |
| | Destinação Final [1] | Transição Energética | Economia Circular | Total |
| Receita operacional líquida | 756.168 | 170.949 | 26.795 | 953.912 |
| Custo dos serviços prestados | (351.405) | (140.952) | (27.506) | (519.863) |
| Lucro bruto antes da depreciação | 404.763 | 29.997 | (711) | 434.049 |
| Custos de depreciação | | | | (108.530) |
| Lucro bruto | | | | 325.519 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | |
| Gerais e administrativas | | | | (136.989) |
| Outras receitas, líquidas | | | | (5.024) |
| Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência patrimonial | | | | 183.506 |
| Resultado financeiro | | | | |
| Receitas financeiras | | | | 61.122 |
| Despesas financeiras | | | | (166.309) |
| Resultado financeiro, líquido | | | | (105.187) |
| Resultado de equivalência patrimonial | | | | (4.839) |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | | | 73.480 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | |
| Corrente | | | | (47.185) |
| Diferido | | | | 2.678 |
| Lucro líquido do exercício | | | | 28.973 |

[1] Segmento de Destinação Final inclui as atividades de destinação final, biogás, créditos de carbono, gestão integrada e coleta.

| | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2025 | | | |
| | Destinação Final | Transição Energética | Economia Circular | Total |
| Receita operacional líquida | 389.841 | 76.561 | 38.579 | 504.981 |
| Custo dos serviços prestados | (148.724) | (18.334) | (32.205) | (199.263) |
| Lucro bruto antes da depreciação | 241.117 | 58.227 | 6.374 | 305.718 |
| Custos de depreciação | | | | (80.734) |
| Lucro bruto | | | | 224.984 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | |
| Gerais e administrativas | | | | (88.625) |
| Outras receitas, líquidas | | | | (1.262) |
| Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência patrimonial | | | | 135.097 |
| Resultado financeiro | | | | |
| Receitas financeiras | | | | 43.768 |
| Despesas financeiras | | | | (147.658) |
| Resultado financeiro, líquido | | | | (103.890) |
| Resultado de equivalência patrimonial | | | | 5.757 |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | | | 36.964 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | |
| Corrente | | | | (15.069) |
| Diferido | | | | 1.305 |
| Lucro líquido do exercício | | | | 23.200 |

| | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 01/04/2026 a 30/06/2026 | | | |
| | Destinação Final | Transição Energética | Economia Circular | Total |
| Receita operacional líquida | 528.089 | 85.019 | 9.728 | 622.836 |
| Custo dos serviços prestados | (282.282) | (76.526) | (12.735) | (371.543) |
| Lucro bruto antes da depreciação | 245.807 | 8.493 | (3.007) | 251.293 |
| Custos de depreciação | | | | (58.494) |
| Lucro bruto | | | | 192.799 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | |
| Gerais e administrativas | | | | (91.828) |
| Outras receitas, líquidas | | | | (4.215) |
| Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência patrimonial | | | | 96.756 |
| Resultado financeiro | | | | |
| Receitas financeiras | | | | 35.170 |
| Despesas financeiras | | | | (88.947) |
| Resultado financeiro, líquido | | | | (53.777) |
| Resultado de equivalência patrimonial | | | | (4.378) |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | | | 38.601 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | |
| Corrente | | | | (32.267) |
| Diferido | | | | 17 |
| Lucro líquido do exercício | | | | 6.351 |

| | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 01/04/2025 a 30/06/2025 | | | |
| | Destinação Final | Transição Energética | Economia Circular | Total |
| Receita operacional líquida | 389.841 | 76.561 | 38.579 | 504.981 |
| Custo dos serviços prestados | (148.724) | (18.334) | (32.205) | (199.263) |
| Lucro bruto antes da depreciação | 241.117 | 58.227 | 6.374 | 305.718 |
| Custos de depreciação | | | | (38.024) |
| Lucro bruto | | | | 267.694 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | |
| Gerais e administrativas | | | | (45.281) |
| Outras receitas, líquidas | | | | 772 |
| Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência patrimonial | | | | 223.185 |
| Resultado financeiro | | | | |
| Receitas financeiras | | | | 24.933 |
| Despesas financeiras | | | | (73.588) |
| Resultado financeiro, líquido | | | | (48.655) |
| Resultado de equivalência patrimonial | | | | 1.578 |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | | | 176.108 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | |
| Corrente | | | | (6.245) |
| Diferido | | | | 504 |
| Lucro líquido do exercício | | | | 170.367 |

Em 30 de junho de 2026, a receita operacional líquida proveniente da destinação e tratamento de resíduos, apresentada no segmento de Destinação Final dos ativos Orizon sem o grupo Vital, totalizou R$416.542.

## 26. COMPROMISSOS (CONSOLIDADO)

Barueri Energia - Entrega de energia em atendimento à leilão: Em 2021, a Companhia participou e se sagrou vencedora de dois leilões de geração de energia promovidos pelo governo federal. A partir de 2027, a Companhia comercializará anualmente 105.000 MWh, o equivalente a 75% de sua capacidade, a um preço atualizado de R$613,64/MWh, totalizando cerca de R$1,3 bilhão para o período de 20 anos, corrigido anualmente pelo IPCA. A Companhia terá uma potência instalada de 20 MWe, com capacidade de recebimento de aproximadamente 300 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos por ano[5]. [5] Informação não revisadas pelo auditor independente da Companhia. Atualmente, a planta encontra-se ainda em fase de construção, com previsão de conclusão no início de 2027. Créditos de carbono - Certificação e entrega de créditos de carbono: A Companhia através de suas controladas indiretas, possui compromisso para entrega de créditos de carbono, conforme detalhamento na nota 5. Fornecimento de Biogás: *Investidas indiretas - CTRNI e CTRA:* A Companhia através de suas controladas indiretas, possui contratos firmados vigentes até 2034 para fornecimento de biogás extraído das operações nos ecoparques de Nova Iguaçu e São Gonçalo. Os contratos estabelecem preços de R$0,12 à R$0,14 por Nm3 (data-base: outubro- 2014), livres de impostos, que irão variar de acordo com as quantidades de gás bioquímico fornecidas, reajustados anualmente pelo IPCA/IBGE. OMA - Biometano Verde Paulínia: A controlada OMA possui compromisso de fornecedor biogás com a Biometano Verde Paulínia, planta de purificação de biogás no Ecoparque de Paulínia com a produção diária estimada em 180.000 $m^3$ podendo alcançar até 300.000 $m^3$. O contrato iniciou em outubro de 2025. Além desses, há outros compromissos, conforme relacionamos abaixo: • Earn-out: pelo Biogás entre 18.500 $Nm^3/h$ e 30.000 $Nm^3/h$ a ser verificado em ano específico, limitado ao 5º ano após o início de fornecimento. As Partes comprometem-se a expandir a capacidade da planta para esse novo volume. • Contrato de take or pay - Biogás: Entrega da totalidade do biogás para a produção do biometano a preços de mercado por um prazo de 20 anos (com garantia de fornecimento, volumes definidos etc). • Contrato de take or pay - Biometano: Edge compra até a totalidade do biometano produzido pela planta de Paulínia a preços de mercado por um prazo de 10 anos. Celebração de Contrato de Compra e Venda de Biometano: Em 15 de julho de 2024, houve a celebração de contrato de compra e venda de biometano a ser gerado no Ecoparque de Itapevi (“Contrato Itapevi”) entre a BioE e a Edge Comercialização S.A., companhia controlada pela Compass Gás e Energia S.A. (“Edge” e, em conjunto com a BioE, “Partes”). Nos termos do Contrato Itapevi, a BioE, disponibiliza e venda biometano à Edge pelo prazo de 10 anos com início de fornecimento previsto para o segundo semestre de 2026, com um volume médio estimado de, no mínimo, 25 mil $m^3$/dia de biometano. Em relação aos aspectos comerciais, o Contrato tem preço fixo, corrigido pela inflação, e remuneração variável atrelada a métricas específicas estabelecidas nos documentos da contratação. Parceria Estratégica para Aquisição do Biogás nas Regiões Metropolitanas de Curitiba e Ribeirão Preto: Em 20 de setembro de 2024, a Companhia através de sua controlada BioE, firmou parceria estratégia para exploração do biogás dos aterros sanitários de Fazenda Rio Grande (localizado na região metropolitana de Curitiba/ PR) e Guatapará (localizado na região metropolitana de Ribeirão Preto/ SP), ambos de propriedade da Estre Ambiental - Em Recuperação Judicial (“Estre”). No contexto de tal parceria, BioE e Estre firmaram contratos de compra e venda de biogás com prazo de 20 (vinte) anos, a preços semelhantes àqueles praticados pela OrizonVR em seus contratos atualmente existentes, que permitirão uma produção diária estimada da ordem de até 170.000 m3 de biometano. O início de operação das plantas, que serão 100% de propriedade da BioE, está previsto para 2027. Os contratos preveem ainda responsabilidades entre as partes usuais a esse tipo de operação, tais como, mas não se limitando, obrigações de compra e entrega de biogás, penalidades, investimentos, adiantamentos e garantias, sob determinadas condições. Produção de Biometano na Região de Bauru (SP): Em 22 de outubro de 2024, a Companhia através da BioE firmou nova parceria estratégica para exploração do biogás do aterro sanitário de Piratininga, localizado na região de Bauru, estado de São Paulo, que é de propriedade da Estre. As partes firmaram contrato de compra e venda de biogás com prazo de 20 (vinte) anos, com termos e condições usuais a esse tipo de operação, a preços semelhantes àqueles praticados pela OrizonVR em seus contratos atualmente existentes, que permitirão uma produção diária estimada de biometano da ordem de 25.000 m3 e início de operação estimado para 2027. A planta de biometano será 100% (cem por cento) de propriedade da BioE e amplia o posicionamento da OrizonVR no estado de São Paulo. Celebração de Contrato de Compra e Venda de Biometano do Ecoparque de Tremembé: Em 12 de novembro de 2024, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de biometano que será produzido no Ecoparque de Tremembé (“Contrato”) entre a Orizon Biometano Tremembé Ltda. (“Biometano Tremembé”), subsidiária integral da Orizon Energia e Gás Renovável Ltda., e a Neogás do Brasil Gás Natural Comprimido S.A. (“Neogás”) com garantia da Companhia Ultragaz S.A.. Nos termos do Contrato, a Biometano Tremembé disponibilizará e venderá biometano comprimido à Neogás pelo prazo de 10 anos, com fornecimento previsto para o início do terceiro trimestre de 2027 e um volume médio estimado de 35 mil $m^3$/dia de biometano. Celebração de Contrato de Compra e Venda de Biometano - BioE: Em 1° de junho de 2025, a Companhia celebrou dois contratos de compra e venda de biometano entre sua subsidiária Orizon Energia e Gás Renovável Ltda. (“BioE”) e a Neogás. Os contratos preveem o fornecimento de biometano comprimido, a ser produzido a partir do biogás adquirido de aterros sanitários de terceiros localizados nas regiões metropolitanas de Curitiba e Ribeirão Preto, nos municípios de Fazenda Rio Grande e Guatapará, respectivamente, conforme divulgado no Fato Relevante de 20 de setembro de 2024. Nos termos pactuados, a BioE fornecerá à subsidiária da Ultragaz o biometano comprimido por um prazo de 10 (dez) anos, com início de fornecimento estimado para o primeiro trimestre de 2028, e volume médio diário combinado de 150 mil $m^3$ de biometano. Leilão de Reserva de Capacidade: Em 18 de março de 2026, a Orizon Valorização de Resíduos S.A. participou do Leilão de Reserva de Capacidade na Forma de Potência de 2026, direta e indiretamente, por meio de empreendimentos de geração termelétrica, tendo obtido êxito em todos os ativos ofertados, conforme resumo abaixo: No total, os ativos vencedores representam 52,7 MW de potência contratada no leilão, considerando a participação integral nos empreendimentos, todos já implantados. A contratação decorrente do leilão está sujeita ao cumprimento das etapas subsequentes previstas no edital, incluindo a celebração dos Contratos de Reserva de Capacidade para Potência (CRCAPs).

## 27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos: Como política de gestão de ativos financeiros, a Companhia busca permanentemente melhorar sua rentabilidade adequada ao risco. Para isso, são estabelecidos critérios e indicadores que mostrem a adequação dos riscos de liquidez, de mercado e de crédito. No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado, tais como: taxas de juros, liquidez, crédito, dentre outros. Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados a seguir:

| | | 30/06/2026 | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Controladora | | Consolidado | |
| | Categoria | Valor Contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor Justo |
| Ativos financeiros | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | Custo amortizado | 113 | 113 | 1.535.051 | 1.535.051 |
| Títulos e valores mobiliários | Custo amortizado | - | - | 12.262 | 12.262 |
| Debêntures | Custo amortizado | 207.987 | 207.987 | 207.987 | 207.987 |
| Contas a receber de clientes | Custo amortizado | 8.939 | 8.939 | 351.124 | 351.124 |
| Contas a receber de partes relacionadas | Custo amortizado | 853.222 | 853.222 | 54.026 | 54.026 |
| Depósitos judiciais e cauções | Custo amortizado | - | - | 95.809 | 95.809 |
| Passivos financeiros | | | | | |
| Fornecedores | Custo amortizado | 22.047 | 22.047 | 359.282 | 359.282 |
| Empréstimos e financiamentos | Custo amortizado | 667.409 | 667.409 | 3.785.490 | 3.785.490 |
| Contas a pagar a partes relacionadas | Custo amortizado | 41.681 | 41.681 | 184.292 | 184.292 |
| Outorgas a pagar | Custo amortizado | - | - | 18.079 | 18.079 |

a) Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

| | | 31/12/2025 | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Controladora | | Consolidado | |
| | Categoria | Valor Contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor Justo |
| Ativos financeiros | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | Custo amortizado | 494.841 | 494.841 | 851.334 | 851.334 |
| Títulos e valores mobiliários | Custo amortizado | - | - | 16.323 | 16.323 |
| Debêntures | Custo amortizado | 200.843 | 200.843 | - | - |
| Contas a receber de clientes | Custo amortizado | 3.427 | 3.427 | 319.380 | 319.380 |
| Contas a receber de partes relacionadas | Custo amortizado | 322.845 | 322.845 | 39.506 | 39.506 |
| Depósitos judiciais e cauções | Custo amortizado | - | - | 6.066 | 6.066 |
| Passivos financeiros | | | | | |
| Fornecedores | Custo amortizado | 16.672 | 16.672 | 145.788 | 145.788 |
| Empréstimos e financiamentos | Custo amortizado | 631.878 | 631.878 | 2.122.412 | 2.122.412 |
| Contas a pagar a partes relacionadas | Custo amortizado | 64.513 | 64.513 | 12.267 | 12.267 |
| Outorgas a pagar | Custo amortizado | - | - | 15.963 | 15.963 |

A Administração também acredita que os valores contábeis dos demais instrumentos financeiros não são significativamente diferentes dos seus respectivos valores justos, considerando-se que as taxas de juros desses instrumentos não são significativamente diferentes das taxas de mercado. b) Hierarquia do valor justo: O Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados com pouca ou nenhuma atividade de mercado (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*nonperformance risk*), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo. O CPC 48/IFRS 9 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de input significativo para sua mensuração. A seguir está demonstrada uma descrição dos três níveis dessa hierarquia: • Nível 1 - os inputs são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter a possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia. • Nível 2 - os inputs são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os inputs do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou inputs que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo. • Nível 3 - os inputs inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses inputs representam as melhores estimativas da administração da entidade de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados ou metodologias similares que demandam um nível significativo de julgamento ou estimativa. A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados a valor justo. A tabela a seguir demonstra resumidamente os ativos financeiros registrados a valor justo em 30 de junho de 2026:

| | | Controladora | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Hierarquia do valor justo | Valor Contábil 30/06/2026 | Valor Contábil 31/12/2025 | Preços cotados para ativos passivos e idênticos (Nível 2) 30/6/2026 | Preços cotados para ativos passivos e idênticos (Nível 2) 31/12/2025 |
| Ativos financeiros | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 113 | 494.841 | 113 | 494.841 |
| Títulos e valores mobiliários | Nível 2 | - | 54.713 | - | 54.713 |
| Contas a receber de partes relacionadas | | 853.222 | 322.845 | 853.222 | 322.845 |
| Passivos financeiros | | | | | |
| Fornecedores | | 22.047 | 16.672 | 22.047 | 16.672 |
| Empréstimos e financiamentos | Nivel 2 | 667.409 | 631.878 | 667.409 | 631.878 |
| Contas a pagar a partes relacionadas | | 41.681 | 64.513 | 41.681 | 64.513 |

| | | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Hierarquia do valor justo | Valor Contábil 30/6/2026 | Valor Contábil 31/12/2025 | Preços cotados para ativos passivos e idênticos (Nível 2) 30/6/2026 | Preços cotados para ativos passivos e idênticos (Nível 2) 31/12/2025 |
| Ativos financeiros | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 1.535.051 | 851.334 | 1.535.051 | 851.334 |
| Títulos e valores mobiliários | Nível 2 | 12.262 | 71.035 | 12.262 | 71.035 |
| Contas a receber de clientes | | 351.124 | 319.380 | 351.124 | 319.380 |
| Contas a receber de partes relacionadas | | 54.026 | 39.506 | 54.026 | 39.506 |
| Depósitos judiciais e cauções | | 95.809 | 6.066 | 95.809 | 6.066 |
| Passivos financeiros | | | | | |
| Fornecedores | | 365.033 | 106.723 | 365.033 | 106.723 |
| Empréstimos e financiamentos | Nivel 2 | 3.785.490 | 1.867.298 | 3.785.490 | 1.867.298 |
| Partes relacionadas | | 184.292 | 3.426 | 184.292 | 3.426 |
| Outorgas a pagar | | 18.079 | 12.502 | 18.079 | 12.502 |

*Mensuração dos instrumentos financeiros pelo valor justo:* A Companhia efetuou a avaliação dos ativos e passivos financeiros em relação aos respectivos valores de mercado ou valores de recuperação, utilizando-se das informações disponíveis e melhores práticas em metodologias de avaliação de mercado para cada situação. A interpretação dos dados de mercado e as metodologias escolhidas requer alto grau de julgamento para o estabelecimento de estimativas razoáveis para se calcular o valor justo. Consequentemente, a estimativa apresentada pode não indicar, necessariamente, os montantes que seriam obtidos no mercado atual. O uso de diferentes hipóteses para o cálculo do valor justo pode resultar em efeitos significativos nos valores obtidos. Para contratos cujas condições atuais são similares àquelas nas quais foram originalmente pactuados ou não possuem parâmetro para cotação ou contratação, os valores justos são similares aos valores contábeis. Na avaliação com a finalidade de determinar o valor justo desses ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, foi considerada a mensuração de impacto dos efeitos de adoção do CPC 48/IFRS 9. c) Gestão dos riscos financeiros: A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, crédito e mercado. A Administração acredita que o principal de risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o risco de taxa de juros, conforme descrito a seguir: *Risco de liquidez:* • O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade de cumprimento de obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio da combinação da manutenção de reservas adequadas, linhas de crédito e outros produtos financeiros, monitorando continuamente o orçamento e o atual fluxo de caixa casando os prazos de vencimentos de ativos e passivos financeiros. • Em 30 de junho de 2026, a Companhia apresentava capital circulante líquido consolidado positivo, refletindo, entre outros fatores, o reforço da posição de caixa e da estrutura de capital decorrente da combinação de negócios com o Grupo Vital. A Administração monitora continuamente sua estrutura de capital e o cronograma de amortização de suas dívidas, com o objetivo de preservar a liquidez e a capacidade de honrar suas obrigações. A tabela a seguir detalha a composição e o cronograma recebimento e pagamentos dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

*Passivos financeiros*

| | Controladora | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Passivos financeiros** | Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 a 5 anos | Acima de 5 anos | Total |
| Fornecedores | 22.047 | - | - | - | - | 22.047 |
| Empréstimos e financiamentos | 7.993 | 15.986 | 71.936 | 571.494 | - | 667.409 |
| Partes relacionadas | - | - | - | 41.681 | - | 41.681 |
| Total | 30.040 | 15.986 | 71.936 | 613.175 | - | 731.137 |

| | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Passivos financeiros** | Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 a 5 anos | Acima de 5 anos | Total |
| Fornecedores | 228.235 | 106.776 | 29.037 | 985 | - | 365.033 |
| Empréstimos e financiamentos | 24.965 | 49.930 | 224.681 | 3.485.914 | - | 3.785.490 |
| Arrendamentos | 4.005 | 8.010 | 36.046 | 49.663 | - | 97.724 |
| Partes relacionadas | - | - | - | - | 184.292 | 184.292 |
| Outorgas a pagar | 18.079 | - | - | - | - | 18.079 |
| Adiantamento de clientes | 890 | 1.565 | 4.965 | 119.001 | 287 | 126.708 |
| Total | 276.174 | 166.281 | 294.729 | 3.655.563 | 184.579 | 4.577.326 |

*Risco de crédito:* O risco de crédito se refere ao risco da possibilidade de descumprimento (*default*) de uma contraparte das suas obrigações contratuais resultando em perdas financeiras para a Companhia. Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração do risco de crédito são primariamente o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, aplicações financeiras restritas, contas a receber de clientes e de partes relacionadas. A prática da Companhia é depositar o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas em títulos de renda fixa de instituições financeiras com altos níveis de classificação (*ratings*) de crédito. A Companhia limita o montante de exposição a qualquer instituição financeira de modo a minimizar sua exposição ao risco de crédito. Em relação aos demais créditos, a Administração da Companhia mantém-se atenta ao monitoramento do risco de crédito, adotando as medidas e precauções cabíveis, além de constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa, sempre que houver necessidade. Em 30 de junho de 2026 havia saldo de provisão para perdas no contas a receber consolidado no montante de R$145.189 e R$143.874, 31 de dezembro de 2025 respectivamente para cobrir o risco de crédito (Nota 5). *Risco de preços:* Os preços praticados pela Companhia refletem, substancialmente, as condições de mercado. Os preços praticados nos projetos especiais são determinados com base em negociações comerciais, caso a caso. *Risco de taxa de juros:* Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto ao mercado. Não há política de contratação de operações com derivativos com finalidade especulativa. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos na data do balanço. Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, acima da expectativa provável. *Análise de sensibilidade da variação na taxa do CDI:* A Administração efetuou teste de sensibilidade para os ativos e passivos indexados ao CDI, considerando a deterioração da taxa do CDI em 25% e 50% inferiores e superiores, respectivamente, ao cenário provável, a partir da taxa efetiva anual levantada em 30 de junho de 2026, conforme demonstrado a seguir:

| | Ativos (Consolidado) | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Operação** | Saldo 30/06/2026 | Cenário provável | Cenário I Δ 25% | Cenário II Δ 50% |
| *Taxa efetiva anual do CDI - Período findo em 30/06/2026 (*)* | 1,07% | | | |
| Aplicações financeiras (Nota 4) | 9.252 | 9.548 | 9.647 | 9.746 |
| *Taxa anual estimada - exercício findo em 31/12/2026* | | 4,27% | 5,34% | 6,41% |
| Efeito positivo (negativo) no resultado/patrimônio líquido - período findo em 30/06/2026 | | 296 | 395 | 494 |

| | Passivos (Consolidado) | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Operação** | Saldo 30/06/2026 | Cenário provável | Cenário I Δ 25% | Cenário II Δ 50% |
| *Taxa efetiva anual do CDI - Período findo em 30/06/2026 (*)* | 1,07% | | | |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 13) | 1.079.369 | 1.113.948 | 1.125.474 | 1.137.000 |
| *Taxa anual estimada - período findo em 31/12/2026* | | 4,27% | 5,34% | 6,41% |
| *Taxa efetiva anual do IPCA - Período findo em 30/06/2026 (*)* | 5,03% | | | |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 13) | 1.260.345 | 1.260.345 | 1.276.194 | 1.292.043 |
| *Taxa anual estimada - período findo em 31/12/2026* | | 5,03% | 6,29% | 7,55% |
| Efeito positivo (negativo) no resultado/patrimônio líquido - período findo em 30/06/2026 | | 34.579 | 30.256 | 25.934 |

(*) Fonte: Site B3(https://www.calculadorarendafixa.com.br/#/navbar/calculadora).

*Risco de gerenciamento de capital:* A Companhia administra seu capital objetivando assegurar a continuidade de suas atividades, ao mesmo tempo em que busca maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio de otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. d) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos: A Companhia procedeu à avaliação dos valores justos de seus principais instrumentos financeiros em 30 de junho de 2026, utilizando técnicas usuais de precificação de mercado que envolvem julgamento por parte da Administração. Essa avaliação indica que os valores justos se aproximam dos valores contábeis reconhecidos. Para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros, a Administração utilizou as seguintes premissas: *Caixa e equivalentes a caixa:* Os saldos de caixa e equivalentes a caixa, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos similares aos saldos contábeis. *Aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas:* Os saldos de aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos similares aos saldos contábeis.

## 28. COBERTURA DE SEGUROS (CONSOLIDADO)

A Companhia adota uma política de contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos à riscos por montantes, considerados pela Administração, como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 30 de junho de 2026, as principais coberturas de seguros vigentes da Companhia e de suas controladas, referem-se as coberturas dos aterros sanitários e unidades de tratamento de resíduos, além de administrativo. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão dos nossos auditores independentes.

## 29. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

| **Transações Não envolvendo caixa** | 30/6/2026 |
|---|---|
| Aumento de capital | 3.308.549 |
| Bônus de subscrição | 197.640 |
| Valor justo na emissão de novas ações | (104.641) |
| Total de transações sem efeito caixa | 3.401.548 |

## 30. EVENTOS SUBSEQUENTES

**(a) Desdobramento de Ações e Ajuste dos Bônus de Subscrição:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de agosto de 2026 (“AGE”), os acionistas da Orizon Valorização de Resíduos S.A. (“Companhia” ou “OrizonVR”) (B3: ORVR3) aprovaram o desdobramento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 1:4, passando cada uma ação ordinária a representar quatro ações ordinárias, sem alteração do valor do capital social (“Desdobramento de Ações”). Em decorrência do desdobramento, o capital social passou a ser dividido em 549.296.404 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações da Companhia passaram a ser negociadas de forma ex-desdobramento a partir de 11 de agosto de 2026, considerando a posição acionária com data-base de 10 de agosto de 2026, e as ações resultantes do desdobramento foram creditadas aos acionistas em 13 de agosto de 2026. Com o objetivo de preservar os direitos e o valor econômico dos bônus de subscrição em circulação, os parâmetros de exercício foram ajustados na mesma proporção de 1:4. Cada bônus de subscrição, que anteriormente conferia o direito de subscrição de uma ação ordinária, passou a conferir o direito de subscrição de quatro ações ordinárias, e o preço de exercício por ação foi ajustado de R$ 52,93 para R$ 13,2325, mantendo-se inalterado o valor total de exercício por bônus de subscrição. A quantidade de bônus de subscrição em circulação permaneceu inalterada, com efeito a partir de 12 de agosto de 2026. **(b) Aquisição de participação no Aterro Sanitário de Rondonópolis (MT):** A subsidiária integral Orizon Meio Ambiente S.A. celebrou contrato para a aquisição de participação correspondente a 51% do capital social da sociedade titular do Aterro Sanitário de Rondonópolis, localizado no município de Rondonópolis, estado de Mato Grosso (“Transação”), conforme divulgado ao mercado em 13 de agosto de 2026. O ativo, licenciado e em operação, recebe, em média, de 13 a 14 mil toneladas mensais de resíduos sólidos urbanos, atendendo Rondonópolis e municípios do entorno, e reforça o posicionamento da Companhia no estado de Mato Grosso, onde já opera o Ecoparque Cuiabá. O valor da firma (*enterprise value*) atribuído à participação de 51% ora adquirida é de R$ 45,4 milhões, a serem pagos à vista no fechamento da operação. O ativo possui EBITDA anual corrente estimado entre R$ 16 milhões e R$ 18 milhões (participação de 100%). O fechamento da Transação permanece sujeito à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e às demais condições precedentes previstas em contrato. Como o fechamento ainda não ocorreu, a Companhia não obteve o controle da sociedade a ser adquirida e nenhum efeito patrimonial ou de resultado foi reconhecido em decorrência da Transação.

**Leonardo Roberto Pereira dos Santos**
Diretor - CPF 218.498.438-80

**Jessé Gonçalves de Lima Andrade**
Contador - CRC/RJ 115836/O-8 - CPF 114.816.477-41

continua...

ORIZON
VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS

# Orizon Valorização de Resíduos S.A.

**CNPJ: 11.421.994/0001-36**

## Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Orizon Valorização de Resíduos S.A**. - São Paulo - SP

**Introdução:** Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Orizon Valorização de Resíduos S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem os balanços patrimoniais individual e consolidado em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas. A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão. **Alcance da revisão:** Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria. **Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas:** Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. **Outros assuntos:** Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anteriores: O exame dos balanços patrimoniais individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e a revisão das demonstrações individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2025 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de seis meses findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e relatório de revisão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas datados de 25 de março de 2026 e de 14 de agosto de 2025, respectivamente, sem modificações. *Demonstrações do valor adicionado:* As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de agosto de 2026
**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
**Fernando Augusto Lopes Silva**
Contador
CRC nº 1 SP 250631/O-7

Deloitte.

---

Valor ECONÔMICO

O principal veículo de economia e negócios do Brasil.

O único veículo com cobertura especializada em mais de 23 setores da economia. Acompanhe os movimentos dos seus clientes e concorrentes e fique por dentro das novas tecnologias e tendências que podem alavancar o seu negócio ou transformar completamente o seu mercado.

**Valor Econômico, notícias que geram negócios.**
Acesse valor.com.br

ORIZON

# Orizon Meio Ambiente S.A.

## CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30

## Relatório da Administração Orizon Meio Ambiente S.A. 2T26

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das Demonstrações Financeiras individuais consolidadas auditadas da Companhia relativa ao trimestre encerrados em 30 de junho de 2026 e 2025.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas significam "análise horizontal" e "análise vertical", respectivamente, enquanto o termo "n.a" significa "não aplicável".

**PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026 COMPARADO AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025**

| DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R$ milhares, exceto %) | 2T26 | AV% | 2T25 | AV% | AH% |
|---|---|---|---|---|---|
| Receita operacional líquida | 264.659 | 100,00% | 217.930 | 100,00% | 21,44% |
| Custos dos serviços prestados | (158.818) | -60,01% | (117.223) | -53,79% | 35,48% |
| **Lucro Bruto** | **105.841** | **39,99%** | **100.707** | **46,21%** | **5,10%** |
| Despesas gerais e administrativas e com vendas | (45.603) | -17,23% | (41.715) | -19,14% | 9,32% |
| Outras receitas (despesas) líquidas | 9.724 | 3,67% | (460) | -0,21% | n.a |
| **Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência patrimonial** | **69.962** | **26,43%** | **58.532** | **26,86%** | **19,53%** |
| Resultado de equivalência patrimonial | (4.265) | -1,61% | 1.575 | 0,72% | n.a |
| **Resultado financeiro, líquido** | **(45.197)** | **-17,08%** | **(30.443)** | **-13,97%** | **48,46%** |
| Receitas Financeiras | 22.377 | 8,46% | 30.528 | 14,01% | -26,70% |
| Despesas Financeiras | (67.574) | -25,53% | (60.971) | -27,98% | 10,83% |
| **Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social** | **20.500** | **7,75%** | **29.664** | **13,61%** | **-30,89%** |
| Imposto de renda e contribuição social | (8.868) | -3,35% | (3.681) | -1,69% | n.a |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | (9.227) | -3,49% | (4.185) | -1,92% | n.a |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 359 | 0,14% | 504 | 0,23% | -28,77% |
| **Resultado do exercício** | **11.632** | **4,40%** | **25.983** | **11,92%** | **-55,23%** |

***Receita operacional líquida***

A receita líquida no exercício encerrado em 30 de junho de 2026 atingiu 264.659 mil, em comparação com 217.930 mil no mesmo período em 2025, representando um crescimento de 21,44%.

***Custo dos serviços prestados (ex-depreciação e provisão de fechamento de aterros)***

O custo dos serviços prestados no exercício findo em 30 de junho de 2026 foi de 158.818 mil, frente aos 117.223 mil do mesmo trimestre em 2025, o que representou um aumento de 41.595 mil ou 35,48%.

***Lucro bruto***

O lucro bruto encerrado em 30 de junho de 2026 foi de 105.841 mil, em comparação a 100.707 mil do segundo trimestre de 2025, representando um aumento de 5.134 mil ou 5,10%. O lucro bruto representou 39,99% e 46,21% da receita líquida no segundo trimestre de 2026 e 2025, respectivamente.

***Despesas gerais e administrativas e com vendas***

O total de despesas no exercício findo em 30 de junho de 2026 acumulou 45.603 mil, ante 41.715 mil no mesmo período de 2025, um aumento de 3.888 mil ou 9,32%. Essas despesas representaram 17,23% e 19,14% da receita líquida nos exercícios respectivos.

***Outras receitas (despesas), líquidas***

No exercício findo em 30 de junho de 2026, as outras receitas líquidas foram de 9.724 mil, comparado a despesas líquidas de 460 mil no mesmo período de 2025. Isso representa um crescimento de 10.184 mil.

***Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e da equivalência patrimonial***

O lucro antes do resultado financeiro e da equivalência patrimonial foi de 69.962 mil em 30 de junho de 2026, contra 58.532 mil no mesmo período, um aumento de 11.430 mil.

***Resultado de equivalência patrimonial***

O resultado de equivalência patrimonial foi negativo em 4.265 mil no exercício findo em 30 de junho de 2026, ante um resultado positivo em 1.575 mil no mesmo período de 2025 devido aos resultados nas empresas controladas.

***Resultado financeiro, líquido***

O resultado financeiro líquido no período findo em 30 de junho de 2026, foi uma despesa de 45.197 mil, comparado a 30.443 mil no mesmo período em 2025, representando um aumento da despesa em R$14.754 mil ou 48,46%. A variação deve-se principalmente ao desenvolvimento de novos projetos.

***Receitas e despesas financeiras***

As receitas financeiras totalizaram 22.377 mil no segundo trimestre de 2026, frente a 30.528 mil do mesmo período em 2025, redução de 26,70%. As despesas financeiras, por sua vez, aumentaram de 60.971 mil para 67.574 mil.

***Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social***

No período findo em 30 de junho de 2026, o lucro antes dos tributos foi de 20.500 mil, frente ao lucro de 29.664 mil no mesmo período do ano anterior, uma redução de 9.164 mil.

***Imposto de renda e contribuição social***

A despesa com imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 30 de junho de 2026 foi de 8.868 mil, contra 3.681 mil do mesmo período de 2025, um crescimento na despesa de 5.187 mil.

O imposto corrente foi de 9.227 mil no segundo trimestre de 2026, contra 4.185 mil referente ao mesmo trimestre do ano anterior obteve um aumento de 5.042 mil, enquanto o imposto diferido foi de 359 mil no trimestre findo em 30 de junho de 2026, uma redução de 145 mil ou 28,77% em comparação com os 504 mil registados no mesmo período de 2025.

***Resultado do exercício***

O lucro líquido no exercício encerrado em 30 de junho de 2026 foi de 11.632 mil, comparado a 25.983 mil do mesmo período de 2025, uma redução de 14.351 mil no período.

### Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM 381/2003, a Companhia informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda, não prestou serviços que conflitaram com a auditoria externa durante o exercício findo em 30 de junho de 2026. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

### Declaração da Administração

Reconhecemos, como membros da Administração da Companhia, que somos responsáveis pela preparação adequada das demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Como membros da Administração da Companhia, acreditamos que a Companhia possui um sistema de controles internos adequados que permite a preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas exatas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de que estejam livres de distorções relevantes, causadas por fraudes ou erros.

Os membros da administração declaram que discutiram, revisaram e concordaram com conclusão expressa no relatório de auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. sobre o exame da ITR relativa ao trimestre findo em 30 de junho de 2026.

### Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | **Nota** | **30/06/2026** | **31/12/2025** | **30/06/2026** | **31/12/2025** |
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 303.158 | 17.147 | 319.963 | 202.332 |
| Títulos e valores mobiliários | 4 | 6.293 | 10.543 | 9.253 | 16.323 |
| Contas a receber de clientes | 5 | 96.939 | 94.204 | 334.705 | 295.385 |
| Debêntures | 10 | 50.513 | 22.020 | 50.513 | 22.020 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 6.a | 28.997 | 20.203 | 66.818 | 52.380 |
| Outros ativos circulantes | 8.a | 37.799 | 22.011 | 88.551 | 52.972 |
| Total do ativo circulante | | 523.699 | 186.128 | 869.803 | 641.412 |
| Não circulante | | | | | |
| Debêntures não circulante | 10 | 411.762 | 411.762 | 411.762 | 411.762 |
| Contas a receber de clientes - não circulante | 5 | 38.304 | 30.211 | 75.893 | 43.929 |
| Partes relacionadas não circulante | 7 | 261.654 | 256.081 | 172.529 | 169.191 |
| Depósitos judiciais e cauções | 18.c | 1.294 | 1.294 | 1.331 | 1.300 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 6.d | 85.345 | 82.325 | 85.345 | 82.325 |
| Investimentos | 9 | 1.653.151 | 1.603.530 | 112.770 | 117.456 |
| Imobilizado, Líquido | 11 | 308.162 | 286.838 | 1.021.807 | 950.843 |
| Intangível | 12 | 47.281 | 45.908 | 479.423 | 466.553 |
| Direito de uso | 13 | 40.732 | 48.080 | 88.753 | 92.908 |
| Outros ativos não circulante | 8.a | - | - | 6.117 | 6.117 |
| Total do ativo não circulante | | 2.847.685 | 2.766.029 | 2.455.730 | 2.342.384 |
| Total do ativo | | 3.371.384 | 2.952.157 | 3.325.533 | 2.983.796 |

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Passivo** | **Nota** | **30/06/2026** | **31/12/2025** | **30/06/2026** | **31/12/2025** |
| Circulante | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 13 | 89.061 | 59.974 | 180.258 | 178.598 |
| Arrendamentos | 13 | 16.494 | 28.739 | 46.338 | 47.534 |
| Fornecedores | 14 | 28.446 | 26.951 | 66.735 | 67.488 |
| Outorgas a pagar | 15 | - | 101 | 15.441 | 15.367 |
| Salários e encargos sociais | 16 | 20.927 | 14.324 | 39.092 | 28.743 |
| Impostos e contribuições a recolher | 6.b | 13.409 | 11.765 | 53.524 | 37.082 |
| Parcelamento de impostos | 17 | 5.451 | 5.682 | 11.613 | 11.849 |
| Adiantamento de clientes | 19 | 4.737 | 7.335 | 6.195 | 8.691 |
| Contas a pagar | 20 | 18.134 | 973 | 18.134 | 973 |
| Outros passivos circulantes | 8.b | 1.706 | 1.179 | 2.378 | 3.704 |
| Total do passivo circulante | | 198.365 | 157.023 | 439.708 | 400.029 |
| Não circulante | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 13 | 1.397.289 | 1.221.274 | 1.724.934 | 1.326.518 |
| Arrendamentos não circulante | 13 | 27.109 | 23.841 | 47.124 | 51.419 |
| Parcelamento de Impostos | 17 | 3.744 | 5.929 | 14.378 | 20.152 |
| Provisão para perdas em investimentos | 9 | 158 | 158 | 158 | 158 |
| Passivo com partes relacionadas | 7 | 897.572 | 727.929 | 196.355 | 318.930 |
| Provisão para contingências | 18 | 4.492 | 4.265 | 10.064 | 10.038 |
| Outros passivos | 8.b | 31.859 | 25.341 | 47.585 | 39.252 |
| Total do passivo não circulantes | | 2.362.223 | 2.008.737 | 2.040.598 | 1.766.467 |
| Patrimônio líquido | | | | | |
| Capital social | 21.a | 806.843 | 806.843 | 806.843 | 806.843 |
| Reserva de capital | | 181.414 | 181.414 | 181.414 | 181.414 |
| (-) Prejuízos acumulados | | (188.715) | (213.114) | (188.715) | (213.114) |
| Outros resultados abrangentes | | 11.254 | 11.254 | 11.254 | 11.254 |
| | | 810.796 | 786.397 | 810.796 | 786.397 |
| Participação de controladores | | 810.796 | 786.397 | 810.796 | 786.397 |
| Participação de não controladores | | - | - | 34.431 | 30.903 |
| Total do patrimônio líquido | | 810.796 | 786.397 | 845.227 | 817.300 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 3.371.384 | 2.952.157 | 3.325.533 | 2.983.796 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

### Demonstrações dos resultados abrangentes

### Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **30/06/2026** | **30/06/2025** | **30/06/2026** | **30/06/2025** |
| Lucro líquido do período | 24.399 | 22.643 | 27.927 | 26.944 |
| Outros resultados abrangentes - Equivalência patrimonial | - | - | - | - |
| Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de tributos | 24.399 | 22.643 | 27.927 | 26.944 |
| Atribuível aos acionistas: | | | | |
| Não controladores | | | 3.528 | 4.301 |
| Controladores | | - | 24.399 | 22.643 |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **01/04/2026 a 30/06/2026** | **01/04/2025 a 30/06/2025** | **01/04/2026 a 30/06/2026** | **01/04/2025 a 30/06/2025** |
| Lucro líquido do exercício | 10.130 | 23.871 | 11.632 | 25.983 |
| Total de outros resultados abrangentes do período, líquidos de tributos | 10.130 | 23.871 | 11.632 | 25.983 |
| Atribuível aos acionistas: | | | | |
| Não controladores | - | - | 1.502 | 2.112 |
| Controladores | - | - | 10.130 | 23.871 |

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado - Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025 - (Valores expressos em milhares de reais)

| | | | Reserva de capital | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Nota** | **Capital social** | **Reserva especial de ágio** | **Ajuste de avaliação patrimonial - Custo atribuído** | **Reserva de capital** | **Prejuízos acumulados** | **Outros resultados abrangentes** | **Total** | **Participação de não controladores** | **Total Patrimônio líquido** |
| Saldos em 1º de janeiro de 2025 | | 806.843 | 14.401 | 10.359 | 156.654 | (240.148) | 11.254 | 759.363 | 20.058 | 779.421 |
| Saldos em 1º de janeiro de 2025 | | 806.843 | 14.401 | 10.359 | 156.654 | (240.148) | 11.254 | 759.363 | 20.058 | 779.421 |
| Prejuízo do período | | - | - | - | - | 22.643 | - | 22.643 | 4.301 | 26.944 |
| Saldos em 30 de junho de 2025 | 21 | 806.843 | 14.401 | 10.359 | 156.654 | (217.505) | 11.254 | 782.006 | 24.359 | 806.365 |
| Saldos em 1º de janeiro de 2026 | | 806.843 | 14.401 | 10.359 | 156.654 | (213.114) | 11.254 | 786.397 | 30.903 | 817.300 |
| Lucro líquido do período | | - | - | - | - | 24.399 | - | 24.399 | 3.528 | 27.927 |
| Saldos em 30 de junho de 2026 | 21 | 806.843 | 14.401 | 10.359 | 156.654 | (188.715) | 11.254 | 810.796 | 34.431 | 845.227 |

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

### Demonstrações dos resultados - Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Nota** | **30/06/2026** | **30/06/2025** | **30/06/2026** | **30/06/2025** |
| Receita operacional líquida | 22 | 222.478 | 170.208 | 517.706 | 417.626 |
| Custo dos serviços prestados | 23 | (121.489) | (96.483) | (294.998) | (238.982) |
| Lucro bruto | | 100.989 | 73.725 | 222.708 | 178.644 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | | |
| Gerais e administrativas | 23 | (62.960) | (59.588) | (84.819) | (77.998) |
| Outras receitas (despesas), líquidas | | 14.287 | 3.031 | 10.709 | (2.881) |
| Lucro antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial | | 52.316 | 17.168 | 148.598 | 97.765 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 9 | 39.912 | 42.383 | (4.727) | 5.754 |
| Resultado financeiro | | | | | |
| Receitas financeiras | 24 | 42.745 | 55.289 | 41.463 | 54.473 |
| Despesas financeiras | 24 | (113.421) | (93.502) | (139.409) | (120.827) |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | 21.552 | 21.338 | 45.925 | 37.165 |
| Corrente | 6.c | (174) | - | (21.019) | (11.526) |
| Diferido | 6.c | 3.021 | 1.305 | 3.021 | 1.305 |
| Lucro líquido do período | | 24.399 | 22.643 | 27.927 | 26.944 |
| Atribuível aos quotistas: | | | | | |
| Não controladores | | | | 3.528 | 4.301 |
| Controladores | | | | 24.399 | 22.643 |
| Lucro líquido básico e diluído por ação | | 6,95 | 6,45 | 7,96 | 7,68 |

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

### Demonstrações dos resultados - Períodos de três meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Nota** | **01/04/2026 a 30/06/2026** | **01/04/2025 a 30/06/2025** | **01/04/2026 a 30/06/2026** | **01/04/2025 a 30/06/2025** |
| Receita operacional líquida | 22 | 110.132 | 90.933 | 264.659 | 217.930 |
| Custo dos serviços prestados | 23 | (62.708) | (47.688) | (158.818) | (117.223) |
| Lucro bruto | | 47.424 | 43.245 | 105.841 | 100.707 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | | |
| Gerais e administrativas | 23 | (31.395) | (30.463) | (45.603) | (41.715) |
| Outras receitas (despesas), líquidas | | 9.656 | 4.207 | 9.724 | (460) |
| Lucro antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial | | 25.685 | 16.989 | 69.962 | 58.532 |
| Resultado de equivalência patrimonial | | 15.188 | 19.845 | (4.265) | 1.575 |
| Resultado financeiro | | | | | |
| Receitas financeiras | 24 | 22.149 | 34.316 | 22.377 | 30.528 |
| Despesas financeiras | 24 | (54.169) | (47.783) | (67.574) | (60.971) |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | 8.853 | 23.367 | 20.500 | 29.664 |
| Corrente | 6.c | 918 | - | (9.227) | (4.185) |
| Diferido | 6.c | 359 | 504 | 359 | 504 |
| Lucro líquido do período | | 10.130 | 23.871 | 11.632 | 25.983 |
| Atribuível aos quotistas: | | | | | |
| Não controladores | | - | - | 1.502 | 2.112 |
| Controladores | | - | - | 10.130 | 23.871 |
| Lucro líquido básico e diluído por ação | | 2,88 | 6,80 | 3,32 | 7,40 |

### Demonstrações dos fluxos de caixa - Período findo em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **30/06/2026** | **30/06/2025** | **30/06/2026** | **30/06/2025** |
| **Fluxos de caixa das atividades operacionais** | | | | |
| Lucro líquido do período | 24.399 | 22.643 | 27.927 | 26.944 |
| **Ajustes para reconciliar o lucro líquido:** | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | (39.912) | (42.383) | 4.727 | (5.754) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (2.563) | 1.948 | 2.679 | 1.011 |
| Provisão para contingências | 797 | (1.705) | 1.306 | (1.095) |
| Ajuste a valor presente | 8.882 | 3.939 | 9.199 | 7.468 |
| Variação cambial | - | 1.763 | 833 | 2.468 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (3.020) | (1.304) | (3.021) | (1.304) |
| Depreciações e amortizações | 43.577 | 37.350 | 88.342 | 76.815 |
| Provisão para fechamento de aterro | 6.519 | 2.063 | 9.527 | 3.174 |
| Rendimento de debêntures | (36.667) | (39.673) | (36.667) | (39.673) |
| Valor residual do imobilizado baixado | 185 | 552 | 259 | 860 |
| Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos | 100.737 | 85.527 | 121.586 | 102.582 |
| Outros | - | 556 | (41) | 716 |
| (Aumento) redução nos ativos operacionais | | | | |
| Contas a receber de clientes | (8.265) | (11.757) | (75.258) | (39.178) |
| Impostos a recuperar | (6.363) | (2.284) | (9.405) | (1.448) |
| Depósitos judiciais e cauções | - | - | (31) | - |
| Outros ativos | (15.788) | 3.351 | (35.579) | 1.877 |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais | | | | |
| Fornecedores | 957 | (2.540) | (2.636) | 37 |
| Outorgas a pagar | (101) | - | 74 | 2.326 |
| Salários e encargos sociais | 6.603 | 2.156 | 10.349 | 5.639 |
| Impostos e contribuições a recolher | 2.138 | (1.335) | 33.323 | 10.053 |
| Adiantamentos de clientes | (2.598) | (296) | (2.496) | (307) |
| Contas a pagar | (12) | (4.972) | (12) | (4.972) |
| Parcelamento de impostos | (2.416) | (3.575) | (6.010) | (7.465) |
| Outros | 526 | 240 | (2.519) | 128 |
| Caixa gerado nas atividades operacionais | 77.615 | 50.264 | 136.456 | 140.902 |
| Imposto de renda e contribuíção social pagos | (494) | - | (16.881) | (14.462) |
| Juros pagos | (37.571) | (73.631) | (57.454) | (84.479) |
| Caixa aplicado nas atividades operacionais | 39.550 | (23.367) | 62.121 | 41.961 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | | | |
| Aquisições de participação societária, líquida dos caixas adquiridos | (7.580) | - | (7.580) | - |
| Aquisições de imobilizado e intangível | (43.259) | (30.042) | (129.687) | (93.285) |
| Títulos e valores mobiliários | 4.250 | (4.305) | 7.070 | (2.127) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | (46.589) | (34.347) | (130.197) | (95.412) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | | |
| Empréstimos e financiamentos captados | 150.000 | - | 371.000 | 80.000 |
| Empréstimos e financiamentos pagos | (9.282) | (13.036) | (35.495) | (97.532) |
| Arrendamentos pagos | (11.738) | (11.149) | (23.885) | (27.063) |
| Partes relacionadas | 164.070 | 692.491 | (125.913) | 697.247 |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento | 293.050 | 668.306 | 185.707 | 652.652 |
| Aumento no caixa e equivalentes de caixa | 286.011 | 610.592 | 117.631 | 599.201 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 17.147 | 12.293 | 202.332 | 50.165 |
| Caixa - SPE Itapevi - Oeste Paulista | - | 373,00 | - | - |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do período | 303.158 | 623.258 | 319.963 | 649.366 |
| Aumento no caixa e equivalentes de caixa | 286.011 | 610.592 | 117.631 | 599.201 |

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

### Demonstrações do valor adicionado - Período findo em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **30/06/2026** | **30/06/2025** | **30/06/2026** | **30/06/2025** |
| **Receitas** | 256.681 | 194.208 | 592.868 | 479.456 |
| Serviços prestados | 254.118 | 196.156 | 595.547 | 480.467 |
| Reversão (Provisão) de para créditos de liquidação duvidosa | 2.563 | (1.948) | (2.679) | (1.011) |
| **Insumos adquiridos de terceiros** | (58.761) | (58.636) | (151.539) | (137.823) |
| Custo dos serviços prestados | (48.383) | (44.019) | (128.024) | (107.161) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (10.378) | (14.617) | (23.515) | (30.662) |
| **Valor adicionado bruto** | 197.920 | 135.572 | 441.329 | 341.633 |
| **Retenções** | (50.096) | (39.413) | (97.869) | (79.989) |
| Depreciação e amortização | (43.577) | (37.350) | (88.342) | (76.815) |
| Provisão para fechamento de aterro | (6.519) | (2.063) | (9.527) | (3.174) |
| **Valor adicionado líquido produzido** | 147.824 | 96.159 | 343.460 | 261.644 |
| **Valor adicionado recebido em transferência** | 86.608 | 101.754 | 41.195 | 63.806 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 39.911 | 42.383 | (4.726) | 5.754 |
| Receitas financeiras | 46.697 | 59.371 | 45.921 | 58.052 |
| **Valor adicionado total a distribuir** | 234.432 | 197.913 | 384.655 | 325.450 |
| **Distribuição do valor adicionado** | 234.432 | 197.913 | 384.655 | 325.450 |
| **Pessoal** | 49.889 | 48.164 | 91.874 | 94.206 |
| Remuneração direta | 38.958 | 30.903 | 69.423 | 58.996 |
| Benefícios | 8.029 | 3.361 | 16.800 | 6.658 |
| FGTS | 2.902 | 2.286 | 5.651 | 4.668 |
| Outros | - | 11.614 | - | 23.884 |
| **Impostos, taxas e contribuíções** | 41.820 | 28.725 | 116.830 | 76.641 |
| Federais | 31.391 | 19.730 | 89.307 | 53.180 |
| Estaduais | 1.293 | 1.012 | 3.271 | 2.958 |
| Municipais | 9.136 | 7.983 | 24.252 | 20.503 |
| **Remuneração de capital de terceiros** | 118.324 | 98.381 | 148.024 | 127.659 |
| Aluguéis | 4.903 | 4.879 | 8.615 | 6.832 |
| Despesas financeiras | 113.421 | 93.502 | 139.409 | 120.827 |
| **Remuneração de capitais próprios** | 24.399 | 22.643 | 27.927 | 26.944 |
| Prejuízo do período | 24.399 | 22.643 | 24.399 | 22.643 |
| Participação de não controladores | - | - | 3.528 | 4.301 |

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 30 de junho de 2026 - (Em milhares de reais)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Orizon Meio Ambiente S.A. ("Companhia") foi constituída no ano de 1999 e tem como objetivo investir e atuar nos segmentos de tratamento e destinação final de resíduos perigosos e não perigosos, energia de biogás, produção de biometano, créditos de carbono, beneficiamento de resíduos e serviços ambientais. Em 30 de junho de 2026, a Companhia, por meio de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas, atua na gestão e valorização de resíduos, com operações distribuídas em diversos estados do Brasil. Os ativos estão localizados nos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Alagoas, Paraíba, Rondônia, Mato Grosso, Ceará e Rio Grande do Norte. A estrutura operacional compreende ativos de destinação final de resíduos, unidades de tratamento, plantas de geração de energia e projetos ambientais, incluindo biogás, biometano e créditos de carbono. Na mesma data, a Companhia possuía a seguinte base operacional:

| Categoria operacional | Quantidade | Ativos / operações |
|---|---|---|
| **Aterros sanitários (resíduos não perigosos)** | **16** | Ecoparque Alto Oeste<br>Ecoparque Barra Mansa (concessão)<br>Ecoparque Cerrado<br>Ecoparque Itapevi<br>Ecoparque Jaboatão<br>Ecoparque Juazeiro do Norte<br>Ecoparque Maceió ( concessão)<br>Ecoparque Nova Iguaçu (concessão)<br>Ecoparque Oeste Paulista<br>Ecoparque Pantanal<br>Ecoparque Paulínia<br>Ecoparque Porto Velho<br>Ecoparque Santa Luzia<br>Ecoparque São Gonçalo (concessão)<br>Ecoparque Sergipe<br>Ecoparque Tremembé |
| **Transbordos** | **2** | ETR Duque de Caxias<br>ETR Sergipe |
| **Aterros sanitários (resíduos perigosos)** | **2** | EcoparqueTremembé<br>Ecoparque Rosário do Catete |
| **Plantas de exploração de biogás** | **9** | Ecoparque Nova Iguaçu<br>Ecoparque São Gonçalo<br>Ecoparque Barra Mansa<br>Ecoparque Jaboatão dos Guararapes<br>Ecoparque Paulínia<br>Ecoparque Maceió<br>Ecoparque Sergipe<br>Ecoparque Itapevi<br>Ecoparque Tremembé |
| **Projetos de créditos de carbono** | **5** | Ecoparque Jaboatão dos Guararapes<br>Ecoparque Sergipe<br>Ecoparque Maceió<br>Ecoparque Paulínia<br>Ecoparque São Gonçalo |
| **Plantas de biometano** | **2** | Ecoparque Paulínia<br>Ecoparque Jaboatão dos Guararapes |
| **Unidades de beneficiamento de resíduos** | **4** | Magé<br>Sorocaba<br>UTM Jaboatão dos Guararapes<br>UTM Paulínia |

Os ativos são responsáveis pelo recebimento de aproximadamente 4,8 milhões de toneladas de resíduos no 1º semestre de 2026[1]. [1] Informações não revisadas pelos auditores independentes da Companhia. A Companhia atua na destinação final de resíduos perigosos e não perigosos, sendo 02 aterros de resíduos perigosos e 16 aterros sanitários de resíduos não-perigosos , com recebimento de aproximadamente 8,8 milhões de toneladas por ano[1]. [1] Informações não revisadas pelos auditores independentes da Companhia. Adicionalmente, a Companhia atua na exploração energética do biogás gerado em seus aterros, com captação aproximada de 52.521 Nm$^3$ por hora e geração anual em suas termoelétricas, de cerca de 306.517 MWh, destinados à geração de energia, produção de biometano e queima em flare[1]. [1] Informações não revisadas pelos auditores independentes da Companhia. No âmbito da exploração de créditos de carbono, a Orizon Meio Ambiente e suas controladas operam aterros sanitários que, por meio da queima de biogás e das iniciativas de transição energética, são responsáveis por evitar a emissão de aproximadamente 3 milhões de toneladas de $CO_2$ equivalente por ano[1]. [1] Informações não revisadas pelos auditores independentes da Companhia. Na atividade de beneficiamento de resíduos, a Companhia possuía, em 30 de junho de 2026, 4 unidades operacionais. A Companhia também atua por meio de projetos relevantes de biogás e energia, incluindo: • Aterros de Nova Iguaçu e São Gonçalo (RJ), com contratos de fornecimento de biogás de longo prazo; • Aterro de Barra Mansa (RJ), com geração anual de aproximadamente 8.503 MWh; • Aterro de Jaboatão dos Guararapes (PE), com projeto de geração de energia e biometano; • Aterro de Paulínia (SP), com fornecimento de biogás para produção de biometano e abastecimento de usina termelétrica.

| Empresa / Ativo | Atividade |
|---|---|
| CTR Nova Iguaçu S.A. (CTRNI) | Aterro sanitário |
| CTR Alcântara S.A. (CTRA) | Aterro sanitário |
| CTR Barra Mansa S.A. (CTRBM) | Aterro sanitário |
| ETR Jardim Gramacho S.A. | Transbordo de resíduos |
| Orizon Pantanal Ltda | Holding de participações |
| UTM Jaboatão dos Guararapes Ltda. | Beneficiamento de Resíduos (unidade de triagem mecanizada) |
| CGR Cuiabá | Aterro sanitário |
| CGR Ambiental | Destinação de resíduos |
| Orizon Tremembé Ambiental S.A. | Aterro sanitário |
| Orizon Itaboraí Ambiental S.A. | Aterro sanitário |
| Orizon Rosário do Catete Ambiental S.A. | Aterro sanitário |
| Orizon CTR Metropolitana Participações S.A. | Holding Não-Operacional |
| Orizon Sorocaba Ambiental S.A. | Beneficiamento de resíduos |
| SPE Maceió Ambiental S.A. | Aterro sanitário |
| CTR Porto Velho S.A. | Aterro sanitário |
| Oeste Ambiental Ltda | Aterro sanitário |
| Ecoparque Juazeiro do Norte S.A. | Aterro sanitário |
| SPE Duque de Caxias | Transbordo e Beneficiamento de Resíduos (em fase pré-operacional) |
| Oeste Paulista | Aterro sanitário |

**Controladas indiretas:** As principais operações indiretas da Companhia incluem ativos de destinação final de resíduos, concessões públicas e projetos de geração de energia:

| Ativo / operação | Descrição resumida |
|---|---|
| Ecoparque Juazeiro | Aterro sanitário |

**Combinações de negócios (PPA):** Período de Mensuração do Purchase Price Allocation (PPA): A Companhia apurou os valores da combinação de negócio de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination", que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer, em suas Demonstrações financeiras. Os valores justos descritos na aquisição da Oeste Paulista foram alocados conforme previsto pelo CPC 15/IFRS 3, que permite a Companhia finalizar a análise dos ativos adquiridos e passivos assumidos em até 12 meses a partir da data de aquisição. Abaixo, o balanço Patrimonial na data de aquisição:

| | Oeste Paulista |
|---|---|
| **Data da aquisição** | **01/10/2025** |
| Ativos identificáveis (mais-valia) | |
| Imobilizado | 467 |
| Licenças | 56.135 |
| Subtotal ativos identificáveis | 56.602 |
| Ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill) | - |
| Total alocado + ágio | 56.602 |
| Valor contábil dos ativos líquidos adquiridos | 1.648 |
| Preço de aquisição - Contraprestação | 30.232 |
| Earn-out mensurado | 24.722 |

Abaixo, o Balanço Patrimonial na data de aquisição:

| **Ativo** | **Oeste Paulista** |
|---|---|
| Circulante | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 186 |
| Títulos e valores mobiliários | 103 |
| Contas a receber de clientes | 257 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 2 |
| Total do ativo circulante | 548 |
| Não Circulante | |
| Imobilizado, líquido | 9.308 |
| Total do ativo não circulante | 9.308 |
| Total do Ativo | 9.856 |

| **Passivo e Patrimônio Líquido** | **Oeste Paulista** |
|---|---|
| Circulante | |
| Empréstimos e financiamentos | 464 |
| Arrendamentos | 583 |
| Fornecedores a pagar | 4.846 |
| Salários e encargos sociais | 27 |
| Impostos e contribuições a recolher | 549 |
| Parcelamento de impostos | 23 |
| Total do passivo circulante | 6.492 |
| Não Circulante | |
| Parcelamento de impostos - não circulante | 372 |
| Outros passivos não circulantes | 4.592 |
| Total do passivo não circulante | 4.964 |
| Patrimônio Líquido | |
| Capital Social | 8.872 |
| (-) Prejuízos acumulados | (10.472) |
| Total do Patrimônio Líquido | (1.600) |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido | 9.856 |

**Incorporação:** Em 28 de fevereiro de 2026, a Holding Pantanal foi incorporada pela CGR Cuiabá Ambiental. O acervo líquido contábil incorporado totalizou R$ 57.034, conforme demonstrado abaixo:

| Descrição | R$ mil |
|---|---|
| Ativo total | 131.617 |
| Passivo total | 74.584 |
| Acervo líquido incorporado | 57.034 |

Em 28 de fevereiro de 2026, a CGR Ambiental foi incorporada pela CGR Cuiabá Ambiental. O acervo líquido contábil incorporado totalizou R$ (275), conforme demonstrado abaixo:

| Descrição | R$ mil |
|---|---|
| Ativo total | 254 |
| Passivo total | 529 |
| Patrimônio líquido | (275) |

**Controladas em conjunto e coligadas:** A Companhia mantém participações em empreendimentos conjuntos e coligadas, com destaque para:

| Investida | Atividade | Participação |
|---|---|---|
| UTE Paulínia | Geração de energia | Joint venture - 33,3% |
| Vamtec Orizon | Beneficiamento de resíduos | Joint venture - 50% |
| CTR Metropolitana Serviços | Aterro sanitário | 50% |
| CTR Santa Luzia | Aterro sanitário | 50% |
| Biometano Verde Paulínia | Produção de biometano | 49% |

#### 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**2.1. Declaração de conformidade:** As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 21 - Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board - IASB* " (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). A apresentação destas informações foi elaborada de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração do Formulário de Informações Intermediárias - ITR. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas não incluem todas as informações e divulgações requeridas para demonstrações financeiras anuais. Portanto, essas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2025, emitidas em 25 de março de 2026. A Administração da Companhia autorizou a emissão das informações financeiras contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 13 de agosto de 2026. Conforme Orientação Técnica OCPC 07 (R1), a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. **2.2. Base de elaboração:** As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos itens mensurados pelo valor justo, quando indicados. **2.3. Base de consolidação:** O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é dado baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. As investidas classificadas como controlada direta ou indireta, são apresentadas de forma consolidada nas demonstrações financeiras, enquanto as demais investidas, são reconhecidas pelo percentual de participação nas respectivas linhas de investimentos e resultado de equivalência patrimonial. Abaixo a estrutura é como segue:

| | | Participação no capital (%) | |
|---|---|---|---|
| **Companhia** | **Categoria** | **30/06/2026** | **31/12/2025** |
| CTRNI | Controlada direta | 100 | 100 |
| CTRA | Controlada direta | 100 | 100 |
| CTRBM | Controlada direta | 100 | 100 |
| SES Haztec | Controlada em conjunto | 50 | 50 |
| ETR Gramacho | Controlada direta | 100 | 100 |
| UTM Jaboatão | Controlada direta | 100 | 100 |
| Vamtec Orizon | Controlada em conjunto | 50 | 50 |
| UTE Paulínia | Controlada em conjunto | 33,33 | 33,33 |
| SPE Itaboraí | Controlada direta | 100 | 100 |
| SPE Rosário do Catete | Controlada direta | 100 | 100 |
| Orizon Sorocaba Blendagem | Controlada direta | 100 | 100 |
| Orizon Tremembé Ambiental | Controlada direta | 100 | 100 |
| SPE CTR Metropolitana | Controlada direta | 100 | 100 |
| Metropolitana Serviços Ambientais | Controlada indireta | 50 | 50 |
| SPE Maceió | Controlada direta | 100 | 100 |
| Orizon Pantanal | Controlada direta | - | 100 |
| CTR Porto Velho | Controlada direta | 51 | 51 |
| CTR Santa Luzia | Controlada em conjunto | 50 | 50 |
| Centro de Gerenciamento de Residuais Cuiabá Limitada | Controlada indireta | 100 | 100 |
| CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. | Controlada indireta | - | 100 |
| Orizon Holding Ceará Ltda. | Controlada direta | 100 | 100 |
| Oeste Ambiental | Controlada direta | 51 | 51 |
| Ecoparque Juazeiro do Norte | Controlada indireta | 51 | 51 |
| Biometano Verde Paulínia S.A. | Controlada em conjunto | 49 | 49 |
| SPE Central de Proc.de Res. Urb. de Duque de Caxias S.A (1) | Controlada direta | 100 | 100 |
| Consorcio Pernambuco Asja Oma (2) | Controlada direta | 50 | 50 |
| Ecoparque Oeste Paulista | Controlada direta | 100 | 100 |

(1) No 3º trimestre de 2025, foi constituída a SPE Duque de Caxias. (2) A participação pode variar conforme receita gerada.

**2.4. Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira conversão de saldos:** As informações contábeis intermediárias são preparadas em Reais (R$), que é a moeda funcional utilizada da Companhia. **2.5. Julgamentos, estimativas premissas contábeis significativas:** A preparação de informações contábeis intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis, provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios e mensuração de valor justo. **2.6. Normas emitidas, vigentes e não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das informações contábeis intermediárias da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

continua...

Ines249

ORIZON

# Orizon Meio Ambiente S.A.

## CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30

**Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 30 de junho de 2026** - (Em milhares de reais)

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. IFRS 10 e IAS 28 Demonstrações Financeiras Consolidadas: Alterações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição na forma de ativos entre um investidor e sua coligada ou controlada em conjunto. Ainda sem data de vigência definida pelo IASB, as alterações à IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e à IAS 28 - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto tratam de eventuais ganhos e perdas decorrentes da perda de controle de uma controlada que envolvam a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Como não existe data de vigência, a Companhia ainda está avaliando os potenciais impactos desta alteração. IFRS 18 / CPC 51 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Alterações à IFRS 18 / CPC 51 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 / CPC 51 substitui a IAS 1 / CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, buscando aprimorar a apresentação do desempenho das entidades na demonstração de resultado, transportando diversas das exigências na IAS 1 / CPC 26 (R1) /não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 - Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 - Lucro por Ação. A IFRS 18 / CPC 51 apresenta novas exigências para: • apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado; • apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (“MPMs”) nas notas explicativas às demonstrações financeiras; • melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações. A Companhia deve aplicar a IFRS 18 / CPC 51 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas. A Administração está avaliando os potenciais impactos que esta nova norma trará, incluindo impactos sistêmicos para capturar as novas exigências da IFRS 18. IFRS 9 e IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros. As alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros, IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 7 (CPC 40), emitidas pelo IASB, refinam a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, com foco em pagamentos eletrônicos, características ESG em empréstimos e instrumentos sem recurso. Entre as principais mudanças, destaca-se: • Desreconhecimento de passivo financeiro liquidado por transferência eletrônica; • Classificação de ativos financeiros:Termos contratuais que são consistentes com um acordo básico de empréstimo e ativos financeiros com características ‘non-recourse’; instrumentos contratualmente vinculado; • Divulgações: Investimento em instrumento patrimonial designado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e termos contratuais que podem alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia continua avaliando os potenciais impactos destas alterações, e não espera que tenham impactos materiais. Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que fazem referência a eletricidade cuja geração dependente de condições naturais. As alterações propostas ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que fazem referência a eletricidade cuja geração dependente de condições naturais, visam aprimorar a transparência e facilitar a compreensão das implicações financeiras dos contratos de eletricidade renovável, permitindo uma tomada de decisão mais informada sobre o impacto desses contratos no desempenho financeiro. As principais alterações são: Alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros • Uso Próprio (Own Use) - As alterações esclarecem como os contratos de compra de eletricidade gerada por fontes variáveis (solar, eólica) podem atender aos critérios de «uso próprio» (exceção de não contabilização pelo valor justo) mesmo quando a geração é intermitente e dependente de condições climáticas. • Contabilidade de Hedge - Os requisitos de contabilidade de hedge no IFRS 9 foram alterados para permitir que uma entidade utilize um contrato de energia renovável que depende de condições naturais, com características específicas, como instrumento de hedge; para designar um volume variável de transações previstas de energia como item objeto de hedge, desde que critérios específicos sejam atendidos; e para mensurar o item objeto de hedge utilizando as mesmas premissas de volume que aquelas usadas para o instrumento de hedge. Alterações ao IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação e ao IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgação • O IFRS 7 e o IFRS 19 foram alterados para introduzir requisitos de divulgação sobre contratos que fazem referência à energia dependente de condições naturais com características específicas. As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a aplicação antecipada. As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a aplicação antecipada. As alterações à isenção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, de acordo com o IAS 8, utilizando os fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial. As alterações aos requisitos de contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente a novas relações de hedge designadas a partir da data da adoção inicial. Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11 Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contabeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros), IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção inicial das normas.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXAS

| | Controladora 30/06/2026 | Controladora 31/12/2025 | Consolidado 30/06/2026 | Consolidado 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|
| Caixa | - | - | 243 | 243 |
| Bancos | 21.890 | 15.145 | 37.529 | 42.999 |
| Certificado de depósito bancário (CDB) | 281.268 | 2.002 | 282.191 | 159.090 |
| Total | 303.158 | 17.147 | 319.963 | 202.332 |

Os equivalentes de caixa incluem investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor e são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo. Os certificados de depósito bancários possuem remuneração aproximada de 100% do CDI.

### 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

| | Controladora 30/06/2026 | Controladora 31/12/2025 | Consolidado 30/06/2026 | Consolidado 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|
| Aplicações financeiras | 6.293 | 10.543 | 9.253 | 16.323 |
| Circulante | 6.293 | 10.543 | 9.253 | 16.323 |

Constitui-se de recursos com rentabilidade via aplicações em CDB, Certificados de Depósito Bancário (CDB), os quais apresentam baixo risco de crédito e não estão sujeitos a variações significativas no valor do principal. Essas aplicações são remuneradas por taxas pós-fixadas indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com rentabilidade próxima a 100% da variação do CDI, sendo os rendimentos apropriados até a data do resgate ou vencimento.

### 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

| | Controladora 30/06/2026 | Controladora 31/12/2025 | Consolidado 30/06/2026 | Consolidado 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|
| Contas a receber | 43.701 | 57.149 | 354.512 | 325.898 |
| Serviços a faturar (1) | 102.088 | 80.375 | 201.270 | 155.921 |
| | 145.789 | 137.524 | 555.782 | 481.819 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (10.546) | (13.109) | (145.184) | (142.505) |
| Total | 135.243 | 124.415 | 410.598 | 339.314 |
| Circulante | 96.939 | 94.204 | 334.705 | 295.385 |
| Não circulante | 38.304 | 30.211 | 75.893 | 43.929 |

1. O saldo de serviços a faturar refere-se a (i) Créditos de Carbono comercializados conforme as condições contratuais, que serão oportunamente baixados do contas a receber de acordo com o processo de registro, verificação e entrega; e (ii) À apropriação por competência, com base nos boletins de medição que indicam a efetiva prestação dos serviços de acordo com as condições contratadas, cujos saldos serão transferidos para contas a receber quando do correspondente faturamento.

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, faturados, por idade de vencimento:

| | Controladora 30/06/2026 | Controladora 31/12/2025 | Consolidado 30/06/2026 | Consolidado 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|
| A vencer | 26.619 | 18.488 | 91.004 | 53.759 |
| Vencidos até 30 dias | 1.754 | 13.624 | 13.558 | 31.575 |
| Vencidos de 31 a 60 dias | 1.027 | 7.789 | 31.956 | 21.431 |
| Vencidos de 61 a 90 dias | 335 | 502 | 11.932 | 13.586 |
| Vencidos de 91 a 180 dias | 581 | 887 | 15.450 | 21.458 |
| Vencidos de 181 a 360 dias | 1.642 | 1.329 | 12.894 | 9.786 |
| Vencidos acima de 360 dias | 11.743 | 14.530 | 177.718 | 174.303 |
| Total | 43.701 | 57.149 | 354.512 | 325.898 |

Os saldos a receber da controlada direta CTRA junto a PMSG totalizam R$48.103, dos quais R$18.266 estão classificados na faixa de vencidos acima de 360 dias. Há processo em andamento cujos valores pleiteados ultrapassam os recebíveis deste cliente, que somente deverão ser reconhecidos após o encerramento do processo. Para parte desse saldo há acordo firmado pela controlada direta CTRA junto à PMSG, com mediação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para o recebimento dos valores, cuja movimentação está presentada abaixo:

| Movimentação do acordo | |
|---|---|
| Saldo em 1º de janeiro de 2025 | 12.860 |
| Parcelas recebidas em 2025 | (2.700) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 10.160 |
| Parcelas recebidas em 2026 | - |
| Saldo em 30 de junho de 2026 | 10.160 |

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é como segue:

| | Controladora 30/06/2026 | Controladora 31/12/2025 | Consolidado 30/06/2026 | Consolidado 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|
| Saldo em 1° de janeiro | (13.109) | (21.843) | (142.505) | (164.890) |
| Constituição de provisão, líquida de reversão | 2.563 | 8.734 | (2.679) | 22.385 |
| Saldo no fim do exercício | (10.546) | (13.109) | (145.184) | (142.505) |

A avaliação da necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa é realizada com base nas premissas estabelecidas no CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, cabendo análise de determinados clientes e transações. Conforme entendimento da Administração, determinados recebíveis não devem ser considerados para fins de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver indicativo de perda quando da realização, tais como serviços prestados a empresas do mesmo Grupo Econômico. A Companhia não espera incorrer em perdas que superem a provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída em 30 de junho de 2026. Comercialização de créditos de carbono (Consolidado): As informações dos saldos em aberto dos créditos de carbono comercializados, que estão aguardando a conclusão do processo de auditoria para entrega, estão detalhadas no quadro abaixo:

| Empresa | Período de geração de créditos | Quantidade de CER’s (tCO2eq) | Saldo em (R$ Mil) |
|---|---|---|---|
| Rosário do Catete | 01-01-25 a 31-12-25 | 177.908 | 5.848 |
| CTRNI | 01-01-21 a 31-12-21 | 563 | 12.828 |
| CTRA | 01-01-21 a 31-12-21 | 422 | 9.621 |
| | | | 28.267 |

Os créditos gerados em contratos anteriores a 2021, foram integralmente entregues e parcialmente recebidos até 2024, cujo montante correspondeu R$7.493. Os valores estão impactados pelos efeitos de variação cambial atualizada até 30 de junho de 2026. O saldo total apresentado está alocado como serviços a faturar na rubrica de contas a receber. Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou a venda dos créditos de carbono gerados em 2021 no montante de R$39.275 através das controladas CTRNI, CTRA e Ecopesa (Incorporada em maio de 2022 pela OMA). O montante atualizado para 30 de junho de 2026, considerando o efeito da variação cambial é de R$22.449 (R$26.803 em 31 de dezembro de 2025). O saldo total apresentado está alocado como serviços a faturar na rubrica de contas a receber. Estes contratos abrangem todo o volume de créditos de carbono gerados no exercício de 2021, sem estipular volume mínimo ou máximo e prazo de entrega. O contrato inicialmente tem preço-base para os projetos no âmbito do Clean Development Mechanism (“CDM”) com preço adicional caso a Companhia esteja apta ao mercado voluntário. O processo de enquadramento em entidade é composto pelas seguintes etapas e está em fase de desenvolvimento pela Companhia: • Desenvolvimento do projeto; • Consulta aos stakeholders do projeto (órgãos fiscalizadores, comunidades locais, ONGs, etc); • Envio do projeto para a nova entidade; • Revisão do projeto pela nova entidade; • Certificação do projeto. Em 05 de agosto de 2024 foi concluído o processo de registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque Jaboatão dos Guararapes (Orizon Meio Ambiente), junto ao Gold Standard, mecanismo reconhecido mundialmente pelos seus critérios de elegibilidade, o que inclui qualidade, integridade e observância aos benefícios socioambientais[1]. Em 16 de setembro de 2024 foi concluído o processo de registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque Sergipe, junto ao Gold Standard, e gerará cerca de 290 mil tCO2eq de carbono por ano[1]. [1] - Informações não revisada pelos auditores independentes da Companhia. Em 26 de novembro de 2024, foi concluído o registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque Maceió junto à Gold Standard, certificadora internacional reconhecida pelo rigor técnico na certificação de créditos de carbono e por seus critérios de qualidade, integridade ambiental e benefícios socioambientais[1]. [1] - Informações não revisada pelos auditores independentes da Companhia. O projeto consiste na captura e tratamento do biogás gerado no aterro sanitário do Ecoparque Maceió, evitando a emissão de metano para a atmosfera. A iniciativa possui capacidade estimada de geração anual de aproximadamente 480 mil créditos de carbono, provenientes da redução das emissões desse gás de efeito estufa[1]. [1] - Informações não revisada pelos auditores independentes da Companhia. Em 29 de julho de 2025, foi concluído o registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque Paulínia junto à Verra - organização de referência global no mercado voluntário de carbono, reconhecida internacionalmente pelo seu elevado rigor técnico na certificação de créditos[1]. [1] - Informações não revisada pelos auditores independentes da Companhia. O projeto possui capacidade estimada de geração anual superior a 1 milhão de créditos de carbono, configurando-se como o maior projeto da Companhia nesse segmento até o momento. O primeiro período creditício teve início em 1º de novembro de 2022 e poderá ser renovado por até duas vezes, totalizando um período máximo de 21 anos de geração de créditos[1]. [1] - Informações não revisada pelos auditores independentes da Companhia. Em 18 de fevereiro de 2026, o projeto de créditos de carbono do Ecoparque São Gonçalo foi registrado junto à Gold Standard, certificadora internacional reconhecida pelo elevado rigor técnico na validação de créditos de carbono e por seus critérios de elegibilidade que asseguram qualidade, integridade ambiental e geração de benefícios socioambientais[1]. [1] - Informações não revisada pelos auditores independentes da Companhia. O projeto apresenta capacidade estimada de geração anual superior a 700 mil créditos de carbono. Além disso, recebeu rating A (ex ante) da BeZero, avaliação independente realizada antes do registro do projeto, baseada na análise de sua estrutura técnica, adicionalidade e integridade ambiental, o que reforça sua solidez e alinhamento às melhores práticas do mercado de carbono[1] [1] - Informações não revisada pelos auditores independentes da Companhia. OCPC 10 - Créditos de Carbono, Permissões de Emissões e Créditos de Descarbonização (CBIO) - Adoção Inicial: Em conformidade com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC 10 - “Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIO)”, a Companhia avaliou os impactos decorrentes da adoção inicial desta norma, com o objetivo de assegurar a adequada representação contábil dos ativos e transações relacionados a instrumentos de mercado de carbono. A OCPC 10 tem como propósito estabelecer diretrizes contábeis para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização no contexto das Demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS. Após análise técnica e aplicação do julgamento contábil apropriado, a Companhia identificou os seguintes principais efeitos decorrentes da adoção inicial da referida orientação: 1. Capitalização de Gastos: os dispêndios incorridos relacionados à geração e comercialização dos créditos de carbono são inicialmente reconhecidos como ativos intangíveis, em conformidade com os critérios estabelecidos no CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, à medida que atendem aos requisitos de identificabilidade, controle e geração de benefícios econômicos futuros. Tais valores são capitalizados até o momento da emissão formal dos créditos pelos órgãos reguladores competentes. Após a emissão, os ativos são reclassificados para estoques, conforme previsto no CPC 16 (R1) - Estoques, sendo mantidos nesta rubrica até sua efetiva comercialização. A realização desses saldos ocorre no momento da venda, com o reconhecimento da receita de acordo com os critérios do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. 2. Reconhecimento da Receita: a receita proveniente da venda de créditos de carbono será reconhecida somente quando atendidos os critérios de reconhecimento estabelecidos pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, especialmente no que se refere à transferência do controle dos ativos ao comprador. Isso ocorrerá apenas após o registro formal dos créditos no órgão regulador competente e assinatura de contrato definitivo com a contraparte, assegurando a transferência de todos os riscos e benefícios significativos. A adoção da OCPC 10 está sendo efetuada de forma prospectiva, em conformidade com as diretrizes do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, não resultando, portanto, em reclassificações ou ajustes nos saldos de abertura das Demonstrações financeiras referentes aos períodos anteriores à adoção. A Companhia continuará monitorando a evolução regulatória e técnica relacionada ao mercado de carbono e seus desdobramentos contábeis, ajustando suas práticas conforme necessário para garantir conformidade às normas vigentes e à fiel representação da sua posição patrimonial e de desempenho econômico-financeiro. Os efeitos nas Demonstrações financeiras estão descritos abaixo: 1. Durante a geração dos créditos que serão comercializados - Os gastos incorridos serão registrados no ativo intangível e mantidos nesta rubrica até que ocorra o registro dos créditos gerados; 2. Após certificação dos créditos gerados - Os gastos incorridos são reclassificados do ativo intangível para a rubrica de estoque; 3. Após a comercialização - Os créditos comercializados são reconhecidos na rubrica de receitas operacionais no resultado do exercício, enquanto os gastos incorridos presentes no estoque são baixados ao resultado no mesmo período. O saldo registrado no ativo intangível em 30 de junho de 2026 foi de R$4.364

### 6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos e contribuições a recuperar:

| Impostos a recuperar | Controladora 30/06/2026 | Controladora 31/12/2025 | Consolidado 30/06/2026 | Consolidado 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|
| Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) | 22.102 | 15.571 | 42.645 | 34.440 |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) | 1.243 | 912 | 2.321 | 1.949 |
| Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) | 2.317 | 1.332 | 4.759 | 3.229 |
| Programa de Integração Social (PIS) | 338 | 91 | 1.725 | 902 |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) | 1.437 | 289 | 8.148 | 3.965 |
| Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) | 87 | 81 | 133 | 119 |
| Outros Impostos a Recuperar | 107 | 111 | 936 | 915 |
| Subtotal - Tributos Federais | 27.631 | 18.387 | 60.667 | 45.519 |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) | 22 | - | 228 | 231 |
| Subtotal - Tributos Estaduais | 22 | - | 228 | 231 |
| Imposto sobre Serviços (ISS) | 1.344 | 1.816 | 5.923 | 6.630 |
| Subtotal - Tributos Municipais | 1.344 | 1.816 | 5.923 | 6.630 |
| Total | 28.997 | 20.203 | 66.818 | 52.380 |

Os saldos apresentados referem-se principalmente aos impostos retidos na fonte pelos clientes, os quais são discriminados nas notas fiscais de prestação de serviços impostos retidos das aplicações financeiras e retenções de impostos municipais na prestação de serviços, os quais são discriminados nas notas fiscais.

b) Impostos e contribuições a recolher:

| Impostos a recolher | Controladora 30/06/2026 | Controladora 31/12/2025 | Consolidado 30/06/2026 | Consolidado 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|
| Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) | 813 | 2.133 | 2.049 | 2.675 |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) | 4.106 | 3.133 | 18.511 | 12.453 |
| Programa de Integração Social (PIS) | 868 | 644 | 3.654 | 2.395 |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) | 207 | 35 | 2.039 | 1.146 |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) | 86 | 86 | 2.968 | 1.525 |
| Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) | 2.822 | 2.553 | 9.227 | 7.885 |
| Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) | 255 | 270 | 1.021 | 1.251 |
| Outros Impostos (*) | 4.252 | 2.911 | 14.055 | 7.752 |
| Total | 13.409 | 11.765 | 53.524 | 37.082 |

(*) Nesta rubrica estão alocados principalmente os impostos provisionados para os serviços a faturar.

SUDENE - Incentivo fiscal obtido: Em dezembro de 2023, a Companhia através de algumas de suas controladas, recebeu da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), órgão vinculado ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, aprovação do enquadramento referente ao incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais em favor da filial da OMA em Jaboatão dos Guararapes-PE, UTM Jaboatão dos Guararapes Ltda., SPE Maceió Ambiental S.A. e Rosário do Catete Ambiental S.A.. Os referidos incentivos fiscais encontram-se vigentes e concedem redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) pelo prazo de 10 (dez) anos, contados a partir do exercício social de 2023. A Companhia protocolou, perante a Receita Federal do Brasil, o pedido de reconhecimento do direito à referida redução do IRPJ, com base nos laudos de enquadramento emitidos pela SUDENE. SUDAM - *Incentivo fiscal obtido:* A Companhia através de suas controladas Centro de Gerenciamento de Resíduos Cuiabá LTDA (CGR Cuiabá) e CTR Porto Velho, obteve reconhecimento pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) para usufruto de incentivo fiscal que concede redução de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) pelo prazo de 10 (dez) anos, com início a partir do exercício social de 2024 (CGR Cuiabá) e 2025 (CTR Porto Velho). Os laudos de enquadramento foram emitidos pela SUDAM em dezembro de 2024 (CGR Cuiabá) e dezembro de 2025 (CTR Porto Velho). A Companhia protocolou junto à Receita Federal do Brasil os pedidos formais de reconhecimento do direito à redução do IRPJ, instruídos com os laudos expedidos pela SUDAM. Houve o reconhecimento por parte da Receita Federal para a CGR Cuiabá através da publicação do Ato Declaratório 034833712 em 11 de agosto de 2025 com efeito retroativo a partir de 01 de janeiro de 2024. Em relação a CTR Porto Velho o pedido encontra-se em análise. c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do período: A conciliação entre o valor dos encargos tributários apurados conforme alíquotas nominais e o valor registrado no resultado consolidado da Companhia para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025 é como segue:

| | Controladora 30/06/2026 | Controladora 30/06/2025 | Consolidado 30/06/2026 | Consolidado 30/06/2025 |
|---|---|---|---|---|
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | 21.552 | 21.338 | 45.925 | 37.165 |
| Alíquota nominal combinada | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Despesa de IRPJ/CSLL à alíquota fiscal vigente | (7.328) | (7.255) | (15.615) | (12.636) |
| Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva | | | | |
| Equivalência patrimonial | 13.570 | 14.410 | (1.607) | 1.956 |
| Doações | 9 | 1.003 | 621 | |
| Multa e juros | (469) | (538) | (1.308) | (1.434) |
| Benefício de incentivos fiscais | - | - | (2.548) | - |
| Investidas tributadas no lucro presumido | - | - | (1.439) | - |
| Créditos tributários constituídos (não constituídos) e redução de passivo fiscal diferido | (2.935) | (5.312) | 3.516 | 1.272 |
| Total do Imposto de renda e contribuição social | 2.847 | 1.305 | (17.998) | (10.221) |
| Alíquota efetiva (*) | | | -39% | -28% |
| Imposto de renda e contribuição social - Corrente | (174) | - | (21.019) | (11.526) |
| Imposto de renda e contribuição social - Diferido | 3.021 | 1.305 | 3.021 | 1.305 |

| | Controladora 01/04/2026 a 30/06/2026 | Controladora 01/04/2025 a 30/06/2025 | Consolidado 01/04/2026 a 30/06/2026 | Consolidado 01/04/2025 a 30/06/2025 |
|---|---|---|---|---|
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | 8.853 | 23.367 | 20.500 | 29.664 |
| Alíquota nominal combinada | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Despesa de IRPJ/CSLL à alíquota fiscal vigente | (3.010) | (7.945) | (6.970) | (10.086) |
| Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva | | | | |
| Equivalência patrimonial | 5.164 | 6.747 | (1.450) | 535 |
| Doações | - | - | 464 | 621 |
| Multa e juros | (299) | (164) | (815) | (708) |
| Benefício de incentivos fiscais | 1.536 | | | |
| Investidas tributadas no lucro presumido | - | (739) | 1.586 | |
| Créditos tributários constituídos (não constituídos) e redução de passivo fiscal diferido | (578) | 1.866 | (894) | 4.371 |
| Total do Imposto de renda e contribuição social | 1.277 | 504 | (8.868) | (3.681) |
| Alíquota efetiva (*) | 14% | 2% | -43% | -12% |
| Imposto de renda e contribuição social - Corrente | 918 | - | (9.227) | (4.185) |
| Imposto de renda e contribuição social - Diferido | 359 | 504 | 359 | 504 |

(*) O cálculo da alíquota efetiva está diretamente impactado pelos efeitos das controladas indiretas tributadas pelo regime do lucro presumido e pelos créditos não constituídos sobre o prejuízo fiscal da Companhia.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos: Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são como segue:

| Ativo | Consolidado 30/06/2026 | Consolidado 31/12/2025 |
|---|---|---|
| Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social | 135.628 | 135.628 |
| Diferenças temporárias | | |
| Provisão de créditos para liquidação duvidosa | 49.363 | 48.452 |
| Provisão para contingências | 3.422 | 3.413 |
| Créditos tributários não constituídos por alcançar o limite de recuperabilidade | (62.820) | (55.763) |
| | 125.593 | 131.730 |
| **Passivo** | | |
| Diferenças temporárias | | |
| Aproveitamento do ágio gerado nas aquisições incorridas entre 2006 e 2009 | (21.417) | (21.417) |
| Ajuste a valor presente | (18.831) | (27.988) |
| | (40.248) | (49.405) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) | 85.345 | 82.325 |

Para cálculo da expectativa de compensação de impostos com prejuízos fiscais e base negativa, foram adotadas premissas baseadas no plano de negócios da Companhia e na projeção de lucro tributável dos próximos anos, levando-se em consideração realização de reestruturações societárias realizadas e esperadas para a Orizon Meio Ambiente, realização de valor justo da operação de debêntures entre sua controladora Orizon Valorização de Resíduos e a Orizon Meio Ambiente, com realização dos efeitos de valor justo apurados na origem da transação, além de melhoria na performance operacional com consequente aumento de base tributável. Visando a melhor eficiência operacional e administrativa, a Companhia tem interesse de incorporar as empresas recém-adquiridas na Orizon Meio Ambiente, por isso não constituiu passivo fiscal diferido sobre os valores justos alocados. A Administração considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, estão aderentes ao plano de negócios da Companhia. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com o CPC 32/IAS 12, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados conforme abaixo:

| | |
|---|---|
| 2027 | 20.022 |
| 2028 | 23.133 |
| 2029 | 26.545 |
| 2030 | 30.697 |
| 2031 em diante | 25.196 |
| **Total** | 125.593 |

Os prejuízos fiscais e as bases negativas do imposto de renda e da contribuição social não possuem prazo de prescrição para fins de compensação. Contudo, sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável do exercício em que houver a compensação. O passivo fiscal diferido registrado pela Companhia se refere ao efeito de 34% sobre a dedutibilidade fiscal das parcelas de amortização fiscal dos ágios, cuja amortização cessou contabilmente a partir do exercício de 2009.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos e são como segue:

*Ativo fiscal diferido:*

| | 30/06/2026 Ativo Diferido | 30/06/2026 Passivo Diferido | 30/06/2026 Efeito líquido | 31/12/2025 Ativo diferido | 31/12/2025 Passivo diferido | 31/12/2025 Efeito líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Orizon Meio Ambiente (*) | 125.593 | (40.248) | 85.345 | 131.730 | (49.405) | 82.325 |

(*) Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía passivo fiscal diferido constituído sobre ajuste a valor justo da operação da 5ª emissão de debêntures, na controladora e sobre ajustes a valor presente do empréstimo junto ao Banco Bradesco e dívida pela aquisição da Estre, no consolidado.

### 7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os detalhes das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir:

| Partes relacionadas - Ativo | | Controladora 30/06/2026 | Controladora 31/12/2025 | Consolidado 30/06/2026 | Consolidado 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|---|
| ETR Jardim Gramacho (1) | Controlada | 10.947 | - | - | - |
| CTR Alcântara (1) | Controlada | 20.642 | 3.296 | - | - |
| Orizon Valorização de Residuis S.A. (1) | Controladora | - | - | 26.745 | 26.745 |
| Gera Energia Brasil S.A.(1) | Coligada | 153 | 153 | 153 | 153 |
| Metropolitana (1) | Controlada | 2.945 | 2.705 | 2.945 | 2.705 |
| SPE Itaboraí (1) | Controlada | 6.844 | 6.144 | - | - |
| SPE Rosário do Catete (1) | Controlada | - | 1.811 | - | - |
| SPE Sorocaba (1) | Controlada | 18.685 | 13.834 | - | - |
| SPE Metropolitana (1) | Controlada | 15 | 12 | - | - |
| Foxx Holding (1) | Coligada | 37.909 | 37.909 | 37.909 | 37.909 |
| Foxx Inova (1) | Coligada | 62.437 | 62.437 | 62.497 | 62.497 |
| Barueri Energia (1) | Coligada | 5.776 | 5.776 | 5.776 | 5.776 |
| Orizon Pantanal (1) | Controlada | - | 44.262 | - | - |
| Orizon Biometano Paulinia II (1) | Coligada | 39 | 39 | 39 | 39 |
| Orizon Biometano Tremembe | Coligada | 6 | 6 | 6 | 6 |
| Orizon Biometano Jaboatão dos Guararapes (1) | Coligada | 7.747 | 7.747 | 7.747 | 7.747 |
| Orizon Locações (1) | Coligada | - | 1 | - | 1 |
| Orizon Economia Circular (1) | Coligada | 169 | 37 | 169 | 37 |
| Orizon Holding Ceará (1) | Controlada | 16.847 | 16.641 | - | - |
| Foxx URE - JP (1) | Coligada | - | - | 1 | 1 |
| UTM Jaboatão dos Guararapes (1) | Controlada | 37.554 | 23.577 | - | - |
| Orizon O&M | Coligada | - | 4 | - | 4 |
| Oeste Ambiental | Controlada | 2.171 | 1.757 | - | - |
| Ecoparque Juazeiro | Controlada | 70 | 70 | - | - |
| Spe Duque de Caxias | Controlada | 7.438 | 249 | - | - |
| Ecofort (1) | Coligada | 12.796 | 15.579 | 22.713 | 23.681 |
| Consorcio Pernambuco Asja Oma | Coligada | 5.763 | 1.890 | 5.763 | 1.890 |
| Biometano Rio Grande | Coligada | 66 | - | 66 | - |
| Ecoparque Oeste Paulista | Controlada | 4.635 | 10.145 | - | - |
| Total | | 261.654 | 256.081 | 172.529 | 169.191 |
| Não circulante | | 261.654 | 256.081 | 172.529 | 169.191 |

1. Referem-se a transações de conta corrente, para manutenção do capital de giro.

| Partes relacionadas - Passivo | | Controladora 30/06/2026 | Controladora 31/12/2025 | Consolidado 30/06/2026 | Consolidado 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|---|
| ETR Gramacho | Controlada | - | 2.965 | - | - |
| CTRNI (1) | Controlada | 434.620 | 326.452 | - | - |
| CTRBM (1) | Controlada | 27.384 | 29.556 | - | - |
| CTRPV (1) | Controlada | 11.186 | 9.299 | - | - |
| Orizon Valorização de Resíduos S.A. (1) | Controladora | 89.889 | 215.117 | 91.845 | 217.070 |
| Foxx Ure-JP | Coligada | 1.445 | 1.445 | 1.445 | 1.445 |
| SPE Rosáriodo Catete | Controlada | 125.167 | - | - | - |
| UTE Paulínia | Controlada | 11.941 | 9.291 | 11.941 | 9.291 |
| Orizon Biometano Paulínia | Coligada | 61.524 | 61.524 | 61.524 | 61.524 |
| SPE Tremembé | Controlada | 54.911 | 55.861 | - | - |
| Orizon Energia | Coligada | 3.512 | 3.512 | 5.514 | 5.514 |
| CGR CUIABÁ | Controlada | 70.241 | 9.551 | - | - |
| CGR Ambiental | Controlada | - | 242 | - | - |
| SPE Maceio Ambiental S/A | Controlada | 5.418 | 2.780 | - | - |
| Foxx Holding | Coligada | - | - | 2.933 | 2.933 |
| Foxx Inova | Coligada | - | - | 20.694 | 20.694 |
| Barueri Energia | Coligada | - | - | 8 | 8 |
| Vamtec Haztec | Controlada | 334 | 334 | 334 | 334 |
| H.S.Beserra Construções e Serviços Eirel | Coligada | - | - | 117 | 117 |
| Total | | 897.572 | 727.929 | 196.355 | 318.930 |
| Não circulante | | 897.572 | 727.929 | 196.355 | 318.930 |

1. Os saldos referem-se a transações de conta corrente para manutenção do capital de giro.

Transações de Conta-Corrente: Os saldos com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a contas correntes sem incidência de juros, prazo de vencimento indeterminado e sem garantias. A liquidação dos saldos gera efeito nos saldos de bancos e nas contas patrimoniais de partes relacionadas, não havendo impacto no resultado. Afim de evitar a imprevisibilidade de entradas de recursos frente às obrigações, o grupo econômico passou a realizar operações de “conta corrente” para que a Companhia, suas controladas e subsidiárias pudessem atingir seu objeto social e preservar os interesses das empresas, bem como honrar com suas obrigações financeiras contratadas e, logo, evitar qualquer inadimplência e/ou descumprimento de obrigações legais e contratuais que poderiam resultar em efeitos financeiros adversos para o grupo econômico da Companhia e, consequentemente, para seus acionistas. As transações identificadas como “conta corrente” não são entendidas pela Companhia como um contrato de mútuo específico sobre determinado valor recebido, no qual o mutuário assume a obrigação de restituí-lo em igual quantidade, qualidade e gênero. Tal transação, no entendimento da Companhia, ocorre em regime de conta corrente, onde a premissa é o estabelecimento de um fluxo financeiro sem condições pré-definidas, sendo realizada conforme necessidade de capital de giro. Adicionalmente, atualmente a gestão dos recursos e fluxos de caixa das empresas do grupo econômico da Companhia encontram-se sob a mesma política e gestão financeira, cabendo aos membros executivos a tomada final de decisão sobre a melhor alocação dos recursos de acordo com as necessidades supracitadas. Nestas operações não há reconhecimento de perda e/ou expectativa de perda ou quaisquer formalizações de garantias em razão do fato de que as empresas do Grupo estão sob a mesma gestão econômico-financeira. Adicionalmente, a Companhia possui operações de debêntures com a controladora Orizon Valorização de Resíduos com seus respectivos efeitos no resultado do período detalhados nas Notas 10 e 13. Remuneração do pessoal-chave da Administração: A Companhia considera como “Pessoal-chave da Administração” somente os integrantes da sua diretoria estatutária e os membros do Conselho de Administração, ocorrendo a remuneração do pessoal-chave da Administração integralmente pela controladora Orizon VR. Outros: A Companhia não possui obrigações adicionais de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n° 6.404/76) e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global e anual da remuneração dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

### 8. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

a) Outros ativos

| Outros ativos | Controladora 30/06/2026 | Controladora 31/12/2025 | Consolidado 30/06/2026 | Consolidado 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|
| Adiantamento de outorgas (1) | - | - | 5.850 | 5.850 |
| Adiantamentos a funcionários (2) | 895 | 650 | 5.043 | 4.857 |
| Adiantamentos a fornecedores (3) | 20.097 | 8.203 | 57.511 | 26.466 |
| Despesas antecipadas - Aquisição de novos negócios (4) | 13.288 | 9.571 | 13.296 | 9.579 |
| Estoque | 725 | - | 4.337 | - |
| Outros (5) | 2.794 | 3.587 | 8.631 | 12.337 |
| Total | 37.799 | 22.011 | 94.668 | 59.089 |
| Circulante | 37.799 | 22.011 | 88.551 | 52.972 |
| Não circulante | - | - | 6.117 | 6.117 |

(1) Refere-se ao adiantamento de outorgas futuras à Prefeitura Municipal de São Gonçalo via abatimento no montante fixo mensal de R$65 nas faturas emitidas contra a mesma, para compensações futuras de outorgas sobre receita de venda de créditos de carbono, conforme previsto no contrato de concessão. Considerando que a geração de créditos de carbono teve início em 2016, os valores deverão começar a ser realizados após a finalização da perícia judicial sobre os valores com a Prefeitura Municipal de São Gonçalo (Nota 1). (2) Refere-se, substancialmente, a saldos de adiantamentos a funcionários (salários, férias, viagens, dentre outros). (3) Refere-se principalmente a valores de adiantamento a fornecedores de serviços, seguros patrimoniais e saúde. (4) Refere-se principalmente a aportes em função de avaliação para aquisição de novos investimentos. (5) Principalmente da controlada direta CTRNI, que possui o montante de R$4.596 provisionado na rubrica de contingência, referente à potencial cobrança de ICMS sobre comercialização de biogás. Em contrapartida, foi registrado ativo no mesmo montante, uma vez que este imposto seria adicionado ao preço final em caso de incidência real sobre a operação. Além disto, há transações referentes a estoques de almoxarifado e apólices de seguro contratadas para as operações.

b) Outros passivos:

| Outros passivos | Controladora 30/06/2026 | Controladora 31/12/2025 | Consolidado 30/06/2026 | Consolidado 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|
| Aquisições a pagar (1) | - | - | 284 | 2.254 |
| Outros títulos a pagar (2) | 1.814 | 1.287 | 3.274 | 3.823 |
| Provisão para fechamento de aterro (3) | 31.751 | 25.233 | 46.405 | 36.879 |
| Total | 33.565 | 26.520 | 49.963 | 42.956 |
| Circulante | 1.706 | 1.179 | 2.378 | 3.704 |
| Não circulante | 31.859 | 25.341 | 47.585 | 39.252 |

(1) Refere-se a saldo em aberto pelas aquisições da CGR Cuiabá e CGR Ambiental, conforme detalhado na nota 1. (2) Refere-se principalmente a montantes originados de acordos com fornecedores judiciais cujos pagamentos estão parcelados. (3) Refere-se à valores provisionados para fechamento de aterros provenientes das recentes aquisições: SPE Paulínia, SPE Itapevi, SPE Tremembé e SPE Rosário do Catete. A provisão ocorre pelo fato de tais aterros serem privados, cuja obrigação de desmobilização é da Companhia.

### 9. INVESTIMENTOS

A movimentação dos investimentos para 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é como segue:

Controladora - 30/06/2026

| | 31/12/2025 | Aquisições/ Dividendos/ Reclassificações | Incorporação | Amortização intangível concessão | Resultado de equivalência Patrimonial | 30/06/2026 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CTRNI | 339.414 | - | - | - | 2.466 | 341.880 |
| CTRA | 208.888 | - | - | - | (1.562) | 207.326 |
| CTRBM | 79.750 | - | - | - | 3.979 | 83.729 |
| CTR Porto Velho | 27.440 | - | - | - | 3.671 | 31.111 |
| SES Haztec (i) | (158) | - | - | - | - | (158) |
| ETR Gramacho | 35.321 | - | - | - | 2.243 | 37.564 |
| Vamtec Haztec | 2.491 | - | - | - | 25 | 2.516 |
| UTM Jaboatão | 49.838 | - | - | - | (10.841) | 38.997 |
| UTE Paulínia | 15.077 | - | - | - | (1.904) | 13.173 |
| SPE Itaborai | 33.768 | - | - | - | (599) | 33.169 |
| Rosario do Catete | 104.437 | - | - | - | 15.763 | 120.200 |
| SPE Sorocaba | 7.464 | - | - | - | (1.238) | 6.226 |
| SPE Tremembe | 68.205 | - | - | - | 6.785 | 74.990 |
| SPE CTR Metropolitana | 15.862 | - | - | - | 1.015 | 16.877 |
| SPE Maceio | 86.831 | - | - | - | 9.398 | 96.229 |
| Orizon Pantanal | 53.818 | - | (57.034) | - | 3.216 | - |
| Santa Luzia | 38.627 | 30 | - | - | 1.454 | 40.111 |
| Biometano Verde Paulinia | 45.398 | - | - | - | (5.317) | 40.081 |
| Orizon Holding Ceara | 84 | - | - | - | 90 | 174 |
| Oeste Ambiental | 2.039 | - | - | - | 41 | 2.080 |
| SPE Duque de Caxias | 745 | - | - | - | (80) | 665 |
| Ecoparque Oeste Paulista | 3.851 | - | - | - | 5.854 | 9.705 |
| CGR Cuiabá | - | - | 57.034 | - | 5.453 | 62.487 |
| Intangível Concessão | | | | | | |
| CTRNI | 5.619 | - | - | (306) | - | 5.313 |
| CTRA | 312 | - | - | (147) | - | 165 |
| Rentabilidade Futura | 2.731 | - | - | - | - | 2.731 |
| Rentabilidade Futura | 2.543 | - | - | - | - | 2.543 |
| Ativo Imobilizado | 2.533 | - | - | (279) | - | 2.254 |
| Carteira de Clientes | 1.814 | - | - | (135) | - | 1.679 |
| Ativo Imobilizado | 22.326 | - | - | (2.319) | - | 20.007 |
| Licenças | 314.424 | - | - | (11.129) | - | 303.295 |
| Ativo Imobilizado | 466 | - | - | (20) | - | 446 |
| Licenças | 31.414 | 24.723 | - | (709) | - | 55.428 |
| Total | 1.603.372 | 24.753 | - | (15.044) | 39.912 | 1.652.993 |

continua...

# Orizon Meio Ambiente S.A.

## CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30

**Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 30 de junho de 2026** - (Em milhares de reais)

| | Controladora - 31/12/2025 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | Aumento de capital | Aquisições/ Dividendos/ Reclassificações | Incorporação | Amortização intangível concessão | Resultado de equivalência Patrimonial | 31/12/2025 |
| CTRNI | 195.551 | **150.000** | **(1.244)** | - | - | **(4.893)** | **339.414** |
| CTRA | 200.720 | - | - | - | - | **8.168** | **208.888** |
| CTRBM | 74.382 | - | - | - | - | **5.368** | **79.750** |
| CTR Porto Velho | 18.212 | - | - | - | - | **9.228** | **27.440** |
| SES Haztec (i) | (158) | - | - | - | - | - | **(158)** |
| ETR Gramacho | 24.025 | **16.254** | - | - | - | **(4.958)** | **35.321** |
| Vamtec Haztec | 1.931 | - | **417** | - | - | **143** | **2.491** |
| UTM Jaboatão | 64.583 | - | **(646)** | - | - | **(14.099)** | **49.838** |
| UTE Paulínia | 9.064 | - | **(2.281)** | - | - | **8.294** | **15.077** |
| SPE Itaborai | 34.915 | - | - | - | - | **(1.147)** | **33.768** |
| SPE Itapevi | 23.934 | - | | **(25.723)** | - | **1.789** | **-** |
| Rosario do Catete | 54.568 | **27.484** | - | - | - | **22.385** | **104.437** |
| SPE Sorocaba | 9.656 | - | - | - | - | **(2.192)** | **7.464** |
| SPE Tremembe | 47.424 | - | - | - | - | **20.781** | **68.205** |
| SPE CTR Metropolitana | 14.763 | - | - | - | - | **1.099** | **15.862** |
| SPE Maceio | 67.051 | **5.708** | - | - | - | **14.072** | **86.831** |
| Orizon Pantanal | 27.301 | - | - | - | - | **26.517** | **53.818** |
| Santa Luzia | 36.958 | - | **(128)** | - | | **1.797** | **38.627** |
| Biometano Verde Paulinia | 50.084 | - | - | - | - | **(4.686)** | **45.398** |
| Orizon Holding Ceara | (450) | - | - | - | - | **534** | **84** |
| Oeste Ambiental | 2.132 | - | - | - | - | **(93)** | **2.039** |
| SPE Duque ee Caxias | - | - | **821** | - | - | **(76)** | **745** |
| Ecoparque Oeste Paulista | - | - | **1.348** | - | - | **2.503** | **3.851** |
| Intangível Concessão | | | | | | | |
| CTRNI | 6.232 | - | - | - | **(613)** | - | **5.619** |
| CTRA | 607 | - | - | - | **(295)** | - | **312** |
| ETR Gramacho - Intangíveis | | | | | | | |
| Rentabilidade Futura | 2.731 | - | - | - | - | - | **2.731** |
| Ecopesa - Intangíveis | | | | | | | |
| Rentabilidade Futura | 2.543 | - | - | - | - | - | **2.543** |
| Ativo Imobilizado | 3.090 | - | - | - | **(557)** | - | **2.533** |
| SPEs - Intangíveis | | | | | | | |
| Carteira de Clientes | 2.082 | - | - | - | **(268)** | - | **1.814** |
| Ativo Imobilizado | 28.251 | - | - | - | **(5.925)** | - | **22.326** |
| Licenças | 336.722 | - | - | - | **(22.298)** | - | **314.424** |
| Oeste Paulista - Licenças | | | | | | | |
| Ativo Imobilizado | - | - | **466** | - | - | - | **466** |
| Licenças | - | - | **31.414** | - | - | - | **31.414** |
| Alienação parcial de investimentos | (443) | - | **443** | - | - | - | - |
| Total | 1.338.461 | **199.446** | **30.610** | **(25.723)** | **(29.956)** | **90.534** | **1.603.372** |

| | Consolidado - 30/06/2026 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Investimento** | **31/12/2025** | **Aquisições/ Reclassificações** | **Resultados Abrangentes Equivalencia** | **Resultados de equivalência patrimonial** | **30/06/2026** |
| Ses Haztec | (158) | **-** | **-** | **-** | **(158)** |
| Vamtec Haztec | 2.491 | **-** | **-** | **25** | **2.516** |
| UTE Paulínia | 15.077 | **-** | **-** | **(1.904)** | **13.173** |
| SPE Metropolitana | 15.863 | **11** | **-** | **1.015** | **16.889** |
| CTR Santa Luzia | 38.627 | **30** | **-** | **1.454** | **40.111** |
| Biometano Verde Paulínia | 45.398 | **-** | **-** | **(5.317)** | **40.081** |
| Total | 117.298 | **41** | **-** | **(4.727)** | **112.612** |

| | Consolidado - 31/12/2025 | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Investimento** | **31/12/2024** | **Aquisições/ Reclassificações** | **Resultados de equivalência patrimonial** | **31/12/2025** |
| Ses Haztec | (158) | **-** | **-** | **(158)** |
| Vamtec Haztec | 1.931 | **417** | **143** | **2.491** |
| UTE Paulínia | 9.064 | **(2.281)** | **8.294** | **15.077** |
| SPE Metropolitana | 14.764 | **(168)** | **1.267** | **15.863** |
| CTR Santa Luzia | 36.958 | **(128)** | **1.797** | **38.627** |
| Biometano Verde Paulínia | 50.084 | | **(4.686)** | **45.398** |
| Alienação parcial de investimentos | (443) | **443** | **-** | **-** |
| Total | 112.200 | **(1.717)** | **6.815** | **117.298** |

Composição do saldo: Informações financeiras das controladas diretas e controladas em conjunto:

| | Patrimônio líquido | | Lucro líquido (prejuízo) em: | |
|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2026 | 31/12/2025 | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
| CTRNI | 341.880 | 340.642 | 2.466 | -5.209 |
| CTRA | 207.326 | 208.888 | -1.562 | 5.601 |
| CTRBM | 83.729 | 79.750 | 3.979 | 2.280 |
| Ses Haztec (1) | -316 | -316 | - | - |
| ETR Gramacho | 37.564 | 35.321 | 2.243 | -2.756 |
| Vamtec Haztec | 4.266 | 4.412 | -147 | 497 |
| UTM Jaboatão | 38.997 | 50.342 | -10.841 | -5.732 |
| SPE Itaboraí | 33.169 | 33.768 | -599 | -706 |
| SPE Itapevi | - | - | - | 1.791 |
| Rosário do Catete | 115.115 | 104.437 | 10.678 | 8.733 |
| SPE Sorocaba | 6.226 | 7.464 | -1.238 | -183 |
| SPE Tremembé | 74.990 | 68.205 | 6.785 | 9.558 |
| SPE Maceió | 96.229 | 86.831 | 9.398 | 5.386 |
| SPE Metropolitana | 16.889 | 15.863 | 1.015 | 52 |
| Santa Luzia | 75.588 | 74.186 | 1.402 | 1.623 |
| UTE Paulínia | 44.776 | 45.237 | -461 | 16.013 |
| Orizon Pantanal | - | 53.818 | 3.216 | 12.876 |
| Biometano Verde Paulínia | 89.214 | 92.644 | -3.430 | -1.413 |
| Holding Ceará | 174 | 84 | 90 | 656 |
| CTR Porto Velho | 61.002 | 53.804 | 7.198 | 8.714 |
| Oeste Paulista | 9.705 | 3.851 | 5.854 | - |
| SPE Duque de Caxias | 665 | 745 | -80 | - |
| Oeste Ambiental | 4.078 | 3.998 | 80 | -214 |

(1) A SES Haztec não possui resultados para o período e exercício apresentados. Adicionalmente, o resultado da Vamtec Haztec já foi reconhecido na Orizon Meio Ambiente, a qual detém participação de 50% nesta investida, tendo efeito apenas no consolidado da ORIZON.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2026 | 31/12/2025 | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
| Investimentos | **1.653.151** | 1.603.530 | **112.770** | 117.456 |
| Provisão para perdas em investimentos (*) | **(158)** | (158) | **(158)** | (158) |
| Total, líquido | **1.652.993** | 1.603.372 | **112.612** | 117.298 |

(*) A provisão para perdas em investimentos está classificada no passivo não circulante.

### 10. DEBÊNTURES

Conforme detalhado na Nota 13, em 23 de abril de 2019, a Companhia e o Fundo de Liquidação Financeira - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados ("FIDC NP"), assinaram a Escritura Particular da Segunda Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em cinco séries, para distribuição privada da Companhia, tendo a Orizon Valorização de Resíduos como interveniente, com vencimento único em 23 de abril de 2029. Em contrapartida da emissão das debêntures citadas acima, o FIDC NP entregou as debêntures da Orizon Valorização de Resíduos a Companhia. As debêntures entregues da controladora Orizon Valorização de Resíduos pelo FIDC NP à Companhia, estavam anteriormente escrituradas pelo Sindicato formado pelos bancos Bradesco, Santander, Itaú e Haitong, através das 4ª e 5ª emissões de debêntures emitidas em 6 de fevereiro de 2013 e 30 de janeiro de 2015. Até 31 de outubro de 2019 apenas as debêntures detidas pelos bancos Santander, Haitong e Itaú haviam sido adquiridas pelo FIDC NP e entregues a Companhia. Em 1º de novembro de 2019, o FIDC NP concluiu o processo de aquisição das debêntures detidas até então pelo Banco Bradesco. De forma similar à operação anterior, o FIDC entregou às respectivas debêntures em contrapartida da Terceira Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações por parte da Orizon Meio Ambiente no valor de R$112.040. Na mesma data, a Orizon Meio Ambiente e o FIDC NP aditaram a Escritura Particular da Segunda Emissão de Debêntures Simples transformando-a também em conversível nos mesmos moldes da terceira emissão. Dessa forma, as Escrituras de debêntures das 4ª e 5ª emissões supracitadas passaram a ter a Orizon Meio Ambiente em sua composição, cuja devedora é a Orizon Valorização de Resíduos. Nestas operações não houve desembolsos iniciais de caixa, tendo em vista que o montante das debêntures aportadas corresponde ao mesmo valor de debêntures emitidas para o FIDC NP. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os saldos são conforme abaixo:

| **Debêntures** | |
|---|---|
| Saldo em 1º de janeiro de 2025 | 502.107 |
| Rendimento das debêntures | 87.742 |
| Ajuste a valor presente | (20.736) |
| Quitação 4ª Emissão | (135.331) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 433.782 |
| Rendimento das debêntures | **36.667** |
| Ajuste a valor presente | **(8.174)** |
| Saldo em 30 de junho de 2026 | **462.275** |
| Circulante | **50.513** |
| Não circulante | **411.762** |

Valor decorrente das debêntures da Companhia adquiridas pelo FIDC NP e integralizadas nas debêntures emitidas pela Orizon Meio Ambiente, de modo que, atualmente a OMA é credora da Orizon Valorização de Resíduos. Em 30 de dezembro de 2022, houve quitação da 4ª emissão e repactuação da 5ª emissão de debêntures, estendendo o prazo com novos fluxos de pagamentos, conforme detalhado nesta nota. Os referidos títulos a receber possuem juros remuneratórios correspondentes a CDI + 2.5% a.a, em conformidade com a remuneração já praticada anteriormente com os antigos debenturistas, respeitando as cláusulas das Escrituras originais. Periodicamente, a Companhia avalia o valor de mercado destes títulos e valores mobiliários, a fim de identificar eventuais necessidades de atualização. Repactuação da 5ª emissão e Quitação da 4ª emissão de Debêntures Simples: Em 26 de dezembro de 2022, foi assinado Instrumento ("*Term Sheet*") entre a Orizon Meio Ambiente ("Credora") e a Orizon Valorização de Resíduos ("Devedora"), objetivando a repactuação da 5ª Emissão de Debêntures Simples. Esta repactuação propõe alteração no fluxo de pagamento, cuja primeira parcela deverá ser quitada em 26 de dezembro de 2024 e a última em 26 de dezembro de 2032, mantendo-se as mesmas condições de remuneração e cláusulas restritivas, firmados na Escritura Original destas debêntures. Em 29 de dezembro de 2022, foram assinados, pela Companhia ("Credora") e pela controladora Orizon Valorização de Resíduos ("Devedora"), termo de quitação integral da 4ª Emissão de Debêntures Simples, cujo quitação ocorreu pelo valor R$305.964. O saldo de AVP e seus respectivos impostos diferidos foram revertidos no montante de R$59.060.

### 11. IMOBILIZADO

**(Controladora)**

| | Controladora | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Imobilizado, líquido** | **Terrenos** | **Veículos** | **Benfeitorias em imóveis de terceiros (1)** | **Edificações** | **Móveis e utensílios** | **Máquinas e equipamentos** | **Instalações (2)** | **Mais Valia** | **Total** |
| Custo | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 18.526 | 4.279 | 5.036 | 567 | 5.465 | 41.327 | 555.933 | - | 631.133 |
| Incorporação SPE Itapevi 04-2025 | 7.558 | 170 | - | - | 166 | 1.914 | 70.964 | - | 80.772 |
| Adições | - | 85 | - | - | 148 | 549 | 49.618 | - | 50.400 |
| Baixas | (1.106) | (2.404) | (4.637) | - | (3.058) | (17.714) | 131 | - | (28.788) |
| Reclassificações | - | - | - | - | - | - | 1.032 | - | 1.032 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 24.978 | 2.130 | 399 | 567 | 2.721 | 26.076 | 677.678 | - | 734.549 |
| Adições | - | - | - | - | 107 | 81 | 37.513 | - | 37.701 |
| Baixas | - | - | - | - | - | (112) | - 185 | - | (297) |
| Reclassificações | - | - | (214) | - | (426) | - | 1.727 | - | 1.087 |
| Saldo em 30 de junho de 2026 | 24.978 | 2.130 | 185 | 567 | 2.402 | 26.045 | 716.733 | - | 773.040 |
| **Depreciação acumulada** | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | - | (4.354) | (4.030) | (244) | (3.694) | (32.768) | (347.393) | - | (392.483) |
| Incorporação SPE Itapevi 04-2025 | (170) | - | - | (142) | (1.605) | - | (51.741) | - | (53.658) |
| Adições | - | (63) | (89) | (23) | (209) | (1.834) | (32.734) | - | (34.952) |
| Baixas | - | 2.404 | 3.890 | - | 2.230 | 12.002 | 13.888 | - | 34.414 |
| Reclassificações | - | - | - | - | - | - | (1.032) | - | (1.032) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | - | (2.183) | (229) | (267) | (1.815) | (24.205) | (419.012) | - | (447.711) |
| Adições | - | (36) | (8) | (11) | (72) | (836) | (19.325) | - | (20.288) |
| Baixas | - | - | - | - | - | 112 | - | - | 112 |
| Reclassificações | - | 215 | 86 | 4 | 385 | - | 2.319 | - | 3.009 |
| Saldo em 30 de junho de 2026 | - | (2.004) | (151) | (274) | (1.502) | (24.929) | (436.018) | - | (464.878) |
| Imobilizado, líquido | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 24.978 | (53) | 170 | 300 | 906 | 1.871 | 258.666 | - | 286.838 |
| Saldo em 30 de junho de 2026 | 24.978 | 126 | 34 | 293 | 900 | 1.116 | 280.715 | - | 308.162 |
| Vida útil média (anos) | - | 5 | - | 25 | 10 | 10 | 10 | | |

1. De acordo com o prazo dos contratos de aluguel (média de 10% a.a.). 2. Referem-se substancialmente à construção de "células" (unidades) de tratamento de resíduos com depreciação pela vida útil de cada célula. Nesta rubrica também está classificado o montante de R$151.720 e R$79.503 referentes aos projetos para construção da unidade de WtE e UTM (nota 1) das controladas indiretas Barueri Energias Renováveis e UTM Jaboatão, respectivamente. No encerramento do exercício de 2023, a Companhia decidiu pelo registro ao resultado como provisão para redução ao valor recuperável dos saldos de ativo imobilizado oriundos da UGC de Engenharia Ambiental, em razão de descontinuidade deste segmento. O montante de R$35.391 foi registrado na rubrica de provisão para redução ao valor recuperável no resultado do exercício.

**(Consolidado)**

| | Consolidado | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Imobilizado, líquido** | **Terrenos** | **Veículos** | **Benfeitorias em imóveis de terceiros (1)** | **Edificações** | **Móveis e utensílios** | **Máquinas e equipamentos** | **Instalações (2)** | **Mais Valia (3)** | **Total** |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 38.149 | 8.852 | 5.484 | 579 | 8.184 | 108.412 | 1.624.089 | 57.648 | 1.851.397 |
| Adição pela aquisição - 10/2025 | - | 1.394 | - | - | - | 607 | 7.996 | 467 | 10.464 |
| Adições | - | 951 | - | - | 597 | 1.815 | 178.561 | - | 181.924 |
| Baixas | (1.106) | (2.404) | (3.556) | - | (3.058) | (14.575) | (9.540) | - | (34.239) |
| Reclassificação | - | - | (1.081) | - | - | (3.172) | 7.093 | - | 2.840 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 37.043 | 8.793 | 847 | 579 | 5.723 | 93.087 | 1.808.199 | 58.115 | 2.012.386 |
| Adições | - | 10 | - | - | 227 | 976 | 122.052 | - | 123.265 |
| Baixas | - | - | - | - | - | (112) | (259) | - | (371) |
| Reclassificação | - | - | (214) | - | (426) | - | 1.727 | - | 1.087 |
| Saldo em 30 de junho de 2026 | **37.043** | **8.803** | **633** | **579** | **5.524** | **93.951** | **1.931.719** | **58.115** | **2.136.367** |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | - | (8.621) | (4.367) | (244) | (5.345) | (78.134) | (878.914) | (22.314) | (997.939) |
| Adição pela aquisição - 10/2025 | - | (435) | - | - | - | (48) | (207) | - | (690) |
| Adições | - | (394) | (110) | (23) | (389) | (5.502) | (82.070) | (6.855) | (95.343) |
| Baixas | - | 2.404 | 2.809 | - | 2.230 | 8.863 | 18.963 | - | 35.269 |
| Reclassificações | - | - | 1.081 | - | - | 3.172 | (7.093) | - | (2.840) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | - | (7.046) | (587) | (267) | (3.504) | (71.649) | (949.321) | (29.169) | (1.061.543) |
| Adições | - | (301) | (19) | (12) | (175) | (2.638) | (50.298) | (2.695) | (56.138) |
| Baixas | - | - | - | - | - | 112 | - | - | 112 |
| Reclassificações | - | 215 | 86 | 4 | 385 | - | 2.319 | - | 3.009 |
| Saldo em 30 de junho de 2026 | **-** | **(7.132)** | **(520)** | **(275)** | **(3.294)** | **(74.175)** | **(997.300)** | **(31.864)** | **(1.114.560)** |
| Imobilizado, líquido | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 37.043 | 1.747 | 260 | 312 | 2.219 | 21.438 | 858.878 | 28.946 | 950.843 |
| Saldo em 30 de junho de 2026 | **37.043** | **1.671** | **113** | **304** | **2.230** | **19.776** | **934.419** | **26.251** | **1.021.807** |
| Vida útil média (anos) | - | 5 | - | 25 | 10 | 10 | 10 | | |

(1) De acordo com o prazo dos contratos de aluguel (média de 10% a.a.). (2) Referem-se substancialmente à construção de "células" (unidades) de tratamento de resíduos com depreciação pela vida útil de cada célula, além da divisão de triagem mecância (UTM). (3) Refere-se à alocação de mais-valia atribuída aos montantes de ativo imobilizado das empresas adquiridas. Estes ativos possuem vida útil entre 1 e 42 anos, estando a maior parte dos ativos recém alocados na faixa média de 23 anos.

### 12.INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

Perdas por redução ao valor recuperável: No mínimo, uma vez ao ano, a Companhia realiza o teste do valor recuperável dos ágios *("goodwill")* gerados nas combinações de negócios através da avaliação do valor em uso, onde os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes dos impostos de forma que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa ("UGC"). O montante do ágio apurado na combinação de negócio é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Como parte do processo de encerramento das Demonstrações financeiras relativas ao período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia realizou a análise de perda por redução ao valor recuperável de ativos e não identificou indícios de perda do valor recuperável dos mesmos A Companhia acredita que todas as suas estimativas são razoáveis, consistentes com os relatórios internos, negócios da Companhia e refletem as melhores estimativas da Administração.

| | Consolidado - Intangível | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Custo** | **Licenças** | **Software** | **Marcas e Patentes** | **Crédito Carbono** | **Ágio** | **Mais Valia** | **Total** |
| Saldo em 1º de janeiro de 2025 | 2.225 | 7.135 | 2.759 | 1.611 | 54.206 | 490.827 | 558.763 |
| Adições | - | 207 | - | 2.095 | - | 31.831 | 34.133 |
| Baixas | - | - | (2.752) | (1.611) | - | - | (4.363) |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2025 | 2.225 | 7.342 | 7 | 2.095 | 54.206 | 522.658 | 588.533 |
| Amortização acumulada | | | | | | | |
| Saldo em 1º de janeiro de 2025 | (1.509) | (6.345) | (2.759) | - | (10.905) | - | (21.518) |
| Adições | (98) | (247) | (17.936) | (18.281) | | | |
| Baixas | - | - | 2.752 | - | - | - | 2.752 |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2025 | 1.607 | 6.592 | 7 | - | 10.905 | 17.936 | 37.047 |
| Custo | | | | | | | |
| Saldo em 1º de janeiro de 2026 | 2.225 | 7.342 | 7 | 2.095 | 54.206 | 522.658 | 588.533 |
| Adições | - | 88 | - | 2.269 | - | 24.722 | 27.079 |
| Baixas | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo em 30 de Junho de 2026 | 2.225 | 7.430 | 7 | 4.364 | 54.206 | 547.380 | 615.612 |
| Amortização acumulada | | | | | | | |
| Saldo em 1º de janeiro de 2026 | (1.607) | (6.592) | (7) | - | (10.905) | (102.869) | (121.980) |
| Adições | (49) | (139) | - | - | - | (14.021) | (14.209) |
| Baixas | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo em 30 de Junho de 2026 | 1.656 | 6.731 | 7 | - | 10.905 | 116.890 | 136.189 |
| Intangível | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 618 | 750 | - | 2.095 | 43.301 | 504.722 | 551.486 |
| Saldo em 30 de Junho de 2026 | 569 | 699 | - | 4.364 | 43.301 | 430.490 | 479.423 |

| | Controladora - Intangível | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Custo** | **Licenças** | **Software** | **Marcas e Patentes** | **Crédito Carbono** | **Ágio** | **Mais Valia** | **Total** |
| Saldo em 1º de janeiro de 2024 | - | 6.497 | 2.759 | 723 | 54.206 | - | 64.185 |
| Adições | - | 164 | - | 2.080 | - | - | 2.244 |
| Baixas | - | - | 2.752 | - | - | - | 2.752 |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2025 | - | 6.661 | 7 | 2.803 | 54.206 | - | 63.677 |
| Amortização acumulada | | | | | | | |
| Saldo em 1º de janeiro de 2024 | - | 5.989 | 2.759 | 723 | 10.905 | - | 20.376 |
| Adições | - | 146 | - | - | - | - | 146 |
| Baixas | - | - | 2.753 | - | - | - | 2.753 |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2025 | - | 6.135 | 6 | 723 | 10.905 | - | 17.769 |
| Custo | | | | | | | |
| Saldo em 1º de janeiro de 2026 | - | 6.661 | 7 | 2.803 | 54.206 | - | 63.677 |
| Adições | - | 76 | - | 1.386 | - | - | 1.462 |
| Baixas | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo em 30 de Junho de 2026 | - | 6.737 | 7 | 4.189 | 54.206 | - | 65.139 |
| Amortização acumulada | | | | | | | |
| Saldo em 1º de janeiro de 2026 | - | 6.135 | 7 | 723 | 10.905 | - | 17.770 |
| Adições | - | 88 | - | - | - | - | 88 |
| Baixas | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo em 30 de Junho de 2026 | - | 6.223 | 7 | 723 | 10.905 | - | 17.858 |
| Intangível | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | - | 526 | 1 | 2.080 | 43.301 | - | 45.908 |
| Saldo em 30 de Junho de 2026 | - | 514 | - | 3.466 | 43.301 | - | 47.281 |

O teste de impairment, elaborado anualmente, baseia-se em uma série de julgamentos, estimativas e premissas. As premissas chaves sobre as quais a Administração baseou suas projeções do fluxo de caixa futuro, estimativas e exerceu seu julgamento, são as seguintes: • Projeção dos resultados operacionais para o primeiro ano, baseado na taxa de crescimento do ano corrente. Os fluxos são baseados nos planos estratégicos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. Este é preparado por negócio, quando aplicável, e considera fontes externas como cenários macroeconômicos do segmento de atuação, evolução do negócio, inflação, taxas de câmbio e resultados históricos da Companhia; • Projeção dos resultados operacionais para os próximos anos, com base nos resultados esperados com a captação de novos clientes, manutenção dos clientes já existentes e desenvolvimento de novas soluções para o mercado e vigência dos contratos de concessão. A Administração estima recuperar os valores de ágio investidos quando da aquisição de negócios no prazo de no mínimo 10 anos mais perpetuidade, e para tal análise utilizou como premissas as taxas de crescimento do setor, taxas de retorno sobre o investimento feito e a continuidade das operações da Companhia. As considerações para o prazo mínimo considerado estão baseadas nos contratos de concessão e contratos firmados com clientes que possuem prazo superior há 10 anos. A análise de perda por redução ao valor recuperável foi efetuada pelo modelo de fluxo de caixa futuro descontado e aplicando uma taxa de desconto CMPC - Custo Médio Ponderado de Capital, conforme tabela abaixo. O fluxo de caixa futuro foi ajustado pelo risco específico do segmento das controladas da Companhia, tendo como base o risco determinado pela Administração.

| **UGC** | **Taxa média de Crescimento** | **Taxa de desconto antes dos impostos** | **Ativos líquidos em 31/12/2025** | **Metodologia Utilizada** |
|---|---|---|---|---|
| Plastimassa | 5% | 15% | 16.835 | Valor em uso |
| Ecopesa (aterro de Jaboatão dos Guararapes) | 5% | 15% | 129.145 | Valor em uso |
| ETR Jardim Gramacho | 5% | 15% | 26.390 | Valor em uso |

Em 30 de junho de 2026, a Companhia não identificou necessidade de constituição para provisão de redução ao valor recuperável.

### 13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTOS

**13.1. - Empréstimos e financiamentos:**

| | | | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Credor** | **Objeto** | **Vencimento** | **Encargos financeiros** | **30/06/2026** | **31/12/2025** |
| Banco Bradesco | Capital de giro | 30/04/2029 | CDI + 1% a.a. | **119.742** | **111.468** |
| Debêntures 4º Emissão Infra | Debêntures | 15/11/2031 | IPCA+6,76% a.a. | **281.148** | **281.738** |
| Debêntures 6º Emissão | Debêntures | 15/09/2035 | CDI + 1.45% a.a. | **449.356** | **417.400** |
| Debêntures 7º Emissão Incentivada | Debêntures | 15/12/2035 | CDI +1,45 a.a | **215.836** | **200.487** |
| Debêntures 7º Emissão Incentivada | Debêntures | 15/12/2039 | IPCA+ 7,9283% a.a. | **207.988** | **200.842** |
| Debêntures 9º Emissão Incentivada - (a) | Debêntures | 25/05/2028 | CDI +1,50 a.a | **151.958** | **-** |
| International Finance Corporation ("IFC") | Financiamento Corporativo Atrelado a Projetos | 15/04/2031 | CDI + 2.9 a.a. | **96.071** | **105.802** |
| Custos na captação de empréstimo | | | **(17.397)** | **(17.429)** | |
| Ajuste a valor presente | | | | **(18.352)** | **(19.060)** |
| Total | | | | **1.486.350** | 1.281.248 |
| Circulante | | | | **89.061** | 59.974 |
| Não circulante | | | | **1.397.289** | 1.221.274 |

| | | | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Credor** | **Objeto** | **Vencimento** | **Encargos financeiros** | **30/06/2026** | **31/12/2025** |
| Banco ABC do Brasil | Capital de giro | 25/09/2026<br>08/12/2026 | CDI+ 2,47% a.a<br>CDI+ 0,24% a.m | **65.083** | **67.716** |
| Banco Bradesco | Capital de giro | 30/04/2029 | CDI + 1% a.a. | **119.742** | **111.468** |
| Banco Votorantim | Capital de giro | 15/2/2028 | CDI + 2,5% a.a. | **67.808** | **85.144** |
| Debêntures 4º Emissão Infra | Debêntures | 15/11/2031 | IPCA+6,76% a.a. | **281.148** | **281.738** |
| Debêntures 6º Emissão | Debêntures | 15/09/2035 | CDI + 1,45% a.a. | **449.356** | **417.400** |
| Debêntures 7º Emissão Incentivada | Debêntures | 15/12/2035 | CDI +1,45% a.a | **215.836** | **200.487** |
| Debêntures 8ª Emissão | Debêntures | 15/12/2039 | IPCA+7,9283% a.a. | **207.988** | **200.842** |
| Debêntures 9º Emissão Incentivada - (a) | Debêntures | 25/05/2028 | CDI +1,50 a.a | **151.958** | **-** |
| International Finance Corporation ("IFC") | Capital de giro | 15/04/2031 | CDI + 2,9% a.a. | **96.071** | **105.801** |
| Banco Safra | Capital de giro | 26/05/2026 | 8,11% a.a. | **-** | **7.927** |
| Ajuste a valor justo - MTM swap | | | CDI + 2,3% a.a. | **-** | **(317)** |
| Banco do Brasil | Nota Comercial | 15/07/2030 | CDI + 1,97% a.a. | **65.473** | **65.451** |
| Sicoob | Capital de giro | 26/10/2026<br>12/11/2029 | 13,3537% a.a.<br>23,1439% a.a. | **-** | **542** |
| Debêntures 1ª Emissão - Rosário do Catete - (b) | Debêntures | 25/05/2027 | CDI +1,40 a.a | **127.633** | **-** |
| Notas Comerciais - 1ª Emissão - (c) | Nota Comercial | 05/06/2027 | CDI +1,58 a.a | **96.074** | **-** |
| Ajuste a valor presente | | | | **(18.351)** | **(19.060)** |
| Custos na captação de empréstimo/ emissão de debêntures | | | | **(15.023)** | **(14.206)** |
| Custos na captação de dívidas | | | | **(5.604)** | **(5.817)** |
| Total | | | | **1.905.192** | 1.505.116 |
| Circulante | | | | **180.258** | 178.598 |
| Não circulante | | | | **1.724.934** | 1.326.518 |

As movimentações dos empréstimos e financiamentos para 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 são como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2026 | 31/12/2025 | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
| Saldo em 1° de janeiro | **1.281.248** | 1.096.410 | **1.505.116** | 1.304.394 |
| Saldo oriundo de aquisição | **-** | **-** | **-** | 512 |
| Encargos financeiros | **98.153** | 176.759 | **116.930** | **211.947** |
| Ajuste a valor presente | **708** | **2.174** | **708** | **5.871** |
| Ajuste a valor justo | **-** | **-** | **317** | **(3.348)** |
| Variação cambial | **-** | **-** | **(462)** | **-** |
| Captações/ assunções de dívida | **150.000** | **800.000** | **371.000** | **945.000** |
| Reconhecimento de gastos na captação de recursos | **32** | **18.970** | **(603)** | **17.494** |
| Pagamento de principal | **(9.282)** | **(661.068)** | **(35.495)** | **(788.985)** |
| Pagamento de juros | **(34.509)** | **(151.997)** | **(52.319)** | **(187.769)** |
| Saldos em 30 de junho 2026 e 31 de dezembro de 2025 | **1.486.350** | 1.281.248 | **1.905.192** | 1.505.116 |

Cronograma de pagamentos:Em 30 de junho de 2026, os saldos dos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

| | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| 2027 | **42.365** | **312.710** |
| 2028 | **194.173** | **225.984** |
| 2029 | **146.803** | **162.902** |
| 2030 | **48.459** | **57.849** |
| 2031 em diante | **965.489** | **965.489** |
| Total | **1.397.289** | **1.724.934** |

*a) Orizon Meio Ambiente - Emissão de novas debêntures - 9ª Emissões:* Em 25 de maio de 2026, a Orizon Meio Ambiente S.A. realizou sua 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, no montante total de R$ 150.000 mil, por meio de distribuição pública sob o rito de registro automático (Resolução CVM nº 160), destinada exclusivamente a investidores profissionais, com a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. atuando como agente fiduciário e escriturador/agente de liquidação. Os recursos líquidos captados foram destinados às despesas operacionais e demais necessidades relacionadas à condução regular dos negócios da Companhia (uso corporativo geral e reforço de caixa). As debêntures possuem prazo de dois anos, com vencimento em 25 de maio de 2028, e foram estruturadas com pagamento bullet (amortização do principal e pagamento da remuneração em parcela única no vencimento), não havendo atualização monetária do valor nominal. A remuneração corresponde a 100% do CDI/DI acrescido de 1,50% ao ano, calculada pro rata temporis. A operação conta com fiança prestada pela Orizon Valorização de Resíduos S.A. e prevê covenants financeiros e não financeiros usuais para esse tipo de operação, incluindo covenant de alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA consolidado), apurado trimestralmente. *b) Rosário do Catete Ambiental S.A. - 1ª Emissão de Debêntures:* Em 25 de maio de 2026, a controlada Rosário do Catete Ambiental Sociedade Anônima ("Emissora") realizou sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, no montante total de R$ 126.000 mil. A emissão foi estruturada para distribuição pública, sob o rito de registro automático previsto na Resolução CVM nº 160, sendo destinada exclusivamente a investidores profissionais, não havendo elaboração de prospecto e lâmina, nem análise prévia dos documentos pela CVM. As Debêntures foram emitidas sob a forma nominativa e escritural, com valor nominal unitário de R$ 1 mil, totalizando 126.000 debêntures, e contam com a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. como agente fiduciário, escriturador e agente de liquidação. A distribuição e a custódia/liquidação ocorrem no âmbito da B3, por meio do MDA (mercado primário) e CETIP21 (mercado secundário), observadas as restrições regulatórias de negociação. Principais condições financeiras (taxa e prazo): Prazo/Vencimento: um ano a contar da data de emissão, com vencimento em 25 de maio de 2027. Remuneração: 100% da Taxa DI (DI Over), acrescida de spread de 1,40% ao ano (base de 252 dias úteis), com capitalização pro rata temporis. Pagamento de juros e principal: remuneração e amortização integral do valor nominal em parcela única na data de vencimento (bullet). Atualização monetária: não há atualização monetária do valor nominal. Encargos moratórios: multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês sobre os valores em atraso. Garantias: As debêntures contam com garantia fidejussória (fiança) prestada pela Orizon Valorização de Resíduos S.A. (OrizonVR) e pela Orizon Meio Ambiente S.A. (OMA), como fiadoras e principais pagadoras, de forma solidária, abrangendo todas as obrigações principais e acessórias da emissão até sua liquidação integral. Destinação dos recursos: Os recursos líquidos captados serão destinados principalmente: (i) ao financiamento ou reembolso de gastos relacionados à implantação de novas células de disposição de resíduos, ampliação e aprimoramento da rede de captação de biogás e instalação de sistema de tratamento de efluentes no Ecoparque Sergipe; e (ii) o saldo remanescente, se houver, será destinado ao reforço de caixa, gestão de fluxo de caixa, liquidação de passivos, capital de giro e demais necessidades operacionais da Emissora. Covenants: Entre as condições usuais da emissão, destaca-se o covenant financeiro aplicável à OrizonVR (consolidado), apurado trimestralmente a partir do trimestre encerrado em 30 de junho de 2026 até o vencimento, segundo o qual o índice Dívida Líquida/EBITDA não poderá ser superior a 3,50x enquanto existirem outras dívidas com esse mesmo indicador, e a 4,00x após a liquidação dessas dívidas e/ou mediante renegociação, limitado a 4,00x. A escritura também prevê hipóteses usuais de vencimento antecipado, incluindo inadimplemento de obrigações pecuniárias, eventos de insolvência, cross-default acima dos limites estabelecidos e descumprimento de obrigações não pecuniárias, observados os respectivos prazos de cura. *c) CGR Cuiabá - Notas Comerciais:* Em 5 de junho de 2026, a controlada Centro de Gerenciamento de Resíduos Cuiabá Ltda. ("CGR Cuiabá") realizou sua 1ª emissão de notas comerciais escriturais, em série única, por colocação privada, com garantia fidejussória, nos termos do art. 45 e seguintes da Lei nº 14.195/2021. A emissão totalizou R$95.000 (95.000 notas comerciais ao valor nominal unitário de R$1.000,00), com vencimento em 7 de junho de 2027 (prazo de 12 meses), remuneração de CDI + 1,58% a.a., amortização e pagamento de juros em parcela única no vencimento (bullet). A operação conta com fiança da Orizon Meio Ambiente S.A. e da Orizon Valorização de Resíduos S.A., e foi integralmente subscrita pelo Banco Safra S.A.. A operação conta com covenants usuais às demais operações da Companhia e a este tipo de operação. A escrituração é realizada pela Vórtx DTVM, com registro na B3. **13.2 Arrendamentos (Consolidado):** A movimentação dos arrendamentos reconhecidos conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 para 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é apresentada a seguir (em R$ mil):

| | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| Saldo em 1º de janeiro de 2025 | 58.336 | 105.378 |
| Adição de novos contratos no período - IFRS 16 | 31.019 | **66.951** |
| Incorporação SPE Itapevi | **119** | **-** |
| Baixa de contratos | **(14.876)** | **(26.167)** |
| Pagamento de principal | **(22.223)** | **(47.325)** |
| Pagamento de juros | **(5.621)** | **(9.222)** |
| Juros apropriados no exercício | **5.826** | **9.338** |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 52.580 | 98.953 |
| Adição de novos contratos no período - IFRS 16 | **12.328** | **29.314** |
| Baixa de contratos | **(9.089)** | **(10.441)** |
| Pagamento de principal | **(11.738)** | **(23.885)** |
| Pagamento de juros | **(3.062)** | **(5.135)** |
| Juros apropriados no exercício | **2.584** | **4.656** |
| Saldo em 30 de junho de 2026 | **43.603** | **93.462** |
| Circulante | **16.494** | **46.338** |
| Não circulante | **27.109** | **47.124** |

Ativo de direito de uso (Consolidado): Os ativos classificados como direito de uso são referentes principalmente à contratos de locação de equipamentos e terrenos para operações nos aterros sanitários e projetos. Em 30 de junho de 2026, as movimentações e informações de saldos de ativos de direito de uso estão detalhadas no quadro abaixo:

| | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| Saldo em 1° de janeiro de 2025 | 50.680 | 96.286 |
| Adições nos novos contratos | 31.019 | 66.950 |
| Incorporação SPE Itapevi | 114 | |
| Baixa de contratos | (14.876) | (26.258) |
| Amortização do direito de uso no exercício | (18.857) | (44.070) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 48.080 | 92.908 |
| Adição de novos contratos - IFRS 16 | **12.328** | **29.314** |
| Baixa de contratos | **(9.089)** | **(10.441)** |
| Amortização do direito de uso no exercício | **(10.587)** | **(23.028)** |
| Saldo em 30 de junho de 2026 | **40.732** | **88.753** |

A Companhia mantém diversos contratos de arrendamento relacionados principalmente à locação de máquinas, equipamentos, veículos, geradores e purificadores de gases, utilizados nas operações dos ecoparques.

continua...

Ines249

ORIZON

# Orizon Meio Ambiente S.A.

## CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30

**Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 30 de junho de 2026** - (Em milhares de reais)

*Cronograma de pagamentos (consolidado):* Em 30 de junho de 2026, os saldos dos arrendamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue

| | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| 2027 | **1.358** | **7.447** |
| 2028 | **2.018** | **10.626** |
| 2029 | **1.804** | **3.042** |
| 2030 | **1.976** | **2.846** |
| 2031 em diante | **19.953** | **23.163** |
| Total | **27.109** | **47.124** |

Direito de PIS e COFINS a recuperar (Consolidado): A Companhia possui direito de PIS e COFINS a recuperar incidente sobre as contraprestação dos arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixa dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS e COFINS sobre fluxo contratual bruto, em 30 de junho de 2026 de R$2.295 (R$4.378 em 31 de dezembro de 2025).

### 14. FORNECEDORES

Esta rubrica registra os saldos em aberto junto a fornecedores de serviços, materiais e equipamentos, relacionados às operações em curso e aos investimentos em novas unidades e projetos. A seguir, estão demonstrados os saldos em aberto para 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2026 | 31/12/2025 | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
| Fornecedores | **28.446** | 26.951 | **66.735** | 67.488 |

### 15. OUTORGAS A PAGAR (CONSOLIDADO)

Referem-se aos valores correspondentes de 6% a 10% sobre as receitas de serviços prestados pelos aterros sanitários (CTRNI, CTRA e CTRBM) para outros clientes que não o poder concedente.

| Aterro sanitário | Percentual da outorga | Índice de correção (a.m.) | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|
| Orizon Meio Ambiente | 10% | INPC + 1% | **-** | **101** |
| CTRNI | 6% | IGPM | **7.086** | **6.072** |
| CTRA | 10% | IPCA + 1% | **5.185** | **4.741** |
| CTRBM | 6% | IPCA + 1% | **3.170** | **4.453** |
| Total | | | **15.441** | 15.367 |

### 16. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2026 | 31/12/2025 | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
| Salários e honorários a pagar | **2.747** | 2.345 | **5.119** | 4.521 |
| INSS a recolher | **2.836** | 455 | **7.178** | 3.896 |
| FGTS a recolher | **589** | 646 | **1.237** | 1.377 |
| Provisão e encargos sobre férias | **9.413** | 8.570 | **16.562** | 15.305 |
| Provisão e encargos sobre 13° salário | **3.139** | - | **5.553** | - |
| IRRF sobre salários | **1.786** | 1.897 | **2.470** | 2.711 |
| Outros | **417** | 411 | **973** | 933 |
| Total | **20.927** | 14.324 | **39.092** | 28.743 |

### 17. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2026 | 31/12/2025 | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
| INSS (1) | **1.811** | 2.131 | **4.337** | 5.173 |
| ICMS | **381** | 521 | **438** | 578 |
| COFINS | **2.200** | 3.008 | **5.453** | 6.470 |
| IRPJ | **2.332** | 2.423 | **7.143** | 8.563 |
| CSLL | **521** | 566 | **2.529** | 3.105 |
| PIS | **1.427** | 1.621 | **1.945** | 2.296 |
| PERT | **523** | 1.341 | **4.146** | 5.816 |
| Total | **9.195** | 11.611 | **25.991** | 32.001 |
| Circulante | **5.451** | **5.682** | **11.613** | **11.849** |
| Não circulante | **3.744** | **5.929** | **14.378** | **20.152** |

(1) No 4º trimestre de 2020, houve homologação de parcelamento de impostos federais no montante de R$14.222, com vencimento em até 60 parcelas da companhia e controladas diretas CTRNI, CTRBM, CTRA e ETR. Ao longo de 2021, estas mesmas empresas aderiram a novos parcelamentos no montante aproximado de R$14.000, nas mesmas condições dos parcelamentos firmados em 2020. Em 2022, houve adesão a novos parcelamentos em decorrência de planejamento tributário e necessidade de capital de giro, com inclusão do INSS nos montantes parcelas.

Cronograma de pagamentos: Em 30 de junho de 2026, os saldos dos parcelamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

| | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| 2025 | **562** | **2.157** |
| 2026 | **1.123** | **4.313** |
| 2027 | **1.123** | **4.313** |
| 2028 em diante | **936** | **3.595** |
| Total | **3.744** | **14.378** |

### 18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda provável: Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia está exposta a reclamações trabalhistas, fiscais e cíveis. Para cada processo ou exposição a processo, a Administração efetua uma avaliação da probabilidade de que sua decisão final possa resultar em uma perda para a Companhia e, portanto, com base nesta avaliação, a Administração registrou uma provisão para cobrir as prováveis perdas trabalhistas, fiscais e cíveis. Pela análise da Administração e seus consultores jurídicos externos, a posição das contingências prováveis e provisionadas é a seguinte:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2026 | 31/12/2025 | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
| Trabalhistas | **77** | 962 | **445** | 2.139 |
| Cíveis | **445** | **432** | **1.053** | **432** |
| Tributárias | **3.970** | **2.871** | **8.566** | **7.467** |
| Total | **4.492** | 4.265 | **10.064** | 10.038 |

As movimentações das contingências estão resumidas a seguir:

| Controladora | Trabalhistas | Tributários | Cível | Total |
|---|---|---|---|---|
| Saldo em 1° de janeiro de 2025 | 5.523 | 2.786 | 791 | 9.100 |
| Adições/Reversões | **(2.710)** | **164** | **224** | (2.322) |
| Pagamentos | (1.851) | (79) | (583) | (2.513) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 962 | 2.871 | 432 | 4.265 |
| Adições/Reversões | **(319)** | **1.099** | **17** | **797** |
| Pagamentos | **(566)** | **-** | **(4)** | **(570)** |
| Saldo em 30 de junho de 2026 | **77** | **3.970** | **445** | **4.492** |

| Consolidado | Trabalhistas | Tributários | Cível | Total |
|---|---|---|---|---|
| Saldo em 1° de janeiro de 2025 | 6.795 | 7.382 | 792 | 14.969 |
| Adições/Reversões | **(2.419)** | **164** | **595** | (1.660) |
| Pagamentos | (2.237) | (79) | (955) | (3.271) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 2.139 | 7.467 | 432 | 10.038 |
| Adições/Reversões | **(419)** | **1.099** | **626** | **1.306** |
| Pagamentos | **(1.275)** | **-** | **(5)** | **(1.280)** |
| Saldo em 30 de junho de 2026 | **445** | **8.566** | **1.053** | **10.064** |

As reclamações trabalhistas estão relacionadas, substancialmente, ao pagamento de horas extras, adicional de transferência, dentre outros pleitos, frequentemente ligados a disputas sobre o montante de compensação pago sobre as demissões. A Companhia continua defendendo seus interesses em todos os litígios descritos anteriormente, e constituiu provisão para riscos relacionados aos processos considerados como de perdas prováveis em que a companhia é impetrada (natureza passiva) dos processos. b) Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda possível: Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os processos considerados como de probabilidade de perda possível pela Administração e por seus assessores legais externos, não provisionados nas Demonstrações financeiras são conforme quadro abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| **Natureza dos processos** | 30/06/2026 | 31/12/2025 | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
| Cível | **84.323** | 80.828 | **105.118** | 122.709 |
| Trabalhista | **15.788** | **16.595** | **27.049** | **26.674** |
| Tributário | **176.432** | **168.197** | **378.760** | **358.685** |
| Total | **276.543** | 265.620 | **510.927** | 508.068 |

1) Cível: • Execução de crédito, decorrente de Contrato de Representação Comercial. • Ação popular ajuizada em face da Companhia alegando irregularidades em processo licitatório. • Ação indenizatória objetivando a condenação das rés ao pagamento de indenização, referente ao suposto descumprimento do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças. • Auto de Infração lavrado por suposto lançamento de efluentes no corpo hídrico. *2) Trabalhista:* • Reclamação Trabalhista que versa sobre pagamento de verbas rescisórias por ex-funcionários. *3) Tributário:* • Auto de infração lavrado para cobrança de valores a título de IRPJ, IRRF, PIS/PASEP, COFINS, CSLL, Multa Isolada, Cide Remessas decorrentes de suposta dedução de despesas indevidas no período fiscalizado. • Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração dos mesmos. • Autos de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, referente ao ano calendário de 2016 e 2017. De acordo com a fiscalização, a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%. • Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração dos mesmos. c) Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais estão vinculados, principalmente, a causas trabalhistas, além de bloqueios judiciais de saldos bancários em processos cíveis e estão classificados no ativo não circulante. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os saldos estão apresentados no quadro abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2026 | 31/12/2025 | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
| Depósitos judiciais | **1.294** | 1.294 | **1.331** | **1.300** |

### 19. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Os saldos em aberto referem-se principalmente à adiantamentos recebidos de clientes para prestação de serviços de tratamento e destinação final de resíduos, cujas compensações ocorrem na medida em que os serviços são realizados e faturados. Abaixo, movimentação dos saldos de adiantamentos de clientes no consolidado:

| | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| Saldo em 1º de janeiro de 2025 | 305 | 6.423 |
| Ingressos | 37.315 | **110.363** |
| Compensações | **(30.285)** | **(108.095)** |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 7.335 | 8.691 |
| Adiantamentos recebidos | **16.349** | **35.008** |
| Compensações | **(18.947)** | **(37.504)** |
| Saldo em 30 de junho de 2026 | **4.737** | **6.195** |

### 20. CONTAS A PAGAR

O detalhamento das contas a pagar está apresentado a seguir: 1) Aquisição Oeste Ambiental - *Earn-Out (Consolidado):* Em 1º de outubro de 2025, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das quotas da G4 - Gestão e Controle de Materiais Ltda. ("Oeste Paulista"), empresa proprietária do aterro sanitário localizado no município de Regente Feijó, na Região Metropolitana de Presidente Prudente, estado de São Paulo. O valor da firma (*enterprise value*) atribuído à Transação foi de R$ 40 milhões, do qual foram descontadas dívidas financeiras e operacionais da adquirida. A Transação prevê, adicionalmente, parcela variável do preço de aquisição (*earn-out*), condicionada ao cumprimento de métricas específicas definidas nos documentos da operação. A Companhia mensurou os valores projetados para cumprimento das métricas de *earn-out*, com base nos saldos já realizados, e identificou o montante de R$ 24.722, dos quais foi paga a 1ª tranche no valor de R$ 7.580, restando saldo estimado de R$ 17.142. 2) Há montante de R$991 referente a saldo residual da CTR Santa Luzia.

### 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

• Capital social: Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital social era de R$806.843, representado por 3.510 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, subscritas e totalmente integralizadas, com a seguinte composição acionária:

a seguinte composição acionária:

| Acionista | Quantidade de ações (mil) | Percentual de participação (%) |
|---|---|---|
| Orizon Valorização de Resíduos S.A. | **3.510** | **100%** |

• Reserva de capital: Em 19 de junho de 2020, a Orizon Meio Ambiente emitiu 10.000 bônus de subscrição, nos termos do artigo 77 da Lei 6.404/1976, conforme alterada (Leis das Sociedades por Ações), que foram entregues em pagamento em benefício dos debenturistas das Emissões correspondente à R$156.654, cujas condições de emissão de ações, a quantidade, o preço, o prazo e forma de integralização, bem como as demais condições e procedimentos estão previstos nos termos do Certificado de Bônus de Subscrição. Este montante ficará registrado no patrimônio líquido pelas condições estabelecidas junto ao FIDC NP para futura conversão em capital social da Orizon Valorização de Resíduos. Dentre as condições estabelecidas estão: (1) o subscritor teria o direito de subscrever e integralizar 52.657 ações ordinárias; e (2) o exercício somente poderia ser exercido em caso de evento de liquidez, o qual ocorreu em 2021. • Ajuste de avaliação patrimonial: Representa o valor reflexo na Companhia do custo atribuído de R$10.359 ao terreno localizado na cidade de Barra Mansa - RJ, líquido dos efeitos tributários, refletido nas 31 de dezembro na data de transição em 1º de janeiro de 2009. Em 2010, na adoção inicial das novas normas, o terreno que estava mensurado ao custo de aquisição de R$1.304, foi reavaliado para R$16.999, gerando um efeito bruto de R$15.695 (R$10.359 líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, pela aplicação da alíquota fiscal de 34%). • Política de distribuição de dividendos: O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios da ordem de 5%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, após a destinação de 5% para a reserva legal, conforme previsão legal.

• Lucro básico e diluído por ação:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| **Natureza dos processos** | 30/06/2026 | 30/06/2025 | 30/06/2026 | 30/06/2025 |
| Lucro do período | **24.399** | 22.643 | **27.927** | 26.944 |
| Quantidade de ações ordinárias | **3.510** | **3.510** | **3.510** | 3.510 |
| Lucro básico e diluído por ação | **6,95** | 6,45 | **7,96** | 7,68 |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 01/04/2026 a 30/06/2026 | 01/04/2025 a 30/06/2025 | 01/04/2026 a 30/06/2026 | 01/04/2025 a 30/06/2025 |
| Lucro do período | **10.130** | 23.871 | **11.632** | 25.983 |
| Quantidade de ações ordinárias | **3.510** | **3.510** | **3.510** | 3.510 |
| ucro básico e diluído por ação | **2,89** | 6,80 | **3,31** | 7,40 |

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

### 22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2026 | 30/06/2025 | 30/06/2026 | 30/06/2025 |
| Receita operacional bruta | **256.251** | 197.466 | **607.238** | 484.597 |
| Deduções da receita bruta | | | | |
| Programa de Integração Social - PIS | **(3.784)** | (3.024) | **(8.976)** | (7.024) |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS | **(17.427)** | (13.929) | **(41.342)** | (32.356) |
| Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS | **(9.136)** | (7.983) | **(24.252)** | (20.503) |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS | **(1.293)** | (1.012) | **(3.271)** | (2.958) |
| Outros | **(2.107)** | (932) | **(9.651)** | (2.925) |
| Total dos impostos incidentes | **(33.747)** | (26.880) | **(87.492)** | (65.766) |
| Vendas canceladas | **(26)** | (378) | **(2.040)** | (1.205) |
| Receita operacional líquida | **222.478** | **170.208** | **517.706** | 417.626 |

| | 01/04/2026 a 30/06/2026 | 01/04/2025 a 30/06/2025 | 01/04/2026 a 30/06/2026 | 01/04/2025 a 30/06/2025 |
|---|---|---|---|---|
| Receita operacional bruta | **127.465** | 105.177 | **308.944** | 253.183 |
| Deduções da receita bruta | | | | |
| Programa de Integração Social - PIS | **(2.039)** | (1.582) | **(4.717)** | (3.640) |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS | **(9.392)** | (7.288) | **(21.723)** | (16.771) |
| Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS | **(4.972)** | (4.186) | **(12.896)** | (10.636) |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS | **(688)** | (439) | **(1.659)** | (1.623) |
| Outros | **(216)** | (381) | **(1.657)** | (1.405) |
| Total dos impostos incidentes | **(17.307)** | (13.876) | **(42.652)** | (34.075) |
| Vendas canceladas | **(26)** | (368) | **(1.633)** | (1.178) |
| Receita operacional líquida | **110.132** | 90.933 | **264.659** | 217.930 |

### 23. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

| Controladora | 30/06/2026 | | | 30/06/2025 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Custo dos serviços prestados | Despesas gerais e administrativas | Total | Custo dos serviços prestados | Despesas gerais e administrativas | Total |
| Pessoal (salários e ordenados) | **(29.573)** | **(29.392)** | **(58.965)** | (23.238) | (24.926) | (48.164) |
| Materiais de produção e consumo | **(3.868)** | **(287)** | **(4.155)** | (22.571) | (322) | (22.893) |
| Depreciação e amortização | **(33.257)** | **(10.320)** | **(43.577)** | (23.566) | (13.784) | (37.350) |
| Provisão para fechamento de aterro | **(6.519)** | **-** | **(6.519)** | (2.063) | - | (2.063) |
| Serviços de terceiros | **(25.817)** | **(12.761)** | **(38.578)** | (9.577) | (11.475) | (21.052) |
| Aluguéis | **(3.757)** | **(1.146)** | **(4.903)** | (3.597) | (1.282) | (4.879) |
| Outorgas | **-** | **-** | **-** | - | - | - |
| Energia | **(3.788)** | **-** | **(3.788)** | (1.869) | (80) | (1.949) |
| Combustíveis | **(4.389)** | **-** | **(4.389)** | (4.768) | - | (4.768) |
| Fretes | **(12)** | **(1)** | **(13)** | (4) | - | (4) |
| Contingências | **-** | **873** | **873** | - | 1.854 | 1.854 |
| Outros | **(10.509)** | **(9.926)** | **(20.435)** | (5.230) | (9.573) | (14.803) |
| Total | **(121.489)** | **(62.960)** | **(184.449)** | (96.483) | (59.588) | (156.071) |

| Controladora | 01/04/2026 a 30/06/2026 | | | 01/04/2025 a 30/06/2025 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Custo dos serviços prestados | Despesas gerais e administrativas | Total | Custo dos serviços prestados | Despesas gerais e administrativas | Total |
| Pessoal (salários e ordenados) | **(15.818)** | **(16.730)** | **(32.548)** | (13.081) | (13.720) | (26.801) |
| Materiais de produção e consumo | **(1.950)** | **(149)** | **(2.099)** | (10.637) | (241) | (10.878) |
| Depreciação e amortização | **(16.229)** | **(3.047)** | **(19.276)** | (10.692) | (6.483) | (17.175) |
| Provisão para fechamento de aterro | **(2.616)** | **-** | **(2.616)** | (1.130) | - | (1.130) |
| Serviços de terceiros | **(13.687)** | **(6.140)** | **(19.827)** | (5.109) | (3.808) | (8.917) |
| Aluguéis | **(2.273)** | **(640)** | **(2.913)** | (1.895) | (620) | (2.515) |
| Outorgas | **-** | **-** | **-** | - | - | - |
| Energia | **(1.706)** | **23** | **(1.683)** | (1.078) | (69) | (1.147) |
| Combustíveis | **(2.051)** | **-** | **(2.051)** | (2.456) | 150 | (2.306) |
| Fretes | **(5)** | **1** | **(4)** | (4) | - | (4) |
| Contingências | **-** | **6** | **6** | - | 955 | 955 |
| Outros | **(6.373)** | **(4.719)** | **(11.092)** | (1.606) | (6.627) | (8.233) |
| Total | **(62.708)** | **(31.395)** | **(94.103)** | (47.688) | (30.463) | (78.151) |

| Consolidado | 30/06/2026 | | | 30/06/2025 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Custo dos serviços prestados | Despesas gerais e administrativas | Total | Custo dos serviços prestados | Despesas gerais e administrativas | Total |
| Pessoal (salários e ordenados) | **(71.279)** | **(37.127)** | **(108.406)** | (59.815) | (34.391) | (94.206) |
| Materiais de produção e consumo | **(18.248)** | **(312)** | **(18.560)** | (43.492) | (375) | (43.867) |
| Depreciação e amortização | **(78.818)** | **(9.524)** | **(88.342)** | (63.375) | (13.440) | (76.815) |
| Provisão para fechamento de aterro | **(9.527)** | **-** | **(9.527)** | (3.174) | - | (3.174) |
| Serviços de terceiros | **(43.979)** | **(23.924)** | **(67.903)** | (16.192) | (20.883) | (37.075) |
| Aluguéis | **(7.350)** | **(1.265)** | **(8.615)** | (5.457) | (1.375) | (6.832) |
| Outorgas | **(6.817)** | **(21)** | **(6.838)** | (4.090) | - | (4.090) |
| Energia | **(27.499)** | **-** | **(27.499)** | (14.429) | (11) | (14.440) |
| Combustíveis | **(15.635)** | **-** | **(15.635)** | (14.902) | (365) | (15.267) |
| Fretes | **(358)** | **(1)** | **(359)** | (49) | (1) | (50) |
| Contingências | **-** | **1.074** | **1.074** | - | 1.831 | 1.831 |
| Outros (*) | **(15.488)** | **(13.719)** | **(29.207)** | (14.007) | (8.988) | (22.995) |
| Total | **(294.998)** | **(84.819)** | **(379.817)** | (238.982) | (77.998) | (316.980) |

| Controladora | 01/04/2026 a 30/06/2026 | | | 01/04/2025 a 30/06/2025 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Custo dos serviços prestados | Despesas gerais e administrativas | Total | Custo dos serviços prestados | Despesas gerais e administrativas | Total |
| Pessoal (salários e ordenados) | **(36.763)** | **(21.519)** | **(58.282)** | (29.765) | (21.003) | (50.768) |
| Materiais de produção e consumo | **(10.644)** | **6** | **(10.638)** | (21.342) | (277) | (21.619) |
| Depreciação e amortização | **(40.575)** | **(2.606)** | **(43.181)** | (28.498) | (6.218) | (34.716) |
| Provisão para fechamento de aterro | **(3.823)** | **-** | **(3.823)** | (1.627) | - | (1.627) |
| Serviços de terceiros | **(21.589)** | **(14.251)** | **(35.840)** | (6.914) | (10.531) | (17.445) |
| Aluguéis | **(4.070)** | **(692)** | **(4.762)** | (2.975) | (656) | (3.631) |
| Outorgas | **(4.286)** | **(21)** | **(4.307)** | (2.121) | - | (2.121) |
| Energia | **(18.903)** | **47** | **(18.856)** | (8.532) | - | (8.532) |
| Combustíveis | **(8.004)** | **-** | **(8.004)** | (7.242) | (209) | (7.451) |
| Fretes | **(245)** | **2** | **(243)** | (42) | (1) | (43) |
| Contingências | **-** | **(17)** | **(17)** | - | 945 | 945 |
| Outros (*) | **(9.916)** | **(6.552)** | **(16.468)** | (8.165) | (3.765) | (11.930) |
| Total | **(158.818)** | **(45.603)** | **(204.421)** | (117.223) | (41.715) | (158.938) |

(*) Nesta rubrica estão registrados principalmente gastos relacionados a novos negócios e ativos recém adquiridos (viagens, reuniões etc.), manutenção de máquinas e equipamentos por conformidade contratual, dentre outros.

### 24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| Receitas financeiras | 30/06/2026 | 30/06/2025 | 30/06/2026 | 30/06/2025 |
| Ajuste a valor presente/ justo | **-** | - | **283** | - |
| Variação cambial ativa | **-** | - | **657** | 2.675 |
| Rendimentos de aplicações financeiras | **5.996** | 7.344 | **6.908** | 8.534 |
| Rendimentos de títulos e valores mobiliários | **36.900** | 39.674 | **36.900** | 39.674 |
| Descontos financeiros obtidos | **32** | 10 | **176** | 45 |
| Outras receitas financeiras | **305** | 6.280 | **997** | 7.124 |
| Juros s/capital próprio | **3.046** | 5.645 | **-** | - |
| PIS e COFINS sobre receita financeira | **(3.534)** | (3.664) | **(4.458)** | (3.579) |
| Total | **42.745** | 55.289 | **41.463** | 54.473 |
| Despesas financeiras | | | | |
| Variação cambial passiva | **-** | (1.763) | **(1.490)** | (5.143) |
| Juros de empréstimos, financiamentos e arrendamentos | **(101.018)** | (85.591) | **(121.586)** | (103.285) |
| Ajuste a valor presente/ justo * | **(8.884)** | (3.941) | **(9.483)** | (7.468) |
| Multa e juros | **(1.378)** | (1.583) | **(3.847)** | (4.219) |
| Desconto concedido | **2** | (184) | **(87)** | (272) |
| Amortização de gastos na captação de recursos | **(448)** | - | **(773)** | - |
| Outras despesas financeiras | **(1.695)** | (440) | **(2.143)** | (440) |
| Total | **(113.421)** | (93.502) | **(139.409)** | (120.827) |
| Resultado financeiro, líquido | **(70.676)** | (38.213) | **(97.946)** | **(66.354)** |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| Receitas financeiras | 01/04/2026 a 30/06/2026 | 01/04/2025 a 30/06/2025 | 01/04/2026 a 30/06/2026 | 01/04/2025 a 30/06/2025 |
| Ajuste a valor presente/ justo | **-** | - | **262** | - |
| Variação cambial ativa | **-** | - | **165** | 810 |
| Rendimentos de aplicações financeiras | **5.350** | 6.848 | **5.786** | 7.163 |
| Rendimentos de títulos e valores mobiliários | **18.439** | 21.075 | **18.439** | 21.075 |
| Descontos financeiros obtidos | **2** | 7 | **8** | 39 |
| Outras receitas financeiras | **224** | 3.084 | **456** | 3.654 |
| Juros s/capital próprio | **-** | 5.645 | **-** | - |
| PIS e COFINS sobre receita financeira | **(1.866)** | (2.343) | **(2.739)** | (2.213) |
| Total | **22.149** | 34.316 | **22.377** | 30.528 |
| Despesas financeiras | | | | |
| Variação cambial passiva | **-** | (558) | **(211)** | (1.966) |
| Juros de empréstimos e financiamentos | **(50.485)** | (45.098) | **(61.091)** | (51.830) |
| Ajuste a valor presente/ justo * | **(1.056)** | (1.484) | **(1.655)** | (5.011) |
| Multa e juros | **(879)** | (484) | **(2.397)** | (2.083) |
| Desconto concedido | **(1)** | 15 | **(43)** | (30) |
| Amortização de gastos na captação de recursos | **(293)** | - | **(313)** | - |
| Outras despesas financeiras | **(1.455)** | (174) | **(1.864)** | (51) |
| Total | **(54.169)** | (47.783) | **(67.574)** | (60.971) |
| Resultado financeiro, líquido | **(32.020)** | (13.467) | **(45.197)** | (30.443) |

(*) O montante alocado nesta rubrica não representa impacto de caixa, mas ajustes temporais de recursos pelos efeitos de correções monetárias.

### 25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A apresentação abaixo busca demonstrar de forma mais fidedigna a visão da Administração em relação às Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") da Companhia no cenário atual. As Unidades Geradoras de Caixa de cada segmento estão apresentadas abaixo: Destinação Final: • Tratamento e Destinação de Resíduos (Receitas e Custos); • Plantas de Biogás (Receitas e Custos); • Projetos de Créditos de Carbono (Receitas e Custos). Transição Energética: • Plantas de Energia/UTEs (Receitas e Custos); • Plantas de Biometano (Receitas e Custos); • Plantas de Recuperação Energética | WtEs (Receitas e Custos). Economia Circular: • Plantas de Blendagem para co-processamento (Receitas e Custos); • Plantas de Reciclagem | UTMs (Receitas e Custos); • Plantas de Beneficiamento de Finos Siderúrgicos (Receitas e Custos); • Plantas de Compostagem (Receitas e Custos). Os segmentos operacionais reportáveis do Grupo estão apresentados no quadro abaixo:

| Consolidado 30/06/2026 | Destinação Final | Transição Energética | Economia Circular | Total |
|---|---|---|---|---|
| Receita operacional líquida | **451.643** | **39.267** | **26.796** | **517.706** |
| Custo dos serviços prestados | **(147.980)** | **(28.997)** | **(29.676)** | **(206.653)** |
| Lucro bruto antes da depreciação | **303.663** | **10.270** | **(2.880)** | **311.053** |
| Custos de depreciação | | | | **(88.345)** |
| Lucro bruto | | | | **222.708** |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | |
| Gerais e administrativas | | | | **(84.819)** |
| Outras receitas, líquidas | | | | **10.709** |
| Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência patrimonial | | | | **148.598** |
| Resultado financeiro | | | | |
| Receitas financeiras | | | | **41.463** |
| Despesas financeiras | | | | **(139.409)** |
| Resultado financeiro, líquido | | | | **(97.946)** |
| Resultado de equivalência patrimonial | | | | **(4.727)** |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | | | **45.925** |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | |
| Corrente | | | | **(21.019)** |
| Diferido | | | | **3.021** |
| Lucro líquido do exercício | | | | **27.927** |

[1] Segmento de Destinação Final inclui as atividades de destinação final, biogás e créditos de carbono.

Em 30 de junho de 2026, a receita operacional líquida proveniente da destinação e tratamento de resíduos, apresentada no segmento de Destinação Final, totalizou R$402.068 (R$333.712 em 30 de junho de 2025).

| Consolidado 30/06/2025 | Destinação Final | Transição Energética | Economia Circular | Total |
|---|---|---|---|---|
| Receita operacional líquida | **368.657** | **10.390** | **38.579** | **417.626** |
| Custo dos serviços prestados | **(130.489)** | **(9.739)** | **(32.205)** | **(172.433)** |
| Lucro bruto antes da depreciação | **238.168** | **651** | **6.374** | **245.193** |
| Custos de depreciação | | | | **(66.549)** |
| Lucro bruto | | | | **178.644** |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | |
| Gerais e administrativas | | | | **(77.998)** |
| Outras receitas, líquidas | | | | **(2.881)** |
| Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência patrimonial | | | | **97.765** |
| Resultado financeiro | | | | |
| Receitas financeiras | | | | **54.473** |
| Despesas financeiras | | | | **(120.827)** |
| Resultado financeiro, líquido | | | | **(66.354)** |
| Resultado de equivalência patrimonial | | | | **5.754** |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | | | **37.165** |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | |
| Corrente | | | | **(11.526)** |
| Diferido | | | | **1.305** |
| Lucro líquido do exercício | | | | **26.944** |

| Consolidado 01/04/2026 a 30/06/2026 | Destinação Final | Transição Energética | Economia Circular | Total |
|---|---|---|---|---|
| Receita operacional líquida | **236.189** | **17.943** | **10.527** | **264.659** |
| Custo dos serviços prestados | **(79.039)** | **(21.105)** | **(14.276)** | **(114.420)** |
| Lucro bruto antes da depreciação | **157.150** | **(3.162)** | **(3.749)** | **150.239** |
| Custos de depreciação | | | | **(44.398)** |
| Lucro bruto | | | | **105.841** |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | |
| Gerais e administrativas | | | | **(45.603)** |
| Outras receitas, líquidas | | | | **9.724** |
| | | | | **69.962** |
| Resultado financeiro | | | | |
| Receitas financeiras | | | | **22.377** |
| Despesas financeiras | | | | **(67.574)** |
| Resultado financeiro, líquido | | | | **(45.197)** |
| Resultado de equivalência patrimonial | | | | **(4.265)** |
| | | | | **20.500** |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | |
| Corrente | | | | **(9.227)** |
| Diferido | | | | **359** |
| Lucro líquido do exercício | | | | **11.632** |

| Consolidado 01/04/2025 a 30/06/2025 | Destinação Final | Transição Energética | Economia Circular | Total |
|---|---|---|---|---|
| Receita operacional líquida | **195.779** | **2.951** | **19.200** | **217.930** |
| Custo dos serviços prestados | **(65.183)** | **(5.312)** | **(16.603)** | **(87.098)** |
| Lucro bruto antes da depreciação | **130.596** | **(2.361)** | **2.597** | **130.832** |
| Custos de depreciação | | | | **(30.125)** |
| Lucro bruto | | | | **100.707** |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | |
| Gerais e administrativas | | | | **(41.715)** |
| Outras receitas, líquidas | | | | **(460)** |
| | | | | **58.532** |
| Resultado financeiro | | | | |
| Receitas financeiras | | | | **30.528** |
| Despesas financeiras | | | | **(60.971)** |
| Resultado financeiro, líquido | | | | **(30.443)** |
| Resultado de equivalência patrimonial | | | | **1.575** |
| | | | | **29.664** |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | |
| Corrente | | | | **(4.185)** |
| Diferido | | | | **504** |
| Lucro líquido do exercício | | | | **25.983** |

### 26. COMPROMISSOS (CONSOLIDADO)

Créditos de carbono - Certificação e entrega de créditos de carbono: A Companhia através de suas controladas diretas, possui compromisso para entrega de créditos de carbono, conforme detalhamento na nota 5. Fornecimento de Biogás: *Investidas diretas - CTRNI e CTRA:* A Companhia através de suas controladas diretas, possui contratos firmados vigentes até 2034 para fornecimento de biogás extraído das operações nos ecoparques de Nova Iguaçu e São Gonçalo. Os contratos estabelecem preços de R$0,12 à R$0,14 por Nm3 (data-base: outubro- 2014), livres de impostos, que irão variar de acordo com as quantidades de gás bioquímico fornecidas, reajustados anualmente pelo IPCA/IBGE. OMA - Biometano Verde Paulínia: A Companhia possui compromisso de fornecedor biogás com a Biometano Verde Paulínia, planta de purificação de biogás no Ecoparque de Paulínia com a produção diária estimada em 180.000 m3 podendo alcançar até 300.000 m3. O contrato iniciou em outubro de 2025. Além desses, há outros compromissos, conforme relacionamos abaixo: Earn-out: pelo Biogás entre 18.500 Nm³/h e 30.000 Nm³/h a ser verificado em ano específico, limitado ao 5º ano após o início de fornecimento. As Partes comprometem-se a expandir a capacidade da planta para esse novo volume. Contrato de take or pay - Biogás: Entrega da totalidade do biogás para a produção do biometano a preços de mercado por um prazo de 20 anos (com garantia de fornecimento, volumes definidos etc). Contrato de take or pay - Biometano: Edge compra até a totalidade do biometano produzido pela planta de Paulínia a preços de mercado por um prazo de 10 anos. Celebração de Contrato de Compra e Venda de Biometano: Em 15 de julho de 2024, houve a celebração de contrato de compra e venda de biometano a ser gerado no Ecoparque de Itapevi ("Contrato Itapevi") entre a BioE e a Edge Comercialização S.A., companhia controlada pela Compass Gás e Energia S.A. ("Edge" e, em conjunto com a BioE, "Partes"). Nos termos do Contrato Itapevi, a BioE, disponibiliza e venda biometano à Edge pelo prazo de 10 anos com início de fornecimento previsto para o segundo semestre de 2026, com um volume médio estimado de, no mínimo, 25 mil m³/dia de biometano. Em relação aos aspectos comerciais, o Contrato tem preço fixo, corrigido pela inflação, e remuneração variável atrelada a métricas específicas estabelecidas nos documentos da contratação. Parceria Estratégica para Aquisição do Biogás nas Regiões Metropolitanas de Curitiba e Ribeirão Preto: Em 20 de setembro de 2024, a OrizonVR através de sua controlada BioE, firmou parceria estratégia para exploração do biogás dos aterros sanitários de Fazenda Rio Grande (localizado na região metropolitana de Curitiba/ PR) e Guatapará (localizado na região metropolitana de Ribeirão Preto/ SP), ambos de propriedade da Estre Ambiental - Em Recuperação Judicial ("Estre"). No contexto de tal parceria, BioE e Estre firmaram contratos de compra e venda de biogás com prazo de 20 (vinte) anos, a preços semelhantes àqueles praticados pela OrizonVR em seus contratos atualmente existentes, que permitirão uma produção diária estimada da ordem de até 170.000 m3 de biometano. O início de operação das plantas, que serão 100% de propriedade da BioE, está previsto para 2027. Os contratos preveem ainda responsabilidades entre as partes usuais a esse tipo de operação, tais como, mas não se limitando, obrigações de compra e entrega de biogás, penalidades, investimentos, adiantamentos e garantias, sob determinadas condições. Produção de Biometano na Região de Bauru (SP): Em 22 de outubro de 2024, a Companhia através da BioE firmou nova parceria estratégica para exploração do biogás do aterro sanitário de Piratininga, localizado na região de Bauru, estado de São Paulo, que é de propriedade da Estre. As partes firmaram contrato de compra e venda de biogás com prazo de 20 (vinte) anos, com termos e condições usuais a esse tipo de operação, a preços semelhantes àqueles praticados pela OrizonVR em seus contratos atualmente existentes, que permitirão uma produção diária estimada de biometano da ordem de 25.000 m3 e início de operação estimado para 2027. A planta de biometano será 100% (cem por cento) de propriedade da BioE e amplia o posicionamento da OrizonVR no estado de São Paulo. Celebração de Contrato de Compra e Venda de Biometano do Ecoparque de Tremembé: Em 12 de novembro de 2024, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de biometano que será produzido no Ecoparque de Tremembé ("Contrato") entre a Orizon Biometano Tremembé Ltda. ("Biometano Tremembé"), subsidiária integral da Orizon Energia e Gás Renovável Ltda., e a Neogás do Brasil Gás Natural Comprimido S.A. ("Neogás") com garantia da Companhia Ultragaz S.A.. Nos termos do Contrato, a Biometano Tremembé disponibilizará e venderá biometano comprimido à Neogás pelo prazo de 10 anos, com fornecimento previsto para o início do terceiro trimestre de 2027 e um volume médio estimado de 35 mil m³/dia de biometano.

### 27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos: Como política de gestão de ativos financeiros, a Companhia busca permanentemente melhorar sua rentabilidade adequada ao risco. Para isso, são estabelecidos critérios e indicadores que mostrem a adequação dos riscos de liquidez, de mercado e de crédito. No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado, tais como: taxas de juros, liquidez, crédito, dentre outros. Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados a seguir:

| 30/06/2026 | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Categoria | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor Justo |
| Ativos financeiros | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | Custo amortizado | **303.158** | **303.158** | **319.963** | **319.963** |
| Títulos e valores mobiliários | Custo amortizado | **6.293** | **6.293** | **9.253** | **9.253** |
| Títulos e valores mobiliários Debêntures | Custo amortizado | **462.275** | **462.275** | **462.275** | **462.275** |
| Contas a receber de clientes | Custo amortizado | **135.243** | **135.243** | **410.598** | **410.598** |
| Contas a receber de partes relacionadas | Custo amortizado | **261.654** | **261.654** | **172.529** | **172.529** |
| Depósitos judiciais e cauções | Custo amortizado | **1.294** | **1.294** | **1.331** | **1.331** |
| Passivos financeiros | | | | | |
| Fornecedores | Custo amortizado | **28.446** | **28.446** | **66.735** | **66.735** |
| Empréstimos e financiamentos | Custo amortizado | **1.486.350** | **1.486.350** | **1.905.192** | **1.905.192** |
| Contas a pagar a partes relacionadas | Custo amortizado | **897.572** | **897.572** | **196.355** | **196.355** |
| Outorgas a pagar | Custo amortizado | **-** | **-** | **15.441** | **15.441** |

| 31/12/2025 | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Categoria | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor Justo |
| Ativos financeiros | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | Custo amortizado | 17.147 | 17.147 | 202.332 | 202.332 |
| Títulos e valores mobiliários | Valor justo por meio do resultado | 10.543 | 10.543 | 16.323 | 16.323 |
| Títulos e valores mobiliários Debêntures | Valor justo por meio do resultado | 433.782 | 433.782 | 433.782 | 433.782 |
| Contas a receber de clientes | Custo amortizado | 124.415 | 124.415 | 339.314 | 339.314 |
| Contas a receber de partes relacionadas | Custo amortizado | 256.081 | 256.081 | 169.191 | 169.191 |
| Depósitos judiciais e cauções | Custo amortizado | 1.294 | 1.294 | 1.300 | 1.300 |
| Passivos financeiros | | | | | |
| Fornecedores | Custo amortizado | 26.951 | 26.951 | 67.488 | 67.488 |
| Empréstimos e financiamentos | Valor justo por meio do resultado | 1.281.248 | 1.281.248 | 1.505.116 | 1.505.116 |
| Contas a pagar a partes relacionadas | Custo amortizado | 727.929 | 727.929 | 318.930 | 318.930 |
| Outorgas a pagar | Custo amortizado | 101 | 101 | 15.367 | 15.367 |

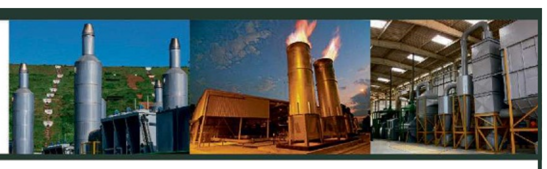
A Administração também acredita que os valores contábeis dos demais instrumentos financeiros não são significativamente diferentes dos seus respectivos valores justos, considerando-se que as taxas de juros desses instrumentos não são significativamente diferentes das taxas de mercado. b) Hierarquia do valor justo: O Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados com pouca ou nenhuma atividade de mercado (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*nonperformance risk*), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo. . Nível 1 - os inputs são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter a possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia. . Nível 2 - os inputs são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os inputs do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou inputs que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo. . *A* Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados a valor justo. Mensuração dos instrumentos financeiros pelo valor justo: A Companhia efetuou a avaliação dos ativos e passivos financeiros em relação aos respectivos valores de mercado ou

continua...

ORIZON

# Orizon Meio Ambiente S.A.

## CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30



### Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 30 de junho de 2026 - (Em milhares de reais)

valores de recuperação, utilizando-se das informações disponíveis e melhores práticas em metodologias de avaliação de mercado para cada situação. A interpretação dos dados de mercado e as metodologias escolhidas requer alto grau de julgamento para o estabelecimento de estimativas razoáveis para se calcular o valor justo. Consequentemente, a estimativa apresentada pode não indicar, necessariamente, os montantes que seriam obtidos no mercado atual. O uso de diferentes hipóteses para o cálculo do valor justo pode resultar em efeitos significativos nos valores obtidos. Para contratos cujas condições atuais são similares àquelas nas quais foram originalmente pactuados ou não possuem parâmetro para cotação ou contratação, os valores justos são similares aos valores contábeis. Na avaliação com a finalidade de determinar o valor justo desses ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, foi considerada a mensuração de impacto dos efeitos de adoção do CPC 48/IFRS 9. c) Gestão dos riscos financeiros: A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, crédito e mercado. A Administração acredita que o principal de risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o risco de taxa de juros, conforme descrito a seguir: *Risco de liquidez:* O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade de cumprimento de obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio da combinação da manutenção de reservas adequadas, linhas de crédito e outros produtos financeiros, monitorando continuamente o orçamento e o atual fluxo de caixa casando os prazos de vencimentos de ativos e passivos financeiros. A Administração da Companhia vem atuando para reverter os prejuízos acumulados e capital circulante líquido negativo. Entre as metas estabelecidas pela Administração para alcançar melhores resultados, e resultados já conquistados, destacamos: • Estudo de oportunidades para redução de custos e despesas que foram implementados e continuidade na avaliação de processos para melhoria operacional e administrativa. • Avanço nas negociações junto à Prefeitura Municipal de São Gonçalo envolvendo saldos a receber da controlada CTRA, no que tange à liquidação de saldos do passado, compensações de impostos municipais e outorgas em aberto, além de pleito pelo aumento no prazo de concessão. • Implementação de novos negócios, para os quais a Companhia estima obter rentabilidade nos próximos exercícios. Dentre eles, destacam-se (i) a comercialização de biogás oriundo do gás gerado pela decomposição dos resíduos sólidos destinados nos aterros sanitários de Nova Iguaçu, São Gonçalo, para os quais as controladas indiretas têm contratos firmados para fornecimento de gás a terceiros até 2029; (ii) contrato de fornecimento de biogás firmado entre a CTRBM e a Biogera; e (iii) contrato de parceria para compartilhamento e utilização de biogás para geração de energia elétrica, firmado entre a antiga Ecopesa (Incorporada pela OMA em maio de 2022) e a ASJA Brasil Serviços para o Meio Ambiente Ltda.. • Implementação de novas atividades de valorização de resíduos que fortalecerão a geração de caixa operacional da Companhia, com destaque para as atividades de reciclagem, briquetagem e geração de energia. • Início da operação de comercialização de energia pela unidade de recuperação energética localizada em Barueri, São Paulo, por meio do contrato firmado com a Companhia Energética de Minas Gerais de longa duração (15 anos). Acordo de reperfilamento do passivo da Companhia com fluxo de pagamento compatível com a geração de caixa da Companhia e de suas controladas. A tabela a seguir detalha a composição e o cronograma recebimento e pagamentos dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

*Passivos financeiros*:

| | Controladora | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Passivos financeiros** | **Até 1 mês** | **De 1 a 3 meses** | **De 3 meses a 1 ano** | **De 1 a 5 anos** | **Acima de 5 anos** | **Total** |
| Fornecedores | **26.451** | **1.983** | **12** | **-** | **-** | **28.446** |
| Empréstimos e financiamentos | **7.422** | **14.844** | **66.796** | **-** | **1.397.288** | **1.486.350** |
| Partes relacionadas | - | - | - | **897.572** | **-** | **897.572** |
| Outorgas a pagar | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Total | **33.873** | **16.827** | **66.808** | **897.572** | **1.397.288** | **2.412.368** |

| | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Passivos financeiros** | **Até 1 mês** | **De 1 a 3 meses** | **De 3 meses a 1 ano** | **De 1 a 5 anos** | **Acima de 5 anos** | **Total** |
| Fornecedores | **64.161** | **2.459** | **99** | **16** | **-** | **66.735** |
| Empréstimos e financiamentos | **15.022** | **30.044** | **135.192** | **-** | **1.724.934** | **1.905.192** |
| Partes relacionadas | **-** | **-** | **-** | **-** | **196.355** | **196.355** |
| Outorgas a pagar | **15.441** | **-** | **-** | **-** | **-** | **15.441** |
| Total | **94.624** | **32.503** | **135.291** | **16** | **1.921.289** | **2.183.723** |

Risco de crédito: O risco de crédito se refere ao risco da possibilidade de descumprimento (*default*) de uma contraparte das suas obrigações contratuais resultando em perdas financeiras para a Companhia. Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração do risco de crédito são primariamente o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, aplicações financeiras restritas, contas a receber de clientes e de partes relacionadas. A prática da Companhia é depositar o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas em títulos de renda fixa de instituições financeiras com altos níveis de classificação (*ratings*) de crédito. A Companhia limita o montante de exposição a qualquer instituição financeira de modo a minimizar sua exposição ao risco de crédito. Em relação aos demais créditos, a Administração da Companhia mantém-se atenta ao monitoramento do risco de crédito, adotando as medidas e precauções cabíveis, além de constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa, sempre que houver necessidade. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 havia saldo de provisão para perdas no contas a receber consolidado no montante de R$145.184 e R$142.505, respectivamente para cobrir o risco de crédito (Nota 5). *Risco de preços:* Os preços praticados pela Companhia refletem, substancialmente, as condições de mercado. Os preços praticados nos projetos especiais são determinados com base em negociações comerciais, caso a caso. *Risco de taxa de juros:* Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto ao mercado. Não há política de contratação de operações com derivativos com finalidade especulativa. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos na data do balanço. Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, acima da expectativa provável. *Análise de sensibilidade da variação na taxa do CDI:* A Administração efetuou teste de sensibilidade para os ativos e passivos indexados ao CDI, considerando a deterioração da taxa do CDI em 25% e 50% inferiores e superiores, respectivamente, ao cenário provável, a partir da taxa efetiva anual levantada em 30 de junho de 2026, conforme demonstrado a seguir:

| | Ativos (Consolidado) | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Operação** | **Saldo 30/06/2026** | **Cenário provável** | **Cenário I ∆ 25%** | **Cenário II ∆ 50%** |
| *Taxa efetiva anual do CDI - período findo em 30/06/2026 (*)* | 1,07% | | | |
| Aplicações financeiras (Nota 4) | 9.253 | 9.550 | 9.649 | 9.748 |
| *Taxa anual estimada - exercício findo em 31/12/2026* | | 4,28% | 5,35% | 6,42% |
| Efeito positivo (negativo) no resultado/ patrimônio líquido - exercício findo em 31/12/2026 | | 297 | 396 | 495 |

| | Passivos (Consolidado) | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Operação** | **Saldo 30/06/2026** | **Cenário provável** | **Cenário I ∆ 25%** | **Cenário II ∆ 50%** |
| *Taxa efetiva anual do CDI - período findo em 30/06/2026 (*)* | 1,07% | | | |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 13) | 1.079.369 | 1.114.017 | 1.125.566 | 1.137.115 |
| *Taxa anual estimada - exercício findo em 31/12/2026* | | 4,28% | 5,35% | 6,42% |
| *Taxa efetiva anual do IPCA - período findo em 30/06/2026 (*)* | 5,03% | | | |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 13) | 489.136 | 489.136 | 495.287 | 501.438 |
| *Taxa anual estimada - exercício findo em 31/12/2026* | | 5,03% | 6,29% | 7,55% |
| Efeito positivo (negativo) no resultado/ patrimônio líquido - exercício findo em 31/12/2026 | | 34.648 | 52.348 | 70.048 |

(*) Fonte: Site B3(https://www.calculadorarendafixa.com.br/#/navbar/calculadora).

*Risco de gerenciamento de capital:* A Companhia administra seu capital objetivando assegurar a continuidade de suas atividades, ao mesmo tempo em que busca maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio de otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. • Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos: A Companhia procedeu à avaliação dos valores justos de seus principais instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2025 utilizando técnicas usuais de precificação de mercado que envolvem julgamento por parte da Administração. Essa avaliação indica que os valores justos se aproximam dos valores contábeis reconhecidos. Para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros, a Administração utilizou as seguintes premissas: *Caixa e equivalentes a caixa:* Os saldos de caixa e equivalentes a caixa, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos similares aos saldos contábeis. *Aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas:* Os saldos de aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos similares aos saldos contábeis.

### 28. COBERTURA DE SEGUROS (CONSOLIDADO)

A Companhia adota uma política de contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos à riscos por montantes, considerados pela Administração, como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 30 de junho de 2026, as principais coberturas de seguros vigentes da Companhia e de suas controladas, referem-se a coberturas dos aterros sanitários e unidades de tratamento de resíduos, além de administrativo. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão dos nossos auditores independentes.

### 29. EVENTOS SUBSEQUENTES

• Aquisição de participação no Aterro Sanitário de Rondonópolis (MT): A subsidiária integral Orizon Meio Ambiente S.A. celebrou contrato para a aquisição de participação correspondente a 51% do capital social da sociedade titular do Aterro Sanitário de Rondonópolis, localizado no município de Rondonópolis, estado de Mato Grosso ("Transação"), conforme divulgado ao mercado em 13 de agosto de 2026. O ativo, licenciado e em operação, recebe, em média, de 13 a 14 mil toneladas mensais de resíduos sólidos urbanos, atendendo Rondonópolis e municípios do entorno, e reforça o posicionamento da Companhia no estado de Mato Grosso, onde já opera o Ecoparque Cuiabá. O valor da firma (enterprise value) atribuído à participação de 51% ora adquirida é de R$ 45,4 milhões, a serem pagos à vista no fechamento da operação. O ativo possui EBITDA anual corrente estimado entre R$ 16 milhões e R$ 18 milhões (participação de 100%). O fechamento da Transação permanece sujeito à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e às demais condições precedentes previstas em contrato. Como o fechamento ainda não ocorreu, a Companhia não obteve o controle da sociedade a ser adquirida e nenhum efeito patrimonial ou de resultado foi reconhecido em decorrência da Transação.

**Leonardo Roberto Pereira dos Santos** - Diretor - CPF 218.498.438-80

**Jessé Gonçalves de Lima Andrade** - Contador - CRC/RJ 115836/O-8 - CPF 114.816.477-41

### Relatório do Auditor Independente Sobre a Revisão das Informações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Orizon Meio Ambiente S.A.** - São Paulo - SP

**Introdução:** Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Orizon Meio Ambiente S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem os balanços patrimoniais individual e consolidado em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas. A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão. **Alcance da revisão:** Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria. **Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas:** Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. **Outros assuntos:** *Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anteriores:* O exame dos balanços patrimoniais individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e a revisão das demonstrações individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2025 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de seis meses findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e relatório de revisão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas datados de 25 de março de 2026 e de 14 de agosto de 2025, respectivamente, sem modificações. *Demonstrações do valor adicionado:* As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de agosto de 2026
**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**
Auditores Independentes Ltda. - CRC nº 2 SP 011609/O-8
**Fernando Augusto Lopes Silva**
Contador - CRC nº 1 SP 250631/O-7

Deloitte.

---

TUDO O QUE VOCÊ PRECISA PARA ACOMPANHAR OS PRINCIPAIS MOVIMENTOS DOS MERCADOS E DOS NEGÓCIOS, EM UM SÓ APP.

VALOR ECONÔMICO, DO SEU JEITO.

- **Layout** moderno e intuitivo
- **Alertas** customizáveis
- **Leitura** fácil e dinâmica
- **Edição digital** do impresso
- **Salve matérias** para ler depois
- Mais de 60 **blogs** e **colunistas**

A mais completa e admirada cobertura de **economia, negócios e finanças**.
Valor
Notícias que geram negócios.
**Notícias em tempo real** para você estar sempre informado.
Tensão nos mercados
Bolsas globais têm fortes perdas com guerra comercial; Bolsa cai quase 2% e dólar ronda R$ 5,90
Finanças
CEO do J.P. Morgan mostra
**Edição digital do jornal impresso** para ler quando e onde quiser.
Banca
Início
Final
Filtrar
Edição do dia
Quarta-feira
Edições Anteriores
Análises e perspectivas exclusivas do nosso **time de especialistas**.
Blogs e Colunas
Favorite e receba os conteúdos do colunista
Busque em Blogs e Colunas
Alex Ribeiro
Amir Labaki
Ana Inoue
Ana Maria Diniz
**Notificações personalizadas** por temas de interesse.
Meus Interesses
Receba notificações dos seus assuntos preferidos escolhendo entre as opções abaixo:
Agronegócios
Brasil
Carreira
Empresas
Especiais
Eu &
Finanças
Valor Econômico, o principal veículo de economia e negócios do Brasil.
Valor

Valor ECONÔMICO

BAIXE. ATUALIZE. APROVEITE.

Disponível na App Store | DISPONÍVEL NO Google Play

DATA
85%
80%
15%
15%
15%
35%
50
25
25

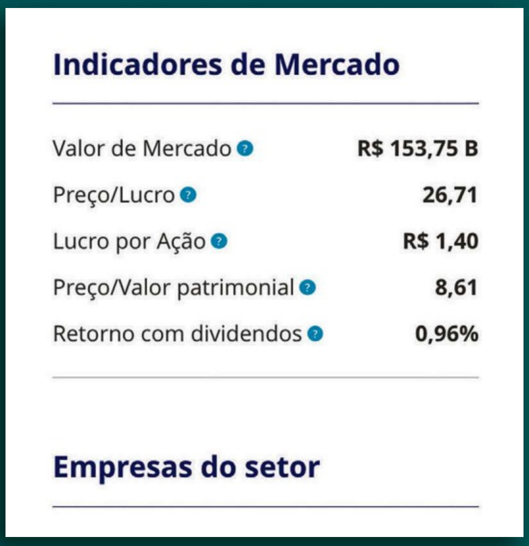
# NO MUNDO DOS NEGÓCIOS, CADA BALANÇO CONTA UMA HISTÓRIA.

Descubra o poder do **VALOR EMPRESAS 360**: todos os insights em um só lugar.

Nessa temporada de balanços, não desvendamos apenas as demonstrações financeiras, mas também exploramos a essência das instituições com uma visão ampla das empresas brasileiras, consolidando conteúdos do **Valor Econômico**, **Pipeline**, **Valor Investe** e **Valor PRO**.

**Vá além dos números**. Acesse análises estratégicas, cotações, notícias e tenha em mãos a chave para o entendimento profundo do universo empresarial.

## DESVENDE O MUNDO DOS NEGÓCIOS E CONFIRA:

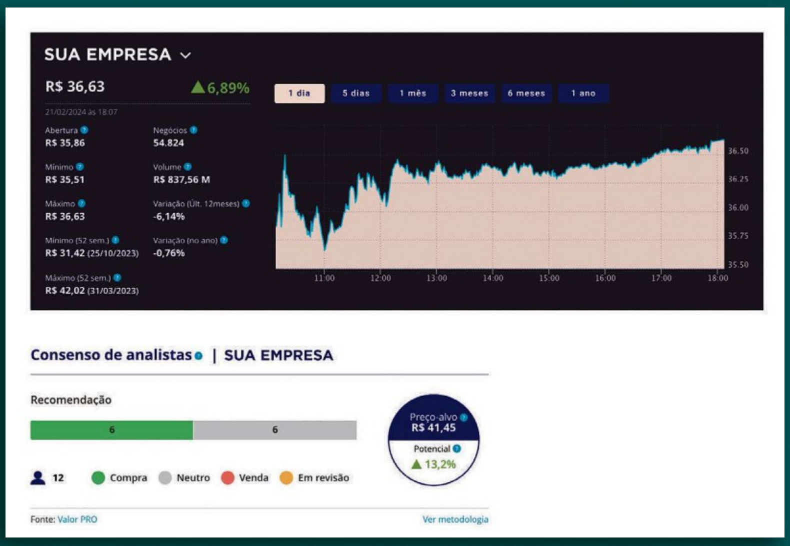


**Indicadores de Mercado**

| | |
|---|---|
| Valor de Mercado | R$ 153,75 B |
| Preço/Lucro | 26,71 |
| Lucro por Ação | R$ 1,40 |
| Preço/Valor patrimonial | 8,61 |
| Retorno com dividendos | 0,96% |

**Empresas do setor**

**INDICADORES DE MERCADO E CONCORRENTES**:
Explore indicadores-chave, compare com concorrentes e fique à frente nos negócios.


1 dia
5 dias
1 mês
3 meses
6 meses
1 ano
36.50
36.25
36.00
35.75
35.50
11:00
12:00
13:00
14:00
15:00
16:00
17:00
18:00
6
6
Compra
Neutro
Venda
Em revisão
Ver metodologia

SUA EMPRESA
R$ 36,63 ▲6,89%
21/02/2024 às 18:07

| | |
|---|---|
| Abertura<br>R$ 35,86 | Negócios<br>54.824 |
| Mínimo<br>R$ 35,51 | Volume<br>R$ 837,56 M |
| Máximo<br>R$ 36,63 | Variação (Últ. 12meses)<br>-6,14% |
| Mínimo (52 sem.)<br>R$ 31,42 (25/10/2023) | Variação (no ano)<br>-0,76% |
| Máximo (52 sem.)<br>R$ 42,02 (31/03/2023) | |

Consenso de analistas | SUA EMPRESA

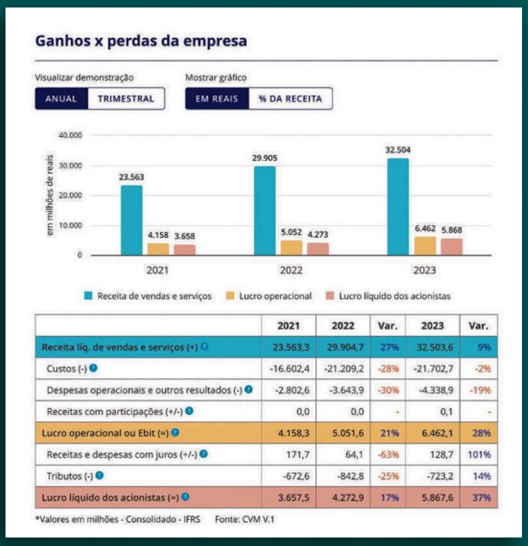
Recomendação

12

Preço-alvo R$ 41,45
Potencial ▲ 13,2%

Fonte: Valor PRO

**VALOR DAS AÇÕES E RECOMENDAÇÕES**:
Histórico de valores, consenso de analistas para preço alvo e recomendações de compra ou venda.


Visualizar demonstração
ANUAL
TRIMESTRAL
Mostrar gráfico
EM REAIS
% DA RECEITA
em milhões de reais
40.000
30.000
20.000
10.000
0
23.563
4.158
3.658
29.905
5.052
4.273
32.504
6.462
5.868
2021
2022
2023
Receita de vendas e serviços
Lucro operacional
Lucro líquido dos acionistas

**Ganhos x perdas da empresa**

| | 2021 | 2022 | Var. | 2023 | Var. |
|---|---|---|---|---|---|
| Receita líq. de vendas e serviços (+) | 23.563,3 | 29.904,7 | 27% | 32.503,6 | 9% |
| Custos (-) | -16.602,4 | -21.209,2 | -28% | -21.702,7 | -2% |
| Despesas operacionais e outros resultados (-) | -2.802,6 | -3.643,9 | -30% | -4.338,9 | -19% |
| Receitas com participações (+/-) | 0,0 | 0,0 | - | 0,1 | - |
| Lucro operacional ou Ebit (=) | 4.158,3 | 5.051,6 | 21% | 6.462,1 | 28% |
| Receitas e despesas com juros (+/-) | 171,7 | 64,1 | -63% | 128,7 | 101% |
| Tributos (-) | -672,6 | -842,8 | -25% | -723,2 | 14% |
| Lucro líquido dos acionistas (=) | 3.657,5 | 4.272,9 | 17% | 5.867,6 | 37% |

*Valores em milhões - Consolidado - IFRS Fonte: CVM V.1

**BALANÇO DETALHADO E FATOS RELEVANTES**:
Veja os balanços mais recentes e informações cruciais para sua análise de mercado.

---

Enriqueça sua experiência e destaque-se.
**VALOR EMPRESAS 360**
Para quem investe sabendo
**valor.globo.com/empresas360**

---

Valor ECONÔMICO | Valor EMPRESAS360

**Concentre todas as informações da sua empresa no VALOR EMPRESAS 360** e enriqueça ainda mais a experiência do usuário com vídeos, press releases, conteúdos de marca, entre outros formatos. Consulte nosso time e saiba mais: **franci.pacheco@valor.com.br**